



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Ivelã Pereira

**“O PIROGUE, NÓS *APRENDIMO* DA MÃE” E “AGORA NÓS *MUDEMO* O
BORSCHT”: VARIAÇÃO MORFOFONOLÓGICA EM COMUNIDADES RURAIS
ESLAVO-BRASILEIRAS NO SUDESTE DO PARANÁ**

Florianópolis – SC

2021

Ivelã Pereira

**“O PIROGUE, NÓS *APRENDIMO* DA MÃE” E “AGORA NÓS *MUDEMO* O
BORSCHT”: VARIAÇÃO MORFOFONOLÓGICA EM COMUNIDADES RURAIS
ESLAVO-BRASILEIRAS NO SUDESTE DO PARANÁ**

Tese submetida ao Programa de Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção
do título de Doutor em Linguística
Orientadora: Prof^ª Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Coorientadora: Prof^ª Dra. Loremi Loregian-Penkal

Florianópolis – SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Ivelã

"O pirogue, nós aprendimo da mãe" e "agora nós mudemo o borscht" : variação morfofonológica em comunidades rurais eslavo-brasileiras no Sudeste do Paraná / Ivelã Pereira ; orientadora, Izete Lehmkuhl Coelho, coorientadora, Loremi Loregian-Penkal, 2021.

466 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Variação linguística. 3. Conjugação verbal. 4. Ruralidade. 5. Contato linguístico. I. Lehmkuhl Coelho, Izete. II. Loregian-Penkal, Loremi. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Linguística. IV. Título.

Ivelã Pereira

“O PIROGUE, NÓS *APRENDIMO* DA MÃE” E “AGORA NÓS *MUDEMO* O BORSCHT”: VARIAÇÃO MORFOFONOLÓGICA EM COMUNIDADES RURAIS
ESLAVO-BRASILEIRAS NO SUDESTE DO PARANÁ

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Alina Villalva
Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Edair Maria Görski
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Ana Livia Agostinho
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em Linguística.

Profa. Dra. Rosângela Pedralli

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Orientadora

Profa. Dra. Loremi Loregian-Penkal
Coorientadora – UNICENTRO (*campus* Irati)

Florianópolis, 2021.

A meu avô polaco Sírrio Adão Wieszorkoski (*in memoriam*),

A meus pais Jairo Pereira e Marines Wieszorkoski Pereira,

Ao ilustre Professor Paulino Vandresen.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu núcleo familiar mais próximo: minha mãe Marines, que é a pessoa mais presente na minha vida sempre; meu pai, que sempre fez tudo por mim (incluindo as ilustrações desta tese), meu irmão Ivanê, que é o suporte de todos nós e em quem eu confio de olhos fechados; minha irmã Lemane, que torceu muito por mim e em quem eu também confio cegamente; e, por fim, a um ser encantado, que adora aconselhar adultos, minha sobrinha Lauren. Sem eles, eu nada poderia ter feito.

Agradeço à minha orientadora Izete Lehmkuhl Coelho, que, além de sua infindável competência acadêmica, ainda é uma segunda mãe para todos os seus orientandos, como foi para mim. Obrigada pela sua paciência, por confiar no meu trabalho, torcer por mim e acreditar que eu poderia dar conta de todas as propostas que tinha.

À minha co-orientadora Loremi Loregian Penkal, pelo olhar atento, pela orientação criteriosa, pelos grandes ensinamentos e pelo seu exemplo de seriedade e comprometimento com a pesquisa científica.

Também agradeço à minha supervisora do Doutorado Sanduíche, em Portugal, Alina Villalva, por todo o aprendizado, presença, diálogos, generosidade e incentivo acadêmico e pessoal. Com a professora, aprendi a não ter medo de enfrentar objetos linguísticos espinhosos e olhar para a vida com leveza.

Meu muito obrigada às minhas amigas mais antigas e infinitamente presentes nas distâncias geográficas, Vanessa e Elaine. Meu coração é de vocês.

Obrigada, Sara, minha prima querida, por ter cuidado de mim no hospital e ter vindo me visitar na fase final da tese. Estendo meus agradecimentos à minha madrinha Lurdes e ao meu padrinho Hélio, cujos corações são magnânimos.

Obrigada ao tio Carlos Wierzchowski, pelo incentivo e brilho nos olhos, à vó Maria Damin Wierzchowski e à tia Polaca (Marlene Wierzchowski).

Agradeço às amigas Ju Regina, Lorena e Cleide, pelo suporte psicológico nos momentos mais difíceis e pela parceria para todas as horas.

Aos meus amigos recentes, mas muito importantes para mim e farão sempre parte da minha vida: Gabriel, Grilo e Olek.

Obrigada a vários colegas de pós-graduação em Linguística (que não vou citar pelo perigo do esquecimento), especialmente à querida Cecília, e aos professores componentes da minha banca de Doutorado.

Agradeço a TODOS os integrantes do VARSUL pela parceria, amizade e força. O nosso grupo é uma família com seriedade acadêmica. Muito obrigada!

Agradeço ao IFSC, pelo acolhimento em 2019, na figura dos meus colegas e alunos.

À UNICENTRO (*campus Irati*) pela oportunidade dar aulas, pelo banco de dados VARLINFÉ, pelos colegas professores, pelas amigas que ficaram (Gabriele e Marcela).

Agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro por 3 anos e pela bolsa CAPES-DS.

À Universidade de Lisboa, pela recepção e acolhimento.

Por fim, agradeço a David Coverdale (*Whitesnake*), cuja voz imprimiu ritmo às minhas madrugadas de escrita. A Zakk Wylde (*Black Label Society*), cuja voz, nos álbuns *The Book of Shadows I* e *The Book of Shadows II*, embalou e pacificou minhas noites (e dias) angustiados de sono. A arte salva! Obrigada!

PRÓLOGO

“Onde que eu fui me meter?” foi a frase mais repetida por mim nos últimos meses de escrita deste texto. A tentativa de dar conta de muitas questões espinhosas deu-me um imenso cansaço.

Esta tese tirou-me o fôlego de todas as maneiras.

Foi escrita por uma doutoranda asmática e finalizada em 2020, em meio a uma pandemia de COVID-19.

Então, de fato, cada capítulo foi escrito com falta de ar.

Espero, porém, que o leitor consiga respirar normalmente durante essa leitura fatigante, embora meus cansaços...

Começo este prólogo com este peso dramático, porque sou toda transparência e coração. É assim que sou, e este pedaço de texto me permite mostrar esse lado pessoal.

Ressalto que nunca tinha tido asma até meados de 2016, quando acabara de entrar no Doutorado. Não sei se foi por nervosismo ou por questões pessoais, mas sei que acordei um dia com asma, e ela resolveu me acompanhar.

Caminho hoje com esta amiga (ocasional) e uma bombinha que me salva em momentos de crise.

Preciso dizer, também, que minha sobrinha Lauren e minha cachorra Luma foram os seres encantados que suavizaram meus caminhos no percurso desta tese. Já nos últimos meses de escrita, o que me salvou do estresse em meio a este período pandêmico foi andar de bicicleta com minha sobrinha e com a cachorra correndo atrás. É uma daquelas cenas da felicidade pura e simples, encapsulada como um fragmento de filme, uma cena que não apagarei jamais...

Também ficou marcada em mim a cena de a minha sobrinha invadir o meu quarto subindo pela janela, porque não sabia lidar com meus momentos de escrita solitária. “Essa tia Ivelã é muito TRABALHEIRA! Só trabalha, trabalha, trabalha!”.

E é cheia de humanidade falha e afetiva que esta tese está recheada.

Além disso, não obstante os possíveis erros, esta tese é fruto de **observação reflexiva** e de perguntas da minha criança interior.

O trabalho nesta pesquisa foi um retorno à minha infância e um mergulho em parte de minha ancestralidade perdida. Assim, julgo que elucubrações ao meu passado pessoal se fazem necessárias e, por isso, escrevi tal prólogo em 1ª pessoa do singular.

Nasci em Quedas do Iguaçu, em 1988, no estado do Paraná, localidade marcada pela presença de eslavos (mais poloneses do que ucranianos). Quando criança, convivi com muitas

moças polono-brasileiras do interior. Eu mesma sou descendente de poloneses, por parte de avô materno, mas não tivemos as tradições mantidas. Nunca aprendi sequer uma palavra. Nem me lembro do meu avô falando nesta língua, muito menos minha mãe. Minha única aproximação (e dificuldade) era em soletrar o sobrenome da minha mãe em algumas ocasiões, sobrenome que aprendi a escrever de acordo com o original, sem desvios, desde muito pequena. Assim soletrava:

W-I-E-Z-O-R-K-O-S-K-I.

Vale dizer, neste contexto, que sou apenas “Pereira” de registro. Mas sou “Wiezorkoski Pereira” no coração.

Além do sobrenome, minha história de esquecimentos é fruto do forte apagamento linguístico e cultural pelo qual passaram os imigrantes no Brasil, incluindo-se os eslavos.

No entanto, minha convivência com as moças polacas que “paravam” lá em casa, rendeu-me inúmeros questionamentos infantojuvenis. O verbo “parar” – que é comum nas comunidades linguísticas nesta tese investigadas – tem um forte significado.

Era comum que as moças do interior viessem morar na cidade, para trabalhar de empregadas domésticas em casas de famílias, a fim de que pudessem estudar com mais facilidade (não havia muitas escolas na roça, e quase sempre somente até quarta ou oitava série – quinto ou nono ano hoje) e também para ganhar algum dinheiro, com vistas a ajudar suas famílias. Ou seja, o que motivava essas moças a “pararem” em casas de família na cidade era a busca por escolarização. Mudavam-se, por isso, muito jovens.

Foi assim que convivi com essas moças desde pequena e passei a observar sua cultura e seu modo de agir. Era uma criança quieta (acreditem!) e muito observadora, notando que elas tinham um modo de falar diferente. Por algum tempo (até uns 10 anos de idade), falei COMO elas. Apropriei-me de sua fonética e de seu repertório lexical.

Depois, fui corrigida por uma prima mais velha e de outra cidade, passando, então, a achar engraçado seu sotaque, principalmente o uso de tepe (em contexto e /R/ forte), que, à época, eu nem sabia classificar, mas já era capaz de diferenciá-lo. Também tinha a ideia rasa de que não era “certo” em alguns contextos e me punha a desferir-lhe algum preconceito mental, embora não o expressasse em palavras.

Ia com elas à igreja. Dormia, muitas vezes, em seus quartos. Conheci suas histórias e algumas casas na roça, lugar de onde vieram. Lembro de uma vez, por volta já de 1998, que dormi na casa dos pais de uma dessas moças polono-brasileiras, na zona rural de minha cidade natal, e tive que tomar banho com chuveiro de lata esburacada. Tratava-se de uma lata com buracos, pendurada ao teto, necessitando-se que alguém jogasse água dentro dela. Tínhamos de

revezar. Uma pessoa tomava banho, e a outra colocava a água quente (vinda da chaleira) no latão pendurado no teto. Achei aquilo estranhíssimo. Fiquei com vergonha de tomar banho sendo vigiada por outra. Mas o fiz e achei engraçado. Foi assim que aprendi a valorizar chuveiros elétricos...

Deparei-me com inúmeras histórias sobre esse tipo precário de chuveiro fazendo a oitiva das entrevistas que compõem esta tese, e uma delas acaba por se constituir numa anedota inesquecível e curiosa. Uma informante conta que seu marido, na infância, foi visitar parentes na cidade e nunca tinha visto um chuveiro elétrico. Quando chegou o momento de tomar banho, ele demorou muitíssimo tempo, e a família lhe chamou a atenção. Dentro do banheiro, então, o menino do interior gritou: “Eu já queria ter terminado, mas essa água não acaba nunca!”.

Na roça, até para tomar banho, o trabalho era braçal. Era preciso calcular a lavagem do corpo a partir da quantidade da água de uma “chaleirada”. Acabou a água, acabou o banho.

Mudando totalmente de assunto (porém no mesmo universo do interior do Paraná), fico saudosa em lembrar que tive minhas polacas paixonites na adolescência, advindas de casamentos polono-brasileiros, nos quais meus pais e eu sempre nos fazíamos presentes. Os meninos polacos, tão tímidos, acabavam por chamar a atenção. Intrigava-me, no entanto, o fato de polacos casarem-se entre polacos quase sempre... Nos matrimônios, pediam dinheiro cortando a gravata do noivo e usando o sapato da noiva para captar recursos. Faziam-no passando com gaitas e cantando numa língua que eu não entendia bolhufas... Lembro de algo como “Domenique dóbre pan”, uma canção regada a álcool e animação, que era entoada pelas mesas, alegrando a todos.

E assim foi minha infância. Imersa em casamentos de polacos; criada por “tatas” polacas – assim chamávamos as moças que *paravam* nas casas –; passando os finais de semanas nos sítios dos polacos... Não imaginava eu, nos meus 10 anos que, mais de vinte anos depois, iria estudar sua cultura e me dar conta de que também eu tinha... algum sangue polaco.

Outro aspecto importante que me intrigava na infância e adolescência era a relação desses polacos com a roça, o campo, pois muitos habitavam a zona rural, sendo chamados de “colonos”.

Como eu sempre morei na zona urbana da cidade, presenciei o uso do termo “colono” como forma de xingamento entre as crianças e adolescentes no meio (semi)urbano da cidade de Quedas do Iguaçu. Aquilo era algo que me irritava, pois, apesar da minha tenra idade, meus pais me ensinaram que não deveríamos achar que somos mais que outras pessoas. Fui percebendo que o “colono” era estereotipado como ingênuo, matuto, pobre, simples e com

roupas fora de moda. Isso era motivo de riso e chacota entre meus colegas, incomodando-me profundamente.

Por que aqueles trabalhadores que eu admirava tanto eram vistos daquela maneira por um grupo de adolescentes quase tão rurais quanto aqueles que julgavam?

A vida foi me mostrando as respostas. Todos eram pequenos agricultores, com pouca renda e trabalhadores do campo. As dimensões de moda ou estilo de vida não lhes cabiam no bolso, nem, muitas vezes, na vontade.

Guardei essa angústia da depreciação do colono no peito e fui traçando meus caminhos mais urbanos...

Passados tantos anos, o objeto de minha tese me propiciou um mergulho nesta minha infância e em minhas origens perdidas. Eu que sempre sofri da “síndrome de Peter Pan”, tive a oportunidade de me debruçar nas veias do passado...

Falando em passado, é preciso tratar do fenômeno linguístico que tento investigar nesta tese.

Não se preocupe o leitor, pois logo farei as conexões que estão faltando...

Embora tenha uma memória excessivamente detalhista, não me lembro exatamente o que me levou a estudar este fenômeno do “a-mos” que varia para “e-mo”, e do “e-mos” que se permuta em “i-mo”.

Só sei que minha inquietude começou pelo -E-MO.

A primeira memória que tenho é quando, aos 19 anos, em 2008, no segundo ano do curso de Letras – UFSC, já morando em Florianópolis, conversava, no saudoso *Messenger*, com um amigo de adolescência. No andar da carroça (digo, conversa), perguntei se ele havia namorado uma conhecida minha, ao que ele me respondeu: “Não. Nós não NAMOREMOS.”

Aquela frase me intrigou.

Meu amigo tinha Ensino Médio completo. Era leitor. Dominava (boa parte d)a escrita da norma padrão. O que o levaria a usar o /e/ no lugar do /a/ padrão para o Pretérito Perfeito? Ruminei aquele questionamento por alguns anos. Apenas o estranhei. No entanto, não o questionei. Não queria desferir-lhe preconceito linguístico (fazia à época, a disciplina de *Sociolinguística* com a professora Izete...). Apenas queria entender o funcionamento daquilo.

Percebi, então, que ele queria deixar claro o contexto de passado. E, no caso, pelo uso do advérbio negativo, nunca tinha acontecido.

Quatro anos depois, em 2012, já no Mestrado, resolvi investigar esse fenômeno linguístico que me intrigava. Acabei publicando um artigo resultante desse questionamento – Pereira (2014), o qual cito nesta tese em variados momentos. Minha pesquisa, no entanto, deu-

se em comunidade linguística urbana e no litoral (leste de Santa Catarina, Florianópolis). Mas o fenômeno não era suficientemente produtivo para se estabelecer uma pesquisa verdadeiramente quantitativa.

Não fiquei satisfeita com o estudo.

Era preciso me debruçar em comunidades rurais.

Terminei o Mestrado na UFSC em agosto de 2013 e voltei para o Paraná em 2014, por questões pessoais. Foi quando descobri que, além do “e-mo”, existia um tal de “i-mo”!!!

Tal descoberta se deu numa conversa com uma pessoa de minha infância, quando ela disse: “Nóis ABASTECIMO o carro lá naquele posto”.

Achei muito curioso aquele uso, o qual foi confirmado no meu cotidiano, nas aulas ministradas entre os aspirantes a agrônomos. Eu estava dando aulas no curso de Agronomia, no Sudoeste do Paraná, na cidade de Dois Vizinhos, e a convivência com alunos de comunidades rurais me fez notar a proliferação do uso de EMO e IMO. Era uma bela dupla sertaneja (universitária)...

Foi assim que, ali no cotidiano docente, percebi que existia um uso diferenciado para “desneutralizar” Presente e Pretérito Perfeito, não só na 1ª, como também na 2ª conjugação.

Juntamente com isso, no tardar dos meus 25 anos, percebi que o termo “colono” já não produzia os mesmos efeitos de outrora, na minha infância e adolescência. Eram os anos de 2014, o agronegócio havia crescido, havia investimentos do governo direcionados ao pequeno agricultor, bem como a moda do “sertanejo universitário”.

Tudo isso havia reconfigurado o olhar das pessoas do interior.

O curso de Agronomia, para o qual eu dava aulas, era considerado o mais “rico” daquele estabelecimento de ensino.

Um dia, resolvi dar uma aula sobre preconceito linguístico e de valorização da nossa cultura, quando me dei conta de que os alunos já a valorizavam.

Todos me olharam estranhamente, como se eu falasse algo que já sabiam: a fala deles era linda e não tinham a mínima vergonha dela.

O homem do campo já tinha um jeito próprio (e orgulhoso) de se vestir, com botinas de couro, grandes fivelas nos cintos, ora usando chapéus (ou bonés), que eram obrigados a retirar no ambiente de ensino. O odor daquela sala de aula com aproximadamente 60 alunos homens era também peculiar: miscigenava-se um cheiro de cigarro de palha, cigarro tradicional, suor, perfume e outros odores não identificáveis. O que tinha ali, de fato, era uma forte presença, com a qual eu vivia em conflito interior, utilizando salto alto (para ficar mais alta) e outros

apetrechos, a fim de tentar me impor de alguma forma naquele ambiente fortemente rústico e masculino.

Foi ali também que meu repertório lexical rural acabou por se alargar. Nunca me esquecerei do dia em que um aluno citou o termo “quijassa”, o qual era de meu total desconhecimento, mas logo soube que se referia a “mato”, “plantas consideradas ervas daninhas” ou “aparentemente inúteis”.

Surpresos com minha ignorância, um aluno proferiu a seguinte frase que jamais esquecerei: “Mas a professora veio de Quedas do Iguaçu e não sabe o que é quijassa?!”.

Está aí uma frase que me deixou sem palavras não só pela maneira como minha cidade natal era identificada por eles (lugar feio e cheio de mato), mas também pelo fato de eu estar totalmente “por fora” daquele universo lexical identitário... De fato, meus quase 10 anos em Florianópolis tinham me distanciado das minhas raízes e das minhas “quijassas”...

Foi nesta mesma época, que me encorajei a apresentar um trabalho, trazendo esses dados colhidos aleatoriamente, num congresso na Universidade de Minho, na cidade de Braga, em Portugal, onde tive a imensa oportunidade de me encontrar com a Professora Marta Scherre, que (para o meu imenso prazer) aceitou ser banca desta Tese de Doutorado. Naquela ocasião, ela não pôde se fazer presente durante minha apresentação, em decorrência de concomitância de grupos temáticos (quem organiza eventos acadêmicos ou participa deles sabe o quão difícil é, em dados momentos, não ter o dom santificado da bilocação...).

Mesmo assim, dotada de uma imensa generosidade, a referida professora conversou comigo sobre o fenômeno linguístico que tanto me apeteceu, dando-me ideias e uma espécie de “batismo de entusiasmo”. É assim que quero nomear a enxurrada de incentivo que recebi dessa educadora naquele dia, momento que sempre lembrarei... Também neste dia, ela me fez uma dedicatória no livro “Origens do Português Brasileiro”, escrito com o ilustre professor Naro, dizendo-me para não perder a ânsia pela pesquisa acadêmica em Linguística.

O leitor precisa saber que sou uma entusiasta das dedicatórias em livros.

Assim também o faço quando levo livros aos meus alunos.

Acredito que o “livro dedicado” é um ‘livro com delicadeza’, e eu acredito na pedagogia da delicadeza, da dignidade e da luta.

Eu acredito que um educador-pesquisador incentiva os seus por essas delicadezas e, sobretudo, pelo seu brilho nos olhos... É isso que vejo não apenas na Professora Marta, mas também na minha Orientadora Izete, no gigante Professor Paulino Vandresen e na Professora Loremi, todos seriamente apaixonados pela Sociolinguística Variacionista. Isso se estende a todos os componentes de minha banca de Doutorado: Professora Alina, incansável

perscrutadora de respostas para fenômenos espinhentos, que muitos não têm coragem de tocar; Professora Edair, sempre incentivadora e arrancando o melhor de seus alunos; Professora Ana Livia, tão jovem e com tanto repertório sobre fonologia e contato linguístico; Professora Cláudia Rost, tão corajosa e dedicada à pesquisa científica.

Por essas e outras, que este momento de defesa da tese me é tão especial. Eu tive a imensa sorte e oportunidade de estar rodeada de pesquisadores competentes, dedicados e cheios de entusiasmo.

Falando nisso, é preciso mencionar também o entusiasmo e o brilho de olhos lusitano, que também permeou esta tese.

Voltando para aquela mesma ocasião em 2014, no meu grupo temático, havia a presença do Professor Fernando Brissos, que me trouxe uma contribuição valiosíssima, a partir da qual pude traçar intensas reflexões de 2014 pra cá, ponderações que acabaram dando origem ao capítulo IV desta Tese.

A contribuição primeira do professor foi me indicar a tese (escrita em francês) do grande dialetólogo português José Luiz Leite de Vasconcelos. Ali, mais uma vez na minha vida, fui grata por tanto ter me esforçado financeiramente, em épocas de vacas magras, para pagar minhas aulas de francês na Aliança Francesa.

Para mais, como eu acredito que, na minha estrada, tudo é feito de conexões, os caminhos da vida fizeram com que eu encontrasse (ocasionalmente, sem qualquer planejamento em relação a isso) o Professor Fernando Brissos cinco anos depois, na Universidade de Lisboa, onde ele lecionava e onde tive a imensa oportunidade de fazer meu Doutorado Sanduíche, por 6 meses, sob a orientação da Professora Alina Villalva, em 2019.

Mas, antes de falar dessa incrível experiência, voltemos para 2014...

Com a indicação de leitura do professor Fernando, um universo se abriu diante de mim! E este universo se entrelaçava com a obra “Origens do Português Brasileiro”, na qual encontrei também menção a Vasconcelos, ao tratar do fenômeno linguístico que me interessava. Assim, eu ia fazendo conexões, algumas lacunares, claro...

Era muito curiosa, no entanto, a descoberta que o fenômeno linguístico do “e-mo” e “i-mo”, comum a uma localidade tão longínqua e escondida no interior do Paraná pudesse ser registrado no português europeu do século XIX! Era isso que descrevia Vasconcelos (1901).

Tenho plena consciência de que, em relação a esse ponto, minha tese não apresenta muitas respostas, mas sei também que consegui estabelecer alguns degraus nesta escadaria e espero, ardentemente, que pesquisadores futuros consigam terminar tal construção recém-

iniciada e encontrem as respostas que minhas limitações temporais e humanas não permitiram encontrar.

Foi, então, que, em 2015, após 2 anos de “descanso acadêmico” (pois resolvi dar um tempo após o Mestrado), resolvi peitar esse objeto de estudo com um anteprojeto de pesquisa que me levaria ao Doutorado.

Foi nesta época que a minha orientadora Izete abraçou a causa com muita dedicação e fomos construindo os conhecimentos que o leitor terá pela frente.

Já nesta época, eu me encontrava dando aulas na Unicentro (*campus* Irati), local em que tive a imensa sorte e oportunidade de dar aulas. Quando fiz a inscrição para a seleção de professor substituto na área de Linguística, acabei por pesquisar o grupo de pesquisadores que faziam parte do quadro efetivo da instituição. Notei ali um nome familiar pelas minhas leituras na Sociolinguística. Era Loregian-Penkal, conhecida também (no VARSUL) como Loremi (ou Lore), quem dava aulas lá. Era uma integrante do VARSUL, que havia sido orientada pelo Professor Paulino e colega da Professora Izete. Aquele sentimento de familiaridade encheu meu coração de alegria, pois sabia que muito aprendizado teria eu pela frente.

Foi assim meu período como docente na Unicentro: um período de muito aprendizado e de diálogos com a Professora Loremi, a quem agradeço a generosidade em tanto me ensinar. Também estendo este agradecimento à professora Luciane Trenenpohl da Costa pelos ensinamentos. Foram ambas as pesquisadoras que encabeçaram a criação do banco VARLINFÉ (Variação linguística na fala eslava), aliado ao NEES (Núcleo de estudos eslavos).

É preciso deixar bem claro – claríssimo – que esta tese só foi possível devido à disponibilização deste banco de dados para a minha pesquisa. Um fenômeno rural, típico da fala e de difícil coleta (por ser restrito a verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações, na primeira pessoal do plural) só poderia ser descrito a partir de um banco rural, o que é bastante raro no Brasil (ao menos até esta época em que nos situamos).

Assim, logo após ter passado no Doutorado na UFSC, propus-me a fazer a pesquisa utilizando-me do banco VARLINFÉ e convidei a Professora Loremi para ser minha co-orientadora logo no começo de meu Doutorado, em 2016.

Passaram-se dois anos de estudos e disciplinas, quando me candidatei a concorrer a uma bolsa para Doutorado Sanduíche no exterior. Eram duas vagas (a princípio), e fui selecionada. A alegria foi imensa, e o destino escolhido foi Portugal, mais especificamente na Universidade de Lisboa.

Escolhi este país e esta universidade porque queria me aprofundar um pouco em bibliografias que falassem do fenômeno linguístico que é meu foco de pesquisa em Portugal,

pois, com base em Vasconcelos (1901) e Naro e Scherre (2007), eu tinha a hipótese de que esse uso tinha origens no português europeu e precisava fazer essa verificação. Ademais, após notar algumas lacunas na descrição verbal sob o viés da Morfologia Estruturalista, precisava me munir de uma teoria morfológica que trouxesse mais respostas para esse fenômeno linguístico.

Foi assim que fiz o convite à Professora Alina Villalva para ser minha supervisora durante este período de Doutorado Sanduíche, e ela prontamente aceitou. Tenho certeza que aceitou (sem me conhecer) por conta da boa experiência que teve com a Fernanda, orientanda da Professora Izete, poucos anos antes, e também pela comprovada competência e seriedade do trabalho de minha orientadora.

De fato, ser bem orientada é um privilégio que se alastra a esferas inimagináveis. Sou grata à vida por ter encontrado a Professora Izete...

E, assim, a moça do interior voltava a Portugal em 2018 para estudar um fenômeno que acontecia nos cafundós do Paraná e nos cafundós de Portugal.

Participei como ouvinte das aulas da Professora Alina Villalva, que muito me contribuíram para a construção teórica desta tese, mas também frequentei as aulas da Professora Esperança Cardeira, que também foi primordial para esta pesquisa. Foi tal pesquisadora que, diante do meu referencial escasso sobre o objeto de estudo eleito, me indicou o precioso artigo de Sbovodová (2017), o qual faz uma descrição minuciosa, no contexto de Portugal, sobre o fenômeno linguístico que tanto me interessa. Este texto me auxiliou significativamente na busca bibliográfica de teses dialetológicas que são citadas na minha tese.

Foi toda essa experiência que me propiciou a feitura dos capítulos IV e V. Sem isso, tê-los feito seria quase impossível.

Para além de tudo, a Professora Alina Villalva, com sua grande generosidade, abriu-me a cabeça não só para muitas reflexões teóricas, como também para algumas oportunidades inigualáveis. Uma delas foi, por seu intermédio e do Diretor do Centro de Línguas e Culturas Eslavas, Gueorgui Hristovsky, fazer aulas de polonês com a professora Ewa Komorowska, sempre muito paciente e competente. Por ter chegado no segundo semestre, entrei já no nível II, embora nunca tivesse estudado a língua e, apesar de muitas dificuldades iniciais, consegui “me virar” nas aulas. Lembro da grande emoção quando consegui escrever meu primeiro texto! Foram apenas 2 meses de aula, mas que me marcaram muito... Nesta época, candidatei-me ao programa de bolsas para o curso intensivo de polonês na Polônia (NAWA) e obtive uma carta de recomendação da professora, que me possibilitou (juntamente com meu currículo) ser selecionada. Não pude, entretanto, fazer o curso em decorrência de recém ter assumido um

concurso público e estar em estágio probatório (sem férias, até completar 1 ano de instituição), mas tenho imensa gratidão às professoras e ao diretor por isso. *Dziękuję!*

Também tive a oportunidade de ter acompanhado a Professora Alina em sua ida à Polônia, juntamente com a Professora Esperança Carneira, em suas palestras para alunos da Universidade de Cracóvia, tratando-se de uma experiência única para mim.

Nunca vou esquecer do brilho nos olhos de uma aluna polonesa desta universidade quando falei em sala de aula que o nome da minha cidade tinha sido *Jagoda*, em homenagem a uma família polonesa que migrou para o Brasil e para a Argentina. Aquela aluna, então, tão tímida e jovenzinha, disse que este era o seu sobrenome e demonstrou muito encantamento ao saber que seu sangue também estava no Brasil.

Foi ali que tudo se conectou.

Uma pessoa do interior do Paraná como eu, vinda de uma cidade tão longínqua, falando da história da imigração eslava (com foco na polonesa) no Brasil encontrando algum laço com uma pessoa do outro lado do mundo, com vivências tão diferentes.

Também lá na Polônia, após alguns momentos turbulentos (que hoje nos geram muito riso), tive um diálogo com minha ancestralidade polaca, mediante uma conversa espiritual com meu falecido avô polonês, na qual eu relatava meus desesperos no país de seus avós e bisavós. Logo depois desse momento, fui convocada para um concurso como professora efetiva no IFSC em Chapecó, local onde mora minha tia-avó, irmã do meu avô. Pude sentir os dedos dele me auxiliando bem no instante em que eu estava em sua terra de origem.

Para a minha imensa surpresa, minha orientadora resolveu marcar a defesa desta tese no dia 18 de dezembro... exatamente o dia do aniversário do vô...

E assim ocorreram todos esses incríveis entrelaçamentos.

Mas, como na vida de Ivelã nem tudo são flores, ou as flores vêm sempre bem espinhosas, logo que voltei da Polônia e de Portugal para o Brasil, em maio de 2019, descobri que estava muito doente, com pedras na vesícula. Mais que isso, sete pedras se deslocaram pelo canal biliar, o que me colocou em risco de vida. Fiquei internada por semanas, com forte icterícia, fiz duas cirurgias e passei por essa experiência de quase morte.

Foi neste momento que minha orientadora Izete, sempre tão presente na minha caminhada acadêmica e também na minha vida pessoal, revelou-se ainda mais maternal do que sempre foi. Ela esteve no hospital me visitando após as cirurgias e deu um suporte inimaginável à minha mãe, que estava um tanto desestabilizada emocionalmente, pela situação imposta. Por isso, é com choro incontido que escrevo este trecho manifestando ao grandíssimo ser humano IZETE toda a minha GRATIDÃO!

Já tinham me dito que, no Doutorado, tudo acontece... e, no meu, TUDO aconteceu MESMO.

Nesses momentos atribulativos, também a frase que a Professora Alina escreveu para mim na dedicatória da sua obra *Estruturas Morfológicas* animou-me os horizontes: “Always look at the bright side of life”.

Olhei para o lado brilhante, ressuscitei dos meus dramas, fui para Chapecó, assumi o concurso e terminei esta tese que agora cansa o leitor que a lê.

Digo mais: é bom que cansa mesmo o leitor, porque eu a escrevi cansada, e acho justo que este sentimento seja passado adiante.

O trabalho acadêmico é, sim, feito de cansaços. E é disso que trato neste poema:

O labirinto de Tese e eu

Enfiei-me num labirinto da *soledad*,
No arдил dos 100 anos de Gabo,
Que constituem o mental tempo
Que uma sujeita leva
Para parir uma *thesis*.

No labirinto da solidão, eu e a tese.
Tese
e
o eu.

Muni-me de toda a coragem.
Catei o fio de Ariadne,
Composto por todos os pelos
dos crochês da sensata mãe
e pelos caramelos
cabelos
da quixotesca sobrinha,
infante
dos moinhos de vento.
Adelante!

Quando me perdi no labirinto,
E o Minotauro devorar tentou-me,
agarrei-me nesses fios com toda a garra
Acabei com minhas farras
E voltei a mim.

Ouvi falar, de terras longevas,
que é preciso uma
digestiva

tem-po
ra-li-
da-de.
pr'algumas coisas na vida.

Já a mim, nesta distopia,
48 meses tinha,
Para expurgar a ferida
de uma vesícula possuída
Por tantas pedras labirínticas.

Precisei de um tempo estendido
pra dar à luz a esta vida.
Nove meses de prazo:
no meio de uma pandemia.

Encontrei-me e perdi-me.
Esbofetei-a
e redimi-me.
A Tese me regurgitou.
O labirinto se abriu.
E assim
nasceu
Tese(u).

Não obstante este labirinto, como não sou de todo cruel, as obras artísticas de meu pai (que abrem os capítulos) poderão trazer, ao leitor, algum prazer estético e alento... Deliciem-se!

Acreditem ou não... Esta tese estava escrita nas estrelas. Eu apenas dei-lhe uma forma – disforme, diga-se de passagem – porque sou feita “de inacabamentos” (FREIRE, 1996) e não disfarçarei essa característica inerente. O que me faz professora e pesquisadora é estar sempre INACABADA.

Diante de tudo o que me propus, finalizo este prólogo (porque é preciso!), ao final de 2020, retomando a frase do menino do campo que não sabia lidar com o chuveiro elétrico: “Eu já queria ter terminado, mas essa água não acaba nunca!”.

Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
eles passarão...
eu passarinho!
(Mário Quintana)

Você só gosta de coisas
que têm espinhos.
(Minha mãe)

O fim dos fins, meus senhores,
o melhor é não fazer nada.
O melhor é a inércia consciente.
Pois bem, viva o subsolo!
(Fiódor Dostoiévski, “Memórias do Subsolo”)

RESUMO

Esta investigação objetiva mapear e descrever quantitativa e qualitativamente o uso do fenômeno linguístico da alternância vocálica precedente ao sufixo de PN /mos/, ocorrida em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação, em formas canônicas, como *falamos* e *aprendemos* e não canônicas, como *falemos* e *aprendimos*. Trata-se de uma pesquisa sincrônica no âmbito da Teoria da Variação e da Mudança linguística (cf, LABOV, 2008 [1972], 1982, 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; TRUDGILL, 1983 [1974]; GUY, 1981, 2000), com interface em pesquisas nas áreas da Dialetoлогия (VASCONCELOS, 1901; BOLÉO, 1943; CHAVES DE MELO, 1946), de Contato linguístico (WEINREICH, 1953; VANDRESEN, 1968, 2009; SANKOFF, 2002; SAVEDRA, 2009) e de Morfologia Gerativa (VILLALVA, 2000 [1995]; 2007). A amostra é constituída por 168 entrevistas sociolinguísticas do banco-base VARLINFE (Variação Linguística de Fala Eslava) – que está vinculado ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos), pertencente à UNICENTRO (*campus* Irati) –, apresentando forte característica rural. O banco-base é composto por 24 entrevistas de informantes descendentes de poloneses e ucranianos moradores de sete cidades da mesorregião *Sudeste* do Paraná: Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ivaí e Cruz Machado, que constituem uma macrocomunidade de fala (GUY, 2000). Argumentamos, com base principalmente em Naro e Scherre (2007), que essa alternância vocálica investigada seja comum a variedades rurais brasileiras, as quais trazem traços de conservadorismo linguístico, cujas raízes estão em terras lusitanas. Também argumentamos que não se trata de um fenômeno de *alçamento vocálico* (ou *elevação vocálica*), como tem sido classificado tradicionalmente por alguns pesquisadores (CASTILHO, 1992, 2006; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; FOEGER, SCHERRE, YACOVENCO, 2017), mas sim de uma alternância vocálica de caráter morfofonológico, com forte tendência à especialização temporal das formas verbais de *presente* e *pretérito perfeito do indicativo* que, na norma padrão, apresentam sincretismo. Para tanto, trazemos uma proposta de descrição teórica dessas formas com base na Morfologia X-Barra (VILLALVA, 2000 [1995]; 2007), questionando a classificação desses dois tempos verbais na morfologia estruturalista (CÂMARA JÚNIOR, 1970). A análise quantitativa considerou variáveis linguísticas e extralinguísticas, dentre as quais foram selecionadas, pelo programa de análise multivariada GOLDVARB-X, duas variáveis complexas que construímos para o estudo do fenômeno linguístico: a variável social ‘grau de etnicidade’, e a variável linguística ‘grau de ruralidade’. Os resultados revelaram que o grupo de fatores ‘TMA’ (tempo-modo-aspecto) foi o mais significativo para condicionar o uso de formas não canônicas, como *falemos* e *aprendimos*, que ocorrem com altos pesos relativos em contexto de *pretérito perfeito do indicativo*, endossando nossa hipótese de especialização temporal. Além disso, o uso considerável do sufixo de PN /mo/ associado tanto às formas canônicas quanto às não canônicas reforça nossa argumentação de que, em tais comunidades de fala, esse seja o sufixo subjacente (não o sufixo padrão /mos/). Por fim, argumentamos que tal alternância vocálica seja uma característica comum a comunidades de fala rurais brasileiras.

Palavras-chave: Alternância vocálica. Variação morfofonológica. Conjugação verbal. VARLINFE. Contato linguístico. Ruralidade.

ABSTRACT

This investigation aims to map and describe quantitatively and qualitatively the use of the linguistic phenomenon of vowel alternation preceding the suffix of PN /mos/, which occurred in regular verbs of the 1st and 2nd conjugation, such as *falamos* and *aprendemos* (non-canonical) and *falemos* and *aprendimos*. It is a synchronous research within the scope of the Language Variation and Change Theory (cf, LABOV, 2008 [1972], 1982, 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; TRUDGILL, 1983 [1974]; GUY, 1981, 2000). The thesis have an interface in research in the areas of Dialectology (VASCONCELOS, 1901; BOLÉO, 1943; CHAVES DE MELO, 1946), Linguistic Contact (WEINREICH, 1953; VANDRESEN, 1968, 2009; SANKOFF, 2002; SAVEDRA, 2009) and Generative Morphology (VILLALVA, 2000 [1995]; 2007). The sample consists of 168 sociolinguistic interviews from the VARLINFE database (Slavic Speech Linguistic Variation). The database is linked to NEES (Center for Slavic Studies), belonging to UNICENTRO (*campus* Irati) and it has a strong rural characteristic. The database contains 24 interviews with informants who are of Polish and Ukrainian descent. They live in seven cities in the southeastern region of Paraná: Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ivaí and Cruz Machado, which constitute a speech macro-community (GUY, 2000). We argue, based mainly on Naro and Scherre (2007), that this investigated vowel alternation is common to Brazilian rural varieties, which bring traces of linguistic conservatism, whose roots are in Lusitanian lands. We also argue that it is not a phenomenon of *vowel raising*, as has been traditionally classified by some researchers (CASTILHO, 1992, 2006; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; FOEGER, SCHERRE, YACOVENCO, 2017). It is a vowel alternation of a morphophonological character, with a strong tendency to temporal specialization of the verbal forms of *present* and *perfect past tense* that are syncretic in the standard norm. Therefore, we propose a theoretical description of these forms based on Morphology X-Barra (VILLALVA, 2000 [1995]; 2007) and we question the classification of these two verb tenses in structuralist morphology (CÂMARA JÚNIOR, 1970). The quantitative analysis considered linguistic and extralinguistic variables. The multivariate analysis program GOLDVARB-X selected two complex variables that we built for this study of the linguistic phenomenon. They are the social variable 'degree of ethnicity', and the linguistic variable 'degree of rurality'. The results revealed that the group of factors 'TMA' (time-mode-aspect) was the most significant to condition the use of non-canonical forms, as *falemos* and *aprendemos*. They occur with high relative weights in the context of *perfect past tense*, endorsing our hypothesis of temporal specialization. In addition, the considerable use of the PN /mo/ suffix associated with both canonical and non-canonical forms reinforces our argument that this is the suffix of the deep structure (not the standard suffix /mos/) in these speech communities. Finally, we argue that this vowel alternation is a characteristic common to Brazilian rural speech communities.

Keywords: Vowel alternation. Morphophonological variation. Verb conjugation. VARLINFE. Linguistic contact. Rurality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALERS – Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil
- CI – 1ª conjugação
- CII – 2ª conjugação
- CIII – 3ª conjugação
- CF – comunidade de fala
- DNP – desinência número-pessoal
- DNP-P4 – desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural
- DMT – desinência modo-temporal
- FM – flexão morfológica
- IdPr – Presente do indicativo
- IdPt2 – Pretérito perfeito do indicativo
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MMT – morfema modo-temporal
- MNP – morfema número-pessoal
- NEES – Núcleo de Estudos Eslavos
- NC – não canônicas
- PE – português europeu
- PB – português brasileiro
- PN – pessoa-número
- PU – português uruguaio
- P4 – 1ª pessoa do plural
- 1PP – 1ª pessoa do plural
- SNP – sufixo número-pessoal
- SNP-P4 – sufixo número-pessoal de 1ª pessoa do plural
- SMT – sufixo modo-temporal
- TMA – tempo-modo-aspecto
- TVM – Teoria da Variação e da Mudança
- SbPr – Presente do subjuntivo
- Spcom – *Speech community*
- VARLINFE – Variação de Fala Eslava
- VT – vogal temática
- WLH – Weinreich, Labov e Herzog

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO: “SE QUISE, NÓS <i>PASSAMO</i> A TARDE CONVERSANDO...” | 17 |
| 1 “QUANDO ELES CHEGARAM LÁ, ERA SÓ MATO. NUM TINHA ESTRADA, NUM TINHA NADA. ELES SE ACAMPARAM E AÍ COMEÇARAM FORMÁ A CIDADE”: | |
| CONTEXTO HISTÓRICO DE IMIGRAÇÃO ESLAVA E CONTATO LINGUÍSTICO | 33 |
| 1.1 PALAVRAS INICIAIS | 33 |
| 1.2 HISTÓRIA DO SUL DO PARANÁ E DA MESORREGIÃO SUDESTE: CONTEXTO DE CONTATO LINGUÍSTICO E IMIGRAÇÃO DE GRUPOS ÉTNICOS ESLAVOS | 34 |
| 1.2.1 Os poloneses: sua história na terra natal e no Sul do Paraná | 35 |
| 1.3 COMUNIDADE(S) BILÍNGUE(S): REALIDADE DE CONTATO LINGUÍSTICO E ETNICIDADES | 59 |
| 1.3.1 Interferências do contato linguístico com o polonês e o ucraniano no uso das vogais | 73 |
| 1.3 PALAVRAS FINAIS | 82 |
| 2 É DE SABUGO, A BONECA ESLAVA: DESVELANDO UMA MACROCOMUNIDADE LINGUÍSTICA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARANÁ | 87 |
| 2.1 PALAVRAS INICIAIS | 87 |
| 2.2 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA: DEMARCANDO OS CAMINHOS | 89 |
| 2.2.1 O conceito de “comunidade de fala” | 94 |
| 2.2.2 Redes sociais | 106 |
| 2.3 DELIMITAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DE FALA | 109 |
| 2.3.1 A mesorregião “Sudeste paranaense” na contemporaneidade: características geográficas, sociais e econômicas | 112 |
| 2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LOCALIDADES INVESTIGADAS | 119 |
| 2.4.1 Irati | 119 |
| 2.4.2 Ivaí | 120 |
| 2.4.3 Mallet | 121 |

| | |
|--|------------|
| 2.4.4 Prudentópolis | 122 |
| 2.4.5 Rebouças | 123 |
| 2.4.6 Rio Azul | 124 |
| 2.4.7 Cruz Machado | 124 |
| 2.4.8 Considerações finais sobre os municípios do banco-base VARLINFE | 126 |
| 2.5 PALAVRAS FINAIS | 126 |
| 3 “JOGUEMO TRES JOGO, NÉ, PERDIMO UM, EMPATEMO UM E GANHEMO OTRO”: O FENÔMENO LINGUÍSTICO VARIÁVEL EM INVESTIGAÇÃO | 131 |
| 3.1 PALAVRAS INICIAIS | 131 |
| 3.2 DESCRIÇÃO GERAL DA NEUTRALIZAÇÃO VERBAL NO BRASIL E DA OPOSIÇÃO DISTINTIVA EM PORTUGAL | 132 |
| 3.3 ESTUDOS SOBRE A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA PRECEDENTE AO SUFIXO DE PN NA PRIMEIRA PESSOAL DO PLURAL: BRASIL E SUAS FRONTEIRAS | 139 |
| 3.4 O FENÔMENO MORFOFONOLÓGICO EM PORTUGAL: SVOBODOVÁ (2017) ... | 163 |
| 3.5 PALAVRAS FINAIS | 172 |
| 4 “O PAI FALAVA UM BRASILEIRO ATRAPAIADO”: VARIEDADE RURAL E CONSERVADORISMO LINGUÍSTICO | 177 |
| 4.1 PALAVRAS INICIAIS | 177 |
| 4.2 UMA VARIAÇÃO MORFOFONOLÓGICA TÍPICA DE VARIEDADES RURAIS E RURBANAS | 178 |
| 4.3 A VARIEDADE RURAL BRASILEIRA, O SUJEITO CAIPIRA/COLONO/CAMPONÊS E SEU FEIXE DE PECULIARIDADES LINGUÍSTICAS | 181 |
| 4.4 ILHAS DE CONSERVADORISMO: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E LINGUÍSTICAS | 195 |
| 4.5 PORTUGUÊS EUROPEU: ORIGENS DA ALTERNÂNCIA VOCÁLICA NÃO-PADRÃO? | 200 |
| 4.6 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS NO PORTUGUÊS EUROPEU: A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA EM EVIDÊNCIA | 205 |
| 4.7 PALAVRAS FINAIS | 215 |

| | |
|---|------------|
| 5 “NUNCA PLANTEMO FUMO NÃO. [...] NÃO FOMO NO FUMO”: | |
| TEÓRICAS EM MORFOLOGIA, FONÉTICA E FONOLOGIA | 219 |
| 5.1 PALAVRAS INICIAIS | 219 |
| 5.2 DISCUSSÕES DO FENÔMENO SOB O ASPECTO FONÉTICO-FONOLÓGICO..... | 220 |
| 5.2.1 As vogais [ẽ]e [a] de 1ª conjugação precedentes ao segmento nasal [m]: oposição | |
| distintiva ou possibilidade de alofonia? | 220 |
| 5.2.2 A alternância entre [a] e [e] e de [e] e [i]: um caso de alçamento vocálico? | 224 |
| 5.2.3 O uso de /mo/: um apagamento final do sufixo flexional de pessoa e número? | 229 |
| 5.3 A MORFOLOGIA VERBAL COMO PARÂMETRO DE OBSERVAÇÃO | 235 |
| 5.3.1 Descrição morfológica de viés estruturalista: perscrutando formas verbais..... | 236 |
| <i>5.3.1.1 Algumas noções básicas da Morfologia Estruturalista.....</i> | <i>237</i> |
| <i>5.3.1.2 Formas verbais de 1ª pessoa do plural em neutralização: segmentação em</i> | |
| <i>morfemas.....</i> | <i>242</i> |
| 5.3.2 Uma proposta da morfologia gerativa para a descrição do português..... | 254 |
| <i>5.3.2.1 Prolegômenos para a Morfologia X-Barra.....</i> | <i>254</i> |
| <i>5.3.2.2 A Morfologia X-Barra e as conjugações verbais</i> | <i>259</i> |
| 5.3.3 O estatuto da vogal em alternância: vogal temática ou de flexão em TMA? | 267 |
| <i>5.3.3.1 O caso de alternância vocálica na 3ª conjugação: há alternância de VT em</i> | |
| <i>“fumo(s)”?......</i> | <i>268</i> |
| <i>5.3.3.2 O estatuto da vogal em alternância.....</i> | <i>271</i> |
| 5.4 PALAVRAS FINAIS | 277 |
| 6 “ONTEM ERA DIA SANTO PRA TURMADA, MA NÓIS TRABAIEMO DO MEMO | |
| JEITO”: O TRABALHO METODOLÓGICO DE PESQUISA..... | 283 |
| 6.1 PALAVRAS INICIAIS | 283 |
| 6.2 ENTREVISTAS SOCIOLINGUÍSTICAS AOS MOLDES DA TVM..... | 286 |
| 6.3 DELINEAMENTO DA METODOLOGIA DE PESQUISA | 294 |
| 6.3.1 O corpus investigado e a configuração da amostra | 295 |
| 6.4 ROL DA VARIAÇÃO: VARIÁVEIS DEPENDENTES E INDEPENDENTES..... | 297 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 6.4.1 | Levantamento dos grupos de fatores intralinguísticos..... | 305 |
| 6.4.1.1 | <i>‘Produção fonética da vogal’</i> | 305 |
| 6.4.1.2 | <i>‘Grau de ruralidade’</i> | 308 |
| 6.4.1.3 | <i>‘Realização de PN’</i> | 310 |
| 6.4.1.4 | <i>‘TMA’</i> | 311 |
| 6.4.1.5 | <i>‘Item lexical’</i> | 313 |
| 6.4.2 | Inventário das variáveis extralinguísticas | 314 |
| 6.4.2.1 | <i>‘Diatopia’</i> | 314 |
| 6.4.2.2 | <i>‘Sexo’</i> | 315 |
| 6.4.2.3 | <i>‘Escolaridade’</i> | 317 |
| 6.4.2.4 | <i>‘Faixa etária’</i> | 318 |
| 6.4.2.5 | <i>‘Etnia’</i> | 320 |
| 6.4.2.6 | <i>‘Ocupação’</i> | 321 |
| 6.4.2.7 | <i>‘Nível de bilinguagem’</i> | 322 |
| 6.4.2.8 | <i>Grau de etnicidade</i> | 323 |
| 6.4.2.9 | <i>‘Mobilidade’</i> | 324 |
| 6.4.2.10 | <i>‘Localismo’</i> | 326 |
| 6.5 | CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS E UTILIZAÇÃO DO GOLDVARB..... | 328 |
| 6.6 | PALAVRAS FINAIS | 329 |
| 7 | “SE CRIAMO CO ESSE FUMO, CASEMO E CONTINUAMO CO FUMO”: ANÁLISE VARIACIONISTA QUANTITATIVA DOS DADOS..... | 333 |
| 7.1 | PALAVRAS INICIAIS | 333 |
| 7.2 | RESULTADOS GERAIS..... | 335 |
| 7.3 | RESULTADOS DE 1ª CONJUGAÇÃO..... | 337 |
| 7.3.1 | Variável <i>‘TMA’</i> | 340 |
| 7.3.2 | Variável <i>‘Grau de ruralidade’</i> | 343 |
| 7.3.3 | Variável <i>‘Escolaridade’</i> | 347 |
| 7.3.4 | Variável <i>‘Faixa etária’</i> | 350 |

| | |
|---|------------|
| 7.3.5 Variável ‘Etnia’ | 354 |
| 7.3.6 Variável ‘Diatopia’ | 359 |
| 7.3.7 Variável ‘Grau de etnicidade’ | 363 |
| 7.3.8 Variável ‘Realização de PN’ | 366 |
| 7.3.9 Variável ‘Grau de bilinguagem’ | 369 |
| 7.4 RESULTADOS DE 2ª CONJUGAÇÃO..... | 371 |
| 7.4.1 Variável ‘TMA’ | 374 |
| 7.4.2 Variável ‘Diatopia’ | 376 |
| 7.4.3 Variável ‘Faixa etária’ | 379 |
| 7.3.4 Variável ‘Grau de ruralidade’ | 380 |
| 7.5 PALAVRAS FINAIS | 382 |
| 8 “MAIS QUANDO NÓIS CRESCIMO UM POCO MAIS, NÓS COMECIMO JÁ A AJUDÁ ELES”: ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS | 387 |
| 8.1 PALAVRAS INICIAIS | 387 |
| 8.2 QUESTÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS: ESCRUTINANDO OS DADOS | 387 |
| 8.2.1 A variável ‘produção fonética da vogal’ mediante um olhar qualitativo..... | 388 |
| 8.2.2 A questão do alçamento vocálico: o que nos mostra a amostra | 394 |
| 8.3 ASPECTOS MORFOLÓGICOS: VT E SUFIXOS DE TMA E PN | 402 |
| 8.3.1 Revisitando os dados de TMA: perscrutações necessárias | 403 |
| 8.3.2 A especialização temporal manifestada: seriam as vogais /e/ e /i/ sufixos flexionais de TMA?..... | 407 |
| 8.4 A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA EM ALVO: EXPLICANDO OS PORQUÊS DE SUA EXISTÊNCIA..... | 418 |
| 8.4.1 Questões relativas à TVM: fluxos e contrafluxos da mudança linguística, comunidades de fala, graus de ruralidade e etnicidade | 418 |
| 8.4.2 A regularização do paradigma verbal como forma de reestruturação para contextos ambíguos | 427 |
| 8.5 PALAVRAS FINAIS | 434 |

| | |
|---|------------|
| 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “NÓIS FUMO MONTANDO, ATÉ HOJE NÃO TERMINEMO AINDA” | 439 |
| REFERÊNCIAS | 447 |
| ANEXOS..... | 461 |
| ANEXO A – Ficha social (Fonte: VARLINFE) | 461 |
| ANEXO B – Nova ficha social (Fonte: VARLINFE)..... | 462 |
| ANEXO C – Roteiro de perguntas (Fonte: VARLINFE) | 464 |

INTRODUÇÃO

“SE QUISE, NÓS *PASSAMO* A TARDE CONVERSANDO...”



INTRODUÇÃO: “SE QUISE, NÓS *PASSAMO A TARDE CONVERSANDO*¹...”

Amparada no axioma central da Teoria da Variação e da Mudança (TVM) – de que a variação e a mudança linguísticas são inerentes a todas as línguas (LABOV, 2008 [1972], 1982, 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1975]; TRUDGILL, 1983 [1974]; GUY, 1981, 2000; CHAMBERS, TRUDGILL, SCHILLING-ESTES, 2002) – esta pesquisa se propõe a estudar um tipo de variação morfofonológica precedente ao sufixo de pessoa-número (PN) em 1ª pessoa do plural, que costuma ocorrer no *presente* e no *pretérito perfeito do indicativo*, na mesorregião *Sudeste*² do Paraná. Essa terminologia está de acordo com o arcabouço teórico da Morfologia X-Barra, mais especificamente em Villalva (2000 [1995], 2007). Assim, utilizamos, doravante, a terminologia proposta pela autora com vistas à descrição do fenômeno linguístico.

Referimo-nos a esse fenômeno como *alternância vocálica precedente ao sufixo de PN de 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações*. Para tanto, utilizamos como *cópus* os dados coletados nas entrevistas sociolinguísticas do Banco VARLINFÉ (Variação Linguística de Fala Eslava), que está vinculado ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos) pertencente à UNICENTRO (*campus* Irati). O banco-base é constituído por 24³ entrevistas de sete cidades da mesorregião *Sudeste* do Paraná, a saber: Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Ivaí e Cruz Machado, cujos entrevistados são todos descendentes de ucranianos e/ou⁴ poloneses, mas o banco ainda apresenta amostras complementares (que não serão usadas nesta pesquisa).

Em relação ao fenômeno linguístico variável por nós pesquisado, é preciso lembrar que, na norma padrão do português europeu (PE), nos verbos de 1ª conjugação, para diferenciar o presente e o passado, distingue-se a vogal que precede o sufixo de PN /mos/, produzindo este /a/ como [ẽ] no *presente do indicativo* – nós *cant[ẽ]mos* e como [a] no *pretérito perfeito* – nós *cant[a]mos* –.

¹ Frase proferida por uma informante de Rio Azul, sexo feminino, ensino fundamental I e mais jovem.

² É importante ressaltar que a mesorregião *Sudeste* do Paraná é assim classificada oficialmente, porém, o comércio, prefeituras e a população em geral a conhecem popularmente como “Região Centro-Sul do Paraná”, havendo uma controvérsia entre classificação oficial e uso. Nesta pesquisa, utilizamos a classificação oficial.

³ Certas cidades apresentam mais que 24 entrevistas, pois os pesquisadores do banco buscaram não apenas preencher as células sociais, mas também inquirir sujeitos que tivessem significativa importância social e cultural naqueles municípios. Além dessas 24 entrevistas de cada cidade (referentes ao banco-base), há outras pertencentes a um banco complementar, as quais não serão utilizadas.

⁴ Alguns informantes são considerados de etnia “híbrida eslava”, pois, por exemplo, o pai pode ser descendente de poloneses, e a mãe, de ucranianos ou vice-versa, e outros, “mista com outras etnias”, envolvendo etnia alemã, italiana e outras.

Haveria, então, uma distinção temporal no PE que não acontece no português brasileiro (PB), mas as duas formas são consideradas padrão nos manuais de gramática do PB (cf. BECHARA, 2008). Ou seja, no PB padrão, não haveria distinção entre essas duas formas verbais – mas sim uma *neutralização* entre os tempos verbais.

Observemos os exemplos a seguir (com as formas às quais chamamos de “canônicas”).

(1) Verbos de 1ª Conjugação

FORMAS CANÔNICAS

1a. Nós sempre *cantamos*. (*Presente do indicativo*)

1b. Ontem, nós *cantamos/cantámos*. (*Pretérito perfeito do indicativo*).

Já em relação aos verbos de 2ª conjugação, há uma neutralização verbal em ambos os contextos temporais nas variedades do PE e do PB, como podemos observar nos exemplos seguintes:

(2) Verbos de 2ª Conjugação

FORMAS CANÔNICAS

2a. Nós sempre *comemos* à noite. (*Presente do indicativo*)

2b. Ontem, nós *comemos* à noite. (*Pretérito perfeito do indicativo*).

No entanto, a realidade linguística tem mostrado a existência de outras formas verbais não consideradas pela gramática normativa, mas mencionadas por alguns linguistas, como Castilho (1992, 2006) e Bortoni-Ricardo (2005, 2011), com a alternância das vogais precedentes a /mos/. Alguns autores têm classificado esse fenômeno como *alçamento vocálico*⁵ (CASTILHO, 1992, 2006; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011).

Essas vogais são consideradas como *não canônicas* (NC) e parecem ser constituintes das variedades rurais do Brasil (cf. AMARAL, 1920; PEREIRA, MARGOTTI, 2018) e de Portugal⁶ (SBOVODOVÁ, 2017, SANTOS, 1967; MAIA, 1964; FEIJÓ, 1818; MOURA, 1960; BAPTISTA, 1967; CARRANCHO, 1969; OLIVEIRA, 1966; entre outros), podendo ser produzidas em união ao sufixo de PN padrão /mos/ ou não-padrão /mo/.

(3) Verbos de 1ª conjugação

FORMAS NÃO CANÔNICAS

⁵ Ao longo da pesquisa, questionamos se, de fato, trata-se de um *alçamento vocálico* típico, mas, por agora, deixamos assim a descrição terminológica do fenômeno.

⁶ Tal questão será retomada no Capítulo IV, no qual se aborda a temática da variedade rural brasileira, conservadorismo linguístico e sua relação com a variedade rural portuguesa.

3c. Nós sempre *cantemo(s)*. (*Presente do indicativo*)

3d. Ontem, nós *cantemo(s)*. (*Pretérito perfeito do indicativo*).

(4) Verbos de 2ª conjugação

FORMAS NÃO CANÔNICAS

4a. Nós sempre *comimo(s)* à noite. (*Presente do indicativo*)

4b. Ontem, nós *comimo(s)* à noite. (*Pretérito perfeito do indicativo*).

Grosso modo, a respeito da concordância verbal na 1ª pessoa do plural, bem como sobre o uso de *a gente* como variante em relação ao pronome *nós* para esse contexto, muitos estudos têm sido feitos no âmbito da Sociolinguística Variacionista (SCHMITZ, 1973; OMENA, 1986, 1996a, 1996b, 2003; NARO, GÖRSKI e FERNANDES, 1989; OMENA e BRAGA, 1996; MENON, 1996; SEARA, 2000; LOPES, 2003; ZILLES, 2005, 2007, RUBIO, 2012, RUBIO e GONÇALVES, 2013, entre outros⁷). Tais pesquisas já consolidadas têm papel significativo para um maior detalhamento da descrição linguística no Brasil, observando-se a relação do fenômeno variável em xeque com os fatores sociais e linguísticos.

Parece haver, no entanto, um número ainda escasso de estudos sobre a variação morfofonológica na vogal precedente a /mos/ em 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação – tema desta Tese de Doutorado – embora alguns pesquisadores tenham mencionado esse fenômeno linguístico em seus textos, tais como Amaral (1920); Frosi e Mioranza (1983); Castilho (1992, 2006); Bortoni-Ricardo (2005; 2011); Costa (1990); Zilles, Maya e Silva (2000); Naro e Scherre (2007); Freitag (2016); Foeger (2014); Foeger, Yacovenco e Scherre (2017). Apesar das menções e breves descrições, o tema de que se ocupa nossa pesquisa não foi descrito de maneira mais aprofundada, nem eleito por esses estudiosos como uma variável dependente, estabelecendo-se suas variantes e seus respectivos grupos de fatores (internos e externos)⁸. Por conta disso, justifica-se a originalidade desta tese, considerando-se que trata de um fenômeno linguístico presente no PB (e no PE), mas que ainda não foi descrito e analisado de modo mais abrangente.

⁷ O texto de Vianna e Lopes (2015), “Variação dos pronomes *nós* e *a gente*”, no livro *Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro*, traz um apanhado dos estudos brasileiros sobre o tema da variação em 1PP nos últimos 30 anos.

⁸ Alguns trabalhos, como os da pesquisadora Ana Zilles e seus alunos, trataram a respeito deste fenômeno linguístico por nós abordado como uma *variável independente interna*, mas não como *variável dependente*. Também a pesquisa de Foeger (2016) mapeou este uso linguístico, mas seu foco estava na concordância verbal de 1ª pessoa do plural em variados outros contextos temporais.

Tendo percebido a ausência de pesquisas variacionistas com foco neste objeto, fizemos alguns estudos prévios a respeito do tema, como uma maneira de traçar caminhos para uma pesquisa de maior fôlego – como ambiciona ser este estudo. Em Pereira (2014), foi feito um trabalho (preliminar) variacionista sobre tal uso linguístico numa comunidade de fala de Florianópolis, em que os resultados nos mostraram um uso pouco significativo de *nós*, bem como o uso escasso da variante não-padrão, revelando que a utilização da forma não canônica provavelmente estaria relacionada a regiões de característica mais rural.

Já em Pereira, Coelho e Loregian-Penkal (2016), realizamos uma pesquisa preliminar de caráter qualitativo no *Sudeste* do Paraná, buscando investigar se, naquela região de característica rural, seria mais predominante o uso da variante não-padrão, e verificamos tal uso não apenas na fala, como também na escrita de gênero informal, mostrando que se trata de um fenômeno comum àquela região.

Na sequência, com vistas a verificar se esse uso linguístico ocorreria em outras localidades (para além do *Sudeste* do Paraná), em Pereira e Margotti (2018), traçamos um mapeamento diatópico desse uso, mediante a carta linguística nº 83 do ALERS (Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil) – que inquirir os informantes sobre qual seria a forma do verbo “ficar” no pretérito perfeito do Indicativo. Os resultados nos mostraram que se trata de um fenômeno linguístico presente em todos os estados do Sul do Brasil em cidades de característica rural, de maneira generalizada (sem marcação de isoglossas, como ocorre em outros tipos de variação). O uso da forma *fiquemo* foi preponderante em todos os estados e suas respectivas mesorregiões, de modo que pudemos clarificar a hipótese inicial de que esse uso não seria algo específico da região *Sudeste* do Paraná, mas sim um uso linguístico peculiar a localidades rurais.

Além disso, outras descrições – como Amaral (1920), Bortoni-Ricardo (2005, 2011) – revelam não se tratar de um fenômeno linguístico exclusivo do Sul do Brasil, mas sim de localidades rurais (ou *rurbanas*⁹, isto é, urbanas de matriz rural).

Por fim, em Pereira (2018), assumindo que as formas precisam ter o mesmo significado referencial para haver variação – uma questão já levantada por Lavandera (1978), Labov (1978), Weiner e Labov (1983 [1977]), e retomada por Tagliamonte (2006) e Camacho (2010) – fizemos o seguinte questionamento teórico-metodológico sobre nosso objeto em estudo: *é possível considerar, neste caso, as vogais /a/ e /e/, bem como /e/ e /i/, como variantes de uma*

⁹ O termo “rurbano” é usado por Bortoni-Ricardo para descrever a comunidade brasiliense que foi foco de sua pesquisa de Doutorado.

mesma variável dependente? Essa questão precisou ser colocada em virtude de, em alguns contextos de uso, haver claramente uma especialização temporal de cada variante (*não canônica* para passado, e *canônica* para presente). Se isso, de fato, fosse um uso categórico de especialização temporal (não sendo, pois, variantes num mesmo contexto de significado), poderia ser inviabilizada uma pesquisa variacionista. No entanto, o levantamento de dados que fizemos à época nos permitiu perceber que o fenômeno era variável.

Trazemos aqui alguns exemplos do *cópus* desta tese que mostram tal variabilidade em contextos temporais diferentes:

- (1) Se quisé, nós **pass[ẽ]mo** a tarde conversando... (**RIO, fem, fund. I, mais jovem**)¹⁰
- (2) Entrevistado: Daí não aconteceu nada cum nós. Entrevistadora: Sobreviveram...Entrevistado: **sobrevi[i]mo**. Só que não **pass[e]mo** fome. (**CRU, mas, fund. I, mais velho**)
- (3) **Mor[e]mo** treis ano lá, ma deu sete enchente. (**REB, fem, fund. I, mais jovem**)
- (4) Entrevistador: E ficô muito tempo passando lá assim? Entrevistado: **Fiqu[e]mo**. Eu ca vó **fiq[u]e]mo**, tipo, uns dois meis lá. (**REB, mas, ensino médio, mais jovem**)
- (5) Tem dias que tá chovendo, ela num sai brincá, né? Então nós **fic[ẽ]mo** conversando. (**MAL, fem, fund. I, mais velha**)
- (6) Nossa, como ele sofreu! Nós **sofr[e]mo**, sabe? Meus Deus. Três ano, nós **sofr[e]mo**. (**REB, fem, ensino médio, mais velha**)
- (7) Entrevistadora: E como é que a senhora ia então? Entrevistada: Di a pé! A pezinho... Nós levantava seis horas e tava de a pezito lá na coloi. Não fartava aula e... uma veiz nós **perd[i]mo** essa vez foi... hoje em dia não... cinco minuto nós **atras[e]mo**, nós **vort[e]mo** de Gonçalves Júnio pra num entrá que tinha vergonha de entrá, que nós tava atrasado cinco minuto na iscola. (**IRA, fem, fund. II, mais jovem**)

Os dados revelam um uso variável das formas verbais que objetivamos investigar. Além desse rol preliminar de ocorrências, apresentamos pesquisas que, ao longo dos capítulos, são apresentadas com maior profundidade.

¹⁰ Todos os dados desta tese, doravante, trarão a forma verbal em negrito, com a transcrição fonética da vogal em análise entre colchetes. Também apresentarão as seguintes informações entre parênteses, conforme a classificação clássica na Sociolinguística Variacionista: localidade, sexo, escolaridade e faixa etária). Quanto à localidade, as siglas estabelecidas são: IRA (Irati), MAL (Mallet), PRU (Prudentópolis), RIO (Rio Azul), REB (Rebouças), IVA (Ivaí), CRU (Cruz Machado). Sobre a a variável ‘sexo’, as abreviaturas são: *fem* e *mas*. A ‘escolaridade’ apresenta estas três opções: *fund. I* (ensino fundamental I), *fund. II* (ensino fundamental II) e *ensino médio*. Por fim, a faixa etária está assim estratificada e representada: *mais jovem* (abaixo de 50 anos) e *mais velho* (acima de 50 anos).

A fim de situar o leitor, expomos, nesta Introdução, um levantamento das conclusões a que chegamos a partir do que foi (brevemente) descrito sobre o tema. Resumidamente, já foram percebidas as seguintes peculiaridades:

(i) É um fenômeno ligado ao contexto rural (AMARAL, 1920; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; FROSI, MIORANZA, 1983; COSTA, 1990; NARO, SCHERRE, 2007; PEREIRA, MARGOTTI, 2018);

(ii) Não é exclusivo da fala – embora mais comum nesse âmbito –, podendo ocorrer em escrita de sujeitos do campo (PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016);

(iii) Não parece estar presente em *corpus* de norma culta (CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002; ZILLES e BATISTA, 2006);

(iv) Suas origens aparentam estar enraizadas no português europeu antigo (VASCONCELOS, 1901; NARO, SCHERRE, 2007; SVODOBOVÁ, 2017; SANTOS, 1967; MAIA, 1964; FEIJÓ, 1818; MOURA, 1960; BAPTISTA, 1967; CARRANCHO, 1969; OLIVEIRA, 1966; entre outros);

(v) Trata-se de um fenômeno morfofonológico, *i.e.*, que envolve aspectos morfológicos e fonético-fonológicos (FREITAG, 2016; PEREIRA, 2018);

(vi) Está bastante relacionado ao sufixo de PN não-padrão /mo/ que o sucede, mas (ainda) em variação ao sufixo padrão /mos/ (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000);

(vii) Parece ser variável (não categórico) em algumas comunidades linguísticas (COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016); e, por fim;

(viii) As formas não canônicas parecem ocorrer mais no *pretérito perfeito do indicativo*, e as formas canônicas (assim chamadas sem considerarmos o sufixo *-mo* como não canônico, uma vez que pessoas mais escolarizadas o produzem na fala, com bastante recorrência) parecem ocorrer mais no *presente do indicativo* (CASTILHO, 1992, 2016; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017).

Destarte, a pergunta norteadora desta pesquisa fica assim configurada: *os falantes de uma comunidade linguística eslava fazem alternância não canônica da vogal precedente ao sufixo de PN na 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação?*

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa será descrever e analisar aspectos históricos, sociais, geográficos e linguísticos envolvidos neste objeto linguístico morfofonológico, por meio do levantamento de variáveis independentes internas e externas, estabelecendo-se um

estudo de interface entre Morfologia, Fonética e Fonologia, Sociolinguística Variacionista, Contato Linguístico e Dialectologia.

Já em relação aos objetivos específicos (a partir de questionamentos centrais problematizadores) e suas respectivas hipóteses, estão assim traçados:

(1) Questão problematizadora: o contexto histórico, social e geográfico pode influenciar no uso variável do fenômeno linguístico da alternância vocálica não-padrão em 1ª pessoa do plural em verbos de 1ª e 2ª conjugações?

Hipótese: os âmbitos histórico, geográfico e social são significativamente condicionantes no uso do fenômeno linguístico em questão compondo uma *comunidade de fala eslava*. Eles vão auxiliar na montagem dos grupos de fatores externos que serão tratados na Metodologia de pesquisa. (cf. LABOV, 1972 [2008]; DOUSTDAR, 1990; OGLIARI, 1999; SMAHA, 2018, entre outros).

Objetivo: descrever os aspectos históricos, geográficos e sociais de uma comunidade linguística da mesorregião *Sudeste* do Paraná, articulando tal caracterização com a Teoria da Variação e da Mudança, com vistas a considerar (na análise) todos esses aspectos como fatores condicionantes no uso linguístico dos falantes que pertencem a tal comunidade¹¹.

(2) Questão problematizadora: o contato linguístico presente em comunidades eslavo-brasileiras – nas quais se usa a língua portuguesa em contato com línguas eslavas (polonês e ucraniano) – pode influenciar no fenômeno da alternância vocálica que precede o sufixo de pessoa-número de 1ª pessoa do plural?

Hipótese: com base em pesquisadores que se dedicaram à questão do contato linguístico em comunidades eslavas (cf. DRUSZCZ, 1983; OGLIARI, 1999; MORAES, 2013; MENDONÇA, 2017; MILESKI, 2017) e considerando que os sistemas fonético-fonológicos do polonês e do ucraniano não apresentam vogais médias-altas e o fone [ẽ], acreditamos que, entre os informantes das comunidades eslavas investigadas, a produção da vogal /a/ poderá ocorrer como [a], e, no caso do fonema /e/, os falantes eslavo-brasileiros privilegiarão o uso do fone [ɛ], em variação com a fone padrão [e].

¹¹ Esse objetivo é retomado nos capítulos I, II e VI.

Objetivo: descrever e analisar a produção fonética das vogais que antecedem a flexão de PN /mos/, de modo a perceber se o contato linguístico nas comunidades eslavo-brasileiras interfere no uso do fenômeno linguístico que é foco de investigação desta tese¹².

(3) Questão problematizadora: o fenômeno da alternância vocálica na primeira pessoal do plural em verbos de 1ª e 2ª conjugação está, de fato, relacionado a variedades rurais e a “ilhas de conservadorismo”?

Hipótese: em Amaral (1920), foi feita uma descrição deste fenômeno linguístico em investigação como algo comum ao “dialeto caipira”, assim como outros pesquisadores que o mencionaram e o relacionaram a variedades rurais (FROSI, MIORANZA, 1983; COSTA, 1990; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; NARO, SCHERRE, 2007), algo que também foi percebido em estudos nossos antecedentes (PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016; PEREIRA, MARGOTTI, 2018). Com isso, hipotetizamos que tal fenômeno é típico de variedades rurais, não só do português brasileiro, como também do português europeu mais antigo (VASCONCELOS, 1970 [1901]). Sobre a questão das “ilhas de conservadorismo linguístico”, amparamo-nos em Naro e Scherre (2007), Vandresen (2009) e Ribeiro (2013), argumentando que as variedades rurais, em virtude de seu isolamento, preservam fenômenos linguísticos que podem ter sido extintos em variedades urbanas.

Objetivo: fazer um detalhamento das variedades rurais brasileiras, de modo a perceber quais fenômenos linguísticos estão relacionados a elas e também verificar se variedades rurais portuguesas apresentam o fenômeno linguístico da alternância vocálica por nós investigado¹³.

(4) Questão problematizadora: as formais verbais que são objeto de análise desta pesquisa estão em variação para ambos os tempos verbais ou em especialização temporal?

Hipótese: o uso das formas verbais canônicas e não canônicas é variável e não de total especialização de formas, porque a variação aparece tanto em contextos de presente quanto de passado (cf. COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, COELHO,

¹² Aparece nos capítulos I, VI, VII e VIII.

¹³ Trata-se de um objetivo contemplado nos capítulos III e IV, mas é retomado no capítulo VIII.

LOREGIAN-PENKAL, 2016), porém há uma forte tendência para que as formas não canônicas sejam mais utilizadas no passado.

Objetivo: investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico¹⁴.

(5) Questão problematizadora: quais são as implicações fonético-fonológicas e morfológicas no tangente ao uso das formas não canônicas verbais que analisamos?

Hipótese: em relação à Fonética e Fonologia, acreditamos que as formas não canônicas não podem ser classificadas como casos de alçamento vocálico tradicional e que existe uma associação dessa forma com a forma não- canônica do sufixo de pessoa e número. No caso das implicações morfológicas, acreditamos que o tempo é a categoria verbal mais relevante para o condicionamento das formas não canônicas. Assim, o aspecto da provável especialização temporal (englobando TMA) e possível alçamento vocálico são pontos importantes a serem discutidos para a compreensão dos porquês inseridos no bojo de tal uso linguístico, de maneira a perceber se isso pode ser confirmado, com base num conjunto de dados mais substancial. (cf. CASTILHO, 1992, 2016; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017).

Objetivo: explicar o uso das formas não canônicas a partir de estudos em Fonética, Fonologia e Morfologia¹⁵, buscando elucidaciones teóricas que nos permitam entender o funcionamento interno dessas formas¹⁶.

(6) Questão problematizadora: quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas mais relevantes no condicionamento do uso não canônico das formas verbais linguísticas investigadas?

Hipótese: quanto às variáveis linguísticas, acreditamos que se destaquem o ‘uso da SNP’ e o ‘TAM’, conforme os estudos já feitos sobre o tema (CASTILHO, 1992, 2016; ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017). No que diz respeito às variáveis

¹⁴ Objetivo que é abordado nos capítulos III, V, VII e VIII.

¹⁵ Esclarecemos que esta pesquisa apresenta, de modo geral, dois arcabouços teóricos fundacionais, sendo o primeiro deles da Teoria da Variação e da Mudança, e o segundo relativo à Morfologia Gerativista (cf. capítulo V).

¹⁶ Contemplado nos capítulos V e VIII.

extralinguísticas, hipotetizamos que os fatores ‘escolaridade’, ‘mobilidade’ e ‘localismo’ sejam os mais significativos. Além disso, acreditamos que os fatores sociais têm um peso muito maior no uso das formas não canônicas por estarem bastante associados à variedade rural (cf. PEREIRA, 2014).

Objetivo: mapear, mediante resultados estatísticos, quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que mais condicionam o uso das variantes não canônicas¹⁷.

Com as questões, os objetivos e as hipóteses já configuradas, passamos à descrição da cada um dos oito capítulos que compõem desta tese.

O primeiro capítulo, “‘Quando eles chegaram lá, era só mato. Num tinha estrada, num tinha nada. Eles se acamparam e aí começaram formá a cidade’: contexto histórico de imigração eslava e contato linguístico” – procurando dar conta do primeiro objetivo específico já apresentado nesta Introdução –, trata sobre o âmbito histórico e aspectos sociais das localidades que são alvo de pesquisa, de modo a observarmos suas características identitárias, assim como um detalhamento da mesorregião *Sudeste Paranaense*, a fim de que o leitor possa ter uma compreensão holística dos sujeitos (em sua maioria) multilíngues integrantes de tal/tais possível/possíveis *comunidade(s) de fala*. Sobre a discussão relativa a contato linguístico, *etnicidade*, *bilingualidade* e aspectos etnográficos, tomamos por base especialmente as discussões de Weinreich (1953) – precursor de estudos sociolinguísticos em situação de contato –, Thomason (2001), Trudgill (1983 [1977]), Fishman (1986), Gumperz (1982 [2002]), Fought (2002) e Sankoff (2002), além de estudos brasileiros que trataram sobre o tema, como Savedra (2009), Mileski (2017) entre outros, finalizando o capítulo com uma breve descrição do sistema fonético-fonológico das vogais no ucraniano e no polonês, a fim de perceber as possíveis interferências dessas línguas na produção vocálica (em língua portuguesa) dos informantes das comunidades eslavas investigadas nesta pesquisa.

Já o segundo capítulo, intitulado “‘É de sabugo, a ‘boneca eslava’: desvelando uma macrocomunidade linguística na mesorregião Sudeste do Paraná” – cujo foco está no primeiro e no segundo objetivos específicos elencados –, tem como fio condutor o conceito de *comunidade de fala* e sua importância para os estudos variacionistas, em consideração à metáfora da *boneca russa* (GUY, 2000) para descrever a existência de *macrocomunidades e microcomunidades*. O capítulo traz à tona uma descrição relativamente aos aspectos sociais e

¹⁷ Fazemos tal articulação nos capítulos VI e VII.

geográficos da(s) comunidade(s) de fala a ser(em) analisada(s) – cidades componentes do BANCO VARLINFE (as quais pertencem à mesorregião *Sudeste* do Paraná) –, tomando por base os dados do IBGE e do IPARDES (2004) – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social –, além de estudos já feitos em tal mesorregião, como os de Wouk (1981), Horbatiuk (1989), Andrezza (1996), Ogliari (1999), Guérios (2007), Jacumasso e Damke (2009), Costa e Loregian-Penkak (2015), Voitovicz e Loregian-Penkak (2016), Pereira, Coelho e Loregian-Penkak (2016), Ramos (2017), Smaha (2018), entre outros¹⁸.

Na sequência, o terceiro capítulo, com o título “*Joguemo treis jogo, né, perdimos um, empatamos um e ganhamos outro*’: o fenômeno linguístico variável em investigação” apresenta, de modo mais aprofundado, um rol de estudos feitos sobre tal objeto e as principais características que podemos atribuir a ele, tais como as descrições de Amaral (1920), Frosi, Mioranza (1983), Costa (1990), Castilho (1992), Zilles, Maya e Silva (2000), Rubio e Gonçalves (2012), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), entre outros. Além disso, trazemos à vista pesquisas nossas precedentes, que puderam nos trazer alguns horizontes a respeito do fenômeno linguístico investigado: Pereira (2014), Pereira, Coelho e Loregian-Penkak (2016), Pereira (2016), Pereira e Margotti (2018).

Com a defesa de que as variantes não-padrão (com [e] e [i], para, respectivamente, 1ª e 2ª conjugação) consistam num uso conservador e idiossincrático ao contexto rural, o capítulo IV é intitulado “‘O pai falava um brasileiro atrapalhado’: variedade rural e conservadorismo linguístico”. Ancorado no axioma central laboviano da *heterogeneidade ordenada* e da *variação e mudança linguísticas*, aborda os conceitos de *variantes conservadoras e inovadoras*, tratando também sobre a *variedade rural* e o *sujeito caipira*, uma vez que a mesorregião *Sudeste* do Paraná apresenta uma forte característica rural e a agropecuária como principal atividade econômica. Assim sendo, fazemos uma rápida descrição de fenômenos linguísticos típicos da *variedade rural* e outros peculiares à mesorregião, bem como relacionamos esses traços rurais com os mencionados por Naro e Scherre (2007) como típicos de *ilhas de conservadorismo*, isto é, garimpamos as origens das variantes não-padrão de nosso objeto linguístico, a partir de Naro e Scherre (2007) e Vasconcelos (1970 [1901]), argumentando que as localidades investigadas consistiriam em *ilhas de conservadorismo linguístico*, nas quais, além da manutenção de línguas eslavas, haveria a conservação de variantes linguísticas mais antigas. No que se refere à questão da *variedade rural* e do *dialeto caipira*, levamos em conta as proposições de Amaral

¹⁸ Observa-se, a partir disso, que o tema de nosso estudo e a comunidade investigada requerem interfaces teóricas inevitáveis e procuramos dar cabo a isso, evitando-se contradições e confusões teóricas.

(1920), Penha (1974), Rodrigues (1975), Elia (1975), Bortoni-Ricardo (2011), Naro e Scherre (2007), Ribeiro (2013), Svodobová (2017) e outros. Não deixamos de lado os estudos de dialetólogos brasileiros e portugueses, como Vasconcelos (1970 [1901]), Amadeo Amaral (1920) e Silva-Neto (1957 [1986]), pois consideramos suas investigações essenciais ao estudo do fenômeno linguístico em análise, já mapeado pela Dialetologia, antes do surgimento da Sociolinguística Laboviana.

No quinto capítulo, “‘Nunca *plantemo* fumo não. [...] não fomo no fumo’: discussões teóricas em morfologia, fonética e fonologia”, são apresentadas, mais detalhadamente, descrições morfemáticas e morfológicas do nosso objeto de estudo, retomando e problematizando as discussões da Morfologia Estruturalista (CÂMARA JUNIOR, 2010 [1970]), para, posteriormente, considerarmos os pressupostos teóricos da Morfologia Gerativa X-Barra a partir dos estudos descritivos da língua portuguesa (VILLALVA, 2000 [1995], 2007). Também trabalhamos com aspectos fonético-fonológicos relacionados a ele, como a questão do *alçamento vocálico*, a produção da vogal e da alternância vocálica como duas possibilidades de traço distintivo para a marcação temporal, a partir das considerações de Câmara Júnior (1979), Cagliari (2002), Cristófaros-Silva (2015), entre outros.

Já o sexto capítulo “‘Ontem era dia santo pra turmada, ma nós *trabaiemo* do memo jeito’: o trabalho metodológico de pesquisa”, amparado nos preceitos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972], 1982, 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1975]; GUY, 1981, 2000, GUY, ZILLES, 2007) explicita o rol das variáveis dependentes, um inventário das variáveis extralinguísticas, o mapeamento dos fatores condicionantes internos (com base nos capítulos precedentes), que serão usados na pesquisa. Também expõe maiores características sobre o banco de dados VARLINFE, a partir da apresentação do modelo das fichas sociais, informações acerca do processo de coleta de dados, definição da amostra e outros aspectos metodológicos de suma importância.

O capítulo VII, por sua vez, com o título “‘Se *criamo* co esse fumo, *casemo* e *continuamo* co fumo’: análise variacionista quantitativa dos dados” apresenta uma análise quantitativa mediante o viés da Sociolinguística Variacionista a partir dos dados coletados na amostra das 168 entrevistas sociolinguísticas do banco-base do VARLINFE, os quais foram categorizados conforme o elenco das variáveis linguísticas e extralinguísticas e rodados no programa GOLDVARB-X. Os fatores condicionantes mais relevantes são salientados a partir das discussões já tecidas nos capítulos antecedentes.

Por fim, o capítulo VIII, intitulado “‘Mais quando nós *crecimo* um poco mais, nós *comecimo* já a ajudá eles’: análise qualitativa dos dados”, apresenta uma discussão teórica qualitativa, retomando os questionamentos deixados em aberto no capítulo V e em algumas seções de outros capítulos precedentes (III e IV, por exemplo), como as questões relativas à produção fonética da vogal, ao *alçamento vocálico*, à especialização temporal, à *difusão lexical*, à forma subjacente do sufixo flexional de PN, ao paradigma verbal de *presente e pretérito perfeito do indicativo*, bem como a questões de caráter mais social, como o conceito de *comunidade de fala* (GUY, 2001). Buscamos fazer uma articulação entre o uso dos falantes e explicações teóricas que possam nos fazer compreender o funcionamento interno dessas formas linguísticas que surgem (ou, em caso de conservadorismo, permanecem na língua), pautando-nos principalmente em Villalva (2007) – com uma proposta final de descrição morfológica –, Naro e Scherre (1991) – a respeito dos fluxos e contrafluxos da variação e mudança linguísticas –, além de finalizarmos mencionando a possibilidade de essa variação provocar um rearranjo em todo o paradigma verbal (STUMP, 2001) das *comunidades de fala* nesta pesquisa investigadas.

CAPÍTULO I

“QUANDO ELES CHEGARAM LÁ, ERA SÓ MATO. NUM TINHA ESTRADA, NUM TINHA NADA. ELES SE ACAMPARAM E AÍ COMEÇARAM FORMÁ A CIDADE”: CONTEXTO HISTÓRICO DE IMIGRAÇÃO ESLAVA E CONTATO LINGUÍSTICO



1 “QUANDO ELES CHEGARAM LÁ, ERA SÓ MATO. NUM TINHA ESTRADA, NUM TINHA NADA. ELES SE ACAMPARAM E AÍ COMEÇARAM FORMÁ A CIDADE”: CONTEXTO HISTÓRICO DE IMIGRAÇÃO ESLAVA E CONTATO LINGUÍSTICO

1.1 PALAVRAS INICIAIS

Neste capítulo, fazemos uma contextualização histórica sobre as comunidades investigadas, com foco na questão da imigração e no contato com línguas eslavas (polonês e ucraniano). Para tanto, são contemplados os seguintes objetivos específicos (já descritos na Introdução): **(a)** descrever os aspectos históricos, geográficos e sociais de uma comunidade linguística da mesorregião *Sudeste* do Paraná, articulando tal caracterização com a Teoria da Variação e da Mudança, com vistas a considerar (na análise) todos esses aspectos como fatores condicionantes no uso linguístico dos falantes que pertencem a tal comunidade; e, ao final; e **(b)** descrever e analisar a produção fonética das vogais que antecedem o sufixo número-pessoal *-mos*, de modo a perceber se o contato linguístico nas comunidades eslavo-brasileiras interfere no uso do fenômeno linguístico que é foco de investigação desta tese.

Com base na visão de que a história deve nos guiar para a compreensão do presente, julgamos essencial iniciar este texto com os aspectos históricos em relação ao contexto brasileiro (e para além dele) e à localidade investigada – mesorregião *Sudeste* paranaense (cf. Figura 1) –, onde se encontram os informantes de nosso estudo sociolinguístico, residentes nas cidades componentes do VARLINFE, que constituem *comunidades de fala*.

Figura 1 – Mesorregião *Sudeste* do Paraná



Fonte: IPARDES (2004, p. 6)

Pretendemos, a exemplo dos estudos de Labov, compreender melhor as questões sócio-históricas da mesorregião *Sudeste* do Paraná, com vistas não apenas a um mapeamento consistente das variáveis extralinguísticas a serem trabalhadas no estudo quantitativo ao qual nos propomos nesta pesquisa – focalizando a língua dentro de seu contexto social –, mas também a um aprofundamento sobre a identidade e as características comuns a esses sujeitos que integram uma ou mais (possível/possíveis) *comunidade(s) de fala*.

Levamos também em consideração a menção de Faraco (2016), ao tratar sobre a história sociopolítica da língua portuguesa, sobre a necessidade de serem feitas pesquisas cujo foco seja os imigrantes no Brasil e suas influências no PB: “não temos ainda muitos estudos sistemáticos de eventuais influências das línguas dos imigrantes sobre o português do Brasil. A prosseguir investigações nesse sentido, será importante distinguir os diferentes contextos de inserção dos imigrantes na sociedade brasileira”. (FARACO, 2016, p. 159).

Passemos, assim, à descrição histórica de tal lugar, a fim de que possamos depreender sua realidade multilinguística (de línguas eslavas) que a constituem como *comunidade(s) de fala*¹⁹ bastante particular(es), se comparada(s) a outras localidades em que o multilinguismo não se faz mais presente.

1.2 HISTÓRIA DO SUL DO PARANÁ E DA MESORREGIÃO SUDESTE: CONTEXTO DE CONTATO LINGUÍSTICO E IMIGRAÇÃO DE GRUPOS ÉTNICOS ESLAVOS

A história do estado do Paraná é marcada pela expressiva imigração eslava (sobretudo de poloneses e ucranianos), sendo a mesorregião *Sudeste* uma das principais receptoras dessas etnias. Mais especificamente no século XIX, o Paraná recebeu um contingente significativo de correntes imigratórias compostas por italianos, alemães, poloneses, ucranianos, sírio-libaneses, austríacos, franceses, ingleses, holandeses.

[...] Entraram no Paraná até o ano de 1948 os seguintes contingentes migratórios por nacionalidade: Poloneses – 57.000; Ucranianos – 22.000; Alemães – 20.000; Japoneses – 15.000; Italianos – 14.000. Seguem-se outros grupos menores, franceses, austríacos, ingleses, russos, sírio-libaneses, suíços, holandeses, portugueses, espanhóis etc. (WACHOWICZ, 2010, p. 185).

Os poloneses e ucranianos foram os imigrantes que vieram em maior número para o estado, que também recebeu outras etnias em menor escala. As diferenças culturais étnicas desses sujeitos advindos de outras partes do mundo repercutiram na construção do Brasil, de

¹⁹ O conceito de “comunidade de fala” assim como outros importantes à Teoria da Variação e da Mudança, serão aprofundados no capítulo II desta Tese de Doutorado.

maneira que, consoante o historiador paranaense e polono-brasileiro, Wachowicz (2010), os alemães tiveram destaque no meio urbano ao passo que os poloneses influenciaram com mais peso o quadro rural²⁰. “Algumas indústrias e os sobrados curitibanos de fim do século XIX são marcadamente produto da influência alemã, enquanto no meio rural e nas estradas paranaenses vão se destacar a *carroça polaca* e o *carroção eslavo*”. (WACHOWICZ, 2010, p. 328).

Ainda a respeito da composição étnica majoritária de imigrantes no Paraná, Nadalin (2001, p. 79) assevera ter se concentrado “em italianos e poloneses em 1880-89, e em poloneses, italianos e alemães em 1890-99, com um novo colorido proporcionado pela participação significativa de ucranianos.” Também de acordo com esse historiador, 83.012 colonos estrangeiros se instalaram no Paraná entre 1829 e 1911.

Mas, para se compreender a questão da imigração dos eslavos (poloneses e ucranianos²¹) para o Brasil e, sobretudo, para a mesorregião *sudeste* do Paraná, é preciso conhecer, ainda que brevemente, a história da Polônia e da Ucrânia em meados do século XVIII e XIX.

Assim sendo, discorreremos brevemente sobre a história da Polônia e da Ucrânia, bem como sobre as motivações de seus cidadãos para a vinda ao Brasil, nas seções “Os poloneses: sua história da terra natal e no Sul do Paraná” e “O contexto histórico dos ucranianos no Sul paranaense”, respectivamente.

Após essa contextualização histórica, tratamos de caracterizar essas comunidades bilíngues (ou plurilíngues) no Sul do Paraná, com as seções intituladas “Comunidade(s) bilíngue(s): realidade de contato linguístico e etnicidades” e “Interferências do contato linguístico com o polonês e o ucraniano no uso das vogais”, finalizando-se o capítulo com uma síntese que retoma todos os pontos abordados.

1.2.1 Os poloneses: sua história na terra natal e no Sul do Paraná

A história não é apenas o levantamento de dados ou fatos, mas o entendimento das relações entre os fatos e interpretação de seu sentido. A história, como toda a forma de conhecimento, procura explicar uma relação desconhecida,

²⁰ Essa ligação ao campo é um ponto importante que perpassa hoje a vivência dos polono-brasileiros e ucranianos, e isso será retomado algumas vezes em nosso texto.

²¹ Há registros de outras etnias eslavas que imigraram para o Brasil, como os russos, por exemplo. No entanto, como os informantes desta investigação são todos descendentes de poloneses e/ou ucranianos, quando fizermos menção ao contexto eslavo, estaremos sempre nos referindo a essas duas etnias específicas. Outro ponto a se ressaltar é que alguns eslavos têm a dificuldade de recuperar sua origem, uma vez que, na vinda para o Brasil, alguns, por exemplo, eram da Polônia, mas tinham passaporte russo, por conta da invasão da Rússia na Polônia. Alguns descendentes, inclusive, relatam que seus pais ou avós entendiam russo e/ou alemão, por conta do contato linguístico das etnias invasoras à época.

dando origem a duas ordens de elementos: os fatos e sua interpretação, inseparavelmente ligados num trabalho de história. [...] Quando se analisa o passado, fazemos indagações com as perguntas que nos interessam hoje, avaliando a significação desse passado na sua relação conosco. Quando usamos as perguntas de hoje adquirimos o passado pela sua permanência no mundo atual, pois **somos o passado plenamente desenvolvido**. (DOUSTDAR, 1990, p. 7-8, grifos nossos).

De acordo com o que apresentam historiadores e estudiosos do tema, um século antes de se iniciar a emigração dos cidadãos poloneses para o Brasil, a Polônia havia sido suplantada por outras nações. “A Polônia, como nação livre e independente, desapareceu em fins do século XVIII, tornando-se parte da periferia oriental dos grandes centros decisórios da Europa Ocidental, típica de marginalização”. (DOUSTDAR, 1990, p. 62). Pelo domínio da Rússia, Prússia e Áustria, a Polónia tornou-se uma terra tripartida (GARDOLINSKI, 1976), na qual a maioria de seus filhos encontrava-se em intensa vulnerabilidade, sob o domínio de grandes proprietários de terras, numa relação de servidão e miséria significativa.

Figura 2 – O território da Polónia após a última partilha (1795)



Fonte: Mazurek (2016, p. 35)

Em tal cenário totalmente desfavorável aos poloneses, conforme Polaczyk (2010), a organização social da Polónia foi configurada, por séculos, nas categorias sociais a seguir: *magnatas* (ricos latifundiários), *príncipes e condes*, *pequena nobreza*, *cardeal*, *bispos e monges*, *habitantes da cidade*, *judeus* e *camponeses*. Nesse contexto estrutural, o *camponês*²²

²² Uma das principais obras, inclusive, que trata sobre a vinda desses indivíduos ao Brasil chama-se “O camponês polonês”, publicada pelo historiador Wachowicz em 1981.

era o indivíduo mais prejudicado, totalmente subserviente aos *magnatas* e às três potências que dominaram a Polônia. Foram justamente os sujeitos oriundos dessa camada social, como descrevem os historiadores, os principais imigrantes vindos ao Brasil no final do século XIX.

“Os pesquisadores estão concordes quanto ao caráter da emigração polonesa para o Brasil entre os anos de 1890-1914: era uma emigração predominantemente de camponeses, composta de famílias cujo objetivo era possuir uma propriedade agrícola no Brasil.” (POLANCZYK, 2010, p. 200). Havia, também, uma alta taxa de analfabetismo²³ entre esses camponeses, haja vista que “as três potências usurpadoras dos territórios poloneses, através dos seus representantes, não viam, nem tinham qualquer interesse no sentido de levantar ou aprimorar o nível cultural dos seus súditos” (GARDOLINSKI, 1976, p. 14), objetivando-se um verdadeiro processo de desnacionalização em favor das pátrias dominadoras.

Muitos desses imigrantes poloneses foram chamados de “sem pátria” – em tom jocoso – por outros cidadãos europeus, e, mais que a perda de sua pátria, naquele período de partilha da Polônia, houve um intenso processo de *despolonização*. As potências que a dominavam impuseram sua língua e cultura nas terras invadidas, ocorrendo uma assimilação cultural forçada e de grandes proporções. “Nas três regiões, a língua polonesa foi substituída nos órgãos públicos, nas escolas e no púlpito das igrejas. Para se dirigirem às autoridades, os poloneses não podiam fazê-lo em sua própria língua, eram **estrangeiros em sua terra.**” (POLANCZYK, 2010, p. 206, grifos nossos).

Ademais, segundo Doustdar (1990), na região sobrepujada pela Prússia, tentou-se a eliminação da cultura polonesa não somente através da proibição do uso da língua, mas também se fazendo a substituição dos nomes de ruas, praças e cidades por nomes alemães. “Após a vitória da Prússia sobre a França, em 1870, e o surgimento do Império Alemão sob hegemonia prussiana, os territórios da Silésia, Pomerânia e Renânia, a leste do Elba, habitados por poloneses, foram objeto de notável ação de despolonização” (DOUSTDAR, 1990, p. 63). Criou-se uma “Comissão Colonizadora Alemã” que afastou os poloneses de suas propriedades rurais, pressionando-os a vendê-las.

Em decorrência de todas essas práticas dominantes, que ocasionaram a significativa miséria e escravidão dos dominados, é que foi se instituindo um preconceito muito expressivo em relação aos polônios, principalmente pela parte dos germânicos. A esse sentimento de

²³ Obviamente que isso não atingia toda a população polonesa e que imigrantes mais escolarizados vieram também para o Brasil, como mostra a obra “Perfis Polônicos no Brasil” (2000), de Wachowicz e Malczewski, a qual focaliza a “elite cultural” polonesa que se refugiou no Brasil.

discriminação germânica em relação aos poloneses, ocasionado pelo domínio da Prússia em parte da Polônia, Doustdar (1990) se refere como *germanismo antipolonês* e parece ter perdurado através de gerações, ecoando também em terras brasileiras. Tratou-se, portanto, de um processo intenso de *silenciamento* linguístico e cultural, sendo este somente um dos momentos²⁴ de *despolonização* que tais sujeitos ainda iriam vivenciar.

Estando os poloneses, pois, acostumados à escravidão e à subserviência, o anseio por um pedaço de terra e uma vida próspera foi um dos motivos que os impulsionou a emigrar de sua pátria tripartida. Conforme aponta Malczewski (1998, p. 28), a emigração se deu pelas seguintes razões: “a perda da independência do país, crescimento do perigo individual e comunitário, conflitos armados com os invasores e às vezes como consequências a necessidade de fuga diante das represálias (imigrantes políticos), como também a situação econômica difícil.”

Se tais causas inviabilizavam a sua permanência na Polônia, o Brasil, por outro lado, surgiu como uma possibilidade de vida nova, dotado de propagandas tentadoras. “O ‘Guia do Emigrante para o Império do Brasil’, escrito em 1884 pelo inspetor geral dos assuntos da terra e colonização Accioni de Vasconcelos, é o melhor exemplo deste tipo de literatura propagandista” (MALCZEWSKI, 1998, p. 28). As promessas difundidas pregavam que as terras brasileiras eram de excelente qualidade, já cortadas por estradas, possibilitando ao imigrante que pagasse suas dívidas e se tornasse o senhor de uma propriedade rural. Eram, de fato, propagandas sedutoras ao contexto de miséria e vulnerabilidade em que se encontravam os *polacos*²⁵.

Para Nadalin (2001, p. 65), a política imigratória brasileira tinha o objetivo de “construir uma nova nação”, a partir do branqueamento da população, numa política de povoamento de “vazios demográficos” – como era considerada, por exemplo, a região Oeste do Paraná. Outro objetivo era que os imigrantes cultivassem no Brasil certas “virtudes do trabalho”, características que a elite brasileira acreditava que os índios e negros não apresentavam. Com isso, a chegada de aproximadamente 50 mil portugueses (cf. NADALIN, 2001) no período em

²⁴ Um exemplo desse tipo de discriminação é exposto em Doustdar (1990, p. 114-115) quando aparece um depoimento de um polono-brasileiro que se passava por alemão – por conta do sobrenome registrado errado e similar à escrita germânica –, mas foi descoberto por um descendente de alemão, o qual gritou: “Polnische Schwein” (“polonês porco”) e cuspiu em seu rosto.

²⁵ Neste momento, estamos usando “polaco” como sinônimo para “polonês”. No entanto, no decorrer do texto, iremos problematizar o termo considerando o significado social que tal vocábulo adquiriu ao longo da história brasileira. “Polonês/polonesa”, inclusive, surgiu no Brasil por via francófona – polonais(e), no francês –, pois, em Portugal, o termo usado para se referir aos oriundos da Polônia é mesmo “polaco”.

que a Corte portuguesa veio ao Brasil favoreceu as políticas de colonização com imigrantes europeus de outros países.

Nadalin (2001) afirma que existia uma tendência de privilegiar a vinda de imigrantes da Europa Central (como italianos e alemães, por exemplo), imigração que ocorreu em boa parte do século XIX, com o estímulo da lei de 1820. Registrou-se uma contingência de quase 2.300 europeus em 1819 a 1822, em sua maioria, do centro da Europa. “Agregando os anos de 1823 a 1849, esse quantitativo saltaria para algo em torno de 22.000 imigrantes” (NADALIN, 2001, p. 65).

Mais tardiamente, o ano de 1869 é considerado o ano de início da imigração polonesa ao Brasil, consistindo em um número significativo de agricultores/camponeses em busca da *terra prometida* – contexto no qual a expressão religiosa cristã não é aleatória. Tomacheski (2014)²⁶, considerando a forte religiosidade católica dos poloneses, trata da metáfora bíblica da *terra prometida* para se referir às terras que os emigrantes da Polônia receberiam ao chegar ao Brasil. Havia um misticismo católico em torno da diáspora, de modo que certas aldeias polonesas, de acordo com registros de Wachowicz (1981, p. 45), nutriam uma lenda religiosa católica que envolvia, especificamente, o estado do Paraná: “o Paraná até então estava coberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era a terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná.” Além disso, Rocha (2015, p. 64) explica que “um elemento importante no que se refere aos hábitos da comunidade polonesa no Paraná é a forte religiosidade presente entre seus membros. A prática do rito católico é uma marca relevante dessa população tanto entre relatos dos antigos colonos quanto nos dias atuais”.

A religiosidade, como aponta Wachowicz (1976) – ao descrever histórica e demograficamente a comunidade de Abranches –, é algo marcante na cultura polonesa no Brasil. “A pessoa do padre é intocável, é sagrada. Sua liderança na colônia é absoluta. Na Polônia e por muitas décadas no Brasil, o padre será o único letrado com o qual os colonos terão contacto.” (WACHOWICZ, 1976, p. 66). O historiador ainda esclarece que a “fé polonesa” é um ponto extremamente vinculado à *polonidade*. (identidade polonesa).

²⁶ Sua dissertação de Mestrado é intitulada *A terra prometida da Virgem Maria: imigrantes, viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca* (2014).

Voltando-se ao momento histórico do século XIX, é preciso salientar que o ano de 1890 foi o ponto culminante da emigração polonesa, conhecido “na Polônia sob o nome de ‘febre brasileira’ (*goraczka brazylyjska*)” (GARDOLINSKI, 1956, p. 16). Para Gardolinski (1956), um número considerável de poloneses queria se direcionar ao Paraná, mas era impossível atender a todos os pedidos, de modo que maior parte foi levada ao Rio Grande do Sul, e a segunda maior contingência foi no Paraná. Também há presença de pequenos núcleos nos estados do Rio de Janeiro²⁷, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Essas primeiras colônias de poloneses são hoje denominadas de “colônias velhas” (POLANCZYK, 2010) – isto é, *colônias de origem*.

Os poloneses que imigraram para o Paraná, nesta época, fizeram isso mais especificamente na mesorregião *metropolitana de Curitiba* e na mesorregião *sudeste* do Paraná (onde se situam Irati, Cruz Machado, Mallet, e os outros municípios do banco VARLINFE), instituindo as colônias mais antigas de poloneses no chamado “Paraná Velho” – como os historiadores têm chamado. Segundo Rocha (2015, p. 65), “a primeira colônia fundada por iniciativa do município de Curitiba e que foi destinada exclusivamente aos imigrantes poloneses foi a Colônia do Abranches²⁸, criada em 1873”. Outras colônias foram fundadas na região sul do Paraná aproximadamente à mesma época, como as fundadas em Curitiba – Santa Cândida (1875), Orleans (1875), Santo Inácio (1876), D. Augusto (1876), Riviere (1876), Lamenha (1876) – e em São José dos Pinhais – Tomás Coelho²⁹ (1876).

Todas essas comunidades pioneiras ficam na região metropolitana de Curitiba, mas, depois, outras se instalaram na região Sudeste do Paraná, como na cidade de Mallet – PR. Nesse sentido, Foetsch (2005) explica como ocorreu a instalação dos imigrantes poloneses num distrito pertencente à cidade de Mallet, a qual se encontra na região Sudeste do Paraná.

A colonização do Distrito de Rio Claro do Sul, por sua vez, deu-se a partir de 1884, quando se iniciavam as medições de terras para formações de núcleos coloniais da região sul do Paraná. Um grupo de famílias providas de Campo Largo da Piedade (PR) ao passar por Palmeira (PR) encontrou-se com lavradores procedentes de Ponta Grossa (PR) se agruparam e formaram assim quinze famílias que seguindo antigos caminhos de tropeiros fundaram um povoado que denominaram Rio Claro em virtude da limpidez das águas do rio que circundava o local. (FOETSCH, 2005, p. 40)

²⁷ A respeito dos poloneses no Rio de Janeiro, mais informações podem ser verificadas em Malczewski (1998).

²⁸ O livro de Wachowicz “Abranches: um estudo de história demográfica” (1976) traz mais informações sobre esta que foi a primeira colônia polonesa no Brasil.

²⁹ Wachowicz também se dedica a escrever uma obra sobre esta comunidade – “Tomás Coelho: uma comunidade camponesa” (1977).

Ingressando e instalando-se, pois, à “Nowa Polska” (GARDOLINSKI, 1956 e MALCZEWSKI, 1998) – “Nova Polônia”, como foi chamado o Brasil pelos emigrantes da Polônia –, o *camponês polonês* iria sofrer novamente desvalorização e discriminação. Em terras brasileiras, foram eles condicionados a trabalhos pesados, em situação muito similar ao que viveram mulatos e índios, (muito) explorados nessas terras. “O imigrante polonês estava sendo confrontado, sempre, com as camadas inferiores da sociedade, da ótica da ideologia racial e elitista do país.” (DOUSTDAR, 1990, p. 68).

Faz-se necessário ressaltar que “oficialmente os direitos senhoriais à servidão, resto do feudalismo, foram extintos na Prússia em 1807-1850; em 1848, na Áustria; em 1864, na Rússia. Mas a população camponesa não mudou seu comportamento e sua mentalidade” (POLANCZYK, 2010, p. 202). Pensavam, ainda, como se fossem “servos” ao emigrarem de sua terra, buscando encontrar, em terras brasileiras, uma espécie de líder que lutasse por suas causas.

Os imigrantes estavam habituados, em sua pátria, a que o Governo – seja qual fosse, inclusive usurpador, – se preocupasse com eles, regulando seus direitos e obrigações. O campônio polonês, no nosso entender, estava, pois, habituado a ser conduzido pela mão e acostumado com a ideia de que haveria sempre alguém a lhe ordenar ou proibir, e, finalmente, que pensaria em suas preocupações ou na organização dos problemas fundamentais de sua existência naquele continente superpovoado, e, ao mesmo tempo, pouco industrializado. Lançado em território desconhecido, [...] o imigrante sentiu-se abandonado e entregue a si próprio. Compreendeu, então, que aqui, embora menos se exigisse dele em prol da sociedade e que não houvesse restrições quanto à sua liberdade, ninguém poderia interessar-se por ele [...]. (GARDOLINSKI, 1976, p. 14).

Isso é reafirmado por outros autores e também por Wachowicz (2010), o qual afirma, além disso, que, retirando-se de uma Polônia colonizada e arcaica, os poloneses levavam consigo ressentimentos e estereótipos de sua terra natal. Isso, inevitavelmente, ressurgiria no Brasil, ainda mais se considerando que encontrariam as mesmas nacionalidades que os oprimiam em sua terra de origem (como, por exemplo, os alemães e russos). Ademais, de acordo com Wachowicz (1981, p. 139):

A imigração polonesa no Brasil caracterizou-se por ser constituída de agricultores, retirados de condições semi-feudais de vida, muitos deles inclusive com lembranças ainda bastante fortes do sistema no qual viveram. Portadores de estereótipos seculares, é natural que viessem a se caracterizar no Brasil como refratários às inovações acentuadas. Sua falta de adaptabilidade às condições de concorrência, no sistema capitalista, era notória. Na imigração teve oportunidade de entrar em contacto e concorrer

com imigrantes alemães, italianos, espanhóis etc. Todos estes, mais adaptados às exigências da sociedade capitalista, venciam os poloneses na concorrência de atividades urbanas, à qual estavam mais acostumados e adaptados. Os poloneses em sua grande maioria, simplesmente preferiam permanecer camponeses. [...] o camponês polonês [era] não afeito à árdua luta de sobrevivência em qualquer centro urbano.

A respeito dessas e outras etnias que, para terras brasileiras, imigraram, Polanczyk (2010) argumenta que o governo brasileiro fez certas distinções entre os europeus imigrantes. Consoante o autor, havia condições bastante favoráveis para atrair alemães, pois sua viagem seria financiada pelo governo, teriam direito a uma terra de 77 hectares, bem como ajuda financeira e isenção de impostos. Foram também cuidadosamente incentivadas, pelo governo do Rio Grande do Sul, as zonas de colonização italianas, criadas em 1875.

Nesse ínterim, os imigrantes poloneses, por sua vez, além de uma imigração tardia, receberam apenas 12,5 hectares de terra, que deveriam ser pagos ao governo, além de terem sido contratados para trabalhos braçais significativos, como abrir estradas em meio à mata fechada. Conforme relata Polanczyk (2010, p. 226), “a fixação dos poloneses em seus lotes foi uma verdadeira tragédia. [...] Faltavam hospedarias para receber os imigrantes e não havia lotes demarcados para instalá-los.” No Rio de Janeiro, havia uma hospedaria (Ilha das Flores) que passou a ser chamada de “cemitério de imigrantes”, devido ao número de pessoas que lá faleciam à espera do pedaço de terra que lhes seria destinado.

Ainda conforme Polanczyk (2010), além da demora em receber seu quinhão de terra, foram-lhes encaminhadas terras montanhosas, cheias de pedregulhos e de mata fechada, diferentemente das terras destinadas a outras etnias. Segundo relatos, os primeiros poloneses foram enviados para terras localizadas entre os italianos, que, já tendo se instalado anos antes, haviam escolhido as melhores propriedades. Assim sendo, a sua acomodação entre italianos e alemães – considerando sua história de discriminação por parte dos germânicos –, a (falta de) qualidade das terras e a própria discriminação que sentiram ao serem mal recebidos no Brasil eram algumas das injustiças cometidas em relação a essa etnia no Brasil.

Tais fatos geraram revoltas e pequenas rebeliões sucessivas, ocasionando e situações de enfrentamento contra os agentes imigratórios. Considerados “indisciplinados, foram motivo de relatórios amargos redigidos pelas autoridades brasileiras de imigração. Os documentos escritos [...] são homogêneos, isto é, todos expressam uma ideia negativa dos imigrantes poloneses”. (POLANCZYK, 2010, p. 233). Há registros históricos, relatos de agentes e funcionários do

governo, que descrevem o imigrante *colono polaco*³⁰ como *inútil, nocivo, vagabundo, com verdadeira aversão ao trabalho, ébrio* (GRITTI, 2004), entre outras características agressivas, comparando-os a outras etnias europeias mais bem instaladas e prósperas em suas terras.

O problema da discriminação de outras etnias europeias no que se refere aos “polacos” foi também apontado por Von Borstel (2005) ao observar situações de relação interétnica (entre alemães e poloneses) no Oeste do Paraná, na comunidade de Vila Margarida em Marechal Cândido Rondon. Segundo a autora:

A discriminação e a estigmatização aos descendentes de poloneses, ainda está muito presente, também na comunidade de Vila Margarida. Quando da pesquisa descritiva dos jovens descendentes de imigrantes poloneses, no Colégio Estadual de Vila Margarida - Ensino Fundamental e Médio, pôde-se observar na pesquisa etnográfica escolar, em sala de aula, nas enunciações comunicativas entre os adolescentes: “*Fernando, você não vai dizer que é polaco...você, não é alemão!?!... e você!?* (mostrando com o dedo para uma colega) *polaca!*” Para um aluno com traços fortes de polonês a investigadora perguntou: “*Você não tem sobrenome polonês?*”, o aluno respondeu imperativamente: “*Eu não!?, Eu sou alemão.*”, apontando para o colega disse: “*Ele que é polaco, professora*”. Também nas colocações de um professor “*aqui a ‘polacaiada’ se concentra atualmente na Linha Campo Sales*”. (VON BORSTEL, 2005, sem p.).

Observa-se, nesta descrição, a questão do *germanismo antipolonico* já enraizada na Europa antes nos séculos XVIII e XIX, a qual apresenta reminiscências no Brasil aproximadamente dois séculos depois. Essa estigmatização ocorre de maneira mais significativa em relação às mulheres no contexto histórico brasileiro, mas também deixou marcas no termo masculino. Sobre isso, é importante ter conhecimento a respeito de um “capítulo” histórico específico dos poloneses no Rio de Janeiro:

O médico e pesquisador Edwino Donato Tempski prestou vários depoimentos em vida procurando explicar as origens do preconceito e a transformação do termo “Polaco” para uma palavra com sentido pejorativo e preconceituoso. Segundo Tempski, a origem da utilização da palavra “Polaco” como termo depreciativo teria tido início, no começo do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, quando o proprietário do Cassino da Urca trouxe prostitutas europeias para trabalhar em seu estabelecimento de jogos. Como estas mulheres eram em sua maioria loiras como as “polacas” do Sul do Brasil, a população começou a qualificá-las de “polacas”. Num momento imediatamente posterior, a população carioca passou a denominar qualquer prostituta fosse, loira, preta, branca, amarela ou índia com o termo “polaca”. (IAROCHINSKI, 2003, p. 14).

³⁰ Nesses relatos, o vocábulo “polaco” é com frequência utilizado em associação a adjetivos negativos.

Assim sendo, um adjetivo pátrio que funcionava tão somente para nomear os cidadãos vindos da Polônia passou por uma mudança semântica de caráter bastante depreciativo. Por conta dessas questões, Wolny (2012) – no artigo “A polaca – a mulata ao avesso?” – defende que é possível, hodiernamente, estabelecer uma ligação entre o preconceito e a construção social sexualizada da mulata (e, talvez, até mesmo do mulato) com a figura da *polaca*, pois, ao longo da história brasileira, além de terem sido desvalorizadas, muitas mulheres polonesas foram, de fato, objetificadas. “A polaca, tal como a mulata, é um objeto construído através do discurso que lhe atribui as características que denunciam as regras por ele impostas. Trata-se de um discurso masculino, sexualizado, profundamente marcado pelo patriarcalismo e machismo.” (WOLNY, 2012, p. 338).

A pesquisadora também deslinda o termo *polaca*, esmiuçando dois significados variados, embora semelhantes no que tange à objetificação feminina:

É importante destacar desde o início a existência de dois possíveis significados do próprio termo “polaca”. O primeiro sentido, e é esse de que se vai tratar principalmente neste trabalho, é a “polaca” não necessariamente proveniente do território da Polónia, mas sim, uma imigrante europeia que se encontra no Brasil na condição de uma mulher da vida, seja por escolha própria (o que é um caso menos frequente e ainda menos apresentado na literatura), seja por ser vítima de engano e de abuso. A outra “polaca”, muito frequentemente chamada de “polaquinha”, é um tipo de imagem feminina presente no Sul do Brasil, onde continua viva a memória da imigração polonesa. Mesmo sendo as duas criaturas de outros mundos e outras realidades, pode-se traçar um paralelo entre elas, já que ambas aparecem nos discursos de forma muito parecida e são criações culturais baseadas nas mulheres vindas de fora da cultura brasileira, imigrantes em todos os sentidos da palavra. A polaca e a polaquinha-polonesa são supostamente mulheres cuja característica denominadora é a sua vitalidade sexual, o seu lado atrativo e sedutor. Ambas pecam com aquilo em que se destacam e ambas sofrem o mesmo castigo de exclusão e preconceito. Contudo, não se deve esquecer que se trata de duas figuras diferentes. (WOLNY, 2012, p. 339).

Embora muitos descendentes poloneses não conheçam as origens da depreciação do termo “polaca”, parecem ter consciência ou ter sentido na pele esse tom extremamente pejorativo atribuído ao vocábulo. Assim sendo, o termo *polaco(a)* passou a ser mal visto³¹ por alguns polono-brasileiros no Brasil, de modo que muitos se sentem ofendidos quando assim chamados – sobretudo se por outras etnias.

³¹ Atualmente, como aponta Iarochinski (2003), alguns polono-brasileiros não querem ser chamados de “polacos”, por sentirem a carga negativa existente por trás desse termo. Nesta pesquisa, a partir de então, em respeito a eles, evitaremos o uso do termo para fazer-lhes referência (ainda que isso signifique um esforço maior pela procura de sinônimos).

Apesar de todos os percalços e preconceitos sofridos historicamente, muitos mantiveram esperança no país sul-americano, mandando cartas aos familiares na Polônia incentivando-os a virem para o Brasil. Todavia, em decorrência da falta de condições de desenvolvimento suficientes, observou-se um índice de fixação baixo desses imigrantes nas suas colônias originais (como, por exemplo, no Rio Grande do Sul). Percebeu-se, assim, a ocorrência de fluxos remigratórios para o Paraná, principalmente para Curitiba. Em relação a essa questão, Nadalin (2001) afirma que mais de 100 mil imigrantes instalaram-se no estado paranaense até 1934. (NADALIN, 2001).

Polanczyk (2010) também menciona essa questão do fluxo remigratório, esclarecendo que os colonos poloneses instalados no estado sul-rio-grandense precisaram de mais terras para distribuir a seus filhos, e, a partir disso, “reiniciava-se o ciclo, os filhos dos emigrantes passaram a buscar novas colônias no Alto Uruguai, as gerações dos seus netos povoaram o oeste de Santa Catarina e do Paraná, e as de seus bisnetos estão em todos os polos agrícolas do Brasil” (POLANCZYK, 2010, p. 268). Eles ultrapassaram o estado do Rio Grande do Sul, colonizando o oeste de Santa Catarina e também, a partir de 1920, o Sudoeste e o Oeste do Paraná. “Tendo como ponto de partida os primeiros núcleos coloniais plantados no Rio Grande do Sul desde a década de 1820, descendentes de imigrantes ocuparam as regiões florestais desdenhadas pela sociedade tradicional”. (NADALIN, 2001, p. 80).

Depois de (re)instalados, os polono-brasileiros, por volta da década de 1920, já estavam mais familiarizados com as terras no Brasil e procuravam manter sua cultura. Instalaram escolas polonesas (cf. GARDOLINSKI, 1976), faziam pratos tradicionais (embora tivessem já incorporado alimentos tipicamente brasileiros em sua culinária), mantinham as festas religiosas católicas e falavam o polonês em suas esferas sociais.

Na década de 1930, porém, passaram por mais um momento de restrição e *silenciamento*, que foi direcionado a todas as etnias imigrantes no Brasil. Consistia em um projeto de nacionalização, quando “vieram os decretos do Estado Novo em 1937, proibindo o ensino de outras línguas, o uso de símbolos, da língua e nomes estrangeiros”. (POLANCZYK, 2010, p. 276). Sobre essa questão, Oliveira (2009) faz um apanhado geral do que ocorria na época e das repercussões desse projeto. O Decreto-Lei n.º 383 (1938) proibiu aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade política, de manter jornais, revistas ou outras publicações. Já “o Decreto-Lei n.º 1.545 (1938) proibiu o uso de línguas estrangeiras em qualquer espaço público. [...] As comunidades polonesas no Paraná [...] foram consideradas perigosas à soberania nacional” (OLIVEIRA, 2009, p. 7). As repercussões disso para as etnias imigrantes

foram desastrosas. Japoneses, alemães e italianos foram bastante perseguidos por serem considerados “os inimigos da Pátria”, mas também outras etnias (como as eslavas) sofreram represálias.

Em relação aos polono-brasileiros, Polanczyk (2010, p. 278) lastima que muitos descendentes “não tiveram nenhuma oportunidade de aprender a língua polonesa. [...] Como preservar a cultura [...]? Os pais não puderam transmitir aos filhos a cultura e os costumes dos avós”. Atualmente, muitos descendentes de poloneses desconhecem a língua, sabem muito pouco sua cultura, restando-lhe quase que unicamente o sobrenome polonês, muitas vezes abasileirados (por diversos motivos, mas se destaca o desconhecimento dos cartórios que registravam esses polono-brasileiros erroneamente). Há nitidamente um processo contínuo de apagamento da *polonidade* – termo que significa, de acordo com Almeida e Zanini (2013, p. 163), um “pertencimento ao mundo polonês, vislumbrado por meio de narrativas, símbolos e uma série de elementos” culturais envolvidos nesse sentimento de identidade polonesa.

Esse decremento da *polonidade* é nomeado por Von Borstel (2005)– com base em Hall (2003) – como um *processo de descentramento*, o qual é

[...] influenciado pela fragmentação da identidade e da cultura étnica, originando-se por diversas categorizações identitárias modernas, como classe social: urbana x rural, as várias raças na região, nacionalidade, e, principalmente nesta investigação, a hibridização da língua nacional de base urbana (o português regional estigmatizado) e a mescla linguística da língua materna vernácula (o falar polonês no Brasil). (VON BORSTEL, 2005, sem p.).

Parece haver uma similaridade entre as pesquisas de historiadores, geógrafos, antropólogos e linguistas no que se refere à identificação do apagamento cultural dessa etnia no Brasil. Também Slodkowski (2013) – na dissertação “Memórias Vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS” – identificou essa questão da *polonidade* enfraquecida entre os integrantes mais jovens das comunidades, mostrando depoimentos de descendentes polônios que desconhecem a língua polonesa e pouco apresentam interesse nas atividades e práticas culturais que os mais velhos tentam manter.

Tal realidade repetida de *silenciamento* e *discriminação* revelou que os polono-brasileiros passaram por processos ativos e passivos de desvalorização da sua pluralidade linguística e cultural. Alguns descendentes de poloneses que ainda interagem em suas línguas maternas representam “ecos de resistência” diante do cerco realizado às línguas de imigrantes no Brasil (MAHER, 2013).

Com base no contexto histórico apresentado, argumentamos que existam *raízes históricas* para a desvalorização do *camponês polonês* no Brasil (GARDOLINSKI, 1976, DOUSTDAR, 1990; MALCZEWSKI, 1998; IAROCINSKI, 2001, 2003; GRITTI, 2004, BORSTEL, 2005; POLANCZYK, 2010; WACHOWICZ, 1976, 1977, 1981, 2010; WOLNY, 2012). Além disso, a partir das reflexões aqui traçadas, foram percebidos os seguintes pontos: (i) repercussões do processo histórico constante (e repetitivo) de *despolonização* nas comunidades; (ii) a presença da Igreja Católica e dos padres como um meio fortalecedor e agregador nas comunidades de origem polonesa; (iii) a manifestação do preconceito *antipolonês* contemporâneo através do uso (atual) do termo *polaco* como um estereótipo depreciativo para se referir a polono-brasileiros; e (iv) o decréscimo do sentimento de *polonidade*³² entre os mais jovens, mediante o desinteresse pela língua e por tradições culturais.

1.2.2 O contexto histórico dos ucranianos no Sul paranaense

Partimos, agora, para a realidade dos ucranianos, mas, antes de versarmos sobre o âmbito histórico relacionado a eles, precisamos tratar de uma questão metalinguística a respeito dos termos que utilizaremos para nos referir a tais sujeitos. Wouk (1981), por exemplo, opta por se referir aos ucranianos como “ucraínos”, porque, segundo o pesquisador, este seria o patronímico mais adequado para referência a tais indivíduos.

Etimologicamente, o vocábulo UCRAÍNA é formado de dois elementos eslavos: U – , junto de, e KRAI (n), terra, país, região. Significa, pois, a região, o país ou as terras de um Estado Político que são o seu extremo e zona fronteira com outro Estado. Ucrânia era a região limítrofe com os territórios dos tártaros mongóis e dos moscovitas, teatro de contínuas lutas entre poloneses, russos, tártaros e turcos. Este nome já aparece nas crônicas do historiador ucraniano, o Monge Nestor, no século XII. [...] Estas formas [UCRÂNIA e UCRANIANO], bastante difundidas e assim usadas pelos próprios ucranianos do Brasil, entraram em nossa língua, assim nos parece, por influência da pronúncia francesa. (WOUK, 1981, p. 27).

Além disso, “rutenos” seria outra possibilidade de menção aos ucranianos, como aponta Andrezza (1996, p. 3):

A opção por designar os imigrantes também como *rutenos* deu-se em virtude da forma pela qual eles se autodenominavam. Esta designação étnica, nas primeiras décadas do século XX, foi recorrente para designar os ucranianos, não apenas na comunidade, mas em todo o Paraná. Em Antonio Olyntho, especificamente, a menção a ucranianos só vai aparecer, nas atas dos registros

³² Para um maior aprofundamento sobre o tema, ver Araújo Filho (2003), Slodkowski (2013), Almeida (2010) e Almeida e Zanini (2013).

paroquiais, depois da década de 1920. Era tão disseminada a expressão *rutenos* que um dos principais periódicos da etnia, o *Micionar*, até 1915 recebia a denominação de *Missionário para os Ruthenos do Brasil* e a partir de então passou a se chamar *Missionário para os Ucrânicos no Brasil*.

Ainda sobre tal termo, Guérios (2007) explica que os imigrantes que chegaram ao Paraná entre os anos de 1895 e 1896 eram assim conhecidos. “Sob essa denominação que a Igreja Católica Romana e as autoridades do Império Austro-Húngaro referiam-se à população camponesa de religião greco-católica (uniatista) que vivia na Província da Galícia, no extremo leste desse Império” (GUÉRIOS, 2007, p. 11).

A partir das considerações dos pesquisadores já mencionados, portanto, utilizamos em nossa investigação os três termos – *ucranianos/rutenos/ucraínos*³³ – para fazer referência aos emigrantes da Ucrânia, que vieram para o Brasil e outros países no mundo. Sobre a identidade ucraniana forjada pelos elementos culturais que a constituem e que são tratados ao longo desta seção, chamaremos de *ucraneidade* (cf. TAMANINI, 2016) ou *ucraniedade* (Cf. GUÉRIOS, 2007)³⁴.

No que tange à história da etnia ucraniana, em relação às suas condições na Europa, observamos um contexto relativamente similar ao dos seus vizinhos poloneses, com o acréscimo de que os poloneses dominaram parte da Ucrânia, subjugando-os a um regime de servidão. Assim sendo, a Ucrânia foi explorada por uma pátria igualmente oprimida por outras etnias. “Parte dos rutenos, durante o século XIX, era formada por habitantes da Galícia – à época, a maior província do Império austro-húngaro, portanto, desde 1772, integrava o Império dos Habsburgos. Em sua maioria eram camponeses socioeconomicamente submissos à nobreza polonesa.” (ANDREAZZA, 1996, p. 16). Ademais, as invasões às suas terras foram fatos repetidos ao longo da história. Segundo Ogliari (1999, p. 40):

A história da Ucrânia se tece com relatos de constantes invasões. Em função disso, o país viveu sem presente dois extremos, ora com o importante centro político e cultural europeu, ora completam ente destruído, ou reduzido, por várias vezes, a simples província de algum condado. Tal situação, de natureza recorrente, é responsável pela continuada submissão histórica do seu povo.

Ademais, a tripartição da Polônia também repercutiu na vida dos rutenos no século XVIII como aponta Smaha (2018, p. 23):

³³ É possível que o termo *ucraíno* tenha uma carga ideológica diferenciada no Brasil (em similaridade ao que ocorre com *polaco*), mas isso parece não ser tão marcado como entre os polono-brasileiros. Portanto, trataremos dessa questão em outro momento no texto.

³⁴ Pelas leituras feitas para esta pesquisa, parece-nos que os termos são variantes com o mesmo significado. Desse modo, utilizaremos tais vocábulos como sinônimos.

Nos anos de 1762, 1793 e 1795 houve três partições do território polonês. Na terceira a Polônia é desmembrada entre os impérios Austríaco, Prussiano e Russo e deixa de existir como país independente. As terras ucranianas que estavam sob o seu domínio passaram em grande parte ao controle da Rússia, enquanto os Habsburgos (Áustria) ficaram com a parte ocidental, a Galícia e a Bukovyna (BURKO, 1963). Somente no século XX, com o resultado da Revolução Russa e o colapso dos Impérios Russo e Austríaco após a Primeira Grande Guerra, surgiram movimentos nacionalistas em prol da independência da Ucrânia. De acordo com Burko (1963), no dia 22 de Janeiro de 1918 foi criada a “República Nacional Ucraniana”, a qual não teve uma vida duradora. Em 1922 foi incorporada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Sua independência finalmente se deu em 24 de agosto de 1991, após o colapso da União.

Esse histórico de invasões imprimiu traumas aos rutenos e seus descendentes no que se refere à sua língua, cultura e às suas terras, e isso repercute até hoje na Ucrânia e nos seus descendentes vindos para o Brasil – conforme Smaha (2018).

Passando-se aproximadamente um século de servidão a outras etnias, em fins do século XIX, no que concerne à população que ocupava a região da Galícia Andrezza (1996, p. 16-17) descreve que:

Conforme um recenseamento da década de 1880, da população total, 5.958.907 habitantes, os poloneses representavam 40% e os rutenos outros 40%. A população restante dividia-se majoritariamente entre judeus e alemães. Os poloneses concentravam-se na Galícia Ocidental, onde eram tanto proprietários de terras quanto camponeses. Já, na Galícia Oriental, ainda que em minoria, constituíam a nobreza detentora das terras; os demais poloneses desta região eram funcionários ligados à burocracia ou a atividades urbanas. **Os dois milhões e meio de ucranianos concentravam-se na Galícia Oriental e sobretudo ocupavam a zona rural na qualidade de camponeses.** Os judeus estavam dispersos por toda a região, e os alemães viviam nas grandes cidades, onde se ocupavam da burocracia. Considerando o contexto econômico do leste europeu durante o século XIX, a concentração dos ucranianos em zonas rurais é bastante reveladora de sua situação. (ANDREAZZA, 1996, p. 16-17, grifos nossos).

Percebemos, assim, que a relação do ucraniano com as áreas rurais é outro traço que lhe aproxima do seu vizinho eslavo-polonês, além da opressão e violência que sofreram, provocando um intenso movimento de desvalorização de sua cultura e língua. Viviam sob um regime feudal, sustentado pela “opressão, a violência e a ignorância. A forma tradicional das relações de trabalho na Galícia era marcada pelas opressivas cobranças das obrigações servis, o que não gerava incentivos ao trabalho: tudo o que podia mover o camponês para o serviço era a coerção”. (ANDREAZZA, 1996, p. 22-23). Além disso, “uma palavra resume as condições

do ucraniano que habitava as áreas do império Habsburgo: pobreza” (SUBTELNY, 2009, p. 213).

A realidade de sofrimento e miséria levou-os a deixar sua terra natal, sendo o século XIX e XX marcado pela imigração desse povo ao “Novo Mundo”.

No final do século XIX e início do século XX, ocorreram grandes movimentos migratórios, principalmente da Europa para as Américas, em consequência dos problemas políticos e econômicos enfrentados naquele continente. Fez parte deste grupo uma massa significativa de ucranianos que migraram para o Novo Mundo na esperança de melhorar suas condições de vida. As primeiras grandes levas de ucranianos a deixar sua terra natal partiram da parte ocidental do que hoje conhecemos como Ucrânia, mais especificamente das províncias da Galícia e Bukovyna que, na época, estavam sob o domínio do Império Austro-Húngaro, enquanto a porção oriental pertencia ao Império Tzarista da Rússia. (SMAHA, 2018, p. 24)

Os motivos que levaram os ucranianos à emigração, segundo Subtelny (2009) foram: **i)** a expressiva explosão demográfica ocorrida à época na Ucrânia; **ii)** o consequente aumento dos preços das terras; **iii)** o desemprego e a falta de recursos financeiros; e, **iv)** a falta de terra arável (questão que atingia, sobretudo, o homem camponês). É interessante perceber que essas razões foram repassadas oralmente aos seus descendentes, de modo que, até hoje, obtém-se relatos sobre isso, como se pode observar no seguinte trecho de entrevista presente em Jacumasso e Damke (2009, p. 9):

Lá [na Ucrânia] era muita gente e o lugar era pequeno, sabe, eles não tinham no que trabaiá, não tinham co que vivê, daí anunciari que descobriro o Brasil e o Brasil ajudava trazê os amigrantes pra cá, eles viero, um tanto viero por conta do governo (Sebastião – 81 anos).

Além disso, de acordo com Oliveira (2008), a impopularidade do Estado e da guerra fez com que o povo ucraniano tentasse fugir da obrigatoriedade militar, e isso também acabou por impulsionar a imigração. Apesar de todos esses problemas, a princípio, “quando os boatos sobre a possibilidade de imigração chegaram até as aldeias no final do século XIX, a atitude era de desconfiança e incerteza, uma vez que, para os camponeses, a existência de um mundo sem senhores era de difícil concepção” (SMAHA, 2018, p. 26).

Inclusive, de acordo com Andrezza (1996), por terem se libertado há pouquíssimo tempo das relações feudais a que estavam submissos, acabaram trazendo para o Brasil, como um herança étnica, uma consciência de submissão ao Estado ou à Igreja. Trata-se de mais uma característica que os aproxima dos polono-brasileiros: o profundo espírito religioso atrelado à submissão à Igreja e aos líderes religiosos.

Retornando ao assunto da resistência inicial dos ucranianos em relação à emigração, é preciso ressaltar que os agentes emigratórios fizeram muitas propagandas de ilusão aos rutenos, com o objetivo de que despertasse neles um maior desejo de saída de sua terra. É interessante perceber que, assim como para os poloneses, o Brasil foi imaginado como a “terra prometida”, para os ucranianos, foi idealizado, como o “paraíso das delícias” (cf. ANDREAZZA, 1996). A propaganda imigratória “propagou a imagem de um mundo utópico onde o mel escorria pelas folhas das árvores, onde os frutos cresciam sem a necessidade de plantar e pela certeza de que encontrariam a almejada paz em terras que poderiam se tornar sua propriedade”. (RAMOS, 2017, p. 190).

Em relação ao início do processo, “sabe-se [...] que a primeira leva de imigrantes ucranianos, procedentes da Galícia (Ucrânia Ocidental), foi ali localizada pelo Serviço de Imigração do Governo Federal em 1896. As primeiras capelas erigidas [...] foram as de São Miguel, na Serra do Tigre, e a de São José, onde hoje é Dorizon” (WOUK, 1981, p. 21). Vale lembrar que outros imigrantes europeus já haviam aportado ao Brasil no início do século XIX (após 1819), de modo que a chegada dos ucranianos é considerada tardia, se comparada com outras etnias europeias. “Na verdade, no Paraná, a primeira colônia estabelecida foi a de Rio Negro (1829), pelo Tratado de Colonização, promulgado por D. João VI.” (HAURESKO, 2009, p. 65).

Essa diferença cronológica, de acordo com Ramos (2017, p. 188), ocorreu por conta de a “propaganda imigratória ter demorado a surtir o efeito desejado na Ucrânia, pois o medo do desconhecido e a falta de recursos impossibilitaram a travessia do Atlântico em busca de novas perspectivas”. Até mesmo os poloneses (também considerados tardios) chegaram por volta de 1869 – aproximadamente 30 anos antes dos seus vizinhos ucranianos. Tal imigração tardia³⁵ pode não parecer influente no que diz respeito à sua instalação no Brasil, mas houve sim repercussões em relação à distribuição de terras, e isso aparece no discurso de seus descendentes.

O ano de 1891 foi, de acordo com Boruszenko (1995), o ano em que se registrou a chegada das primeiras oito famílias de imigrantes ucranianos no Brasil, que saíram da cidade de Zolotiv e se instalaram na cidade de Mallet, no Paraná, abrindo caminho para a imigração em massa que ocorreu poucos anos depois, durante a chamada “febre brasileira”. Porém, a primeira grande leva de imigrantes ocorreu somente entre 1895 e 1896, vinda da região da Galícia e Bukovina. Boruszenko (1995) estima que mais de cinco mil famílias

³⁵ Trataremos desta questão novamente ao longo da análise, mas julgamos importante pontuar já neste momento.

de agricultores ucranianos entraram no estado do Paraná nesse período. Cerca de 15.000 pessoas, segundo Burko (1963), desembarcaram nos portos de Paranaguá e Santos, na sua maioria com destino a Curitiba, Prudentópolis e Mallet. Boruszenko (1995) afirma que, entre os anos de 1908 e 1914, deu-se uma nova entrada maciça de imigrantes ucranianos, provenientes principalmente da Galícia e a motivação foi o emprego na construção da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Nesse período, chegaram 18.500 imigrantes. A autora calcula que, até o final da Primeira Grande Guerra, o número de imigrantes ucranianos no Brasil era de 45000 pessoas. Entre as duas grandes guerras, ingressaram mais 9000, aproximadamente. Após a Segunda Grande Guerra, houve a última entrada maciça de imigrantes ucranianos para no Brasil. Deste grupo, segundo Boruszenko (1995), aproximadamente 7000 pessoas, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados e soldados se estabeleceram no Paraná neste período. (SMAHA, 2018, p. 29-30).

Dentre as localidades para as quais esses emigrantes se direcionaram, estavam Estados Unidos, Canadá, na América do Norte, e Argentina e Brasil, na América do Sul. Nesse contexto, o Canadá foi um dos primeiros destinos dessa população que, por diversos motivos, via-se estimulada a abandonar sua terra natal. A respeito disso, Andreazza (1996, p. 15-16) esclarece que:

[...] a emigração dos ucranianos não se restringia a fatores subjetivos. Elas deixam bem claro que um emaranhado de forças interagiu para estimular o abandono da terra do seu berço, destacando as condições de submissão social e econômica das camadas populares que, nessas condições, se viam forçadas a emigrar. Especialmente para a etnia em estudo, as condições que auxiliaram a ideia de emigração - os fatores de repulsão populacional - foram bastante intensas. A história vivida pelas pessoas das regiões do leste europeu fez com que, até meados do século XIX, elas mantivessem relações feudais, que só foram legalmente abolidas na esteira das revoluções de 1848. Mesmo assim, em função das dificuldades que vivenciaram como homens livres, no final do oitocentos a servidão era uma memória poderosa. Talvez tão forte que tenha impulsionado o abandono do *locus* tradicional, para em terras absolutamente desconhecidas empreenderem a tentativa de serem *senhores de si mesmos*.

Já em relação ao Brasil, o Paraná foi um dos estados que mais recebeu imigrantes ucranianos. Consoante Wouk (1981), entraram no Brasil aproximadamente 120.000 rutenos, principalmente vindos ao estado do Paraná (por volta de 100.000 mil) e de Santa Catarina. O pesquisador elucida que

o número de imigrantes ucranianos entrados no Brasil, conforme as estatísticas do Serviço Nacional de Imigração, divulgadas por Romário Martins e outros historiadores não corresponde à realidade. É um pouco superior. Numerosos ucranianos, por terem vindo da Galícia, entraram no país ora como austríacos ora com o rótulo de poloneses. Como austríacos, porque aquele território desde o ano de 1795 até o ano de 1918, pertenceu ao Império Austro-Húngaro.

Poloneses por causa da semelhança do tipo étnico de ambos os grupos. (WOUK, 1981, p. 25-26).

Essas confusões étnicas acabaram por gerar imprecisões numéricas a respeito dos contingentes imigratórios no Brasil. Segundo Horbatiuk (1989, p. 69): “não se pode precisar desde quando os ucranianos se encaminharam para o Paraná. Porque até 1891/1896, quando foram fundadas as colônias Lucena, Prudentópolis, Santos Andrade, Antônio Olinto, e uma parte da de São Mateus (Vera Guarani) eram tidos como polacos”. Também Oliveira (2008) assevera que os ucranianos, diversas vezes, eram confundidos com poloneses, e assim deixavam passar, por medo de sofrerem preconceito. De modo similar, poloneses eram (e ainda são) confundidos com russos e alemães e também não reivindicavam sua real identidade por medo de represálias, como mostram relatos de diversos pesquisadores. Essa falta de prestígio aos eslavos se deve à sua história de subjugação no leste europeu, o que gerou sentimentos de inferioridade, trazidos na bagagem para o Brasil. Tudo isso, infelizmente, reflete-se no constante apagamento cultural que tais etnias têm passado.

Mas o Brasil, naquele momento, representava a esperança de serem senhores de si, e a emigração de seu país de origem se tornou realidade ao final do século XIX. “Em dois anos apenas, aportaram cerca de 15 mil pessoas, fixando-se no planalto paranaense: Prudentópolis, Mallet, Dorizon, União da Vitória, Antônio Olinto e Iracema (Santa Catarina)” (WOUK, 1981, p. 25). Além disso, conforme o Wouk (1981), outras cidades paranaenses receberam esse contingente, como: Pitanga, Ipiranga, Guarapuava, Curitiba, União da Vitória, Vera Guarani, Cruz Machado, Ponta Grossa, Rio Azul, Lapa, São José dos Pinhais, Araucária, Apucarana, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Roncador, Foz do Iguaçu, Cascavel e outros.

Prudentópolis (presente na mesorregião *Sudeste* do Paraná) é o município em que a presença desses imigrantes é a mais significativa, sendo considerada a cidade mais ucraniana do Brasil, embora a cidade de Mallet³⁶ tenha sido a primeira a receber os imigrantes ucranianos no país.

Desse modo, muitos estudos históricos/etnográficos/linguísticos feitos sobre os rutenos no Brasil tem como foco a cidade de Prudentópolis (Cf. OGLIARI, 1999; HAURESKO, 2009; SMAHA, 2018, entre outros). Mas também Antônio Olinto (ANDREAZZA, 1996), Mallet

³⁶ A cidade de Mallet também apresenta uma significativa presença ucraniana, como mostra o estudo de Wouk (1981). Segundo Wouk (1981), a composição étnica da comunidade ucraniana de Dorizon era de: ucranianos, poloneses e mestiços brasileiros. Isso se refletirá nas entrevistas sociolinguísticas feitas (cf Capítulo 5, sobre metodologia), pois os informantes em Prudentópolis são ucranianos em sua maioria, ao passo que, em Mallet, há informantes de ambos os grupos eslavos, predominando-se os poloneses.

(WOUK, 1981; HORBATIUK, 1989), Irati (JACUMASSO, DAMKE, 2009) e Rio Azul (HAURESKO, 2009) já foram objetos de pesquisas científicas a respeito dos ucranianos no Brasil.

Sobre as diferenças entre a colonização ucraniana no Paraná (sobretudo na cidade de Prudentópolis), em comparação ao Canadá, Ogliari (1990) explica que:

Outro evento que acrescenta dados à confirmação da hipótese sobre a influência da hegemonia étnica e contigüidade geográfica entre os imigrantes ucranianos, na promoção e na manutenção do uso da língua ucraniana em Prudentópolis, resulta do confronto entre ela e a imigração ucraniana para o Canadá. São inúmeras as identificações entre ambas; a época de saída, as aldeias de onde emigraram, inclusive em membros da mesma família que se dirigiram para o Canadá ou para Prudentópolis. **Mas as similitudes param por aí, porque enquanto aqueles que vieram para Prudentópolis foram encaminhados aos pequenos lotes localizados no interior do município, os que migraram para o Canadá fixaram-se predominantemente nas cidades e receberam lotes extensos (aproximadamente 50 alqueires por família).** Assim, não formaram vilas rurais, embora tenham instaurado, na região de Alberta, no Canadá, por exemplo, também um a hegemonia étnica regional. Uma das consequências disso, relacionada com o uso da língua ucraniana e com sua manutenção em terras canadenses, foi que a língua de origem dos imigrantes ucranianos desapareceu completamente do uso familiar já a partir da segunda ou terceira geração (Entrevista n. 6, 1997). Em Prudentópolis, além de a língua ter permanecido na região, por mais de 100 anos de convivência com o português, é adquirida com a língua materna, por muitos dos atuais prudentopolitanos descendentes de ucranianos, conforme apontam os acima. É interessante destacar que a organização religiosa e a sólida ligação entre rito e uso da língua ucraniana nas liturgias foram transplantadas de igual forma para ambas as com unidades ucranianas, a de Prudentópolis e a de Alberta. (OGLIARI, 1999, p. 116, grifos nossos).

Podemos perceber, destarte, que os ucranianos no Canadá estão muito mais ligados à vida urbana e tiveram um maior apagamento linguístico do que os imigrantes ucranianos que vivem no Paraná, mais ligados ao contexto rural e tendo sua língua mais preservada, devido a certo isolamento geográfico e pouca interação com outras regiões e pessoas de fora. Percebe-se, pois, que o multilinguismo no Brasil se manteve em regiões mais rurais, onde o Plano de Nacionalização não obteve efeitos tão consideráveis como em regiões urbanas.

Nesse sentido, o campo e o ambiente rural tornou-se um refúgio para essas comunidades de línguas minoritárias no Brasil (assim como para os poloneses). Mas, além disso, é preciso salientar que os imigrantes já vinham de uma realidade de campesinato, a qual foi mantida em seu estabelecimento no Brasil.

A imigração ucraniana para Prudentópolis **constituiu-se predominantemente de colonos e a maioria permaneceu nas comunidades**

rurais, mantendo, a princípio, pouco contato com outros grupos étnicos, oportunizando, desta forma, a manutenção desta língua por eles trazida. Com pouca ou praticamente nenhuma assistência governamental, as instituições religiosas tiveram um papel de destaque no apoio ao ensino/aprendizagem da língua ucraniana no município. Entretanto, **embora a língua ucraniana em Prudentópolis tenha um grande valor simbólico para a comunidade como um todo, seu status minoritário e minorizado deu origem à crença de sua inferioridade**. As políticas oficiais monolíngüísticas, a ausência de fomento, o fato de ser mais comumente utilizada por um grupo social menos prestigiado e se diferenciar consideravelmente da variedade falada no seu país de origem, idealizada como “pura”, “invariável”, “certa”, tornou-se justificativa para manifestações de preconceito em relação a ela e seus usuários, potencializando atitudes negativas dos próprios falantes diante de sua língua materna. As gerações mais novas passaram a se sentir constrangidas em utilizá-la e a ser estigmatizadas pelos “rastros” por ela deixados no uso do português. Consequentemente, muitos descendentes perderam o interesse em mantê-la. (SMAHA, 2018, p. 17, grifos nossos).

Após sua instalação (geralmente em colônias) no Brasil, a realidade de quando aqui chegaram, porém – assim como aos polônios –, também os decepcionou. Andreazza (1996) e Oliveira (2008) explicam que documentos históricos tratam sobre insurreições dos rutenos em protesto pela negligência do governo brasileiro na medição de lotes coloniais, falta de fornecimento de alimentação e também por conta da “dívida colonial”, isto é, a devolução a Brasil do dinheiro investido para despesas de viagem e alimentação. Esse valor poderia ser pago em moeda local ou através de prestação de serviços à colônia, como a abertura de estradas, por exemplo.

Imensas e ásperas foram as dificuldades com que se depararam os primeiros imigrantes. Sem assistência efetiva dos poderes públicos, desconhecendo a língua do país, sem meios de transporte, sem estradas, sem ferramentas, desprovidos de recursos, desbravavam regiões incultas, arrotearam terras e fundaram cidades. Não podiam sequer pedir o apoio de seus cônsules e embaixadores, pois não os tinham – filhos de uma grande nação, mas sem governo próprio. (WOUK, 1981, p. 25).

Os sofrimentos pelos quais passaram ainda permanecem presentes no imaginário dos descendentes de ucraniano na contemporaneidade, como pode ser percebido nos seguintes depoimentos recolhidos e publicados por Jacumasso e Damke (2009, p. 6):

Quando eles [os imigrantes] tavam vindo pra cá, falaram pra eles que era um país subtropical, primeira coisa que eles fizeram foi jogar no mar as cobertas deles, chegaram aqui, frio, não tinha estradas, tinham que fazer tudo com a mão, com o braço, casa não tinha, eles construía de palha, né, fizeram as cobertas, foi muito difícil, pra ir pra Irati levava dois, três dias de carroça, não tinha estrada, não tinha ônibus, carro, nada (Valéria – 28 anos).

[...] aí [os imigrantes] entraro nos mato, eles não tinham nem co que esquentá o armoço [...] eles fizero os barraco, aqui era cidade, mas daí tinha os brasileiro trabaiano, gente boa, né, e já se aligaro cos amigrantes, não se compreendiam, mas daí meio mostrando nos dedo, tinha aqueles pinhero arto que eu me lembro muito bem, derrubavam, traçavam, partiam, faziam tábua lascando, nada de seraria, eu sei, eu trabaiei nisso, eu sei, lascá tábua, tabuinha pra cobrí casa (Sebastião – 81 anos).

O depoimento do último informante traz à vista um aspecto interessante: a relação dos imigrantes com os “caboclos/brasileiros”. Isso também é ressaltado por Hauresko (2009, p. 61):

Os primeiros momentos vividos pelos colonos foram possíveis, segundo depoimentos de alguns descendentes de imigrantes europeus, com a incorporação das experiências dos caboclos. “Contava meu avô que se não fossem os caboclos que ensinaram eles a cortar, queimar e plantar, e comer o milho, eles teriam morrido de fome”. Essa participação dos caboclos na ambientação dos colonos, não é mencionada nos registros históricos do Paraná.

Por outro lado, outros autores, como Wachowicz (1981), Ramos (2006) e Mazurek (2016) descrevem uma realidade de dificuldades no convívio dos eslavos com os “brasileiros” já residentes nas localidades para onde os imigrantes se estabeleceram. Uma dessas barreiras é dada pela questão linguística, isto é, considerando que as línguas polonesa e ucraniana são de matriz eslava, enquanto o português tem raízes latinas, a distância entre essas línguas gerou dificuldades de interação social entre esses grupos étnicos.

Outrossim, a questão do uso mais constante da língua eslava entre ucranianos é um ponto a se ressaltar. A respeito de Prudentópolis (onde há presença maciça de ucranianos, mas também de poloneses, em menor escala), a pesquisa de Ramos (2017) lhe permitiu chegar à seguinte conclusão: “[...] os descendentes de ucranianos parecem ter sido os que melhor e mais profundamente conseguiram resguardar os valores culturais de seus antepassados, isto é, dos imigrantes propriamente ditos. (RAMOS, 2007, p. 195)”.

De acordo com Hauresko (2009, p. 78), “dada a sua origem rural camponesa, tanto o imigrante polonês quanto o ucraniano, ao chegarem ao Paraná foram, conduzidos para esta região para trabalharem com a agricultura de alimentos e como mão de obra em obras públicas”. A autora aponta que os dois grupos étnicos foram os que permaneceram em número maior no meio rural paranaense. Existe uma espécie de “enclausuramento” desses eslavos à vida rural, de modo que poucos apresentam uma “vocaçãõ urbana”. Horbatiuk (1989, p. 77) explana que “os ucranianos se ocupam principalmente com a lavoura, usando instrumentos primitivos. [...]

O ralo eslavo com uma relha de arado, e a charrua aprendida dos romanos, não utilizado pelos russos”.

Também Voitovicz e Loregian-Penkhal (2016), a partir de entrevistas sociolinguísticas com descendentes de eslavos, revelam que muitos descendentes de ucranianos de Mallet chegavam à escola dominando apenas a língua ucraniana e acabavam por aprender o português somente na escola. Para um país que, no senso comum, considera-se “monolíngue”, perceber que em meados do século XX ainda havia sujeitos nascidos no Brasil, mas que não falavam português, é algo admirável.

Com base nessas constatações, é possível notar a importância de se investigar essas comunidades linguísticas rurais eslavas, nas quais o contato linguístico é imanente e ainda “é possível presenciar contextos em que os falantes utilizam-se dos dois idiomas, português e ucraniano para se comunicarem, muitas vezes concomitantemente, isto é, iniciam a fala em ucraniano e intercalam palavras em português ou em polonês” (VOITOVICZ, LOREGIAN-PENKAL, 2016, p. 129).

Trazemos alguns depoimentos dos informantes desta pesquisa:

(1) Os professores, na época que eu estudava, professores rigorosos, mas, pelo menos, nós **aprend[e]mos** coisas boas e **valoriz[ẽ]mos** hoje tudo isso que nós **aprend[i]mos**. (CRU, mas, fund. II, mais velho, etnia polonesa)

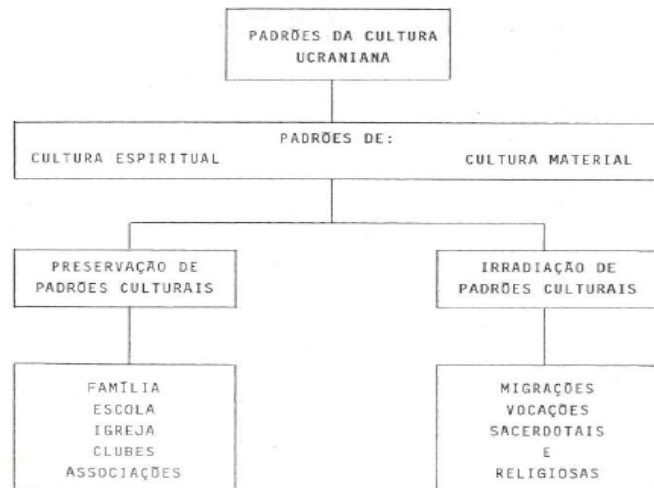
(2) Antitempo, quando nós era piqueno, portugueis num sabia fala [est]. Já quando **comec[e]mo** a andá pra iscola, daí **aprend[e]mo**. (PRU, fem, fund. I, mais velha, etnia ucraniana)

(2) A gente quando entrô na escola não sabia nada, né, falá em brasileiro. Daí lá na escola era proibido, né? Falá em ucraniano [inint, ruídos], daí cuns amigo ali falava, porque num sabia fala em brasileiro. Entón, foi ali que nós **aprend[e]mo** a falá em português. (PRU, fem, fund. II, mais jovem, etnia ucraniana)

Pensando-se nessas particularidades tão significativas às comunidades ucranianas no Paraná, resumidamente, Horbatiuk (1989) faz um apanhado dos pontos trabalhados em sua pesquisa (cf. Figura 3), que revelam padrões da cultura ucraniana na composição de uma *ucraneidade/ucraniedade*. A relação desses sujeitos com a igreja é algo, de fato, constituinte de sua identidade, pois “o ucraniano é dotado de um profundo espírito religioso”. (OGLIARI, 1999, p. 122-123). Também Semechechem, Jung e Vecchia (2017, p. 427) tocam neste ponto:

“A religião, assim como a etnicidade e a língua, é importante na constituição da identidade cultural de ucraniedade”.

Figura 3 – Resumo das ideias trabalhadas na pesquisa de Horbatiuk (1989)



Fonte: Horbatiuk (1989, p. 14)

Finalmente, é preciso salientar que os ucranianos, assim como os poloneses, também sofreram interdições a partir da década de 1930. Guérios (2007, 217) assegura que:

A “campanha de nacionalização” ocorreu em diversas frentes. Seus alvos mais visíveis eram os clubes e sociedades de caráter étnico. A Naródni Dim (Casa Nacional) da sede de Prudentópolis foi confiscada pelo Exército, e todas as Sociedades Ucranianas do Paraná sofreram intervenções em seus estatutos, já que não era mais permitido definir como objetivo de sua existência o desenvolvimento da nacionalidade ucraniana ou prever atividades associadas à etnia.

Em amparo ao breve levantamento de estudos sobre ucranianos no Brasil feito nesta investigação (WOUK, 1981; HORBATIUK, 1989; ANDREAZZA, 1996; OGLIARI, 1999; GUÉRIOS, 2007; HAURESKO, 2009; JACUMASSO, DAMKE, 2009; OLIVEIRA, 2008; RAMOS, 2017, SMAHA, 2018), pudemos, resumidamente, chegar a algumas considerações gerais, a saber: **(i)** a história desse povo foi bastante sofrida na Europa e no Brasil, havendo revoltas dos colonos em terras brasileiras por não ter se cumprido a promessa de que o país seria um “paraíso”; **(ii)** língua ucraniana se manteve nas colônias paranaenses, principalmente entre os mais velhos; **(iii)** apesar da manutenção linguística, muitos rutenos apresentam uma crença de inferioridade linguística, mormente os mais jovens; **(iv)** a submissão à religião e aos costumes religiosos cristãos (geralmente católica, do rito oriental, ou ortodoxa) são uma marca identitária (de *ucraneidade*) das comunidades ucranianas brasileiras (pois em outros países, como no Canadá, não se apresenta essa religiosidade marcante).

Em consideração ao caráter bilíngue dessas comunidades, na seção seguinte, abordamos referenciais teóricos acerca de *bilinguismo de línguas minoritárias* – ou *minorizadas* (cf. OLIVEIRA, ALTENHOFEN, 2011) –, assim como estudos científicos feitos em comunidades bi/tri/multilíngues, objetivando-se sobre identidades étnicas e sua relação com a língua materna e a segunda (e terceira) língua(s).

1.3 COMUNIDADE(S) BILÍNGUE(S): REALIDADE DE CONTATO LINGUÍSTICO E ETNICIDADES

Desde o momento do primeiro contato do imigrante com a terra sul-americana a sua língua estava exposta às influências da língua portuguesa e espanhola. As palavras novas, emprestadas e, geralmente, polonizadas, os imigrantes e seus descendentes utilizavam cada vez mais – a tal ponto que a língua polonesa falada no Brasil passou a apresentar características típicas, suficientes para ser chamada de um novo dialeto. (MAZUREK, 2016, p. 62)

Partimos do pressuposto de que “o contato lingüístico é parte do tecido social da vida cotidiana de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.³⁷” (SANKOFF, 2002, sem p.). Como as comunidades eslavo-brasileiras do Sudeste do Paraná são exemplos concretos dessa realidade de *contato lingüístico*, precisamos deixar mais claro esse conceito, assim como *bilinguismo* (e *bilingualidade*) e *etnicidade*.

Pertinentemente ao *contato lingüístico*, um dos precursores do tema, Weinreich (1953), explicava que: “dois ou mais idiomas serão considerados **em contato** se forem usados alternadamente por algumas pessoas. Os indivíduos que usam linguagem são, portanto, o *locus* do contato”³⁸. (WEINREICH, 1953, p. 1, grifos do autor). Sendo assim, em estudos sobre contato, a consideração do indivíduo e suas particularidades linguísticas são essenciais³⁹.

Ainda sobre o conceito de *contato lingüístico*, Thomason (2001, p. 1, tradução nossa) explica que, “na definição mais simples, o contato lingüístico é o uso de mais de um idioma no

³⁷ “[...] language contact is part of the social fabric of everyday life for hundreds of millions of people the world over” (SANKOFF, 2002, sem p.).

³⁸ “[...] two or more languages will be said to be IN CONTACT if they are used alternately by the some persons. The language-using individuals are thus the locus of the contact.” (WEINREICH, 1953, p. 1, grifos do autor).

³⁹ Nas fichas sociais do banco VARLINFE, aparecem informações sobre cada um desses pontos (compreensão, fala e escrita), de modo que poderemos controlar a variável “grau de bilingüidade” como um dos fatores condicionantes externos. Trataremos mais sobre isso no capítulo metodológico.

mesmo local e ao mesmo tempo”⁴⁰, mas problematiza tal definição, mostrando que não é necessário estar num mesmo lugar para que haja uma situação de *contato*, assim como a questão do tempo, que pode ser relativizada. A autora argumenta que, na verdade, o *contato linguístico* é a norma, não a exceção, isto é, as línguas estarão sempre em contato com outras línguas e seria surpreendente encontrar uma língua que não passasse por contato com outra(s) língua(s) por períodos superiores a cem ou duzentos anos.

Embora concordemos com a visão de Thomason (2001), acreditamos que, nas comunidades eslavo-brasileiras investigadas, esse contato se dá de maneira mais intensa, uma vez que o uso concomitante dessas línguas têm perdurado por muitos anos, sobretudo entre os mais velhos, havendo celebrações religiosas, festas típicas, apresentações folclóricas e outros tipos de interação na língua eslava. Ou seja, o bilinguismo foi e continua sendo algo ainda bastante presente e constante em tais comunidades.

Sobre *bilinguismo* e *bilingualidade*, queremos assumir, nesta pesquisa, a proposta conceitual de Savedra (2009). Pertinentemente ao *bilinguismo*, Savedra (2009, p. 127-128) explica ser “a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação num determinado espaço social, ou seja, um estado situacionalmente compartimentalizado de uso de duas línguas”. Já a *bilingualidade* é caracterizada como “os diferentes estágios de bilinguismo, pelos quais os indivíduos, portadores da condição de bilíngue, passam na sua trajetória de vida” (SAVEDRA, 2009, p. 117-118).

Assim, Savedra (2009) trata sobre duas dimensões de *bilingualidade*: (i) contexto de aquisição das línguas (verificando se as línguas foram adquiridas simultaneamente ou se uma foi adquirida após a outra); e (ii) uso funcional variado em diferentes etapas da vida do indivíduo (isto é, considerando-se quatro situações de interação: familiar, social, escolar e profissional). A partir dessas colocações, é possível mensurar em que grau de *bilingualidade* o sujeito se encontra, apresentando um grau, de acordo com seu domínio de compreensão, fala e escrita. Assim sendo, mais uma vez é ressaltada a necessidade de, embora tratarmos de um aspecto macro – a *comunidade de fala* onde se encontra um grupo de indivíduos –, não desconsideramos o aspecto micro que compõe essa realidade maior, ou seja, o sujeito bilíngue.

Nesse sentido, Mileski (2017) – assumindo a propositura de Savedra (2009) – investiga a variação no português de contato com o polonês no Rio Grande do Sul, mais especificamente

⁴⁰ “In the simplest definition, language contact is the use of more than one language in the same place at the same time”. (THOMASON, 2001, p. 1).

sobre as vogais médias tônicas e pretônicas, tratando sobre esse olhar qualitativo que deve ser dado quando se faz um estudo que abarca a questão do contato linguístico.

Um entendimento geral relacionado a contextos de contato linguístico diz respeito ao fato de que tais situações diferenciam-se consideravelmente umas das outras (WEINREICH, 1974 [1953]; FISHMAN, 1965; WINFORD, 2003; SAVEDRA; GAIO; NETO, 2015). Cada situação de contato é única em suas características e seu desenvolvimento, não apenas pelas especificidades das línguas postas em contato, mas principalmente porque ocorre por motivos distintos e em comunidades com configurações históricas particulares. A constatação de fenômenos de variação linguística motivados pela situação de contato linguístico implica que, para o estudo e compreensão desse tipo de variação, sejam considerados, além dos fatores extralinguísticos relacionados à comunidade, já previstos pela Sociolinguística Variacionista, [...] fatores relacionados especificamente ao uso das duas línguas, ao prestígio (ou não) das línguas na comunidade linguística, entre outros aspectos [...] (MILESKI, 2017, p. 83)

Já Ogliari (1999, 2006), ao trabalhar com uma comunidade bilíngue, de Prudentópolis (cidade também abarcada pelo VARLINFE), explica que adotou uma definição elástica de *bilinguismo*, de modo que os indivíduos que apresentavam conhecimento em apenas uma das habilidades linguísticas elencadas (compreensão, fala e escrita) foram considerados como “bilíngues incipientes”. A autora ainda descreve que:

Na região em estudo, o bilinguismo incipiente ou semibilinguismo, cuja definição incorpora a questão do desenvolvimento, é bastante comum. Na situação atual, não resultou, necessariamente, dos contatos-conflito em que se envolveram o ucraniano e o português ou o polonês e o português. Este tipo de bilinguismo sinaliza para o surgimento de uma iminente situação monolíngue ou comprova o estágio final de uso da língua ucraniana e da língua polonesa na comunidade. Além disso, a situação de bilinguismo passivo ou receptivo surgiu em função dos domínios atribuídos às línguas ucraniana, polonesa e portuguesa pelas comunidades de fala que as usam, fundamentada na cultura linguística ali enraizada. Na medida em que foi surgindo, em Prudentópolis, o bilinguismo comunitário ou social, a distribuição complementar de domínios de ambas as línguas foi sendo reorganizada continuamente, o que possibilitou o aparecimento de comunidades bilíngues na região em estudo. (OGLIARI, 2006, p. 305).

Retomando o aspecto histórico, precisamos salientar que a *bilingualidade* nessas localidades eram diferentes antes da década de 1930, quando foi implantado o Plano de Nacionalização, que proibiu o uso de línguas minoritárias no Brasil. Havia, antes disso, inclusive, uma interação entre as duas línguas (eslava e portuguesa) em ambiente escolar (oficial do Estado), como aponta Mazurek (2016, p. 84):

Quase toda sociedade tinha uma escola, na qual as crianças aprendiam o polonês e ao mesmo tempo eram familiarizadas com a língua portuguesa. Essas escolas travavam uma luta contra o analfabetismo e contribuíram muito para a manutenção da língua polonesa. Os colonos preocupavam-se principalmente em garantir um local adequado para o ensino, em consequência do que em quase todas as colônias eram erguidos prédios escolares (somente em período posterior, alguns anos antes da nacionalização, essas escolas eram parcialmente subvencionadas pelas autoridades municipais e estaduais). [...] Em 1937, nas vésperas da nacionalização, funcionavam no Brasil 349 escolas polonesas, das quais apenas 10 desenvolviam atividades exclusivamente em polonês, 14 ensinavam exclusivamente em português e as demais funcionavam como escolas bilíngues. Nesse mesmo ano essas escolas eram frequentadas por 6.296 alunos, dos quais 1.076 (17%) não eram de origem polonesa e por isso não estudavam em polonês. Os alunos de descendência polonesa eram 5.220, e 4.712 estudavam em língua polonesa.

Com o referido plano, a língua portuguesa foi imposta pelo Estado aos imigrantes, de modo que não puderam usar exclusivamente as línguas eslavas nesses espaços. Nesse sentido, o papel das escolas na aprendizagem da língua portuguesa foi significativo, como apontam diversas pesquisas sobre o tema.

[...] eu não sabia nada-nada-nada em português [...] depois que eu comecei a andá na escola daí eu já comecei [...] daí aprendi na escola [...] depois as veiz eu se atrapalho ainda mais, assim [...] na escola depois já no terceiro, segundo terceiro ano eu já sabia, já entendia, já sabia falá, mais não tão bem, né? (Informante 5, 79 anos). (LOREGIAN-PENKAL, VOITOVICZ, 2016, p. 134).

Esse trecho de entrevista sociolinguística, transcrito por Loregian-Penkal e Voitovicz (2016), é proveniente de um banco adicional do VARLINFÉ⁴¹, mais especificamente da cidade de Mallet, onde há presença marcante de ucranianos e poloneses. É possível perceber, a partir dele (e de pesquisas na área), que as línguas eslavas foram, por muito tempo, a língua materna de muitas famílias de descendentes eslavos no Brasil. O português, por sua vez, acabou sendo aprendido na escola, como segunda língua – ou terceira, no caso de quando já falavam outra língua eslava pelo contato com seus vizinhos de colônia, ou, até mesmo, porque seus ascendentes já a conheciam por meio de sua vivência no leste europeu e a passaram de geração em geração (como no caso da língua russa, por exemplo). Iniciado seu aprendizado escolar em língua portuguesa, muitos descendentes relatam suas dificuldades no entendimento dos conteúdos em decorrência da barreira linguística.

⁴¹ Esta entrevista faz parte do banco adicional do VARLINFÉ, não do banco-base. Loregian-Penkal e Voitovicz (2016) coletaram 12 entrevistas à parte, não se tratando de entrevistas sociolinguísticas com os mesmos critérios do banco-base, isto é, eram mais específicas, exigindo que todos os informantes apresentassem alto grau de bilinguismo, todos tivessem aprendido português somente na escola e que fossem mais velhos.

Por se constituírem em minorias étnicas, as línguas polonesa e ucraniana são consideradas “línguas minoritárias”, pois, consoante Altenhofen (2013), elas surgem como contraponto àquilo que é majoritário (nesse caso, o português, no Brasil), estando à margem da sociedade. “Por língua minoritária, entendo, por isso, a modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante.” (ALTENHOFEN, 2013, p. 94).

O Plano de Nacionalização tratou-se de um momento de interdição e de mudezes forçadas, que resultaram no apagamento contínuo dessas línguas no Brasil. Com isso, descendentes mais jovens de etnias diversas (no Brasil) desconhecem as línguas de seus antepassados. O quadro 1 demonstra as diferenças de políticas públicas para o monolinguismo em oposição ao plurilinguismo.

Quadro 1 – Contínuo das modalidades de políticas linguísticas

| | | |
|-------------|---|---|
| | [monolg] - | + [plurilg] |
| [+ passivo] | Silêncio (indiferença > omissão > antipatia) | Tolerância (simpatia > empatia) |
| [+ ativo] | Assimilação > discriminação > incriminação | Pluralidade Discurso retórico > participação |
| | Silenciamento (opressão > proibição) | Promoção (reconhecimento > ações) |

Fonte: Altenhofen (2013, p. 103)

Para a reversão desse processo de apagamento, são necessárias políticas públicas de promoção linguísticas e culturais das línguas minoritárias (cf. MAHER, 2013; ALTENHOFEN, 2013; e OLIVEIRA, 2016). Diferentemente do que foi feito no Brasil àquele período, acreditamos que o plurilinguismo deve ser valorizado como algo constituinte do mosaico cultural brasileiro. Isso também está aliado à defesa de Fishman (1986) acerca de uma “democracia cultural” (*ethnolinguistic democracy*).

Reconhecendo-se essa realidade histórica de interdição e também a propagação do “mito do monolinguismo” (cf. MAHER, 2013, p. 118), é preciso, conforme indica Altenhofen (2013), dar voz e ouvidos a esses imigrantes e compreender suas necessidades na contemporaneidade. Trazemos, pois, à vista mais um depoimento, retirado do banco VARLINF complementares, a respeito do uso da língua eslava, a seguir:

[...] é até oi lá onte eu pra ingreja enton uma menina que está aqui no padre a enton ela eu achei ela tão novinha, mais tudo ucraino ela comigo falando, ahã

eu até fiquei demirrada, disse num conheço ela mais ela tudo ucraino comigo falando. [...] agora eu num sei se essa gente Morrê esses novo já sofrim portugueses, né? Já tudo já virá vira Brasil brasileiro mesmo né? (ri). (Informante 11, 79 anos). (LOREGIAN-PENKAL, VOITOVICZ, 2016, p. 141).

Esse trecho mostra que, apesar de ainda falarem em ucraniano na localidade onde mora, a informante teme que a língua ucraniana se perca devido ao pouco interesse dos mais jovens no aprendizado da língua. Tem-se um medo de que aquele lugar se torne um “Brasil brasileiro” (isto é, monolíngue). Assim, em vista desse desinteresse dos descendentes eslavos jovens, quando algum sujeito de pouca idade demonstra domínio da língua causa certo espanto nos integrantes mais velhos da comunidade. Esse trecho de fala revela vestígios dos estragos causados pelo Plano de Nacionalização e também por conta do mito do monolingüismo.

Nesse contexto, tomamos por base as palavras de Vandresen (2006): “Apesar dos resultados positivos alcançados, é necessário ressaltar a urgência de mais pesquisas em comunidades bilíngues, em face da perda gradual das línguas minoritárias, especialmente nas faixas etárias mais jovens”. (VANDRESEN, 2006. p. 7). Todas as questões históricas de interdição pelas quais passaram os imigrantes eslavos – antes e depois de imigrarem para o Brasil – contribuem para que certos usos linguísticos sejam discriminados, uma vez que o *preconceito linguístico* (cf. BAGNO, 2002) é, antes de tudo, um preconceito social, isto é, a sociedade não discrimina uma ou outra variante linguística isoladamente, mas o faz pela associação a certos grupos sociais de menor prestígio, como acreditamos ser o caso de polono-brasileiros/polônios/poloneses e ucranianos/ucraínos/rutenos que vivem no meio rural.

Por outro lado, as pesquisas na área têm mostrado que a *bilingüidade* (dessas línguas minoritárias) ainda resiste em localidades rurais, ao passo que, em áreas urbanas, tem perdido sua força, e predominado a língua majoritária brasileira. Parece-nos que o ambiente rural, por conta de seu afastamento das cidades e seu relativo isolamento geográfico, permitiu a esses sujeitos a manutenção das línguas minoritárias. Um exemplo disso é o estudo de Vandresen (2009), no qual o autor argumenta haver uma “ilha linguística” do Pomerano em Arroio do Padre, uma comunidade alemã do interior de Pelotas, lugarejo em que a língua pomerana ainda se faz presente e é mantida por seus representantes étnicos.

Muito antes disso, a investigação de Vandresen (1968) foi uma das precursoras sobre línguas minoritárias e comunidades bilíngues/multilíngues no Brasil, tratando sobre a fonologia do vestfaliano na comunidade teuto-brasileira de Rio da Fortuna no interior de Santa Catarina. Segundo o pesquisador, até a década de 1930, “toda a área de colonização vestfaliana de Santa

Catarina ficou quase **completamente isolada da cultura brasileira**. Os imigrantes e seus descendentes mantinham com ela contatos comerciais esporádicos.” (VANDRESEN, 1968, p. 2, grifos nossos). A partir de mais interações de contato com o português ocorridas após tal período, o autor explica ter havido empréstimos do português, que aconteceram em decorrência de alguns acontecimentos, como a abertura de uma estrada em 1927, a criação de uma escola de língua portuguesa em 1932, a repressão linguística das línguas minoritárias – devido ao Plano de Nacionalização – e a intensificação da participação política.

Esse isolamento geográfico também foi registrado no estudo de Wouk (1981) – acerca da comunidade ucraina de Dorizon. “A comunidade continua vivendo em relativo isolamento geográfico cultural, o qual se vê reforçado pela organização familiar, através dos casamentos quase sempre endogâmicos” (WOUK, 1981, p. 64). A permanência desses sujeitos bilíngues em áreas mais rurais foi o que lhes permitiu a manutenção linguística em períodos de interdição das línguas de imigração.

Também Von Borstel (2009), ao fazer um estudo sobre alternância de código (*code switching*⁴²) em comunidades urbanas (de base rural) no *Oeste Paranaense* – contemplando as comunidades de: Marechal Cândido Rondon, com falantes do *Brasildeutsch*; Palotina, com o *talian*; Vila Margarida, distrito de Marechal Cândido Rondon, com o falar *polonês (polaco)*; e a comunidade de Guaíra, com o *portunhol/guarani-japorá* –, notou as peculiaridades rurais dos informantes entrevistados.

De um ponto de vista objetivo percebeu-se, nestes entrevistados uma tradição, ou tradução, cultural agrícola. [...] estes grupos étnicos imigrantes e seus descendentes se achavam fortemente identificados e estigmatizados pela sociedade urbana, ou pelos próprios grupos interétnicos europeus. Isso significa, em primeiro lugar, a perpetuação do sentimento positivo em relação ao fato de ser da área rural de geração em geração: “A nossa família desde que veio morar aqui, sempre morou na colônia.” Em minhas pesquisas, este enunciado foi dado tanto na comunidade de Marechal Cândido Rondon como na de Palotina (Von Borstel, 1992; 2003; 2005) **Nesta região, de comunidades pluriétnicas, há uma tradição cultural agrícola e/ou rural com a qual estes imigrantes e seus descendentes sentem-se fortemente identificados, o que significa, em primeiro lugar, o sentimento de ser da área rural, ou como se diz nesta região “da colônia”.** (VON BORSTEL, 2009, p. 69, grifos nossos).

⁴² *Code switching* consiste na alternância de uma língua para outra, ou na inserção de itens lexicais de uma língua em outra. É bastante comum entre falantes bilíngues, sendo registrado também na pesquisa de Krug (2004).

Parece, então, que, de modo geral, os falantes de línguas minoritárias no Brasil têm preferência por permanecer em contextos rurais e de certo isolamento geográfico⁴³, onde conseguem manter suas línguas. Esses dois aspectos, portanto, são bastante significativos à nossa pesquisa e serão retomados no capítulo IV.

Tendo constatado que os eslavo-brasileiros tiveram o aprendizado da língua portuguesa já quando estavam instalados no Brasil, cabe a seguinte questão: com quem esses sujeitos imigrantes aprenderam o português no Brasil?

A resposta para essa questão pode ser encontrada em pesquisas na área, as quais mostram que esse aprendizado ocorreu em sua interação com os “caboclos” do interior do Brasil, *i.e.*, há indícios de que a língua portuguesa aprendida por esses imigrantes, mesmo no âmbito escolar, não foi a variedade falada pela elite brasileira, dos grandes centros urbanos, mas sim uma variedade rural, até mesmo pelo fato de terem se instalado primordialmente em regiões rurais. Nas escolas, como explica Mazurek (2016, p. 84): “Quem ensinava eram geralmente as pessoas que não tiveram uma preparação adequada, que apenas sabiam ler e escrever. Por isso o nível de ensino era baixo, principalmente nas localidades do interior”. (MAZUREK, 2016, p. 84).

Além disso, no que tange à relação entre os imigrantes e os “caboclos brasileiros”, havia muitas diferenças culturais e linguísticas que dificultaram esse processo de aprendizado da língua portuguesa.

Os contatos com a população local exigiam naturalmente o conhecimento da língua portuguesa, que no início era bastante precário. Os poloneses eram tratados com certa reserva da parte dos autóctones (chamados pelos imigrantes de caboclos), porquanto formavam um grupo étnico inteiramente desconhecido da sociedade local. Os poloneses tinham outros costumes, outras formas de cultivar a terra e não se dispunham a contrair laços matrimoniais com a população local. Por isso no início surgiam conflitos e desentendimentos no relacionamento interpessoal. Com o tempo, a situação se normalizou, as colônias rapidamente se tornaram abastadas e logo começaram a fornecer aos habitantes das cidades próximas alguns produtos agrícolas que antes eram raros ou até desconhecidos. No entanto os inevitáveis contatos com os habitantes do país exigiam o conhecimento da língua portuguesa. Além disso, a nova realidade em que viviam os colonos desde o início ia deixando os seus vestígios na linguagem deles. (MAZUREK, 2016, p. 78).

⁴³ Vale lembrar que a mesorregião do *Oeste Paranaense* foi “colonizada” em meados do século XX, sendo considerada um “vazio demográfico” até então. Assim sendo, os imigrantes europeus que para lá se direcionaram são oriundos, em sua maioria, de colônias velhas do Rio Grande do Sul.

Isso pode nos ajudar a confirmar que, não obstante os impedimentos linguísticos e as relações conflituosas, houve um contato e aprendizado da língua portuguesa com os caboclos, os quais, vivendo no contexto rural, dominavam uma variedade rural.

Para complementar, trazemos as palavras de Wachowicz (1981) a respeito da falta de proximidade linguística e cultural entre o Brasil e os dois países eslavos:

A afinidade cultural dos eslavos poloneses para com a cultura latino-luso-afro-brasileira, não era das maiores. A barreira da linguagem já dificultava, de início, uma aproximação maior das partes. Neste sentido, os imigrantes latinos, como os italianos ou espanhóis, levavam nítida vantagem para acelerar sua integração à cultura brasileira. Os poloneses tinham nesse particular maiores dificuldades. A imigração polonesa, sendo constituída de 95% de camponeses, ampliava os entraves para sua assimilação. O trabalho urbano, por outro lado, sendo mentalmente muito mais flexível, oferecia e obtinha maior contato com a coletividade nacional. O agricultor, portanto, de todas as classes ocupacionais, era o menos flexível para dar e receber elementos culturais. Por outro lado, a capacidade de assimilação do meio paranaense nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, deixava muito a desejar. (WACHOWICZ, 1981, p. 138).

Ademais, segundo Ramos (2006), ao tratar do município de Prudentópolis, os ucranianos eram vistos pelos “caboclos” como invasores de suas terras e houve um sentimento de repulsa por parte desses brasileiros já instalados em suas terras. Entretanto, esse mesmo autor argumenta existir, ao longo dos anos, uma miscigenação entre esses povos, de modo que alguns usos linguísticos tornaram-se comuns entre eles.

Wachowicz (1981, p. 117) explica que:

Nas colônias onde havia preponderância de brasileiros nas proximidades, surgiam conflitos entre os imigrantes e os mesmos. Tal fato se devia à inexistência de cercas nas proximidades dos brasileiros. Não costumavam cercar seu gado, fosse bovino, suíno ou qualquer outra espécie de animais de criação. Estes conflitos deram-se de preferência nas colônias onde predominavam nas proximidades dos campos, como por exemplo em Murici e Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais, ou nos Campos Gerais de Ponta Grossa. Nas colônias localizadas na zona da mata, estes conflitos também existiam, mas eram em menor número.

As diferenças linguísticas, culturais e sociais entre essas etnias foram fatores que geraram conflitos, mas não impediram os imigrantes eslavo-brasileiros de aprenderem a língua portuguesa com os caboclos, havendo algumas trocas culturais em ambos os povos. Por outro lado, os eslavo-brasileiros resistiram em manter sua língua e cultura nessas áreas rurais do Sudeste do Paraná, numa busca constante de valorização e manutenção pela sua *polonidade* e

ucraneidade (etnicidade), o que foi feito com auxílio das igrejas (católica e ortodoxa) e também dos grupos folclóricos.

No que concerne ao termo “etnicidade” (*identidade étnica*), amparamo-nos na conceituação exposta em Fishman (1986, p. 24):

A etnicidade⁴⁴ é devidamente entendida como um aspecto do autorreconhecimento de uma coletividade, bem como um aspecto de seu reconhecimento aos olhos de pessoas de fora. O reconhecimento étnico difere de outros tipos de reconhecimento embutidos em grupo, na medida em que opera basicamente em termos de paternidade, e não em termos de patrimônio e exegese. No entanto, como outros tipos de reconhecimento embutido em grupo, é um meio pelo qual os indivíduos estão ligados à sociedade, isto é, às normas sociais e aos valores sociais. Como eles, a etnicidade representa uma avenida pela qual se chegam às visões do "mundo em geral", isto é, através da etnicidade, os indivíduos comuns não só estão ligados às coletividades - e a integração social é assim obtida - mas à noção de "vida", 'sociedade' e 'o mundo' também⁴⁵.

Em face disso, o sujeito apresenta um maior grau de *etnicidade* quando se identifica com aquele universo étnico específico e apresenta um sentimento de pertencimento cultural. Do mesmo modo, os “sujeitos de fora” conseguem perceber características que lhe permitem a identificação de tal sujeito como pertencente a esse universo étnico. Trata-se de um reconhecimento bilateral (do próprio indivíduo e dos demais) da ancestralidade do sujeito.

Para Mendoza-Deton (2002), a identidade é compreendida “como significando a negociação ativa da relação de um indivíduo com os construtos sociais mais amplos, na medida em que essa negociação é sinalizada através da linguagem e de outros meios semióticos. A identidade, portanto, não é nem atributo nem possessão, mas um processo individual e coletivo de semiose.⁴⁶”

Num estudo sobre identidade e comportamento linguístico numa comunidade rural plurilíngue (alemão, italiano e português) em Imigrante, Rio Grande do Sul, Krug (2004) trata

⁴⁴ O termo “ethnicity” pode ser traduzido como “etnia” ou “etnicidade”. Nesse caso, acreditamos que a melhor tradução fosse a segunda.

⁴⁵ Ethnicity is rightly understood as an aspect of a collectivity’s self-recognition as well as an aspect of its recognition in the eyes of outsiders. Ethnic recognition differs from other kinds of group-embedded recognition in that it operates basically in terms of paternity rather than in terms of patrimony and exegesis thereupon. However, like other types of group-embedded recognition, it is an avenue whereby individuals are linked to society, i.e., to social norms and to social values. Like them, ethnicity represents an avenue whereby understandings of ‘the world at large’ are arrived at, that is to say, through ethnicity ordinary individuals are not only linked to collectivities - and social integration is attained thereby - but to notion of ‘life’, ‘society’ and ‘the world’ as well.

⁴⁶ “[...] we will understand identity to mean the active negotiation of an individual’s relationship with larger social constructs, in so far as this negotiation is signaled through language and other semiotic means. Identity, then, is neither attribute nor possession, but an individual and collective-level process of semiosis.” (MENDOZA-DETON, 2002, sem p.).

sobre *etnicidade* como uma questão vital a seu estudo e ampara-se nas discussões teóricas de Fishman (1972, 1977). Para o pesquisador, “a língua é considerada um dos principais fatores de determinação da identidade de um grupo”. (KRUG, 2004, p. 18). Mas a *etnicidade* também se faz por outras vias, como danças, trajes típicos, clubes, arquitetura das casas, entre outras questões que rodeiam esse universo étnico.

Ao fazer uma pesquisa de observação participante, Krug (2004) relatou que estabelecia um contato inicial com os sujeitos para fazer suas entrevistas, e um ponto interessante foi a facilidade que teve em contatar descendentes de alemães pelo fato de também falar Hunsrückisch (língua de matriz germânica falada pelos descendentes de alemães na localidade investigada). Um dos indivíduos chegou a afirmar que, como ele era alemão – apesar de desconhecido e estranho ao grupo –, não precisava “fazer contrato”, mas se fosse brasileiro, aí sim precisaria. Esse detalhe da pesquisa de Krug (2004) revela não apenas que a língua é uma marca identitária que une os sujeitos, mesmo que estranhos, mas também põe em jogo uma questão metodológica: os indivíduos se sentem mais à vontade com pesquisadores que conhecem profundamente sua cultura e dominam sua língua. Isso está relacionado, inclusive, ao “paradoxo do observador”, mencionado por Labov (1972), que tem em seu bojo a busca pelo vernáculo (fala espontânea) do entrevistado. Quanto mais o informante se sentir à vontade com o entrevistador, mais se sentirá livre para manifestar sua identidade e seu vernáculo.

Nesse sentido, Guérios (2007), na sua tese em Antropologia Social, intitulada “Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná”, relata – antes de seu trabalho de campo – ter aprendido ucraniano (pois, apesar de ser descendente eslavo, não dominava a língua). Fez isso para suplantar a barreira linguística entre ele e seus entrevistados.

Em relação à(s) comunidade(s) aqui investigada(s), tentaremos estabelecer, metodologicamente, “graus de etnicidade” (mais especificamente, *ucraneidade* e *polonidade*), com base em pesquisas científicas que já trataram sobre o (ou tocaram no) tema. Um dos pontos a ser considerado é o uso da língua eslava em diversos ambientes, de modo que “grau de bilinguagem” e “grau de etnicidade” apresentam uma intersecção interessante. De modo geral, pelo que temos constatado (cf. PEREIRA, 2017, a respeito do apagamento linguístico entre polono-brasileiros), os indivíduos que têm vergonha de sua origem étnica ou não apresentam sentimento de pertencimento acabam por não usar a língua do grupo (falada por outros sujeitos que o rodeiam). Ocorre, assim, um apagamento da língua, e, por consequência, também de sua *polonidade*.

No que se refere à *ucraneidade*, consideramos as características mapeadas por pesquisadores que se dedicaram ao tema, como, por exemplo, Guérios (2007), o qual revela que a religiosidade ucraniana não é algo inerente à identidade ucraniana no mundo, mas sim à *ucraneidade paranaense*. O pesquisador chegou a essa constatação por meio do estudo de comunidades ucranianas nos Estados Unidos e no Canadá, verificando-se que esses ucranianos que lá residem não apresentavam uma religiosidade e respeito à figura religiosa do padre como foi verificado na comunidade de Prudentópolis, foco de sua pesquisa.

Desse modo, a “religiosidade” desses colonos ou suas tentativas de estabelecer vínculos substantivos com os mais poderosos não são características dadas – não são parte de uma “essência” que lhes é própria, ou de uma “ucraniedade” que os determinaria a despeito de si próprios. Todas as características da inserção dos colonos ucranianos nas colônias paranaenses, que acompanhamos neste trabalho, estão inscritas historicamente, e resultam das diversas de interações estabelecidas entre eles e os sacerdotes, as autoridades locais e os demais colonos que os rodeavam. Por este mesmo motivo, elas dependem dos investimentos dos diversos atores sociais envolvidos em seu cotidiano para manter-se operantes, e podem alterar-se a qualquer momento. (GUÉRIOS, 2007, p. 272).

Mas a noção da *etnicidade* não é um ponto assim tão simples de se definir, como já aponta Fishman (1986). Há questões relacionadas à “raça” que sempre instigaram pesquisadores em relação ao conceito de etnia. Sobre esse ponto, partimos da visão de Trudgill (1983 [1974]):

Não há, portanto, nenhum elo inerente ou necessário entre a linguagem e a raça. Permanece verdadeiro, no entanto, que em muitos casos a linguagem pode ser um importante ou mesmo essencial concomitante à participação em grupos étnicos. Isso é um fato social, e é importante ser claro sobre que tipo de processos podem estar envolvidos. Em alguns casos, por exemplo, e particularmente onde as línguas, e não as variedades de uma língua, estão envolvidas, as características linguísticas podem ser os critérios de definição mais importantes para a participação em grupos étnicos. [...] Em outros casos, particularmente quando se trata de variedades diferentes da mesma língua, a conexão entre língua e grupo étnico pode ser uma simples associação habitual, reforçada por barreiras sociais entre os grupos, onde a linguagem é uma importante característica identificadora. (TRUDGILL, 1983 [1974], p. 53)⁴⁷.

⁴⁷ There is, then, no inherent or necessary link between language and race. It remains true, however, that in many cases language may be an important or even essential concomitant of ethnic-group membership. That is social fact, though, and it is important to be clear about what sort of processes may be involved. In some cases, for example, and particularly where languages rather than varieties of a language are involved, linguistic characteristics may be the most important defining criteria for ethnic-group membership. [...] In others cases, particularly where different varieties of the same language are concerned, the connection between language and ethnic group may be a simple one of habitual association, reinforced by social barriers between the groups, where language is an important identifying characteristic. (TRUDGILL, 1983 [1974], p. 53).

Também Fought (2002) esclarece que a questão da *etnicidade*, para além da etnia, tem por trás a necessidade de um sentimento de um pertencimento comunitário, e isso se revela nas variações linguísticas:

[...] os limites da etnicidade podem ser realmente muito fortes, enraizados no preconceito e no profundo senso do "outro", mesmo em pequenas comunidades isoladas onde uma integração mais completa do que entre grandes populações urbanas poderia ter sido, esperado. Isso nos leva de volta à questão do que significa ser um membro de uma comunidade. Mesmo onde, à primeira vista, o extenso contato e a integração interétnica possam parecer a norma, o estudo da variação lingüística revela a preservação subjacente e a expressão de identidades divididas ao longo das linhas da etnia. Por exemplo, Henderson (1996) discute o isolamento racial na Filadélfia entre afro-americanos que parecem completamente integrados nas comunidades européias-americanas⁴⁸. (FOUGHT, 2002, sem p.)

Muitos estudos sociolinguísticos norte-americanos sobre *etnicidade* foram feitos sobre o BVE – *black vernacular english* (inglês vernacular negro) –, atualmente chamado de AAV – *African-american vernacular english* (inglês vernacular afro-americano) –, inclusive um estudo clássico de Labov em 1972. Já em 2010, em “Unendangered dialect, endangered people: the case of african american vernacular english”, Labov se dedica ao AAVE. No caso do estudo mencionado por Fought (2002), a comunidade afro-americana analisada por Henderson (1996) não manifestou características consideradas comuns verificadas em estudos sobre a variedade, de modo que apresentavam peculiaridades linguísticas de uma comunidade europeia-americana.

Assim, um indivíduo descendente de eslavos que não se sente pertencente a sua origem étnica, mesmo que more numa comunidade eslava e conviva com familiares e amigos que apresentem um sentimento de pertença, não apresentaria o mesmo “grau de etnicidade” que os demais. É o que parece estar acontecendo com os polono-brasileiros e ucranios mais jovens nessas comunidades eslavas do *Sudeste* do Paraná. A partir das entrevistas dos informantes, poderemos verificar se isso é atestado ou não.

Notamos que, hodiernamente, a realidade dessas comunidades de imigrantes no *Sudeste* do Paraná tem sofrido alterações. Se antes os sujeitos aprendiam apenas a língua eslava em

⁴⁸ [...] the boundaries of ethnicity can be very strong indeed, rooted in prejudice and a deep sense of the "other", even in small isolated communities where a more complete integration than among large urban populations might have been expected. This returns us to the question of what it means to be a member of a community. Even where, on the surface, extensive inter-ethnic contact and integration might seem to be the norm, the study of linguistic variation reveals the underlying preservation and expression of identities divided along the lines of ethnicity. For example, Henderson (1996) discusses racial isolation in Philadelphia among African-Americans who seem completely integrated into European-American communities. (FOUGHT, 2002, sem p.)

casa, hoje muitas crianças e jovens já têm aprendido o português com seus familiares, juntamente com a língua eslava da família. Isso já tem acontecido em ambas as realidades (polonesa e ucraniana), mas é fato que o bilinguismo ainda está prevalecendo – não obstante os estragos provenientes do Plano de Nacionalização e todos os outros interditos sofridos pelos imigrantes no Brasil. Assim sendo, tratar sobre essas questões de línguas em contato é primordial⁴⁹ quando se trabalha com um banco de característica eslava e rural⁵⁰.

Mas a vivência local em relação ao uso das línguas eslavas, entre os municípios, apresenta perfis diferentes, o que é descrito por Costa e Loregian-Penkhal (2015). Primeiramente, sobre a cidade de Mallet, no distrito de Rio Claro, elas relatam que foram encontrados muitos descendentes cuja primeira língua é eslava (o ucraniano ou o polonês) e que aprenderam o português como segunda língua, no período em que começaram a ir à escola. Um número significativo de rituais religiosos é feito em polonês ou ucraniano, e, além disso, as famílias costumam falar a língua eslava em casa com predominância, de modo que crianças, na localidade, em fase de aquisição, já falam o polonês ou ucraniano.

Também em Prudentópolis, “a língua e a cultura ucraniana sempre se fizeram muito presentes nas saídas de campo” (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 103), havendo dificuldades em se encontrar falantes descendentes de poloneses para as entrevistas sociolinguísticas, por conta da predominância de ucranianos na região.

No município de Ivaí, por seu turno, foram localizados, com facilidade, descendentes que falavam as línguas eslavas. Ou seja, Ivaí, Mallet e Prudentópolis demonstraram apresentar a cultura eslava de modo mais presente. Foi possível encontrar, inclusive, registros escritos em línguas eslavas (cartazes, bandeiras, túmulos, entre outros), conforme Costa e Loregian-Penkhal (2015).

Já nas cidades de Rebouças, Rio Azul e Irati, por sua vez, foi percebido um perfil diferente. “Nessas cidades, a cultura eslava também é presente na arquitetura, no artesanato e na culinária, mas as línguas eslavas não são muito praticadas” (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 106). Foram localizados poucos falantes de ucraniano/polonês entre os descendentes eslavos que foram entrevistados. Ou seja, são cidades em que parece ter havido um apagamento linguístico maior das línguas eslavas, e isso irá se refletir nas características dos informantes selecionados.

⁴⁹ Gostaríamos de esclarecer que esta tese não tem como foco o multilinguismo e a sua descrição detalhada, mas, por estarmos trabalhando com um grupo de municípios que apresentam essa particularidade, o assunto precisa ser explorado em alguma medida.

⁵⁰ A questão da ruralidade será tratada na próxima subseção e também na seção ulterior.

Por fim, um ponto ressaltado pelas pesquisadoras é a respeito das matriarcas nas famílias eslavas como principais propagadoras das línguas ucraniana e/ou polonesa:

Das visitas efetuadas para as coletas de dados, constatamos que a mãe tem um papel central na aquisição das línguas eslavas. Geralmente, é a língua da mãe que o descendente aprende. Nos casos de etnias mescladas, quando a mãe é polonesa e o pai é ucraniano, por exemplo, a criança aprende a falar a língua da mãe. (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 106).

Já o município de Cruz Machado foi alvo de entrevistas sociolinguísticas mais recentemente (em 2016)⁵¹. Mas podemos aprofundar essas questões a partir da análise das fichas sociais e entrevistas sociolinguísticas às quais tivemos acesso. De modo geral, a etnia prevalecente nessa cidade é a polonesa.

A despeito dos perfis distintos dos municípios, a questão do *contato linguístico* é inerente a todas essas localidades pertencentes ao banco VARLINFE. Considerando-se, pois, que o objeto de análise desta pesquisa são vogais que antecedem o sufixo de pessoa e número, achamos necessário fazer uma breve explanação sobre os sistemas fonético-fonológicos dessas duas línguas, de modo a relacioná-los com o sistema do português, observando se as diferenças entre eles poderiam provocar variações linguísticas resultantes do contato entre as línguas.

1.3.1 Interferências do contato linguístico com o polonês e o ucraniano no uso das vogais

A partir do que já foi tratado em seções antecedentes, percebemos a realidade de *contato linguístico* entre o português e as línguas eslavas (ucraniano e polonês) nas comunidades eslavo-brasileiras no *Sudeste* do Paraná, o que provavelmente resulta em variações linguísticas, *code-switching*, usos lexicais específicos, entre outras interferências linguísticas.

Nesta pesquisa, interessa-nos perceber os efeitos desse *contato linguístico* mais especificamente no que se refere às vogais (tônicas) utilizadas por esses sujeitos, pelo fato de o objeto de estudo desta investigação ser a alternância vocálica que antecede o sufixo de PN /mos/.

Relembrando o que foi descrito já na Introdução, as formas verbais que nos interessam são da 1ª e 2ª conjugações, havendo possibilidades consideradas canônicas e outras não canônicas:

(1) Verbos de 1ª Conjugação

⁵¹ De 2016 a 2020, os pesquisadores do NEES (Núcleo de Estudos Eslavos) já têm apresentado trabalhos e submetido publicações a respeito de Cruz Machado.

FORMAS CANÔNICAS

1a. Nós sempre *cantamos*. (Presente do Indicativo)

1b. Ontem, nós *cantamos/cantámos*. (Pretérito Perfeito do Indicativo no PB e no PE, respectivamente).

(2) Verbos de 2ª Conjugação

FORMAS CANÔNICAS

2a. Nós sempre *comemos* à noite. (Presente do Indicativo)

2b. Ontem, nós *comemos* à noite. (Pretérito Perfeito do Indicativo).

(3) Verbos de 1ª conjugação

FORMAS NÃO CANÔNICAS

3c. Nós sempre *cantemo(s)*. (Presente do Indicativo)

3d. Ontem, nós *cantemo(s)*. (Pretérito Perfeito do Indicativo).

(4) Verbos de 2ª conjugação

FORMAS NÃO CANÔNICAS

4a. Nós sempre *comimo(s)* à noite. (Presente do Indicativo)

4b. Ontem, nós *comimo(s)* à noite. (Pretérito Perfeito do Indicativo).

A partir disso, precisamos verificar se as vogais alternantes nas formas verbais elencadas podem sofrer influência das duas línguas eslavas faladas nas localidades em análise. Neste caso, os fonemas vocálicos focalizados nesta pesquisa são /a/, /aN/, /e/ e /i/.

A princípio, no PE e no PB, sem considerarmos o contato linguístico eslavo, tais fonemas apresentam as seguintes realizações fonéticas: [a], [ẽ]⁵², [e], [ɛ] e [i].

Sumariamente,

6.4.1.1 /a/ pode ser realizado como:

5a. [a], como em *cantámos* (1ª conjugação, sendo a forma canônica para pretérito perfeito do Indicativo no PE), com a transcrição “cant[a]mos”;

5b. [ẽ], no caso de *cantamos* (1ª conjugação, forma canônica para presente no PE, com a transcrição “cant[ẽ]mos”; e

5c. [ẽ], no caso de *cantamos* (1ª conjugação, forma canônica para presente e pretérito perfeito do Indicativo no PB), com a transcrição “cant[ẽ]mos”.

6.4.1.2 /e/ pode ser realizado como:

⁵² Transcrevemos a vogal baixa nasalizada como [ẽ] em consideração às constatações de Seara (2001).

6a. [e], no caso de *cantemos* (1ª conjugação, mas com forma não canônica), com transcrição “cant[e]mos”;

6b. [e], no caso de *comemos* (2ª conjugação, com forma canônica), com transcrição “com[e]mos”;

6.4.1.3 /i/ pode ser realizado como:

7a. [i], no caso de *comimos* (2ª conjugação, com forma não canônica); com transcrição “com[i]mos”.

Mas essas realizações dos segmentos vocálicos possivelmente sofrem interferências linguísticas nas localidades por nós investigadas. Por conta disso, julgamos necessário fazer uma breve explanação do sistema fonético-fonológico do polonês e do ucraniano, a partir de pesquisas já feitas sobre o tema, a fim de compreendermos as raízes de uma possível variação linguística no âmbito das vogais.

A respeito do sistema fonológico do ucraniano⁵³, por exemplo, Ogliari (1999) explana:

Kulczynskyj (1987) descreve o sistema fonológico da língua ucraniana moderna com base em Bilodid (1969), para quem a língua ucraniana possui 38 unidades fonêmicas (seis vogais e 32 consoantes ou sons consonantais). [...] Não existem, no sistema vocálico da língua ucraniana, vogais nasais; por outro lado, a distinção fonológica entre vogais abertas e fechadas [o, ó, e, é], que é bastante importante na língua portuguesa, inexistente na língua ucraniana. Tais lacunas geraram, na comunidade de fala em estudo, reanálises da seguinte natureza:
feijão – [fi'ʒɛ̃] ~ [fi'ʒɔ̃]; mão – ['mɔ̃]; real – [real]; “no terreiro” – [natɛ'rɛrɔ̃]
⁵⁴. (OGLIARI, 1999, p. 423)

Percebe-se que a inexistência das vogais nasais no ucraniano é uma particularidade que não pode ser ignorada ao tratarmos de uma variação que se dá no nível vocálico, ainda mais quando se tem uma possibilidade de oposição distintiva de significado que é dada pelo traço da nasalização, isto é, a inexistência do fone [ɛ̃] impossibilita a oposição distintiva de significado (presente ou pretérito perfeito do Indicativo), que é dada pela oposição entre [ɛ̃] e [a].

⁵³ Uma característica interessante, embora não seja relevante para nossa pesquisa, é que “o mais importante traço dos fonemas consonantais do ucraniano é a sua palatalização. A palatalização é também característica de outras línguas eslavas, por exemplo do polonês, russo e bielorrusso”. (OGLIARI, 1999, p. 423).

⁵⁴ Nas transcrições fonéticas, a autora não se utiliza do Alfabeto Fonético Internacional (Internacional Phonetic Alphabet – IPA), então, para haver uma coerência com o restante desta tese, transcrevemos seus exemplos seguindo o IPA.

Já em relação à outra língua eslava presente na(s) comunidade(s) de fala em análise – o polonês –, valemo-nos do que aponta Mendonça (2017) – com base em Moraes (2013) – ao exemplificar que, das línguas de origem indo-europeias, apenas o português⁵⁵, o francês e o polonês apresentam oposição distintiva dada pela nasalização⁵⁶.

Mas é preciso esclarecer que tal nasalização distintiva ocorre apenas nas vogais médias-baixas, não acontecendo na vogal baixa, pois Mileski (2017) – com base em Sanders (2003), Stone (2009), entre outros – aponta que o polonês padrão teria (como fonemas) apenas as vogais médias-baixas nasais, como se pode verificar na Figura 4:

Figura 4 – Vogais do polonês padrão

| | | |
|-----|----|------|
| i | ĩ | u |
| ε ě | | ɔ ɔ̃ |
| a | | |

Fonte: Mileski (2017, p. 54)

Com base nessas descrições, observamos que, tanto o ucraniano quanto o polonês, não costumam apresentar as vogais [ɐ] e [ɐ̃] em seus sistemas vocálicos.

É possível hipotetizar, a partir disso, que a produção da vogal [ɐ̃] que antecede o sufixo *-mos* (como em *cantamos*) possa se dar de maneira diferenciada entre falantes de ucraniano, de polonês e sujeitos que falam essas duas línguas. Além disso, o ‘grau de bilinguagem’ desses indivíduos em relação a essas línguas poderá ser um fator condicionante importante para a realização de uma ou outra vogal.

Mesmo assim, cabe um questionamento importante: sendo registrados usos de [a] antes do sufixo *-mos*, será possível considerar essa vogal [a] como um fonema em *oposição distintiva* com o [ɐ̃], ou consistiria apenas num caso de *alofonia*, em que as duas formas vocálicas estão variando?

Essa pergunta só poderá ser respondida a partir do fator condicionante ‘tempo verbal’, isto é, se os casos de produção de [a] por meio de falantes com alto grau de bilinguagem ocorrerem sempre (ou com alta porcentagem) em contextos de pretérito perfeito, enquanto a

⁵⁵ Mesmo assim, há controvérsias no que diz respeito ao PB, uma vez que muitos fonólogos defendem que o PB não tenha vogais nasais como fonema.

⁵⁶ Essa questão da nasalização será retomada no capítulo V, no qual tomamos algumas decisões teóricas no âmbito da Fonética e Fonologia, além da Morfologia.

produção de [ẽ] entre esses mesmos sujeitos se dê em contextos de presente, será possível asseverar que exista uma oposição distintiva na(s) comunidade(s) de fala. Nesse caso, um cruzamento das variáveis independentes ‘grau de bilinguagem’ e ‘tempo verbal’ são estritamente necessárias.

Por outro lado, se essas formas vocálicas forem produzidas de modo variável, sem especialização temporal, será meramente um caso de alofonia entre [a] e [ẽ].

Também existe a probabilidade de que a vogal [a] não seja produzida em contexto precedente ao sufixo /mos/, mantendo-se a neutralização existente no português brasileiro padrão, ou seja, com a produção tão-somente de [ẽ].

Nesse contexto, almejamos problematizar a descrição de Teyssier (1997) ao tratar dessa neutralização como um aspecto “inovador” do português brasileiro, levando em conta nossa argumentação de que a localidade investigada seja considerada uma “ilha de conservadorismo linguístico” (cf. Capítulo IV), que apresenta formas linguísticas mais conservadoras, se comparadas com variedades urbanas brasileiras.

Para isso, levaremos em conta a suposição de Queriquelli (2016):

[...] podemos supor que a essa distinção formal-funcional, existente no PE *standard* e no PB caipira mas não na norma culta brasileira, já existia em certas variedades de PA [português arcaico] que prosperaram no dialeto de Coimbra-Lisboa e em parte do Brasil rural, mas não nas principais capitais que forneceram a base para o PB *standard*. Esses fatos, em meu entendimento, abrem uma nova questão: será essa oposição entre /v/ e /a/ (pres. vs. perf.) uma inovação recente do PE desenvolvida por volta do século XVII – como sustentam Gonçalves e Basso (2010) e Mattos e Silva (2004) – ou será ela uma característica muito mais antiga que teria permanecido em certos dialetos românicos e sofrido neutralização em outros? Por que línguas românicas modernas, tal qual o PE *standard* e o PB caipira, diferenciam vocalicamente o presente e o perfeito (ex.: it. *amiamo* vs. *amammo*, fr. *aimons* vs. *aimâmes*), enquanto outras, como o PB *standard*, o espanhol e o galego os neutralizam? Talvez uma breve incursão história seja útil para clarear essas questões. (QUERIQUELLI, 2016, p. 90).

Com isso, para respondermos essas questões e a fim de que possamos verificar se os sujeitos bilíngues (ou trilingues) têm produzido⁵⁷ essas vogais como fones variantes ou como fonemas (em oposição de significado), motivados pelo contexto temporal dos verbos, conjecturamos ser essencial mapear o uso dessas duas vogais – [a] e [ẽ] –, juntamente com a vogal [e], que é considerada não-padrão para esse contexto.

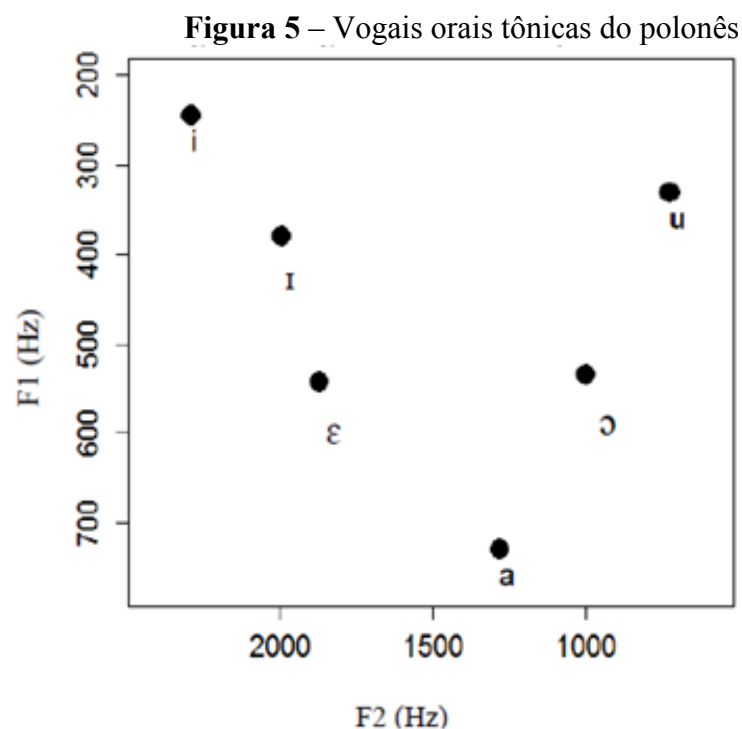
⁵⁷ A identificação das vogais será por oitiva do analista, mas, havendo dificuldades em se mapear a produção, utilizaremos como auxílio o *software Praat* (BOERSMA e WEENINCK, 2012).

De modo similar, o mapeamento da vogal /e/ como média-alta [e] ou média-baixa [ɛ] se faz primordial pelo mesmo motivo que no caso de [ẽ]: o sistema vocálico das línguas eslavas é diferente do sistema do português brasileiro, e a situação de contato linguístico pode resultar em diferenciações de produção desses sujeitos bilíngues em analogia a falantes brasileiros monolíngues de outras comunidades, sejam elas rurais ou urbanas. Nesse caso, o foco maior é na altura das vogais produzidas.

Essa conjuntura de bi/trilinguismo, mais uma vez, se mostra um fator condicionante de suma importância para verificarmos o uso das vogais nessa comunidade linguística. Estudos sobre a produção das vogais em comunidades bilíngues eslavas já foram feitos e nos guiaram para as reflexões linguísticas que traçaremos aqui e nos capítulos subsequentes, como Druszczyk (1983), Vieira (1998) e Mileski (2017).

Mileski (2017), por exemplo, fez uma investigação sobre as vogais médias tônicas e pré-tônicas no português de contato com o polonês em duas comunidades linguísticas no Rio Grande do Sul – Serra e Áurea. Mais especificamente, por conta de nosso foco de análise, interessam-nos as vogais médias tônicas produzidas por esses sujeitos bilíngues.

Preliminarmente a se fazer o levantamento da produção desses sons, ela traz um espectro das vogais orais tônicas do polonês padrão, revelando que a língua eslava apresenta seis vogais dessa natureza:



Mileski (2017, p. 56) com base em Majewski e Hollien (1967, p. 1.032)

A pesquisadora explica que o sistema vocálico oral da língua polonesa apresenta três vogais anteriores [i, ɪ, ε], duas posteriores [u, ɔ] e a vogal [a], que está em ponto relativamente posterior do espaço acústico. Para mais,

A vogal [u] ocupa, na dimensão de F1, ponto relativamente mais baixo do que [i], e as vogais médias [ε, ɔ] mostram-se relativamente mais simétricas. A descrição articulatória de Gussmann (2007) para o polonês aponta a existência de apenas uma altura de vogais médias, as médias baixas [ε, ɔ]; segundo Jassem (2003), no entanto, existe alofonia posicional da vogal média anterior que, quando ocorre entre consoantes palatais, realiza-se como vogal média alta [e]. (MILESKI, 2017, p. 56)

Em decorrência disso, poderíamos pensar que a produção de /e/ dos sujeitos componentes de nossa(s) comunidade(s) de fala seria tão somente do fone [ε] para o contexto de -e-mo(s) – *cantemo(s)* –, mas a análise de Mileski (2017) mostrou que o contato linguístico do polonês com o português resultou numa alteração do sistema vocálico da língua eslava nas duas comunidades analisadas.

Foi atestada, no polonês falado em Áurea, a existência de vogais médias-altas anteriores, além de outros segmentos vocálicos não encontrados num polonês padrão, como se pode verificar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Fones vocálicos do português falado em Áurea (RS) – Mileski (2017)

| pretônica | tônica | postônica |
|-----------|--------|-----------|
| ĩ i | ĩ i | ĩ i |
| ẽ e | ĩ i | ĩ i |
| | ẽ e | ẽ e |
| ε | ε | ε |
| ɔ | ɔ | ɔ |
| a | ã a | ɐ |
| | | a |

Fonte: Mileski (2017, p. 59)

Os resultados de seu inventário fonético-fonológico permitiram a Mileski (2017) constatar que a variedade do polonês falado em Áurea estaria sofrendo a influência da estrutura sonora da língua portuguesa do Brasil no que se refere à realização das vogais médias.

No referente à comunidade de Serra, foi percebida a presença dessas mesmas vogais médias-altas anteriores, mas também se desvelou a existência de vogais médias-altas posteriores, conforme o quadro seguinte:

Quadro 3 – Fones vocálicos do português falado em Serra (RS) – Mileski (2017)

| pretônica | | tônica | | | Postônica | | |
|-----------|-----|--------|---|-----|-----------|---|-----|
| ĩ i | u ã | ĩ i | i | u ã | ĩ i | i | u ã |
| ẽ e | o | ẽ e | | o | ĩ | | u |
| ε | ɔ | | | o | ẽ e | | o |
| | a | ε | | ɔ | ẽ | | ɔ |
| | | | | ã a | | ɐ | |
| | | | | | | a | |

Fonte: Mileski (2017, p. 61)

Esclarecemos que o fato de haver essas vogais no espaço acústico não significa que os falantes façam distinção fonêmica entre elas.

A partir dessas evidências linguísticas, a autora busca analisar o processo de abaixamento das vogais médias /e, o/ em contextos tônicos no português falado pelas duas comunidades linguísticas. Ou seja, uma vez que há interferência das vogais do português brasileiro na variedade polonesa falada naquela localidade, é possível que haja interferência também da língua eslava no português falado naquele mesmo espaço.

Mileski (2017, p. 62-63) acrescenta que:

[...] convém atentar, nos dados de polonês das duas localidades, para a presença das vogais médias baixas [ε, ɔ] nas três posições prosódicas. Nesse sentido, embora tenhamos registrado as vogais médias altas [e, o] nos dados do polonês, podendo-se supor a influência do português sobre o polonês falado nas localidades quanto à realização das vogais médias, a ocorrência de vogais médias baixas [ε, ɔ] nas três posições em polonês possivelmente influencie a realização das vogais médias /e, o/ tônicas e pretônicas do português dos bilíngues. Diferenças entre o sistema sonoro do polonês e do português, tanto relacionadas às vogais quanto às consoantes de cada sistema, são apontadas como motivadoras de processos fonético-fonológicos variáveis presentes em comunidades de descendentes de poloneses no sul do Brasil.

Quanto ao *abaixamento vocálico* (*lowering*), de que se ocupa a pesquisa de Mileski (2017), pode ser assim conceituado:

Fenômeno fonológico caracterizado pelo abaixamento da posição da língua na articulação de uma vogal. Relaciona-se, portanto, ao abaixamento da propriedade da altura dos segmentos vocálicos. Em termos fonológicos, o abaixamento diz respeito à perda do traço [+ alto} nas vogais. No português, esse fenômeno é comum nas alternâncias verbais. Por exemplo, a forma infinitiva do verbo qu[e]r[e]r apresenta vogais médias-altas ou média-fechadas. Em formas flexionadas, como qu[ε]ro ou qu[ε], a vogal da raiz se manifesta como uma vogal média-baixa ou média-aberta, caracterizando o abaixamento da vogal. (CRISTÓFARO-SILVA, 2015, p. 43).

Assim, a particularidade do *abaixamento vocálico da vogal média-alta anterior* – /e/ que, ao invés de ser realizada como [e], é produzida como [ɛ] – mostra-se significativa nesta pesquisa a respeito da alternância vocálica precedente ao sufixo *–mos*.

Por conta disso, no espectro das variantes que compõem as duas variáveis dependentes (de 1ª e 2ª conjugações) em foco, a vogal [ɛ] deverá ser também considerada.

No que concerne à língua ucraniana padrão, igualmente de matriz eslava, como já apontamos com base em Ogliari (1999), também são registrados seis fonemas vocálicos, a saber: /i, u, ɪ, ε, ɔ, a/, de modo que é provável que as interferências de contato linguístico sejam similares ao que ocorre com a língua polonesa. Ressalte-se que alguns dos informantes conhecem as duas línguas (em algum grau de *bilinguagem*), o que pode resultar numa interferência mista. Mas, considerando que, em ambas as línguas eslavas citadas, o sistema vocálico padrão é o mesmo (em relação a esse aspecto), a interferência mista não traria resultados diferentes em relação ao nosso fenômeno linguístico.

A partir dessas discussões, a realização dos /a/, /e/ e /i/ precisam ser redimensionados, havendo as seguintes possibilidades de realização fonéticas: [a], [ɛ]⁵⁸, [e], [ɛ] e [i]. Mais especificamente,

6.4.1.4 /a/ pode ser realizado como

8a. [ɛ], no caso de *cantamos* (1ª conjugação, forma canônica para presente no PE, com a transcrição “cant[ɛ]mos”; e

8b. [ɛ], no caso de *cantamos* (1ª conjugação, forma canônica para presente e pretérito perfeito do Indicativo no PB), com a transcrição “cant[ɛ]mos”.

8c. [a], como em *cantámos* (1ª conjugação, sendo a forma canônica para pretérito perfeito do Indicativo no PE), com a transcrição “cant[a]mos”;

8d. [a], no caso de *cantamos* (1ª conjugação, forma não canônica eslava para presente para presente e pretérito perfeito do Indicativo), com a transcrição “cant[a]mos”.

(5) /e/ pode ser realizado como:

9a. [e], no caso de *cantemos* (1ª conjugação, mas com forma não canônica), com transcrição “cant[e]mos”;

⁵⁸ Transcrevemos esta vogal baixa nasalizada como [ɛ] em consideração às constatações de Seara (2001).

9b. [e], no caso de *comemos* (2ª conjugação, com forma canônica), com transcrição “com[e]mos”;

9c. [ɛ], no caso de *cantemos* (1ª conjugação, com forma não canônica eslava), com transcrição “cant[ɛ]mos”; e

9d. [ɛ], no caso de *comemos* (2ª conjugação, com forma canônica eslava), com transcrição “com[ɛ]mos”).

(6) /i/ pode ser realizado como:

10a. [i], no caso de *comimos* (2ª conjugação, com forma não canônica); com transcrição “com[i]mos”.

Assim, considerando-se a realidade de contato linguístico do português com essas línguas eslavas, os fonemas que nos interessam são /a/, /aN/, /e/ e /i/, enquanto os fones são: [a], [ẽ], [e], [ɛ] e [i]. Ou seja, resumidamente, os fones comuns ao português brasileiro e europeu permanecem, mas é inserido o fone [ɛ] em consideração às características vocálicas das línguas eslavas.

1.3 PALAVRAS FINAIS

A partir do levantamento histórico feito neste capítulo, notamos que, não obstante suas dificuldades, as comunidades eslavas do *Sudeste* do Paraná ainda vivenciam a realidade de *contato linguístico*, por conta de seu caráter bilíngue, como é o caso das localidades onde foram feitas as entrevistas do banco VARLINFÉ. Além disso, alguns poloneses e ucranianos dominam as duas línguas de matriz eslava, conforme revela a pesquisa de Voitovicz e Loregian-Penkál (2016), e até mesmo a língua russa ou alemã, em alguns casos, a depender da região da qual foram oriundos seus ascendentes, havendo, portanto, um plurilinguismo entre alguns falantes.

Tal como em comunidades monolíngues, as de caráter bilíngue/plurilíngue apresentam também heterogeneidade linguística. É claro que o *contato linguístico* acaba por resultar em fenômenos linguísticos que diferem das comunidades em que se fala apenas uma língua. No caso das vogais, em relação às línguas polonesas e ucranianas, percebemos a inexistência de vogais médias-altas [e] e [o], bem como das vogais [a] e -[ẽ], o que, provavelmente, influenciará no uso linguístico desses falantes, principalmente entre aqueles que apresentam *grau de*

bilinguagem mais alto. Portanto, essa característica fonético-fonológica das línguas eslavas presentes nessas comunidades precisa ser levada em conta na montagem da variável dependente. Assim, todas essas questões aqui brevemente levantadas são retomadas nos capítulos VI (metodológico) e VII (análise quantitativa e qualitativa) desta pesquisa, atuando na composição dos grupos de fatores extralinguísticos para uma pesquisa variacionista.

Nosso próximo ponto a ser exposto é relativo à descrição atual das localidades componentes do banco VARLINFE, afinal, “as fronteiras deslocam-se, a base étnica se altera, quando a facilidade⁵⁹ de acesso proporciona penetração constante por meio de elementos que vêm de fora. E as oscilações populacionais provocam oscilações linguísticas. (SILVA-NETO, 1986 [1957], p. 22)”.

⁵⁹ Ressaltamos que, apesar de já ter havido um avanço na questão do acesso a essas comunidades (comparativamente a quando surgiram), ainda há barreiras geográficas e tecnológicas nessas comunidades do interior onde foram coletados os dados, que dificultam a interação dos moradores com pessoas de fora, tal como estradas de chão difíceis, rede de celular e internet quase inexistentes e outros.

CAPÍTULO II

É DE SABUGO, A BONECA ESLAVA: DESVELANDO UMA MACROCOMUNIDADE LINGUÍSTICA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARANÁ



2 É DE SABUGO, A BONECA ESLAVA⁶⁰: DESVELANDO UMA MACROCOMUNIDADE LINGUÍSTICA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARANÁ

“As boneca que a gente fazia era de sabugo”

(PRU, fem, fund. II, mais velho)

2.1 PALAVRAS INICIAIS

Já munidos de conhecimento histórico sobre as localidades investigadas (cf. Capítulo I) o objetivo de pesquisa que rege este capítulo é: descrever os aspectos geográficos e sociais de uma comunidade linguística da mesorregião *Sudeste* do Paraná, articulando tal caracterização com a Teoria da Variação e da Mudança, com vistas a considerar (na análise) todos esses aspectos como fatores condicionantes no uso linguístico dos falantes que pertencem a tal comunidade”.

Assim, em orientação ao questionamento laboviano: “de que modo as pressões sociais e as atitudes sociais incidem sobre estruturas linguísticas?” (LABOV, 2008 [1972], p. 60), trazemos à vista, neste capítulo, conceitos elementares à Sociolinguística Variacionista (Teoria da Variação e da Mudança – TVM), como *heterogeneidade linguística*, *comunidade de fala* (CF)⁶¹, *redes sociais*, relacionando-os ao nosso estudo.

A priori, consideramos que “o estudo da língua, cultura e sociedade tem, e sempre terá, múltiplas raízes disciplinares⁶²” (GUMPERZ; COOK-GUMPERZ, 2008, p. 532). Por isso e também por conta das características da localidade investigada (rural, bi/trilíngue e com certo grau de isolamento), precisamos mobilizar conhecimentos de vertentes diversas da Linguística e áreas afins⁶³.

A Sociolinguística, então, é a parte da linguística que se ocupa da linguagem como um fenômeno social e cultural. Investiga o campo da linguagem e da sociedade, tendo conexões próximas com as ciências sociais, especialmente a

⁶⁰ Nosso título parte da metáfora de Guy (2000) da “boneca russa” para a definição de comunidades de fala que podem se constituir em uma macrocomunidade cujo bojo está composto por microcomunidades linguísticas. Tal metáfora nos é essencial para a compreensão do contexto da macrocomunidade de fala a ser analisada.

⁶¹ O termo original em inglês – *speech community* – tem sido traduzido em português como comunidade de fala. Nesta pesquisa, “comunidade linguística” e “comunidade de fala” estão sendo usados como sinônimos.

⁶² “The study of language, culture, and society has, and always will have, multiple disciplinary roots”. (GUMPERZ; COOK-GUMPERZ, 2008, p. 532).

⁶³ Já em capítulo anterior, sobre os eslavos no Brasil, foram mencionadas pesquisas das áreas de História, Geografia e Antropologia.

psicologia social, a antropologia, a geografia humana e a sociologia. (TRUDGILL, 1983 [1974], p. 32)⁶⁴.

Sobre o surgimento da Sociolinguística, Chambers (2002) afirma que o estudo da variação socialmente condicionada da linguagem é relativamente recente. Segundo o autor, deixando de lado alguns precursores dissidentes, a Sociolinguística Variacionista teve seu início efetivo apenas em 1963, quando William Labov apresentou o primeiro relatório de pesquisa sociolinguística no encontro anual da Sociedade Linguística da América e também o ano em que publicou "A motivação social de uma mudança sonora" (LABOV, 1963). Esses eventos⁶⁵ marcaram o início de estudos linguísticos imbuídos pela identificação de variantes linguísticas correlacionadas a fatores sociais, pela incorporação do estilo como uma variável independente e pela aparente apreensão temporal das mudanças linguísticas em progresso – todas as características do empreendimento sociolinguístico.

Algumas indagações básicas amparam a Sociolinguística Variacionista, e procuramos levá-las em conta como fio condutor desta tese e, sobretudo, deste capítulo. Nesse sentido, as seções desta investigação procurarão dar cabo a alguns desses pontos, a partir das seguintes questões: **(i)** Qual deve ser o foco de análise da pesquisa linguística? O sujeito (individualmente) ou a *comunidade de fala*? **(ii)** Quais são os critérios preponderantes que delimitam a existência de uma ou mais *comunidades de fala*?

A partir disso, neste capítulo, contextualizamos as *comunidade de fala* em investigação nesta tese, que se situa(m) na mesorregião *Sudeste* do Paraná, apresentando suas características geográficas, populacionais, econômicas e outras.

Para tanto, alicerçamo-nos em Weinreich, Labov e Herzog (1968), Labov (2008 [1972], 1982, 1994), Trudgill (1983 [1974]), Guy (1981, 2000), Chambers, Trudgill e Schilling-Estes (2002), Chambers (2002), Britain (2002), Feagin (2002), Patrick (2002), Sankoff (2002), Mendoza-Denton (2002), Fought (2002), Milroy (2002), Hora (2004), Tagliamonte (2006), Naro e Scherre (2007), Monguilhott (2009), Camacho (2010), Oushiro (2014), entre outros.

⁶⁴ Sociolinguistics, then, is that part of linguistics which is concerned with language as a social and cultural phenomenon. It investigates the field of language and society and has close connections with the social sciences, especially social psychology, anthropology, human geography, and sociology. (TRUDGILL, 1983 [1974], p. 32).

⁶⁵ Ainda de acordo com Chambers (2002), o termo "sociolinguística" já havia sido cunhado uma década antes da apresentação inaugural de Labov, em 1952, por um pesquisador chamado Haver C. Currie, em um comentário programático sobre a noção de que "as funções sociais e os significados dos fatores de fala oferecem um campo prolífico para a pesquisa".

2.2 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA: DEMARCANDO OS CAMINHOS

[...] por meio do **estudo direto da língua em seu contexto social**, o momento de dados disponíveis se expande enormemente e nos oferece formas e meios de decidir qual das várias análises possíveis está correta. (LABOV, 2008 [1972], p. 237).

O âmago da TVM – teoria em que nos baseamos – é o axioma da *heterogeneidade ordenada* (em oposição à tese da *homogeneidade linguística*⁶⁶), segundo o qual todas as línguas apresentam variação e mudança linguísticas, porém de maneira ordenada e organizada. Isso significa que essa heterogeneidade definitivamente não seria caótica, mas sim regida por regras variáveis, através de fatores condicionantes externos (como ‘idade’ e ‘escolaridade’) e internos (ex.: ‘tipo de verbo’, ‘item lexical’, entre vários outros de acordo com o objeto de estudo) que influenciam no uso de uma variante linguística específica.

Dentre os vários estudos dos precursores (e seguidores) desta teoria, tomamos principalmente por inspiração a investigação clássica laboviana feita em Martha’s Vineyard⁶⁷ (cf. LABOV, 1972), no estado de Massachusetts, sobre os ditongos /ay/ e /aw/, sobretudo respeitadamente à questão do mapeamento dos grupos étnicos contidos na comunidade vineyardense – além de sua história, aspectos sociais e identitários –, com o estabelecimento dos condicionadores. Outro ponto relevante ao nosso tema é que, como, em grande parte das pesquisas labovianas, o foco eram as comunidades urbanas, este estudo em Martha’s Vineyard consiste em nosso aporte central pelo fato de a comunidade da ilha ser considerada “em grande parte rural”, tal como as localidades de investigação desta pesquisa (cf. Capítulo IV).

Mais que isso, considerando os apontamentos de Britain (2002) sobre “espaço e difusão espacial”, acreditamos que as pesquisas em comunidades rurais são igualmente necessárias e

⁶⁶ Para mais detalhes sobre a questão da dicotomia “homogeneidade *versus* heterogeneidade” linguística, verificar Weinreich, Labov e Herzog (1968), bem como teses e dissertações na área de Sociolinguística Variacionista (as quais, de modo geral, tradicionalmente têm estabelecido essa discussão, fazendo-se um retrospecto teórico da Linguística). Já nesta tese, optamos por não trazer essa discussão à tona, porque acreditamos que muito já foi dito sobre o tema, e, hodiernamente, alguns pesquisadores formalistas reconhecem a existência da *heterogeneidade linguística* nas línguas – embora não a focalizem por questões de escolha teórica –, de modo que tal dicotomia não parece ser tão forte como na década de 1960, quando os pesquisadores encabeçadores da Teoria da Variação e da Mudança precisaram estabelecer diferenciações no que se refere ao pensamento da *homogeneidade linguística* preponderante à época.

⁶⁷ A pesquisa em Martha’s Vineyard feita por Labov foi fruto de sua dissertação de Mestrado, sob a orientação de Uriel Weinreich. Ela foi publicada (parcialmente) no primeiro capítulo do livro “Padrões Sociolinguísticos (Sociolinguist Patterns)”, capítulo em que nos baseamos, uma vez que não tivemos acesso à dissertação do autor.

precisam ser retomadas pelos sociolinguistas contemporâneos. Britain (2002, tradução nossa⁶⁸, sem p.) aponta, a respeito dos estudos sociolinguísticos, que:

[Labov, em] seu trabalho inicial em Martha's Vineyard (Labov 1963), uma comunidade em grande parte rural, contrastou com o trabalho posterior realizado em Nova York (Labov 1966), então um dos maiores centros urbanos do mundo. É interessante, portanto, que a maioria dos principais estudos realizados com a mesma estrutura de trabalho muitos anos depois olharam para as comunidades urbanas: Wolfram (1969) em Detroit; Sankoff e Cedergren (1971) em Montreal; Trudgill (1974a) em Norwich, etc, e muito poucos focados em locais rurais. Este ponto parece raramente ter sido questionado. Na superfície, parece uma reação óbvia ao enfoque predominantemente rural da dialetologia tradicional. É mais provável que a pesquisa na cidade seja vista como uma forma de obter acesso às comunidades mais fluidas e heterogêneas e, portanto, abordar a questão da inclusão social da mudança "onde tudo está acontecendo". Em alguns sentidos, porém, poderia ser visto como jogar fora o bebê rural com a tradicional água do banho dialetológica. Os métodos ultrapassados da dialetologia tradicional possivelmente estigmatizaram a pesquisa em comunidades rurais e, assim, foram evitados como foco de análise. Esse urbanismo ainda permeia grande parte da disciplina: o rural ainda é retratado como o insular, o isolado, o estático, como um idílio de paz e tranquilidade, e não como composto de comunidades heterogêneas, de contato, de mudança e progresso; de conflito (Veja, por exemplo, Cloke e Little 1997, Macnaghten e Urry 1998, Cloke 1999, Shucksmith 2000.) Mas a linguagem varia e muda nas comunidades rurais e urbanas⁶⁹.

Haja vista a heterogeneidade linguística presente em todas as variedades, inclusive a rural, por que não focalizar as localidades rurais como alvo de investigação científica linguística? Levando isso em consideração é que nos propomos a dar cabo ao estudo de fenômenos linguísticos em região rural. *Grosso modo*, acreditamos na importância de se compreender as idiossincrasias sociais da localidade a ser analisada como um norte para o entendimento da variação e mudança linguísticas:

⁶⁸ São nossas todas as traduções apresentadas nesta pesquisa, de modo que não explicitaremos mais essa informação nas próximas traduções.

⁶⁹ His initial work in Martha's Vineyard (Labov 1963), a largely rural community, contrasted with later work carried out in New York (Labov 1966), then one of the largest urban centers in the world. It is interesting, therefore, that most of the major studies carried out within the same framework for many years after looked at urban communities: Wolfram (1969) in Detroit; Sankoff and Cedergren (1971) in Montreal; Trudgill (1974a) in Norwich, etc, and very few focused on rural locations. This point appears rarely to have been questioned. On the surface, it appears an obvious reaction to the largely rural focus of traditional dialectology. Researching in the city was most probably seen as the way to gain access to the most fluid and heterogeneous communities, and therefore to tackle the issue of the social embedding of change "where it's all happening. In some senses, though, it could be seen as throwing the rural baby out with the traditional dialectological bathwater. The outmoded methods of traditional dialectology possibly stigmatized research in rural communities and so they became avoided as a focus of analysis. This urbanism still pervades much of the discipline, however: the rural is still portrayed as the insular, the isolated, the static, as an idyll of peace and tranquility rather than as composed of heterogeneous communities, of contact, of change and progress, and of conflict (See, for example, Cloke and Little 1997, Macnaghten and Urry 1998, Cloke 1999, Shucksmith 2000.) But language varies and changes in rural as well as urban communities.

[...] **não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre.** Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008 [1972], p. 23, grifos nossos).

Ao avocarmos que as formas variantes apresentem intrinsecamente, em seu bojo, um significado social, temos por horizonte a constituição social da comunidade linguística e as questões de prestígio social relacionadas a grupos sociais específicos dentro dessa comunidade, isto é, o juízo de valor atribuído a certos sujeitos está imbricado no valor social atribuído às variantes linguísticas que eles escolhem utilizar (de modo consciente ou não)⁷⁰.

Labov, antes de adentrar ao estudo do fenômeno variável, faz a descrição da Ilha de Martha's Vineyard, que apresentava, à época, 6.000 habitantes e era o município mais pobre de Massachusetts, com o mais alto índice de desemprego e de emprego temporário. Constituída por duas sub-regiões (ilha alta e ilha baixa), sua população tinha origens étnicas variadas, podendo ser subdivididos em quatro grupos étnicos essencialmente endógamos: (1) descendentes de famílias de origem inglesa; (2) grupo de ascendência portuguesa, oriundos da Ilha dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde; (3) remanescentes indígenas de Gay Head; e, por fim, (4) grupo que era constituído por uma miscelânea de várias etnias, como ingleses, poloneses, irlandeses, alemães, franco-canadenses. Labov (2008 [1972], p. 24), em relação a este quarto grupo, explica que “embora a soma total deste grupo de residentes seja de quase 15%, não é uma força social coesa” e, por este motivo, o pesquisador opta por não levá-los em consideração no estudo, diferentemente dos outros três primeiros grupos que são objeto de análise. Ele ressalta que havia também os veranistas, que permaneciam na ilha por um tempo restrito (de férias) apenas e que também não foram considerados na pesquisa.

O objetivo da sua investigação foi entender a estrutura interna do inglês vineyardense, incluindo diferenças sistemáticas existentes e as que pudessem estar ocorrendo na ilha naquela época. Para isso, o sociolinguista selecionou um fenômeno linguístico que, segundo ele, teria o mais amplo espectro possível de variação e o mais complexo padrão de distribuição, a saber: a centralização dos ditongos /ay/⁷¹ e /aw/. Uma de suas preocupações era que o objeto linguístico

⁷⁰ A nosso ver, as variáveis independentes sociais como “grupo étnico”, “profissão”, “renda” e outras que possam implicar algum tipo de valoração social do indivíduo são essenciais para se entender o uso de uma variante linguística e o prestígio/desprestígio social que a ela é atribuído.

⁷¹ Estamos utilizando aqui a transcrição fonológica adotada pelo autor (e pelos tradutores) no livro “Padrões Sociolinguísticos”, mas temos consciência de que a transcrição da semivogal também pode ser /aj/.

de análise apresentasse “imunidade contra a distorção consciente” (cf. LABOV, 1972), ou seja, os sujeitos não poderiam reconhecer facilmente as variantes, para que não houvesse um monitoramento de sua fala, afetando a confiabilidade dos dados, como poderia ocorrer, caso fosse escolhido o /r/ pós-vocálico, por exemplo. Assim, Labov escolheu um fenômeno saliente para o linguista, mas não para os seus informantes.

Para a coleta dos dados, foram escolhidas três estratégias: (a) um questionário lexical; (b) perguntas acerca de juízos de valor; e (c) um texto para leitura especial. Além de entrevistas formais (69 entrevistas, feitas num período compreendido entre agosto de 1961 e janeiro de 1962), Labov fez observações acerca de situações espontâneas. “Como resultado dessas 69 entrevistas, temos cerca de 3.500 ocorrências de (ay) e 1500 ocorrências de (aw).” (LABOV, 2008 [1972], p. 33).

Tal pesquisador, ao analisar os dados, considerou a influência do ambiente linguístico e dos fatores sociais que influenciaram no aspecto linguístico, tendo como algumas de suas variáveis independentes ‘fatores prosódicos’, a ‘influência estilística’, o ‘ambiente segmental’, ‘considerações lexicais’, ‘profissão’, ‘renda’, ‘educação’, ‘aspirações sociais’, ‘idade’ e ‘tempo’, entre outros fatores. Os resultados estatísticos mostraram a relevância do fator ‘faixa etária’ (segmentada em cinco faixas) como condicionante expressivo para o uso da centralização da primeira vogal dos ditongos em Martha’s Vineyard: os informantes entre 61 e 75 anos, bem como 46 a 60 anos e 31 a 45 anos foram aumentando a centralização de /ay/ e /aw/ de modo gradativo, ao passo que os informantes com mais de 75 anos pouco centralizaram os ditongos.

Já sobre os informantes entre 14 e 30 anos, esperava-se que apresentassem mais dados de centralização, seguindo a lógica de uso (quanto mais jovem, maior a aplicação da regra variável), mas isso acabou não acontecendo. O que ocorreu foi o índice de centralização dos sujeitos mais jovens foi um pouco maior que o dos informantes de 61 a 75 anos. A partir desse resultado, Labov concluiu que “o fato de ser mínimo o percentual de centralização para os muito velhos e para os muito jovens mostra que o efeito da idade não pode ser inteiramente descartado e que, de fato, pode ser um fator secundário na distribuição das faixas etárias.” (LABOV, 2008 [1972], p. 44).

A fim de tentar compreender melhor como se dá a aplicação da regra variável, Labov levantou os seguintes questionamentos: “Estarão essas variáveis sociais vinculadas, de algum modo demonstrável, à mudança linguística? Serão realmente independentes umas das outras, ou algumas das correlações estão equivocadas, e são dependentes de algum fator mais amplo

que é logicamente prévio a elas?” (LABOV, 2008 [1972], p. 46). Dissecando a fundo as características da comunidade linguística, o pesquisador sociolinguista retomou a questão dos empregos temporários comuns à localidade, os quais eram recorrentes por conta do turismo intenso no verão e significavam, para os nativos, uma certa “ameaça” a sua identidade cultural e linguística.

Outro ponto interessante é que muitos veranistas estavam comprando terras na ilha, e os habitantes afirmavam que Martha’s Vineyard tinha caído “nas mãos dos forasteiros”. Incomodados com a presença indesejada desses sujeitos, os nativos (mesmo que não conscientemente) estavam privilegiando a centralização dos ditongos como um modo de resistência às incursões dos veranistas, isto é, o uso centralizado dos ditongos tratava-se de uma tentativa de se manter a identidade local. Segundo Labov (1972 [2008]), na ilha, a centralização ocorria com maior intensidade sobretudo em áreas rurais, como em Chilmark (na ilha alta). O pesquisador também esclarece que os sujeitos que pretendiam deixar a ilha não centralizavam tanto os ditongos, e a centralização dos ditongos ocorria com mais frequência na fala daqueles que almejavam permanecer no lugar, assim como entre os portugueses e indígenas e seus respectivos descendentes – principalmente os mais jovens – pois eles, não obstante sua origem étnica, identificavam-se com a cultura local e eram nativos vineyardenses.

A partir disso, foi possível identificar que a reafirmação de uma identidade e cultura local, bem como a necessidade de se manter as tradições, é o que estava por trás do significado social da centralização dos ditongos. Ou seja, o fenômeno linguístico analisado tinha claramente uma motivação identitária condicionando-o, e esse é um aspecto que nos interessa sobremaneira ao tratar sobre nosso objeto de estudo.

Sobre o *significado social* focalizado nessa pesquisa pioneira de Labov, comenta Eckert (2012) em seu estudo sobre as “três ondas da Sociolinguística”⁷² que:

O primeiro estudo quantitativo da variação linguística em comunidade foi todo sobre o significado social. Com base em observações etnográficas e entrevistas em Martha's Vineyard, William Labov (1963) estabeleceu que a pronúncia de / ay / tinha sido recrutada como um recurso indexical em uma luta ideológica local. Esse ditongo tinha um núcleo centralizado no dialeto vineyardense, mas há alguns anos os falantes das ilhas vinham seguindo a tendência continental de baixar o núcleo para [a]. Labov descobriu que alguns falantes estavam invertendo essa tendência de redução, em um movimento

⁷² Um retrospecto histórico relativo à primeira, segunda e terceira ondas da Sociolinguística é feito no texto de Eckert (2012). Os estudos de terceira onda têm retomado o foco no indivíduo, sobretudo no que diz respeito a questões identitárias, assim como crenças e atitudes linguísticas, avaliações subjetivas, questões estilísticas e outras.

aparente para recapturar uma das características mais salientes do dialeto insular. Liderada pela comunidade de pescadores étnicos ingleses, cujo controle sobre a economia local estava ameaçado pela indústria turística controlada pelo continente, esse renascimento de uma pronúncia local tradicional constituiu uma reivindicação à autenticidade da ilha⁷³. (ECKERT, 2012, p. 88).

Esse fenômeno linguístico tomado como um recurso indexical da comunidade linguística vineyardense nos encaminha a pensar sobre objetos linguísticos que possam assim ser tomados pela(s) comunidade(s) analisada(s) nesta pesquisa. Seria a alternância vocálica antecedente ao sufixo número-pessoal (-mos) em presente e pretérito perfeito do Indicativo uma variação de cunho identitário e ideológico? Antes de respondermos a essa questão, precisamos estabelecer o conceito de *comunidade de fala* que adotamos⁷⁴ nesta pesquisa. Desse modo, a seção próxima versará sobre esse tema à luz de teóricos que se enquadram no viés da Sociolinguística Variacionista.

2.2.1 O conceito de “comunidade de fala”

Qual deve ser o foco de análise da pesquisa linguística? O sujeito⁷⁵ (individualmente) ou a *comunidade de fala*? A resposta para esta questão está pautada numa escolha teórico-metodológica que é estritamente necessária em estudos científicos, e, neste caso, mais especificamente na Linguística. Em relação a isso, Oushiro (2014, p. 201) assevera que “a questão sobre se a variação sistemática e ordenada ocorre no nível individual ou comunitário não é trivial. Ela concerne a um dos problemas fundamentais da Linguística: embora a língua desempenhe uma função eminentemente social – comunicar-se – ela reside na mente de falantes

⁷³ The first quantitative community study of linguistic variation was all about social meaning. On the basis of ethnographic observations and interviews on Martha’s Vineyard, William Labov (1963) established that the pronunciation of /ay/ had been recruited as an indexical resource in a local ideological struggle. This diphthong had a centralized nucleus in the Vineyard dialect, but for some years, island speakers had been following the mainland trend to lower the nucleus to [a]. Labov found that some speakers were reversing this lowering trend, in an apparent move to recapture one of the most salient features of the distinctive island dialect. Led by the English ethnic fishing community whose control over the local economy was under threat from the mainland-controlled tourist industry, this revival of a traditional local pronunciation constituted a claim to island authenticity.

⁷⁴ Com vistas ao conhecimento sobre outras concepções de “comunidade de fala”, pode-se verificar Scherre (2006), texto no qual a autora mostra três noções de comunidade linguística, a partir de três aportes teóricos distintos: Estruturalismo; Sociologia da Linguagem e Etnografia da Comunicação; bem como a Sociolinguística Laboviana.

⁷⁵ Essa questão dualística do “sujeito” *versus* “comunidade” está relacionada também à dicotomia entre *competência e desempenho*. Encontram-se mais detalhes sobre esse questionamento, assim como um histórico da discussão dessas dicotomias em Weinreich, Labov e Herzog (1968) – sobretudo no capítulo “O isolamento do idioleto” –, em que os autores criticam o foco no indivíduo dado pelos neogramáticos e também pelos gerativistas.

individuais”. É, pois, preciso adotar uma linha teórica em Linguística, uma vez que, a depender do enfoque teórico e metodológico, focaliza-se o sujeito⁷⁶ ou a comunidade.

Respeitadamente aos estudos da Sociolinguística Variacionista (quantitativa/laboviana), o conceito de *comunidade de fala* (ou *SpCom – speech community*) é primordial. Conforme salienta Patrick (2002, p. 573), “ao estudar a mudança e a variação linguística (geográfica ou social), a referência à *comunidade de fala* é inescapável [...]”⁷⁷.

Por isso, ela tem sido o foco de análise em estudos sociolinguísticos e também em virtude da valorização do *fato social*⁷⁸, corolário à teoria laboviana. De acordo com May (2011, p. 19-20):

A teoria laboviana se coloca [...] fortemente contra a centralidade do indivíduo e do idioleto na linguística, de tal modo que, nas palavras de Labov, é um “dogma central” de sua abordagem a ideia de que “a língua está localizada na comunidade de fala, não no indivíduo” (2006a, p. 380). Metodologicamente, a mesma centralidade do indivíduo tem para Labov um efeito negativo: ela licencia os pesquisadores a contarem exclusivamente com suas intuições linguísticas em suas pesquisas, afastando-se da análise de dados concretos. Labov, em constante defesa do empirismo e do realismo científico, não descarta por completo o recurso à intuição, mas julga que é a empiria, a realidade dos dados efetivamente produzidos em situações de uso genuínas, que pode validar ou invalidar uma hipótese a respeito do funcionamento linguístico.

Nesta pesquisa, portanto, tomamos a *comunidade de fala* como lócus de análise, com base nos pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança, a partir principalmente de Weinreich, Labov e Herzog (1968), Labov (2008 [1972]), Guy (1981, 2000, 2001), Patrick (2002), Milroy (2002), Tagliamonte (2006), Scherre (2006), Eckert (2012) e também considerando as pesquisas de Pagotto (2001), Hora (2004), Wiedemer (2008, 2009), Severo (2008), Monguilhott (2009), May (2011), Battisti (2014), Görski e Coelho (2012) e Oushiro (2014). Em apreciação às colocações de alguns desses pesquisadores, temos conhecimento de

⁷⁶ “Estudos de caso”, por exemplo, podem dizer respeito a somente um indivíduo, utilizando-se de uma análise qualitativa, como costuma ser feito em algumas áreas da Linguística, como a Neurolinguística (no estudo sobre afasias da linguagem, por exemplo). Já na Sociolinguística Quantitativa/Variacionista, não se costuma fazer estudos de caso, mas se trabalha com grande número de dados produzidos por uma comunidade de fala e categorizados pelo pesquisador sociolinguista conforme as variáveis (cf. TAGLIAMONTE, 2006; GUY, ZILLES, 2007). Isso não significa que não haja estudos variacionistas qualitativos, embora os quantitativos sejam muito mais recorrentes na área.

⁷⁷ “In studying language change and variation (geographical or social), reference to the SpCom is inescapable, yet there is remarkably little agreement or theoretical discussion of the concept in sociolinguistics, though it has often been defined.” (PATRICK, 2002, p. 573).

⁷⁸ Recomenda-se a leitura da dissertação de May (2011) para um aprofundamento interessante sobre “o fato social” em Labov.

que “um dos conceitos mais problemáticos da sociolinguística é o de *comunidade linguística*” (PAGOTTO, 2001, p. 32) e, por conta disso, é necessário trazer à tona algumas problematizações sobre o tema e considerá-las na metodologia de pesquisa variacionista. Outras questões essenciais sobre o tema, então, seriam: Quais devem ser os critérios para a delimitação de comunidade de fala? Quais são os limites/fronteira (*bounderies*) para a demarcação de uma ou mais comunidades?

É válido ressaltar que tal concepção, imprescindível aos estudos variacionistas, não é exclusiva desta linha teórica. Inclusive, “as raízes do conceito estão nas fontes gerais da sociolinguística: lingüística histórica, filosofia da linguagem, dialectologia, antropologia e no início do estruturalismo” (PATRICK, 2002, p. 577)⁷⁹.

Vários linguistas já contribuíram na construção de definições diversas para *comunidade de fala*. Scherre (2006) faz um apanhado geral sobre o conceito a partir de três vertentes teóricas: (1) Estruturalismo Linguístico – a partir de Bloomfield (1961 [1933]), Hockett (1958) e Lyons (1973 [1970]); (2) Sociologia da Linguagem e Etnografia da Comunicação – com base em Gumperz (2001 [1962], 1972 [1968]), Fishman (1971) e Hymes (1972 [1967], 1981 [1974]); e (3) Sociolinguística Laboviana – Labov (1975 [1972], 1989).

Sobre o Estruturalismo, de acordo com a autora, “[...] a existência de uma única língua – no sentido formal e/ou político do termo – é fundamental para a definição da comunidade de fala do ponto de vista da Linguística Estruturalista”⁸⁰ (SCHERRE, 2006, p. 717), pois, havendo algum tipo de imigração ou “invasão” de outras línguas, passaria a haver uma espécie de “subcomunidade” de fala dentro daquela comunidade. Os estruturalistas também acreditavam que os limites políticos e geográficos muitas vezes coincidiam com os limites de uma comunidade linguística.

Já na outra perspectiva teórica – da Sociologia da Linguagem e Etnografia da Comunicação –, esse ponto não seria suficiente para se delimitar uma *comunidade de fala*. Segundo Scherre (2006, p. 717):

Gumperz, Hymes e Fishman supõem que a existência de pelo menos um sistema linguístico compartilhado é uma condição necessária, mas não suficiente, para a caracterização de uma comunidade de fala e introduz uma nova característica comum nas definições subsequentes, a saber, o

⁷⁹ “The roots of the concept lie in the general sources of sociolinguistics: historical linguistics, philosophy of language, dialectology, anthropology, early structuralism”. (PATRICK, 2002, p. 577).

⁸⁰ “[...] the existence of a single language – in the formal and/or political sense of the term – is fundamental to the definition of speech community from the point of view of Structural Linguistics. (SCHERRE, 2006, p. 717).

conhecimento compartilhado das normas. de uso e interpretação da linguagem⁸¹.

A ênfase dos autores dessa perspectiva está no aspecto do compartilhamento de “normas sociais” e da “competência comunicativa” entre os sujeitos da *comunidade de fala*. Dessa forma, um falante de inglês, por exemplo, que não consiga entender expressões idiomáticas e gírias de um grupo de indivíduos que fala inglês provavelmente não pertença a essa CF, embora utilizem a mesma língua.

Por fim, a definição de *comunidade de fala* da abordagem laboviana, consoante Scherre (2006), engloba dois aspectos, quais sejam: **(a) normas compartilhadas**; e **(b) um conjunto de atitudes sociais em relação à linguagem**; tendo como sustentáculo o axioma da *heterogeneidade ordenada*. Mais que isso, características sociais, no sentido de padrões de estratificação social, mudança de estilo e avaliações subjetivas são medulares para a conceituação laboviana.

Patrick (2002), anteriormente a Scherre (2006), também traça um histórico do conceito de *comunidade de fala* e declara que:

[...]. Lendo a história desse conceito, fica-se impressionado com o caráter programático das principais definições sociolinguísticas. Muitas foram influenciadas no início do desenvolvimento do campo – formuladas na década de 1960 e refinadas na década de 1970 – talvez como sinalizações que defendiam territórios que seus proponentes desejavam seguir. Com base em alguns estudos iniciais (por exemplo, Labov em NYC, Gumperz na Índia), elas refletem as preocupações de cada pesquisador – o multilinguismo para Gumperz, a avaliação lingüística e a mudança de estilo para Labov, os modos de falar e a competência comunicativa de Hymes – para a exclusão relativa de outras ênfases. **Como profissionais desenvolvendo uma idéia para uso em seus próprios projetos, cada um deles criou um conceito contingente, posteriormente adaptado para uso geral**⁸². (PATRICK, 2002, p. 575, grifos nossos).

⁸¹ Gumperz, Hymes, and Fishman assume that the existence of at least one shared linguistic system is a necessary, but not a sufficient, condition for the characterization of a speech community and introduce a new feature common in subsequent definitions, namely, shared knowledge of norms of use and interpretation of language. (SCHERRE, 2006, p. 717).

⁸² [...]. Reading the history of this concept, one is struck by the programmatic character of the chief sociolinguistic definitions. Many influential ones were advanced early in the field's development – formulated in the 1960s and refined in the 1970s – perhaps as signposts staking out territories their proponents wished to pursue. Based on a few early studies (e.g. Labov in NYC, Gumperz in India), they reflect the concerns of each researcher – multilingualism for Gumperz, linguistic evaluation and style-shifting for Labov, ways of speaking and communicative competence for Hymes – to the relative exclusion of other emphases. As practitioners developing an idea for use in their own projects, each created a contingent concept, later retooled for general use. (PATRICK, 2005, p. 575).

Nesse inventário de concepções diversas, depreende-se a necessidade de se estabelecer uma definição completa do conceito de CF. Os primeiros estudos sociolinguísticos variacionistas, por exemplo, levavam em consideração a descrição de Labov (1972) de que a *comunidade de fala* não seria definida por algum acordo ou contrato no uso de elementos linguísticos, mas sim por meio da participação em um jogo de normas compartilhadas. “Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso” (LABOV, 1972, p. 121).

Além disso, segundo o autor, destacam-se “as atitudes sociais em relação à língua que são extremamente uniformes numa comunidade de fala” (LABOV, 1972, p. 248). Ou seja, haveria um aspecto de “homogeneidade” (uniformidade) imbricado no conceito de *comunidade de fala*, o que poderia ser visto como um paradoxo ao lembrarmos que o principal axioma da Teoria da Variação e da Mudança é a questão da “heterogeneidade linguística”.

Já em Labov (1982), é um pouco mais especificado esse aspecto da homogeneidade dentro da *comunidade de fala*:

O objeto da descrição linguística é a gramática da comunidade da fala: utilizada na interação social. Técnicas para a descrição linguística devem ser adequadas para lidar com o caráter heterogêneo desse objeto, e muitos dos métodos desenvolvidos na pesquisa sociolinguística foram dedicados à descrição da variação. A natureza heterogênea da comunidade levanta a questão de como esse objeto pode ser circunscrito: quais são os limites da comunidade de fala a ser descrita? A heterogeneidade discutida até agora é, em grande parte, uma característica da produção da fala. A comunidade é definida no nível de interpretação: o observar da produção de fala heterogênea é a homogeneidade na interpretação das variantes. Dada a equivalência semântica das variantes, tal interpretação aparece na forma de avaliação social, evidenciada por alguns estereótipos sociais, encoberta para a grande maioria das variáveis. Diversas técnicas experimentais têm sido utilizadas para detectar esse tipo de avaliação, com resultados consistentes e convergentes, mas esse não é o único aspecto da homogeneidade de interpretação na comunidade de fala. Há também uma direção comum de mudança de estilo, direções comuns de autocorreção e direções comuns de mudança. Aqueles que adquirem o vernáculo da comunidade de fala em seus anos de formação mostram esse acordo geral, mas outros não, mesmo quando mostram muitas das características da comunidade de produção da fala. (LABOV, 1982, p. 18)⁸³.

⁸³ The object of linguistic description is the grammar of the speech community: used in social interaction. Techniques for linguistic description must be adequate to deal with the heterogeneous character of this object, and many of the methods developed in sociolinguistic research have accordingly been devoted to the description of variation. The heterogeneous nature of the community raises the question of how this object can be circumscribed: what are the limits of the speech community to be described? The heterogeneity discussed so far is largely a feature of speech production. The community is defined on the level of interpretation: the observe of heterogeneous speech production is homogeneity in the interpretation of the variants. Given semantic equivalence

Exatamente esse ponto da homogeneidade é criticado por Severo (2008), autora que – a partir dos apontamentos de alguns linguistas (MILROY, 1982; ROMAINE, 1982; FIGUEROA, 1994; HUDSON, 1996; PAGOTTO, 2004; PATRICK, 2004, entre outros) – problematiza a contradição entre homogeneidade *versus* heterogeneidade que se estabelece na concepção de comunidade linguística sob o viés laboviano. A pesquisadora afirma que: “sendo a comunidade de fala essencialmente heterogênea [...], o procedimento metodológico para o estudo da variação/mudança pautado em uma noção homogênea de comunidade de fala passa a ser posto em xeque.” (SEVERO, 2008, p. 1-2).

Ademais,

[...] Labov teria garantido a homogeneidade não na delimitação de seu objeto, que é a língua como sistema heterogêneo, mas na definição do lócus de seu objeto, que é a comunidade de fala. Assim, o estudo da língua – que para Labov é heterogênea – se dá numa comunidade de fala – que teria características homogêneas. Em outras palavras, aquilo que para Saussure é homogêneo (o sistema lingüístico), para Labov tem um caráter heterogêneo, e aquilo que Saussure estipulou como sendo heterogêneo (os falantes da língua), Labov definiu como homogêneo (as atitudes dos falantes em relação à língua). Inversão teórica e metodológica. (SEVERO, 2008, p. 9).

Outros pontos são levantados por Pagotto (2001), que propõe os seguintes questionamentos:

[...] onde está o *a priori* do programa laboviano? O sistema de regras variáveis tem como fonte a comunidade linguística, os significados sociais das formas sociais têm como fonte a comunidade linguística, mas ao mesmo tempo é esse mesmo sistema lingüístico e os significados sociais que definem a mesma comunidade linguística. Uma vez que o sujeito falante está completamente submetido tanto ao sistema lingüístico como à comunidade, ele passa a não ser a fonte do processo de variação e de mudança. Mas onde estaria esta fonte, se o sistema é definido como sempre restrito a uma dada comunidade linguística? (PAGOTTO, 2001, p. 35)

A circularidade no conceito estabelece um problema para a definição laboviana, indicando que o indivíduo não deveria ser desconsiderado para a construção de uma noção de *comunidade linguística*. O indivíduo, por sua vez, está em constante construção identitária e

of the variants, such interpretation appears in the form of social evaluation, overt of a few social stereotypes, covert for the great majority of variables. A variety of experimental techniques have been used to detect this type of evaluation, with consistent and convergent results, but this is not the only aspect of homogeneity of interpretation in the speech community. There is also a common direction of style shifting, common directions of self-correction, and common directions of change. Those who acquire the vernacular of speech community in their formative years show this general agreement, but others do not, even when they show many of the community features of speech production. (LABOV, 1982, p. 18).

linguística, podendo migrar de uma comunidade para outra ao longo dos anos e das suas vivências. Essa fluidez do sujeito é um aspecto que igualmente dificulta a definição de *comunidade de fala* e o conseqüente estudo amplo variacionista, conforme aponta Severo (2008, p. 4.): “O fato de que as identidades não são estáticas e que os sujeitos estão em constante processo de identificação, dificulta o processo metodológico de delimitação e sistematização da comunidade de fala.”

Não obstante as críticas, é inegável a influência e a repercussão da definição de *comunidade de fala* de William Labov. Nesse sentido, Patrick (2002) ressalta a importância da noção de *SpCom* estabelecida por Labov, bem como seu grau de ineditismo à época:

O conceito de *comunidade de fala* de Labov tem sido significativamente influente. É mais empiricamente enraizado, menos generalizado do que as noções de Hymes ou Gumperz. Emerge no decorrer de um programa mais bem definido de pesquisa sobre estrutura e mudança linguísticas, ao invés de no contexto de teorização sociolinguística. Considera três aspectos:

Está intimamente baseado em resultados de uma série de estudos urbanos que estabeleceram objetivos para futuros pesquisadores; seus contornos emergem de um conjunto particular de perguntas e respostas, e podem ser inapropriados para outros.

Mais que outros teóricos, Labov explicita e testa suas concepções de uniformidade linguística e estrutura sociolinguística normativa, que tem sido amplamente adotadas e debatidas.

Está aliado a um rico conjunto de métodos, também comumente usados – geralmente por pesquisadores com suposições e objetivos divergentes. A definição de Labov foi a primeira a postular tanto as normas compartilhadas quanto a uniformidade linguística (como variação estruturada), nesta ordem, como critérios de identificação de uma comunidade de fala.⁸⁴ (PATRICK, 2002, p. 584).

Uma definição ainda mais específica sobre CF – e que tem sido utilizada por muitos sociolinguistas no Brasil – é arquitetada por Guy (2000, p. 18), segundo a qual são necessárias três propriedades para que possamos assim denominá-la:

- **características linguísticas compartilhadas**; isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usados na comunidade, mas não o são fora dela.

⁸⁴ William Labov’s *SpCom* conception has been enormously influential. It is more empirically-rooted, less generalized, than Hymes’s or Gumperz’. It emerges in the course of a well-defined program of research on language structure and change, rather than in the context of sociolinguistic theorizing. Consider three aspects. 1 It is closely based on results from a series of urban studies which established goals for later researchers; its outlines emerge from a particular set of questions and answers, and may be inappropriate for others. 2 More than other theorists, Labov makes explicit and testable his conceptions of linguistic uniformity and normative sociolinguistic structure, which have been widely adopted and debated. 3 It is allied to a rich array of methods, also commonly used – often by researchers with diverging assumptions and objectives. Labov’s definition was the first to posit both shared norms and linguistic uniformity (as structured variation), in that order, as criteria for identifying a *SpCom*. (PATRICK, 2002, p. 584).

- **densidade de comunicação interna relativamente alta**; isto é, as pessoas normalmente falam com mais frequência com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.

- **normas compartilhadas**; isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas. (GUY, 2000, p. 18, grifos nossos)

Tal conceituação de Guy (2000, 2001) para a demarcação dos limites de uma *comunidade de fala* será tomada por base neste estudo, uma vez que ela considera não somente os usos linguísticos dos falantes, como também a frequência de comunicação entre eles e o aspecto avaliativo desses indivíduos no que se refere às suas escolhas linguísticas. Esses aspectos são abordados nos capítulos VI (quando tratamos sobre as fichas sociais dos informantes) e VII (análise variacionista da pesquisa). Muitos dos entrevistados de uma cidade do banco VARLINFÉ (Variação Linguística de Fala Eslava), por exemplo, indicavam outros informantes para entrevista (e isso era registrado na ficha social), revelando uma proximidade comunicativa entre eles, o que pressupõe uma “densidade de comunicação interna relativamente alta”.

Muitas pesquisas sociolinguísticas brasileiras têm aderido a essa definição de Guy (2000, 2011), e um dos exemplos é a pesquisa de Monguilhott (2009), cujo objeto variável é a concordância verbal de terceira pessoa do plural, a partir de um estudo sincrônico e diacrônico no PB e no PE. A autora define as localidades de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil) pesquisadas (*Costa da Lagoa, Ribeirão da Ilha, Ingleses e região central*) como constituintes de uma só CF, assim como as localidades de Portugal (*Cascais, Cintra, Belém e região central de Lisboa*) são consideradas componentes de uma CF portuguesa. Os critérios para tanto não são essencialmente geográficos, haja vista que os resultados de pesquisa (detalhamentos linguísticos) apontaram para a existência de duas comunidades distintas.

Em relação somente ao Brasil, Scherre (2006) argumenta se constituir em uma *macrocomunidade de fala*, com cerca de 180 milhões de falantes, sendo que um número considerável de sujeitos têm o português como língua-mãe e sua língua oficial. Por outro lado, para a sociolinguista, o país apresenta outras comunidades linguísticas formadas por populações indígenas e “por descendentes de imigrantes que vieram para o Brasil depois do século XVIII e, com graus variados de sucesso, tentaram manter uma ligação simbólica com a terra natal, principalmente através do uso de alemão, italiano e japonês”⁸⁵ (SCHERRE, 2006, p. 720).

⁸⁵ “and by the descendants of immigrant workers who came to Brazil after the 18th century and, with varying degrees of success, attempted to maintain a symbolic link with the homeland, most notably through the use of German, Italian, and Japanese” (SCHERRE, 2006, p. 722).

Acrescentemos a isso as comunidades de eslavos (ucranianos e poloneses) no Sul do Paraná, nas quais o multilinguismo ainda se faz presente – e que são objeto de nossa investigação.

Outrossim, em Görski e Coelho (2012), traz-se um apanhado de especificidades e generalizações sobre aspectos de comportamento sociolinguístico entre as três capitais da região Sul, aderindo-se ao conceito de *comunidade de fala* de Guy (2002, 2001). Os objetos variáveis de análise comparativa (entre as três localidades) foram: (a) monotongação de ditongos decrescentes; (b) alternância de pronomes de segunda pessoa do singular; e (c) variação na ordem do sujeito. As autoras constataram que, não obstante suas peculiaridades, há padrões linguísticos que permitem ao pesquisador sociolinguista considerar tais capitais como pertencentes a uma comunidade linguística macro do Sul do Brasil.

Podemos dizer, portanto, que a Região Sul, representada aqui pelas três capitais, por um lado, compartilha um mesmo padrão sociolinguístico no que tange à variação da ordem do sujeito; por outro lado, apresenta especificidades no que se refere aos efeitos de contexto em relação à monotongação do ditongo decrescente e à alternância entre os pronomes de segunda pessoa *tu* e *você*. Retomando a proposta de comunidade de fala de Guy (2001), parece possível dizer que as especificidades linguísticas, que estão atreladas a aspectos regionais e culturais, apontam para comunidades distintas, ao passo que as regularidades indicam que as três localidades devem pertencer a uma comunidade de fala mais geral. As comunidades investigadas estariam, portanto, sobrepostas e cruzadas, como sugere o autor. (GÖRSKI, COELHO, 2012, p. 157)

Já no Sudeste do país, a pesquisa de Oushiro (2014) propôs que a capital paulistana constituiria uma *comunidade de fala*, posto que “as regras variáveis ocorrem sistematicamente para os informantes da amostra, o que permite caracterizar a cidade de São Paulo, não obstante sua demografia amplamente heterogênea, como uma única comunidade de fala.” (OUSHIRO, 2014, p. 199). A pesquisadora trabalhou com quatro objetos variáveis que seriam peculiares a tal comunidade: **(i)** realização do /e/ nasal como ditongo [ɛj] ou monotongo [ɛ] – como em “fazenda”; **(ii)** a pronúncia de /R/ em coda silábica como tepe – [ɾ] – ou retroflexo – [ɽ] –, com em “porta”; **(iii)** concordância nominal de número, como em “as casas/as casa”; e **(iv)** a concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural, como em “nós fomos/ nós foi” e “eles foram/ ele foi”. Esse estudo da autora se destacou pelo fato de explorar aspectos identitários e ser “a primeira investigação abrangente sobre o português paulistano”, uma vez que, antes dela, havia “um grande número de trabalhos *com base no português paulistano*, mas pouquíssimos *sobre o português paulistano*” (OUSHIRO, 2014, p. 2).

Por fim, citamos como exemplo, no Nordeste brasileiro, o compilado de pesquisas organizado por Hora (2004) – “Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade” –, no qual

os autores trabalham com o corpus do VALPB (Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba), que “representa uma proposta de pesquisar a realidade linguística da comunidade de João Pessoa” (HORA, 2004, p. 10), tendo em vista alguns objetivos, como traçar um perfil linguístico dos falantes da comunidade de João Pessoa e estabelecer comparações (regionalmente e nacionalmente), salientando semelhanças e divergências dialetais⁸⁶. Nesse caso, a cidade de João Pessoa – PB é considerada, de modo geral, uma *comunidade de fala* com peculiaridades linguísticas específicas – em diferenciação a outras cidades da região, por exemplo.

Pudemos perceber, a partir desses exemplos, que é possível redimensionar os limites (geográficos, políticos e sociais) de uma *comunidade de fala* de acordo com o(s) objeto(s) de análise e conforme as questões de pesquisa propostas pelo analista. É preciso, no entanto, considerar que nem sempre essa delimitação pode ser feita *a priori*, haja vista que os resultados de uma investigação sociolinguística podem revelar que, dentro do grupo-alvo de pesquisa, possa haver mais de uma comunidade contemplada, de modo que essa demarcação ficará mais próxima da realidade se feita *a posteriori*.

Tomamos por base, nesta pesquisa, a metáfora das “bonecas russas”, cunhada por Guy (2000) ao descrever a existência de subcomunidades linguísticas dentro de uma macrocomunidade:

[...] o modelo de comunidade de fala implica graus de semelhança e diferença linguísticas, bem como distribuições concentradas, cruzadas ou sobrepostas de traços compartilhados por falantes. Assim, uma comunidade de fala local, com características localmente distintas, pode, no próximo nível ascendente, compartilhar características dialetais regionais, a seguir, pertencer a uma comunidade de fala nacional mais ampla e, finalmente, no nível mais alto, participar de uma comunidade internacional de falantes de uma mesma língua. Em tal caso, as comunidades estariam encaixadas umas dentro das outras como **bonecas russas**, e os falantes compartilhariam o maior número de características com seus vizinhos imediatos, seguidos por compatriotas regionais e nacionais, terminando com um mínimo de características compartilhadas com outros falantes da mesma língua onde quer que se encontrassem no globo terrestre. Outras comunidades, porém, podem estar interligadas: subcomunidades definidas por vizinhança e redes comunicativas pessoais, por classe social, etnia, religião, ocupação, etc., uniriam falantes a várias comunidades sobrepostas e cruzadas. (GUY, 2000, p. 21, grifo nosso).

⁸⁶ Dentre os estudos sociolinguísticos, interessam-nos (pela intersecção com nosso objeto de estudo) os de Almeida (2004), acerca da variável saliência fônica e concordância verbal; Beserra (2004), sobre a importância das variáveis sociais para a pesquisa naquela comunidade; e Fernandes (2004), com o tema do fenômeno variável “nós e a gente”.

A partir dessa discussão de Guy (2000), aventamos que as cidades componentes do banco VARLINFE compõem, individualmente, comunidades de fala específicas, mas a junção de todas elas compõe uma macrocomunidade linguística, com menor compartilhamento de normas e usos, devido ao fato de não serem vizinhos tão imediatos. A análise variacionista (cf. Capítulo VII) nos permitirá perceber se existem padrões de uso similares em relação ao fenômeno linguístico que é foco desta pesquisa, isto é, pode ser possível que, dentro de uma mesma cidade, haja usos linguísticos que não sejam tão próximos, o que, nesse caso, faria com que refutássemos nossa hipótese inicial.

No entanto, previamente sabemos que há uma característica social compartilhada entre todos os informantes do banco VARLINFE, que seria sua realidade de contato linguístico com línguas eslavas, e esse é um ponto que provavelmente une esses falantes numa só macrocomunidade. Por conta disso e também pela coincidência de o termo “bonecas russas” estar tão relacionado ao universo eslavo, consideramos se tratar de uma metáfora bastante adequada ao contexto de nossa pesquisa.

Para finalizar a discussão acerca dessa noção fundante da Sociolinguística Variacionista, consideramos os desafios propostos por Patrick (2002, p. 593, grifos nossos):

O trabalho exigido do conceito [de *comunidade de fala*] inclui idealmente, pelo menos: aplicação ao problema de correlação e interface apropriada com indexicalidade; lidar com situações multivariadas; permitindo comunidades aninhadas e articulando com questões de escala; realisticamente aliando a uniformidade linguística à luz da variação estruturada; especificando tipos pertinentes de avaliação sociolinguística e o grau mínimo em que devem ser compartilhados; relação sistemática das comunidades em contato sobre os dois últimos critérios; aplicação a um vasto leque de competências; reconhecimento de normas conflitantes mantidas por indivíduos ou dentro de grupos; e atenção aos processos de convencionalização, bem como seus resultados normativos. Em alguns casos, o trabalho deve ser compartilhado com conceitos como **rede social (Milroy, 2002)** ou comunidade de prática (Meyerhoff, 2002). O conceito de *comunidade de fala* também deve renunciar a certos tipos de trabalho. Os usuários não devem presumir a coesão social ou aceitá-la como um resultado inevitável da interação; tamanho e seus efeitos não devem ser tomados como garantidos; teorias sociais, incluindo análises de classe, devem ser explicitamente invocadas, não aceitas como dados; o conceito de *comunidade de fala* não deve ser tomado por uma unidade de análise social; e não devemos supor que *comunidades linguísticas* existam como entidades predefinidas à espera de serem pesquisadas ou as identifiquem com noções populares, mas as considerem como objetos constituídos novamente pelo olhar do pesquisador e pelas perguntas que fazemos. Por fim, aguarda-se o trabalho de uma adequada taxionomia de *comunidade de fala*, cabendo estudos de caso à tipologia e refinando o último⁸⁷.

⁸⁷ The work required of the concept ideally includes, at least: application to the correlation problem and appropriate interfacing with indexicality; handling multivariety situations; allowing for nested communities and

Aderimos, portanto, à visão de que a *comunidade de fala* deva ser o principal foco de análise da pesquisa sociolinguística, mas consideramos que isso não deva significar a exclusão da análise do sujeito, *i.e.*, que o nível individual deva ser desprezado, dadas as peculiaridades da história de cada sujeito em seu contexto social. Labov (1994), por exemplo, ao focar os líderes da mudança linguística, opera com a noção de “redes” e contempla os indivíduos em sua análise. É possível, portanto, focalizar a *comunidade de fala* em que o indivíduo se insere e, ao mesmo tempo, considerar suas peculiaridades a partir de algumas variáveis que contemplem a identidade de cada sujeito.

Isso pode ser feito a partir do controle da variável ‘profissão’, importante para se considerar a história e identidade do indivíduo, uma vez que o caminho profissional percorrido pelo sujeito o leva a interagir com outros grupos sociais, em alguns casos diferentes daquele de onde está inserido, e isso pode interferir pesadamente em seus usos linguísticos.

Além disso, em estudos sociolinguísticos, as contribuições teóricas e interfaces com outras áreas trazem complementaridade e aprimoramento às investigações. Movida por essa demanda, Severo (2008) corrobora a necessidade de se levar em consideração os contributos das definições de *redes sociais* e *comunidades de prática*⁸⁸ para uma ampliação da noção teórica de *comunidade de fala* na pesquisa sociolinguística.

Severo (2008, p. 2, grifos nossos), ressalta que:

Para lidar com a heterogeneidade de uma comunidade, pesquisas focadas nas **redes sociais** e nas **comunidades de prática** têm se voltado para um nível micro de análise (em contraposição ao nível macro da comunidade de fala), o que favorece, por consequência, reflexões sobre o papel dos

articulating with issues of scale; realistically ally addressing linguistic uniformity in the light of structured variation; specifying fying relevant types of sociolinguistic evaluation and the minimum degree to which they must be shared; systematic relation of communities in contact on the latter two criteria; application to a wide range of competences; recognition of conflicting norms held by individuals or within groups; and attention to processes of conventionalization, as well as their normative results. In some cases, work must be shared with concepts like social network (Milroy, this volume) or community of practice (Meyerhoff, this volume). The SpCom ought to abjure certain kinds of work, too. Users should not presume social cohesion or accept it to be an inevitable result of interaction; size and its effects should not be taken for granted; social theories, including class analyses, must be explicitly invoked, not accepted as givens; the SpCom should not be taken for a unit of social analysis; and we ought not to assume SpComs exist as predefined entities waiting to be researched or identify them with folk notions, but see them as objects constituted anew by the researcher's gaze and the questions we ask. Finally, the job of proper SpCom taxonomy, fitting case studies to typology and refining the latter, awaits (PATRICK, 2002, p. 593).

⁸⁸O conceito de *comunidade de prática*, embora também se revele importante em estudos sociolinguísticos, não é explorado nesta pesquisa, em virtude das dificuldades que temos de mapear com detalhamento quais são os indivíduos pertencentes a esses grupos mais identitários, uma vez que as entrevistas do VARLINFÉ não tiveram essa questão como foco.

indivíduos/sujeitos no processo de variação/mudança e a relação entre identidade, língua e sociedade.

O conceito de “redes sociais”, embora coadjuvante em nosso estudo (se comparados à conceituação de “comunidade de fala”), mostra-se importantes para a montagem de nossos grupos de fatores extralinguísticos, haja vista que, através dele, conseguimos trazer um olhar para o indivíduo constituinte de uma comunidade de fala que analisamos.

Em consideração ao que foi elencado por Patrick (2002) e Severo (2008), bem como por serem necessários a nosso estudo, definimos melhor os termos “redes sociais” na próxima seção.

2.2.2 Redes sociais

Relativamente ao conceito de “redes sociais” (*social networks*), destaca-se a contribuição dos estudos de Leslie Milroy (1980, 2002) e pesquisadores antecedentes, pois, segundo Milroy (2002), a análise de *redes sociais* do tipo geralmente adotado pelos variacionistas já havia sido desenvolvida por antropólogos sociais, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970.

Milroy (2002) trabalha com quatro aspectos das redes sociais estabelecidas pelos indivíduos, a saber: *densidade*, *plexidade*, *mobilidade* e *localismo*, argumentando que um postulado fundamental da análise de redes é que os indivíduos criam comunidades pessoais com uma estrutura significativa para resolver os problemas da vida diária, as quais são constituídas por laços interpessoais de tipos e forças diferentes, sendo que as relações estruturais entre os elos podem variar.

Assim, comunidades de alta densidade apresentam redes sociais multiplexas, ao passo que comunidades de baixa densidade compreendem redes sociais uniplexas (MILROY, 2002), isto é, quanto mais os sujeitos interagem entre si dentro de uma comunidade (em diversas situações), mais multiplexas são suas redes sociais. Já em caso contrário, a redes sociais classificam-se como *uniplexas*.

Dentro deste conceito de redes, no entanto, os pontos que mais nos interessam nesta pesquisa são *mobilidade* e *localismo*, aspectos que serão considerados fatores condicionantes externos e poderão ser medidos a partir das perguntas feitas aos informantes nas entrevistas sociolinguísticas e nas fichas sociais (cf. Capítulo V). *Localismo* é uma característica importante para se analisar não somente pelo fato de que comunidades de fala com alto grau de localismo utilizam-se de variantes mais identitárias e não se deixam levar por “modismos”, mas

também pelo fato de que, em comunidades em que há contato linguístico, o nível alto de localismo pode influenciar na manutenção das línguas minoritárias. Do mesmo modo, a questão da *mobilidade* é essencial porque os informantes que se deslocam pouco geralmente conservam mais a fala característica do local onde vivem, enquanto os que apresentam maior grau de mobilidade acabam por se apropriar de variantes linguísticas próprias das outras comunidades que frequentam. Do mesmo modo, a manutenção da língua minoritária (no caso da nossa pesquisa, polonês e/ou ucraniano) acaba se perdendo por conta da alta mobilidade.

Nesse sentido da análise de redes sociais em comunidades bilíngues (ou até mesmo trilíngues), Milroy (2002) faz alguns apontamentos:

Embora a discussão até agora tenha se concentrado na relação linguagem / rede em comunidades monolíngues, pesquisadores que investigam os mecanismos sociais de manutenção e mudança de linguagem em comunidades bilíngues empregaram uma variante do mesmo princípio geral: redes constituídas principalmente de laços fortes funcionam como mecanismo para apoiar idiomas minoritários, resistindo às pressões institucionais para a mudança de idioma, mas quando essas redes enfraquecem, é provável que ocorra uma mudança de idioma (MILROY, 2002, sem p., tradução nossa)⁸⁹.

Dentre um dos exemplos de comunidades que apresentam contato linguístico Milroy (2002) menciona o estudo de Gumperz (1982) relativo a uma comunidade bilíngue eslovena /alemã na Áustria, associa o movimento ao monolinguismo. Conforme tal estudo, as mudanças econômicas foram responsáveis por um movimento de monolinguismo. Explicando melhor: os membros dessa comunidade agrícola pobre e socialmente estigmatizada eram tradicionalmente incorporados em redes estreitas e clássicas de apoio mútuo que os vinculavam em muitas capacidades – como colegas de trabalho, vizinhos e amigos que socializavam juntos dentro dos limites de sua comunidade.

Mas esses comportamentos mudaram à medida que a economia passou de uma dependência da agricultura de subsistência para uma economia principalmente de serviços. As melhorias no sistema rodoviário deram origem a uma série de outras mudanças que afetaram a estrutura da rede e, finalmente, o comportamento da linguagem. Os agricultores passaram a vender produtos para pessoas de fora, em vez de negociar com outros agricultores locais, e os

⁸⁹ Although the discussion so far has concentrated on the language/ network relationship in monolingual communities, researchers investigating the social mechanisms of language maintenance and shift in bilingual communities have employed a variant of the same general principle: networks constituted chiefly of strong ties function as a mechanism to support minority languages, resisting institutional pressures to language shift, but when these networks weaken, language shift is likely to take place. (MILROY, 2002, sem p.).

edifícios agrícolas foram convertidos em acomodações turísticas para os variados visitantes que entraram na área. Como muitas interações diárias ocorreram com pessoas de fora da cidade, os moradores perderam sua dependência da rede de suporte local.

Percebe-se, a partir disso, que essas interações dos indivíduos com pessoas de fora da comunidade, bem como a diminuição de seu grau de localismo e o aumento de seu grau de mobilidade, propiciaram uma mudança considerável em suas redes sociais e, por consequência, em seus usos linguísticos. Assim, pela importância do estudo de *redes sociais* para a compreensão da estrutura social e sua influência na língua, muitos sociolinguistas têm se apropriado dos conceitos relacionados a esta questão em suas pesquisas.

Bortoni-Ricardo (2011)⁹⁰, por exemplo, utiliza-se dessas noções para a descrição de uma *comunidade de fala* considerada “rurbana”, no Distrito Federal. Também em “O falar candango” (2010), a autora retoma essas questões para a descrição de um falar tipicamente brasileiro. Segundo a pesquisadora, o conceito de redes é crucial para a postulação de *comunidade*, pois, a partir da análise de redes, pode-se prover “recursos para se aferir tanto a localidade comum quanto a interação primária”. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 96).

Também Monguilhott (2009) ampara-se em tais conceitos para a elaboração de algumas de suas hipóteses de pesquisa:

[...] comunidades de alta densidade e multiplexas tendem a exibir forte resistência à influência de valores externos, em função dos fortes laços existentes entre os indivíduos e da identificação com os valores sociais da sua comunidade. Um outro termo importante que se vincula às redes sociais e será considerado em nosso trabalho é o **localismo**. Para Milroy (1980), localismo refere-se ao sentimento que o indivíduo tem de pertencer ao local em que mora, valorizando-o socialmente. Os indivíduos que se identificam com a comunidade da qual fazem parte tendem a reforçar os valores culturais e linguísticos locais. **Relacionado a esse conceito está o conceito de mobilidade. Indivíduos que apresentam alto grau de mobilidade, ou seja, de deslocamento do seu lugar de origem, da sua comunidade, tendem a adotar valores de um grupo externo de referência.** Em relação à nossa amostra, esperamos que os informantes das comunidades não urbanas constituam redes mais densas e multiplexas, já que nessas comunidades os indivíduos se relacionam muito mais intensamente entre eles, são mais solidários entre si, enquanto que os informantes das comunidades urbanas constituam redes menos densas e uniplexas por terem menos contato entre si, apresentarem relações menos estreitas com os indivíduos que fazem parte da sua comunidade. (MONGUILHOTT, 2009, p. 52, grifos nossos).

⁹⁰ O livro da autora – “Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais” (2011) –, resultante de um trabalho preparado entre 1980 e 1981, publicado em inglês pela Cambridge University Press (traduzido, revisado e atualizado), traz um amplo apanhado histórico acerca do estudo de redes de comunicação em comunidades, assim como exemplos de estudos sociolinguísticos que se utilizaram do conceito para a compreensão de e análise de suas comunidades de investigação.

De maneira similar, Battisti (2014) usa os conceitos de *redes sociais* para seu estudo na comunidade de Antônio Prado (no Rio Grande do Sul) e argumenta que: “na pesquisa sociolinguística, a análise de redes e práticas sociais pode esclarecer o papel das ligações entre as pessoas, da maior ou menor coesão dos grupos, da pressão dos pares e das identidades locais na variação e mudança linguística” (BATTISTI, 2014, p. 96).

Também Martins (2013), ao analisar comunidades de fala ribeirinhas em Manaus, com altíssimo grau de isolamento, apropria-se da noção de *redes sociais*, focalizando os as variáveis *mobilidade e localismo*, com vistas a compreender se esses aspectos influenciavam ou não na ‘presença de marcas formais/informais de plural’.

Todos esses estudos inspiraram nossa pesquisa a considerar as *redes sociais*, como algo a ser mensurado mediante as variáveis ‘mobilidade’ e ‘localismo’. Na próxima seção, retomamos a questão da *comunidade de fala*, fazendo um delineamento das localidades investigadas nesta pesquisa.

2.3 DELIMITAÇÃO DA(S) COMUNIDADE(S) DE FALA

Traçadas já as noções de *redes sociais* e *comunidade de fala* que assumimos, fazemos a delimitação da CF que é alvo desta investigação. Embora a discussão na seção anterior nos revele que delimitar onde começa e onde termina uma CF seja algo bastante complexo, conjecturamos que os resultados de pesquisa podem nos revelar a existência de mais comunidades linguísticas dentro do rol de municípios da mesorregião *Sudeste* abarcados pelo banco VARLINFE, usado nesta pesquisa para a composição da amostra de análise.

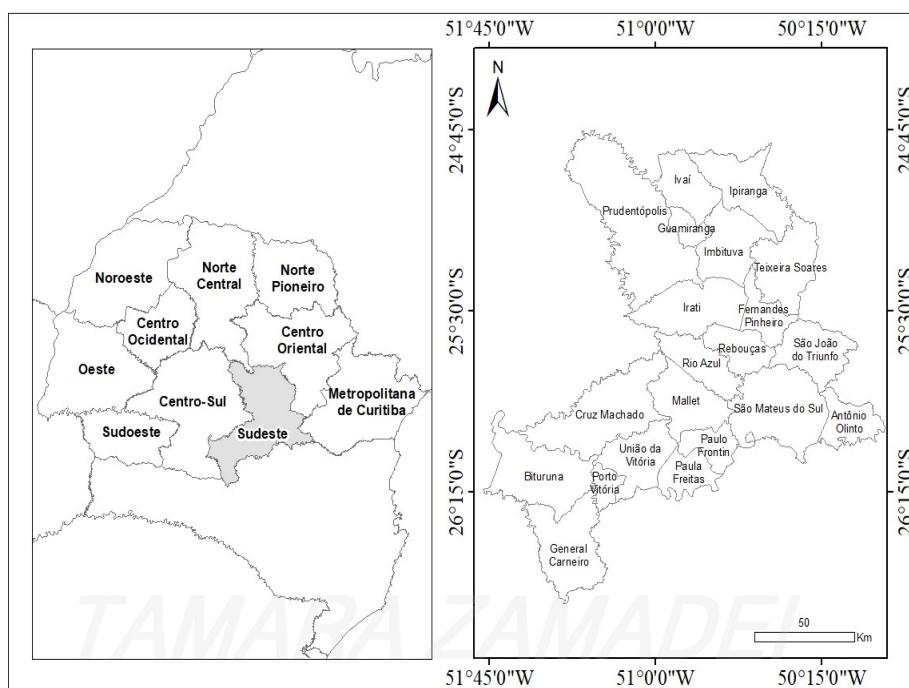
Como já mencionado, o banco de dados VARLINFE é composto por entrevistas sociolinguísticas orais – feitas em cidades da mesorregião *Sudeste* do Paraná – com informantes descendentes de eslavos (ucranianos e/ou poloneses). “O banco tem como peculiaridades, que o diferenciam de outros bancos de fala brasileiros, ser de fala de zona rural, com economia agrária e baixa escolaridade, e de etnia eslava” (COSTA, 2017, p. 66).

O povoamento inicial da mesorregião está vinculado a incursões militares, a tráfego de tropeiros e a estratégias governamentais, além da instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (sobretudo poloneses, ucranianos, alemães e russos), as quais “assentadas em pequenas propriedades, dedicaram-se desde logo à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade”. (IPARDES, 2004, p. 21).

É preciso esclarecer que, apesar da classificação formal da mesorregião como “Sudeste”, boa parte da população local refere-se a ela como “Centro-Sul”. Nesta pesquisa, porém, manteremos a classificação oficial, conforme o IPARDES (2004).

De modo geral, a mesorregião *Sudeste Paranaense* é integrante do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação se iniciou já século XVII e atravessou os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Segundo o IPARDES (2004), sua organização do espaço esteve sempre relacionada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo. A mesorregião faz divisa com outras quatro mesorregiões: *Metropolitana de Curitiba* (a leste), *Centro-sul* (a oeste), *Centro-Oriental* (ao centro) e *Norte-Central* (ao norte), além de fazer fronteira, ao sul, com a parte centro-norte do estado de Santa Catarina.

Figura 6 – Cidades da Mesorregião Sudeste do Paraná



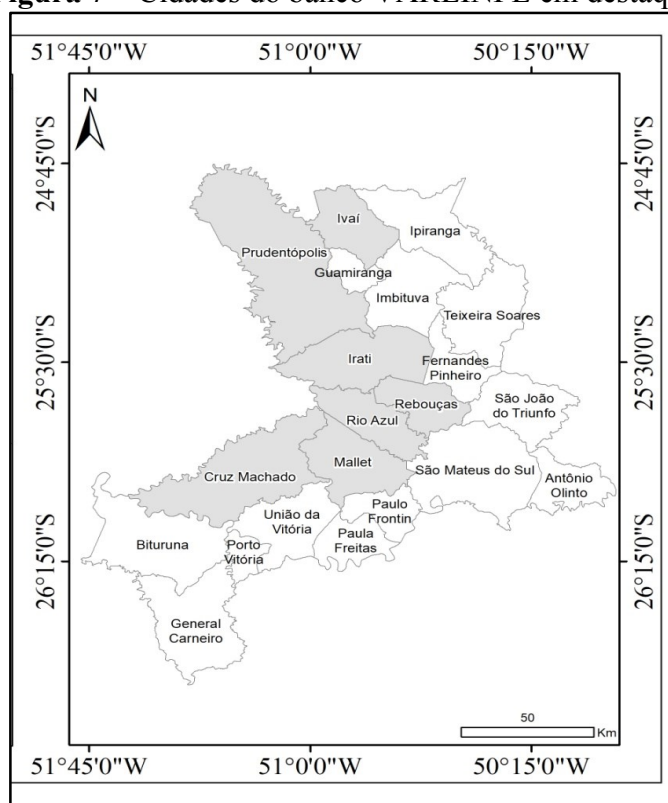
Fonte: elaboração própria

Situa-se ao lado da mesorregião *Metropolitana de Curitiba*, mas, apesar de estar geograficamente perto da capital do Paraná – mais urbana e cosmopolita –, trata-se de uma localidade onde a característica rural é predominante. É composta pelos seguintes 21 municípios: Ipiranga, Guamiranga, Teixeira Soares, Imbituva, Fernandes Pinheiro, São João do Triunfo, Rebouças, Antônio Olinto, São Mateus do Sul, Paulo Frontin, Paula Freitas, Porto Vitória, União da Vitória, Bituruna, General Carneiro, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Cruz

Machado, Rebouças e Rio Azul, dentre os quais um terço foi considerado para a composição do banco VARLINFE.

O banco-base⁹¹ do VARLINFE foi composto por entrevistas sociolinguísticas de 7 (sete) cidades (destacadas no mapa): Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças Rio Azul e Cruz Machado. Dentro da mesorregião, as cidades contempladas pelo VARLINFE estão mais a oeste, um tanto mais distantes da região *Metropolitana de Curitiba* e mais próximas da mesorregião *Centro-sul do Paraná*, onde também há uma predominância de características rurais, inclusive em seu maior município, a cidade de Guarapuava.

Figura 7 – Cidades do banco VARLINFE em destaque



Fonte: elaboração própria

Para a formação do banco, os pesquisadores responsáveis consideraram que “na região em análise, há muitos falantes bilíngues e até trilingues, e na prática se constata que para muitos falantes a primeira língua, ou língua materna, não é o português brasileiro e sim o ucraniano ou o polonês”. (LOREGIAN- PENKAL, KRAUSE-LEMKE, COSTA, JACUMASSO, 2013, p. 26). Além disso, percebe-se que “a população que migrou para o sudeste do Estado tem forte

⁹¹ O banco apresenta algumas amostras complementares que têm sido continuamente alimentadas por alunos e pesquisadores pertencentes ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos).

apego às tradições religiosas de seus ancestrais. Tal característica tem reflexos nas atividades de lazer e de turismo da região, e em suas festividades”. (IPARDES, 2004, p. 85).

Isso é relatado com mais detalhes em Costa e Loregian-Penkall (2015, p. 107):

A igreja tem um papel centralizador e fundamental na manutenção da cultura eslava. Nas localidades pequenas e interioranas, a vida social gira em torno da comunidade religiosa. Em muitas igrejas, ainda hoje as missas são rezadas em polonês ou ucraniano, principalmente nas cidades de Ivaí, Mallet e Prudentópolis, e os fiéis cantam e rezam ativamente. Inclusive existem rituais específicos da cultura eslava cultivados, como a bênção dos alimentos na Semana Santa, em que os fiéis levam cestas com alimentos para serem benzidas pelo padre. [...] Registramos também o Korovai, que é um bolo típico de casamento decorado com pinheiros de papel; a Haiulka, uma dança de roda típica, entre outros rituais. (COSTA, LOREGIAN-PENKALL, 2015, p. 107).

As respostas para as origens dessa religiosidade são dadas historicamente – como já abordado em capítulo antecedente – e constituem-se como algo fundante da identidade local. Conhecendo melhor a mesorregião-alvo de pesquisa, bem como alguns aspectos das cidades componentes do VARLINFE, é necessária uma descrição geográfica, social e econômica de tais lugares, a fim de que se possa depreender sua realidade multilinguística (de línguas eslavas) que o constituem como *comunidade(s) de fala* bastante particular(es), em comparação a outras localidades em que o multilinguismo não se faz mais presente.

2.3.1 A mesorregião “Sudeste paranaense” na contemporaneidade: características geográficas, sociais e econômicas

Já expostas as peculiaridades históricas e de bi/trilinguismo presentes na mesorregião *Sudeste* do Paraná (cf. Capítulo I), faz-se primordial tratarmos acerca das propriedades geográficas, demográficas, econômicas e sociais da localidade nos tempos atuais (início do século XXI). A mesorregião apresenta as seguintes características territoriais, conforme aponta o IPARDES (2004, p. 05):

[...] está localizada no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.700.649,1 hectares, que corresponde a cerca de 8,51% do território estadual. [...] Possui como principais limites geográficos a Serra da Esperança, a oeste, e ao sul o rio Iguaçu. É constituída por 21 municípios, dos quais se destacam Irati e União da Vitória em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

No tangente a seus aspectos demográficos, os municípios componentes da região possuem todos uma população bem inferior a 100 mil habitantes, de modo que Irati é a cidade onde se encontra um maior número populacional (pouco mais de 50 mil habitantes).

[...] apenas Irati possuía, em 2000, população total superior a 50 mil habitantes. No entanto, a população urbana desse município permanecia abaixo de 40 mil habitantes (mapa 2.3). União da Vitória aproximou-se do patamar de 50 mil habitantes tanto no que se refere à população total quanto à urbana. Dentre os demais municípios, distinguem-se Prudentópolis, São Mateus do Sul e Imbituva, com população total superior a 20 mil habitantes em 2000. Esses 5 municípios concentravam 55,2% da população total da mesorregião naquele ano (tabela 2.5). Do restante da população, 43,7% localizava-se nos 15 municípios com população total entre 5 mil e 20 mil habitantes, e apenas Porto Vitória não tinha logrado ainda os 5 mil habitantes. Ressalta-se que 31% da população do Sudeste ainda vive em municípios com população urbana entre 5 e 20 mil habitantes, e 16,4%, nos municípios com população inferior a 5 mil, que correspondem a 12 dos 21 municípios da mesorregião, dos quais o extremo inferior é Antônio Olinto, com apenas 612 habitantes urbanos. (IPARDES, 2004, p. 31).

A Tabela 1 mostra dados mais detalhados (do IBGE) sistematizados por Costa e Loregian-Penkall (2014) em relação aos números populacionais rurais e urbanos das cidades componentes do banco:

Tabela 1 – População urbana e rural dos municípios⁹² do banco VARLINFE

| Município | População Residente Urbana | População Residente Rural | Total da População |
|---------------|----------------------------|---------------------------|--------------------|
| Ivaí | 4.629 | 8.186 | 12.815 |
| Irati | 44.932 | 11.275 | 56.207 |
| Mallet | 7.570 | 5.403 | 12.973 |
| Rebouças | 7.505 | 6.671 | 14.176 |
| Rio Azul | 5.012 | 9.081 | 14.093 |
| Prudentópolis | 22.563 | 26.329 | 48.792 |

Fonte: Costa e Loregian-Penkall (2014, p. 108)

Observamos, a partir da Tabela 1, que os municípios de Ivaí, Prudentópolis e Rio Azul apresentam uma população residente rural maior que a população urbana, imprimindo-lhes uma característica fortemente rural. Já as cidades de Irati, Mallet e Rebouças apresentam mais população urbana do que rural, embora as duas últimas cidades tenham um número significativo de habitantes na área rural, comparativamente a seu total populacional.

A respeito das taxas de urbanização, a mesorregião *Sudeste* é a que apresenta o menor grau de urbanização de todo o estado do Paraná, tendo desenvolvido uma trajetória de urbanização em ritmo mais fraco que o Paraná (de modo geral). “Enquanto o Paraná, em 1970, já possuía mais de 36% de sua população vivendo em áreas consideradas urbanas, e em 2000

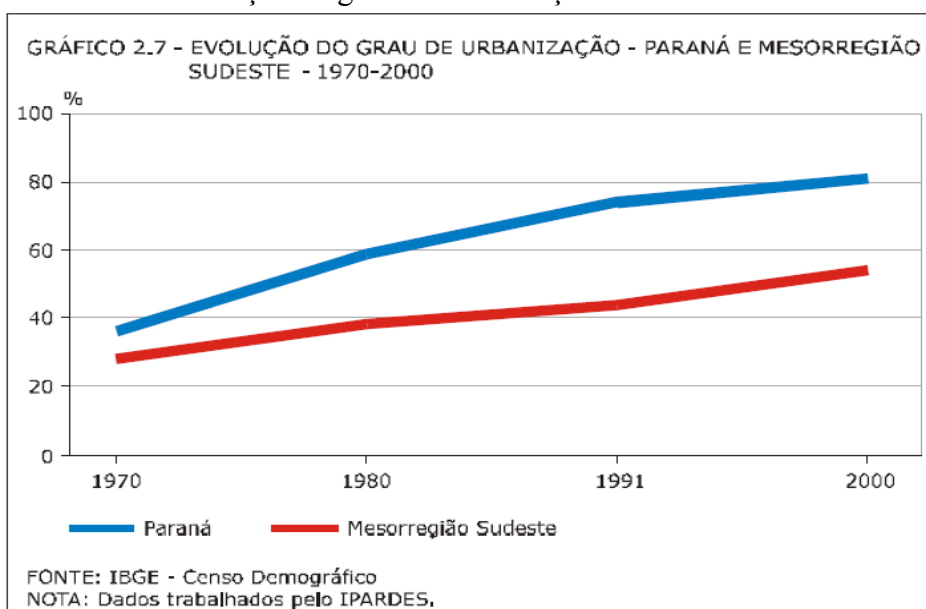
⁹² A cidade de Cruz Machado não está presente na tabela porque, à época, as entrevistas em tal localidade ainda não tinham sido feitas. Mas, segundo o IBGE, em 2010, a população da cidade era de 18.040 pessoas. Fonte: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cruz-machado/panorama>>> Acesso em: 29 de set. 2018.

mais de 80%, o Sudeste iniciou o período com um grau de urbanização de 28%, atingindo 53,6% em 2000”. (IPARDES, 2004, p. 29).

Essa é uma informação importante para pensarmos essa localidade, pois esse traço influenciou o direcionamento da caracterização rural do banco VARLINFE, isto é, uma vez que a mesorregião Sudeste apresenta-se como majoritariamente rural, um banco de fala nesse âmbito daria conta, com mais propriedade, da descrição de fala da região. Nesse sentido, precisamos esclarecer que todas as entrevistas feitas nas localidades componentes do banco-base VARLINFE foram feitas na zona rural, de maneira que o banco, além de sua característica eslava, é também considerado rura.

A localidade apresenta um baixo grau de urbanização e uma manutenção de características rurais que vão de encontro aos resultados das demais mesorregiões no estado paranaense. Também destoa da média geral do Paraná, como pode ser verificado mais claramente a partir do Gráfico 1, o qual mostra que a mesorregião *Sudeste* apresentava, em 2000, uma taxa de urbanização de aproximadamente 60%, enquanto o restante do Paraná a superava, com uma taxa de 80% de urbanização. Também é possível perceber que, comparativamente ao ano de 1970, a mesorregião acabou se distanciando do Paraná no que diz respeito ao aumento da urbanização.

Gráfico 1 – Evolução do grau de urbanização – Paraná e Sudeste – e 1970-2000



IPARDES (2004, p. 29)

Voltando-se o olhar para as cidades componentes dessa mesorregião, verifica-se que, “em 1970, apenas União da Vitória possuía grau de urbanização superior a 50%, mantendo-se

até o ano 2000 como o município mais urbanizado do Sudeste, período em que já superava os 90% da população vivendo nas áreas urbanas”. (IPARDES, 2004, p. 30). Salientamos que o referido município, de característica menos rural/mais urbana que os demais, não está incluído no banco VARLINFE.

Ainda segundo o IPARDES (2004), com base em dados sistematizados do IBGE, a maioria das cidades do *Sudeste* é classificada como de tipo “rural de pequena dimensão”, sendo que o município de Antônio Olinto (também não abrangido no banco) é o menos urbanizado do estado e não atingiu sequer o grau de 10% de urbanização até o ano 2000. Essa tendência se deve, dentre outras razões, pelo fato de que a principal atividade econômica da mesorregião está relacionada à agricultura e à pecuária:

Dadas as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente agrícola, de cunho tradicional, com o predomínio de pequenas propriedades voltadas à produção alimentar de baixo dinamismo, a inserção do Sudeste no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 70 foi mais lenta. Assim, houve decréscimo da população rural no transcorrer da década, porém a um ritmo insignificante, próximo a zero [...] Ainda que as áreas urbanas da região tenham crescido a uma taxa expressiva (4,3% a.a.), o conjunto da mesorregião evidenciou um incremento modesto, abaixo do vegetativo. Nas décadas seguintes a dinâmica de crescimento populacional das áreas urbanas e rurais não sofreu alterações de monta, registrando taxas com pequenas oscilações de tendências. (IPARDES, 2004, p. 21-22)

Tais dados revelam a expressiva particularidade rural do local, em contraposição à sua região vizinha (*Metropolitana de Curitiba*), na qual a população urbana, em 2000, já representava 35,5% da população urbana de todo o Paraná. É interessante perceber as discrepâncias tão significativas em mesorregiões tão próximas; isto é, o Paraná dispõe, lado a lado, da mesorregião mais rural e da mais urbana de toda sua extensão territorial.

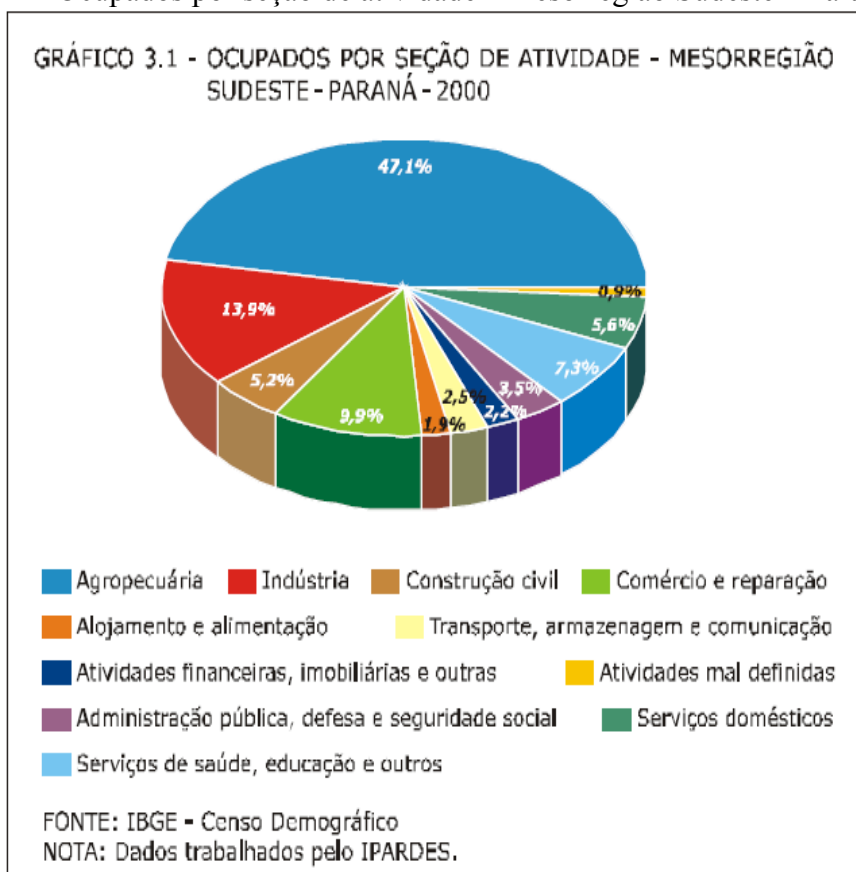
Obviamente, essas diferenças entre as duas mesorregiões vizinhas estão bastante relacionadas às atividades ocupacionais de cada uma. Enquanto a mesorregião onde se encontra a capital do Paraná investiu em atividades econômicas mais urbanas, a região *Sudeste* conservou-se mais rural⁹³ e ainda bastante dependente das atividades agropecuárias e do campo como gerador de empregos.

Nesse sentido, observemos, no Gráfico 2, quais as ocupações por seção de atividade predominantes na mesorregião *Sudeste* do Paraná:

⁹³ Essa ligação do homem do *Sudeste* ao campo é algo que ainda se mostra significativo quando ouvimos as entrevistas sociolinguísticas do banco VARLINFE.

Os dados do Gráfico 2 deixam bastante clara a prevalência da agropecuária (pouco mais de 47%) como principal atividade econômica e ocupacional do *Sudeste* paranaense, sendo seguida, em porcentagem muito abaixo desses quase 50%, pela *indústria* (13,5%), *comércio e reparação* (9,9%), e *serviços de saúde, educação e outros* (7,3%).

Gráfico 2 – Ocupados por seção de atividade – mesorregião Sudeste – Paraná – 2000



Fonte: IPARDES (2004, p. 55)

Nesse contexto, também a seleção dos informantes para o banco VARLINFÉ ocorreu em consideração a essa característica da mesorregião. “A maioria dos entrevistados é agricultor e sai bem cedo para o trabalho na roça que, geralmente, fica longe de sua casa. [...] Também as localidades-alvo ficam fora do perímetro urbano das cidades com o acesso feito por estrada não asfaltada” (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 103). Para a definição do que seria uma “zona rural”, as pesquisadoras relatam que:

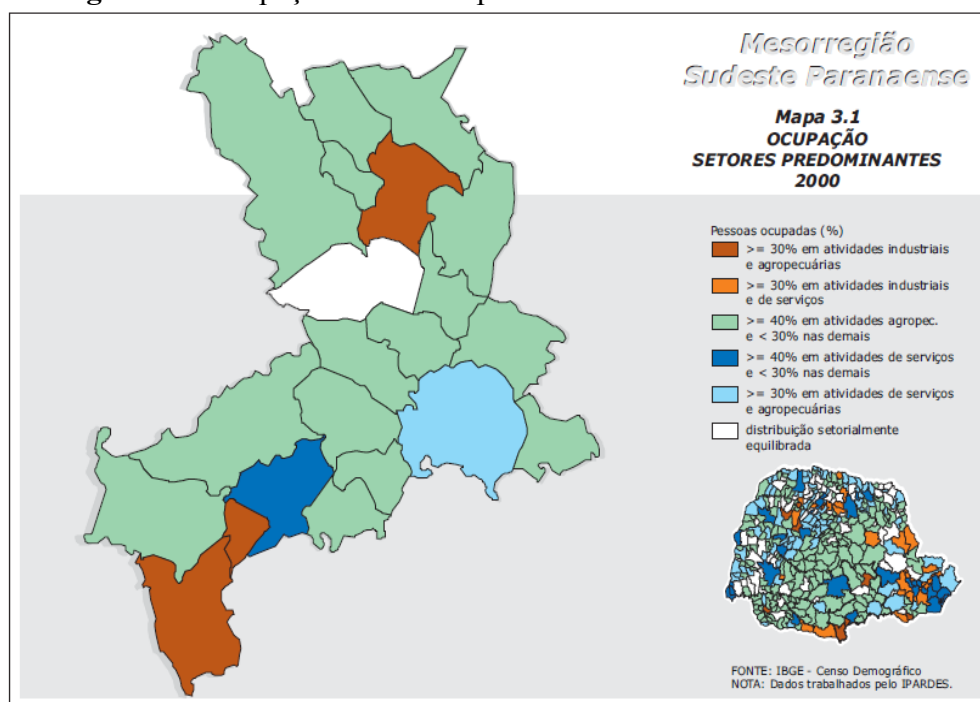
Em nossa pesquisa no interior dos municípios de Ivaí, Irati, Rebouças, Rio Azul, Prudentópolis e Mallet, consideramos zona rural as localidades distantes da sede do município e cujo acesso só se dava por meio de estradas rurais (isto é, estradas de terra de difícil acesso). Os moradores dessas localidades trabalhavam e residiam na comunidade em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, viviam da renda da terra, pois eram agricultores. Também

uma casa é bastante longe da outra, às vezes, apenas uma rua principal com algumas casas adjacentes e um mercado ou armazém. (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 108).

Voltando para a interpretação do gráfico, a atividade industrial está abaixo numericamente da primeira posição, com quase 14% de força econômica. Na sequência, aparecem “comércio e reparação” com quase 10% de expressividade, além de “serviços de saúde, educação e outros” com apenas 7,3%. As demais atividades e serviços apresentam expressividade mínima se comparados com o setor de “agropecuária”, que ocupa praticamente a metade da porcentagem de ocupações no *Sudeste* paranaense.

O mapa a seguir faz uma comparação com o restante do Paraná e traz informações sobre cada uma das cidades da mesorregião e suas respectivas ocupações:

Figura 8 – Ocupação de setores predominantes no Sudeste do Paraná



Fonte: IPARDES (2004, p. 129)

O mapa mostra que a única cidade a ter como foco o setor de “atividades e serviços” – em azul escuro –, em similaridade com a mesorregião *Metropolitana de Curitiba*, é (novamente) a cidade de União da Vitória. Também Imbituva, General Carneiro e Porto Vitória – em marrom – apresentam uma relação maior com atividades industriais. Por seu turno, São Mateus do Sul – em azul claro –, apresenta menos de 30% em atividades agrícolas ou

agropecuárias. Mas essas cidades em que a agropecuária não prevalece como atividade econômica não foram incluídas no banco de dados utilizado nesta pesquisa⁹⁴.

Refletindo a estrutura ocupacional regional, verifica-se que a maioria dos municípios (16, em um total de 21) é extremamente dependente das atividades agropecuárias, com estas respondendo por 40% ou mais dos ocupados (mapa 3.1). Dos municípios nesta condição, apenas Prudentópolis e São Mateus do Sul possuem população superior a 20 mil habitantes. Apesar do peso das atividades rurais, estes dois municípios, mais Bituruna, destacam-se por apresentar, também, número expressivo (acima de 1.000) de pessoas ocupadas na indústria, fato que os diferencia dos demais municípios tipicamente rurais. União da Vitória é o único município onde o setor de serviços responde por mais de 40% da ocupação, fato associado à sua condição de centro regional. Ressalte-se que a indústria representa 30% do total da ocupação nesse município (ver tabela A.3.1). Irati diferencia-se por apresentar distribuição ocupacional mais equilibrada entre os setores, contando, ainda, com peso relevante (28,6%) das ocupações agropecuárias. (IPARDES, 2004, p. 56).

Nesse sentido, como a produção agropecuária é um ponto de destaque de tal mesorregião do estado paranaense, os produtos de maior notoriedade são o feijão, a erva-mate, o fumo, a batata-inglesa e – no que se refere à origem animal – o mel de abelha e a lã.

Em termos de **produção agrícola**, a mesorregião Sudeste é responsável por 6,5% da produção de grãos do Estado, com o feijão aparecendo como o principal produto da região, correspondendo a 21,9% do total da produção estadual (tabela 4.7). Além dos grãos, a região também se destaca como produtora de 56,4% da erva-mate produzida no Paraná, 55,6% do fumo e 18,4% da batata-inglesa. No que diz respeito à produção pecuária, observa-se que os efetivos de equinos e caprinos/ovinos destacam-se em relação à produção estadual, correspondendo, respectivamente, a 15,4% e 13,4% do rebanho estadual (tabela 4.8). O mel de abelha é o produto de origem animal com maior participação do Sudeste na produção estadual (20,6%). Além do mel, a região responde por 13,3% da lã produzida no Paraná. (IPARDES, 2004, p. 72).

Já a respeito do número de estabelecimentos rurais, manteve-se estável no que concerne aos anos censitários de 1985 e 1995. “Enquanto a média estadual registrou uma redução no número de estabelecimentos de 20,7%, a mesorregião Sudeste teve decréscimo de apenas 0,6%, no período, e exclusivamente em estabelecimentos com menos de 100 hectares, e de não-proprietários”. (IPARDES, 2004, p. 66).

Nessas localidades rurais, o abastecimento de água ainda é bastante incipiente, de modo geral. De acordo com o IPARDES (2004, p. 48), até os anos 2000:

⁹⁴ Ressaltamos que o critério para a montagem do banco VARLINFE não foi esse citado, mas sim o número de eslavos que colonizaram as comunidades. No entanto, nesta pesquisa, essa característica do banco se faz relevante pelo fato de que a ruralidade é um aspecto bastante relacionado ao fenômeno linguístico em análise

Apenas 4 municípios registram proporção de domicílios atendidos superior à média estadual (19,5%). No patamar mais elevado, em termos regionais, encontram-se Rebouças (39,9%), Imbituva (33,8%) e Fernandes Pinheiro (33,0%). Para um grande número de municípios a abrangência desse serviço é bastante restrita. Em situação de menor cobertura estão 6 municípios para os quais a abrangência desse atendimento não atinge 10% do total de domicílios; no limite inferior encontram-se os municípios de São Mateus do Sul (1,5%) e Porto Vitória (2,7%). (IPARDES, 2004, p. 48)

A partir dessas informações gerais da mesorregião Sudeste do Paraná, precisamos fazer um breve apanhado sobre cada um dos municípios contemplados no banco VARLINFE.

2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LOCALIDADES INVESTIGADAS

Das localidades em investigação, todas apresentam características rurais (inclusive porque as entrevistas foram feitas somente em zonas rurais) e a presença de imigrantes escravos, mas trataremos especialmente, nesta subseção, sobre suas particularidades, iniciando-se pelo município mais populoso entre os sete investigados.

2.4.1 Irati

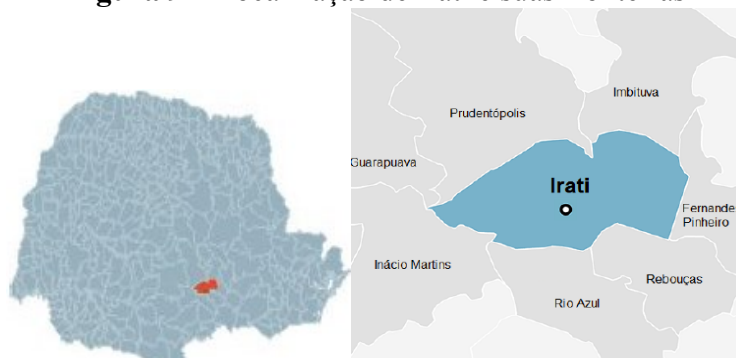
Apresentando a população de 56.207 pessoas, conforme o último censo (até o presente momento), o gentílico para se referir aos nascidos na cidade de Irati é *iratiense*. O significado de “Irati”, de acordo com Aguilera (1996, p. 81), é o “nome de uma variedade de abelhas encontrada na região, em guarani significa ‘terra de bastante mel’”. Não à toa, a cidade é conhecida pela produção de mel, sendo a agropecuária sua principal atividade econômica, o que lhe imprime, portanto, uma forte característica rural. Anualmente, é feita a “Festa do Pêssego”, momento em que agricultores trazem seus produtos e os vendem nos dias de comemoração.

Trata-se de uma cidade onde a cultura polonesa é predominante, embora tenha recebido levadas de imigrantes ucranianos, holandeses, italianos e outros. No bairro Riozinho (um pouco afastado do centro da cidade), está situada a UNICENTRO (*campus* Irati), de modo que, atualmente, verifica-se a presença de estudantes universitários advindos de outras regiões do Paraná e do Brasil.

Segundo Loregian-Penkal, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013), na região onde se encontra hoje Irati, estava a vila de Covalzinho, que foi cortada por uma estrada de ferro Rio Grande do Sul – São Paulo em 1890 e elevada a distrito de Iraty em 1907. Conforme o censo

do IBGE, o município apresenta 21,3% de urbanização de vias públicas, além 73,6% de esgotamento sanitário adequado.

Figura 9 – Localização de Irati e suas fronteiras



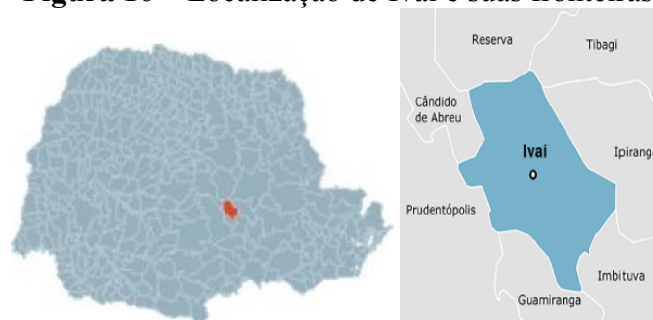
Fonte: IPARDES – Irati (2018, p. 1)

2.4.2 Ivaí

O município de Ivaí, por sua vez, é bem mais jovem que Irati, sendo criado em 1962, de acordo com Loregian-Penkal, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013) e apresenta população aproximada de 12.815 pessoas (IBGE). Recebeu imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos, também apresentando fortes características rurais.

De acordo com o censo, Ivaí tem apenas 14,5% de urbanização de vias públicas e tão somente 27,6% de esgotamento sanitário adequado, o que revela seu alto grau de ruralidade. A agropecuária é uma atividade econômica forte entre os *ivaienses* (gentílico que faz referência aos nascidos no município) e, dentre os principais produtos cultivados, estão o feijão e a soja.

Figura 10 – Localização de Ivaí e suas fronteiras



Fonte: IPARDES – Ivaí (2018, p. 1)

Por estar mais ao norte da mesorregião Sudeste, não faz fronteira com Irati, mas sim com Prudentópolis e outras cidades da mesorregião Sudeste (Imbituva e Guamiranga), estando também mais longe da capital paranaense (210 quilômetros).

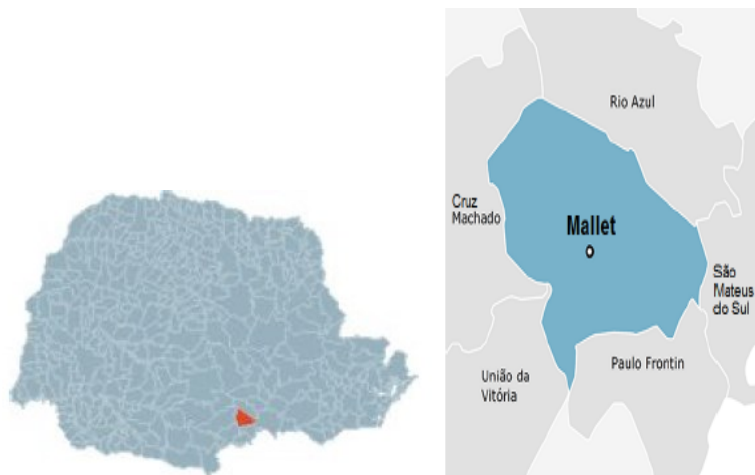
2.4.3 Mallet

A cidade de Mallet é marcada pela forte colonização polonesa e ucraniana, constituindo-se numa localidade mais antiga por conta da fundação de comunidades eslavas já em fins do século XIX. O estudo de Wouk (1981), por exemplo, foi feito na comunidade de Dorizon, pertencente a Mallet, assim como a de Rio Claro (cuja presença polonesa é muito significativa). De acordo com Loregian-Penkall, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013), o município recebeu este nome em homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet e foi elevado a município (com este nome) em 1921.

Assim como nas demais cidades já descritas, a principal atividade econômica dos *malletenses* (gentílico usado para os nascidos ali) é a agropecuária. Apresentando aproximadamente 12.973 habitantes (IBGE), faz divisa com Rio Azul e Cruz Machado (cidades do banco VARLINFE) e encontra-se a aproximadamente 230 quilômetros da cidade de Curitiba.

Precisamos levar em conta, porém, que as entrevistas do banco VARLINFE foram feitas na área rural das cidades, distanciando-se ainda mais da capital paranaense. Além disso, o acesso às localidades era bastante dificultoso, com estradas de chão, que podem aumentar ainda mais a quilometragem.

Figura 11 – Localização de Mallet e suas fronteiras



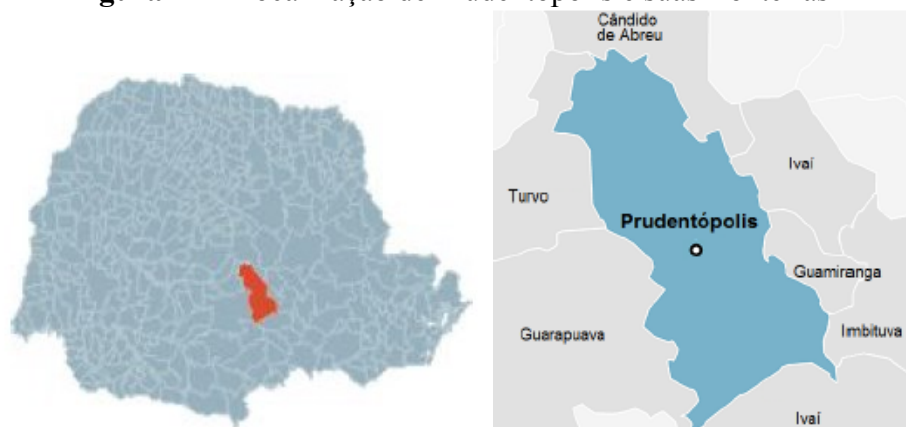
Fonte: IPARDES – Mallet (2018, p. 1)

A respeito da urbanização de vias públicas, a cidade apresenta um dos menores índices da região, com apenas 11,6%, assim como somente 22,7% de esgotamento sanitário, conforme revela o último censo do IBGE.

2.4.4 Prudentópolis

A aproximadamente 203 quilômetros da capital do estado, conhecida pelo seu potencial turístico devido ao grande número e tamanho de suas cachoeiras, a cidade de Prudentópolis apresenta presença significativa de eslavos, sobretudo de ucranianos. Por conta disso, foi foco de alguns estudos linguísticos, históricos e antropológicos, como a pesquisa sobre bilinguismo de Ogliari (1999) e também o estudo antropológico de Guérios (2007) – e, recentemente, de Smaha (2018).

Figura 12 – Localização de Prudentópolis e suas fronteiras



Fonte: IPARDES – Prudentópolis (2018, p. 1)

Consoante Loregian-Penkal, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013), trata-se da cidade com maior número de ucranianos no país e na América Latina, estando seguida pela Argentina. Ainda segundo os autores, o nome da cidade foi dado em 1906 em homenagem ao presidente Prudente de Moraes, e, de acordo com o IBGE, o gentílico para os nascidos na localidade é *prudentopolitano*.

Com a população aproximada de 48.792 habitantes (IBGE), localiza-se na fronteira com a mesorregião Centro-sul (por estar ao lado de Guarapuava, pertencente a tal mesorregião), mas também faz fronteira com cidades do Sudeste do Paraná, como Ivaí, Guaramiranga e Imbituva.

No que tange à taxa de urbanização de vias públicas, apresenta um número de 22,2%, ao passo que a taxa de esgotamento sanitário é um tanto mais alta, atingindo o número de 41,3%, dados que revelam sua característica ainda bastante rural.

2.4.5 Rebouças

Atualmente com o número aproximado de 14.176 habitantes, Rebouças recebeu esse nome em homenagem ao engenheiro Antonio Rebouças, que havia supervisionado a construção de uma ferrovia naquela localidade, de acordo com Loregian-Penkal, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013).

Figura 13 – Localização de Rebouças e suas fronteiras



Fonte: IPARDES – Rebouças (2018, p. 1)

Como se pode observar, a cidade de Rebouças está bem centralizada no Sudeste do Paraná, fazendo fronteira com cinco cidades dessa mesma mesorregião – Irati, Fernandes Pinheiro, São João do Triunfo, Rio Azul e São Mateus do Sul. Assim como nas demais localidades da mesorregião, os *reboucenses* (gentílico para se dirigir aos nascidos na cidade) estão inseridos num contexto rural, em que a taxa de urbanização das vias públicas é de 12%, mas o esgotamento sanitário adequado já atingiu um número de 55%, relativamente alto se comparado a outros municípios, como Mallet e Ivaí.

Embora seja uma cidade relativamente antiga (instituída como município em 1930) e a presença eslava seja marcante, ainda não foram feitos tantos⁹⁵ estudos de caráter etnográfico neste município, de modo que nossa pesquisa poderá contribuir trazendo análises de elementos linguísticos da localidade.

Recentemente, Costa e Cotovicz (2015) fizeram uma investigação com o título “Notícias de uma sobrevivente: a variante rótica vibrante múltipla alveolar em Rebouças, PR”, o que revelou a presença de uma variante conservadora do português brasileiro, ainda muito

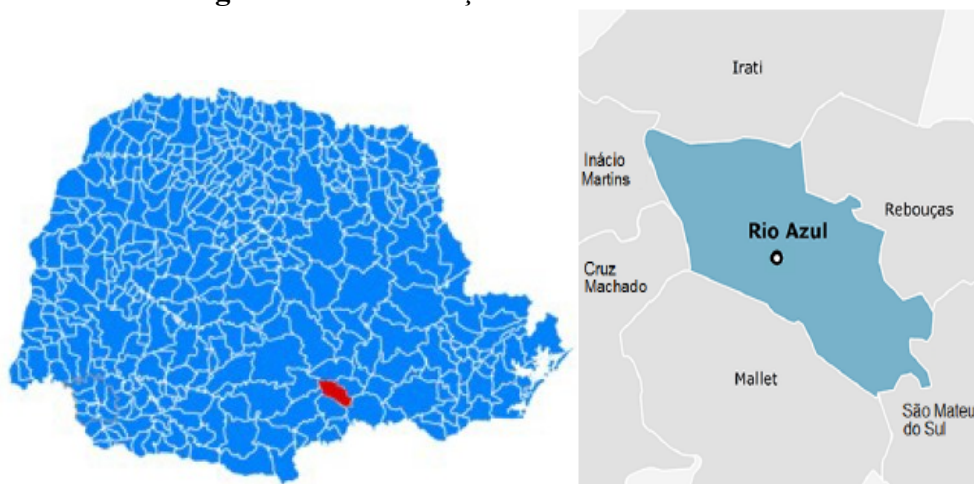
⁹⁵ Pesquisadores e alunos do NEES têm se debruçado em fazer pesquisas relativas a este município.

utilizada no município. Isso nos traz fortes indícios de que a localidade em questão se constitua numa “ilha de conservadorismo linguístico”, e esse aspecto será retomado no Capítulo IV.

2.4.6 Rio Azul

Rio Azul é um município que, conforme Loregian-Penkall, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013), foi inicialmente chamado de Roxo Roiz, depois Marumby e, por fim, em 1929, recebeu a denominação de “Rio Azul”. Foi colonizado por poloneses e ucranianos que ali chegaram no começo do século XX e apresenta, hodiernamente, um número aproximado de 14.093 habitantes.

Figura 14 – Localização de Rio Azul e suas fronteiras



Fonte: IPARDES – Rio Azul (2018, p. 1-2)

Trata-se de uma localidade cuja principal atividade econômica é a agropecuária, mas sua taxa de urbanização de vias públicas não é tão baixa como em outros municípios da mesorregião, atingindo um número de 31,5%. Também a taxa de esgotamento sanitário adequado é de 48,2%.

Os *rio-azulenses* (gentílico para seus cidadãos) estão a aproximadamente 183 quilômetros de Curitiba, e a localidade faz divisa apenas com municípios da mesorregião Sudeste: Irati, Inácio Martins, Cruz Machado, Mallet, São Mateus do Sul e Rebouças.

2.4.7 Cruz Machado

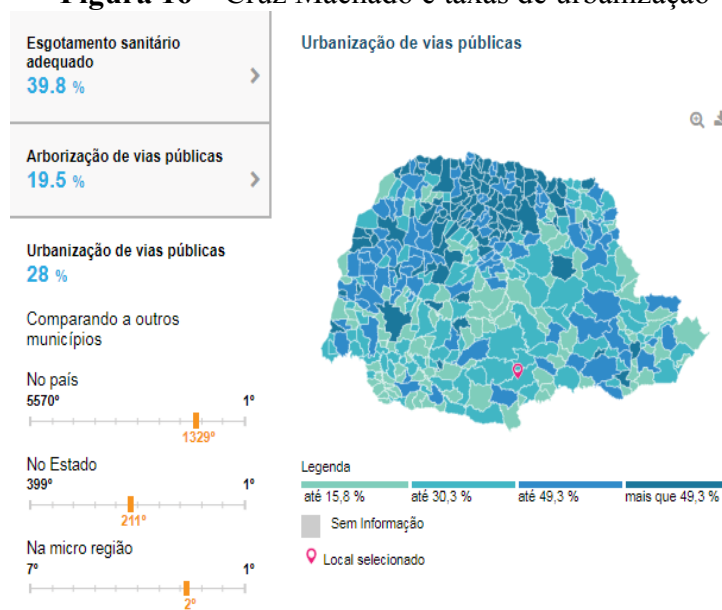
Como já especificado nesta pesquisa, o município de Cruz Machado foi o último a ser inserido no banco VARLINFE, havendo menos descrições sobre ele já publicadas. Segundo o IBGE, a sua população registrada no último censo foi de 18.040 pessoas.

Figura 15 – Localização de Cruz Machado e suas fronteiras

Fonte: IPARDES – Cruz Machado (2018, p. 1)

O gentílico para os cidadãos nascidos na localidade é *cruz-machadense*, conforme apontamento do IBGE, e **está distante aproximadamente 290 quilômetros de Curitiba**, em muita proximidade ao estado de Santa Catarina. Localizado mais ao sudoeste dentro da mesorregião, o município faz divisa com União da Vitória, Mallet, Rio Azul, Inácio Martins, Bituruna e Pinhão.

No concernente a suas taxas de urbanização, esgotamento sanitário adequado e urbanização de vias públicas, comparativamente a outras cidades do Paraná, tem-se os seguintes resultados:

Figura 16 – Cruz Machado e taxas de urbanização

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cruz-machado/panorama>

A partir disso, percebe-se que a cidade apresenta uma baixa taxa de urbanização, mas se encontra na posição 211ª em relação às demais 399 cidades paranaenses, isto é, numa posição mediana. Quanto ao esgotamento sanitário adequado, expõe um número de 39,8%, revelando que ainda há muitas áreas sem esgotamento básico.

Sobre sua fundação, o IBGE aponta que o município de Cruz Machado foi um núcleo colonial eslavo (com predominância de poloneses) organizado e fundado pelo Governo Federal. Em 19 de dezembro de 1910, fundou-se o Núcleo Colonial Federal “Cruz Machado”, o qual foi elevado a município somente em 1951, e recebeu essa denominação em homenagem ao Senador do Império, Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado, por ter desempenhado um papel relevante para os interesses da região.

A atividade agropecuária é a principal fonte de renda dos *cruz-machadenses*, com foco na produção de milho e feijão (e menor produção de soja, se comparado a outros municípios da mesorregião).

2.4.8 Considerações finais sobre os municípios do banco-base VARLINFE

A breve descrição dessas localidades pertencentes ao banco VARLINFE tem por propósito fazer relações com os futuros resultados da pesquisa, de modo a, qualitativamente, comparar resultados de cada um dos municípios a partir de suas *taxas de urbanização*.

Resumidamente, em relação a esse aspecto, os municípios podem ser ranqueados na seguinte ordem: 1) Rio Azul (31,5%); 2) Cruz Machado (28%); 3) Prudentópolis (22,2%); 4) Irati (21,3%); 5) Ivaí (14,5%); 6) Rebouças (12%); e 7) Mallet (11,6%).

Isso nos parece estritamente necessário em decorrência de o fenômeno linguístico desta investigação estar bastante relacionado ao contexto rural e também pela nossa hipótese de que as formas não-padrão conservadoras estariam mais presentes em localidades com relativo isolamento linguístico (cf. Capítulo III e IV).

2.5 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, fizemos um epítome teórico de alguns conceitos corolários à Teoria da Variação e da Mudança de estrita importância para nossa pesquisa, como *comunidade de fala*, *redes sociais* e *comunidade de prática*. Partindo dos teóricos em que nos baseamos para tratar sobre esses temas, amparamo-nos na metáfora das “bonecas russas” (GUY, 2000) para

considerar a existência de uma macrocomunidade linguística (Sudeste do Paraná) composta por microcomunidades (municípios da mesorregião).

Verificamos, com base na discussão teórica sobre *comunidade de fala* que um estudo de um fenômeno variável (ou de um rol de fenômenos) pode revelar a existência de mais que uma *comunidade de fala*, de maneira que a delimitação dessa(s) comunidade(s) só poderá ser bem definida *a posteriori* no capítulo analítico, com base nos resultados quantitativos e qualitativos. Como aponta Vanin (2008, p. 153), “o conceito de comunidade de fala é uma elaboração metodológica e, como tal, deve ser construído de forma *ad hoc*, isto é, conforme as necessidades e no momento da pesquisa, atentando-se para os tipos possíveis de ‘comunidade’.”

Já os conceitos de *redes sociais* e *comunidade de prática*, embora coadjuvantes, são importantes para a composição de nosso grupo de fatores externos, como ‘grau de localismo’ e ‘grau de mobilidade’ (os quais serão retomados no Capítulo VI).

Tomamos como base e inspiração o estudo de Labov em Martha’s Vyneyard, uma de suas primeiras pesquisas sociolinguísticas, localidade de característica rural e de certo isolamento linguístico. Muitas pesquisas sociolinguísticas subsequentes de Labov dedicaram-se à descrição de realidades urbanas, tendência que tem sido adotada por inúmeros sociolinguistas.

Defendemos, porém, que é preciso haver um olhar também para a variação no âmbito rural, uma vez que o *Sudeste* paranaense (onde ficam as cidades componentes do banco VARLINFÉ – amostra desta pesquisa) é a mesorregião menos urbanizada de todo o estado do Paraná, apresentando fortes características de ruralidade e certo isolamento das zonas rurais em relação às urbanas. Por fim, para contextualizar o leitor acerca da ruralidade como atributo saliente à fala do banco VARLINFÉ, fizemos uma breve descrição geográfica, social e econômica da mesorregião *Sudeste* e de cada uma das sete cidades que compõem tal banco.

Tendo já estabelecido a descrição geográfica, social e econômica da *comunidade de fala* investigada, partimos, no próximo capítulo (III), para a descrição do estado da arte do fenômeno linguístico por nós analisado, considerando que se trate de algo comum à fala rural, a fim de, no capítulo IV, fazermos uma relação mais sólida deste objeto de estudo com a ruralidade.

CAPÍTULO III

“JOGUEMO TREIS JOGO, NÉ, PERDIMO UM, EMPATEMO UM E GANHEMO OTRO”: O FENÔMENO LINGUÍSTICO VARIÁVEL EM INVESTIGAÇÃO



3 “JOGUEMO TREIS JOGO, NÉ, PERDIMO UM, EMPATEMO UM E GANHEMO OUTRO”⁹⁶: O FENÔMENO LINGUÍSTICO VARIÁVEL EM INVESTIGAÇÃO

3.1 PALAVRAS INICIAIS

Demoremo, mas cheguemo/ Nós semo caipira memo/ Semo porque semo/ E também porque queremos (“Semo porque semo”, João Carreiro e Capataz, grifos nossos. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/joao-carreiro-capataz/1995420/>. Acesso em: 20 de fev. 2020).

A letra desta canção mostra um falar típico de uma variedade rural brasileira, a qual apresenta um conjunto de características linguísticas próprias que permitem à sociedade identificar os sujeitos pertencentes aos grupos sociais que se utilizam dela. Dentre esses traços linguísticos rurais, a concordância verbal em 1ª pessoa do plural não-padrão (na qual há a alteração da vogal /a/ para /e/, bem como de /e/ para /i/) – como alternância vocálica antecedente ao sufixo de PN /mos/ – é um traço que se destaca no cômputo de elementos linguísticos que identificam essa variedade.

Neste capítulo, fazemos a descrição desse fenômeno linguístico, contemplando também um dos objetivos mencionados na Introdução, a saber: investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico.

Para tanto, primeiramente trazemos à tona a visão de algumas gramáticas prescritivas, descritivas e históricas acerca das formas verbais que nos interessam. Depois, explicitamos um conjunto de estudos⁹⁷ dedicados ao tema (ou que o mencionaram de alguma forma, considerando-se que não há muitas pesquisas dedicadas profundamente à alternância vocálica entre as vogais temáticas /a/ e /e/, bem como /e/ e /i/ anterior ao sufixo de pessoa e número /mos/).

Na sequência, abordamos com detalhes um artigo de Svobodová (2017) sobre este objeto linguístico no país europeu, o qual traz um compilado de dialetólogos portugueses que encontram tal uso em regiões lusitanas (cf. capítulo IV). Para além do mapeamento de uso, a autora traz reflexões teóricas importantes para a sua explicação, as quais são mencionadas e levadas em conta nesta pesquisa (cf. capítulo VIII).

⁹⁶ Frase proferida por informante de Irati, sexo masculino, ensindo fundamental I, mais jovem.

⁹⁷ Muitos desses estudos foram publicados pela autora desta tese, algumas vezes em parceria com alguns pesquisadores. Temos nos dedicado a estudar este fenômeno desde 2013 e tentar trazer descrições mais substanciais, haja vista a escassez de estudos no Brasil sobre o tema.

Por fim, fechamos o capítulo com as “Palavras finais”, retomando o objetivo específicos e as principais características do objeto linguístico mapeadas neste capítulo.

3.2 DESCRIÇÃO GERAL DA NEUTRALIZAÇÃO VERBAL NO BRASIL E DA OPOSIÇÃO DISTINTIVA EM PORTUGAL

No que se refere ao português europeu (PE) padrão, Câmara Jr. (2010 [1970]) afirma existir uma diferença de nasalização da VT (vogal temática) para os contextos de *presente* (*plantamos*), e um traço não nasalizado⁹⁸ da VT nos casos de *pretérito perfeito* (*plantámos*), pertinentemente à 1ª conjugação.

A existência dessa distinção entre as formas terminadas em *-ámos* e *-amos* é descrita em outras obras que tratam sobre o português europeu e o português brasileiro, como Teyssier (1976, 1997) e Bechara (2007), inclusive aparecendo, também, em gramáticas bastante antigas como a de João de Barros (1540), assim como a obra de Feijó (1818).

O primeiro desses autores citados traz a seguinte descrição:

Na conjugação em –ar, nós opomos –amos no presente e –ámos no pretérito perfeito, por exemplo: *cantamos* (nós cantamos) e *cantámos* (nós cantamos ontem). No Brasil, a oposição –amos (presente) e –ámos (pretérito perfeito) não existe. Nós escrevemos *cantamos* nos dois tempos, como pronunciamos. (TEYSSIER, 2002 [1976], p. 54, tradução nossa).

Isso também é mencionado por Teyssier (1976, 1997) no seu “Manual de Língua Portuguesa”⁹⁹ e no livro “História da Língua Portuguesa”, em que o autor explica se tratar de um “aspecto inovador da fonética brasileira”, considerando-se a comparação com o país europeu:

Na pronúncia corrente (há, no entanto, exceções) não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados das vogais tônicas *a*, *e*, e *o* seguidas de uma consoante nasal: ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado. Diz-se *cantamos* com [ã] no perfeito como no presente. [...] Em síntese, as oposições fonológicas que existem em Portugal, para essas três vogais, entre o timbre aberto e o

⁹⁸ Acreditamos que a diferença entre *-ámos* e *-amos* não se dê somente pela nasalização, mas sim pela produção distinta das vogais, sendo a primeira produzida como [a] e a segunda como [ẽ]. Ou seja, trata-se de vogais diferentes.

⁹⁹ “Dans la conjugaison en –ar on oppose *-amos* au présent et *-ámos* au parfait, ex. *cantamos* (« nous chantons », *cantámos* (« nous avons chanté »). Au Bresil, l’opposition –amos (présent) et –ámos (parfait) n’existe pas. On écrit *cantamos* aux deux temps, comme on prononce.” (TEYSSIER, 2002 [1976], p. 54).

timbre fechado, neutralizam-se no Brasil diante de consoante nasal. (TEYSSIER, 1997, p. 102).

A diferença existente entre PE e PB é a existência de *neutralização* temporal no português brasileiro padrão em 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª conjugação, e as duas formas são consideradas padrão nos manuais de gramática (cf. BECHARA, 2008) do PB.

Essa diferenciação, no entanto, não é mencionada por Mira Mateus et al (2003) quando a autora trata sobre as variações entre a variedade do português europeu e a do português brasileiro, talvez pelo fato de não se tratar de algo tão saliente, até mesmo porque, como já mostram Câmara Jr (1970) e Bechara (2008), essa diferenciação ocorre no dialeto lisboeta¹⁰⁰. Também na parte em que trata sobre verbos, o manual de gramática de Mateus et al (2003) não aborda esta questão, embora o uso das formas na escrita de todo o manual obedeça a este padrão do uso de *-amos* para presente e *-ámos* para *pretérito perfeito*.

Mas tal neutralização é descrita por Cardeira (2006) como uma “inovação” no Brasil: “Inovação é, também a neutralização da oposição entre vogal aberta e fechada que distingue, no Português europeu, o presente do perfeito (cantamos / cantámos) ou o [ɛ] de pregar (resultante da crase) ao [i] de pregar (cant[ẽ]mos, pr[e]gar no Brasil).” (CARDEIRA, 2006, p. 94)

Buscando-se verificar o registro dessa diferenciação temporal em manuais de gramática mais antigos, verificamos que João de Barros (1540), ao descrever os tempos verbais no português, trata do modo Indicativo como o “modo para demonstrar”, no qual estariam presentes, além de outros tempos, o “presente” e o “passado acabado” (equivalente ao “pretérito perfeito”). Segundo o autor, as conjugações dos verbos “amar”, “ler” e “ouvir” nesses tempos verbais, á época do século XVI, ficavam assim configuradas:

Tempo presente

singulár. plurár. | amo amas ama | **amamos** amáyes amam | leo les le | lemos ledes lem | ouço ouues ouue | ouuimos ouuis ouuem | sou és é | somos soes sam [...]

Tempo passado acabádo

Singulár. | amey amáste amou | ly leste leo | ouuy ouuiste ouuio| fuy foste foy
| Plurár. | **amámos** amástes amáram | lemos lestes leram
| ouuimos ouuistes ouuíram | fomos fostes foram.

(BARROS, 1540, p. 42-43)

¹⁰⁰ Durante as aulas da Professora Esperança Cardeira, que assisti na Universidade de Lisboa, na ocasião do Doutorado Sanduíche, tratamos sobre o assunto, e foi mencionado que, em Porto, por exemplo, essa diferenciação entre *-amos* e *-ámos* não ocorre. Mais tarde, pude confirmar esta informação na convivência com uma colega nascida em Porto e também quando visitei esta cidade no começo de 2019.

A partir disso, já pudemos perceber que esta diferenciação da norma padrão nos moldes do português europeu já foi prescrita há mais de cinco séculos, embora tenhamos dúvidas de que tenha ocorrido na fala em todas as localidades onde se fala português e também por tantos anos.

Tentando encontrar mais respostas sobre essa diferenciação ortográfica, verificamos a existência dessa diferenciação na obra de João de Moraes Madureira Feijó, intitulada “Ortographia ou a arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza” (1818). Em tal obra, o autor aborda sobre os modos e tempos verbais, explicando que “os tempos são três, *Presente*, em que estamos; *Pretérito*, que já passou; e *Futuro*, que ainda há de vir.” (FEIJÓ, 1818, p. 150, grifos do autor). Mais a frente, o autor trata sobre as conjugações de verbos irregulares de 1ª conjugação e descreve os verbos *ensinar* e *amar*. No *presente do indicativo*, ambos ficam com terminação –amos (ensinamos e amamos), porém, no tempo “perfeito”, aparece a forma “ensinâmos” (com acento circunflexo. A maneira como a forma foi escrito nos gerou dúvidas sobre a pronúncia no *pretérito perfeito*.

Figura 17 – Conjugações de verbos regulares na obra “Ortographia ou a arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza” (1818)

Verbos Regulares.

28 Verbos Regulares são aquelles que tem regrá na sua conjugação, que he conservar em todos os tempos, e pessoas as syllabas iniciaes, que tiverem no infinito, e so mudam a ultima. V. g. *Ensuar*, este verbo principia pelas syllabas *En*, e *si*, e acaba em *ar*, se em todos os tempos, e pessoas do indicativo, e mais modos, conservar as syllabas *Ensi*, e variar so nas que se seguirem, he verbo regular, porque segue sempre a mesma regra da sua conjugação, deste modo.

| <i>Ensinar, Amar.</i> | <i>Perf.</i> | <i>Plusq. perf.</i> |
|--------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| <i>Indicat. Present.</i> | Eu ensinei. Amei. | Eu ensinára. Amara. |
| Ensino. Amo. | Tu ensinaste. &c. | Tu ensináras &c. |
| Ensinas. Amas. | Elle ensinou. | <i>Ou.</i> |
| Ensina. Ama. | Nós ensinâmos. | Eu tinha ensinado. |
| Ensinamos Amamos. | Vós ensinastes. | Amado. |
| Ensinais. Amais. | Elles ensináram. | Tu tinhas ensinado |
| Ensinam. Amaô. | <i>Ou.</i> | &c. |
| <i>Imperf.</i> | <i>Pelo verbo auxiliar.</i> | <i>Fut. imperf.</i> |
| Eu ensinava. Amava. | Eu tenho ensinado; | Eu ensinarei. Amarei. |
| Tu ensinavas &c. | Amado &c. | Tu ensinarás &c. |
| | Tu tens ensinado &c. | |

Fonte: Feijó (1818 [1738], p. 155)

Como podemos perceber na Figura 17, a forma “ensinâmos”, em 1ª pessoa do plural, está com acento circunflexo, que indica a pronúncia não aberta da vogal; ao passo que a forma de 3ª pessoa do plural, “ensináram”, aparece grafada com acento agudo, indicando uma abertura

da vogal. Ou seja, a descrição de Feijó (1818) parece dar indícios de que a distinção entre a vogal /a/ aberta e fechada para a diferenciação entre os tempos presente e passado, respectivamente, já não parecia ser tão comum em Portugal no século XIX.

Também Vasconcelos (1901) já apontava para “hesitações” no que se refere às formas verbais de 1ª pessoa nesses dois tempos verbais, revelando, inclusive, um uso oposto do que se descreve na norma padrão do PE:

Presente do Indicativo: Há muitas hesitações. No norte de Trás-os-Montes, a gente diz, na 1ª conjug. *-amos*, ex. *Ama-mos* < 1. *amus*; em uma grande parte do país, no Norte, assim como no Sul, nós dizemos *-emos*, ex. *amemos*, – pode ser por influência de *temos* (e também *havemos*), que tem um emprego mais frequente na conjugação perifrástica. No Minho, nós podemos ouvir *-ámos*. – Nas outras conjugações, não há nada a observar. (Em Batalha, eu já ouvi *descimus*). [...] Pretérito Perfeito: No Norte e no Centro, a terminação *-emos* (*-êmos*, *-émos*, *-iêmos*, de acordo com as leis fonética) é mais frequente na 1ª conjug., por analogia com a 1ª pessoa do singular. (*-ei*): < < *lat- amus* (*-auimus*). Em Androal, dizemos: *-ámos*, como na linguagem literária. Exs.: *amemos*, *amámos*¹⁰¹. (VASCONCELOS, 1970 [1901], p. 111-112, tradução nossa).

Apesar dessas divergências nas descrições, as formas verbais de 1ª conjugação canônicas prescritas pela norma padrão (e, inclusive, pelo “Novo Acordo Ortográfico”) seriam as seguintes:

Verbos de 1ª Conjugação

FORMAS CANÔNICAS

1a. Nós sempre *cantamos*. (*Presente do indicativo*)

1b. Ontem, nós *cantamos/cantámos*. (*Pretérito perfeito do indicativo*).

Já no que concerne à 2ª conjugação, haveria *neutralização*¹⁰² – em similaridade à norma padrão do PB – também no PE (como na forma *lemos*, por exemplo).

¹⁰¹ **Présent de l'indicatif:** Il y a plusieurs hésitations. Au Nord de Trás-os-Montes, on dit, à la 1ª conjug. *-amos*, ex. *Ama-mos* < 1. *amus*; dans une grande partie du pays, au Nord, aussie bien qu'au Sud, on dit *-emos*, ex. *amemos*, – peut-être sous l'influence de *temos* (et aussi *havemos*), qui est d'un emploi si fréquent dans la conjugaison périphrastique. Dans le Minho, on peut entendre *-ámos*. – Dans les autres conjugaisons, il n'y a rien à observer. (À Batalha j'ai entendu *descimus*). [...] **Parfait:** Dans Le Nord e dans le Centre, la terminaison *-emos* (*-êmos*, *-émos*, *-iêmos*, d'après les lois phonétique) est très fréquente dans la 1ª conjug., par analogie avec la 1ª personne du sing. (*-ei*): < < *lat- amus* (*-auimus*). A l'Androal on dit: *-ámos*, comme dans le langage littéraire. Exs.: *amemos*, *amámos*. (VASCONCELOS, 1970 [1901], p. 111-112).

¹⁰² “Neutralização” é um termo amplamente utilizado nas áreas de Morfologia e Fonologia e será descrito em seção subsequente.

PORTUGUÊS EUROPEU PADRÃO

(1) Verbos de 1ª Conjugação

- 1a. Nós *plantamos* a toda estação. (*Presente do Indicativo*)
- 1b. No mês passado, nós *plantámos*. (*Pretérito Perfeito do Indicativo*).
- 1c. É necessário que nós *plantemos*. (*Presente do subjuntivo*)

(2) Verbos de 2ª Conjugação

- 2a. Nós *comemos* à noite toda quarta-feira. (*Presente do Indicativo*)
- 2b. Ontem, nós *comemos* à noite. (*Pretérito Perfeito do Indicativo*).
- 2c. É necessário que nós *comamos*. (*Presente do subjuntivo*)

Nesse caso, como a pronúncia para cada contexto seria diferenciada, as formas verbais de *presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo* também podem ser distintas na sua ortografia, colocando-se acento na forma verbal que diz respeito ao pretérito perfeito, como mostra Câmara Júnior (2010 [1970], p. 42).

[...B]aseados nessa pronúncia normal (lisboeta), os modernos fonólogos europeus, como Helmut Lüdte e Jorge Morais Barbosa (Barbosa 1965, 58s), estabelecem dois fonemas /a/ em português europeu (/a/ levemente anterior e claro, substituído na pronúncia normal brasileira pela variante posicional [â], levemente posterior e abafado diante de consoante nasal da sílaba seguinte) e /â/, justamente, que aí pode, ou não, aparecer, formando oposição com /a/. O exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre –ámos (terminação do pretérito perfeito: “ontem cantamos”) –amos (terminação no presente: “cantamos agora e sempre”).

Essa distinção fonética e ortográfica, motivada pelos contextos de temporais, é registrada também no “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” (2008). Para Bechara (2008, p. 31), é facultativo colocar acento agudo nas formas verbais de “pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português”.

Em relação a esse mesmo aspecto, Huber (1986 [1933], p. 240, grifo nosso), explica que as formas verbais no definido, equivalente ao *pretérito perfeito do indicativo*, em 1ª conjugação, apresentam o seguinte paradigma:

- I -ar
1. cantei
2. cantaste
3. cantou
4. **cantámos**
5. cantastes
6. cantarom (-am).

Ou seja, o autor demonstra existir uma forma verbal variada para cada contexto temporal, isto é, *cantamos* no presente, e *cantámos* no pretérito perfeito, com acento agudo, e essa distinção é tratada como normal e sistemática. Ademais, Castilho (1992, p. 246) trata das diferenças entre o PB e o PE ao mencionar que: “o PB não opõe timbres fechados da vogal a seguida de nasal: cf. PB presente e pretérito *cantamos*; PP [português de Portugal] presente *cantamos* / pretérito *cantámos*”.

Embora não mencione o fenômeno especificamente, a “Gramática Histórica da Língua Portuguesa” (1931), de Said Ali, ao abordar Pretérito Perfeito do Indicativo, cita a terminação *-ámos* como típica para a 1ª conjugação na 1ª pessoa do plural.

Porém, o dialetólogo Boléo (1943) não considera que esse uso distintivo entre as formas seja tão congruente em Portugal como descrevem as gramáticas.

Afirma-se, em livros brasileiros, que no Brasil se pronuncia tanto o *a* da primeira pessoa do plural do indicativo presente dos verbos da 1ª conjugação como o *a* da mesma pessoa do pretérito perfeito simples: “*chegámos* amanhã”, “*chegámos* ontem”, ao passo que em Portugal se abre a vogal no pretérito. Isso só é parcialmente exacto. Basta observarmos a pronúncia de algumas dezenas de pessoas das nossas relações para nos convenceremos de que há grande número de portugueses que, na fala despreocupada, não estabelece distinção entre as pessoas dos referidos tempos. Embora menos correcta, a forma *chegámos* virá possivelmente a substituir a outra, não só porque exige menor esforço muscular, mas ainda porque o *m* tende naturalmente a fechar a vogal. (BOLÉO, 1943, p. 23-24).

Observando que as palavras do dialetólogo português, verificamos que a oposição distintiva em Portugal pode ser colçada em xeque, uma vez que pode não ocorrer na fala menos monitorada.

O fato é que essa distinção não costuma ocorrer no Brasil, de tal forma que Câmara Júnior, por exemplo, opta por não considerar essa distinção no sistema fonológico vocálico do português brasileiro.

Já em um PB vernacular, principalmente no “dialeto caipira”, como ressalta Queriquelli (2016), haveria uma distinção entre as formas, realizadas foneticamente como [pes'kamɔ], para marcar o presente, e [pes'kemɔ], para marcar o *pretérito perfeito*.

Isso também é descrito por Freitag (2016, p. 903) ao afirmar que, “no nível morfofonêmico, há ainda a variação que ocorre com *nós*, como em *nós ganhamo(s)* vs. *nós ganhemo(s)*, com a última forma sendo avaliada com estigma”. Amaral (1976 [1920]) já mencionava essa variação na concordância verbal como uma das peculiaridades do *dialeto*

caipira: “nas formas do preter. perf. do indic. dos verbos em *ar*, a tônica muda-se em *e*: *trabaiêmo* = trabalhamos, *caminhêmo* = caminhamos” (AMARAL, 1976 [1920], p. 29).

Com o propósito de fornecer uma explicação teórica, Castilho (1992, p. 250) afirmou que haveria “elevação da vogal temática *a* para *e* e [de] *e* para *i* no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *fiqúemo* (por *ficamos*), *bebúmo* (por *bebemos*)¹⁰³”.

Ademais, ao tratar sobre a morfologização dos sufixos modo-temporais do latim vulgar ao português, tal linguista explica que a distinção entre os tempos verbais (ocorrida no latim vulgar) é restabelecida no português popular, “elevando a vogal temática no pretérito de C1 e C2 (cf. *amamos* ~ *amemos*, *bebemos*¹⁰⁴ ~ *bebimos*)” (CASTILHO, 2016, p. 152). Seria, então, uma nova forma verbal ou um restabelecimento da diferenciação entre contextos verbais que, no surgimento do português, acabaram se neutralizando?¹⁰⁵

Também o dialetólogo brasileiro Chaves de Melo (1946) já apresentava algumas possibilidades variantes nesses tempos verbais: [...] temos que o *indicativo presente* pode apresentar duas formas – uma para a 1ª e outra para as mais pessoas –, ou pode conter três: [...] nós ama (ou *amamo*) [...;] nós veve (ou *vivemo*) [...;] nós parte (ou *partimo*) [...]. No perfeito, podem ocorrer [...] nós amô (ou *amemo*) [...;] nós viveu (ou *vivemo*) [...;] nós partiu (ou *partimo*). (CHAVES DE MELO, 1946, p. 99-100)

Ainda, segundo Gonçalves e Basso (2010, p. 190), a diferença entre os tempos gramaticais “é marcada no português brasileiro coloquial, principalmente no chamado *dialeto caipira*, através da oposição *pescamos* (presente) vs. *pesquemos* (pretérito perfeito)”.

Assim, num português mais popular e menos padrão, as mesmas formas já citadas (cf. português europeu padrão) ficariam assim configuradas:

PORTUGUÊS NÃO-PADRÃO (BRASILEIRO)

(1) Verbos de 1ª Conjugação

3a. Nós *plantamo(s)* a toda estação. (*Presente do Indicativo*)

3b. No mês passado, nós *plantemo(s)*. (*Pretérito Perfeito do Indicativo*).

3c. É necessário que nós *plante*. (*Presente do subjuntivo*)

(2) Verbos de 2ª Conjugação

4a. Nós *comemo(s)* à noite toda quarta-feira. (*Presente do Indicativo*)

4b. Ontem, nós *comimo(s)* à noite. (*Pretérito Perfeito do Indicativo*).

¹⁰³

¹⁰⁴ No texto de Castilho (2016), esta forma aparece como “bebedemos”, mas acreditamos que se trate de um pequeno desvio ortográfico não proposital.

¹⁰⁵ Julgamos importante mostrar que, no latim vulgar (que deu origem a várias outras línguas, dentre elas, o português), havia uma distinção das formas verbais em relação aos tempos de IdPr (Presente do Indicativo) e Pretérito Perfeito do Indicativo (IdPt2).

4c. É necessário que nós *coma*. (*Presente do subjuntivo*)

Precisamos esclarecer que, *grosso modo*, para a descrição desse fenômeno linguístico no português brasileiro, muitos pesquisadores aderem à terminologia e à descrição morfológica de Câmara Júnior – vertente estruturalista. Assim sendo, por trazermos pesquisas que se utilizam dessa teoria, os termos técnicos utilizados neste capítulo estão de acordo com a abordagem dos autores citados.

3.3 ESTUDOS SOBRE A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA PRECEDENTE AO SUFIXO DE PN NA PRIMEIRA PESSOAL DO PLURAL: BRASIL E SUAS FRONTEIRAS

Considerando que a alteração vocálica da vogal pré-flexão de PN na 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações trata-se de um fenômeno morfofonêmico, *i.e.*, envolvendo aspectos morfêmico-morfológicos e fonético-fonológicos (FREITAG, 2016), nesta seção, fazemos uma apresentação de estudos que abordaram esse fenômeno no Brasil (fazendo algumas relações com o PE, em sua variedade rural).

Alguns pesquisadores¹⁰⁶ que afirmaram que a alternância da VT de /a/ *versus* /e/, com extensão para /e/ *versus* /i/, é estigmatizada e bastante relacionada à variedade rural, estando distanciada de variedades urbanas, foram: Amaral (1920), Frosi e Mioranza (1983), Costa (1990), Naro e Scherre (2007), Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017).

Bortoni-Ricardo (2011) opta por descrevê-lo na comunidade de fala de Brazilândia, na qual se encontra um falar “rurbano” (variedade utilizada por sujeitos que apresentavam fala rural, mas migram para um ambiente urbano e são influenciados por ele), estabelecendo uma descrição detalhada sobre a concordância não-padrão que prevalecia na localidade aliada à redução da massa fônica e também da vogal do sufixo número-pessoal *mos*, que se torna *-mu* (como nos de *falemu*, *andemu* e *paremu*, em variação a *falamos*, *andamos* e *paramos*).

Conforme a linguista, “na variedade caipira, a variante /mu/ geralmente coocorre com a mudança da vogal temática (/a/ > /e/) nos pretéritos de primeira conjugação [...]” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 235). Isso também já havia sido ressaltado por Amaral (1920), que já o registrava como algo típico do *dialeto caipira*: “nas formas do preter. perf. do indic. dos verbos em ar, a tônica muda-se em e: *trabaiêmo* = *trabalhamos*, *caminhêmo* = *caminhamos*” (AMARAL, 1920, p. 29).

¹⁰⁶ Ressaltamos que não há muitos estudos sobre o tema, de modo que algumas das pesquisas citadas serão artigos que fizemos nos últimos anos e que foram publicados recentemente – Pereira (2014), Pereira, Coelho e Loregian-Penkal (2016), Pereira e Margotti (2018), bem como Pereira (2018).

Bortoni-Ricardo (2011, p. 234) esclarece que “na variedade caipira, a variante /mu/ geralmente coocorre com a mudança da vogal temática (/a/ > /e/) nos pretéritos da primeira conjugação [...]”. Na sequência, a autora exemplifica como formas padrão as conjugações *falamos*, *andamos* e *paramos*, e, como não-padrão, *falemu*, *andemu* e *paremu*, sendo que essas últimas estariam ligadas aos contextos de pretérito.

Mas os outros pesquisadores também o registram desse modo. Similarmente, Penha (1974, p. 88) trata desse uso como algo rural: “[a] (de formas verbais da primeira conjugação) > [ê]; [aʒûtêmu] (ajuntamos), [kâtêmu] (cantamos), [levêmu] (levamos).”

Já Rodrigues (1975), a alternância vocálica, não descreve tal uso entre seus informantes, mas, ao final da obra, em que há uma transcrição integral da entrevista da informante nº 28, verificamos alguns dados desse objeto, como em: “Daí arrumaram um carrinho, pegaram eu, *levemo* na cidade, fomo aproveitar examinar eu e levar o menininho de remédio também. *Aproveitemo* batizar ele naquele dia.” (RODRIGUES, 1975, p. 200-201, grifos nossos).

No entanto, a pesquisa de Frosi e Mioranza (1983) a respeito de dialetos italianos em contato com o português, revelou o uso da forma *cantemo* para 1ª pessoa do plural do Presente do Indicativo do verbo *cantar*. Foram comparados os dialetos friulano, lombardo, trentino, vêneto e a koiné, e as pesquisadoras constataram que “a terminação da 1ª pessoa do plural, -emo deriva da influência dos dialetos vênetos (excetuando-se destes o feltrino-belunês) e do trentino” (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 310). Esse resultado contesta a hipótese de que -emo seria usado tão somente para pretérito, pois os informantes da pesquisa de Frosi e Mioranza (1983) utilizavam-no também no presente.

De modo similar, Costa (1990), cujo foco de pesquisa é o verbo na fala de camponeses do Rio Grande Sul, mais especificamente na Colônia Santo Antônio – localidade rural, de migrantes italianos de uma Colônia Velha¹⁰⁷ de Caxias do Sul, pertencente ao município de Ijuí – esclarece que a forma e-mo ocorreu “em 79.4% das ocorrências no presente do indicativo e em 90.3% dos casos de pretérito perfeito”. (COSTA, 1990, p. 127).

Para um melhor detalhamento acerca dos usos neste tempo verbal, a sistematização dos dados ficou assim configurada:

¹⁰⁷ “Colônias Velhas” são aquelas que foram as primeiras a receber os imigrantes europeus no Brasil. Havendo um fluxo remigratório desses sujeitos, fundaram “Colônias Novas” em outras localidades. Parece haver distinções interessantes entre os usos linguísticos de indivíduos oriundos de colônias velhas e novas. Pretendemos fazer um estudo, futuramente, comparando fenômenos linguísticos em *corpus* de fala de uma colônia velha (mais ao leste do Paraná) e de uma colônia nova de polono-brasileiros (mais ao oeste do PR), pois temos a hipótese de que o fluxo remigratório possibilite variações e mudanças linguísticas, além de um apagamento da língua materna europeia.

Tabela 2 – Formas flexionais usadas na concordância de 1ª pessoa do plural do presente do Indicativo em Costa (1990)

| REGULARES | ZERO | PADRÃO | -A-MO | -E-MO | -I-MO | O-MO |
|---------------|----------|-------------|-------------|------------|-----------|----------|
| 1ª conjugação | fala: 1 | falamos:3 | falamo:10 | falemo: 54 | - | - |
| 2ª conjugação | vende: 1 | vendemos:0 | - | vendemo: 9 | - | - |
| 3ª conjugação | parte: 0 | partimos:0 | - | - | partimo:3 | - |
| SER | é: 0 | somos: 2 | samo: 1 | semo: 15 | - | somo:2 |
| IR | vai: 1 | vamos:2 | vamo: 59 | - | - | vomo: 49 |
| (ES)TAR | (es)tá:1 | (es)tamos:1 | (es)tamo: 6 | temo: 34 | - | - |
| TER | tem: 2 | temos: 0 | - | temo: 50 | - | - |
| FAZER | faz: 0 | fazemos: 0 | - | fizemo: 9 | - | - |

Fonte: Costa (1990, p. 112)

Isso revelou que a forma padrão (representada por *falamos*) é utilizada raramente, pois apresentou somente três ocorrências – isto é 2,5% em relação ao total de ocorrências do verbo “falar” – e 10 dados de *-a-mo* (quase 15% das ocorrências). Há uma regularização de *-e-mo* para a 1ª conjugação em contexto de presente, enquanto esperávamos, com base nas descrições de Amaral (1920), Castilho (1992) e Bortoni-Ricardo (2011), que isso ocorresse somente em contextos de passado.

Mas o que mais nos interessa nesta tabela é a forma *falemo* e *semo*, por elas serem as únicas a apresentarem alternância vocálica antecedente ao sufixo de PN, haja vista que as demais formas (*vendemos*, *vendemo*, *temo*, *temos*, *fazemo*, *fizemo*) são verbos de 2ª conjugação cuja vogal temática é /e/ e permanecem com essa vogal. O caso de *semo*, porém, apresenta uma mudança vocálica no radical do verbo, em similaridade à sua forma no infinitivo (*ser*), enquanto a forma *falemo* ([fa'lemo]) revela a alternância da vogal temática.

Costa (1990) acrescenta que a forma *temo* ocorreu no seu *corpus*, mas nunca a forma *estemo* (como, por exemplo, em: [is'temo] ou [es'temo])¹⁰⁸. Além disso, com o verbo *fazer*, a flexão *-e-mo* ([e'mo]), sempre coocorre com a alternância vocálica do radical. Segundo ela, a forma encontrada é sempre *fizemo* ([fi'zemo]), e não *fazemo* ([fa'zemo]), tanto no presente quanto no pretérito perfeito do Indicativo. Esse é um dado bastante interessante, porque as formas padrão seriam *fazemos* para passado e *fizemos* para presente, mas o *corpus* de Costa

¹⁰⁸ Apesar de Costa (1990) não disponibilizar as transcrições fonéticas ao tratar deste tema, nós a fizemos com vistas a facilitar o entendimento do leitor sobre o que a autora estava sugerindo.

(1990) revelou que a forma padrão de passado estava sendo usada em contexto de presente. Nesse sentido, a linguista revela suas escolhas analíticas:

Como nossa intenção nessa parte do trabalho é sistematizar as tendências mais marcantes usadas para marcar a concordância para cada forma, decidimos organizar os dados referentes a cada variável da forma que nos pareceu mais clara para mostrar as tendências encontradas. Isso nos levou a agrupar na primeira pessoa do plural do presente, todas as formas em e-mo. Sabemos que essas formas em muitos verbos apresentam uma diferença grande em relação ao padrão (falamos x falemos/ estamos x temo) e que, em outros, a diferença consiste apenas na presença x ausência do -s final (vendemos x vendemos/ temos x temo). Mas achamos que a melhor forma de mostrar como os falantes fazem a concordância com a primeira pessoa do plural no presente é justamente reunir todos os usos da marca e-mo~ visto que é essa marca que mostra a tendência predominante para se marcar a concordância. Fizemos a oposição entre > três formas de marcar a concordância com a primeira pessoa do plural: tem-se primeiramente a forma padrão, depois a marca e-mo e outras marcas com índices menores de ocorrência, em que se destacam formas que se assemelham à forma padrão sem o -s final. (COSTA, 1990, p. 112-113).

A autora esclarece que a frequência do verbo “ir” (e sua referida conjugação *vamo* e *vomo*) no *corpus* acaba influenciando nos índices de ocorrência das marcas a-mo e o-mo. Então, ela explica que:

Se refizermos os cálculos eliminando-se esse verbo, **o percentual de ocorrência da flexão com e-mo se eleva para 85.8%, ou seja, fica mais evidente a predominância dessa forma como marca de concordância com a 1ª pessoa do plural no presente.** É importante destacar ainda que o fato de se ter no dialeto um uso sistemático de marcas de concordância verbo/sujeito não pode ser tomado como evidência de uma aproximação com o português padrão. (COSTA, 1990, p. 114, grifos nossos).

Como nossa pesquisa está focada na alternância da VT, formas como *falemo* são as que mais especificamente nos interessam. Notamos um número considerável de 54 ocorrências desse tipo, num total de 314, o que representa 17% do total de ocorrências, considerando todos os itens lexicais mapeados.

Esse resultado, além de trazer à tona o uso considerável de *-emo*, fornece-nos indícios de alguns elementos lexicais que possam estar relacionados ao uso de uma vogal não-padrão. Devido a essa possibilidade, iremos controlar a variável independente interna ‘item lexical’, a fim de mapearmos se existe uma possibilidade de *difusão lexical*¹⁰⁹ (cf. OLIVEIRA, 1992;

¹⁰⁹ Segundo Coelho, Görski, Nunes de Souza e May, (2015, p. 85): “O princípio da difusão lexical pressupõe que a unidade da mudança é a palavra e não o som. Nesse caso, o modelo prevê que as mudanças sonoras sejam foneticamente abruptas, mas o léxico vai ser atingido gradualmente: primeiro um item (ou classe de palavras), depois outro e assim sucessivamente”.

COELHO, GÖRSKI, NUNES DE SOUZA e MAY, 2015) para essa variação sonora. Obviamente, também consideramos que isso se deva pelos tópicos discursivos das entrevistas feitas por Costa (1990).

Precisamos esclarecer, no entanto, que a maneira como fazemos nossa análise será diferente da de Costa (1990), considerando que consistam em três questões distintas e independentes a serem consideradas: **(1)** *alternância vocálica* (de /a/ para /e/ e /e/ para /i/), o que se configura em nosso objeto de estudo nesta pesquisa, compondo as variáveis dependentes; **(2)** o uso do sufixo de PN /mo/, fenômeno que parece estar bastante aliado ao da alternância vocálica, mas é bastante generalizado em todos os tempos verbais na primeira pessoa do plural; e, por fim, **(3)** a questão do uso dos informantes, isto é, não é apenas o número de ocorrências que nos interessa, mas sim os contextos que condicionam tais usos.

Voltando à tese de Costa (1990), ao final, a autora apresenta um trecho considerável de umas das entrevistas feitas (do informante 111) e aqui iremos reproduzi-la a fim de mostrar ao leitor algumas formas verbais que nos interessam investigar:

Nós tivemo um problema muito sério, inclusive nom se *visitemo*. Tudo bem, "bom dia", "boa tarde", mas nós no nosso, ele no dele. E o primero vizinho. E ermom dele, mas a diferença é como o dia e a noite. Isso foi caso de animal. Nós tinha cerca na divisa entom nós tinha touro, eles tinha vaca, né? E sabe... o touro transitava. Entom foi ... nós *aguentemo* treze ano, treze ano nós fomo levano. Nom, ninguém incomodano, mas ele incomodano. Vivía enxeno o saco porque isso, porque aquilo. E eu sei que bem no fim o que aconteceu que ele acabou dano um tiro no nosso animal. Animal de canga. Isso foi já faz quatro ano. **Entrevistador:** Matou o boi? **111:** Nom chegô matá, mas nom deu mais pro serviço. Nós tivemo que matá. Isso que aconteceu já faz quatro ano. Nós levantava de madrugada, non se tinha congelador como agora pra guardá o leite. Entom o leiteiro vinha buscá cedo. As três hora da madrugada nós levantava e tirava o leite. Aquele dia era um luar cosa mais linda. E nós tinha os boi grande de canga no potreiro. E ele tinha vaca loquiano, né, como se diz. E o boi pulô prá lá, no potreiro dele. E a mulher lá levantou prá tirá o leite. Quando ela quis botá a vaca na estrevaria, claro, o boi se avançô, né, quis i junto. E o home se enfureceu, deu um tiro no boi. Nós vimo, tava eu co'a guria tirano o leite e vimo, né? Mas ficô. E afinal *tiremo* o leite das nossa vaca e viemo pra dentro. [...] Um belo dia ele se vingou. Eles deram uma tuzina de laço. (risos) **Entrevistador:** Surraram? **111:** Surraram ele. E o pai disse: "Porque outra coisa nem vō fazê." E deram nele. Ai que ele foi, né ... foi dá parte ... dá parte também, né e ai que ele foi... **Entrevistador:** Se juntaram quantos prá dá surra nele? **111:** Nom, só o pai e o rapaz. só os da casa. Nom chamaram ninguém. E foi ... foi ... abriu processo e tudo. Mas o pai ... foi ... foi ... bem no fim tirô o processo. No fim nós *tiremo* a cerca da divisa, *botemo* mais prá cima. Nem *plantemo* mais naquele canto que foi tirado a divisa. Agora tem bananeira plantada. (COSTA, 1990, p. 214-215, grifos nossos).

Os dados *visitemo*, *tiremo*, *aguentemo*, *botemo* e *plantemo* configuram uma amostragem considerável (pelo pequeno trecho) de como a alternância vocálica é produtiva na fala de sujeitos camponeses. Dentre esses dados, apenas *visitemo* estaria se referindo a presente, enquanto os demais parecem estar em contexto de passado.

Passando-se para a análise da autora em relação ao *pretérito perfeito do indicativo*, trazemos à vista a tabela que Costa (1990) elaborou mostrando cada um dos dados nesse contexto de passado recolhidos em sua amostra:

Tabela 3 – Formas flexionais usadas na concordância de 1ª pessoa do plural do pretérito perfeito do Indicativo em Costa (1990)

| REGULARES | ZERO | PADRÃO | A-MO | E-MO | I-MO | O-MO | U-MO |
|----------------------|-----------|-------------|----------------|-------------|-------------|----------|----------|
| 1ª conjugação | falou: 1 | falamos: 4 | falamo: 1 9 | falemo: 223 | - | - | - |
| 2ª conjugação | vendeu: 0 | vendemos: 3 | - | vendemo: 46 | - | - | - |
| 3ª conjugação | partiu: 0 | partimos: 0 | - | - | partimo: 27 | - | - |
| SER/IR | foi: 1 | fomos: 3 | - | - | - | fomo: 67 | fumo: 14 |
| TER/ESTAR | teve: 2 | tivemos: 2 | - | tivemo: 24 | - | - | - |
| FAZER | fez: 0 | fizemos: 0 | - | fizemo: 9 | - | - | - |

Fonte: Costa (1990, p. 124)

Novamente ao observarmos a forma *falemo* (que é usada como exemplo para -e-mo) verificamos um salto de ocorrências em relação às demais formas – 223. Já o número da forma mais padrão, representada por *falamos*, é expressivamente baixo, contando com apenas quatro ocorrências. A forma *falamo*, por sua vez, apresenta nove ocorrências.

Isso mostra que a forma não canônica -e-mo (*falemo*, por exemplo) entre pessoas do campo/camponeses/colonos parece ser predominante nos contextos de passado, embora não exclusiva. Um ponto de destaque é que não foi registrada nenhuma ocorrência de *falemos*, o que indica uma forte vinculação entre a alternância vocálica e a eliminação do -s de -mos.

A respeito dos resultados gerais de pretérito perfeito, a pesquisadora chegou às seguintes conclusões:

A concordância com a primeira pessoa do plural no pretérito perfeito segue exatamente as mesmas tendências observadas no presente. A presença de uma marca flexional no verbo para indicar a concordância com o sujeito chega a 99.5% das ocorrências, mas a marca padrão foi usada somente em 2.7% dos

casos. A inclusão de 5 variantes não-padrão no quadro 9 sugere a existência de uma multiplicidade de processos de variação na 1ª pessoa do plural no pretérito perfeito. Uma observação mais detalhada das variantes mostra, no entanto, que a maioria das variantes são resultado de um único processo: a ausência do -s final da variante padrão. (COSTA, 1990, p. 124-125)

Como bem ressalta a pesquisadora, parece haver mais formas não-padrão no pretérito do que no presente, como é o caso da forma *fumo*, que, segundo a autora, não é algo exclusivo da fala de ítalo-brasileiros, mas sim uma característica rural. Estamos concordes em relação a isso, porque já observamos a ocorrência dessa forma em trechos de fala de informantes do banco VARLINFÉ:

(12) Ininteligível] três jogo, *perdimos* três ano passado i...depois que no final que nós *fumo* ganhando, que não caiu. (IRA, mas, fund. I, mais jovem)

A alternância vocálica de *fomo* ~ *fumo*¹¹⁰, todavia, tem natureza diferente da alternância de *falamo* ~ *falemo*, pois, no primeiro grupo de formas variantes, a alteração vocálica se dá no radical do verbo, ao passo que no segundo grupo, a variação ocorre na vogal temática. Seria um caso similar ao da forma *semo*, inclusive por se tratar do mesmo verbo em alguns contextos (verbo *ser* no infinitivo, que é, inclusive, bastante irregular). Além disso, essa alternância de *fomo* ~ *fumo* está no parâmetro de verbos irregulares, e *falamo* ~ *falemo*, no espectro de formas verbais consideradas regulares.

A pesquisa de Costa (1990), portanto, trouxe dados e constatações muito interessantes para pensarmos nosso fenômeno linguístico, embora a alternância vocálica na VT antecedente ao SNP de P4 não fosse o foco de sua análise.

Também Zilles, Maya e Silva (2000) investigaram a concordância verbal na P4 comparando-se as comunidades de fala de Panambi (mais rural) e Porto Alegre (mais urbano)¹¹¹. A variável dependente foi composta pela DNP-P4 (desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural) padrão (-mos) e pelas DNP-P4 não-padrão (-mo e zero), e foram considerados alguns fatores condicionantes como a *alternância da VT*, o *tempo e modo verbal*. Foram encontradas as variantes citadas por Castilho (1992): zero, -mo, -mos, -e-mo(s) no presente do indicativo e -emo(s) no *pretérito perfeito do indicativo*.

¹¹⁰ O sinal gráfico til será utilizado para indicar a variação entre formas, tal como é feito em outras pesquisas sociolinguísticas.

¹¹¹ Mas é preciso ressaltar que, não obstante Panambi seja mais rural que Porto Alegre, ambas as cidades são pertencentes ao banco VARSUL, cujo foco é urbano, isto é, trata-se de um banco cujas entrevistas foram feitas em zona urbana. Isso distingue essencialmente o VARSUL do banco VARLINFÉ (utilizado nesta pesquisa), considerando-se que este último banco dedicou-se a coletar entrevistas na área rural das localidades que o compõem.

Em relação ao ponto que mais nos interessa – a alternância entre as vogais temáticas, em cruzamento com o apagamento do -s final –, foi obtido o seguinte resultado:

Tabela 4 – Apagamento do /s/ na DNP-P4 (N, % e peso) em relação à variável vogal temática; dados de POA e PAN (VARISUL)

| Fatores | (-mo) N | % | Peso |
|---------|---------|----|------|
| /e/ | 42/44 | 95 | 0,93 |
| /a/ | 56/220 | 25 | 0,37 |

Fonte: Zilles, Maya e Silva (2000, p. 212)

Conforme os autores, o peso relativo de 0,93 no concernente ao uso da vogal /e/ associada à DNP-P4 não-padrão (-mo) revela o altíssimo grau de correlação entre as duas variáveis, ou seja, das 44 ocorrências com -e-, 42 delas (um total de 95%) eram associadas à desinência número-pessoal não-padrão. Por outro lado, das 220 ocorrências com a vogal temática padrão de 1ª conjugação (/a/), apenas 56 delas estavam vinculadas a uma DNP-P4 não canônica, um total de 25%.

Zilles, Maya e Silva (2000), fazem um detalhamento mais aprofundado desse cruzamento, porque haviam aglutinado as variantes dos tempos de *presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo*. Segundo os autores, houve a seguinte distribuição das ocorrências de /e/ ao invés de /a/, *andemo(s)* em lugar de *andamo(s)*: “22 ocorrências no Presente do Indicativo (20 com desinência -mo e 2 com desinência padrão) e 22 ocorrências no Pretérito Perfeito, todas com a desinência *mo*”. (ZILLES; MAYA; SILVA, 2000, p. 212).

Por isso, eles argumentam que não há como sustentar a relação entre o uso de /e/ em lugar de /a/ com vistas a marcar o *pretérito perfeito do indicativo* (uma espécie de *especialização temporal*¹¹²) bastante difundida nos estudos linguísticos sobre o tema (cf. CASTILHO, 1992, entre outros). O estudo revelou que a utilização de /e/ não está associada somente a IdPt2, por também aparecer no *presente do indicativo*.

Já em Zilles e Batista (2006, p. 119), cuja amostra foi constituída por 42 entrevistas do NURC e 22 do banco VARISUL (da década de 1990), foi pesquisada a variação da concordância verbal de P4 na variedade culta de Porto Alegre. Assim, “a variável dependente (ou em estudo) foi definida como as possíveis realizações da DNP-P4: padrão (-mos), não-padrão com apagamento parcial da desinência (-mo) e não-padrão com apagamento total da marca (zero)” (ZILLES; BATISTA, 2006, p. 112), da mesma forma que no estudo de Zilles, Maya e Batista

¹¹² Isso será abordado com maior aprofundamento no capítulo V desta tese.

(2000). A alternância vocálica da vogal temática foi novamente considerada uma variável independente interna, com duas possibilidades de realização: *a* (*cantamos*) e *e* (*cantemo*). Mas, pelo fato de os informantes viverem em uma zona urbana e terem maior grau de escolaridade, essa variável não foi selecionada como relevante.

As autoras corroboraram, neste estudo, a relação entre ‘tempo/modo verbal’ e o ‘apagamento do –s de –mos’. Zilles e Batista (2006, p. 119) notaram haver um “índice muito robusto de ocorrências de DNP-P4 padrão: 82%. Os falantes cultos, portanto, tendem a preservar a forma padrão quando usam sujeito *nós* ou seu nulo correspondente”. Ademais, esclarecem que, quando os informantes usavam *a gente*, a concordância aparecia categoricamente na forma não-marcada (nomeada por alguns estudiosos como “sem concordância” – o que é questionável –, isto é, na mesma configuração de P3, como em *a gente cantou*).

Outros estudos que tratam de P4, porém com a variável dependente constituída pelas variantes “*nós*” e “*a gente*”, revelam alguns pontos interessantes. Conforme Fernandes e Görski (1986) – cuja amostra era da cidade do RJ (década de 1980), com 64 informantes com baixa escolaridade – em variedades urbanas, o SNP *-mos* parece estar adquirindo a função de morfema pretérito, em oposição ao \emptyset no tempo presente. Assim, os falantes urbanos (com menor escolaridade) utilizariam *falamo(s)* para passado e *fala* para presente.

O estudo de Lopes (1998), confirma essa constatação, trabalhando com uma amostra da fala culta de três cidades: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, a qual era constituída por 18 entrevistas do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil. Foi levado em conta o ‘tempo verbal’ como um fator condicionante, e Lopes (1998) constatou que o pretérito perfeito mostrou-se um ambiente favorável para o uso de *nós*, com um uso de 94% em relação ao número total de ocorrências nesse tempo verbal. O restante – 6% – foi de uso da variante *a gente*. Desse modo, os falantes utilizariam, por exemplo, *a gente fala* em contexto de presente, e *nós falamos* no passado.

Poderíamos pensar que essa seria uma tendência do falar urbano, mas Franceschini (2009), utilizando uma amostra constituída por entrevistas gravadas com informantes de Concórdia – SC (12 entrevistas de um total de 24), uma cidade de característica rural, no interior de Santa Catarina, trabalhou com o mesmo objeto de estudo e chegou às seguintes conclusões. A primeira delas é que, no pretérito perfeito, houve uma porcentagem significativamente maior de uso de *nós* (84% das ocorrências, peso relativo: 0,61) em comparação ao uso de *a gente* (16%, peso relativo 0,34). Já no presente do Indicativo, isso foi invertido, pois o uso de *nós*

havia ocorrido em 39% dos dados, com peso relativo 0,40, e o *a gente* apareceu em 61% das ocorrências, com peso relativo 0,60. Esses resultados revelaram certa similaridade com os resultados obtidos em estudos de variedades urbanas.

Também considerando uma variedade rural, mais especificamente o dialeto rural do interior de São Paulo, Rubio e Gonçalves (2012) se dedicaram a investigar a concordância verbal numa amostra do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior). Pertinentemente à concordância que nos interessa – de P4 –, os autores identificaram uma alta frequência de utilização da desinência número-pessoal de 1PP (equivalente a P4) com o pronome *nós*. Além disso, “diferentemente do fenômeno variável de AP *nós* e *a gente*, o fenômeno variável de CV de 1PP com *nós* é influenciado diretamente pelo nível de escolarização”. (RUBIO; GONÇALVES, 2012, p. 1021).

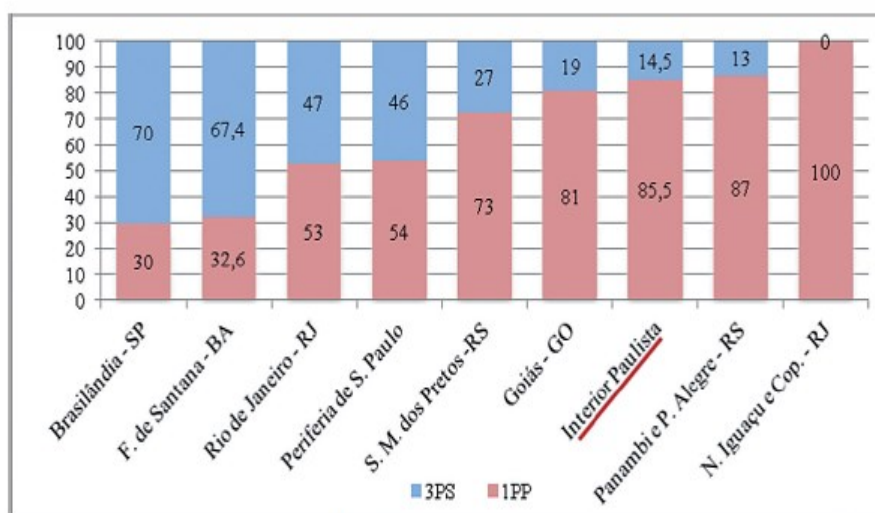
Para verificar o fenômeno em diversas variedades do português brasileiro, os autores fazem uma compilação com base em nove amostras de comunidades linguísticas do português brasileiro – o que será mostrado no Gráfico 3:

Características sociais das amostras: Brasilândia-Periferia de SP (COELHO, 2006): escolaridade de nula até 8 anos, faixa etária de menos de 25, de 25 a 50 e de mais de 50 anos e gêneros masculino e feminino; Feira de Santana-BA (CARMO; ARAÚJO, 2010): escolaridades nula e fundamental (português popular), faixas etárias diversas, informadas no trabalho, e gêneros masculino e feminino; Rio de Janeiro-RJ (NARO; GÖRSKI; FERNANDES, 1999): escolaridade de até 3 anos e de 4 a 8 anos, faixa etária de 6 a 12, 13 a 20, 21 a 40 e mais de 40 anos e gêneros masculino e feminino;

- Periferia de São Paulo (RODRIGUES, 1987): escolaridade nula e de até 4 anos, faixa etária de 20 a 35, 36 a 50 e mais de 51 anos e gêneros feminino e masculino;
- São Miguel dos Pretos-RS (ALMEIDA, 2006): escolaridade não explicitada, faixa etária de 15 a 24, 40 a 64 e 65 a 90 anos e gêneros masculino e feminino;
- Goiás-GO (MATTOS, 2010): escolaridade ensino médio e superior, faixa etária de menos de 21, de 21 a 40 e acima de 41 anos e gêneros masculino e feminino;
- Interior Paulista-Iboruna (RUBIO, 2012): escolaridade fundamental, média, superior, faixa etária de 16 a 25, 26 a 35, 36 a 55 e mais de 55 anos e gêneros feminino e masculino; Panambi e Porto Alegre-RS (ZILLES; MAYA; SILVA, 2000): escolaridade de baixa até superior, faixa etária de 25 a 49 e mais de 50 anos e gêneros feminino e masculino;
- Nova Iguaçu e Copacabana -RJ (VIANNA, 2011): escolaridade fundamental, média e superior, faixa etária de 18 a 35, de 36 a 55 e mais de 55 anos e gêneros masculino e feminino. (RUBIO e GONÇALVES, 2012, p. 1020).

O gráfico revela, em vermelho, o uso de *nós* associado à concordância de 1ª pessoa do plural (*nós falamos*); e, em azul, mostra-se o uso de *nós* relacionado à concordância de não-padrão (*nós fala*). Observa-se que a concordância de terceira pessoa juntamente com o uso de *nós* é mais característico de variedades urbanas em zonas mais periféricas (como a “Brasilândia” e a “periferia de São Paulo”, por exemplo), enquanto o uso de *nós* relacionado à desinência de PP1 é próprio de variedades mais rurais e, fugindo à regra, em Nova Iguaçu e Copacabana, no Rio de Janeiro.

Gráfico 3 – Concordância verbal com o pronome *nós* em variedades do português brasileiro – conforme Rubio e Gonçalves (2012)



Fonte: Rubio e Gonçalves (2012, p. 1020)

Para entender melhor o porquê de essas realidades (variedades do interior do Brasil e a variedade urbana carioca) se aproximarem na produção de dados com desinência número-pessoal padrão, a questão do apagamento de *-s* seria essencial, pois é provável que haja um apagamento considerável de *-s* nas variedades rurais, o que provavelmente não ocorre em variedades cultas, em que há um maior grau de monitoramento.

Levamos em consideração todas essas pesquisas para, em Pereira (2014), fazermos nosso primeiro estudo sobre o tema da alternância vocálica, no qual verificamos um número escasso de dados do fenômeno linguístico em questão (até mesmo no que diz respeito à forma canônica) em Florianópolis – SC. Nos bairros analisados à época na capital catarinense, os informantes usavam mais o pronome *a gente* (com a concordância de 3ª pessoa), do que o pronome *nós* (e a concordância de P4), em semelhança às primeiras variedades descritas pelo Gráfico 3, de Rubio e Gonçalves (2012).

A seguir, mostramos os dados¹¹³ daquela pesquisa:

Tabela 5 – Caracterização dos informantes e dados da pesquisa de Pereira (2014)

| Bairro | Grupos de Fatores Sociais | | | Entrevistas | Nº de dados | | T |
|-----------------------------------|---------------------------|---------|--------------|---------------|-------------|------------------|-----------|
| | Sexo | Idade | Escolaridade | Informante | n | C | |
| COSTA DA LAGOA | F | + velho | Menor | Informante 1 | 2 | 0 | 2 |
| | | | Maior | Informante 3 | 0 | 3 | 3 |
| | | + jovem | Menor | Informante 2 | 0 | 0 | 0 |
| | | | Maior | Informante 4 | 0 | 0 | 0 |
| | M | + velho | Menor | Informante 8 | 3 | 0 | 3 |
| | | | Maior | Informante 6 | 0 | 0 | 0 |
| | | + jovem | Menor | Informante 7 | 0 | 11 ¹⁹ | 11 |
| | | | Maior | Informante 5 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | | | 5 | 14 | 19 |
| RATONES E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA | F | + velho | Menor | Informante 9 | 2 | 0 | 2 |
| | | | Maior | Informante 11 | 0 | 0 | 0 |
| | | + jovem | Menor | Informante 10 | 3 | 4 | 7 |
| | | | Maior | Informante 12 | 0 | 0 | 0 |
| | M | + velho | Menor | Informante 16 | 0 | 0 | 0 |
| | | | Maior | Informante 14 | 0 | 0 | 0 |
| | | + jovem | Menor | Informante 15 | 2 | 0 | 2 |
| | | | Maior | Informante 13 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | | | 7 | 4 | 11 |
| TOTAL GERAL | | | | | 12 | 18 | 30 |

Fonte: Pereira (2014, p. 60)

Os poucos dados encontrados foram, majoritariamente, terminados em *-amos* e *-amo*. Acreditamos que isso se deve ao fato de que a comunidade analisada já apresentava características urbanas e se encontrava na capital de Santa Catarina. Além disso, as formas terminadas em *-e-mos* e *-e-mo* pouco apareceram nas entrevistas sociolinguísticas.

É fato que algumas entrevistas foram realizadas num bairro de isolamento geográfico – “Costa da Lagoa” – ao qual se chega somente por barco ou trilha. Uma das informantes de tal localidade produziu a maioria dos dados não canônicos registrados e, em sua entrevista sociolinguística, ela asseverou nunca ter “viajado” para além de centro de Florianópolis, revelando um baixo grau de mobilidade e alto grau de localismo.

Quanto às variáveis independentes internas que mais se manifestaram relevantes foram: ‘apagamento (ou não) do -s no SNP –mos’ e ‘tempo verbal’. O apagamento do -s, de fato, esteve

¹¹³ O n representa a forma não canônica (com alternância vocálica de -a- para -e-), e o símbolo C, a forma sem alternância vocálica (com apagamento de -s ou não).

bastante relacionado à forma não canônica, apesar de ocorrer também nas formas canônicas, ou seja, trata-se de algo generalizado. Ele parece não ocorrer apenas em momentos em que os informantes apresentam um alto grau de monitoramento, ou são mais escolarizados.

Sobre o ‘tempo verbal’, houve um uso de 45% da forma não canônica e 55% da não canônica em contextos de pretérito perfeito; bem como 36% de não-padrão e pouco mais de 63% de padrão no presente. Mas como o uso das variantes foi escasso, pela predominância de *a gente*, a conclusão mais sólida a que chegamos foi sobre a pouca saliência desse fenômeno na CF investigada.

Já em relação às variáveis independentes externas, o fator condicionante ‘escolaridade’ se destacou, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 6 – Uso das formas não canônica e canônica conforme a ‘escolaridade’

| Escolaridade | | n | C | Total | % |
|---------------------------|---|----|-----|-------|----|
| Menos escolarizado | N | 13 | 15 | 28 | 90 |
| | % | 46 | 53 | | |
| Mais escolarizado | N | 0 | 3 | 3 | 9 |
| | % | 0 | 100 | | |
| Total | N | 13 | 18 | 31 | 99 |
| | % | 41 | 58 | | |

Fonte: Pereira (2014, p. 63)

Podemos perceber que a forma não canônica – terminada em *-mo(s)* – não foi utilizada pelos informantes da amostra que apresentavam maior grau de escolaridade. Todas as formas não canônicas foram produzidas pelos informantes menos escolarizados, que também utilizariam, algumas vezes a forma canônica).

Trazemos à vista um trecho de entrevista que mostra a fala de uma informante com pouca escolaridade, a qual, embora sendo mais jovem, utilizou-se de *-emoØ* variando com o padrão *-amoØ* (porém, sempre com apagamento do -s):

Ah, a Amarelinha foi maltratada. O cachorro que nós tinha ali. Ela, quando nós conhece- acha- ganha- **ACHAMOØ** ela, ela estava (=tava) toda machucada, maltratada por alguém, foi jogada fora, né? E nós **PEGUEMOØ** ela de rua. Teve outra também que nós **CUIDEMOØ** dela, um carro soltou ela aqui, daí nós **CUIDEMOØ** dela, ela tinha filho- teve filhote, daí nós conseguimosØ dar (=dá) os filhote todo dela. **CUIDAMOØ** dela, vacina, tudo o que ela precisou, estava (=tava) muito doente, e, depois de um tempo, a dona dela veio pegar (=pegá) ela de volta. [...] Ela, só por causa dos filhotes, ela

abandonou a cachorra, e daí nós **CUIDAMOØ** dela e **FICAMOØ** com ela pra nós. Ela morreu de velha. (PEREIRA, 2014, p. 64, grifos da autora)

É interessante perceber que, num pequeno trecho de fala, o uso foi abundante, mas, no resto da entrevista, a informante não produziu mais dados, mostrando que, talvez em função do tópico discursivo ligado à emoção, o vernáculo tenha sido despertado. Outro ponto a se destacar é que os falantes que utilizaram a forma *-emo(s)*, quando variavam com a forma canônica, sempre usavam o apagamento do *-s*.

Com base nessas pesquisas, fizemos outra investigação cujo foco era a caracterização dessas formas verbais não-padrão na mesorregião Sudeste do Paraná, em Pereira, Coelho e Loregian-Penkall (2016), abarcando a alternância vocálica em P4 em verbos regulares de 2ª conjugação – diferentemente da anterior (PEREIRA, 2014), que focalizou apenas a 1ª conjugação. Assim, dados como *mexemos ~ meximos* foram também considerados. Foram analisadas qualitativamente entrevistas das cidades de Irati e Mallet, a partir de dados do banco rural e de descendentes de eslavos (VARLINFÉ – UNICENTRO, *campus* Irati), a fim de verificar se tal uso linguístico era saliente naquela comunidade linguística. Demos prosseguimento à hipótese de que tal fenômeno linguístico seria comum a regiões mais rurais, como a mesorregião Sudeste, e buscamos mapear dados canônicos e não canônicos – com foco nesses segundos – ocorridos em algumas entrevistas com sujeitos menos escolarizados.

Ademais, embora não fosse o foco de análise, foram identificados outros fenômenos linguísticos relacionados à variedade rural (como a epêntese do *-i-*, o uso do /R/ retroflexo e outros). Um trecho da entrevista sociolinguística, citada em Pereira, Coelho e Loregian-Penkall (2016, p. 499, grifos das autoras), revela essas características:

(3) **Informante:** Tem mais é bol-, é futebol, a gente vai, né, futebol, né que a gente vai, né, nós *tocamo* um time dali, da colonha, né. Tamo, *joguemo*¹¹⁴ três jogo, né, *perdimos* um, *empatemo* um e *ganhemos* otro. [...] Os jogador tanto do interior daqui memo, tanto *peguemo* de cidade. [...] **Entrevistadora:** Você foi eleito pra ser técnico?

Informante: Aqui da central? É que num tinha ninguém pra tocar o Varziano, daí nós *peguemo* pra tocá. Tava parado o time da colonha, né? Daí nós *peguemo* pa tocá com meu irmão otro.

O informante (de Irati-PR) usou apenas formas não canônicas, pois em todas elas há o uso da desinência número-pessoal *-mo* ([*'mo*]), (ao invés da forma padrão [*'mos*]). Contudo, a

¹¹⁴ Consideramos como *não canônicas* as formas verbais com alternância vocálica em ambos os contextos temporais, mas em pesquisas anteriores (PEREIRA, 2014; e PEREIRA, COELHO e LOREGIAN-PENKALL, 2016), percebemos que o tempo verbal de IdPt2 parece ser um condicionante para o uso não canônico.

variação de /a/ para /e/ parece ocorrer em contextos de pretérito perfeito (*joguemo, empatemo, ganhemo, peguemo*), enquanto a forma *tocamo* foi usada em contexto habitual (*costumamos tocar* ou *temos tocado*). A forma *perdimos*, por seu turno, também é usada em contexto de passado, mostrando que a alternância vocálica não-padrão é favorecida pela variável independente ‘tempo verbal’.

Recentemente, Foeger, Yacovenco e Scherre (2017) pesquisaram a alternância de *nós/a gente* e a concordância com o sujeito *nós* em Santa Leopoldina (cidade mais rural no estado do Espírito Santo) e obtiveram dados que nos chamaram a atenção. É importante ressaltar que a amostra das autoras é composta por entrevistas feitas na zona rural da referida cidade.

O foco das autoras não foi a variação morfêmica de *-a-* para *-e-*, no entanto, em função de seu levantamento de dados, captaram exemplos desse fenômeno linguístico. Trazemos à vista alguns dados de Foeger, Yacovenco e Scherre (2017, p. 15, grifos das autoras), nos quais há uma amostragem objetiva de verbos 1^a, 2^a e 3^a conjugações em suas formas não canônicas:

- a) um ano nós ***estudemo*** no posto de saúde... porque eles tavam reformando a escola.(feminino, 15-25 anos. Ens. Fund. I).
- b) oh nós ia pra escola... nós não ***aprendimo*** muita coisa nessa escola justamente porque nós ia com medo pra escola (masculino, 50 ou + anos, Ens. Fund. II).
- c) chegemo... tomemo banho e ***fumo*** dormir (masculino, 15-25 anos, Ens. Fund. II).

Elas fazem uma comparação com uma cidade mais urbana do Espírito Santo e chegam à seguinte conclusão:

Em Vitória/ES não foram registradas ocorrências análogas a *estudemo, aprendimo* ou *fumo*. É interessante observar que esse é um traço verificado na variedade popular do português europeu, como notado por Naro e Scherre (2007). Os autores localizam em terras lusitanas “a origem de estruturas linguísticas portuguesas não-padrão, que em função de uma confluência de motivações, se ampliaram e se tornaram visíveis em terras hoje brasileiras” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 23), em registros de trabalhos da dialetologia europeia. Partindo desse fato, podemos pensar na elevação da vogal temática em verbos de primeira conjugação na 1PP como uma herança do português popular europeu que ainda se conserva na área rural do Brasil. [...] Em nossos dados, a elevação só ocorre no pretérito perfeito. Não encontramos nenhuma ocorrência de presente do indicativo com terminação *-emo*. Isso indica que esse parece ser mais um mecanismo para reforçar que se está falando no pretérito e evitar a ambiguidade entre os tempos verbais (FOEGER, YACOVENCO, SCHERRE, 2017, p. 15).

Ou seja, tal fenômeno linguístico da alternância vocálica parece ser um traço comum particularmente a comunidades rurais, o que nos move a relacioná-lo aos contextos mais rurais.

Também é importante ressaltar que a pesquisa encontrou dados dessa natureza apenas no contexto de passado:

No pretérito perfeito, há um tipo de concordância não-padrão, em nossa comunidade de fala, que suscita alguns questionamentos. Como vimos, a concordância nesse tempo verbal é praticamente categórica: apenas um dado de 288 é de não concordância. Ressaltamos, porém, que entre esses 288 dados de concordância, temos alguns casos (27,1%) do que designamos concordância não-padrão 1, quando há mudança da vogal temática (falamos)>falemo). A frequência não é alta e não são todos os falantes que fazem essa elevação, mas é algo significativo para o entendimento do português falado na zona rural de Santa Leopoldina. Assim sendo, fizemos uma rodada com o intuito de investigar quais são os contextos que favorecem a elevação da vogal temática. Os únicos fatores selecionados foram faixa etária e saliência fônica. (FOEGER, 2014, p. 138).

Foram 78 dados levantados, sendo 3 deles produzidos por sujeitos de 7 a 14 anos; 48 ocorrências na faixa de 15 a 25 anos; 19 dados entre 26 a 49 anos; e, por fim, 8 ocorrências na faixa etária de 50 anos ou mais. Assim, a autora mostra que as faixas etárias intermediárias são as que mais produziram concordância não-padrão naquela comunidade rural investigada:

A faixa etária dos mais jovens, 7 a 14 anos, e a dos mais velhos, 50 ou mais anos, são as que favorecem o uso da concordância padrão. É nas faixas intermediárias que encontramos mais ocorrências de concordância não-padrão com elevação de vogal temática, sobretudo na faixa de 15 a 25 anos. (FOEGER, 2014, p. 139).

Trata-se de um resultado que diverge dos resultados geralmente ocorridos nas variedades urbanas, onde os informantes da faixa intermediária geralmente preocupam-se em utilizar variantes padrão, devido à sua inserção no mercado do trabalho.

Em relação à conrdância padrão, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 7 – Efeito da variável ‘faixa etária’ na realização da concordância padrão junto ao pronome nós no pretérito perfeito em Santa Leopoldina/ES – Foeger (2014)

| FAIXA ETÁRIA | APLICAÇÃO/OCORRÊNCIAS | FREQUÊNCIA | P.R. |
|--------------|-----------------------|------------|------|
| 07 a 14 anos | 53/56 | 94,6% | 0.83 |
| 15 a 25 anos | 53/101 | 52,5% | 0.21 |
| 26 a 49 anos | 35/54 | 64,8% | 0.35 |
| 50 anos ou + | 69/77 | 89,6% | 0.72 |
| TOTAL | 210/288 | 72,9% | |

Fonte: Foeger (2014, p. 139)

A partir disso, percebemos que o uso da alternância vocálica é registrado em variedade rural e parece ter o condicionamento das faixas etárias intermediárias impulsionando seu uso.

Para verificarmos se o uso é, de fato, produtivo em ambientes rurais, de uma maneira mais abrangente (envolvendo os três estados do Sul do Brasil), em Pereira e Margotti (2018), fizemos um mapeamento *diatópico* do uso de formas variantes de 1PP (1ª pessoa do plural) no tempo verbal de *pretérito perfeito do indicativo*. A amostra da pesquisa constituiu-se por uma pequena parte do *corpus* do ALERS (Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil), produzido por meio do trabalho intenso de três universidades do sul do país – UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – sob a coordenação dos pesquisadores Walter Koch (até o final da década de 90) e Cléo Altenhofen (a partir do ano 2000).

O ALERS (que apresenta 2 tomos – um com foco no aspecto semântico-lexical e outro no morfossintático e fonético) contempla registros de dados de fala, a partir de 294 entrevistas (275 rurais e 19 urbanas), cada uma delas com duração de três a cinco horas de gravação para cada informante. Tal atlas faz uma descrição voltada ao sul do Brasil, contemplando os três estados dessa região e se trata do sexto atlas brasileiro. Conforme Belli Rodrigues (2015), consiste em um atlas de primeira geração, “uma vez que não traz interpretação das cartas. No entanto, a apresentação dos dados é complementada pela inserção de gráficos e de tabelas informativas, o que facilita a leitura”. (BELLI RODRIGUES, 2015, p. 44-45).

Sua rede de pontos é bastante abrangente e contempla 294 localidades: 102 no Rio Grande do Sul, 86 em Santa Catarina e 106 no Paraná. Todos os informantes foram entrevistados na década de 1990, tinham pouca escolaridade e idade entre 28 e 58 anos.

Foram feitas entrevistas em 275 localidades rurais e complementadas com levantamentos em 19 centros urbanos no período de 1989 a 1992 [6 no PR, 6 em SC e 7 no RS]. [...] Apesar de seguir, mesmo de forma não restrita, a tradição de um único informante por ponto (em muitos casos também um casal de informantes) – investigando o idioleto como unidade de análise válida –, além disso, inquirindo primordialmente informantes do sexo masculino e de faixa etária entre 35 e 65 anos, pode-se considerar um conjunto de no mínimo 275 informantes representativos do português falado na região sul do Brasil. Assim, o ALERS apresenta um atlas linguístico com as mais significativas variantes diatópicas representantes do português rural falado pela classe menos privilegiada dessa região (SIQUEIRA; MAGALHÃES; GONÇALVES, 2014, p. 58).

Há três tipos de questionários, com um total de 711 questões: 26 questões no Questionário Fonético-fonológico (QFF); 24 questões voltadas a áreas de colonização não-lusa; 75 questões no Questionário Morfossintático (QMS); e 610, no Questionário Semântico-lexical.

Neste universo de possibilidades de estudo, o que nos interessava era a questão 13a do Questionário Morfossintático, respeitadamente ao “Pretérito Perfeito do indicativo da 1ª pessoa do plural de ‘ficar’”. Assim, o *corpus* de análise foi a carta linguística nº 83 do ALERS (Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil), retirada do tomo que trata de aspectos morfossintáticos e fonéticos. Nesta carta, a questão feita aos informantes foi: “Faça uma afirmação, começando sempre por: ONTEM NÓS... ([usando] **ficar** satisfeito com tudo)”. Essa mesma questão foi usada como modelo para os verbos *cabere*, *saber* e *pôr*, que deram origem a outras cartas linguísticas.

A partir disso, foram registradas as respostas dos sujeitos inquiridos, os quais apresentaram as seguintes quatro possibilidades verbais do item lexical “ficar”: *ficamos*, *ficamo*, *fiquemos* e *fiquemo*. A forma *ficamos* foi designada como *canônica* (abreviada por C), por se tratar da forma típica da norma padrão da língua portuguesa (brasileira).

A forma *ficámos* não foi contemplada na carta linguística porque não é produtiva por falantes do PB, sendo pouco (geralmente) encontrada em *corpus* de fala e escrita brasileira. Esse tipo de uso parece não ocorrer nem mesmo na fala e escrita de variedades urbanas e cultas no Brasil.

A pesquisa de Campos, Rodrigues e Gallembeck (2002), sobre a flexão modo-temporal de pretérito perfeito e imperfeito do Indicativo em *corpus* do NURC trata um pouco sobre este ponto.

Quanto às formas com radical invariável, dos chamados “verbos regulares”, a identificação se fez a partir de elementos contextuais, em geral palavras e frases adverbiais, já que se neutraliza a oposição entre presente e pretérito perfeito nas formas –mos. Mesmo no caso dos verbos de primeira conjugação, não se observou a possível distinção entre formas com vogal tônica aberta no pretérito perfeito [cantámos] e com vogal tônica fechada no presente [cantamos], distinção característica do português lusitano (CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002, p. 37).

Quanto às formas *ficamo*, *fiquemos* e *fiquemo*, já foram registradas em algumas pesquisas brasileiras, mas, pelo fato de não serem consideradas padrão do PB, foram chamadas de *não canônicas* (NC). Dentre essas formas não canônicas, foi traçado um *continuum*, a fim de mostrar que haveria formas menos canônicas do que outras.

A forma *fiquemo* foi considerada, por exemplo, menos padrão do que a forma *ficamo*, pois, além de haver um uso de /mo/, há a alternância vocálica.

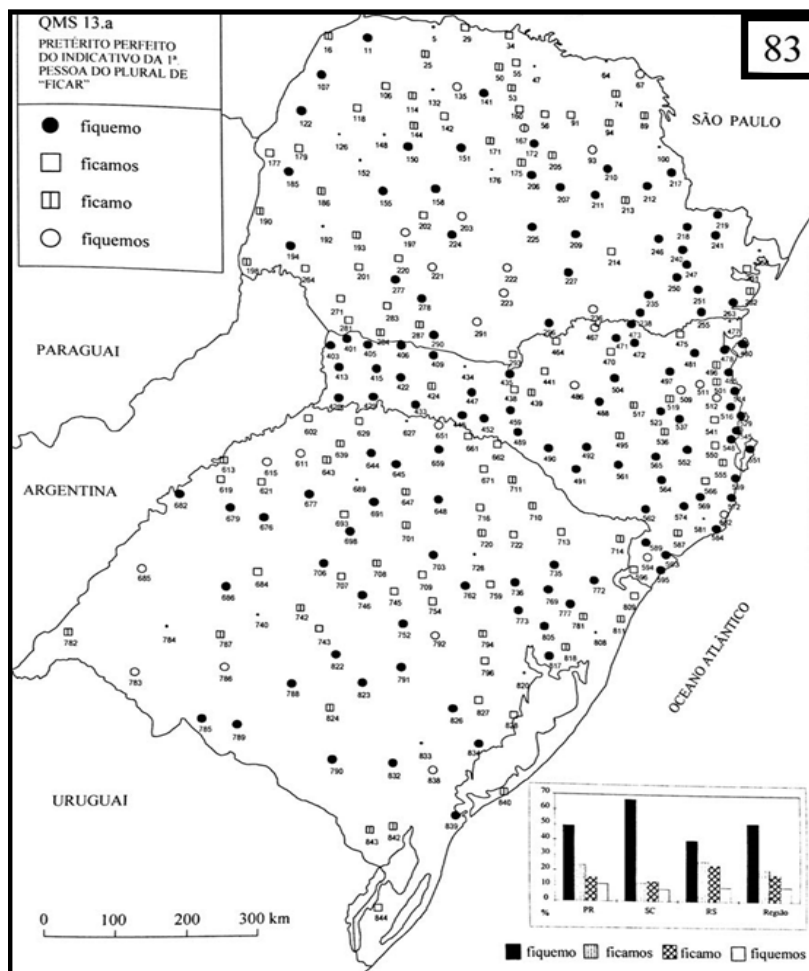
Optou-se por classificar a forma *ficamo* como menos “não canônica” pelo fato de o uso não-padrão do sufixo de PN (realizado como [ʼmʊ]) ser muito comum até mesmo entre falantes de regiões mais urbanas e mais escolarizados – conforme pudemos constatar a partir das pesquisas de Zilles, Maya e Silva (2000); Zilles; Batista (2006) – diferentemente da alteração vocálica, geralmente relacionada a variedades rurais.

A respeito da forma *fiquemos*, refletimos sobre se ela não seria um tipo de hipercorreção, haja vista que o sufixo de PN /mos/ revela um maior grau de monitoramento. Assim, se um falante do campo e pouco escolarizado a produz associada a uma alternância da VT, isso pode significar que, para ele, a forma terminada em *-mos* seria a forma padrão. Ou seja, se há monitoramento no sufixo de PN (geralmente pouco monitorada até mesmo entre falantes da variedade culta), por que não monitoraria em relação à vogal?

Em Pereira e Margotti (2018), por se tratar de um *corpus* rural, foram encontradas as quatro variantes para apenas um contexto temporal – *pretérito perfeito do Indicativo*. Esse resultado indica que comunidades linguísticas rurais, em relação à concordância verbal de P4 em verbos de 1ª conjugação, usam formas não canônicas com maior produtividade, diferentemente do que se faz em comunidades urbanas.

A seguir, apresenta-se a carta linguística referente à pesquisa:

Figura 18 – Carta linguística sobre a forma verbal de 1PP no Pretérito Perfeito no Indicativo



Fonte: Koch, Klassmann e Altenhofen (2002, p. 483)

A partir da observação da carta, foi constatado, naquela pesquisa, que o uso da variante não canônica NC3 (*fiquemo*) ocorre com significância nos três estados do Sul do Brasil, em regiões de característica rural, sem representar uma área dialetal específica (isoglossa). Ou seja, o fenômeno mostrou-se não isolado e difuso, o que pode indicar que esteja presente em também outras áreas rurais do Brasil. Também demonstrou que o aspecto geográfico não parece ser tão condicionante para a escolha da variante menos não-padrão (NC3), mas sim o aspecto rural.

Para a verificação dos dados de modo mais detalhado, elaboramos uma tabela com os números contidos na carta linguística 83 (porcentagens e ocorrências), a fim de que os resultados fiquem mais claros. Ressalta-se que não foram considerados os dados de NP (não aplicada) na tabela, porque só ocorreu no Rio Grande do Sul nos pontos 740, 820 e 834. Além disso, a resposta “ficava” foi produzida só em Santa Catarina, no ponto 582 e também não foi considerada.

Tabela 8 – Ocorrências e porcentagens das variantes *fiquemo*, *ficamos*, *ficamo*, *fiquemos*

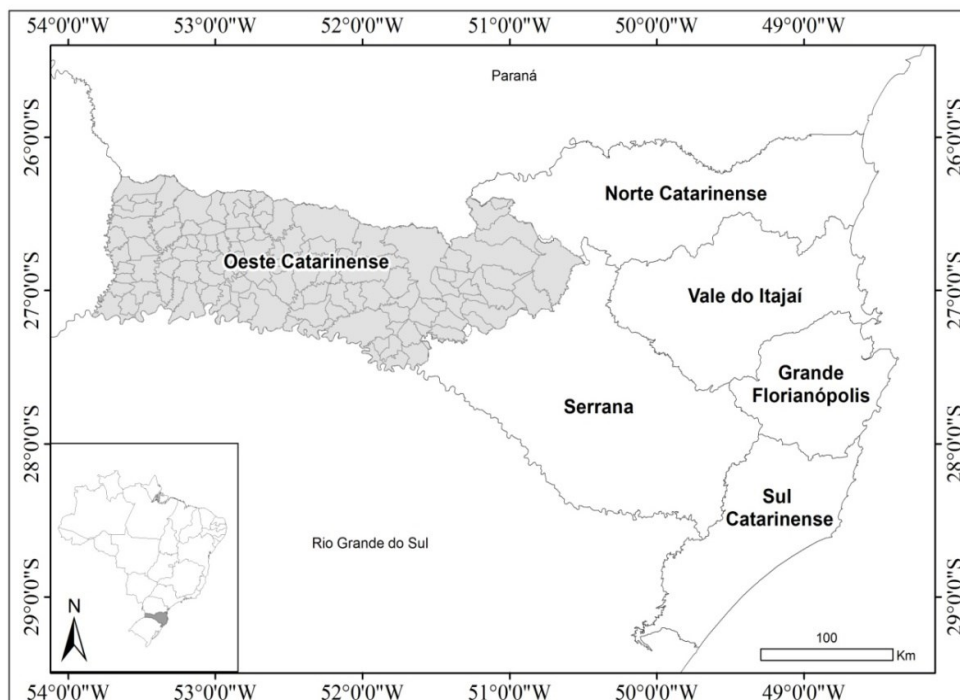
| Localidade | Formas variantes | | | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|----|---------|----|--------|----|----------|----|-------------------|----|-------|
| | Fiquemo | | Ficamos | | Ficamo | | Fiquemos | | Resp. prejudicada | | Total |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | |
| Paraná | 44 | 44 | 21 | 21 | 14 | 14 | 10 | 10 | 11 | 11 | 100 |
| Santa Catarina | 51 | 64 | 9 | 11 | 10 | 12 | 6 | 7 | 3 | 3 | 79 |
| Rio Grande do Sul | 35 | 34 | 23 | 22 | 21 | 20 | 8 | 8 | 5 | 5 | 92 |
| Região Sul | 130 | 47 | 53 | 19 | 45 | 16 | 24 | 9 | 19 | 7 | 271 |

Fonte: Adaptação com base nos dados de Koch, Klassmann e Altenhofen (2002, p. 403 e 482)

Como se pode perceber, *fiquemo* está em 47% dos pontos da Região Sul; *ficamos* em 19%; *ficamo* em 16%; *fiquemos* em 9%. As variantes NC3 e C são as mais frequentes, não obstante a variante canônica esteja muito abaixo da frequência de uso da variante não canônica. A partir disso, pudemos notar que o uso do morfe padrão (-a-) está bastante associado ao uso de outro morfe padrão (-mos), assim como o uso do elemento não-padrão (-e-) está relacionado ao uso do SNP não-padrão (-mo), o que convergiu com os resultados de Zilles, Maya e Silva (2000) a respeito do uso das variantes -mo e -mos condicionado pela variável independente ‘alternância de vogal temática’ (apenas para formas do presente e pretérito perfeito do indicativo de primeira conjugação) – e (*fiquemos*) e a (*ficamos*).

Em todas as capitais, houve o registro da variante NC3 (a menos padrão possível dentro de nossa escala), que é associada a regiões rurais e ao homem “caipira”, mas isso se deve ao fato de que os bairros investigados – Porto Alegre (ponto 817, bairro *Lami*); Florianópolis (ponto 551, bairro *Costeira do Ribeirão*); e Curitiba (ponto 247, bairro *Santa Felicidade*) – apresentam as características [+ rural] e [+ isolada].

Santa Catarina foi o estado em que *fiquemo* é mais frequente, haja vista que tal variante esteve presente em 51 dos 80 pontos totais, o que significa uma porcentagem de quase 64% de predominância da variante mais estigmatizada e menos padrão. Ela foi especialmente registrada na mesorregião Oeste de Santa Catarina, a qual se pode observar no mapa seguinte:

Mapa 1 – Mesorregiões de Santa Catarina – foco no Oeste Catarinense

Fonte: elaboração própria

Os pontos em que essa variante NC3 prevalece são 16 e se encontram nas mesorregiões *Oeste Catarinense* e *Serrana*: 401 (Dionísio Cerqueira), 403 (São José do Cedro), 405 (Campo Erê), 406 (São Lourenço do Oeste), 409 (Abelardo Luz), 413 (São Miguel do Oeste), 415 (Maravilha), 422 (Coronel Freitas), 426 (Itapiranga), 429 (Palmitos), 433 (Chapecó), 435 (Água Doce), 447 (Irani), 448 (Concórdia), 452 (Peritiba), 459 (Joaçaba), 489 (Campos Novos).

A variante *fiquemos* ocorre distribuídamente por Santa Catarina, contemplando praticamente todas as mesorregiões (com exceção do oeste, onde a variante similar – *fiquemo* é preponderante): 467 (Canoinhas), 486 (Lebon Régis), 509 (Rodeio), 511 (Blumenau), 512 (Gaspar), 582 (Laguna), 594 (Jacinto Machado).

Quanto ao estado do Rio Grande do Sul, verificou-se que o uso de *fiquemo* também foi generalizado, estando presente em todas as mesorregiões do estado (*Noroeste Rio-grandense*, *Nordeste Rio-grandense*, *Metropolitana de Porto Alegre*, *Centro Oriental Rio-grandense*, *Centro Ocidental Rio-grandense* e *Sudoeste Rio-grandense*). Esse uso foi registrado em 35 pontos, ou seja, 34% do número de localidades.

Em relação ao uso da forma *ficamos*, a variante canônica, houve 22% de uso (o dobro de SC – 11%), e tal resultado pode ter revelado que o estado gaúcho apresenta um pouco mais de monitoramento entre os informantes do campo.

A forma *ficamo*, por sua vez, apresentou um percentual de 20% e, ao somar-se a forma *fiamos* e *ficamo*, o percentual é de 42%, assim como a soma das outras formas – 42% (*fiquemo*, com 34% e *fiquemos* com 8%).

Já no que se refere ao estado do Paraná, verificou-se 44% de uso da variante mais estigmatizada *fiquemo*, isto é, 44 pontos em todo o estado, como os seguintes pontos: 11 (Loanda), 141 (Mandaguari), 172 (Faxinal), 185 (Marechal Cândido Rondon), 150 (Campo Mourão), 155 (Ubiratã), 158 (Roncador), 207 (Reserva), 217 (Sengés), 225 (Prudentópolis), 227 (Irati), 235 (Lapa), 241 (Bocaiúva do Sul), 251 (São José dos Pinhais), 290 (Clevelândia), 296 (União da Vitória), além de outros.

A segunda forma mais produtiva foi a canônica *ficamos*, ocorrida de maneira dispersa pelas suas mesorregiões. Alguns dos pontos em que ela foi registrada foram: Capanema (264), Barracão (281), Ampére (271), Palmital (202), Quedas do Iguaçu (220), Guaíra (177), Palotina (179), Rondon (106), Itaguajé (29), Porecatu (34), Cambé (55), São Jerônimo da Serra (91), Ponta Grossa (214), Paranaguá (261, Rio das Pedras) e General Carneiro (293).

A forma *ficamo* é registrada de maneira difusa pelo estado, ocorrendo, por exemplo, em: 262 (Paranaguá, Colônia Pereira), 287 (Pato Branco), 198 (Foz do Iguaçu), 190 (Santa Helena), 114 (Cianorte), 16 (Querência do Norte), 25 (Paranavaí), 53 (Arapongas), 171 (Borrazópolis), 193 (Cascavel), 205 (Ortigueira), 213 (Castro). Já a variante *fiquemos* aparece mais no sul e no centro do Paraná – exceto nos pontos 135 (Maringá), no *Norte Central*, e 93 (Curiúva), na mesorregião *Centro-Oriental*.

Pensando-se na mesorregião Sudeste, que é foco desta pesquisa, o ALERS trabalhou com cinco pontos e registrou os seguintes dados: São Mateus do Sul (236) – *fiquemos*; Irati (227) – *fiquemo*; Prudentópolis (225) – *fiquemo*; União da Vitória (296) – *fiquemo*; General Carneiro (293) – *ficamos*. Os resultados nesta mesorregião revelaram o uso das duas formas mais estigmatizadas (terminadas em –emo e –emos), de modo a revelar que esse uso da CVP4 não-padrão parece ser comum na mesorregião. Tal dado

é algo bastante confluyente com a pesquisa de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkal (2016), na qual mostramos que o uso de –e-mo(s), bem como de –i-mo(s), na 2ª conjugação, é produtivo na mesorregião sudeste do Paraná. Naquela pesquisa, usamos o *corpus* do banco rural VARLINFÉ, analisando as cidades de Mallet e Irati, sendo que esta última também é contemplada no ALERS – ponto 227 –, e foi a forma *fiquemo* a mais comum na cidade. (PEREIRA, MARGOTTI, 2018, p. 246-247).

Pudemos constatar, pois, a partir da pesquisa de Pereira e Margotti (2018), que a questão geográfica (comparando-se as mesorregiões dos estados sulistas) não parece ser tão relevante no uso de variantes do verbo *ficar* na 1ª pessoa do plural do *pretérito perfeito do indicativo*.

O aspecto rural/urbano é que parece condicionar o uso de uma ou outra variante, pois as ocorrências de variantes não canônicas foram significativas nos três estados, diferentemente de resultados de pesquisas de *corpora* urbanos em que elas têm baixa frequência ou não são registradas (ZILLES, BATISTA, 2006; CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002).

Por fim, ressaltamos que esse uso linguístico foi registrado na variedade rural do português do Brasil, mas também na variedade rural do português uruguaio (PU), em região de fronteira com o Brasil.

Elizaíncin (1992) registra esse uso denominando-o como um “cambio de vocal temática” (troca da vogal temática), o qual é encontrado em variabilidade no PU, tanto em presente quanto pretérito perfeito do indicativo.

Quadro 4 – Resultados de Elizaíncin (1992) a respeito da alternância vocálica no português uruguaio

| Localidades | -a- | -e- | Dif. % |
|----------------------|------------|------------|---------------|
| A (n= 35) | 40 | 60 | 20 |
| R (n= 14) | 50 | 50 | 0 |
| V/ MC (n= 45) | 60 | 40 | 20 |
| RB (n= 13) | 58 | 42 | 16 |
| A/IN (n= 10) | 100 | 0 | 100 |
| | 50 | 50 | 0 |
| N = 132 | | | |

Fonte: Elizaíncin (1992, p. 126)

O número de ocorrências de uso com /e/, segundo o autor, mostra que há uma distribuição diatópica homogênea, de modo que não se pode afirmar que seja um uso específico de uma localidade. Consiste em algo similar aos resultados sobre esse fenômeno linguístico no Brasil, isto é, ocorre de maneira homogênea em localidades rurais.

Precisamos fazer menção também ao estudo de Pacheco (2013), que, ao tratar sobre o português fronteiro no Brasil com o Uruguai, na comunidade de Aceguá, explica que tal comunidade apresenta características rurais e bilíngues (português e espanhol). A autora faz um levantamento de fenômenos linguísticos típicos da região e menciona (brevemente) a variação da VT de P4¹¹⁵: “substituição do sufixo de primeira pessoa do verbo da primeira conjugação

¹¹⁵ Essa característica no PU já havia sido mencionada por Elizaíncin, Behares e Barrios (1987), no livro “Nós falemo brasileiro: dialectos portugueses em El Uruguay”.

por –emo, semelhante ao português de áreas rurais. PB: Nós *falemo* as duas coisa. PU [português uruguaio]: Nós *joguemo* muito futebol.” (PACHECO, 2013, p. 197). Sua pesquisa é mais um indício da relação desse fenômeno com áreas rurais.

No entanto, nesta pesquisa, não nos aprofundamos em tratar sobre esse fenômeno no contato linguístico com o espanhol, mas acreditamos que se trate de um ponto importante a considerar em pesquisas futuras.

Findando-se nosso compilado de estudos relativos ao tema no Brasil e suas fronteiras, passemos o que foi registrado em Portugal. Há uma publicação recente, de Svobodová (2017)¹¹⁶ que versou especificamente sobre a variação da vogal temática na concordância verbal de 1ª pessoa do plural em Portugal. Seu foco foi mais especificamente na 1ª conjugação, mas, em alguns momentos, também menciona a 2ª conjugação. Após ter elencado descrições de diversas teses dialetológicas de Portugal, a autora faz algumas suposições teóricas explicativas, na busca de compreensão dos motivos internos à língua para o surgimento deste fenômeno linguístico.

Em ciência da importância de Svobodová (2017) para nosso trabalho, a próxima seção trará uma resenha minuciosa desta pesquisa.

3.4 O FENÔMENO MORFOFONOLÓGICO EM PORTUGAL: SVOBODOVÁ (2017)

O artigo intitulado “Variação diatópica na flexão verbal da 1ª pessoa plural”, de Svobodová (2017), busca compreender o fenômeno linguístico da alternância vocálica de /a/ para /e/ em verbos regulares de 1ª conjugação, no âmbito da 1ª pessoa do plural – “quando as formas verbais do presente como FALAMOS e de pretérito perfeito simples como FALÁMOS se realizam como FALEMOS” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 186, grifos da autora), fazendo um mapeamento diatópico desse uso em Portugal.

O ponto de vista explicitado pela autora a respeito das formas verbais investigadas é que elas são problemáticas inclusive para a norma padrão, que faz a distinção fonética entre o /a/ semifechado e aberto, mas são graficamente idênticas em ambos os tempos verbais (apesar de poder haver acento agudo na forma de pretérito perfeito, pois ele é facultativo, conforme as gramáticas e *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*). Seu principal objetivo foi:

[...] abordar o fenômeno de alteração fonética da vogal temática A para E, abrangendo vários contextos da sua ocorrência, mas pondo ênfase particular

¹¹⁶ Gostaria de agradecer imensamente a Professora Esperança Carneira, que me indicou este artigo para leitura na ocasião de meu Doutorado Sanduíche em Portugal. Este texto com certeza me abriu os horizontes de pesquisa para pensar o fenômeno linguístico da alternância vocálica e trouxe a bibliografia descritiva necessária que faltava a esta Tese de Doutorado.

no seu papel na flexão verbal. Ao mostrar os contextos da sua aparência e comentar a sua distribuição geográfica em relação a outros fenómenos que lhe parecem estar interligados, devemos chegar à conclusão se existe alguma relevância para vê-lo como fenómeno morfológico ou, pelo menos, morfonológico ou se para a troca da vogal temática a desinência verbal representa apenas mais um contexto da sua ocorrência. (SVOBODOVÁ, 2017, p. 186).

Para obter uma base de dados relevante, a autora utilizou-se de *corpus* criado à base de teses dialetais publicadas entre os anos de 1950 a 1960. Foram utilizadas 71 teses dialetológicas espalhadas por todo o território continental, mas também foram acrescentadas outras 16 localidades, a partir de inquéritos dialetológicos incentivados por Boléo e feitos nas décadas de 1940 e 1950, havendo, com isso um total de 87 localidades.

Antes de tratar sobre o foco de sua pesquisa, a autora explica que a palatalização de /a/ para /e/ em contextos diversos, como na palavra *buraco*, que é realizada como [bu'ɾeku] é algo que ocorre de modo espalhado em Portugal, de acordo com Cintra (1983 [1970]). Isso também é identificado por Boléo (1962), mas apenas na região central do Minho e na zona de Baixo Alentejo e Algarve.

Outro contexto comum que condiciona a ocorrência da troca é a presença da vogal ou consoante nasal na sílaba postónica. Este fenómeno, mencionado já por Vasconcelos (Vasconcelos 1987: 78) mas pormenorizadamente descrito por Boléo (Boléo 1962: 97), é pelo dialetólogo coimbrão considerado um dos traços caraterísticos do dialeto transmontano. Nele, palavras como PESTANA realizam-se como [pə'ʃtenɐ] e MONTANHA como [mõ'tɛɲɐ]. Assim, como podemos ver, uma vez que há algum condicionamento fonético, a alteração da vogal temática A para E torna-se um fenómeno bastante mais bem delimitável e prototípico de regiões muito mais restritas. (SVOBODOVÁ, 2017, p. 188).

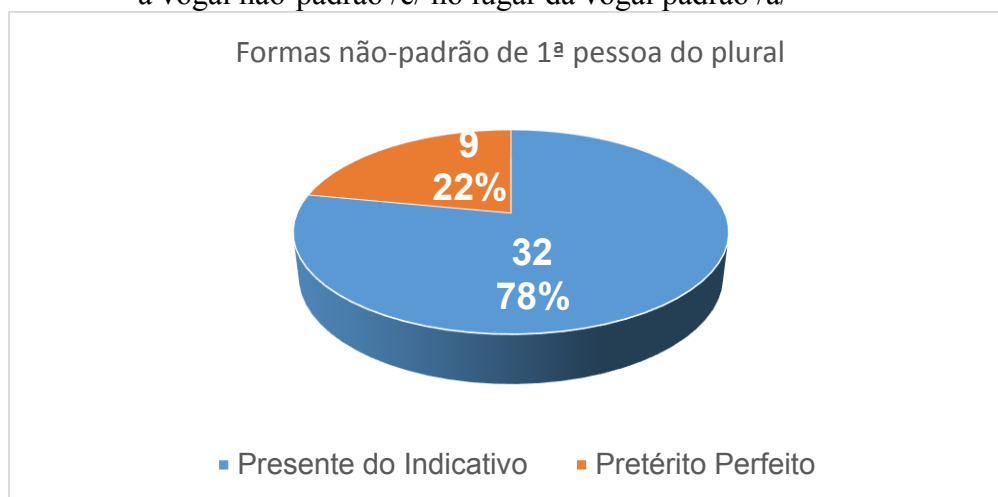
Além disso, a autora aborda brevemente a questão da 2ª conjugação, como, no caso, do verbo *comer*, em que a vogal temática /e/ é realizada como [i] não só na 1ª pessoa do plural, como em todas as outras pessoas (*comi, comiste, comiu, comimos, comistes, comiram*), o que é registrado em Santos (1967). Para Svobodová (2017), esse caso revela uma tendência regularizadora e unificadora do paradigma verbal, mas é algo que não acontece com a 1ª conjugação, representando “uma exceção, precisamente porque afeta antes de mais apenas a 1.ª ps. pl. e, como tal, o seu objetivo com certeza não é, ao contrário das outras alterações, regularizador” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 188).

Partindo-se para os dados de sua pesquisa, a pesquisadora relata que se deparou com 32 ocorrências da alteração vocálica das formas de 1ª pessoa do plural no tempo de *presente do*

indicativo. Já em relação ao *pretérito perfeito simples*, foram encontradas apenas 9 ocorrências, totalizando um número de 41 ocorrências da forma não-padrão (como *falemos*).

Para melhor ilustrar, fizemos o seguinte gráfico:

Gráfico 4 – Dados de Svobodová (2017) de formas verbais de 1ª pessoa do plural com a vogal não-padrão /e/ no lugar da vogal padrão /a/



Fonte: autoria própria com base em Svobodová (2017, p. 189)

A porcentagem de 22% de uso no pretérito em oposição a 78% de uso no presente consiste num resultado um tanto inesperado, pois a tendência de diferenciação entre os tempos verbais geralmente privilegia o uso da forma não-padrão para o pretérito perfeito (cf. Capítulo III), ao menos em terras brasileiras.

A argumentação da autora, a partir dos dados das décadas de 1940 a 1960, é de que isso “torna evidente que a alteração no pretérito perfeito simples do indicativo surgiu mais tarde e muito provavelmente só como analogia com a alteração já ocorrente no presente do indicativo” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 189). Em relação a esse ponto, não estamos totalmente concordes, pois acreditamos que o número de ocorrências em dado período de tempo específico não é uma informação suficiente para sabermos qual forma (e em qual contexto) emergiu primeiro. Isto é, argumentamos que essa certeza de que a forma não-padrão surgiu no contexto de presente primeiro que no contexto de passado só poderia ser feita partir de uma coleta de dados em períodos anteriores, a qual revelasse a emergência mais antiga de tal forma no português. Essa tarefa, no entanto, é bastante complexa, uma vez que os dados de português de séculos anteriores ao XIX são dados de escrita (raramente de fala), e este fenômeno parece ser mais comum à fala.

Voltando aos dados da autora, ela esclarece que:

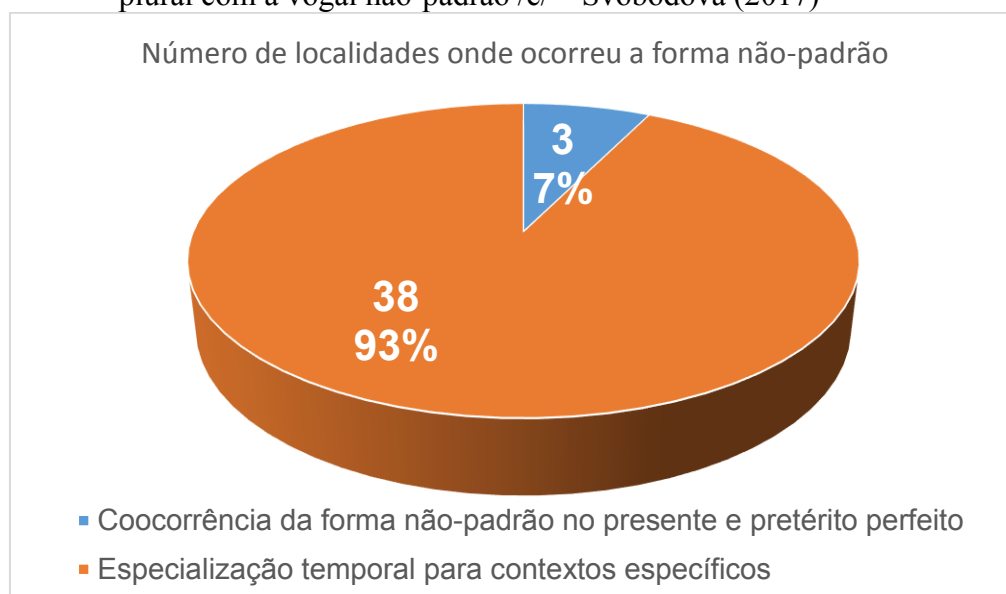
A alternância no presente do indicativo continua a ser assim a mais frequente, o que se reflete na sua distribuição geográfica, que também confirma os pressupostos de Vasconcelos. Enquanto a troca da vogal temática no presente do indicativo se encontra praticamente por todo o território de Portugal continental, atingindo tanto o extremo sul (Algarve) como o extremo norte (Trás-os-Montes e Minho); a alternância no pretérito perfeito simples do indicativo é mais própria apenas do Norte e a zona da raia, no centro de Portugal (nas Beiras). (SVOBODOVÁ, 2017, p. 189-190).

A informação a respeito do fato de a troca da vogal temática /a/ para /e/, em contexto de passado, ser mais comum ao Norte de Portugal e à zona da raia é uma descrição interessante, que parece aproximar o dialeto do Norte de Portugal da variedade rural brasileira – tomando por base as descrições de variados autores no Brasil, como Amaral (1920) e Bortoni-Ricardo (2011), os quais mostram a tendência de a forma não-padrão em ser usada em contexto de passado.

Mas Svobodová (2017) também revela existir, no cômputo de seus dados, a coocorrência da troca nos dois tempos verbais, explicando que “as alternâncias da vogal temática nem sempre ocorrem em ambos os tempos nas mesmas localidades. Pelo contrário, é muito mais frequente que coocorram apenas raramente.” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 190).

Assim, das 41 localidades em que foram encontrados dados de troca da vogal temática, apenas 3 delas apresentaram uso simultâneo (em ambos os tempos verbais), como podemos observar no seguinte gráfico:

Gráfico 5 – Número de localidades onde aparecem formas verbais de 1ª pessoa do plural com a vogal não-padrão /e/ – Svobodová (2017)



Fonte: autoria própria com base em Svobodová (2017, p. 190)

A partir do Gráfico 5, fica mais clara a existência de uma forte tendência para especialização temporal, ao menos nas localidades investigadas em Portugal. Ou seja, embora, em muitos lugares do país europeu, o uso da forma não-padrão (*falemos*) ocorra em contexto de presente, quando isso ocorre, a forma padrão (*falamos/falámos*) ocorre no passado, havendo uma especialização temporal. Já no Brasil, essa especialização parece ocorrer de modo inverso, com a forma não-padrão se especializando para o passado.

Segundo a autora, a troca simultânea ocorreu na região central de Portugal, mais precisamente na zona da raia. “Este resultado pode levar à hipótese que na maioria das localidades no presente e no pretérito perfeito simples do indicativo a troca adquire um verdadeiro papel diferenciador.” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 190). Tal constatação da autora é primordial para o andamento de nossa pesquisa, pois, não obstante já tenhamos percebido a existência dessa forma não-padrão em ambos os tempos verbais, nas pesquisas brasileiras, apostamos na hipótese da tendência diferenciadora no que tange aos usos linguísticos das localidades do banco VARLINFE, foco de nossa investigação.

Na continuidade de sua análise, Svobodová (2017) busca fazer elucidações teóricas visando a tentar entender as motivações internas da língua para o surgimento deste fenômeno linguístico da troca da vogal temática. Assim sendo, ela apresenta, basicamente, cinco abordagens teóricas para uma possível explicação do fenômeno: **(i) motivação por analogia;** **(ii) fenômeno fonético;** **(iii) fenômeno morfológico;** **(iv) troca ao contrário;** e **(v) recuo do acento.**

A primeira delas, *motivação por analogia*, é defendida por Vasconcelos (1901) e teria como explicação a analogia com o verbo *ter*, cuja forma de 1ª pessoa do plural é *temos*. Segundo essa hipótese, a abundância de uso da forma *temos* faria com que os falantes, analogicamente, utilizassem o /e/ no lugar de /a/ em consideração a essa similaridade. Já outros autores, como Cruz (1969) e Oliveira (1966), argumentam em prol da motivação por analogia, mas afirmando que o parâmetro analógico seriam os verbos de 2ª e 3ª conjugação, pois a vogal /e/ é dominante nessas conjugações.

No entanto, Svobodová (2017) descarta essa última hipótese de analogia ao considerar que os verbos de 1ª conjugação são muito mais abundantes no português, de modo que acabam por ser muito mais influentes que os de 1ª e 2ª conjugação. Assim, a influência se daria de maneira inversa (a 1ª conjugação influenciando as demais). Estamos de acordo com a autora com neste aspecto.

Além disso, outro ponto problemático em relação a essa descrição teórica, de acordo com Svobodová (2017), é que as analogias tendem a sistematizar as irregularidades, então, a vogal temática /e/ teria de aparecer em todas as demais pessoas (como, por exemplo: *falei, faleste, faleu, falemos, falestes, faleram*), mas não é o que acontece. O uso da vogal /e/ acaba por ocorrer apenas na 1ª pessoa do plural, dando indícios que não se trate de uma tendência analógica regularizadora.

Com isso, a hipótese da analogia parece não ser a mais plausível para explicar a motivação de tal fenômeno linguístico na língua portuguesa. Também adotamos essa visão nesta pesquisa, pois não acreditamos que a *motivação por analogia* nos dê suporte suficiente para explicar a alternância da vogal temática na língua portuguesa em verbos de 1ª e 2ª conjugação.

Passamos, agora, para a segunda abordagem elencada por Svobodová (2017), *fenômeno fonético*, segundo a qual a troca de /a/ para /e/ seria um fenômeno puramente fonético. Para a autora,

A teoria sobre o caráter puramente fonético deste fenômeno tem, na nossa opinião, o seu fundamento. O que a fomenta, antes de mais, é a multiplicidade de trocas da vogal temática em vários tempos, conjugações e até pessoas verbais com a qual deparamos nas variedades diatópicas de português e que, na maioria dos casos, é realmente aleatória. Para exemplificar como é amplo e pouco sistemático o fenômeno em todas as conjugações, podemos mencionar a zona de Trás-os-Montes, onde aparece a alteração da vogal temática A do pretérito perfeito simples do indicativo para a vogal E, mas onde, simultaneamente, pode ocorrer também o fechamento deste A aberto do pretérito perfeito simples do indicativo para A semifechado. Ainda por cima, provavelmente sob influência desta confusão na realização da vogal temática dos verbos da 1.ª conjugação, na mesma zona existe também uma alteração de vogais temáticas I e E do mesmo tempo para A semifechado nos verbos da 2.ª e 3.ª conjugação. Resumindo: segundo Santos (Santos 1967: 243–244) acabamos por obter as seguintes variantes:
 chegámos → [ʃə'ɾemuʃ] ou [ʃə'ɾemuʃ]
 comemos → [ku'məmuʃ]
 partimos → [pər'temuʃ]
 (SVOBODOVÁ, 2017, p. 191-192).

Assim, Svobodová (2017) explica que, se um mesmo sujeito pode usar qualquer uma dessas terminações, torna-se difícil justificar que isso ocorra por outra motivação que não a fonética. Ademais, há mais dois argumentos demonstrados pela autora que podem sustentar a defesa desta motivação fonética: **(i)** a existência dessa troca de vogal temática em outros tempos verbais, como, por exemplo, pretérito mais-que-perfeito (*andáramos* que se realiza como

andérimes); e (ii) o fato de essa alteração vocálica acontecer em algumas outras pessoas, como a 2ª do plural (*cantais* que se torna *canteis*).

Esses dois argumentos, no caso do contexto brasileiro, acabam por não se sustentar, uma vez que não é comum no Brasil fazer essa troca da vogal temática nem em outros tempos verbais, nem em outras pessoas. Em consideração a essa realidade, no caso de nossa pesquisa, acabamos por destacar esta hipótese de que o fenômeno da alternância vocálica pré-SNP seja puramente fonético.

A terceira explicação teórica de Svobodová (2017) – que enxerga esse tipo de troca vocálica como um *fenômeno morfológico* – nos parece ainda a conceituação mais apropriada para tratar deste fenômeno linguístico em análise. De acordo com a pesquisadora, como as duas formas verbais – *falamos* e *falámos* – são bastante problemáticas, a troca de um /a/ por /e/ em um desses contextos temporais seria uma solução bastante lógica para resolver o problema da proximidade demasiada entre essas duas formas modotemporais diferentes. Mais que isso,

O que parece apontar para o valor de traço distintivo morfológico da troca da vogal A por E é o próprio facto de esta alteração, no caso da flexão verbal, ocorrer, predominantemente, na 1.ª ps. pl. e não nas restantes pessoas. Se fosse só um fenómeno fonético de palatalização que atingisse o fonema A na posição tónica, ocorreria depois, simultaneamente, em todas as pessoas do paradigma flexional e em todos os tempos em que esta vogal aparecesse na posição tónica, o que não é o caso. (SVOBODOVÁ, 2017, p. 193).

Esse uso restrito à 1ª pessoa do plural, justamente onde há formas verbais “problemáticas”, parece ser um forte argumento, pois resolveria uma questão dificultosa na língua, estabelecendo uma diferenciação temporal mais clara do que a simples diferença entre um /a/ semifechado e outro aberto.

A autora acrescenta que:

Outro fator que contribui para esta explicação morfológica é o facto de que, segundo os resultados obtidos das teses dialetais, só em 3 zonas há coincidência da troca da vogal A por E, simultaneamente no presente do indicativo e no pretérito perfeito simples do indicativo (ou seja, nos dois tempos deparamos com a desinência –EMOS), enquanto nas restantes 38 localidades a troca se realizou ou apenas no presente ou apenas no pretérito perfeito simples. Assim a coocorrência é mínima e quase prescindível, o que mostra que na maioria dos casos a troca pode ser percebida como fenómeno suscetível de diferenciar foneticamente os dois tempos, tendo, como tal, algum valor distintivo, mesmo que meramente secundário em que esta vogal aparecesse na posição tónica, o que não é o caso. (SVOBODOVÁ, 2017, p. 193).

Podemos perceber que novamente a linguista traz à vista os dados mínimos de coocorrência da forma nos dois tempos verbais como um argumento fortalecedor da *motivação morfológica*. Por outro lado, esclarece que essa diferenciação temporal entre presente e pretérito perfeito acaba por gerar outro problema: a neutralização com a forma de presente do Conjuntivo/Subjuntivo, que é realizada com /e/ – como em “é necessário que nós *falemos* –, isto é, haveria uma diferenciação temporal entre presente e pretérito perfeito do Indicativo, mas geraria uma nova coincidência de formas, agora entre presente do indicativo e presente do subjuntivo.

Porém, como a própria autora esclarece, trata-se de uma “hipotética confusão”, pois, mal ocorre em algum lugar a troca da vogal temática /a/ em /e/, acontecem também alterações na 1ª pessoa do plural no presente do Subjuntivo, as quais parecem ser incentivadas pelos processos realizados nos outros dois tempos verbais. Isso confirma “o pressuposto de complementaridade de alterações fonéticas e sua interligação com forte impacto de nível morfológico” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 193). Assim, a alteração da vogal temática resultaria num rearranjo do paradigma flexional da variedade onde isso ocorre.

Em nossa pesquisa, essa hipótese do *fenômeno morfológico* (e de seu consequente rearranjo no paradigma flexional) parece ser a mais lógica e adequada ao contexto das variedades rurais brasileiras, mas a comprovação (ou não) desta hipótese só poderá ocorrer após a análise quantitativa e qualitativa de nossos dados.

Retornando às outras possibilidades teóricas explicativas de Svobodová (2017), tem-se a *troca ao contrário*, que consiste numa “troca da terminação do presente do conjuntivo EMOS por AMOS, realizada com A aberto, que ocorre simultaneamente com a troca da terminação do pretérito perfeito simples do indicativo ÁMOS por EMOS” (SVOBODOBÁ, 2017, p. 193), significando haver a troca mútua entre os dois tempos e modos verbais.

Assim, vimos a ter as seguintes realizações:

chegamos → [ʃə'gəmuʃ]

chegamos → [ʃə'gemuʃ]

cheguemos → [ʃə'gamuʃ] 18

Olhando para o resultado, não podemos dizer que tenhamos resolvido o problema da demasiada proximidade das realizações fonéticas destas três formas verbais, dado que sempre temos três fonemas relativamente próximos (A semifechado, A aberto e E semifechado), que apenas trocaram de tempos e modos que exprimem na norma padrão. Podemos, contudo, concluir que estas trocas se complementam. (SVOBODOVÁ, 2017, p. 193).

Sob esse viés, consoante Svobodová (2017), as trocas de realização de vogais ocorrem de maneira complementar e possibilitam, também, um rearranjo no paradigma flexional dos verbos, pois os falantes teriam uma percepção do impacto das trocas fonéticas a nível morfológico, de modo a atribuírem a elas um papel diferenciador.

Relativamente a esta explicação teórica, não podemos descartá-la ao tratarmos de variedades do PB, pois é possível que algumas trocas ocorram, mas ainda acreditamos que a explicação da diferenciação morfológica temporal seja a hipótese ainda mais plausível. Recuperamos essa discussão, contudo, nos Capítulos V e VIII desta tese.

Para finalizar, a última hipótese teórica de Svobodová (2017) é relativa ao *recuo do acento*. Trata-se de um fenômeno de âmbito fonético no qual os sujeitos pronunciariam as formas verbais com a tônica recuada – ou seja, a forma *cheguemos* poderia ser pronunciada como [ʃə'gemuʃ] no pretérito perfeito, enquanto a forma do conjuntivo se realizaria como ['ʃegəmuʃ]. Desse modo, a diferença entre as duas formas verbais seria fonética, em relação à mudança da sílaba tônica de cada forma. A autora traz alguns dados interessantes desse fenômeno em Portugal, sobretudo nas regiões no nordeste da província Beira Interior, os quais podem ser vistos em seu texto, com maiores detalhes.

Entretanto, apesar de o recuo do acento ocorrer em Portugal, como registra Svobodová (2017), com base em estudos como o de Oliveira (1966), não nos parece ser um uso comum no Brasil. De modo geral, os falantes brasileiros se utilizam muito pouco do tempo verbal de presente do Subjuntivo e, quando o fazem, costumam usar o pronome *a gente* com a concordância no singular (“é necessário que a gente *fale*”) ou, mesmo, a forma padrão de 1ª pessoa do plural, sem recuo de acento (“é necessário que nós *falemos*”).

Dessa maneira, descartamos a explicação teórica do recuo do acento em relação ao fenômeno linguístico por nós investigado no Brasil, porque consideramos a inexistência deste fenômeno em tais formas verbais na variedade brasileira. Todavia, caso o encontremos em nosso *corpus*, podemos retomar tal hipótese.

Enfim, ao concluir seu texto, Svobodová (2017) deixa claro que as hipóteses teóricas como *fenômeno morfológico* e *fenômeno fonético* parecem ser as mais lógicas, mas estão em complementaridade com o *recuo do acento*. Ademais, a autora assevera que “mesmo que se trate apenas de um fenômeno fonético, **quase sempre influi profundamente no paradigma flexional**, podendo incentivar o surgimento de outras alterações fonéticas” (SVOBODOVÁ, 2017, p. 195, grifos nossos).

Tal afirmação, então, assim como outras constatações presentes no artigo permitiram-nos alguns avanços para pensar o objeto linguístico desta pesquisa. O primeiro desses avanços é uma maior segurança em sua classificação como um fenômeno *morfofonológico*, embora ainda tenhamos uma maior inclinação para considerá-lo com mais força no aspecto morfológico. O outro ponto de destaque da pesquisa da autora e que nos é muito precioso é a questão da hipótese do rearranjo no paradigma flexional, o qual é defendido por Svobodová (2017) em praticamente todas as suas hipóteses teóricas.

Para além dessas contribuições teóricas, o estudo nos trouxe à vista algumas teses dialetológicas que citaram o fenômeno linguístico da alternância vocálica que nos interessa, e tal direcionamento bibliográfico possibilitou-nos um aprofundamento sobre o tema, verificando-se que a alternância vocálica na 1ª pessoa do plural, além de uma peculiaridade rural brasileira, também é recorrente em certas localidades nas terras lusitanas.

Naro e Scherre (2017) já haviam mencionado alguns desses estudos, mas Svobodová (2017) trouxe à vista um número razoável de outras pesquisas que descreveram a troca de /a/ por /e/ no âmbito da vogal temática nas formas verbais de 1ª pessoa do plural.

No próximo capítulo retomamos esta questão, fazendo um levantamento dos estudos dialetológicos citados por Svobodová (2017), detalhando cada um deles e traçando comparações com a variedade brasileira, na medida do possível.

3.5 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, procuramos fazer um detalhamento acerca do objeto linguístico variável que é foco de estudo variacionista nesta tese. Para tanto, trouxemos à tona estudos de pesquisadores que trataram sobre este tema, revelando o forte traço de ruralidade ligado a esse uso linguístico.

Dentre o cômputo de características que tal fenômeno linguístico apresenta, percebemos, mediante Vasconcelos (1901), Câmara Jr. (2010 [1970]), Naro e Scherre (2007) e outros, que parece apresentar uma origem no português europeu arcaico, constituindo-se em um uso conservador do PE no Brasil. Isso nos move a tratar, no próximo capítulo, sobre variedades rurais e conservadorismo linguístico.

As constatações gerais a que chegamos, com base nas discussões já elencadas, a respeito do uso não canônico foram:

(1) Está relacionado a variedades rurais (AMARAL, 1920; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; FROSI, MIORANZA, 1983; COSTA, 1990; NARO, SCHERRE, 2007; PEREIRA MARGOTTI, 2018);

(2) Não é restrito à fala – não obstante seja mais comum nessa modalidade –, pois é registrado também na fala de sujeitos do campo, conforme mostramos em Pereira, Coelho, Loregian-Penkhal (2016);

(3) Geralmente não se encontra em *corpus* de variedade urbana e culta (CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002; ZILLES e BATISTA, 2006);

(4) Parece ter uma origem no português europeu arcaico (VASCONCELOS, 1901; NARO, SCHERRE, 2007; SVOBODOVÁ, 2017);

(5) Consiste em um fenômeno morfofonêmico, *i.e.*, contém em seu bojo aspectos morfêmico-morfológicos e fonético-fonológicos (FREITAG, 2016);

(6) Associa-se à questão da ‘saliência fônica’ em relação ao sufixo de PN /mos/ que também se realiza como [mo] (COSTA, 1990; ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; ZILLES e BATISTA, 2006; BORTONI-RICARDO, 2011);

(7) É variável em algumas comunidades de fala, não se restringindo ao contexto de pretérito perfeito do indicativo (COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016); e, finalmente;

(8) Há maior uso das formas não canônicas no Pretérito Perfeito do Indicativo (CASTILHO, 1992, 2016; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017).

Em consideração ao exposto, é que analisamos nosso fenômeno linguístico, fazendo um levantamento sobre as investigações científicas feitas em relação ao tema ou que lhe fizeram breve menção¹¹⁷.

Com base nesses nossos estudos prévios, portanto, que fazem parte de um cômputo sobre o fenômeno linguístico da alternância da VT que antecede o sufixo de PN /mos/, pudemos ir construindo conhecimentos e reflexões sobre um objeto de estudo ainda pouco estudado por pesquisadores brasileiros, não obstante esteja presente nas variedades rurais e rurbanas já há, pelo menos, um século.

Assim sendo, no capítulo subsequente, retomamos a ruralidade (já tratada no Capítulo II e neste capítulo) como ponto importante a ser considerado nesta pesquisa sociolinguística, apresentando um rol de características linguísticas pertencentes à variedade rural. Também

¹¹⁷ Em alguns momentos, nesta seção subsequente, são exibidos trechos de fala de pesquisas que não o mencionaram, mas que desvelaram dados dessa natureza na exposição de fragmentos de fala de seus informantes.

tratamos um pouco sobre conservadorismo linguístico, em consideração ao fato de as áreas rurais geralmente serem mais conservadoras cultural e linguisticamente.

CAPÍTULO IV

“O PAI FALAVA UM BRASILEIRO ATRAPAIADO”: VARIEDADE RURAL E CONSERVADORISMO LINGUÍSTICO



4 “O PAI FALAVA UM BRASILEIRO ATRAPAIADO”¹¹⁸: VARIEDADE RURAL E CONSERVADORISMO LINGÜÍSTICO¹¹⁹

“Há muitos traços que se supõem ser típicos do Brasil e que se encontram também nos falares portugueses” (BOLÉO, 1943. p. 23)

“[um] fundo arcaico constitui, por assim dizer, a substância da nossa fala popular [brasileira].” (CHAVES DE MELO, 1946, p. 97).

4.1 PALAVRAS INICIAIS

Neste capítulo, já providos de informações sobre a macrocomunidade linguística que é objeto desta tese e a respeito do objeto linguístico em investigação, caracterizamos *variedades rurais* e tratamos sobre o *conservadorismo linguístico* que parece estar aliado à realidade rural (brasileira, ao menos).

Relembramos que as entrevistas nas localidades do banco-base VARLINFE foram feitas na zona rural das localidades (cf. Capítulo II), reconhecendo que a mesorregião *Sudeste paranaense* permanece apresentando características rurais e argumentando que o fenômeno linguístico da alternância da vogal temática precedente ao sufixo /mos/ é algo típico da variedade rural (cf. Capítulo III).

Com base nessas constatações, nossos objetivos principais deste capítulo são: **(a)** fazer um detalhamento geral das variedades rurais brasileiras, de modo a perceber quais fenômenos linguísticos estão relacionados a elas e também verificar se variedades rurais portuguesas apresentam o fenômeno linguístico da alternância vocálica por nós focalizado; **(b)** investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico.

Algumas das questões que nos colocamos neste capítulo, relacionadas à variação morfofonológica da vogal temática precedente aos sufixos de *tempo, modo e aspecto*, bem como de *número e pessoa*: **(1)** Seria tal variação um exemplar de conservadorismo linguístico dentro da variedade rural no português brasileiro? **(2)** Qual é a relação desse fenômeno morfofonológico com o português europeu? **(3)** O fenômeno da alternância vocálica na

¹¹⁸ Frase proferida por uma informante de Rio Azul, sexo feminino, ensino fundamental I, mais velha.

¹¹⁹ Este capítulo só foi possível graças à bolsa CAPES (PDSE – 2018), por meio da qual estive por 6 meses em Lisboa, pondo em prática um plano de estudos na Universidade de Lisboa, sob orientação da Professora Alina Villalva. Tive o privilégio, também, de assistir às aulas da Professora Esperança Cardeira, as quais me propiciaram reflexões e leituras de grande valia para esta tese. Ficam aqui meus agradecimentos a tais ilustres professoras.

primeira pessoal do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação está, de fato, relacionado a variedades rurais e à “ilhas de conservadorismo”?

Buscando respostas para os objetivos específicos deste capítulo, iniciamos retomando o fenômeno da alternância vocálica e sua relação com variedades rurais. Depois, tratamos sobre a variedade rural brasileira, o sujeito que a utiliza e as idiossincrasias linguísticas que a constituem. Argumentamos que o fenômeno linguístico que é foco desta pesquisa consiste numa das características linguísticas do homem do campo e fazemos um apanhado de outras particularidades linguísticas desse universo rural.

A seção subsequente embasa a argumentação a respeito das *ilhas de conservadorismo*, trazendo autores que tratam sobre tal temática (cf. NARO e SCHERRE, 2007; RIBEIRO, 2013, entre outros).

Na sequência, fazemos uma apresentação sobre o português europeu, com a seção intitulada “Português europeu: origens de um fenômeno linguístico?”, revelando as prováveis procedências da alternância vocálica em VT das formas de 1ª pessoa do plural na língua portuguesa, a partir das descrições presentes em teses dialetológicas portuguesas. Por fim, fazemos a síntese deste capítulo recuperando os objetivos já elencados e reforçando nossas hipóteses.

4.2 UMA VARIAÇÃO MORFOFONOLÓGICA TÍPICA DE VARIEDADES RURAIS E RURBANAS

A partir de evidências descritivas, em alicerce a Naro e Scherre (2007) e outros autores, argumentamos que o uso de formas como *falemo e aprendimo* seja comum às variedades rurais no Brasil consistindo num *estereótipo*¹²⁰ relacionado ao homem do campo bastante identificável entre falantes de variedades cultas do português brasileiro¹²¹, além de se constituir em um exemplo de conservadorismo do português europeu no Brasil (RIBEIRO, 2013), por apresentar suas raízes em terras lusitanas (VASCONCELOS, 1901; NARO e SCHERRE, 2007).

¹²⁰ Segundo Labov (1972), os *estereótipos* seriam aqueles elementos linguísticos mais nítidos aos falantes como típicos de alguma variedade, de forma que os sujeitos lhe imprimem um maior grau de avaliação, atribuindo-lhes uma estigmatização.

¹²¹ Fizemos uma pesquisa em 2011 para uma disciplina do Mestrado, que não foi publicada, mas revelava o desprestígio de informantes urbanos florianopolitanos em relação ao uso de *-emo* em contextos de presente e pretérito perfeito do Indicativo. Foi aplicado um questionário em que os sujeitos deveriam marcar as formas verbais que julgavam “feias” ou “erradas”, e foram apresentadas frases em três contextos temporais: presente do Indicativo, pretérito perfeito do Indicativo e presente do Subjuntivo. A forma *falemos* foi considerada, pela maioria dos informantes, como *errada* inclusive no contexto de Presente do Subjuntivo, no qual ela estaria “correta” de acordo com a norma padrão – exemplo: “É necessário que nós *falemos* com ele”.

Antes, no entanto, de darmos continuidade às investigações científicas que trataram a respeito de variedades rurais, uma breve observação ao cancionário popular brasileiro já nos permite traçar algumas considerações. Observemos os trechos de canções a seguir:

- (3) O Arnesto nos convidou prum samba, ele mora no Brás/ Nós fumos e num **encontremos** ninguém/ Nós **vortemos** com uma baita de uma reiva/ Da outra vez, nós num vai mais/ Nós não semo tatu!/ Noutro dia **encontremo** com o Arnesto/ Que pediu desculpa, mas nós não **aceitemo** (“Samba do Arnesto”, grifos nossos. Disponível em: <https://www.musixmatch.com/pt/letras/Adoniran-Barbosa/O-Samba-do-Arnesto>. Acesso em: 20 de fev. 2020).
- (4) **Peguemo** tudo as nossas coisas/ E fumos pro meio da rua/ Apreciar a demolição/ Que tristeza que eu sentia/ Cada táuba que caía/ Doía no coração/ Mato Grosso quis gritá/ Mas em cima eu falei/ Os homis tá cá razão/ Nós arranja outro lugar/ Só se **conformemos** quando o Joca falou/ Deus dá o frio conforme o cobertor/ hoje nós pega páia nas gramas do jardim/ E prá esquecê, nós **cantemos** assim/. REFRAO: Saudosa maloca, maloca querida/ Dim-dim donde nós **passemos** os dias feliz de nossa vida/ Saudosa maloca, maloca querida/ Dim-dim donde nós **passemos** os dias feliz de nossas vidas. (“Saudosa Maloca”, grifos nosso. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/adoniran-barbosa/43969/>. Acesso em: 20 de fev. 2020).

Em “Samba do Arnesto” e “Maloca querida”, o compositor Adoniran Barboza já mostrava alguns fenômenos linguísticos típicos do falar considerado caipira/rural, como o *rotacismo* (“voltemos”, com a realização [vor'temʊ]), *yeísmo* (“palha”, com a realização [ˈpajɐ]), entre outros que são nitidamente típicos dessa variedade rural (cf. AMARAL, 1920). Mas queremos dar maior destaque, sobretudo, à variação morfofonológica na vogal que antecede o sufixo número-pessoal de 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações¹²². No caso das canções mencionadas, observa-se o uso não-padrão em verbos de 1ª conjugação – *encontremos*, *vortemos*, *aceitemos*, *peguemos*, *conformemos*, *cantemos*, *passemos* – cujo padrão seria, respectivamente, *encontramos*, *voltamos*, *encontramos*, *pegamos*, *conformamos*, *cantamos* e *passamos*.

Também a canção “Chico Mineiro”, de Tonico e Tinoco, traz exemplares da alternância vocálica nesta 1ª conjugação, como se pode perceber no trecho:

- (5) “Fizemo a úrtima viagem/ Foi lá pro sertão de Goiás/ Fui eu e o Chio Mineiro/ Também foi o capataz/ *Viajemo* muitos dia/Pra chegar em Ouro Fino/ Aonde nós *passemo* a noite/ Numa festa do Divino” (“Chico

¹²² A 3ª conjugação não será considerada neste estudo porque não ocorre esse mesmo tipo de variação, como já foi mencionado no Capítulo III.

Mineiro”, grifos nossos. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/tonico-e-tinoco/49083/>. Acesso em: 20 de fev. 2020).

Em tais letras, não houve exemplos deste fenômeno na 2ª conjugação¹²³, mas ele também ocorre na fala de pessoas do campo, como podemos verificar no dado de fala retirado do *corpus* do banco VARLINFE a seguir:

(6) Nós **jog[ẽ]mo**, é, nós jogava nas comunidade [ininteligível] tinha um time rural também, né? Do interior, que faziam antigamente [...] [Ininteligível] três jogo, **perd[i]mo** treis ano passado i... depois que no final que nós fumo ganhando, que não caiu. **(IRA, mas, fund. I, mais jovem)**

Um ponto a ser ressaltado em relação a esse trecho de fala é que a alternância vocálica está bastante associada ao uso do sufixo número-pessoal *-mo*, conforme pesquisadores dedicados ao estudo da concordância verbal em 1ª pessoa do plural, como Costa (1990), Zilles, Maya e Silva (2000) e Bortoni-Ricardo (2011) – (cf Capítulo III).

Pensando-se numa questão cronológica do uso linguístico, pelo fato de as composições mencionadas terem sido escritas em meados do século XX, poderíamos ter a impressão de que essa variação seria comum somente a décadas anteriores ao século XXI. Entretanto, esse fenômeno linguístico parece ter se conservado através de séculos (ao menos XIX, XX e XXI), pois há também canções sertanejas contemporâneas que apresentam dados desse objeto linguístico.

A música “Semo porque Semo”, de João Carreiro e capataz, por exemplo, – cujo trecho é apresentado no Capítulo III – não apenas traz à tona esse fenômeno em variação, como também mostra a valorização de uma identidade caipira/rural. A expressão “demoremo, mas cheguemo” revela uma realidade interessante de uma cultura caipira/rural que, por muito tempo, foi desvalorizada na sociedade brasileira, uma vez que o modo urbano de vida sempre foi mais prestigiado, mas, neste momento histórico – possivelmente devido à ascensão da música sertaneja e do agronegócio – parece estar passando por um momento de transição, rumo a menos estigma.

Mas como a sociedade urbana tem enxergado e avaliado essas formas atualmente? É provável que as variantes consideradas “caipiras” (ou rurais) ainda sejam alvo de preconceito

¹²³ Isso talvez ocorra devido à maior produtividade do acento vocálico na 1ª conjugação, já que a 1ª conjugação é mais produtiva na língua portuguesa (cf. MATTOS E SILVA, 2006), mas abordaremos novamente isso adiante.

linguístico (cf. BAGNO, 2002) em certos contextos sociais e geográficos, justamente pelo fato de a variedade rural estar passando por um momento histórico diferenciado, em virtude da ascensão do agronegócio e da modalidade musical *sertanejo universitário*. Tal contexto contemporâneo de prestígio em relação ao homem do campo pode implicar uma avaliação mais positiva a respeito do uso de variantes consideradas não-padrão (como o uso de *fiqemo* ao invés de *ficamos*, por exemplo).

Nesse contexto, o uso não-padrão da concordância verbal de 1ª pessoa do plural não parece ser aleatório, *i.e.*, a canção dá indícios de que esse uso seja indexicalizado a uma identidade rural, apresentando, de fato, um significado social e identitário. Em virtude dessa valorização dos homens do campo¹²⁴, é provável que o uso destas variantes não-padrão (/e/ em 1ª conjugação e /i/ em 2ª conjugação) associadas a eles torne-se cada vez mais produtivo em localidades rurais, como uma marca identitária e de resistência ao modo de ser urbano.

Não conseguimos mensurar, nesta pesquisa, essa produção ao longo do tempo, por não se tratar de um estudo diacrônico, mas queremos apontar para essa possibilidade, almejando que, em estudos futuros, possamos descrever melhor esse possível conservadorismo linguístico no português brasileiro e suas motivações sociais. Por outro lado, a descrição quantitativa e qualitativa à qual nos dedicamos tem como um de seus propósitos revelar a produtividade de tais variantes não-padrão em localidades de característica rural.

4.3 A VARIEDADE RURAL BRASILEIRA, O SUJEITO CAIPIRA/COLONO/CAMPONÊS E SEU FEIXE DE PECULIARIDADES LINGUÍSTICAS

¹²⁴ Gostaria de fazer um relato de caráter pessoal em relação a isso. Sou nascida em Quedas do Iguaçu – PR, no interior do estado, mas, na adolescência fui morar em Florianópolis para estudar e ali permaneci por quase 10 anos. Em 2014, voltei a morar no Paraná e atuei como professora de “Leitura e Produção Textual Acadêmica” numa universidade particular em Dois Vizinhos (na mesorregião *Sudoeste* do estado, também bastante rural como a mesorregião *Sudeste*). Uma das turmas sob minha responsabilidade era do curso de Agronomia, e meus alunos eram, em sua maioria, homens, moradores da zona rural e trabalhadores do campo. Como eu havia passado a infância ouvindo comentários pejorativos em relação aos homens da zona rural e visto o termo “colono” ser usado como um xingamento, resolvi ministrar uma aula inaugural sobre preconceito linguístico em relação ao homem do campo. Após uma longa fala sobre a valorização da nossa identidade, percebi que os alunos me olhavam com estranhamento, como se eu estivesse falando de um preconceito que eles não sentiam. No decorrer do semestre, pude perceber que havia muita valorização do curso de Agronomia na instituição e nas redondezas, assim como uma exaltação da cultura rural. Os alunos de Agronomia eram conhecidos como “agroboys”, faziam festas e despertavam bastante interesse das estudantes, sendo muito prestigiados. Nesse universo, havia um modo de vestir particular, com botas de couro e fivelas de cinto bastante chamativas, além de uma imagem rústica de virilidade. Acompanhei postagens nas redes sociais em que exibiam seus tratores e maquinários de modo muito similar a pessoas que exibem seus carros de luxo. Muitas dessas postagens, inclusive, eram provocativas aos homens da cidade, revelando certa competição pecuniária. A partir dessa vivência, pude perceber que, nos quase 10 anos passados fora dessa realidade rural, muitas coisas tinham mudado...

- (7) O caipira brasileiro/ Deve sê considerado / No valô dum marinheiro/ Dum dotô e dum sordado/ Ele usa como arma/ A inxada e o arado/ Picareta e a foiça/ Cavadera i o machado./ Gente rica da cidade/ Inveis de tê geração/ Tem um fio só por luxo/ Pra faze enzibição/ Famiage de caipira/ Mais parece um bataião/ E sordado pra manham/ Defende nossa Nação. /Mais tem gente na cidade/ Que essas coisa não qué vê/ Diz que o Jeca são vadio/ Inveis de lê agradece/ Dizem que o caipira é burro/ Só por que não sabe lê/ Se esquecendo que o caipira/ É que lhe dá de comê.
- O caipira vai pra roça/ Pra faze as prantação/ Pranta arreis e batatinha/ As verdura i o fêjão./ Alevanta bem cedinho/ Pra lidá com as criação./ I pra gente se vesti/ Eles pranta o argodão./Uma veis vai tudo bem/ Ota veis vai tudo mar/ Vem a peste vem a seca/ Arrazando o que encontra/ O caipira perde tudo/ Outra veis vai trabaiá/ Pois o Jeca é um Herói/ Nunca para de luitá./Se a Nação necessita/ Que o caipira vai servi/ Berganhando sua inxada/ Por um sabre e um fuzi/ O caipira corajoso/ Com orguio de segui/ Pra luitá e defende/ Sua Pátria .../ O BRASIL .(“Caipira é vosso amigo”, Tônico e Tinoco. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tonico-e-tinoco/89202/>. Acesso em 20 de set. 2018)

Essa canção (do século XX), de Tônico e Tinoco, acerca da figura do caipira mostra alguns atributos do seu jeito de ser, mas também revela propriedades linguísticas interessantes, pontilhando o seu modo de falar, *i. e.*, uma pequena fotografia da *variedade rural*. Ali, pode-se perceber o rotacismo (*sordado* e *prantação*), a monotongação (*marinheiro*), o alçamento vocálico na pré-tônica (*inxada*), o yeísmo/despalatalização (*bataião*), epêntese do -i- (*arroiz*) e o apagamento de /R/ em coda de sílaba final (*valô*).

Alguns desses metaplasmos e também outros fenômenos de caráter morfossintático (como a concordância nominal não-padrão – *as criação*) não são, obviamente, exclusivos de uma fala rural. O apagamento do /R/ em coda, por exemplo, é algo que ocorre de modo espreado pelo Brasil, englobando, inclusive, a norma culta. O mesmo, porém, não se pode dizer sobre o *rotacismo*, que parece ser algo típico de variedades rurais, *rurbanas* (BORTONI-RICARDO, 2011) ou entre sujeitos com menor grau de escolaridade.

Gonçalves e Belchior (2017, p. 99), ao tratarem sobre fonologia histórica do português, explicam que, dentre os metaplasmos ocorridos na história fonológica do português,

[...] o rotacismo é, sem dúvidas, aquele que dá origem aos dados mais depreciados no português do Brasil, por revelarem geralmente a baixa classe socioeconômica e a pouca escolaridade do falante que se utiliza de construções como ‘p[r]ástico’ e ‘b[r]oco’.

Consideramos, pois, que existam peculiaridades linguísticas que se destacam mais que outras na identificação de certos grupos sociais, como, neste caso, na constituição de uma variedade rural. Por isso, nesta seção, mapeamos alguns traços linguísticos que possam ser mais

nitidamente idiossincráticos a variedades rurais. Também estamos visando a traçar um espectro de graus de ruralidade, que será arquitetado ulteriormente (cf. Capítulo V) como uma das variáveis independentes internas (‘grau de ruralidade’).

Antes disso, tratamos um pouco sobre definições teóricas imprescindíveis, como o conceito de *variedade rural* e *dialeto caipira*.

Primeiramente, precisamos definir os termos *variedade* e *dialeto*. De acordo com Coelho, Görski, Nunes de Souza e May (2015), dá-se o nome de “variedade” à fala particular de determinado grupo, podendo também ser utilizados como sinônimos os termos “falar” e “dialeto”. Os autores esclarecem, contudo, que o termo *dialeto*, nesse caso, não corresponde a uma variedade “inferior” da língua, mas tão somente à fala característica de um grupo específico.

Bortoni-Ricardo (2010), por exemplo, em “O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais”, utiliza-se do termo *falar* para tratar de uma variedade específica do português em Brasília e região.

Para a definição de uma *variedade*, consideramos Cardeira (2006, p. 100-101), constituindo-se em uma:

Divisão que se pode aplicar a uma determinada língua e que é definida por um conjunto de marcas linguísticas próprio de uma comunidade restrita. Tomando como critério uma divisão temporal, espacial, social ou estilística, uma língua tem variedades diacrônicas (épocas da história da língua), variedades diatópicas (dialectos regionais), variedades diastráticas (sociolinguísticas) e variedades diafásicas (modalidades de expressão).

Podem ser utilizados critérios diversos, como geográficos (*variedade paranaense* e *variedade catarinense*), sociais – a partir da escolaridade (*variedade de falantes mais escolarizados* ou *menos escolarizados*), sexo/gênero, profissão, ou algum hábito que, de certa forma, unifique os falantes. “Podemos, ainda, combinar diferentes critérios para chegar às variedades: pode-se falar na variedade dos pescadores de Florianópolis, na variedade das donas de casa do estado de São Paulo, na variedade dos jovens *rappers* da cidade do Rio de Janeiro e assim por diante” (COELHO, GÖRSKI, NUNES DE SOUZA e MAY, 2015, p. 15).

Percebemos, assim, que tal como o conceito de *comunidade de fala* – já anteriormente explorado (cf. Capítulo II) –, a noção de *variedade* também pode ser redimensionada conforme o olhar e o foco do pesquisador sociolinguista.

Dentre as variedades mais comuns aos estudos sociolinguísticos, destaca-se a *variedade culta*, uma vez que foram feitos, no Brasil, muitos estudos com foco nesse falar. O *corpus* de norma urbana culta (NURC), inclusive, é um dos mais conhecidos banco de dados no Brasil e contempla capitais urbanas e falantes com alto grau de escolaridade. Sobre a definição de *variedade culta*, os pesquisadores explicam que:

A variedade culta é normalmente associada às camadas mais altas da pirâmide social. É, em geral, a língua usada pelos falantes mais escolarizados, com maior remuneração e que moram em centros urbanos. Essas pessoas, por seu status, comumente gozam de prestígio social, e esse prestígio é transferido para a sua fala. É evidente que não se trata de uma delimitação exata de um grupo de falantes. Se considerarmos a realidade brasileira, veremos que há pessoas com alta remuneração e pouca escolaridade, outras com alta escolaridade e baixa remuneração, moradores de áreas rurais com propriedades de alto valor e assim por diante. Como qualquer outra variedade, a variedade culta também apresenta variações – basta pensar que as variedades, ainda que agreguem falantes com características (geográficas, sociais etc.) em comum, não são homogêneas. Por esse motivo é que podemos considerar a existência de algumas variedades cultas. (COELHO, GÖRSKI, NUNES DE SOUZA e MAY, 2015, p. 15).

De forma similar, podemos dizer que há uma *variedade rural* no Brasil ou *variedades rurais*, as quais apresentam características em comum (que lhe imprimem o traço de ruralidade), mas também demonstram distinções que podem classificá-las em subgrupos, como a *variedade rural paranaense* e a *variedade rural paulista*, por exemplo.

No que se refere às distinções entre as *variedades rural* e *urbana*, Ribeiro (2013, p. 42) elucida que:

As diferenças entre a fala rural e a fala urbana revelam, desse modo, o processo sócio-histórico de formação da nossa língua. Muitos outros aspectos poderiam aqui ser elencados no tocante a particularidades dentro de cada falar. Contudo, neste momento, o que nos parece relevante é destacar que a fala rural é conservadora e desprestigiada, enquanto a fala urbana é inovadora e dotada de prestígio social. Não podemos perder de vista que o estabelecimento da variedade urbana do português brasileiro é fruto de um processo bastante divergente daquele que constituiu a variedade rural. Enquanto nesta o aprendizado foi assistemático, de “oitiva”, naquela houve, inicialmente, grande influência da escola, com seu caráter normatizador e, posteriormente, de um forte papel unificador desempenhado pela mídia. Essa diferença foi fundamental na formação do português brasileiro e ainda o é pelo que se pode perceber na diversidade linguística em nosso país.

Ademais, existe também uma variedade que está no *intermezzo* entre rural e urbano e que foi significativamente pesquisada por Bortoni-Ricardo (2011) e descrita pela pesquisadora

como um *continuum* que perpassa o espectro de rural para urbano: a *variedade rurbana* (cf. BORTONI-RICARDO, 2011).

Nesta pesquisa, pelo fato de o banco de dados VARLINFÉ apresentar entrevistas sociolinguísticas com características rurais, interessa-nos as peculiaridades da *variedade rural* e do chamado *dialeto caipira*. Essas duas noções parecem estar bastante associadas, mas há algumas ressalvas. O termo “caipira”, por exemplo, foi por muito tempo relacionado especificamente à cultura rústica do estado de São Paulo, sendo restrito às redondezas daquela região. Segundo um dos primeiros estudiosos do *dialeto caipira* no Brasil, Amadeo Amaral, “o nosso falar *caipira* – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta.” (AMARAL, 1920, p. 1).

Por outro lado, o autor parece ter se equivocado ao ter afirmado, àquela época, que o dialeto caipira estava prestes a desaparecer. Ele assegurou: “Este [dialeto caipira] acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares.” (AMARAL, 1920, p. 2). Transcorridos cem anos, ainda podemos observar os fenômenos linguísticos levantados por Amaral (1920) em regiões rurais deste Brasil, uma vez que este dialeto não desapareceu.

Por fim, é preciso ressaltar que a descrição de Amaral (1920) é bastante clara ao tratar de um *dialeto caipira* como uma “dialetação portuguesa em São Paulo”, ou seja, um modo de falar dentro do paradigma paulista, de tal maneira que os chamados “paulistismos” (mais abrangentes que o *dialeto caipira*) não foram descritos por Amaral (1920).

Também Antonio Candido, na sua tese de 1954, intitulada “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, esclarece que não se trata de uma cultura camponesa ou cabocla, mas sua pesquisa é direcionada ao *caipira*, que se restringe a uma área paulista ou a falantes de uma área específica. Outras características do *caipira* seriam o “isolamento” e a “autonomia”, mas o pesquisador também relata o processo de urbanização que atingiu as comunidades rurais no interior de São Paulo, modificando essa realidade.

A descrição do *caipira* também é feita no estudo de Elia (1975), na parte em que faz um levantamento dos estudos sobre áreas dialetais brasileiras. Segundo alguns autores citados por ele – como Mendonça (1936) – a *área dialetal caipira* abrangeria apenas São Paulo e a zona fronteira de Minas Gerais, ao passo que o Paraná pertenceria a uma *área dialetal de transição*

sul. Outras classificações seriam de que o Paraná poderia pertencer a uma *área agrícola*, mais especificamente do “*ciclo agrícola dos imigrantes* (zona de policultura dos italianos, dos japoneses, dos alemães, dos colonos eslavos).” (ELIA, 1975, p. 227) ou a uma *área de colonização estrangeira*. Ou seja, o levantamento do pesquisador mostra que apenas as localidades de São Paulo e Minas Gerais poderiam ser consideradas, de fato, “caipiras”.

Outro estudo clássico sobre esse dialeto, de Rodrigues (1975), é “O dialeto caipira na região de Piracicaba”, obra na qual a autora faz uma descrição dialetológica de uma zona rural nessa cidade do interior paulista. A autora faz um apanhado do que havia sido descrito, até a década de 1970, a respeito do dialeto, delimitando-se as áreas geográficas em que ele estaria presente. Mostra que os estudiosos eram divergentes quanto a isso e toma algumas decisões metodológicas para a escolha do município de Piracicaba. Tal cidade foi escolhida por ser considerada: **(a)** uma “zona velha”, isto é, onde houve a *marcha de colonização* do ciclo bandeirante; **(b)** uma das regiões na qual o *dialeto caipira* tem grande vigor – inclusive na área urbana; **(c)** uma localidade em que se podia contar com a ajuda do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Foram selecionadas, dentro do município, áreas consideradas “subdesenvolvidas”: os distritos de Artêmis e Ibituruna.

É curioso perceber as constatações dos informantes dessa pesquisa sobre o conceito de *caipira*, a saber:

Todos estão mais ou menos conscientes de que *caipira* é sinônimo de “atrasado” ou “ingênuo”. O informante nº 17 escolheu a mulher porque era “muito educadinha, muito caipira”, e que acabou por abandoná-lo e a cinco filhos. “Nós não falava sopa, falava caldo de frango. Caipira, né? A senhora sabe como é que é?” (informante nº 28). O informante nº 4 se julga caipira porque *não tem instrução*. Já o informante nº 21, conhecido pelo gênio turbulento, embora fosse afável durante a entrevista, acreditava que, no fundo, a gravação seria para *zombar dos caipiras*. (RODRIGUES, 1975, p. 28).

O *caipira*, então, de modo geral, seria o sujeito do interior do estado de São Paulo, que vive em zonas rurais, com certo isolamento geográfico, pouca escolaridade e provido de certa “ingenuidade”. Entretanto, de acordo com Bortoni-Ricardo (2011), hodiernamente, o termo é usado também para descrever o “modo rústico e tradicional dos habitantes do campo, independentemente da região geográfica” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 57).

A partir disso, precisamos fazer uma escolha teórica sobre qual/quais termo(s) usamos para nos referir aos nossos informantes, os quais moram em zonas rurais do *Sudeste* do Paraná. Conquanto consideremos o estudo de Bortoni-Ricardo (2011) e a propalação do termo *caipira* para se referir aos indivíduos do campo, avaliamos que – com base em pesquisadores que

trataram sobre comunidades rurais de imigrantes no Paraná – os termos *colono* (cf. VON BORSTEL, 2009) e *camponês* (WACHOWICZ, 1981) sejam mais adequados ao nosso contexto.

Temos consciência, outrossim, de que o termo *colono* seja estigmatizado, em semelhança à *caipira*, de maneira que *camponês* seria um vocábulo com significado menos negativo para fazermos referência aos indivíduos mencionados nesta pesquisa.

[...] o imigrante e seus descendentes foram, frequentemente, indivíduos menosprezados. A palavra “colono” teve, e ainda tem, um sentido pejorativo, isto é, alguém ingênuo dedicado ao trabalho braçal e em cujas interações comunicativas há um forte hibridismo cultural e linguístico. Ser da área rural, por conseguinte, não é tanto estar sujeito a uma tarefa específica, mas sim participar, isto é fundamental, de uma cultura popular e rural, na qual predominam valores de identificação, essenciais, que girem, principalmente, em torno de “práticas sociais e, ou de solidariedade” (CERTEAU, 2001, p. 81). Por outro, a cultura rural tem por fundamento uma prática de relações familiares, de vizinhanças e de amizades muito fortes, na região. (VON BORSTEL, 2009, p. 69)

Tendo justificado nossa escolha terminológica, não podemos desconsiderar que haja muitas similaridades entre os usos linguísticos do *caipira* e do *colono* do Sul do Brasil (aqui, mais especificamente do *Sudeste* do Paraná). Fazemos, então, um breve levantamento dessas semelhanças com base em Amaral (1920), Rodrigues (1975), Penha (1974), Elia (1975), Head (1978), Bortoni-Ricardo (2011), e Ribeiro (2013), mencionando também algumas diferenças, em amparo a pesquisadores que têm descrito a variedade dessa região.

Fazer esse mapeamento é possível porque, de acordo com Bortoni-Ricardo (2011, p. 59), “as variedades caipiras exibem um alto nível de uniformidade em suas características fonológicas e morfonêmicas, o que é comprovado pela extensa comparação de descrições de falares rurais fornecida por Elia (1975).”

Outrossim, Amaral (1920) descreve a existência de um vasto leque de fenômenos linguísticos que seriam peculiares à fala do homem rural, assim como Rodrigues (1975) e Penha (1974), de maneira que se torna difícil mencioná-los todos nesta pesquisa, tornando-se necessário eleger alguns mais salientes e que se repetem na descrição de todos esses pesquisadores. Buscamos elencar um rol de fenômenos nitidamente rurais pela facilidade que o falante de português teria de reconhecê-los como tais e também por serem apostilados dessa forma pelos linguistas que se ocupam da descrição de variedades rurais.

Ribeiro (2013), ao delimitar sua descrição a uma comunidade linguística do interior de Minas Gerais, elege a concordância verbal e nominal como objetos de análise. Antes disso,

porém, a pesquisadora faz um breve arrolamento de idiosincrasias linguísticas relacionadas à variedade rural:

a) No nível fonético: nasalização do /i/ (igual>ingual, igreja>ingreja); perda de nasalização da vogal átona final (virgem>virge); síncope (cócega>cosca); inversão do /w/ (tábua>tauba); redução dos ditongos (baixo>baxo, autoridade>otoridade); vocalização da palatal /ʎ/ (filha>fia) ou hipercorreção (alfaiate>arfalhate); permuta de /l/>/r/ e /v/>/b/ (problema>probrema; verruga>berruga); apagamento de diferentes segmentos sonoros (*pode>pó, perto>per, como é>cumé, com a >ca, dentro da>denda, para>pa/pra, pra você>procê*); etc. **b) No nível morfológico:** flexão de plural apenas em um elemento do sintagma nominal (os livros>os livro); ausência ou pouco uso do subjuntivo (ame>amá); prevalência da desinência de terceira pessoa do singular no uso dos verbos, exceto na primeira pessoa do singular (eu amo, tu/você/ ocê,/cê ama, ele/ei ama, nós ama, voceis/ôceis/ceis ama, eles/eis ama), o que resulta na ausência de concordância verbal; alteração fonética das desinências do pretérito perfeito do indicativo (foram> foru; andaram>andaru); etc. **c) No nível sintático:** emprego dos pronomes retos como acusativo (ele viu nós na casa; não vi tu lá); etc. (RIBEIRO, 2013, p. 39-40).

Dentre essas citadas, as particularidades de nível fonético nos parecem as mais salientes, haja vista que, em relação à de nível sintático (*emprego de pronomes retos como acusativo*), embora também citada por Amaral (1920) e Elia (1975), pesquisas científicas sobre o tema – Omena (1978), Duarte (1986; 1989), Cyrino (1997), Marafoni (2004), Oliveira (2007), Pereira (2011), Costa (2011), Pinto (2015) – revelam que é comum também a variedades cultas do português brasileiro e entre sujeitos mais jovens, constituindo-se num uso que difere do português europeu (onde se prevalece o uso do clítico), mas não é restrito à variedade rural brasileira.

Do mesmo modo, as de caráter morfológico (relativa à flexão de plural em apenas um elemento do sintagma nominal, concordância verbal e alterações fonéticas desinenciais) também parecem não ser exclusivas de uma variedade rural, com base em estudos já feitos a respeito desses assuntos (SCHMITZ, 1973; OMENA, 1986, 1996a, 1996b, 2003; NARO, GÖRSKI e FERNANDES, 1989; OMENA e BRAGA, 1996; MENON, 1996; SEARA, 2000; LOPES, 2003; ZILLES, 2005, 2007, entre outros).

Voltando-se às referidas peculiaridades fonético-fonológicas aventadas por Ribeiro (2013), parecem ser muito salientes às variedades rurais, e uma delas é ressaltada por Bortoni-Ricardo (2011, p. 77): “A vocalização do /ʎ/ tronou-se um claro *estereótipo* caipira no sentido usado por Labov (1972, p. 180). No processo de urbanização, os migrantes rurais parecem tornar-se logo conscientes do estigma associado com a variável e muitas vezes recorrem a

hipercorreções [...]”. Além de ser amplamente descrita por Bortoni-Ricardo (2011), essa característica da *vocalização da lateral alveopalatal*, conhecida também como *despalatalização* ou *yeísmo*, é reconhecida como rural também por Amaral (1920), Elia (1975), Rodrigues (1975) e Penha (1974). Assim sendo, tomamos esse aspecto linguístico como um típico traço rural brasileiro.

Outro ponto mencionado por Ribeiro (2013) é a nasalização do [i] em contextos nos quais não há um segmento nasal subsequente. No português brasileiro, é comum que as vogais sejam nasalizadas ao precederem um segmento nasal [m, n, ɲ], como em *cama*, *cana* e *ganha*, por conta de um processo fonológico de assimilação. Contudo, no caso da variedade rural, a nasalização parece ocorrer em contextos em que não há o segmento nasal que seria responsável por fazer a assimilação da vogal. Assim, exemplos como *ingual* e *ingreja* são descritos pela pesquisadora e também por Amaral (1920). “[em contexto] inicial, aparece mudado em *i* nasal em *inzame* < exame, *inguí* < igual, *inzempro* < exemplo, *inleição* < eleição”. (AMARAL, 1920, p. 6). Em relação a esse mesmo tópico, Penha (1974) traz à vista os dados *inlusão*, *inludir*, *inluminar*, *intaliano*, *inlustre* (p. 90).

Também Bortoni-Ricardo (2011) revela alguns dados obtidos em seu *corpus* (como *indução*, *intaliano*, *ingual* e *inxempro*) asseverando se tratar de um processo fonológico característico do caipira, que provavelmente se originou da contaminação de prefixos num estágio anterior da língua. A autora acrescenta que esse traço, assim como outros, alcançou o estágio de *estereótipo*, de tal modo que não é tão usado pelos seus informantes, sendo mais comum a comunidades caipiras isoladas – como acreditamos ser a nossa localidade de pesquisa. Tomamos, portanto, essa nasalização do [i] como outro exemplo de ruralidade.

O próximo elemento linguístico rural que queremos destacar é a permuta de [l] por [r], como menciona Ribeiro (2013), mas que também pode ser nomeado de *rotacismo*. Amaral (1920, p. 9) relata a existência dessa permuta no *dialeto caipira*: “Em final de sílaba, muda-se em r: *quarquér*, *papér*, *mér*, *arma* [para alma].” Mas explica que ocorre também em casos de encontros consonantais, trazendo os seguintes exemplos: *craro*, *cumpreto*, *cramô(r)* e *frô(r)*.

Da mesma forma, Bortoni-Ricardo (2011) traz à tona esse processo fonológico, nomeando-o de “neutralização de [r] e [l] no caipira”, o qual acontece em coda silábica, como em *parma* (*palma*) e *armoço* (*almoço*), e no segundo elemento de um *onset* complexo, a saber: *incrusive* (*inclusive*) e *compreto* (*completo*).

Por seu turno, Penha (1974, p. 100), ao tratar das consoantes simples mediais, menciona a permuta de [l] por [r], trazendo alguns exemplos como *barde* (*balde*) e *Vardomiro*

(*Valdomiro*). Ao abordar os encontros consonantais, faz uma descrição precisa: [bl] que vira [br] – “público”; [kl] > [kr]: “concrusão”; [fl] > [fr]: “fror”; [gl] > [gr]: “ingrês”; [pl] > [pr]: “praneta”. Parece-nos, a partir disso e de nossa oitiva em relação a nossos informantes, que o rotacismo é uma característica nítida de falares rurais.

Outro tipo de permuta, ressaltado por Ribeiro (2013), é do [v] que se modifica em [b], ou vice-versa, por sua proximidade no ponto de articulação – a primeira é labiodental, e a segunda, bilabial – e pelo fato de ambas serem sonoras, não obstante [v] seja fricativa, e [b] seja oclusiva. Sobre esse assunto, Penha (1974, p. 99 e 102) traz vários dados de [v] > [b], como *barrer* (*varrer*), *bassoura* (*vassoura*), *bagem* (*vagem*), *bamos* (*vamos*), *berruga* (*verruca*), bem como *trabesseiro* (*travesseiro*), *brabo* (*bravo*) e *sobaco* (*sovaco*). Também Amaral (1920) trata deste mote, apresentando os seguintes exemplos, dentre outros: *bassôra* – *vassoura*; *berruga* – *verruca*; *biête* – *bilhete*; *cabortêro* – *cavorteiro*; e *bespa* – *vespa*. Já os demais linguistas nos quais nos baseamos não citam esse fenômeno, mas, mesmo assim, consideramos que ele seja relevante para pensarmos num grau de ruralidade.

Os dois próximos fenômenos que elegemos não são citados por Ribeiro (2013), mas sim por alguns dos demais pesquisadores. O primeiro deles é respeitante à prótese do -a- em verbos, algo especificado por Amaral (1920, p. 11): “Prótese: *alembra* = **lembrar**, *avoá* = **voar**, *arripiti* = repetir”, e também por Bortoni-Ricardo (2011), mediante os exemplos: *alembra* (*lembrar*), *adivertir* (*divertir*), *apreparar* (*preparar*), *adomar* (*domar*), *arreunir* (*reunir*), *assismado* (*sismado*). A linguista destaca que a prótese do /a/ em vocábulos iniciados por consoantes é muito comum no português não-padrão em Portugal e no Brasil.

Elia (1975) refere-se a esse fenômeno como um “brasileirismo do tipo arcaísmo conservado no Brasil” (ELIA, 1976, p. 78). Além disso, ele esclarece que:

Nos dialetos continentais portugueses, diz Leite de Vasconcelos, a prótese do *a* é um fenômeno muito frequente, particularmente antes de *l* ou *r*. Entre outros exemplos, cita *alembra* (também regional e popular no Brasil). Acrescenta que no Alentejo tal fenômeno possui grande extensão. De *avoar* registram os dicionários um derivado antiquado “avoamento”, com o sentido de voo, *elevação de pensamento*. No Brasil, *avoamento* vive com o sentido de “distração, desatenção” e *avoado* se diz de quem é *tonto*, *não fixa a atenção nas coisas*. (ELIA, 1975, p. 78-79)

Ao versar sobre várias formas arcaicas do português brasileiro, Penha (1974) revela alguns exemplos de fenômenos que já citamos e também sobre a prótese do -a-:

Exposição eminentemente sincrônica, não conterà referências a pontos de linguística evolutiva. Daí se omitir qualquer explicação que envolva o

português histórico — embora grande parte do material levantado se possa justificar com a persistência popular de estruturas resultantes de evolução operada na origem ou na fase arcaica do português. É o caso de *astrever*, *defamar*, *desdanhar*, *estrovar*, *margulhar*, *sopar* (separar), *alumeia*, *vareia*, *contrariadade*, *propiadade*, *causo*, *chuminé*, *lançol*, *fisolomia*, *fromigueiro*, *rexa* (rixa), *trabesseiro*, *visavô*, *Bernabé*, *Bertolameu*, *Federico* (Frederico), *Sabastião*, *Salamão* e tantos outros, tão repetidos nas publicações linguísticas — todos documentados na língua antiga. Há até algumas que, além de arcaicas, têm justificação etimológica, como *alumeia*, *ante* (antes), *despois*, *preguntar*, *reposta* (resposta), *sanzala*, *benção* (oxítone), *pântano* (paroxítone). Em certas formas verbais, perdura a ausência de metafofia com que já se apresentavam no velho português. Comprova o fato a presença, em São Domingos, de *açude*, *cube*, *fuge* e *sume*, em vez de *acode*, *cobre*, *foge* e *some*. (PENHA, 1974, p. 86).

O último fenômeno linguístico ao qual nos referimos como algo próprio de uma fala rural é a utilização do retroflexo. No tangente a isso, Amaral (1920, p. 5) explica que:

[O] *r* inter e post-vocálico (*arara*, *carta*) possui um valor peculiar: é *linguo-palatal* e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este *r* caipira assemelha-se bastante ao *r* inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo *r* brando dos autóctones. Estes não possuíam o *rr* forte ou vibrante, sendo de notar que com o modo de produção acima descrito é impossível obter a vibração desse último fonema.

De modo similar, Rodrigues (1975, p. 162) elucida que, no seu *corpus*, o rótico em coda silábica realizou-se de várias formas, havendo também a produção de líquida vibrante retroflexa. Já o estudo de Head (1978) a respeito do rótico caipira concluiu que: **(i)** o uso dessa variante diminui quando os informantes apresentam estilo mais monitorado; **(ii)** essa variante mais estigmatizada (retroflexo) se faz mais presente em fala de indivíduos rurais do que entre informantes urbanos; e **(iii)** os informantes de classes socioeconômicas mais favorecidas ou de áreas urbanas são mais sensíveis ao caráter estigmatizado desse /R/ caipira.

Por outro lado, Bortoni-Ricardo (2011, p. 71) argumenta que, no caipira, “o apagamento do /r/ em posição final de palavras é produtivo tanto nos infinitivos verbais quanto em nomes, apesar de ser mais frequente na primeira classe”. Acreditamos que o apagamento de fato seja produtivo, assim como ocorre em variedades cultas e urbanas, mas percebemos também que o retroflexo e, por vezes, a vibrante múltipla (cf. COSTA; COTOVICZ, 2015), são comuns a zonas rurais e facilmente identificáveis por falantes do português de zonas urbanas. Assim,

optamos por considerar a presença deste /R/ retroflexo como propício à fala rural em menor grau de monitoramento.

Tendo já descrito os fenômenos linguísticos idiossincráticos às variedades rurais no Brasil, organizamos um quadro que os sumariza, arrolando exemplos e os autores que os registram:

Quadro 5 – Levantamento de estereótipos linguísticos da variedade rural

| CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE RURAL | | |
|--|---|---|
| Fenômenos linguísticos | Exemplos | Pesquisadores que o citam: |
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> Falha – <i>faia</i> Filha – <i>fia</i> | Amaral (1920), Rodrigues (1975), Penha (1974), Elia (1975) e Bortoni-Ricardo (2011) |
| Nasalização de vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> Igual – <i>ingual</i> Eleição – <i>inleição</i> | Amaral (1920), Rodrigues (1975), Penha (1974), Elia (1975) e Bortoni-Ricardo (2011) |
| Rotacismo (permuta de [l] para [r]) | Planta – <i>pranta</i> Bloco – <i>broco</i> Volta – <i>vorta</i> | Amaral (1920), Rodrigues (1975), Penha (1974) e Bortoni-Ricardo (2011) |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> Bravo – <i>brabo</i> | Amaral (1920), Penha (1974) Ribeiro (2013) |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou aférese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> Voar – <i>avoar</i> | Amaral (1920), Penha (1974), Elia (1975) e Bortoni-Ricardo (2011) |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɻ] | Cor – [ˈkoɽ] | Amaral (1920), Rodrigues (1975), Head (1978) |

Fonte: elaboração própria

Tal quadro é retomado no Capítulo VI, a fim de que possamos montar um *continuum* de ruralidade, que nos permita mensurar em que grau estaria cada um de nossos informantes, com base no mapeamento qualitativo desses fenômenos em sua fala. Quanto à concordância verbal não-padrão de 1ª pessoa do plural – alternância vocálica na VT e produção do sufixo de PN /mo/ – que é objeto de nossa pesquisa, está citada como típica da *variedade rural* em Amaral (1920), Penha (1974), Elia (1975) e Bortoni-Ricardo (2011), bem como em Pereira e Margotti (2018) – (cf. Capítulo III). Essa característica linguística não será utilizada, no entanto, no *continuum* de ruralidade, mas apenas as demais já especificadas no quadro.

Precisamos, todavia, clarificar que as localidades que estamos investigando apresentam alguns fenômenos linguísticos que a diferem das variedades rurais apresentadas pelos

pesquisadores tomados por base até então. Isso se deve, dentre outros motivos, ao contexto histórico de imigração eslava (cf. Capítulo I e II) e de outros europeus (como italianos e alemães) que ali se instalaram, imprimindo, na região, suas particularidades linguísticas.

São, basicamente, quatro características que evidenciamos neste trabalho. A primeira delas é bastante óbvia por dizer respeito ao léxico. A localidade analisada apresenta um feixe lexical oriundo das situações de contato linguístico e dos movimentos de fluxo remigratório (como no caso de eslavos que se instalaram no Rio Grande do Sul e depois remigraram para o Paraná) que podem ter influenciado na constituição lexical da variedade. Um dos itens lexicais mais salientes é o vocábulo *piá* e seu derivado *piazada*, que significam, respectivamente, *menino/guri* e *meninada/gurizada*. Ambos os termos estão presentes também na mesorregião Metropolitana de Curitiba, revelando que não se trate de algo específico da nossa localidade em investigação, mas algo que parece comum ao sul do Paraná. Mas há outros exemplos lexicais típicos da localidade que podemos salientar, na medida do possível, ao longo de nossa análise.

Outro aspecto interessante e que parece não ser muito presente nessas localidades é mencionado por Amaral (1920) como um traço do dialeto caipira. “Cai, quase sempre, na sílaba final das formas verbais em *ando*, *ando*, *indo*: *andano* = *andando*, *veno* = *vendo*, *caíno*, *pôno*, e também no advérbio quando, às vezes” (AMARAL, 1920, p. 9). Essa assimilação da oclusiva dental/alveolar para nasal dental/alveolar consiste numa característica que é extremamente rara ou não se apresenta na região. De modo geral, os falantes que ali residem pronunciam com ênfase as consoantes, sem assimilá-las.

A terceira peculiaridade dessa mesorregião é o não alçamento vocálico das pós-tônicas, algo que foi nomeado por Menon (2015) como um *xibolete* curitibano, isto é, algo que “salta aos ouvidos” de brasileiros de outras localidades do Brasil. O não alçamento¹²⁵ também ocorre na outra vogal média-alta do português: a vogal posterior [o]. Isso vai de encontro a outras regiões do Brasil, porque o alçamento das pós-tônicas médias-altas é bastante comum no restante do país. Mas é preciso deixar claro que tal fenômeno linguístico não é exclusivo de Curitiba (ocorrendo em outros municípios do Sul paranaense). Sequer podemos assegurar que seja restrito ao Paraná, pois aparece também no Oeste de Santa Catarina e Oeste do Rio Grande do Sul.

¹²⁵ Costa, Loregian-Penkal e Fransceschini têm desenvolvido pesquisas sobre este tema utilizando-se do banco VARLINFÉ, as quais já foram apresentadas em diversos congressos em que estive presente. Alguns resultados respectivos à cidade de Mallet já foram publicados em Loregian-Penkal e Costa (2014).

O último traço que gostaríamos de indicar, enfim, é o uso da líquida alveolar (tepe) em contexto de /r/ forte, ou seja, em casos onde haveria um dígrafo (<rr>) ou quando há um /r/ em início de palavra. Assim, para esses falantes, as palavras *carro* e *caro* seriam produzidas de modo muito similar. No entanto, isso também não é algo que ocorra apenas na mesorregião *Sudeste*, mas, do mesmo modo, na região Oeste dos outros dois estados da região Sul¹²⁶.

Enfim, essas quatro particularidades linguísticas, a saber: **(a)** *léxico específico*; **(b)** *não alçamento vocálico das pós-tônicas*; **(c)** *não assimilação da oclusiva dental/alveolar para nasal dental/alveolar*; e **(d)** *o uso da líquida alveolar (tepe) em contexto de /r/ forte* trazem uma identidade linguística diferenciada à região. Com isso, não obstante sua forte característica rural, a *variedade rural do Sudeste paranaense* tem suas especificidades.

Apresentando esse levantamento como suporte, esperamos possibilitar ao leitor maiores esclarecimentos acerca da *variedade rural do Sudeste paranaense* que estamos analisando, revelando, também, que o objeto principal desta tese é comum a variedades rurais brasileiras, mas nos parece especialmente produtivo no *Sudeste* do Paraná.

Além disso, com base em autores que tratam sobre o tema – Amaral (1920), Penha (1974), Elia (1975) e Bortoni-Ricardo (2011) – percebemos que o uso não-padrão das formas variantes parece ser algo constituinte da identidade e *variedade rural* e *caipira*, diferenciando-se do uso comum (de formas mais padrão) em *variedades urbanas*. A partir dessa constatação, cabem alguns questionamentos importantes e que guiam a próxima seção: **(i)** por que certos usos linguísticos ocorrem nas variedades rurais e não nas urbanas (ou em menor uso)? **(ii)** por qual/quais razão/razões a alternância vocálica pré-SNP de 1ª pessoa do plural em específico parece ser tão produtiva em ambientes rurais e rara (ou ausente) em localidades urbanas? **(iii)** existe alguma relação entre os ambientes rurais e usos linguísticos mais conservadores/antigos?

Para essas e outras questões, tentamos traçar respostas a partir da hipótese, baseada em Naro e Scherre (2007) e Ribeiro (2013), de que as localidades rurais consistam em *ilhas de conservadorismo linguístico* – discussão feita na seção subsequente –, onde predominam usos no âmbito semântico-lexical, morfossintático e fonético de uma característica mais conservadora da língua portuguesa que se fala hoje em centros urbanos.

Assim sendo, discorreremos brevemente, na próxima seção, sobre um tópico que se torna essencial para pensarmos nossa análise: as *comunidades rurais isoladas* e sua caracterização.

¹²⁶ Um estudo que se dedicou ao tema é o de Spessato (2001) – *Marcas da história: características dialetais dos imigrantes italianos na fala de Chapecó* – sob orientação da Professora Edair Görski.

4.4 ILHAS DE CONSERVADORISMO: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS, GEOGRÁFICAS E LINGUÍSTICAS

Como já temos asseverado com base em alguns pesquisadores, as comunidades rurais no Brasil apresentam um típico isolamento geográfico, que acaba por resultar num isolamento também linguístico, de manutenção de formas arcaicas, enquanto as comunidades urbanas seriam mais cosmopolitas e, por consequência, inovadoras linguisticamente.

Historicamente, a respeito do dualismo rural/urbano no Brasil:

[...] evidencia-se que a divisão geográfico-social da história de nosso país está atrelada à história da nossa língua. Nesse sentido, o fato de o Brasil ter sido “um país essencialmente rural” no período colonial e hoje se configurar como “um país eminentemente urbano” se reflete na polarização linguística rural/urbana que se evidencia no português brasileiro atual, em função de um “conjunto de duas épocas estratificadas”. Da mesma forma – e como consequência –, os espaços geográfico-sociais, polarizados em função da história do nosso país, tendem a refletir o perfil linguístico conservador/inovador, embora, para essa caracterização, seja preciso levar em consideração, também, a influência da mídia e da escola. (RIBEIRO, 2013, p. 37).

Adotamos, em tal contexto, a hipótese Naro e Scherre (2007) de que a manutenção linguística se deva por conta de as áreas rurais apresentarem certo grau de isolamento maior, o que faria delas *ilhas de conservadorismo* nas quais estariam presentes formas arcaicas do português europeu, conforme comparações feitas a partir de registros de dialetólogos portugueses.

Naro e Scherre (2007) citam as teses dialetológicas, em Portugal, de Braga (1971), sobre a região de Quadrazais; Cruz (1991), a respeito do falar de Odeleite; e Marques (1968), cujo foco é o falar de Azoia, como exemplos onde ocorre o uso da alternância vocálica de /a/ para /e/ e /e/ para /i/ em formas verbais de 1ª pessoa do plural.

Foeger (2014), com base em Braga (1971) e Naro e Scherre (2007), já havia feito essa relação entre a hipótese de Naro e Scherre (2007) e a constatação da existência de dados não canônicos obtidos em sua amostra (*estudemo, aprendimo e fumo*) cujo tema principal era a alternância dos pronomes *nós/a gente* e a aplicação da concordância verbal de primeira pessoa do plural:

É interessante observarmos que esse é um traço verificado na variedade popular do PE, como notado por Naro e Scherre (2007). Os autores localizam em terras lusitanas “a origem de estruturas linguísticas portuguesas não-

padrão, que em função de uma confluência de motivações, se ampliaram e se tornaram visíveis em terras hoje brasileiras” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 23). **Partindo desse pressuposto, podemos pensar na elevação da vogal temática em verbos de primeira conjugação na 1PP como uma herança do português popular europeu que ainda se conserva na área rural do Brasil.** (FOEGER, 2014, p. 140, grifos nossos)

Queremos assumir este posicionamento argumentativo e procuramos trazer evidências disso na próxima seção. Acreditamos que, da mesma maneira que o isolamento dessas localidades permite aos moradores a manutenção de um português mais conservador também acaba por possibilitar, outrossim, a conservação de sua(s) língua(s) de imigração, como é o caso da comunidade descrita por Vandresen (2009) – estudo já mencionado na seção sobre comunidades bilíngues –, na qual o Pomerano conseguiu se manter por anos a fio, sofrendo um apagamento muito menor, se comparado a comunidades urbanas.

Esta atitude ou lealdade linguística ao Pomerano tem garantido sua manutenção, graças à localização da comunidade dentro de uma **ilha linguística Pomerana**, em que praticamente todas as pessoas são bilíngues e, por exercerem atividades agrícolas, suas redes de comunicação são fechadas e densas, favorecendo a resistência a forças inovadoras, como a troca pelo português. Como vimos nos dados, mesmo na faixa de 25 aos 50 anos, prevalece o uso do dialeto pomerano no lar, apesar de esta geração e a mais velha (mais de 51 anos) terem frequentado escolas em língua portuguesa. Desta forma, o **isolamento geográfico** explica, em parte, os padrões de escolha das línguas, em função dos interlocutores. (VANDRESEN, 2009, p. 11, grifos nossos).

Aliás, outra comunidade bilíngue (ucraína de Dorizon), estudada por Wouk (1981) – (cf. Capítulo I) –, apresenta característica similar: “A comunidade continua vivendo relativo isolamento geográfico e cultural, o qual se vê reforçado pela organização familiar, através dos casamentos quase sempre endogâmicos”. (WOUK, 1981, p. 64). Ou seja, o isolamento dessas comunidades acaba por possibilitar duas vias de conservação/manutenção linguística, a da língua portuguesa falada na região e da língua de imigração.

Como se pode observar também, a questão do isolamento perpassa o âmbito geográfico e atinge a questão do relacionamento entre os sujeitos, bem como seu grau de localismo e de mobilidade entre os espaços. Assim, tal discussão de isolamento de comunidades não pode ser feita sem considerarmos os estudos sobre redes sociais (Cf. MILROY, 2002) como bem colocado por Bortoni-Ricardo (2011, p. 135, grifos nossos):

As redes isoladas tendem a favorecer a manutenção da cultura rural e, portanto, a focalização do vernáculo. Exibem um alto grau de densidade consensual ou moral que funciona como um mecanismo de resistência à

mudança. Tal resistência não opera necessariamente ao nível da consciência, *i.e.*, a resistência pode não ser uma atitude consciente motivada por um tipo de oposição intergrupar aguda e conflitiva, frequentemente encontrada nos países industriais ocidentais. Pelo contrário, é consequência do próprio estado de isolamento. A função de reforço mútuo tende a ser menos influente em redes integradas.

Para além do aspecto geográfico e das baixas taxas de urbanização (que impossibilitam a abertura de estradas em zonas rurais), o isolamento de uma comunidade está igualmente relacionado ao grau de densidade das redes sociais que ali se estabelecem. De acordo com Ribeiro (2013, p. 28): “logo, associando as definições de Milroy (1980) às de Bortoni-Ricardo (2011), as redes isoladas tendem a ser densas e multiplex [multiplexas], enquanto as redes integradas são frouxas e uniplex [uniplexas]”.

A autora explica que é “relevante considerar, além do espaço geográfico-social, a tessitura das redes sociais dentro da comunidade e, ainda, a influência da escolarização na vida dos falantes”. (RIBEIRO, 2013, p. 43). É esperado, portanto, que o mapeamento de fatores condicionantes como esses possam nos desvelar caminhos nesta investigação.

Assumimos também a posição de Ribeiro (2013), ao considerar as expressões *manutenção linguística* e *conservadorismo linguístico* como sinônimas, levando em conta o processo de prevalência da utilização de variantes conservadoras em detrimento de variantes inovadoras. Assim, comunidades rurais isoladas apresentariam uma inclinação ao uso de variantes conservadoras/arcaicas.

A defesa desse ponto de vista também aparece em Chaves de Melo (1946, p. 91), o qual afirma:

Estou que a nossa língua popular, falando-se de um modo geral, é substancialmente o português arcaico deformado [sic], ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e alguns da fonética pela atuação dos índios e dos negros. Um fundo-comum constituído pela língua arcaica, estabelecido por grande continente de portugueses vindos de várias regiões de Portugal indistintamente, com predomínio dos do Norte, e um superestrato constituído por alterações desse fundo português, determinado pelo grande número de silvícolas e principalmente africanos que entraram a falar a língua românica.

De modo similar, de acordo com Elia (1975, p. 209), uma “característica dos nossos falares é [...] a *arcaicidade*. De fato, o português do Brasil se aproxima bastante da maneira de

falar do português quinhentista”. Seriam resquícios de um *português arcaico*¹²⁷ europeu em terras brasileiras.

Também a pesquisadora portuguesa, Carneira (2006), menciona os *arcaísmos* existentes no Brasil, que aparecem, nos âmbitos fonético-fonológico, morfológico, prosódico, sintático e lexical. Na sintaxe, a autora cita a colocação dos pronomes clíticos, explicitando que, no português brasileiro, há uma tendência para a próclise, o que, segundo ela, era regra no português do século XVI. Ademais,

Na fonologia, a menor elevação e centralização das vogais átonas espelha um período em que essa mudança ainda não se processara em Portugal (veja-se, por exemplo, como em palavra p[a]lvra o Brasil conserva a vogal que, em Portugal, sofreu evolução; p[ɐ]lvra. O ritmo alternado que resulta na entonação que tanto nos encanta é, aliás, produto da conservação das vogais átonas. E a sibilante dental lá está (*feliz* feli[s], a testemunhar o estágio anterior à palatalização que se operou no Português europeu (feli[ʃ]). [...] E traços conservadores originaram inovações: a articulação dental da sibilante final desenvolveu uma semivogal palatal realizando-se da mesma forma *mas* e *mais* [majs]; a preferência pela estrutura silábica consoante + vogal causou a introdução de uma vogal que desfaz grupos consonânticos (*psicologia* p[i]sicologia). (CARDEIRA, 2006, p. 90-91)

Em decorrência de uma *tendência arcaizante* do PB, muitas variantes já suplantadas no português europeu parecem ocorrer em dadas regiões do interior do nosso Brasil – como acreditamos ser o caso da variante vocálica não-padrão pré-SNP de P4 em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações no presente e pretérito do Indicativo, isto é, como ocorre nos exemplos: *fal-e-mo(s)* e *com-i-mo(s)*.

Alguns indícios de resposta para tanto pode ser encontrado em estudos de dialetólogos portugueses, como demonstram Naro e Scherre (2007), ao argumentarem que o fenômeno do conservadorismo linguístico no português brasileiro se deve a uma “confluência de motivos”, tomando a hipótese da deriva linguística como a mais plausível para explicar as mudanças e manutenções linguísticas ocorridas no PB.

O dialetólogo Vasconcelos é citado pelos autores por conta de sua descrição da língua portuguesa a nível mundial, Em “Esquisse d’une dialectologie portugaise” – *Ensaio de uma dialetologia portuguesa*. Vasconcelos (1901) fez um estudo dialetológico de regiões onde se fala português, abordando as seguintes classificações: 1) *dialetos continentais*; 2) *dialetos*

¹²⁷ Para definirmos o conceito de *português arcaico*, levamos em consideração o que afirma Mattos e Silva (2006, p. 21): “Denominamos aqui *português arcaico* o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XIII e XV”, isto é, o português que veio para o Brasil à época do início da colonização portuguesa.

insulares; 3) *dialetos além-mar*; 4) *português judeu*; 5) *Codialetos portugueses*. O PB entraria na categoria de “dialetos além-mar”, e uma das características morfológicas aventadas por ele é o uso de diminutivos em contextos variados.

São relativamente escassas as descrições do português do brasileiro na obra, de forma que o objeto linguístico que focalizamos nesta pesquisa foi apenas citado ao tratar do português europeu, na categoria de *dialetos continentais* (cf. Capítulo III).

A tese de Vasconcelos (1970 [1901]) é datada no começo do século XX, revelando-se uma descrição linguística do final do século XIX. Mas a questão que nos colocamos é: quando o autor traz à vista o registro de *amemos* (para *amamos*, no pretérito perfeito) e *descimus* (para *descemos*, no pretérito perfeito) no PE do século XIX, não estaria apontando as origens dessa variação vocálica como um exemplar de manutenção linguística em algumas regiões do Brasil?

Tal descrição dá indícios de que esse uso não canônico parece ser algo mais antigo no português europeu, e é provável, então, que ocorra em *ilhas de conservadorismo* em nosso país.

Nesse sentido, Naro e Scherre (2007), ao desvelarem traços linguísticos do português europeu não-padrão que são também encontrados no português brasileiro, citam o uso de *-êmos* ao invés de *-amos*, ancorados em estudos de dialetólogos portugueses, como Braga (1971) e Cruz (1991), segundo os quais, são encontrados, em Portugal, casos de *andemos*, *falemos*, *chamemos*, *enjoelhemos*, *arrangemos*. Para esses sociolinguistas brasileiros, existe uma confluência de formas não-padrão recorrentes no PE e no PB rural. Destarte, o uso de formas como *falemo(s)* e *descimo(s)* seriam possíveis traços de um português europeu arcaico, estando presentes em regiões brasileiras de maior conservadorismo linguístico, como é o caso das localidades componentes do banco VARLINFE.

Quanto à questão (i) – por que certos usos linguísticos ocorrem nas variedades rurais e não nas urbanas (ou em menor uso)? –, acreditamos que se isso dê pela questão do isolamento das comunidades rurais no Brasil, o que lhes permite manter usos linguísticos que as comunidades urbanas, por sua característica cosmopolita, acabam por suplantam.

Já a pergunta (ii) – por qual/quais razão/razões a alternância vocálica pré-SNP de 1ª pessoa do plural em específico parece ser tão produtiva em ambientes rurais e rara (ou ausente) em localidades urbanas? – pode ter como resposta o fato de ser um uso linguístico mais conservador, já encontrado em Portugal no século XIX, como apontou Vasconcelos (1901), porém já suplantado em variedades urbanas mais abertas a inovações linguísticas e mais conectadas ao uso da norma padrão do português, pelo fato de os sujeitos urbanos geralmente terem mais acesso à escolaridade do que os falantes de comunidades rurais mais isoladas.

Enfim, o questionamento (iii) – existe alguma relação entre os ambientes rurais e usos linguísticos mais conservadores/antigos? – pode ser respondido a partir do que apontam Naro e Scherre (2007) e Ribeiro (2013), isto é, há fortes indícios de que as localidades rurais conservem variantes típicas de um português mais antigo, com traços presentes já no português europeu do passado.

Em consideração ao que foi elencado, julgamos necessário fazer uma breve investigação sobre as origens do fenômeno da alternância vocálica a partir do levantamento de outros estudos descritivos do português europeu (dialetológicos e de gramáticas descritivas), o que ocorre na próxima seção¹²⁸.

4.5 PORTUGUÊS EUROPEU: ORIGENS DA ALTERNÂNCIA VOCÁLICA NÃO-PADRÃO?

“[...] a ‘língua brasileira’ é muito ‘portuguesa’ demais.” (CHAVES DE MELO, 1946, p. 117)

Como já revelaram alguns autores nos quais esta pesquisa se baseia, o português brasileiro rural – embora não se neguem as contribuições do contato linguístico de etnias diversas que o constituem – parece apresentar muitas similaridades com o português europeu em sua variedade rural. Isso pode ser percebido a partir das descrições de dialetólogos portugueses, por meio das quais é possível notar inúmeras características linguísticas coincidentes com as variedades rurais brasileiras. Há fenômenos linguísticos que ocorrem de modo espalhado, por várias regiões em Portugal, enquanto outros são mais comuns em regiões fronteiriças com a Espanha, por exemplo.

Assim, estamos sustentados na afirmação de Naro e Scherre (2007), Svobodová (2017) e também nas exposições de dialetólogos portugueses (VASCONCELOS, 1901; DELGADO, 1951; MOURA 1960; SANTOS, 1967; OLIVEIRA, 1966; BAPTISTA, 1967; CRUZ, 1969; CARRANCHO, 1969; BRAGA, 1977; MAIA, 1977; GARCIA, 1979; GONÇALVES, 1988;

¹²⁸ Quero dedicar esta seção em especial a dois professores (um professor e uma professora) que tive o prazer de encontrar em 2014, em Braga, na Universidade do Minho, no *I International Symposium on Variation in Portuguese*, e que muito contribuíram para a feitura desta Tese de Doutorado. A primeira a ser citada é a Professora Marta Scherre, que mostrou muito entusiasmo com meu objeto de estudo e me deu dicas valiosas sobre ele, escrevendo também uma dedicatória no meu livro “As Origens do Português Brasileiro”. O outro professor que merece ser mencionado é Fernando Brissos, o qual esteve presente na mesma sessão que eu e me indicou o texto de Vasconcelos (1901), o qual abriu minha visão sobre o tema. Transcorridos seis anos, tive a sorte de encontrá-lo novamente na ocasião do Doutorado Sanduíche na Universidade de Lisboa e, novamente, pude contar com preciosas contribuições no âmbito de estudos dialetológicos.

ALVES, 1993; FARIA, 1999; FLORENCIO, 2001; SIMÃO, 2011) para afirmar que a alternância vocálica pré-SNP em 1ª pessoa do plural está enraizada no português europeu.

Fazemos, pois, uma breve descrição das áreas dialetais do português europeu, conforme principalmente Cintra (1970), a fim de que possamos situar melhor o leitor e também mapear, a frente, se o fenômeno da alternância vocálica em 1ª pessoa do plural, precedente ao sufixo número-pessoal *-mos* é algo que teria ocorrido em regiões específicas de Portugal ou de modo espalhado.

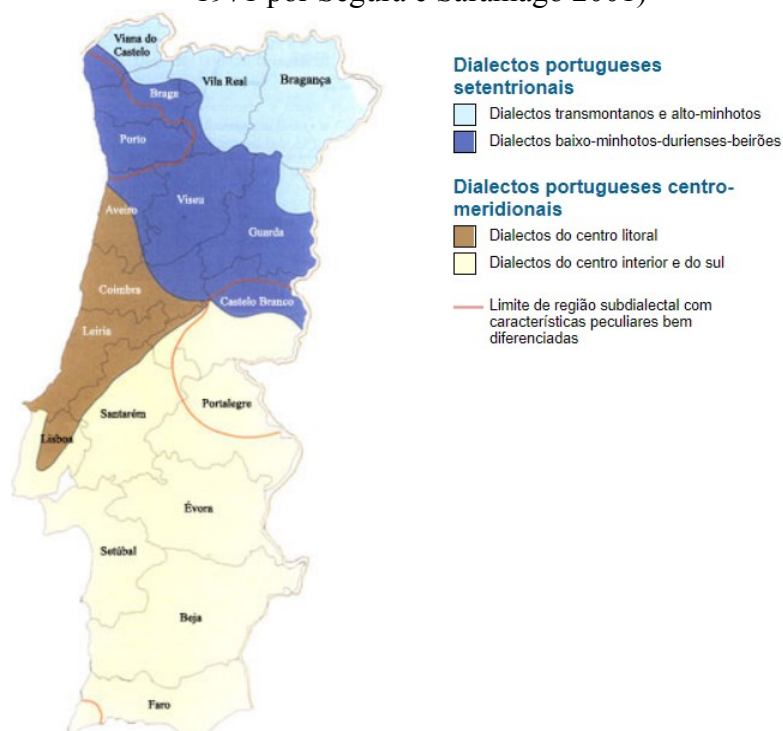
Naro e Scherre (2007) citam alguns dialetólogos portugueses, além de outros que não são contemplados aqui – como Marques (1968), em “O Falar de Azoia” – para abordar inúmeros fenômenos linguísticos ocorridos também no Brasil e alicerçar sua argumentação de que as origens do português brasileiro têm como maior base o português europeu. No que se refere à questão da alternância vocálica, os autores citam Braga (1971), Cruz (1991) e Marques (1968), uma vez que esse fenômeno não era foco de sua obra, mas apenas um exemplo dentre o rol de características linguísticas elencadas. Mas é interessante perceber que tais dialetólogos focalizam regiões diferentes de Portugal.

Tratamos sobre essas descrições a frente, porque é importante sabermos sobre a divisão de áreas dialetológicas em Portugal. Conforme Cardeira (2006),

[...] o traçado do mapa linguístico de Portugal continental espelha diferentes estratégias de repovoamento. A norte, a fronteira política imposta a uma população antiga, estável e densa, não conseguiu quebrar uma antiga unidade linguística nem nivelar a riqueza dialectal que a estabilidade, a densidade e a antiguidade justificam. A nordeste, o Mirandês testemunha a ligação a Leão. No Centro e Sul, territórios de colonização, a mistura de populações vindas quer de norte, quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades linguísticas, materializa-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação. Quando olhamos, agora, para o mapa linguístico da faixa ocidental da Península, verificamos uma continuidade entre os dialectos galegos e setentrionais ([... como, por exemplo, o] betacismo, que consiste na indistinção b/v) que tem raízes mais antigas que a fundação da nacionalidade. Os dialectos portugueses centro-meridionais, por outro lado, forjaram-se em terras reconquistadas e repovoadas, onde a necessidade de comunicação entre falantes de variedades diversas impôs o nivelamento linguístico: em períodos caracterizados por grandes movimentos migratórios, mudanças que tornem a comunicação mais fácil, eliminando diferenças entre os falantes, são favorecidas.[...] A região arcaizante do Noroeste opõe-se às inovadoras terras do Sul, teatro das lutas da reconquista e objeto de uma de uma política sistemática de repovoamento. A norte do Tejo encontramos designações mais antigas e de origem latina; no Sul, a ocupação árabe e a influência moçárabe legaram-nos novos vocábulos. É assim que à *segal*, ao *cesto*, à *gruta* ou ao *bolso* nortenhos correspondem a *ceifa*, a *alcofa*, o *algar* e a *algibeira* meridionais (CARDEIRA, 2006, p. 42-43).

Essas distinções mencionadas por Cardeira (2006) em relação às diferenças de movimentos migratórios no Norte e no Sul do país (o que resulta em idiossincrasias linguísticas diferenciadas) consideram a divisão dialetal de Cintra (1971), que é mostrada no mapa a seguir:

Mapa 2 – Os dialetos portugueses segundo Luís Filipe Lindley Cintra (adaptado de Cintra 1971 por Segura e Saramago 2001)



Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/mapa02.html>. Acesso em 22 de abr. 2020.

Como podemos ver no mapa, os dialetos portugueses podem ser mais genericamente divididos entre *setentrionais* (subdivididos em *transmontanos* e *alto-minhotos* – em azul claro – e *baixo-minhotos-durienses-beirões* – em azul mais escuro) e *centro-meridionais* (subdivididos em *centro litoral* – em marrom – e *centro interior e do sul* – em bege). Há também uma região ao centro (englobando uma parte *setentrional* e outra parte *centro-meridional*) que apresenta características dialetais diferenciadas das demais regiões, conforme as descrições de Cintra (1971) e Saramago (2001).

Nesse sentido, Cintra (1996 [1971], p. 140) explica que a sua proposta de classificação leva em conta a necessidade de uma “tentativa de simplificação, assente numa seleção prévia e numa hierarquização de um número relativamente elevado de poucos traços fonéticos entre os muitos de que nos podemos servir para caracterizar os dialetos ou falares portugueses”. O autor ainda esclarece que a oposição dada entre os dialetos do Norte (setentrionais) e do Sul

(centro-meridionais) se faz por traços fonéticos que parecem bastante identificáveis por falantes de regiões opostas.

Um desses traços¹²⁹ típicos dos dialetos setentrionais seria a troca do /v/ pelo /b/ – fenômeno chamado de *betacismo* – “ou, para empregar um modo de descrever mais correcto: o desaparecimento da oposição fonológica entre os fonemas /v/ e /b/ e a sua fusão num fonema único /b/, realizado ora como oclusiva, ora como fricativa (ou espirante) *b* ou *β*.” (CINTRA, 1996 [1971], p. 142).

Focalizamos este traço do *betacismo* pelo fato de ele ser presente no cômputo de características da variedade rural brasileira e por ter sido eleito, nesta pesquisa, para compor o rol de fenômenos linguísticos salientes ao sujeito rural (cf. seção 4.1). Essa coincidência linguística entre esse dialeto do Norte de Portugal e a variedade rural brasileira nos dá indícios de aproximação entre o português europeu e a fala rural no Brasil.

Mas há também outras seis características descritas por Cintra (1996 [1971]) como prototípicas dos dialetos do Norte de Portugal, em diferenciação aos dialetos do Sul, a saber: **(i)** pronúncia de *s* como *x* ou *j*; **(ii)** a pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*; **(iii)** a pronúncia de *ou* como *o-u* ou *â-u*; **(iv)** a passagem de *ei* a *ê*; **(v)** a pronúncia de *j* (ou *ge* e *gi*) como *x* e a de *z* como *s*; e, por fim, **(v)** a pronúncia das vogais átonas.

Já quanto às fronteiras dos grupos de dialetos, Ferreira et al (2007) explicam que, dentro do grupo de *dialetos setentrionais*, a distinção de Cintra (1971) entre os *transmontanos* e *alto-minhotos* em relação aos *baixo-minhotos-durienses-beirões* é que o primeiro subgrupo “apresenta um sistema complexo de quatro sibilantes que conserva um estado da língua arcaico. Essas consoantes são /ʃ/, /z/, /s/, /z/, ou seja, duas consoantes com articulação ápico-alveolar – uma surda e outra sonora – e duas consoantes com articulação predorsodental”. (FERREIRA et al, 2007, p. 494).

Em relação aos grupos do dialeto *centro-meridional*, há uma maior homogeneidade entre os subgrupos de dialetos (*centro literal* e *centro interior e do sul*), mas, mesmo assim, ainda é possível fazer algumas distinções. Segundo Ferreira et al (2007, p. 495, grifos nossos):

A fronteira que os separa é a isófona que corresponde à monotongação do ditongo [ej] em [e]. Esta fronteira parte da costa ocidental por altura de Óbidos, desce até quase à altura de Lisboa e inflectindo depois para Nordeste,

¹²⁹ Há também outras seis características descritas por Cintra (1996 [1971]) como prototípicas dos dialetos do Norte de Portugal, a saber: **(i)** pronúncia de *s* como *x* ou *j*; **(ii)** a pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*; **(iii)** a pronúncia de *ou* como *o-u* ou *â-u*; **(iv)** a passagem de *ei* a *ê*; **(v)** a pronúncia de *j* (ou *ge* e *gi*) como *x* e a de *z* como *s*; e, por fim, **(v)** a pronúncia das vogais átonas.

acompanha o curso do Zêzere, atingindo a raia a norte de Castelo Branco (Lindley Cintra, 1970 e 1971). É de referir, relativamente a este traço, que Lisboa constitui uma **ilhota de conservação** do ditongo representado por [aj] e não por [ej], como na maior parte conserva o ditongo), no interior de uma área de monotongação.

Algumas outras características são apresentadas por Cintra (1970), mas não faremos maiores descrições, porque, nesta pesquisa, interessa-nos mais identificar as áreas dialetais básicas, com vistas a percebermos se o fenômeno da alternância verbal entre /a~/e/ e /e~/i/ ocorre em algumas dessas áreas ou de maneira espalhada por todas essas áreas de Portugal.

Além do conhecimento básico necessário para identificar as regiões de Portugal, para discorrermos sobre essas raízes do português brasileiro no português europeu, precisamos também mencionar as propostas de periodização da língua portuguesa. Isso porque, ao se tratar de aspectos históricos (mesmo que superficialmente), precisamos fazer escolhas terminológicas. Ademais, as periodizações também permitem aos pesquisadores situar a mudança linguística, quando têm esse aspecto como foco.

Essas propostas diversas que são apresentadas levam em conta critérios históricos, literários e linguísticos:

Quadro 6 – Algumas propostas de periodização da língua portuguesa

| Época | Leite de Vasconcelos | S. Silva Neto | Pilar Vázquez Cuesta | Lindley Cintra |
|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------|
| até s. IX (882) | pré-histórico | pré-histórico | pré-literário | pré-literário |
| até ± 1200 (1214-16) | proto-histórico | proto-histórico | | |
| até 1385/1420 | português arcaico | trovadoresco | gal.-português | port. antigo |
| até 1536/1550 | | port. comum | port. pré-cláss. | port. médio |
| até s. XVIII | português moderno | português moderno | port. clássico | port. clássico |
| até s. XIX/XX | | | port. moderno | port. moderno |

Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/brevesum/quando.html>. Acesso em 22 de abr. 2020.

A partir desse quadro, percebemos a existência de diferentes classificações para a periodização do português, desde as suas origens. Da mesma forma como optamos por levar em conta a classificação das áreas dialetais de de Lindley Cintra, também tomaremos por base sua classificação dos períodos do português.

Assim, quando argumentamos que o fenômeno linguístico por nós investigado está presente num português “arcaico”, não estamos nos referindo à periodização de Leite de Vasconcelos, mas sim a um espectro mais amplo, que compreenderia o português *moderno*, *clássico* e *médio*. Considerando-se a vinda dos portugueses para o Brasil, não levamos em conta os períodos anteriores a isso, como o *português antigo* e o *português pré-literário*.

Tentamos mapear, na medida do possível, descrições linguísticas que trataram do fenômeno linguístico em análise, independentemente do período em que foi feito, mas nos deparamos sempre com algumas limitações. Uma delas é o fato de este fenômeno ser mais comum à fala e, antes do século XIX, termos poucas descrições de fala do português. Assim, o estudo de Vasconcelos (1901), com sua descrição minuciosa de oitava, acaba por ser uma das fontes nas quais conseguimos nos apoiar.

Precisamos esclarecer que, neste momento, nosso objetivo não foi fazer coleta de dados da alternância vocálica em séculos anteriores, mas sim a coleta de descrições linguísticas a respeito do fenômeno, haja vista que não se ambiciona fazer um estudo diacrônico, mas apenas mapear a existência do fenômeno em estudo em tempos passados.

4.6 ESTUDOS DIALETOLÓGICOS NO PORTUGUÊS EUROPEU: A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA EM EVIDÊNCIA

Temos tentado demonstrar, neste capítulo, que o fenômeno linguístico da alternância vocálica de /a/ para /e/ e de /e/ para /i/ é algo bastante típico da realidade rural brasileira, mas está enraizado em terras portuguesas, assim como outros fenômenos linguísticos notadamente rurais. Para conseguirmos comprovar esta hipótese, já aventada por Naro e Scherre (2007), o mergulho em pesquisas dialetológicas portuguesas é essencial. Buscamos, portanto, registros das formas não canônicas em obras que descrevem o português europeu, objetivando encontrar dados que nos permitam verificar em quais localidades de Portugal isso ocorre. Não objetivamos fazer um estudo aprofundado sobre essas localidades, mas sim um breve mapeamento do fenômeno linguístico que nos interessa.

Tomamos, então, por base, os textos¹³⁰ citados no referencial teórico de Svobodová (2017), mas também tivemos acesso a outros, as quais são igualmente citados aqui. Além de pesquisadores portugueses Vasconcelos (1988) e Boléo (1943), bem como do brasileiro Melo (1946), levamos em consideração os seguintes estudos: Melo (1946), Delgado (1951), Moura (1960), Santos (1967), Oliveira (1966), Baptista (1967), Cruz (1969), Carrancho (1969), Braga (1977), Maia (1977), Garcia (1979), Gonçalves (1988), Alves (1993), Florencio (2001) e Simão (2011). Esse último grupo de autores é mencionado levando em consideração as áreas dialetológicas já apresentadas, isto é, iniciamos tratando sobre as pesquisas feitas no Norte de Portugal, onde se falam os dialetos *setentrionais* (subdivididos em *transmontanos* e *alto-minhotos* e *baixo-minhotos-durienses-beirões*), depois passamos aos *centro-meridionais* (subdivididos em *centro litoral* e *centro interior e do sul*).

Antes de tratarmos sobre as pesquisas portuguesas, fazemos uma breve menção ao estudo de um dialetólogo brasileiro. Em “A língua do Brasil” (1946), Gladstone Chaves de Melo, antes de partir para a descrição do português brasileiro, faz breves menções ao PE, trazendo alguns dados de concordância verbal de regiões variadas de Portugal. Conforme o pesquisador, da região de Baião (a qual é uma vila portuguesa no Distrito do Porto, na região Norte de Portugal), foram encontrados os seguintes dados: “*andei, andastes, andou, **andémos**, andastes, andaro; quis, quisestes, quis, **quisimos**, quisestes, quisero.*” (1946, p. 91, grifos nossos).

Já o dialetólogo português, Leite de Vasconcelos, em “Opúsculos” (1988), apresenta uma descrição bastante minuciosa de diversos falares de Portugal, de acordo com seus registros (feitos no final do século XIX e início do XX), apresentando dados das formas não canônicas (com /e/ no lugar de /a/, bem como /i/ no lugar de /e/). Como se tratam de muitas descrições, construímos o quadro abaixo, a fim de facilitar a visualização desses dados para o leitor:

¹³⁰ Queremos ressaltar que o acesso a esses textos só foi possível devido à nossa estadia em Lisboa, para estudo na Universidade de Lisboa, na ocasião do Doutorado Sanduíche, pois as teses não estão digitalizadas e não se encontram facilmente em bibliotecas brasileiras e acervos particulares. Dentre todos os referenciais teóricos citados por Svobodová (2017), não conseguimos ter acesso a duas obras, Carvalho (1974) – *Linguagem e folclore do Conselho de Mêda (Distrito da Guarda)* – e Vilela (1966) – *Vilarinho da Samardã (Vila Real)*, pois não havia exemplares na Universidade de Lisboa, mas apenas em Coimbra, e não tivemos a oportunidade de nos deslocar para essa outra cidade durante o estágio.

Quadro 7 – Dados de Vasconcelos (1988) de formas alternância vocálica na 1ª pessoa do plural (de 1ª e 2 conjugações) em variadas regiões de Portugal

| Localidade | Dados | Páginas |
|------------------|--|---------|
| Castro de Avelãs | <i>andêmos, labrêmos (lavramos)</i> – Presente do Ind. | p. 59 |
| Trás-os-Montes | <i>saltemos</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 68 |
| Argozelo | <i>andibêmos (andamos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 97 |
| Carragosa | <i>saltêmos</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 100 |
| Espinhoso | <i>cantêmos</i> – Presente do Ind. | p. 116 |
| Moimenta | <i>andêmos, andêmo</i> – Presente do Ind. <i>bubimos (bebemos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 119 |
| Soutelo | <i>andêmos</i> – Presente do Ind. | p. 130 |
| Quintanilha | <i>bubimos (bebemos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 150 |
| Santa Comba | <i>bendimos (vendemos)</i> Pretérito Perfeito do Ind. | p. 154 |
| Salselas | <i>scabemos (escavamos)</i> – Presente do Ind. <i>scabâmos (escavâmos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 168 |
| Salselas | <i>cosimos (cosemos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 169 |
| Vale de Frades | <i>bubimos (bebemos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 180 |
| Vila Real | <i>andêmos</i> – Presente do Ind. | p. 203 |
| Mata | <i>andivêmos</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 244 |
| Reigada | <i>andivêmos</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 273 |
| Montemor-o-Velho | <i>jantêmos</i> – Presente do Ind. | p. 311 |
| Coimbra | <i>andêmos, chamêmos</i> – Presente do Ind. | p. 314 |
| Outeiro | <i>andêmos</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 358 |
| Paçoinhos | <i>andêmos, jintêmos (jantâmos)</i> – Pretérito Perfeito do Ind. | p. 397 |

Fonte: Própria autoria, com base em Vasconcelos (1988, p. 59-397)

A partir desse quadro, no qual estão compilados dados diversos de oitiva de Vasconcelos (1988), por praticamente cinquenta anos de trabalho, percebemos que o fenômeno linguístico da alternância vocálica ocorre (ou, pelo menos, ocorreu) em áreas muito dissipadas em Portugal e de forma variada no que se refere aos contextos temporais utilizados. Em relação às formas verbais, queremos destacar a forma *andivêmos*, que, apesar de ser diferente daquelas que analisamos nesta pesquisa, revela-se interessante pelo fato de parecer trazer um morfema a mais, numa busca do falante pela desneutralização das formas verbais de presente e pretérito perfeito do Indicativo.

Passemos agora aos dados de outras teses dialetológicas portuguesas, que se dedicaram a apenas uma região de Portugal, iniciando pelos *dialetos setentrionais*.

Em Braga (1977)¹³¹, “Quadrazais: etnografia e linguagem”, localidade situada pouco acima do centro, a nordeste de Portugal, onde se encontram os chamados *dialetos baixo-minhoto-durienses-beirões*, registra-se que:

¹³¹ Esta tese não foi citada por Svobodová (2017).

Nos verbos de 1ª conjugação, a 1ª pessoa do plural do presente do Indicativo termina em –êmos em de –amos: andêmos, falêmos. Esta terminação é explicada por Leite de Vasconcelos “como resultante da influência do vocalismo de temos e havemos”.

A mesma terminação -êmos aparece no pretérito perfeito do Indicativo dos verbos de 1ª conjugação devido à influência analógica da 1ª pessoa do singular: e da 1ª pessoa do plural dos verbos de 2ª conjugação. Dentro dos idiomas peninsulares, formas com o e tônico analógico na 1ª pessoa do plural ocorrem dialetalmente em português no norte e centro do país, em dialetos aragoneses, sendo particularmente abundantes em leonês. (BRAGA, 1977, p. 145).

É interessante perceber que, nessa região já mencionada, a forma não canônica /e/ para 1ª conjugação ocorre nos dois tempos verbais do Indicativo (presente e passado), e é trazida, no texto, uma explicação para isso: seria uma analogia com formais verbais mais produtivas como *temos* e *havemos*. Pretendemos retomar tal explicação teórica no capítulo subsequente a este (cf. Capítulo V).

Já em Gonçalves (1988)¹³², em “O falar do Minho”, que se refere à noroeste de Portugal, traz diversas descrições de verbos e suas respectivas conjugações naquela localidade, mas a alternância vocálica não parece ocorrer nessa localidade. Em relação a registros dos verbos importantes para nossa pesquisa, isto é, regulares de 1ª conjugação, o verbo *perdoar* aparece descrito pelo autor apenas com registro canônico (*perdoamos* para presente, e *perdoemos*, para presente do Conjuntivo), assim como ocorre com o verbo *alumiar*. Quanto aos de 2ª conjugação, é citado o verbo *minxer* (*mexer*), e a conjugação de presente do Indicativo é *minxemos*. Ou seja, embora haja alterações fonéticas, o fenômeno da alternância que nos interessa não é registrado.

Na tese de Moura (1960), por sua vez, “Faia, aldeia de concelho de Sernancelhe. Etnografia, Linguagem e Folclore”, cujo foco é a região Nordeste do país europeu, em fronteira com a Espanha, é possível observar o seguinte:

Indicativo Presente

- Na forma de 1ª pessoa do plural dos verbos da 1ª conjugação a terminação é –emos e não –amos

istemos – estamos

chamemos – chamamos

[...] Pretérito Perfeito

A 1ª pessoa do plural dos verbos de 1ª conjugação, soa com o a fechado (amos por –ámos) o que confunde esta forma com a do Indicativo Presente (1ª pessoa do plural);

cantamos (por cantámos)

cornamos (por tornámos). (MOURA, 1960, p. 145-146)

¹³² Texto não mencionado por Svobodová (2017).

Percebemos, pois, uma clara distinção entre as formas de *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*, que é feita mediante a alternância vocálica. O que ocorre, no entanto, é o uso de /e/ para o presente, enquanto o /a/ é reservado ao contexto de passado. Trata-se de dados que parecem diferir da tendência brasileira (de uso da forma não canônica /e/ para passado).

Passando-se ao estudo Santos (1967), em “Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes”, que trata da região norte de Portugal, verificamos as suas descrições:

Mais vulgarmente na fronteira com Leão, a primeira pessoa do plural do pretérito perfeito é igual à correspondente do presente do Indicativo, com a terminação *âmos*; *labâmosI* (= ‘lavamos’ e ‘lavámos’), *chegamos*. O facto já foi assinalado em Valpaços e Rio Frio. Sendo um processo particularmente vigente na primeira conjugação, estende-se algumas vezes, por analogia, a verbos da segunda e da terceira: *comâmos*, *partamos*.

Ainda no pretérito perfeito, a primeira pessoa dos verbos de segunda conjugação apresenta algumas terminações –iu, por analogia com os verbos em –ir: *bebiu*, *rompiu*, *vivi*. O facto também se verifica em falares leoneses. [...] Mais geralmente na fronteira norte, a quarta pessoa do pretérito perfeito do indicativo (que vimos, na fronteira com Leão, tomar frequentemente a terminação –âmos) termina em –êmos, por analogia com a primeira pessoa: *labêmos*, *indêmos*, *cheguêmos*. Esta acção analógica estende-se com muita frequência, em toda a região, à segunda pessoa, o que se dá também no dialecto leonês: *labeste*, (ou *labestes* ou *labestis*), *encontrastes*, *arrebunhestes*. Só na região de Bragança notei a mesma acção analógica na sexta pessoa: *caseran*, *laberan*. Ficam assim perfeitos do tipo *casei*, *casestes*, (*casou*), *casemos*, *casesteis*, *caseram*.

Sempre na região de Bragança, notei alguns pretéritos da segunda conjugação também uniformizados pela analogia: *comi*, *comistes*, (*comeu*), *comimos*, *comisteis*, *comiram*. (SANTOS, 1967, p. 239-240).

Como podemos notar, na localidade de Trás-os-Montes, não apenas ocorre o uso vocálico não canônico para 1ª (*casemos*) e 2ª conjugações (*comimos*), como o uso dessas vogais se expande para todas as pessoas verbais (*casei*, *casestes*, *casemos*...), o que reforça a possibilidade da analogia e de sua tendência regularizadora no paradigma flexional dos verbos. Essa expansão, no entanto, parece não ter ocorrido em muitas localidades de Portugal.

Estudos como o de Florencio (2001)¹³³, “Dialecto alentejano: contributos para seu estudo”, por exemplo, ao norte de Portugal, trazem registros das formas verbais de 1ª pessoa do plural no pretérito perfeito sendo produzidas de forma igual ao infinitivo, isto é, com terminação –*rmos* (como *cantarmos*). Ou seja, trata-se de um conjunto de formas totalmente diferentes das produzidas em regiões vizinhas.

¹³³ Também não citada por Svobodová (2017).

Esse detalhamento pode revelar que cada dialeto/falar português procura resolver o problema da neutralização verbal entre as formas de presente e pretérito perfeito do Indicativo de uma forma diferente, mas essa alteração (assim como outras) provoca efeitos em todo o paradigma verbal. Um estudo mais direcionado sobre esse tópico poderia ser feito nesse sentido de verificar os rearranjos no sistema verbal do português europeu. O objetivo de nossa pesquisa é muito menos ambicioso, no que diz respeito ao PE, pois almejamos apenas mapear a existência ou não desse fenômeno linguístico em regiões de Portugal.

Passamos, pois, para as breves descrições dos demais estudos com os quais tivemos contato, referentes aos dialetos *centro-meridionais*.

Em Oliveira (1966), na tese intitulada “Malhada Velha (concelho Penela)”, na região central, a leste de Portugal, foi registrado algo inusitado (para nós) – mas também notado em Florencio (2001) – o uso de “amarmos”, no contexto de pretérito perfeito, ou seja, uma forma de infinitivo pessoal sendo usada para marcar passado.

Além disso, o autor traz um apanhado de “traços gerais” observados nesta localidade: “Gostêmos, falêmos, por “gostamos” e “falamos” – as duas primeiras palavras explicam-se por analogia com as segundas pessoas do plural do presente do conjuntivo”. (OLIVEIRA, 1966, p. 139). Na sequência, o autor estabelece o paradigma flexional, fazendo-se a transcrição fonética dessas formas verbais, que fica assim configurado:

Figura 19 – Paradigma Flexional dos verbos em –ar: ficar (167) segundo Oliveira (1966)

Paradigma dos verbos em -ar: ficar (167)

| | <u>Indicativo</u> | |
|------------------|-------------------|-----------------|
| 93 - Presente | Perfeito simples | Imperfeito |
| ê 'fiku | ê fi 'kei | ê fi 'kaŋa |
| tu 'fikaš | tu fi 'kaštiš | tu fi 'kaŋaš |
| 'eli 'fika | 'eli fi 'ko | eli fi 'kaŋa |
| 'noš fi 'kemuš | noš fikarnus | noš fi 'kaŋamus |
| 'boš fi 'keiš | (boš fikāstiš) | boš fi 'kaŋeis |
| 'eliš 'fikā | 'eliš fi 'karāu | 'elis fi 'kaŋaŋ |

Fonte: Oliveira (1966, p. 139)

Essa descrição de Oliveira (1966) mostra as diferenciações não canônicas estabelecidas no falar da região de Malhada Velha, revelando uma nova configuração do paradigma verbal,

em que não há coincidências de formas verbais (*neutralização*). Consiste em uma informação interessante, porque parece fazer sentido a explicação de Svobodová (2017) a respeito de rearranjos verbais internos a cada falar.

Já Baptista (1967), em “O falar de Escusa”, região localizada a centro-leste de Portugal, mostra dados de alternância vocálica de /a/ para /e/: “Na 1ª pessoa do plural dos verbos de 1ª conjugação, a vogal temática -a- está representada por -e-, no Pretérito Perfeito e Mais-que-perfeito do Indicativo e Futuro do Conjuntivo: nós andémos, nós andérimos, que nós andéssimos, se nós andérmes.” (BAPTISTA, 1967, p. 104).

Como podemos notar a partir do detalhamento de Baptista (1967), o uso da vogal /e/ no lugar de /a/ em 1ª conjugação se expande a outros tempos verbais (mas não a todos), isto é, trata-se de outro modelo de rearranjo verbal, é o que ocorre em Escusa.

Em Maia (1977), por seu turno, em “Os falares fronteiriços do concelho de Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla”, região que fica a centro-leste de Portugal, afirma-se que:

Devido a uma irradiação analógica do vocalismo da primeira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos em -ar sobre a correspondente pessoa do plural, são frequentes, na fronteira portuguesa, formas como: *agarremos, andemos, chamemos, deitamos, deixemos, bebemos, lebantemos, matemos, moremos*. Dentro do quadro dos idiomas peninsulares, formas com *e* tônico analógico na primeira pessoa do plural ocorrem dialectalmente em português, no norte e centro do país, em aragonês, e sobretudo em leonês, onde são particularmente abundantes. (MAIA, 1977, p. 230-231).

O detalhamento de Maia (1977) revela o uso da vogal temática não canônica de 1ª conjugação /e/ direcionada a um tempo verbal específico: pretérito perfeito do Indicativo, oposição a /a/ para o presente do Indicativo. Assim, percebemos que o que ocorre nessas localidades é similar ao que parece ocorrer no Brasil

Já Garcia (1979)¹³⁴, com o título “O falar da Glória do Ribatejo”, localidade ao centro de Portugal, traz à vista a transcrição fonética de vários depoimentos de entrevistados, registrando o uso, no presente do Indicativo, de “arranjemo”, “moiemo” e “embruieemo” (p. 169), assim como “a gente fiquemos” e “festejemos” (p. 168), também no presente.

a)Na 1ª conjugação, a primeira pessoa do plural do presente do indicativo, forma-se por analogia com a primeira pes. pl. do pres. do ind. dos verbos da 2ª conjugação: *matêmes, inxòguêmes, dêmes, têmes*.

¹³⁴ Estudo não citado por Svobodová (2017).

b) No pretérito perfeito simples da primeira conjugação, a primeira pes. do plural também se forma por analogia com a primeira pes. pl. do pres. do ind. dos verbos da segunda conjugação: “Já alm’cêmes...”, “Acabêmes há b’cade...”. (GARCIA, 1979, p. 70).

Em “A linguagem dos pescadores de Ericeira”, região a centro-oeste de Portugal (acima de Lisboa), Alves (1993) revela estes registros: “A primeira pessoa do plural dos verbos da 1ª conjugação apresenta as desinências: *-aumos, -oumos, -êmos*, no indicativo presente; *-amos, -ómos, -émos* no pretérito perfeito.” (ALVES, 1993, p. 183)

Ademais, na parte de descrição fonética, é explicado que, no caso de pretérito perfeito, quando a vogal produzida deveria ser [a], de acordo com a norma padrão, os informantes costumam produzi-la com três fones diferentes: [ɐ], [ɔ] e [ɛ]:

Como se vê, trata-se do *a* tônico aberto que na linguagem padrão distingue as formas de 1ª pessoa do plural do perfeito, das formas correspondentes do presente do Indicativo. O timbre dos exemplos agrupados em b) [ɔ] parece dever-se a uma tendência para a velarização do *a*, que contribui para que se mantenha a distinção fonológica entre as formas dos dois tempos. O timbre de *e* no único exemplo apresentado, parece dever-se a uma palatalização (esporádica?), que conduz ao mesmo resultado. Nos casos em que aparece *ɐ*, temos a variante mais corrente noutros falares (sobretudo nos meridionais portugueses e no Brasil), com o fechamento regular da tônica aberta antes de consoante nasal (a que escapam as formas de 1ª pessoa do plural da língua). (ALVES, 1993, p. 150)

Esses dados demonstram o uso da vogal alta posterior arredondada, nasalizada – [ɔ] – no lugar de [a], o que consistiria numa variante vocálica que não consideramos nesta pesquisa. No entanto, a partir dessa constatação, pretendemos nos atentar à sua existência em nossa análise de dados e descrevê-la, caso a encontremos. As pesquisas brasileiras que tratam sobre o tema da alternância vocálica, porém, não registraram (ou cogitaram) essa possibilidade de uso.

Passando-se para o estudo de Simão (2011)¹³⁵, “O falar de Marvão”, localidade a centro-leste de Portugal, um exemplo de 1ª conjugação com alternância da vogal /a/ para /e/ registrado é do verbo *andar*.

O verbo “andar” destaca-se no contexto da classe verbal por ser um verbo muito vulnerável a alterações. De todos os verbos aqui enunciados, este aqui é o que mais mutações vocálicas sofre, apresentando diferentes formas de conjugação. Por exemplo:

Presente: ando/ande; andas; anda; andamos; andem.

¹³⁵ Esta pesquisa não foi citada por Svobodová (2017).

Pretérito Perfeito: andê; andestes; andô; andemos; anderem/anderam/anderim. (SIMÃO, 2011, p. 161)

Além dessa alternância por nós focalizada nesta pesquisa, como podemos notar, os dados de Simão (2011) revelam uma tendência regularizadora, ao menos em algumas pessoas, apontando para uma possível expansão da vogal temática não canônica /e/ em verbos regulares de 1ª conjugação.

A próxima tese a ser descrita, de Moura (1960), cujo título é “Faia, aldeia de concelho de Sernancelhe. Etnografia, Linguagem e Folclore”, localidade a Nordeste de Portugal, explica que, no Presente do Indicativo, “na forma de 1ª pessoa do plural dos verbos de 1ª conjugação a terminação é –emos e não –amos: istemos – estamos; chamemos – chamamos.” (MOURA, 1960, p. 145).

Quanto ao Pretérito Perfeito do Indicativo, é esclarecido que: “a 1ª pessoa do plural dos verbos de 1ª conjugação soa com *a* fechado (amos por –ámos) o que confunde esta forma com a do Indicativo Presente (1ª pessoa do plural): cantamos (por cantámos), tornamos (por tornámos).

Já a obra de Delgado (1983 [1951]), “A linguagem popular no Baixo-Alentejo e o dialeto barraquenho”, relacionado à região Sul de Portugal, não é citada por Svobodová (2017), mas traz alguns exemplos (na edição de 1983) de dados da natureza que procuramos nesta pesquisa. O dialeto barranquenho é falado no concelho de Barrancos, ao centro-sul de Portugal, situado junto da fronteira com a Espanha, entre a Estremadura e a Andaluzia. Sobre o verbo *requerer*, por exemplo, o autor encontrou os seguintes dados: “In. pres.: 1. *requéru*; 2. *requeré*; 3. *reque*; 4. *requerému*; 6. *requerê*. Perf.: 1. *Requeri*; 2. *requerihiti*; 3. *requeriu*; 4. *requerimu*; 6. *requerirô*.” (DELGADO, 1983, p. 423). A respeito do verbo *jogar*, foi encontrado *juguêmu*. No que tange ao verbo *andar*, foi feita a seguinte descrição do paradigma flexional: “Nó *adêmu* de preça” (pres.). Pret.: *andíbi*, *andúbi*, *andibehti*, *andibe*, *andube*, *andubemu*, *andibeu*, *andibérom*.” (DELGADO, 1983, p. 420).

Ademais, queremos salientar a descrição do verbo *dar*, que apresenta registros de *dêmu* no presente e no passado, sendo que as suas formas canônicas seriam *damos* para o presente e *demos* para o passado. Assim, percebemos um processo oposto do que havíamos notado em outros contextos (nos quais há uma *desneutralização* temporal). Nesse caso, o que aparece no dialeto é uma *neutralização* de formas que apresentavam uma diferenciação. Não sabemos por que isso ocorre, mas achamos necessário mencionar, para o caso de precisarmos problematizar este dado em capítulo ulterior.

Retornando aos demais estudos, Cruz (1969), em “O falar de Odeleite”, região situada a extremo sudeste de Portugal, apresenta a seguinte constatação: “Por analogia com os verbos da 2ª conjugação, os verbos da 1ª conjugação na 1ª pessoa do Plural do Presente do Indicativo, apresentam frequentemente a terminação *-emos* em vez de *-amos*: *chamemos*, *ajoelhemos*, *arranchemos*”. (CRUZ, 1969, p. 113).

Tais dados revelam, mais uma vez, essas formas não canônicas ocorrendo em contexto de presente, ao invés de passado, como parece ocorrer no Brasil. Talvez esse seja um aspecto revelador ao compararmos esse fenômeno linguístico em Portugal e no Brasil.

Por fim, trazemos à vista a tese de Carrancho (1969), “A Linguagem dos Pescadores de Lagos”, que se dedica à descrição linguística de uma cidade a extremo sudoeste de Portugal. Foi observado o uso de “guiemes” (p. 173), no lugar de “guiamos”, no contexto de presente do Indicativo, o que, segundo a descrição, seria um empréstimo do presente do Conjuntivo.

Analisando os demais dados verbais recolhidos nesta localidade, pudemos notar o uso generalizado de *-mes* no lugar do sufixo de número e pessoa *-mos*, o que, também, parece ser um dado de variação que difere do português brasileiro. Acreditamos que esse tipo de uso não ocorrerá em nosso *corpus* de pesquisa, mas deixamos esse ponto registrado, para que possamos analisá-lo, caso o encontrarmos.

Com base em todos esses estudos elencados nesta seção, chegamos à conclusão de que o uso alternante das vogais temáticas em 1ª pessoa do plural é algo que ocorre tanto nos *dialetos setentrionais* quanto nos *centro-meridionais* de Portugal, não consistindo em um uso de caráter diatópico, embora haja variações diversas em cada uma dessas localidades. Ou seja, parece haver (ou ter havido, já que os estudos foram feitos com dados de quase um século inteiro atrás) um uso, de certa forma, generalizado da alternância vocálica em Portugal, não obstante isso ocorra em tempos verbais variados.

Para mais, destacamos que, na coleta de dados do fenômeno linguístico que é foco desta tese, encontramos muitas descrições do português europeu de fenômenos linguísticos que costumam ocorrer na variedade rural brasileira, como o *yeísmo* e o *rotacismo*, que compõem nosso quadro de características rurais salientes. Esses registros fortalecem nossa hipótese de que haja uma forte relação entre as variedades rurais brasileira e europeias. Assim, “quem conhece a fala rural brasileira pode vê-la consistentemente nos registros de dialetologia europeia” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 130).

4.7 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, fizemos um detalhamento geral das variedades rurais brasileiras, descrevendo fenômenos linguísticos relacionados a elas e construímos um quadro com características rurais mais salientes, o qual vai nos auxiliar na análise de dados (cf. Capítulo VI e VII) no mapeamento de um *grau de ruralidade* de cada um dos informantes do banco-base VARLINFE cuja fala é descrita.

Buscamos também verificar se variedades rurais portuguesas apresentavam a alternância da vogal (de /a/ para /e/, bem como de /e/ para /i/) nas formas verbais de 1ª pessoa do plural. A partir de Vasconcelos (1901), Naro e Scherre (2007), Svobodová (2017) e dialetólogos portugueses, observamos a existência do fenômeno em variadas regiões de Portugal. Tal resultado revela que esse uso linguístico não é restrito ao Brasil e parece ter suas raízes em Portugal, mas, para afirmarmos isso com mais contundência, precisaríamos encontrar registros dessas formas verbais em séculos anteriores à vinda dos portugueses para o Brasil (que ocorreu nos séculos XVI e XIX).

Outra possibilidade é que o mesmo fenômeno linguístico tenha surgido, de maneira independente, tanto em terras brasileiras quanto lusitanas, por conta de uma motivação interna da língua, que seria a necessidade de diferenciação entre os tempos verbais de presente e pretérito perfeito na 1ª pessoa do plural.

No tangente a uma das questões que nos colocamos – seria a variação morfofonológica da vogal temática precedente aos sufixos de *tempo, modo e aspecto*, bem como de *número e pessoa*, um exemplar de conservadorismo linguístico dentro da variedade rural no português brasileiro? –, temos consciência das limitações para compreender se essa alternância vocálica veio de Portugal para o Brasil e aqui se conservou, ou se essas formas emergiram em solo brasileiro de maneira independente, em similaridade a Portugal. Mesmo assim, argumentamos que a variedade rural brasileira apresenta características culturais e linguísticas conservadoras, consistindo, assim, em *ilhas de conservadorismo linguístico* as localidades onde ocorreram as entrevistas do banco VARLINFE, tanto no âmbito da língua portuguesa quanto no que se refere às línguas eslavas, que ali se mantiveram. Para tanto, baseamo-nos, fundamentalmente, nas asseverações de Naro e Scherre (2007), Foeger (2014) e Ribeiro (2013) a respeito do conservadorismo linguístico no Brasil.

Sobre o questionamento “qual é a relação desse fenômeno morfofonológico com o português europeu?”, notamos que o uso de formas não canônicas foi registrado em ambos os países, havendo algumas similaridades de uso ocorridas em Portugal e no Brasil, conforme

verificamos na análise de Svobodová (2017). Entretanto, não temos como afirmar categoricamente que tal fenômeno linguístico tenha vindo de Portugal para o Brasil, uma vez que os registros que encontramos dele datam dos séculos XIX e XX, sendo que os portugueses já haviam se instalado no Brasil em séculos anteriores a esses.

Outro objetivo nosso, que atingimos de maneira parcial, era investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico. De acordo com a pesquisa de Svobodová (2017), em Portugal, há uma tendência diferenciadora dos tempos verbais nas regiões lusitanas onde essas formas foram encontradas, ainda que isso ocorra de modo diferente do que costuma acontecer no Brasil. Ou seja, Svobodová (2017) detectou que as formas não canônicas (*falemos*, por exemplo) são mais comuns em contextos de presente, ao passo que as pesquisas brasileiras têm mostrado que o uso não canônico privilegia o contexto de *pretérito perfeito* (cf. AMARAL, 1920; COSTA, 1990; ZILLES; MAYA; SILVA, 2000, BORTONI-RICARDO, 2011; PEREIRA, 2014; FOEGER, 2014; CASTILHO, 2016; PEREIRA, COELHO e LOREGIAN-PENKAL, 2017; PEREIRA e MARGOTTI, 2018).

Trazidas essas informações, no próximo capítulo, fazemos uma discussão teórica mais aprofundada, no âmbito da Fonética e Fonologia, assim como da Morfologia, trazendo à tona vários questionamentos no âmbito interno à língua que foram levantados neste capítulo e também nos capítulos antecedentes.

CAPÍTULO V

“NUNCA PLANTEMO FUMO NÃO. [...] NÃO FOMO NO FUMO”:
 DISCUSSÕES TEÓRICAS EM MORFOLOGIA, FONÉTICA E FONOLOGIA



5 “NUNCA PLANTEMO FUMO NÃO. [...] NÃO FOMO NO FUMO”¹³⁶: DISCUSSÕES TEÓRICAS EM MORFOLOGIA, FONÉTICA E FONOLOGIA

5.1 PALAVRAS INICIAIS

Como já argumentado em capítulos antecedentes, o fenômeno linguístico do qual nos ocupamos apresenta caráter morfofonológico. Assim, neste capítulo, são feitas algumas discussões pautadas no seguinte objetivo – já explicitado na Introdução: explicar o uso das formas não canônicas a partir de estudos em Fonética, Fonologia e Morfologia, buscando elucidções teóricas que nos permitam entender o funcionamento interno dessas formas.

Para tanto, o capítulo está dividido em algumas seções (e subseções). A seção 5.2 trata de aspectos fonético-fonológicos, abordando, primeiramente, os conceitos de alofonia e oposição distintiva em relação à produção da vogal /a/, com a retomada da questão do contato linguístico (cf. capítulo I) como responsável pelas questões de alofonia em relação ao fenômeno linguístico nas comunidades linguísticas analisadas. Também questionamos sobre a classificação de alguns autores como “alçamento vocálico” para caracterizar a alternância vocálica ocorrida em *falemos* e *comimos*. Por fim, retomamos a problemática da classificação de /mo/ como um “apagamento do -s final da DNP”, dado que essa caracterização traz em seu bojo o pressuposto de que a forma subjacente seria a forma canônica /mos/. Defendemos, ao contrário, que a forma subjacente seja /mo/¹³⁷ e que o /s/ seja implementado na forma quando os falantes se deparam com a escolarização.

Já a seção 5.3 aborda aspectos morfológicos e é subdividida em temáticas que trazem apontamentos sobre morfologia estruturalista – preconizada por Câmara (1968, 1970a, 1970b, 1976, 1977) e adeptos, como Zanotto (2001) e Monteiro (2002), problematizando-se algumas descrições que representam problemas para a teoria. Na sequência, trazemos a abordagem da morfologia gerativista (VILLALVA, 2000 [1995]; 2007), assumindo tal proposta como sustentáculo teórico. São traçados também comentários sobre a classificação da vogal em

¹³⁶ Frase dita por uma informante do sexo feminino, da cidade de Rebouças, mais velha (acima de 50 anos), com escolaridade I. Vale ressaltar aqui que a informante proferiu esta frase rindo, como se estivesse fazendo uma brincadeira com as palavras *fumo* e *fomo*, quase homônimas. Achamos esse trava-línguas metalinguístico tão interessante que resolvemos dar foco à frase, colocando-a no título deste capítulo metalinguístico.

¹³⁷ No momento de arguição desta tese, em 18 de dezembro de 2020, a Professora Doutora Marta Maria Pereira Scherre defendeu que a forma subjacente seja /mu/ e assim nos sugeriu. Embora consideremos essa contribuição de suma importância, pois, na maioria das comunidades do Brasil, ocorre significativo alçamento vocálico das pós-tônicas, acreditamos que, no caso das comunidades neste tese investigadas, conforme mostram variados estudos de pesquisadores do VARLINF (cf. capítulos V e VIII), costuma haver pouco alçamento das pós-tônicas. Assim sendo, parece-nos congruente que a forma subjacente em tais comunidades do Sudeste paranaense seja, de fato, /mo/ (sem alçamento).

análise, isto é, se consistiria em alomorfa da vogal temática ou um sufixo flexional de TMA (tempo-modo-aspecto). Argumentamos que esse tipo de alternância ocorra somente nas formas de 1ª e 2ª conjugação, pois na 3ª conjugação – como no caso de *fumo* (para *fomos*) – o fenômeno é de outra natureza.

Fechando-se o capítulo, a seção 5.4 traz palavras finais sobre as discussões teóricas aventadas, retomando o objetivo e esclarecendo que os pontos são retomados a partir do esquadramento do cópua desta tese.

5.2 DISCUSSÕES DO FENÔMENO SOB O ASPECTO FONÉTICO-FONOLÓGICO

Ao tratarmos de um fenômeno linguístico verbal cuja variação se dê no âmbito da vogal temática – VT, definição de nível morfológico, torna-se evidente que se trata de um objeto relacionado ao estudo da morfologia verbal. No entanto, dentre outras questões, sendo a vogal temática realizada por um único segmento fonético, não há como desconsiderar o papel fonético-fonológico interligado a essa variação.

Nesta seção, então, tratamos de alguns apontamentos no âmbito das investigações da Fonética e Fonologia que são estritamente necessários para o entendimento de nosso objeto linguístico, a partir de alguns questionamentos que guiarão as subseções:

- (i) Se houver dados da realização de [a] em 1ª conjugação antes do sufixo de PN /mos/, eles devem ser interpretados como oposição distintiva (tal como ocorre no português europeu) ou alofonia?
- (ii) Seria a alternância vocálica de *falamo(s) ~ falemo(s)*, *comemo(s) ~ comimo(s)* uma espécie de *alçamento* da vogal em sílaba tônica? É possível classificá-los dessa forma com base na literatura sobre o tema?
- (iii) Em vista da realização frequente de /mos/ como [mo] no português brasileiro, podemos considerar que se trate de uma “eliminação de -s final do sufixo /mos/”?

Tentamos tratar dessas questões pela ordem estabelecida nesta seção.

5.2.1 As vogais [ẽ]¹³⁸ e [a] de 1ª conjugação precedentes ao segmento nasal [m]: oposição distintiva ou possibilidade de alofonia?

¹³⁸ Alguns pesquisadores utilizam o símbolo [ã] para se referir a essa vogal, como Cristófar-Silva (2014, 2015), ao passo que outros teóricos da área, como Seara (2000) e Mendonça (2017), preferem utilizar o símbolo [ẽ]. Nesta pesquisa, usaremos o símbolo [ẽ].

Como já descrito anteriormente, quando se trata de 1ª pessoa do plural nos tempos de *presente e pretérito perfeito do indicativo* em 1ª conjugação, existe uma diferença marcada fonética e ortograficamente (pelo uso do acento agudo) entre o PE e o PB. De acordo com Castilho (1992, p. 246), a respeito de “características fonológicas” do português do Brasil: “O PB não opõe timbres abertos a timbres fechados da vogal *a* seguida de nasal: cf. PB presente e pretérito *cantamos*, PP presente *cantamos* / pretérito *cantámos*”.

Entre os autores já citados que mencionam essa questão, estão Câmara Júnior (1970), Huber (1986 [1933]), Castilho (1992) Campos, Rodrigues, e Gallembeck, (2002) e Bechara (2008). Para além deles, embasamo-nos nas pesquisas de descrição fonético-fonológica à descrição fonética-fonológica do português, tais como: Cagliari (1977), Bisol (1989), Matta Machado (1991), Battisti (1997), Seara (2000), Massini-Cagliari, Cagliari e Redenbarger (2016), Hora (2016), Mendonça (2017) e outros.

Mas, para tanto, precisamos abordar as definições de *alofonia* e *oposição distintiva* que estão no âmago da discussão. No tangente ao primeiro conceito, consoante Cristófaros-Silva (2015, p. 53), “alofonia (*allophony*) [é um] fenômeno pelo qual diferentes variantes, ou alofones, apresentam equivalência funcional, podendo ocorrer em distribuição complementar ou variação livre”. Assim, “quando a substituição de um som por outro em um mesmo contexto não produz mudança de significado no morfema, o teste de comutação, em vez de mostrar dois fonemas, mostra duas variantes fonológicas (dois alofones apenas)” (CAGLIARI, 2002, p. 25).

Sobre a noção de *oposição (opposition)*, a autora elucida que se constitui em uma:

[...] relação estabelecida entre dois sons que ocorram no mesmo contexto para produzir significados diferentes. Ou seja, dois sons que estão em **oposição** quando a presença de um som ou de outro implica mudança de significado das palavras. As palavras envolvidas em relação de oposição forma um **par mínimo** e o procedimento determina **fonemas**. Por exemplo, /f/ e /v/ estão em oposição e são identificadas como fonemas através do par mínimo /'faka/ e /'vaka/ que caracteriza a oposição e contraste entre /f/ e /v/ em português. **Fonemas** são sons que estão em **oposição** e **contraste**. Quando a presença de um som ou de outro não implica mudança de significado das palavras envolvidas, dizemos que os sons estão apenas em **contraste**, mas não há **oposição** entre eles. Por exemplo, os sons [h, r, ɾ] estão em contraste nas pronúncias ['mah, 'mar, 'maɾ] para a palavra *mar*, mas não estão em oposição. Os termos **oposição** e **contraste** são muitas vezes utilizados na literatura com o mesmo significado. (CRISTÓFARO-SILVA, 2015, p. 165-166, grifos da autora).

Ainda, segundo Cagliari (2002, p. 24): “a função opositiva e distintiva é a função fonológica que permite – através do teste de comutação, [...] – fazer o levantamento de todos

os sons que exercem a função de fonemas numa língua ou do valor fonológico que as demais unidades têm”.

Com base nisso, quando duas vogais resultam na oposição de significado dos vocábulos onde estão inseridas, podemos dizer que esses vocábulos compõem um par mínimo e resultam em dois fonemas diferentes. Esse seria o caso de *falamos versus falámos*, já que, de acordo com Câmara Júnior (1979, p. 43-43, grifos nossos):

Em Portugal, no quadro tônico, foi dado novo ora a presença, pra a ausência de uma ligeira nasalação da vogal tônica diante de consoante nasal da sílaba seguinte. A nasalação que foi a regra geral no Brasil, importa numa mudança do timbre do /a/ para [ɐ] e do timbre médio aberto para médio fechado. Fonologicamente, o fechamento, e não a ligeira nasalação que o determina, é que deve ser considerado traço relevante. Temos assim, no Brasil, uma variante posicional para /a/ tônico e uma supressão da oposição distintiva e /ɛ/ - /ɛ/, /ɔ/ - /ɔ/ com o desaparecimento do primeiro elemento, em cada par, diante de consoante nasal na sílaba seguinte. Já, em Portugal, a possibilidade de haver ou não haver o fechamento conserva as oposições /ɛ/ - /ɛ/, /ɔ/ - /ɔ/, e, o que é mais importante, **cria nesse ambiente particular uma oposição /a/ - /ɐ/; distingue-se, por exemplo, por essa oposição uma flexão verbal -amos (a fechado) e outra -ámos (a aberto) na pessoa 1 do plural (falamos, presente; falámos, pretérito). Em contacto com consoante nasal de sílaba seguinte, portanto, enquanto há no Brasil uma redução do quadro vocálico tônico a cinco vogais (com uma variante posicional para a vogal baixa), há em Portugal um quadro de oito vogais, com uma oposição nova entre duas vogais baixas.** [nota de rodapé: Às vezes no ensino escolar se insiste, no Brasil, na oposição dos dois sufixos flexionais *-amos*, o que determina um uso esporádico e um tanto incoerente da oposição fonológica. Em todo caso, é de notar que a realização desanasalada da vogal nessa posição é possível para o falante brasileiro].

Essa diferenciação no sistema fonológico vocálico do português se dá em decorrência desse uso específico e também é descrita pelo pesquisador Hora (2016), o qual explica que [ɐ] é considerada, por alguns estudiosos, como vogal fonológica do português europeu, assim como pelos fonólogos Massini-Cagliari, Cagliari e Redenbarger (2016, p. 64)¹³⁹:

Como [ɐ] é sempre a realização de /a/ em ambiente nasal, não pode ser considerado um fonema diferente, pelo menos no PB. Em PE, há um contraste limitado entre [a] e [ɐ] em formas verbais como *cantamos* [kɐ.'ta.mɔs] – "*cantámos ontem*" (passado perfeito) – vs. *cantamos* [kɐ.'tɐ̃.mɔs] – "*cantamos sempre*" (presente). No português brasileiro, a pronúncia [kɐ.'tɐ̃.mɔs] é usada

¹³⁹ Since [ɐ] is always the realization of /a/ in a nasal environment, it cannot be considered a different phoneme, at least in BP. In EP, there is a limited contrast between [a] and [ɐ] in verb forms like *cantamos* [kɐ.'ta.mɔs] “we sang” (past perfect) vs. *cantamos* [kɐ.'tɐ̃.mɔs] “we sing” (present). In BP, the pronunciation [kɐ.'tɐ̃.mɔs] is used for both the present and the past perfect, as regularly follows from the productive rules of nasalization in this variant. (MASSINI-CAGLIARI, CAGLIARI e REDENBARGER, 2016, p. 64).

tanto para o presente como para o passado perfeito, como segue regularmente as regras produtivas de nasalização nesta variação.

Assim, enquanto o português europeu (de dialetos lisboetas) marca uma oposição distintiva a partir do uso de [a] para passado e [ẽ] para presente, a variedade brasileira padrão utiliza-se de [ẽ] para os dois contextos temporais, neutralizando-os, como já foi amplamente discutido em seções antecedentes.

Por trás disso, há a diferença entre *nasalização* e *nasalidade*. Para Cristófaros-Silva (2014), a nasalização se dá quando há diferença de significado (como no caso de *mito* e *minto*), enquanto “a nasalidade de uma vogal ocorre quando uma vogal tipicamente oral é seguida por uma das consoantes nasais: [m, n, ɲ]”, ou seja, nesta última categoria é que se encaixa o caso de *falamos* no português brasileiro, tendo se perdido a oposição distintiva ocasionada pela nasalização (ou nasalação – cf. CÂMARA JÚNIOR, 1979), tal como ainda ocorre no português europeu.

Não havendo mais nasalização, mas sim nasalidade, o resultado disso é a *neutralização* temporal no PB padrão em 1ª pessoa do plural em 1ª conjugação. Isso também é mencionado por Teyssier (1976, 1997) no seu “Manual de Língua Portuguesa”¹⁴⁰ e no livro “História da Língua Portuguesa”, em que o autor explica se tratar de um “aspecto inovador da fonética brasileira”, considerando-se a comparação com o país europeu:

Na pronúncia corrente (há, no entanto, exceções) não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados das vogais tônicas *a*, *e*, e *o* seguidas de uma consoante nasal: ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado. Diz-se *cantamos* com [ã] no perfeito como no presente. [...] Em síntese, as oposições fonológicas que existem em Portugal, para essas três vogais, entre o timbre aberto e o timbre fechado, neutralizam-se no Brasil diante de consoante nasal.
(TEYSSIER, 1997, p. 102).

A partir dessas descrições, levando em conta que nosso *corpus* é constituído de registros de fala do PB, poderíamos considerar que o uso de [a] tônico antecedente /mos/ poderia ser descartado como uma variante dentro de nossa variável dependente de 1ª conjugação, dado que muitos falantes brasileiros não a utilizam.

¹⁴⁰Em relação a Portugal : “Dans la conjugaison en –ar on oppose –amos au présent et –ámos au parfait, ex. *cantamos* (« nous chantons », *cantámos* (« nous avons chanté »). Au Brésil, l’opposition –amos (présent) et –ámos (parfait) n’existe pas. On écrit *cantamos* aux deux temps, comme on prononce.” (TEYSSIER, 2002 [1976], p. 54). Tradução nossa: “Na conjugação em –ar, nós opomos –amos no presente e –ámos no pretérito perfeito, por exemplo: *cantamos* (nós cantamos) e *cantámos* (nós cantamos ontem). No Brasil, a oposição –amos (presente) e –ámos (pretérito perfeito) não existe. Nós escrevemos *cantamos* nos dois tempos, como pronunciamos.”

Em contrapartida, queremos ponderar a possibilidade da exceção – aduzida por Câmara Júnior (1979) e Teyssier (1997) – pelo fato de que os informantes de nossa pesquisa são sujeitos com grau de bilinguagem cuja língua materna (em parte considerável da comunidade), é eslava (ucraniana ou polonesa).

Desse modo, como já defendemos no capítulo I desta pesquisa, estudos como os de Mileski (2017) mostram que os falantes de língua eslava (polonesa) produzem [a] em contextos em que brasileiros monolíngues produzem [ɛ] por interferência do contato linguístico.

Assim, é bastante provável que a situação de contato linguístico ocorrida nas comunidades investigadas influencie no modo como essas vogais são produzidas em relação ao objeto de análise nesta tese.

Porém, cabe um questionamento importante: sendo registrados usos de [a] antes do sufixo /mos/, será possível considerar essa vogal [a] como um fonema em oposição distintiva com o [ɛ], ou consistiria apenas num caso de alofonia, em que as duas formas vocálicas estão variando?

Essa pergunta só pode ser respondida a partir do fator condicionante ‘tempo verbal’, isto é, se os casos de produção de [a] por meio de falantes com alto grau de bilinguagem ocorrerem sempre (ou com alta porcentagem) em contextos de pretérito perfeito, enquanto a produção de [ɛ] entre esses mesmos sujeitos se dê em contextos de presente, será possível asseverar que exista uma oposição distintiva na(s) comunidade(s) de fala. Nesse caso, um cruzamento das variáveis independentes ‘grau de bilinguagem’ e ‘tempo verbal’ é estritamente necessário.

Por outro lado, se essas formas vocálicas forem produzidas de modo variável, sem especialização temporal, será meramente um caso de alofonia entre [a] e [ɛ].

Nossa hipótese é de que, no caso de nossa amostra, a variação ocorra apenas no âmbito da alofonia, a qual seria motivada por uma questão de interferência linguística das línguas eslavas em relação ao português, não se constituindo num caso de oposição distintiva de significado, como ocorre em certas variedades do português europeu.

Com essa hipótese já aventada, passemos, agora, a um ponto mais polêmico no que diz respeito ao nosso objeto de estudo: a sua classificação como um caso de *alçamento vocálico*.

5.2.2 A alternância entre [a] e [e] e de [e] e [i]: um caso de alçamento vocálico?

Ao debatermos sobre a variação entre *falamo(s) ~ falemo(s)* e *comemo(s) ~ comimo(s)*, encontramos algumas dificuldades para a classificação desse fenômeno linguístico,

principalmente pela possibilidade já apontada de que essa alternância vocálica poderia ser um tipo de especialização temporal. Entretanto, constatando-se a existência de variação entre as formas para ambos os contextos temporais, surge outro problema em relação a como nomear esse fenômeno, que é, ainda, pouco descrito pelos linguistas brasileiros.

Em suma, os pesquisadores que o citam o classificam como: uma *característica gramatical morfológica* (CASTILHO, 1992); *mudança da tônica* (AMARAL, 1920); *mudança da VT* (BORTONI-RICARDO, 2011; ZILLES, MAYA e SILVA, 2000); *troca da VT* (FOEGER, 2014, ZILLES e BATISTA, 2006); *oposição da vogal* (GONÇALVES e BASSO, 2010, p. 136); *alternância da vogal temática* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; ZILLES e BATISTA, 2006); *alternância vocálica* (QUERIQUELLI, 2016); *substituição da VT* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000); *elevação da vogal temática* (CASTILHO, 1992; FOEGER, 2014; FOEGER, SCHERRE, YACOVENCO, 2017).

Com base nessas caracterizações, queremos problematizar a caracterização deste fenômeno linguístico como *alçamento vocálico* ou *elevação vocálica*.

Partindo-se da explicação de que “outro traço que parece marcar a variedade rural é a *elevação da vogal temática dos verbos*” (FOEGER, SCHERRE e YACOVENCO, 2017, p. 14, grifos nossos), pretendemos avaliar, conforme a literatura sobre o tema e também com base na análise de nossos dados, se este fenômeno poderia ser considerado um tipo raro de *alçamento vocálico na tônica*¹⁴¹.

Preliminarmente, tracemos a definição de *alçamento*, conforme Cristófar-Silva (2015, p. 49):

Fenômeno fonológico que envolve a elevação da propriedade de altura da língua das vogais médias-altas [e] e [o] que se realizarão como as vogais altas [i] e [u]. O alçamento, em português ocorre em posição postônica como, por exemplo, em *bolo* ['bɔlɔ], *neve* ['nevɨ], em que a vogal átona final é foneticamente manifestada como uma vogal alta. No contexto postônico, o alçamento é sistemático e presente em praticamente todas as variedades do português brasileiro. O alçamento também pode ocorrer em posição pretônica, como, por exemplo, nas palavras *bonito* [bu'nitɔ] e *perigo* [pi'rigo], em que ocorre uma vogal alta em posição pretônica. Alguns estudos do português brasileiro indicam que o alçamento de vogais médias pretônicas é regulado socialmente, por parâmetros sociolinguísticos, combinados com princípios de harmonia vocálica. Por exemplo, o alçamento de uma vogal pretônica seria mais provável quando a vogal tônica for uma vogal alta: **coruja** ou **menina**. Outros estudos apontam para o condicionamento lexical do alçamento. Ou

¹⁴¹ Vale ressaltar que os pesquisadores já citados utilizam o termo *elevação*, mas não empregam o vocábulo “alçamento” para se referirem à variação vocálica precedente à desinência modo-temporal *-mos*. Embora saibamos que os termos são sinônimos, julgamos necessário esclarecer esse ponto,

seja, o alçamento ocorrerá em itens léxicos específicos. Assim, palavras como p[or]rção (sentido gastronômico) e p[u]rção (sentido de agrupamento coletivo) desenvolveram comportamentos diferentes em relação ao alçamento. O fenômeno de alçamento das vogais médias pretônicas apresenta grande variação dialetal no português brasileiro.

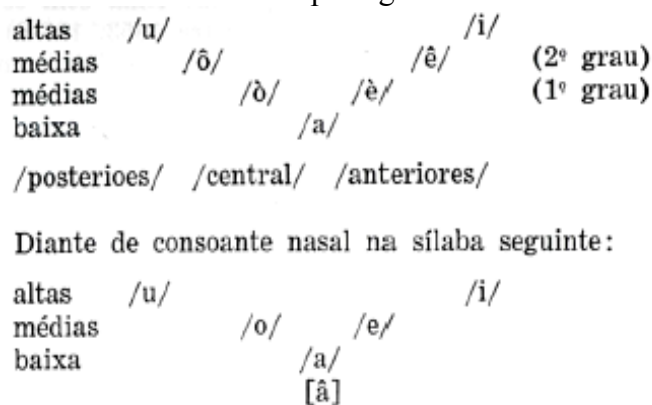
Como pudemos verificar, a caracterização de alçamento apresentada por Cristófaros-Silva (2015) trata sobre alçamento nas pretônicas e pós-tônicas, mas não é citada a possibilidade de alçamento na sílaba tônica, ao menos no que se refere ao português brasileiro.

Desse modo, inquirimos: é possível classificar a alteração de [a] e [ɐ] para [e] – ou [ɛ] –, bem como de [e] ~ [ɛ] para [i] como um caso de alçamento vocálico em vogais tônicas?

Para isso, precisamos pensar no sistema vocálico do português brasileiro e também nos casos 1ª e 2ª conjugações separadamente.

Começemos pelas distinções entre os fonemas vocálicos do português, conforme a descrição de Câmara Júnior (1970), que afirma haver sete vogais (partindo-se da posição tônica), que se reduzem a cinco (com uma variante posicional [ẽ])¹⁴² precedente a uma consoante nasal:

Figura 20 – Sistema vocálico do português – conforme Câmara Júnior (1970)



Fonte: Câmara Júnior (1970a, p. 43)

Com base nisso, pensemos em um primeiro ponto: geralmente o alçamento vocálico acontece com vogais médias-altas que alçam para altas, como em [e] que alça para [ɪ] ou [i] – pós-tônico e pretônico, respectivamente, como em “fale” [ˈfalɪ] e “menino” [miˈnino] –, assim como [o] costuma alçar para [u] ou [ʊ] – também pós-tônico e pretônico, respectivamente, a exemplo de “calo” [ˈkalʊ] e “coruja” [kuˈruʒɐ].

¹⁴² As outras também podem ser nasalizadas, mas não mudam a qualidade.

Assim, o caso de *comemo(s)* ~ *comimo(s)*, em 2ª conjugação, poderia ser mais facilmente classificado como um caso de alçamento em similaridade ao que acontece com as pretônicas e pós-tônicas no português brasileiro.

Iria se tratar, porém, de um caso de levantamento vocálico na tônica, em diversificação aos demais casos de alçamento descritos pelos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. Ou seja, mesmo neste caso, haveria um tipo de *alçamento vocálico* que destoa dos moldes tradicionais.

Em contrapartida, ao pensarmos o caso de 1ª conjugação, com a variação de *falamo(s)* ~ *falemo(s)*, torna-se ainda mais forçosa essa classificação, pelo fato de não haver estudos sobre o português que tratem de um alçamento vocálico de uma vogal baixa para uma média-alta (ou média-baixa, se considerarmos que alguns informantes possam produzir [fa'lemo] no lugar de [fa'lemo]).

Sumariamente, os registros e descrições que se tem feito sobre *alçamento vocálico* referem-se apenas à subida de uma instância no triângulo vocálico, enquanto a elevação de [a] para [e] consistiria na ascensão de dois degraus do triângulo – a não ser que alçasse para a vogal média-baixa [ɛ], mas ressaltamos que esse uso da vogal média-baixa só está sendo considerado em nosso estudo por conta do contato linguístico com as línguas eslavas, mas a alternância vocálica de /a/ para /e/ em comunidades rurais que não sejam bilíngues pode não contemplar o segmento vocálico médio-baixo anterior não-arredondado.

Além disso, caso fosse constatada a existência de especialização temporal categórica, a definição de alçamento vocálico se esvairia, considerando-se que não se encaixa para classificar *oposição distintiva*, mas sim contextos de alofonia.

Outro indício de que não se trataria de um alçamento vocálico é que os informantes do VARLINFE não costumam fazê-lo nas pós-tônicas e pré-tônicas, sendo essa uma característica fonética da mesorregião Sudeste do Paraná. Um exemplo disso é a pesquisa de Loregian-Penkal e Costa (2014), que descrevem a (não) elevação da vogal /e/ na fala de descendentes de poloneses de Mallet-PR.

Segundo Loregian-Penkal e Costa (2014), assim como Menon (2015), trata-se de uma característica própria do sul do Paraná não alçar as vogais médias com tanta frequência como em outras localidades:

Trabalhos variacionistas também ratificam a não elevação como diferencial do estado do Paraná: em Bisol (2003) a capital paranaense é apresentada com um comportamento divergente em relação às outras capitais do sul do Brasil;

enquanto a elevação é apresentada como categórica em Porto Alegre, em Curitiba ela é apresentada como escassa. Em Vieira (2002, p.153), apresenta-se um quadro comparativo com as cidades dos três estados do sul em que a elevação foi analisada e o Paraná é o estado com os menores índices de realização do fenômeno. A autora analisou as cidades paranaenses de Curitiba, Pato Branco, Londrina e Irati. Esta última foi o lugar em que ocorreu o menor índice de elevação das vogais átonas finais com um percentual de 21% de aplicação da regra. Irati é uma cidade de colonização eslava, assim como Mallet, cuja amostra é analisada nesta pesquisa, e integra o *corpus* do VARLINFE. A etnia é apontada como uma variável favorecedora à realização do fenômeno da elevação (MACHRY DA SILVA, 2009; MILESKI, 2013). (LOREGIAN-PENKAL; COSTA, 2014, p. 244).

Desse modo, a descrição geral dos resultados das autoras corroborou os estudos já feitos em relação ao tema no Paraná, revelando que:

[...] a elevação da vogal média-alta anterior /e/, em posição postônica final, na fala de moradores da zona rural e descendentes de imigrantes poloneses de Mallet, é pouco recorrente nos dados analisados, estando em um patamar de, apenas, 20%. Os condicionamentos linguísticos e sociais que se mostraram relevantes ao fenômeno estudado apontam que o fenômeno é *i*) variável; *ii*) sistemático, *iii*) que há relação entre as variáveis linguísticas e as sociais e *iv*) que é uma variação não estigmatizada na comunidade pesquisada. Constatou-se, assim, que o fenômeno de elevação ou mais especificamente a sua não ocorrência como em “Antigament[e] tirava leit[e] da vaca” e “A gent[e] é diferent[e]!” é uma das características do falar eslavo da região analisada, característica essa que se constitui em uma marca identitária do falar local. (LOREGIAN-PENKAL, COSTA, 2014, p. 259).

Assim, se esses informantes costumam não fazer alçamento em contextos prototípicos (contexto pós-tônico e também pré-tônico), por que o fariam em um contexto não esperado (na tônica)? Não seria essa variação vocálica movida por uma tentativa de categorização temporal?

Para confirmar essa particularidade e tentar responder a esses questionamentos, precisamos analisar as entrevistas e relacioná-las com as pesquisas que têm se dedicado à descrição do (não) alçamento vocálico na localidade, como as de Loregian-Penkall e Costa (2014; 2016), Costa e Loregian-Penkall (2016), Loregian-Penkall, Costa e Franceschini (2019).

Hipotetizamos que, para tratar esse objeto como um caso de alçamento, seria necessário ou repensar a definição histórica de alçamento arquitetada pelos pesquisadores da área, ou considerar que se trata de um fenômeno linguístico inédito em relação ao qual seria necessária uma descrição teórica particular.

Tomando por base algumas constatações norteadoras que nos inclinam a negar que esse fenômeno seja um caso de alçamento vocálico:

- (i) Conforme as descrições, o alçamento vocálico não ocorre em contexto de oposição distintiva, sendo um caso de alofonia;
- (ii) De modo geral, no Brasil, não há registros e descrições de alçamento vocálico na tônica;
- (iii) O alçamento vocálico pode ocorrer a partir de um ponto do triângulo vocálico, rumando para qualquer outro ponto (desde que esteja acima do ponto-base)? De modo geral, as pesquisas sobre o tema tratam apenas de alçamentos que ocorrem entre vogais próximas no triângulo vocálico.
- (iv) Se os sujeitos de uma língua não produzem alçamento vocálico em contextos prè-tônicos e pós-tônicos, em que este fenômeno costuma ocorrer, por que aconteceria alçamento justamente na tônica?

Pretendemos retomar esta discussão sobre a possibilidade de *falamo(s)* ~ *falemo(s)* e *comemo(s)* ~ *comimo(s)* serem classificados como uma espécie inédita de alçamento vocálico no capítulo VIII desta pesquisa, a partir dos resultados de pesquisa, mas defendemos, *a priori*, que se trate de um fenômeno de caráter morfológico.

O próximo ponto no âmbito fonético-fonológico que precisamos tratar diz respeito à realização do sufixo de PN /mos/.

5.2.3 O uso de /mo/: um apagamento final do sufixo flexional de pessoa e número?

Ao tratarmos da concordância verbal da 1ª pessoa do plural, como já pudemos perceber em descrições precedentes, há algumas tendências não-padrão que a marcam. Em relação aos tempos verbais de *presente* e *pretérito perfeito* do Indicativo, por exemplo, Costa (1990) argumenta que há dois fatores para uma diferença em relação ao padrão: (i) o processo de apagamento do -s final na marca flexional de 1ª pessoa do plural correspondente ao português padrão (*falamo*, *vendemo*, *semo*, *vamo*); e (ii) a regularização da marca número-pessoal na 1ª e 2ª conjugações, com a adoção da marca e-mo para as duas conjugações (*falemo* e *vendemo*).

Isso está relacionado ao aspecto morfofonêmico da *saliência fônica* no concernente à desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural, que pode ser mais saliente (na sua forma padrão -mos) ou menos saliente (em sua forma não-padrão -mo).

Desse modo, discutimos aqui dois aspectos que nos parecem de suma importância: a) o uso dos termos “apagamento” e “eliminação” do segmento final da desinência número-pessoal /mos/, já que comumente vêm sido utilizados por pesquisadores da área que trabalham com o

tema; e **b**) a associação do uso das formas não canônicas vocálicas (/e/ e /i/) com o sufixo de PN realizado como /mo/. Os objetivos serão tratados nessa ordem já estabelecida.

A particularidade da “eliminação de -s final”, foi descrita por Costa (1990), ao tratar de uma comunidade ítalo-brasileira, e, mormente, foi o motivo pelo qual a pesquisadora resolveu reagrupar seus dados, dando origem a uma tabela que enfatizasse as ocorrências em que houve essa eliminação do segmento. A autora salienta que o único dado de *samo*, conjugação do verbo *ser*, foi excluído dessa tabela. Observa-se que, dos 314 dados, quase metade deles (47,1%) apresentam apagamento final, o que corrobora haver uma forte tendência no uso de 1ª pessoa do plural. O uso padrão (sem alternância vocálica e sem apagamento), por seu turno, tem uma porcentagem quase inexpressiva de 2,6%, com apenas oito dados, indicando que, naquela comunidade rural, o uso das formas canônicas (com presença de -s) de 1ª pessoa do plural é raro.

Tabela 9 – Reagrupamento de dados – formas flexionais usadas na concordância de 1ª pessoa do plural do presente do Indicativo em Costa (1990)

| REGULARES | ZERO | PADRÃO | ELIMINAÇÃO DE -S FINAL | -E-MO | O-MO |
|----------------------|----------|-------------|------------------------|------------|----------|
| 1ª conjugação | fala: 1 | falamos:3 | falamo:10 | falemo: 54 | - |
| 2ª conjugação | vende: 1 | vendemos:0 | vendemo: 9 | - | - |
| 3ª conjugação | parte: 0 | partimos:0 | partimo: 3 | - | - |
| SER | é: 0 | somos: 2 | somo:2 | semo: 15 | - |
| IR | vai: 1 | vamos:2 | vamo: 59 | - | vomo: 49 |
| (ES)TAR | (es)tá:1 | (es)tamos:1 | (es)tamo: 6 | temo: 34 | - |
| TER | tem: 2 | temos: 0 | temo: 50 | - | - |
| FAZER | faz: 0 | fazemos: 0 | fizemo: 9 | - | - |
| Total | 6/314 | 8/314 | 148/314 | 103/314 | 49/314 |
| % | 1.9 | 2.6 | 47.1 | 32.8 | 15.6 |

Fonte: Costa (1990, p. 115)

Mas essa mesma constatação foi feita em relação ao uso do tempo verbal *pretérito perfeito* do Indicativo. Por conta, então, da observação da recorrência desse processo de apagamento, a autora resolve reagrupar seus dados novamente, ficando desta maneira:

Tabela 10 – Reagrupamento das formas flexionais usadas na concordância de 1ª pessoa do plural do pretérito perfeito do Indicativo em Costa (1990)

| REGULARES | ZERO | PADRÃO | ELIMINAÇÃO DO -S | E-MO | U-MO |
|---------------|-----------|------------|------------------|------------|----------|
| 1ª conjugação | falou:1 | falamos:4 | falamo:19 | falemo:223 | - |
| 2ª conjugação | vendeu:0 | vendemos:3 | vendemo:46 | - | - |
| 3ª conjugação | partiu: 0 | partimos:0 | partimo: 27 | - | - |
| SER/IR | foi:1 | fomos: 3 | fomo: 67 | - | fumo: 14 |
| TER/ESTAR | teve: 2 | tivemos: 2 | tivemo: 24 | - | - |
| FAZER | fez: 0 | fizemos: 0 | fizemo: 9 | fizemo: 9 | - |
| TOTAL | 2/443 | 12/443 | 192/443 | 223/443 | 14/443 |
| % | 0.5 | 2.7 | 43.3 | 50.4 | 3.1 |

Fonte: Costa (1990, p. 125)

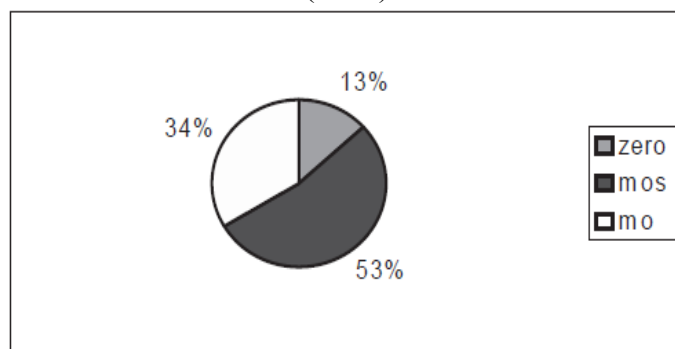
Isso é congruente com os resultados obtidos geralmente em comunidades rurais, localidades onde são predominantes usos não canônicos e pouco prestigiados. Mas a questão do “apagamento do -s” é algo que também ocorre em variedades urbanas, sendo descrita por Zilles, Maya e Silva (2000) e Zilles e Batista (2006).

A investigação de Zilles, Maya e Silva (2000, p. 205) trabalhou com a seguinte variável dependente e grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos:

A variável em estudo ficou definida como desinência número-pessoal com primeira pessoa do plural (DNP-P4), abrangendo as seguintes variantes: DNP-P4 padrão *-mos*; DNP-P4 não-padrão com apagamento do /s/, correspondendo à realização *-mo*; e DNP-P4 não-padrão, realizada como *zero* — esta última será referida, de agora em diante, como desinência zero. Foram investigadas 13 variáveis ou grupos de fatores, 9 linguísticos e 4 sociais, conforme especificamos a seguir. As variáveis linguísticas foram as seguintes: **1)** conjugação do verbo – primeira, segunda ou terceira conjugação; **2)** tempo e modo verbal – considerando formas do indicativo, subjuntivo, imperativo, infinitivo e perífrase (ir + infinitivo); **3)** realização do sujeito – pronome *nós* explícito, nulo ou sintagma nominal; **4)** estrutura verbal – simples ou composta; **5)** tipo de discurso – reportado ou não-reportado; **6)** contexto seguinte – vogais, consoantes e pausa; **7)** posição do sujeito em relação ao verbo – posposição, anteposição direta, distância entre sujeito e verbo de uma a três sílabas e distância entre sujeito e verbo de mais de três sílabas; **8)** alternância de vogal temática (apenas para formas do presente e pretérito perfeito do indicativo de primeira conjugação) – *e* (cantemos) e *a* (cantamos); **9)** posição do acento na forma verbal alvo – proparoxítonas ou paroxítonas. As variáveis sociais foram as seguintes: **1)** escolaridade – primário ou segundo grau; **2)** sexo – feminino ou masculino; **3)** idade – mais de 50 anos ou menos de 50 anos; **4)** comunidade – Panambi ou Porto Alegre.

Como se pode notar, os morfes *-mos* e *-mo* eram as formas variantes da variável dependente, juntamente com a forma zero, e os resultados principais foram:

Gráfico 6 – Distribuição percentual das formas variáveis de concordância com a primeira pessoa do plural na fala de Porto Alegre e de Panambi (VARISUL) – Zilles, Maya e Silva (2000)



Fonte: Zilles, Maya e Silva (2000, p. 205)

Os resultados revelaram que o uso de zero foi bastante escasso (apenas 13%) em ambas as comunidades linguísticas analisadas. Já a variante *-mos* foi a que obteve maior número de ocorrências, num total de 53%, enquanto a variante *-mo* ocorreu em 34% dos dados. Devido a isso, os autores questionam a afirmação de que a morfologia de P4 estaria em extinção no português brasileiro¹⁴³. No Sul do Brasil, ao menos, parece que ela ainda está em vigor, mesmo que seja produzida sua forma não canônica *-mo*.

Zilles, Maya e Silva (2000), em uma terceira etapa da análise estatística, optaram por contrastar “o uso de *-mo* versus a forma padrão, tendo-se um total de 926 ocorrências assim distribuídas: 579 casos (63%) de *-mos* e 347 casos (37%) de *-mo*. As variáveis selecionadas como significativas para o apagamento do /s/ foram, nesta ordem, *tempo verbal*, *escolaridade*, *vogal temática*, *idade*, *tipo de discurso*, *sexo* e *conjugação*”. (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000, p. 210).

Quanto à variável ‘tempo verbal’, os tempos *presente* e o *pretérito perfeito* do Indicativo ocuparam, respectivamente, a segunda e terceira colocação de significância no uso de *-mo*, com 0,57 e 0,55 de peso relativo, ficando atrás apenas de “vamos + infinitivo”, com peso relativo de 0.87.

Sobre a ‘escolaridade’, trazemos à vista a tabela dos autores com os dados que mostram se tratar de uma variável bastante significativa para o uso de *-mo* (mais usado pelos menos escolarizados):

¹⁴³ Tal afirmação foi traçada por Silva (1998).

Tabla 11 – Apagamento do /s/ na DNP-P4 (N, % e peso) em relação à variável escolaridade; dados de POA e PAN (VARISUL) – conforme Zilles, Maya e Silva (2000)

| Fatores | (-mo) N | % | Peso |
|----------|---------|----|------|
| Primário | 247/444 | 56 | 0,72 |
| 2º grau | 100/482 | 21 | 0,29 |

Fonte: Zilles, Maya e Silva (2000, p. 213)

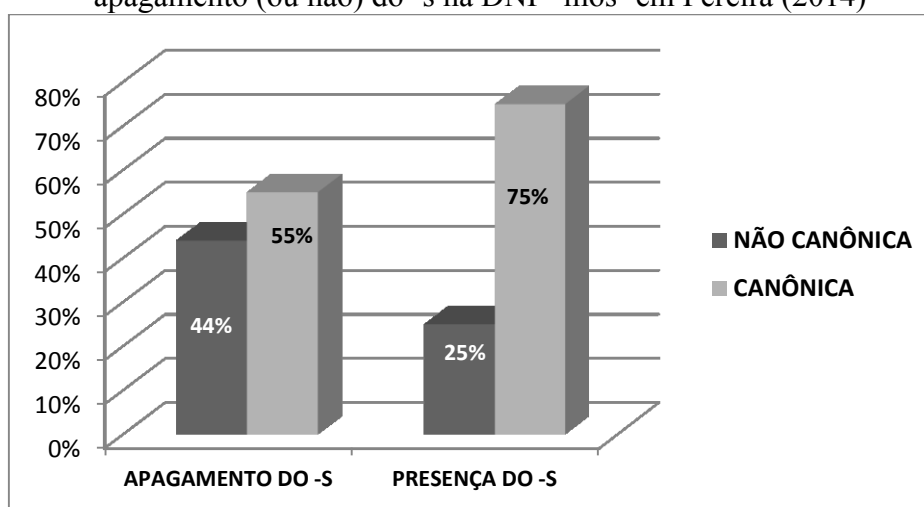
Relacionando esses resultados ao papel da escola nas comunidades de fala analisadas, os autores constataam:

De modo geral, pode-se supor que, não fosse a escola preservar a forma padrão de concordância com *-mos*, o emprego das formas não-padrão poderia ser ainda mais acentuado. Esse resultado, por si só, não pode ser tomado como evidência indireta para a suposição de que a DNP-P4 seja uma forma em extinção na língua falada, pois uma das formas que estamos considerando não-padrão, a variante *-mo*, contém claramente a marca da desinência número-pessoal. (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000, p. 216).

A respeito da ‘vogal temática’, revelou-se uma forte associação entre a vogal não-padrão /e/ e a desinência número-pessoa /mo/.

Assim, em Pereira (2014), a variável independente interna ‘apagamento (ou não) do -s na DNP -mos’, por exemplo, foi um fator condicionante de significância para o uso do morfe não-padrão -e-, como pode ser percebido no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘apagamento (ou não) do -s na DNP -mos’ em Pereira (2014)



Fonte: Pereira (2014, p. 66)

Observamos que as formas com /a/ ocorrem associadas à presença do segmento fônico final de -mos, havendo uma prevalência no que se refere à presença de -s (75% de ocorrências de /amos/, em detrimento a 25% de ocorrências de /emos/). Mas a forma com a vogal /e/, apesar de ocorrer associada a -mos e -mo, apresenta uma relação mais próxima com -mo (44% de ocorrências de /emo/). Mediante o gráfico, é possível verificar, para além da correlação do apagamento com a vogal não canônica, que o (provável) apagamento do -s é muito recorrente no uso da forma canônica.

Guy (2000) traz à tona alguns resultados sobre o apagamento do -s que nos são muito relevantes para pensar algumas questões. Ele trabalha com vocábulos cujo -s final não represente plural, como itens lexical (*mais, menos, ônibus, pires*) e conjugações verbais de 1ª pessoa do plural. Após mapear seus resultados principais e perceber haver uma discrepância muito alta entre os resultados de São Borja (SOB) em relação às demais comunidades – Porto Alegre (POA), Panambi (PAN), Flores da Cunha (FLC) –, o autor menciona existir uma restrição, morfolexical, em comparação ao apagamento do -s final no sufixo verbal -mos com outros -s monomorfêmicos. Foi necessário, então, separar os dois tipos de itens com -s (*monomorfemas e verbos na 1ª pessoa do plural*) para se chegar à seguinte conclusão:

O -s verbal que é preferencialmente apagado aqui não carrega nenhuma carga funcional especial; é apenas parte de um afixo maior -mos; seu apagamento, portanto, não afeta a categoria número-pessoal do verbo: *falamo* ou *falamos* ainda são identificáveis como significando *nós falamos*. Esse apagamento seria como apagar o -s final do afixo -ness do inglês. Um condicionamento funcional, portanto, não pode dar conta dessa restrição. Tampouco pode ser tratada por uma restrição de fronteira morfológica: o -s não é imediatamente precedido por uma fronteira morfológica. Então, esse caso não pode ser tratado da maneira usada para modelar casos como o baixo índice de apagamento de -t,d nas formas verbais do tempo passado em inglês. No inglês, podemos dizer efetivamente que a regra de apagamento de -t,d não se aplica ou tem uma taxa reduzida de aplicação no contexto *#_#. Aqui, porém, teria pouco valor explicativo dizer que a regra em português aplica-se mais no contexto #mo_#. Quais são as alternativas então? **Para mim parece mais plausível tratar tais casos como variáveis lexicais. Postularíamos que o sufixo -mos tem duas entradas lexicais, uma com e outra sem o -s final, e a taxa mais elevada de ausência do -s na superfície dessas palavras é devida à seleção lexical variável da forma -mo desse sufixo.** (GUY, 2000, p. 26, grifos nossos).

Em consideração ao que expõe Guy (2000), sobre a possibilidade de duas entradas lexicais, passamos para o outro objetivo desta seção: problematizar¹⁴⁴ os termos “apagamento” e “eliminação” do -s final da desinência modo-temporal *-mos*.

Como já observado, os pesquisadores costumam se utilizar desses termos (*apagamento* e *eliminação*) para a descrição da desinência não canônica *-mo*. Apesar dessa diretriz geral, julgamos que tal uso não seja adequado, porque pressupõe que os falantes de uma comunidade de fala conheçam a forma padrão *-mos* e optem (intuitivamente ou não) pelo seu apagamento.

Entretanto, se consideramos que muitos desses falantes têm baixa escolaridade (não há informantes graduados na amostra), pouco acesso a materiais escritos e alto grau de isolamento em relação a comunidades mais urbanas e com maior grau de letramento, poderíamos afirmar com indubitabilidade que tais falantes adquirem a forma *-mos* e fazem o apagamento posteriormente? Ou seria mais verossímil que eles adquirissem a forma *-mo* em seu contexto social rural e pouco letrado, sendo essa a forma subjacente da estrutura verbal, e a forma de superfície aquela que apresenta o /s/?

A questão por trás disso é: os falantes adquirem a forma padrão e depois praticam o apagamento, ou adquirem a forma não-padrão, que já é apagada por natureza?

Não temos respostas completas agora, as quais só poderemos fornecer após uma análise quantitativa de dados de nossa macrocomunidade linguística, mas acreditamos que aderir à visão de Guy (2000) sobre a possibilidade de duas entradas lexicais – resultando na escolha terminológica de “forma padrão do SNP” (para *-mos*) e “forma não-padrão do SNP” (para *-mo*) – parece ser uma opção teórica mais ponderada do que utilizar os termos *apagamento* e *eliminação* na pressuposição de que esses falantes de comunidades linguísticas rurais tenham domínio do uso da norma padrão da língua portuguesa.

Por conta disso, não utilizaremos mais os referidos termos, optando, pelas expressões *forma canônica do sufixo de flexão de PN* para nos referir a *-mos*, assim como *forma não canônica do sufixo de flexão de PN*, com referência a /mo/.

Passamos, agora, às discussões no âmbito morfológico, às quais ambicionamos dar maior foco nesta pesquisa.

5.3 A MORFOLOGIA VERBAL COMO PARÂMETRO DE OBSERVAÇÃO

¹⁴⁴ Agradecemos e damos crédito à Professora Doutora Roberta Pires de Oliveira, que, na Semana de Letras de 2017, após termos feito uma apresentação sobre o nosso tema da tese, traçou algumas considerações e questionou sobre o uso do termo “apagamento final da DNP” para se referir a *-mo*.

Para compreendermos melhor o fenômeno linguístico morfofonológico em análise, esta seção está destinada a tratar de descrições da flexão verbal de algumas conjugações verbais no português a partir de duas teorias morfológicas. Embora optemos por tomar como base uma teoria morfológica gerativista, julgamos essencial levar em consideração as contribuições da morfologia estruturalista, preconizada, no Brasil, por Câmara Júnior, em decorrência de sua importância para a descrição morfológica do português, mas também com vistas a problematizar alguns pontos lacunares nessa teoria.

Primeiramente, trazemos à vista a configuração morfológica verbal de acordo com o estruturalismo mattosiano, explicitando-se os conceitos de vogal temática, *suffixos flexionais de tempo, modo e aspecto*, bem como de *pessoa e número*. Nesta pesquisa, a perscrutação do conceito de *vogal temática* se faz necessária, em virtude de as formas que procuramos descrever apresentarem vogais temáticas¹⁴⁵ que estariam em alternância nas comunidades linguísticas investigadas.

Depois, partimos para uma descrição teórica estruturalista da flexão verbal de 1ª pessoa do plural nos em verbos de 1ª e 2ª conjugação, focalizando-se os contextos verbais de presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e presente do subjuntivo, em virtude de essas serem as formas que nos interessam nesta pesquisa.

Na sequência, versamos sobre o aporte teórico da morfologia gerativista (BASÍLIO, 1993; VILLALVA, 1995; 1997; 2000; 2007; 2008, ROSA, 2015; GONÇALVES, 2011; FIGUEIREDO-SILVA, MEDEIROS, 2016) no que se refere ao Português, tratando dos mesmos conceitos e tempos verbais, buscando-se soluções para as questões lacunares observadas na descrição estruturalista.

Ao fim, a partir das elucidações teóricas traçadas, questionamos o estatuto da vogal temática, isto é, se essa alternância vocálica que precede o sufixo de flexão de pessoa e número consistiria numa alomorfia da VT ou num sufixo flexional de TMA (tempo-modo-aspecto).

5.3.1 Descrição morfológica de viés estruturalista: perscrutando formas verbais

Como pudemos verificar no capítulo III desta pesquisa, alguns pesquisadores brasileiros, ao tratarem de fenômenos morfológicos (ou morfofonológicos) utilizam-se da terminologia da Morfologia Estruturalista, cujo principal representante no Brasil foi o linguista

¹⁴⁵ A expressão “alternância da vogal temática” é usada por Zilles, Maya e Silva (2000) e Zilles e Batista (2006) para descrever o uso de formas como *cantemos* no lugar de *cantamos*. Já Bortoni-Ricardo (2011) descreve esse mesmo fenômeno como “mudança da vogal temática”.

Câmara Júnior, pautado principalmente em Saussure (1922), Hjelmslev (1928), Bloomfield (1887-1949), dentre outros.

São inegáveis as contribuições de tal linguista para a descrição do português (não apenas no âmbito morfológico, inclusive), mas é necessário também problematizá-la, quando necessário. Para isso, citamos as reflexões presentes nas obras de Câmara Júnior e nos servimos dos apontamentos críticos de Schwindt (2014) e Figueiredo-Silva e Medeiros (2016).

Quando se trata do fenômeno linguístico da alternância vocálica em 1ª pessoa do plural que temos nos dedicado a pesquisar, observamos que, mesmo nas formas verbais canônicas relativas a esse fenômeno – como, por exemplo, *cantamos* e *comemos* –, há problemas descritivos no estruturalismo que precisam ser explanados. Mas, antes de iniciarmos essa discussão sobre as estruturas verbais que são focalizadas nesta pesquisa, precisamos explicitar algumas noções básicas dessa corrente teórica.

5.3.1.1 Algumas noções básicas da Morfologia Estruturalista

A primeira questão essencial que objetivamos tratar nesta seção diz respeito ao foco descritivo da morfologia estruturalista, que, como afirma Schwindt (2014, p. 111), “centrou-se em descrever o arranjo sintagmático das unidades constitutivas do vocábulo, sem preocupação com regras ou processos, ou mesmo explicações de cunho paradigmático”. (SCHWINDT, 2014, p. 111).

Pautada na visão de que morfemas, “objetos listados no léxico que se juntam para formar palavras” (SCHWINDT, 2014, p. 111), devem ser a unidade em foco na análise da morfologia, a corrente estruturalista é conhecida também com o nome de *Item-e-Arranjo*. Assim, no estruturalismo, o *sintagma* e o *morfema* consistem no âmago descritivo da teoria, pautada no pressuposto de oposição de significado do elemento com unidade mínima de significado, o *morfema* (de acordo com os conceitos saussureanos de *significante* e *significado*¹⁴⁶).

Esses conceitos linguísticos saussurianos podem ser vistos na definição de *morfema* dada por Câmara Júnior (1978, p. 170-171) no “Dicionário de Linguística e Gramática”, no qual se explica que:

[...] como forma linguística, o morfema tem um *significante* (o material fônico) e um *significado*, que a é a noção gramatical que ele traz para o semantema. [...] O que caracteriza o morfema não é o significante, mas o

¹⁴⁶ Para aprofundamento na questão dos conceitos de *significante* e *significado*, verificar a obra “Curso de Linguística Geral” (1922), de Saussure.

significado a que se reporta. Por isso, significantes diversos, reportando-se a um dado significado (uma dada categoria gramatical, por exemplo) são variantes ou alomorfes de um único morfema, sendo o significante mais usual e sistemático na língua o representante do morfema, como seu alomorfe básico.

Além do enfoque no sintagma e no morfema como unidades de análise, a morfologia estruturalista apresenta uma característica concatenativa, isto é, opta por “aquele tipo de operação morfológica que se faz essencialmente juntando pedaços de palavras a palavras (ou a outros pedaços de palavras)” (FIGUEIREDO-SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 30).

Assim, a partir desse ponto de vista teórico, quando se trata da questão verbal, conforme descreve Câmara Júnior (1970), os verbos apresentariam uma estrutura fixa caracterizada por uma raiz (R), vogal temática (VT), sufixo modo-temporal (SMT) e sufixo número-pessoal (SNP), os quais se encontrariam rigorosamente nesta ordem.

Mattoso Câmara Júnior, em seus escritos, defende o uso de “sufixo” para nomear as flexões morfológicas verbais, enquanto alguns adeptos da teoria estruturalista acabam por utilizar o termo “desinência”. Tal morfólogo não o faz não só por uma questão de escolha lexical, mas também por uma escolha teórica, utilizando o conceito de “sufixo flexional” para se referir aos morfemas que marcam modo-tempo e número-pessoa.

Diferentemente disso, alguns autores preferem utilizar o vocábulo “desinência” para designar esses morfemas de modo e tempo, bem como de pessoa e número. Assim, no lugar de SMT (sufixo modo-temporal), utilizam DMT (desinência modo-temporal), de maneira que também o SNP (sufixo modo-temporal) é descrito como DNP (desinência número-pessoal).

Monteiro (1987) prefere designar esses morfemas como “desinências”, assim como Zanotto (2001) também o faz. A diferença, no entanto, como já fora mencionado, não é apenas de taxionômica, mas teórica, uma vez que o conceito de “desinência” só se aplicaria a verbos, enquanto o conceito de “sufixo” é aplicado tanto a verbos quanto a nomes.

Assim, alguns sociolinguistas que trabalham com concordância e morfologia verbal tem utilizado o termo desinência – tal como Zilles, Maya e Silva (2000) e Zilles e Batista (2006). Outros autores, como Mattos e Silva (2006), optam por usar MMT (morfema modo-temporal) e MNP (morfema número-pessoal). Por trás disso, está uma discussão sobre flexão e derivação, bem esclarecida por Gonçalves (2011) e também por Villalva (2000 [1995]), porém não iremos aprofundá-la aqui.

Voltando-se para a descrição de Câmara Júnior (1970) sobre os verbos, há o seguinte detalhamento:

O verbo é em português o vocábulo flexional, por excelência, dada a complexidade e a multiplicidade de suas flexões. As duas noções de tempo e modo, de um lado, e, de outro lado, de pessoa e número do sujeito, que a forma verbal indica em princípio, correspondem a duas desinências, ou sufixos flexionais, que podemos chamar, respectivamente, sufixo modo-temporal (SMT) e sufixo número-pessoal (SNP). Eles se aglutinam intimamente num global sufixo flexional (SF), que se adjunge ao tema do verbo (T), constituído pelo radical (R) seguido da vogal temática (VT) da conjugação correspondente.

No padrão geral dos verbos portugueses o radical é uma parte invariável. Constituído de um morfema lexical, acrescido, ou não, de um ou mais morfemas derivacionais, ele nos dá a significação lexical, permanente, o verbo. A indicação das noções gramaticais (1 – modo e tempo, 2 – número e pessoa) cabe ao sufixo flexional com seus dois constituintes aglutinados.

Assim, teremos uma fórmula geral da estrutura do vocábulo verbal português:

$$\boxed{T (R+ VT) + SF (SMT + SNP)}$$

(CÂMARA JUNIOR, 2010 [1970], p. 104).

O autor trata da estrutura verbal caracterizando-a como uma estrutura de concatenação, aglutinante, em que os elementos que compõem o verbo são unidos por uma ordem rigorosa, ali formalmente representada pelo sinal de adição. Ademais, essa característica concatenativa da teoria pode ser notada pelos verbos *adjungir* e *acrescer* utilizados pelo autor para tratar da ordem dos morfemas na configuração formal dos verbos.

Tal estrutura, então, poderia se aplicar a diferentes conjugações verbais, havendo a possibilidade de um morfema zero (representado por este símbolo: \emptyset) quando não há essa realização. No caso do morfema zero, é visto como uma “ausência significativa”, *i.e.*, quando a ausência de um elemento tem significado numa relação de oposição a outro elemento munido de significado. Ou seja, no estruturalismo, todos esses elementos componentes precisam ser preenchidos, por conta de outro conceito caro à teoria: o *princípio da biunivocidade*.

Como aponta Câmara Júnior (1970b, p. 67): “a análise das formas verbais, que as enquadra na fórmula ‘algébrica’ [...] citada, tem de ser feita pelo método da ‘comutação’ [...]”. Nos escritos de Câmara Júnior, por meio desse teste, é possível perceber a *oposição linguística*, que seria um princípio primordial da gramática. Destarte, os componentes da configuração formal dos verbos poderiam ser analisados via substituição de formas, que apresentariam oposição de significado, revelando consistirem em morfemas diferentes.

Esses pontos estão relacionados ao *princípio da biunivocidade*, o qual pressupõe que todos os morfemas precisam apresentar uma relação opositiva de significado (de um para um) com outros morfemas que ocupariam a mesma posição em outro contexto. Desse modo, no caso do verbos *falar*, teríamos a raiz *fal-*, que, em oposição ao verbo *cantar*, teria a raiz *cant-*, em

oposição de significado, embora ambos os casos sejam verbos de 1ª conjugação, em infinitivo. Isso se daria também com os outros morfemas que compõem a estrutura verbal (VT, SNP e SMT).

Tratando-se sobre esses elementos na teoria estruturalista, os sufixos flexionais número-pessoais (SNP) e modo-temporais (SMT) são considerados *morfes cumulativos* (*portemanteau*), pois acumulam mais de uma função em cada um deles, ou seja, o sufixo número-pessoal traz informações de pessoa e de número, ao passo que o sufixo modo-temporal tem em seu bojo informações de tempo, modo e aspecto¹⁴⁷.

No que se refere especificamente à vogal temática (VT), essa linha teórica o considera um *morfema classificatório*, por ter a função de classificar os verbos de acordo com sua conjugação (CI, CII e CIII, isto é, 1ª, 2ª e 3ª conjugações – nomenclatura utilizada pelo autor). Nesse sentido, Câmara Júnior (1968, p. 372) explica que, em tal morfema, “não há significação e sim, apenas, distribuição mórfica”, ou seja, a vogal temática atuaria apenas no sentido de estabelecer a que conjugação verbal pertence o verbo, não apresentando um significado específico.

É nesse ponto que se faz essencial uma problematização já apontada por Schwindt (2014, p. 115, grifos do autor):

Uma vogal temática (VT) é um tipo de extensor da raiz, bastante comum nas línguas românicas. No caso do português, as vogais temáticas estão claramente presentes no sistema verbal, indicando conjugações (1ª, a; 2ª, e; 3ª, i) [...] Se, por um lado, vogais temáticas dão conta do princípio estruturalista de **biunivocidade**, que exige correspondência de um-para-um entre morfemas e sequências sonoras, por outro, elas colocam em xeque a definição mais tradicional de morfema, que o concebe como unidade portadora de significado. Para os estruturalistas norte-americanos, contudo, como afirmamos anteriormente, o significado, neste caso, é captável pela distribuição, uma vez que esses morfemas podem, muitas vezes, ter funções no sistema [...]. No caso dos nomes, também se pode falar em vogais temáticas, ainda que sua função no sistema não seja tão clara como é nos verbos. Isso levou muitos autores a classificarem vogais temáticas como **morfemas vazios**.

Assim, se a vogal temática, na Morfologia Estruturalista, dá conta do *princípio da biunivocidade*, por outro lado, constiu-se em num “morfema sem significado”, colocando em questionamento a conceituação básica do morfema como unidade mínima de significado.

¹⁴⁷ A questão do “aspecto” não é explicitada por Mattoso Câmara Jr. na terminologia do sufixo de flexão, nomeado por ele de SMT (sufixo modo-temporal), por isso, deixamos do modo como o autor optou. Não obstante, o linguista não desconsiderou a importância da questão do aspecto. No livro “Princípios de Linguística Geral” (1980 [1976]), há um capítulo intitulado “Uma categoria verbal: o aspecto”, no qual o autor traz algumas discussões teóricas sobre o tema.

Comparando-se com o morfema zero, que consistiria numa “ausência com significado”, a vogal temática representaria uma “presença sem significado”. Com isso, essa relação obrigatória de oposição distintiva entre elementos para haver mudança de significado acaba por trazer alguns problemas para a descrição morfológica estruturalista.

Figueiredo-Silva e Medeiros (2016) apontam que a concepção estruturalista de *signo linguístico* composto por *significante* e *significado* “faz pensar que devemos sempre encontrar um emparelhamento biunívoco (isto é, de um para um) entre significados. No entanto, não é bem isso o que vemos nas línguas [...]” (FIGUEIREDO-SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 54). Segundo os autores, há alguns casos de “desemparelhamento”, que acabam por representar problemas descritivos à teoria.

De acordo com Schwindt (2014), a descrição estruturalista, de caráter concatenativo, consegue dar conta de descrever algumas línguas (caracterizadas por alguns linguistas como *aglutinantes*), mas apresenta dificuldades na descrição de outras línguas – que apresentariam outra natureza, como: (i) *línguas analíticas* ou *isolantes*; (ii) *línguas flexionais*, *sintéticas* ou *fusionais*; (iii) *línguas polissintéticas* ou *incorporantes*; e (iv) *línguas templáticas* ou *infixantes*¹⁴⁸.

Assim, quando se trata de *línguas flexionais*, como o latim, a corrente estruturalista apresentaria problemas descritivos. O português, como língua latina, traz algumas heranças dessa língua flexional, que acabam por representar lacunas (ou falhas) na descrição estruturalista. “Um bom exemplo disso, herdado pelo português, é o caso do sufixo –o de *amo*, que parece servir tanto para indicar modo-tempo-aspecto quanto para indicar número-pessoa”. (SCHWINDT, 2014, p. 122).

Gonçalves (2013, p. 346) também trata dessa questão, explicando que:

O português, como as demais línguas indo-europeias, apresenta morfologia predominantemente aglutinativa, uma vez que a grande maioria das operações envolve concatenação de afixos ou de radicais. No entanto, há vários processos que não operam com rigoroso encadeamento de formas (GONÇALVES, 2006). Nesses exemplos, uma forma de base pode adquirir feição fonológica diferente para veicular um conteúdo gramatical, como na flexão verbal, em que mudanças vocálicas são associadas à expressão de número/pessoa (‘pude’/‘pôde’) e modo/tempo/aspecto (‘pôde’/‘pode’) [...].

¹⁴⁸ Maiores aprofundamentos sobre o tema podem ser vistos em Katamba e Stonham (2006), conforme apontado por Schwindt (2014).

Por conta dessas exceções não aglutinativas no português, nem sempre uma teoria com esse caráter consegue dar conta de descrever certos fenômenos. Acreditamos que o caso das formas verbais que nos interessam nesta pesquisa (*falamos* e *comemos*, por exemplo, que são usados tanto para contexto de presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo) sejam um exemplo de problema descritivo para o Estruturalismo nesse sentido, como já foi mencionado por Figueiredo-Silva e Medeiros (2016).

Na próxima seção, então, discutimos sobre esse caso de *neutralização* verbal no português a partir da segmentação das formas verbais que nos interessam.

5.3.1.2 Formas verbais de 1ª pessoa do plural em neutralização: segmentação em morfemas

Para chegarmos a essa discussão, precisamos clarificar, em primeiro lugar, que em formas como *falamos* e *comemos* (assim como *partimos*, de 3ª conjugação, que não é nosso foco), existe uma *homonímia* (ou *neutralização*), haja vista que podem ser usadas para ambos os tempos verbais já mencionados (presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo). No Estruturalismo, a *homonímia*, ou *neutralização*, é explicada do seguinte modo: “trata-se de uma neutralização [o] fenômeno que consiste na impossibilidade de opor duas ou mais formas que se tornaram homônimas.” (MONTEIRO, 2002, p. 105). Ou seja, trata-se de duas (ou mais) formas iguais, com significados distintos.

De modo mais detalhado, Câmara Júnior (1978, p. 139) define que a *homonímia* consiste em “propriedade de duas ou mais formas, inteiramente distintas pela significação ou função, terem a mesma estrutura fonológica: os mesmos fonemas dispostos na mesma ordem e subordinados ao mesmo tipo de acentuação”.

É interessante perceber que, ainda segundo o autor, a *homonímia* seria uma “deficiência do princípio geral da distinção fonológica como base da distinção formal” (CÂMARA JÚNIOR, 1978, p. 139), situação que só não representa grandes falhas de comunicação porque seria aplacada nas línguas pelo contexto comunicativo.

Trazendo alguns exemplos dessa *neutralização*, também definida em Câmara Júnior (2010 [1970a]), o pesquisador explica que haveria casos de *homonímia gramatical* (morfes fonologicamente iguais) e de *homonímia lexical* (vocábulos fonologicamente iguais).

O que nos interessa nesta pesquisa seriam os casos classificados por Câmara Júnior (2010 [1970a], p. 74, grifos do autor) como *homonímia gramatical* (ou *neutralização propriamente mórfica*):

[...] pode-se dar a neutralização no plano mórfico, semelhante à que já conhecemos no plano fonológico entre fonemas. A neutralização torna indistinta a diferença, ou melhor dito, anula a oposição entre os dois morfemas pelo aparecimento de um morfema único. Isto pode dar-se apenas dentro do plano formal, como numa forma verbal *falaram*, que no plural da 3ª pessoa tanto se refere ao singular *falou*, de um dos três pretéritos portugueses, como ao singular *falara*, correspondente a outro desses pretéritos. Mas também pode ser uma consequência de uma neutralização fonológica, previamente operada na segunda articulação, com a eliminação da oposição entre dois fonemas. Assim, a neutralização mórfica, que torna indistintas entre si a 2ª e a 3ª conjugação em *teme* e *parte*, por exemplo, resulta da circunstância de que há neutralização entre os fonemas /ê/ e /i/ em posição átona final.

A neutralização morfológica é compensada de duas maneiras na estrutura gramatical das línguas. Por outro lado, ela entra em regra num <<paradigma>>, isto é, num conjunto de formas concatenadas entre si, como são as formas de cada verbo português. Se a oposição com outra forma se anula para dada forma, como em *falaram*, ela se recria alhures, como entre *falou* e *falara*. Por outro lado, o contexto de comunicação faz compreender a distinção que a neutralização tornou latente. Só se emprega em português *falaram* como contraparte de *falara* em certos tipos de frase, enquanto é em outros tipos que se emprega *falaram* como contraparte de *falou*.

Como podemos notar, a propriedade da *neutralização* é recorrente na flexão verbal no português em verbos regulares. De modo similar ao caso de *falaram*, está o caso de *falamos*, quando também ocorre *homonímia*, e consiste em uma das formas verbais que são foco de nossa pesquisa.

Sobre especificamente essa forma verbal, Câmara Júnior (2010 [1970], p. 72-73) assevera:

No exemplo de *falamos* notemos preliminarmente uma homonímia entre presente e pretérito, decorrente de não haver para um e outro um morfema específico e o morfema –mos, da 4ª pessoa gramatical, ou 1ª pessoa do plural, ser sempre o mesmo e verbos e tempos portugueses. (Nota do autor: Já percebemos, em capítulo precedente, a precária e inconsistente distinção entre *falamos* /â'/, no presente e *falámos* /â/ no pretérito.) Aceitemos a homonímia e fizemo-nos no presente, partindo de um contexto como - <<Falamos aqui neste momento>>.

Nessa neutralização, percebemos que apenas um contexto frasal (marcado, nesse caso, pela locução adverbial “neste momento”) permite-nos interpretar que o verbo *falamos* estaria sendo utilizado no presente do indicativo. Tal *neutralização* se estende, também, a verbos regulares de 2ª conjugação, como *comemos*, que é neutralizado nos dois contextos temporais (presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo).

Sobre a 1ª conjugação, porém, já havíamos mencionado (cf. Capítulo III) que alguns falantes do PE (português europeu) têm seu modo peculiar de diferenciação entre as duas

formas neutralizadas, colocando-se um acento agudo na forma de pretérito perfeito do indicativo (*falámos*), em oposição à forma de presente do indicativo (*falamos*), o que implica uma distinção fonética na fala.

Câmara Júnior (2010 [1970a], p. 42) não ignorou esta propriedade idiossincrática ao português europeu, esclarecendo, todavia, que “no Brasil, essa mesma oposição aparece esporadicamente. Mas não corresponde sequer a um registro formal bem determinado e firme; é inconsistente nos próprios indivíduos que uma ou outra vez timbram em fazê-la.” Por conta disso, o linguista indagou se, ao descrever o português brasileiro valeria a pena levar em conta essa oposição na descrição fonêmica e acabou por decidir que irá desprezá-la (considerando o não uso dessa distinção pelos brasileiros), mantendo o mesmo critério de descrição fonológica já explicitado por ele em 1948.

Inclusive, em decorrência justamente dessa oposição ocorrida em Portugal, mas não no Brasil, é que o PE apresenta um fonema vocálico a mais do que no PB. Assim, a desambiguação (dada pela alternância no timbre da vogal) só se faz presente na norma padrão de Portugal.

Assumimos, pois, para a descrição do português brasileiro, que há categoricamente essa *neutralização*, não havendo distinção tímbrica da vogal /a/ para os contextos de presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo em verbos regulares de 1ª conjugação.

Já no que diz respeito a verbos regulares de 2ª conjugação, não há diferenças vocálicas, entre PE e PB, nas formas de 1ª pessoa do plural em presente e pretérito perfeito do indicativo, como, por exemplo, *bebemos*, *comemos*, *mexemos*, *perdemos* e outras.

Até este ponto da discussão, estamos tratando de verbos regulares. Já quanto aos verbos irregulares, escapam a esse problema desambiguizando¹⁴⁹ esse contextos, porque, de acordo com Monteiro (2002, p. 116), a neutralização na primeira pessoa do plural no presente do indicativo ocorre “a salvo nos chamados verbos irregulares fortes que apresentam radicais diferentes para os dois tempos verbais (cf. *dizemos* ≠ *dissemos*, *queremos* ≠ *quisemos*, *sabemos* ≠ *soubemos*, *fazemos* ≠ *fizemos*, *havemos* ≠ *houvemos*)”.

Os exemplos de verbos irregulares citados pelo autor pertencem todos à 2ª conjugação, mas também há casos na 1ª conjugação, como é a situação dos verbos *estar* (*estamos* ≠ *estivemos*) e *dar* (*damos* ≠ *demos*), em que não ocorre a *neutralização*.

¹⁴⁹ Por conta, então, de a *neutralização* não ocorrer em verbos irregulares, não há, por consequência, alternância vocálica de /a/ para /e/, bem como de /e/ para /i/. Assim, desconsideramos essas formas na parte quantitativa desta pesquisa (cf. capítulo VII), mas tratamos de algumas delas na parte qualitativa de pesquisa – capítulo VIII.

Com isso, a partir de um retrospecto do que foi apresentado até aqui, considerando-se alguns princípios básicos do estruturalismo aventados brevemente nesta seção, estabelecemos o seguinte questionamento: como o estruturalismo dá conta de explicar formas (como *falamos* e *comemos*), que são inegavelmente exemplos de *homonímia/neutralização* levando em conta questões que lhe são caras na teoria, como o *princípio da biunivocidade (emparelhamento biunívoco)*?

É justamente neste ponto que Figueiredo-Silva e Medeiros (2016) argumentam haver um problema descritivo na teoria, porque a *neutralização* seria um exemplo de “desemparelhamento” das formas biunívocas, uma vez que uma única forma apresenta dois significados. Também comentam que a *alomorfia* é outro exemplo de quebra do emparelhamento biunívoco, pois consiste em formas diferentes que se alternam para um mesmo significado. Assim, determinar a estrutura mórfica desta forma verbal é um trabalho complexo.

A partir disso, então, queremos detalhar como o estruturalismo mattosiano faz a descrição analítica da configuração verbal de formas como *falamos* e *comemos*. Para tanto, tratamos do presente do indicativo, para depois abordarmos o pretérito perfeito do indicativo¹⁵⁰.

Câmara Júnior (1970b), em “Problemas de linguística descritiva”, ao fazer análises de flexão verbal, esclarece que: “No indicativo presente, SMT [sufixo modo-temporal] é zero. O sufixo número-pessoal se liga diretamente à vogal temática [...]” (CÂMARA JÚNIOR, 1970b, p. 69).

Também o autor descreve que, no caso do pretérito perfeito do indicativo, o sufixo modo-temporal seria igualmente zero, tal como no presente do indicativo.

Ou seja, manter essa descrição de SMT zero para ambos os contextos temporais é algo caro à teoria mattosiana, mas que, a nosso ver, representa um problema descritivo. Como é possível que o morfema zero represente o sufixo modo-temporal de dois tempos verbais com funções tão diferentes?

Para melhor ilustrar a descrição dada pelo autor, expomos a seguir alguns quadros com conjugações verbais de 1ª pessoa, os quais foram baseados em Zanotto (2001)¹⁵¹, que os configurou de acordo com a literatura descritiva de Câmara Júnior (1970a).

¹⁵⁰ Na obra “Problemas de Linguística Descritiva”, o linguista reconhece as dificuldades em se descrever o pretérito perfeito do indicativo. Ele assevera: “Quanto ao pretérito perfeito do indicativo (IdPt2), há alguns problemas que convém considerar espaço”. (CÂMARA JR, 1970b, p. 69). No entanto, na sequência da discussão, não traz à vista a questão de *falamos* e *comemos* como um desses problemas descritivos na teoria.

¹⁵¹ Fizemos isso porque, nas obras de Câmara Jr, as descrições linguísticas não aparecem em quadros. Assim, apesar de mantermos a descrição mattosiana *ipsis literis* e consultarmos suas obras regularmente – as quais, inclusive, são continuamente citadas neste texto –, julgamos que explicitar no texto que nos baseamos na

Como algumas vezes a vogal temática dos verbos é descrita como não realizada foneticamente, Zanotto (2001) optou por deixá-la em parênteses ao invés de colocar o símbolo \emptyset para representar o morfema zero em relação à VT. Nos quadros que seguem, deixamos tanto o símbolo \emptyset quanto a vogal entre parênteses, para facilitar o entendimento no que tange à estrutura verbal. O primeiro quadro diz respeito ao tempo verbal *presente do indicativo*, e deixamos sombreada a parte referente à 1ª pessoa do plural (P4), a qual é nosso foco de estudo.

Quadro 8 – Segmentação morfológica de verbo regular de 1ª conj. no presente do indicativo

| P | VERBO falar | R | VT | SMT | SNP |
|-----------|--------------------|----------|-----------------|-------------|-------------|
| P1 | falo | fal- | \emptyset (a) | \emptyset | -o |
| P2 | falas | fal- | -a- | \emptyset | -s |
| P3 | fala | fal- | -a- | \emptyset | \emptyset |
| P4 | falamos | fal- | -a- | \emptyset | -mos |
| P5 | falais | fal- | -a- | \emptyset | -is |
| P6 | falam | fal- | -a- | \emptyset | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

Por meio do quadro, podemos perceber que, neste tempo verbal, a vogal temática é realizada por /a/, e o sufixo modo-temporal é zero em todas as pessoas do discurso. Já o sufixo número-pessoal para a 1ª pessoa do plural será sempre /mos/, independentemente dos tempos verbais em que apareçam.

Em 2ª conjugação, por sua vez, ocorreria uma segmentação bastante similar, com a vogal temática realizada como /e/, o SMT como zero, e o SNP como /mos/.

Quadro 9 – Segmentação morfológica de verbo regular de 2ª conj. no presente do indicativo

| P | VERBO comer | R | VT | SMT | SNP |
|-----------|--------------------|----------|-----------------|-------------|-------------|
| P1 | como | com- | \emptyset (e) | \emptyset | -o |
| P2 | comes | com- | -e- | \emptyset | -s |
| P3 | come | com- | -e- | \emptyset | \emptyset |
| P4 | comemos | com- | -e- | \emptyset | -mos |
| P5 | comeis | com- | -e- | \emptyset | -is |
| P6 | comem | com- | -e- | \emptyset | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

sistematização expositiva de Zanotto (2001) em quadros (para expor os detalhes matosianos) é uma questão mínima de “ética intelectual”.

Como podemos notar, a descrição de verbos regulares de 2ª conjugação é praticamente a mesma de 1ª conjugação, mudando-se apenas o radical e a vogal temática.

Passemos agora a observar o quadro relativo ao tempo *Pretérito Perfeito* de 1ª conjugação para percebermos em que medida a neutralização acontece.

Quadro 10 – Segmentação morfológica de verbo regular de 1ª conj.o no *pretérito perfeito*

| P | VERBO falar | RAD | VT | SMT | SNP |
|----|-------------|------|-----|------|-------|
| P1 | falo | fal- | -e- | Ø | -i |
| P2 | falaste | fal- | -a- | Ø | -ste |
| P3 | falou | fal- | -o- | Ø | -u |
| P4 | falamos | fal- | -a- | Ø | -mos |
| P5 | falastes | fal- | -a- | Ø | -stes |
| P6 | falaram | fal- | -a- | -ra- | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

Mediante a observação deste Quadro 5, percebemos que, assim como no Quadro 4, neste tempo do Pretérito Perfeito, o morfema zero aparece como sufixo modo-temporal, a não ser na 3ª pessoa do plural (P6), em que o /ra/ aparece como SMT.

Mas a diferença do Pretérito Perfeito (em relação ao presente do indicativo) é que a VT sofre alomorfia em duas pessoas do singular – 1ª (P1), para /e/; e em 3ª (P3), para /o/. Além disso, os SNPs deste tempo verbal se diferenciam dos SNPs do tempo verbal *presente do indicativo*, com exceção do sufixo número-pessoal da 1ª pessoa do plural, que continua o mesmo. Agora, partimos para a 2ª conjugação, a fim de compararmos com a 1ª conjugação:

Quadro 11 – Segmentação morfológica de verbo regular de 2ª conj. no *pretérito perfeito*

| P | VERBO comer | R | VT | SMT | SNP |
|----|-------------|------|-----|------|-------|
| P1 | comi | com- | -i | Ø | Ø |
| P2 | comeste | com- | -e- | Ø | -ste |
| P3 | comeu | com- | -e- | Ø | -u |
| P4 | comemos | com- | -e- | Ø | -mos |
| P5 | comestes | com- | -e- | Ø | -stes |
| P6 | comeram | com- | -e- | -ra- | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

Necessitamos comentar, nesse caso, sobre a 1ª pessoa do singular pelo fato de que a VT sofreria uma alomorfa, transformando-se em /i/ (no lugar do padrão /e/), e o sufixo número-pessoal ficaria zero.

Em relação a isso, Monteiro (2002) explica que o sufixo número-pessoal desapareceu em virtude da crase, pois haveria um [i] tanto na VT quanto no SNP, que acabou se fundindo, ficando da seguinte forma: /com/ + /i/ + Ø + /i/, isto é, “o [i] que sofreu crase não foi o temático, uma vez que é tônico” (MONTEIRO, 2002, p. 120). Pretendemos retomar essa questão sobre o /i/ de *comi* ao tratarmos sobre formas verbais não canônicas, como *comimos*.

Em suma, sobre a questão da segmentação morfológica estruturalista dos tempos verbais em interesse já apresentada nesta seção, pudemos perceber, que a descrição mattosiana utiliza-se do morfema zero para descrever tanto os contextos verbais de presente do indicativo quanto de pretérito perfeito do indicativo. Essa opção de Mattoso Câmara Júnior se configura num problema para a teoria, pois o morfema zero acaba por significar dois tempos verbais diferentes, ferindo o *princípio da biunivocidade* e de *oposição distintiva* de significado.

Em relação a essa descrição mattosiana em que o morfema zero é utilizado para descrever o SMT tanto de presente do indicativo como de Pretérito Perfeito, Figueiredo-Silva e Medeiros (2016) trazem algumas problematizações bastante contundentes que queremos explicitar. Os autores esclarecem que a comutação de formas como *-va-* de “cantávamos” com o morfema zero de “cantamos”, com vistas a manter o arranjo do sistema, acaba por trazer outros impasses descritivos. Eles apontam que:

[...] supor um morfema nulo, além de ser um desvio em relação ao que seja um signo linguístico ideal (afinal, seria um signo com significado, mas sem significante...): diversos significados bastante distintos seriam expressos por zeros fonológicos. Veja-se que em português brasileiro dizemos “cantamos” para indicar primeira pessoa do plural do presente do indicativo (como em “nós cantamos todas as segundas-feiras”) e 1ª pessoa do plural do pretérito perfeito (como em “nós cantamos ontem à noite”). Isso quer dizer que teríamos pelo menos dois morfemas zero que poderiam ocupar uma mesma posição no arranjo: o morfema Ø₁ para o presente do indicativo e o morfema Ø₂ para o pretérito perfeito. Apelar para morfemas zero, portanto, leva a uma **estranha e irrestrita homonímia de zeros fonológicos**. Uma saída seria eliminar morfemas zero e imaginar que terminações como *-mos* no exemplo anterior acumulam significados de mais de uma posição do arranjo: a de tempo e modo e a de concordância número-pessoal. Mas isso quebra a organização inicial e também cria uma situação em que a relação ideal de um significado para um significante (pois o mesmo *-mos* em “cantávamos” veicula somente 1ª pessoa do plural) fica comprometida. (FIGUEIREDO-SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 54, grifos nossos).

Estamos concordes com as afirmações dos autores e, a partir desses apontamentos, percebemos que a teoria estruturalista apresenta pontos lacunares, inclusive no que se refere ao objeto de análise desta tese, de maneira que pensar em outras possibilidades teóricas é essencial para a descrição do fenômeno linguístico em análise.

Antes de partirmos a uma nova proposta teórica, porém, precisamos explicitar mais alguns detalhes de segmentações em morfemas.

Até esse ponto da discussão, trouxemos à vista apenas formas canônicas em dois tempos verbais do português, em 1ª e 2ª conjugações, descrições de formas como *falamos* e *comemos*. Mas a *neutralização* não é só recorrente na norma padrão da língua portuguesa, pois, na fala de alguns brasileiros, ela também aparece (em formas não canônicas de uso). Um exemplo disso é que falantes do PB conjugam da mesma forma os verbos, distinguindo apenas a primeira pessoa do singular (exemplo: eu *chego*, tu *chega*, ele *chega*, nós *chega*, eles *chega*). É preciso evidenciar a *neutralização* provoca ambiguidade de interpretação e, por isso, é possível que certos falantes de português (tanto brasileiro, quanto europeu) recorram a algumas estratégias para diferenciar os dois tempos verbais, com advérbios e outros elementos.

Temos por horizonte também que os falantes, ainda que intuitivamente, tentem desambiguar as formas verbais entre os dois tempos, a fim de marcar o contexto temporal específico. Então, ainda que a forma *falamos* seja neutralizada em presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo, é provável que a forma *falemos* (não canônica) surja na fala popular como um modo de especificar passado. Relembramos que esse uso parece não ser categórico, mas existe sim uma tendência para tanto (cf. Capítulos III e IV).

Essas questões já foram apontadas nos capítulos anteriores desta tese, mostrando-se que comunidades linguísticas em que os falantes se utilizam de outras formas para 1ª conjugação, como *falemos*; e, para 2ª conjugação, como *comimos*. Ambas consistiriam em formas não canônicas utilizadas, provavelmente, como modo de desambiguar as formas neutralizadas.

Precisamos ressaltar, entretanto, que consideramos que a forma de 2ª conjugação *comimos* é totalmente não canônica, no sentido de que ela não é registrada (canonicamente) para nenhum contexto verbal, mas, mesmo assim, os sujeitos em contextos rurais a utilizam.

Distintamente da forma *comimos*, a forma *falemos* não pode ser considerada essencialmente não canônica, porque coincide com a forma canônica de presente do subjuntivo. Já em relação à forma de presente do subjuntivo dos verbos regulares de 2ª conjugação, seria, por exemplo, *comamos*, não havendo coincidência de formas.

Assim, em virtude dessa coincidência de formas que ocorre na 1ª conjugação (quando a forma *falemos* já é registrada para um tempo verbal específico – presente do subjuntivo –, mas acaba sendo usada em outros contextos verbais), julgamos necessário visualizar como se configuram os verbos de 1ª e 2ª conjugações no presente do subjuntivo, iniciando-se pela 1ª conjugação:

Quadro 12 – Segmentação em morfemas de verbo regular de 1ª conjugação no presente do subjuntivo

| P | VERBO falar | R | VT | SMT | SNP |
|----|-------------|------|-------|-----|------|
| P1 | fale | fal- | Ø (a) | -e- | Ø |
| P2 | fales | fal- | Ø (a) | -e- | -s |
| P3 | fale | fal- | Ø (a) | -e | Ø |
| P4 | falemos | fal- | Ø (a) | -e- | -mos |
| P5 | faleis | fal- | Ø (a) | -e- | -is |
| P6 | falem | fal- | Ø (a) | -e- | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

O quadro mostra que, diferentemente dos quadros anteriores – 8 a 11 –, que traziam a VT ou a alomorfa da VT, no presente do subjuntivo, a vogal temática seria representada por morfema zero, e os SMTs aparecem demarcando o tempo verbal. Se observamos mais especificamente a 1ª pessoa do plural, percebemos que o SNP continua o mesmo (/mos/), ao passo que a SMT é representado pelo morfe /e/.

Outro ponto a se destacar é que a forma *falemos* é considerada a forma canônica de presente do subjuntivo, mas o /e/ é considerado um SMT, porque marca o tempo, modo e aspecto.

A partir disso, julgamos importante estabelecer uma indagação: a descrição de verbo regular de 1ª conjugação no presente do subjuntivo poderia ser aplicada no caso da forma *falemos* quando usada em contexto de pretérito perfeito do indicativo ou, até mesmo, em presente do indicativo? Essa é uma primeira questão que pretendemos buscar uma resolução nesta tese.

Enfatizamos aqui que o trabalho descritivo de Mattoso Câmara Júnior se direcionou a fazer análises das formas canônicas do português¹⁵², o que já consistiu num trabalho de incontestável magnitude¹⁵³, ainda que deixasse de lado um rol numeroso de formas não canônicas da língua, as quais estão em contínuo processo de constante variação e mudança linguísticas, o que torna o trabalho do linguista ainda mais complexo.

Não podemos desconsiderar, então, uma segunda pergunta na nossa pesquisa – que se insere no âmbito dos estudos variacionistas: se uma língua varia e sofre mudanças, como lidar com formas não canônicas numa vertente estruturalista que considera, para a sua descrição, apenas as formas canônicas já registradas?

Esses dois questionamentos já elencados nesta seção são retomados em outras seções deste capítulo e também no capítulo VIII.

Verifiquemos, agora, o que ocorre na 2ª conjugação em verbos regulares no presente do subjuntivo:

Quadro 13 – Segmentação em morfemas de verbo regular de 2ª conjugação no presente do subjuntivo

| P | VERBO comer | R | VT | SMT | SNP |
|----|-------------|------|-------|-----|------|
| P1 | coma | com- | Ø (e) | -a- | Ø |
| P2 | comas | com- | Ø (e) | -a- | -s |
| P3 | coma | com- | Ø (e) | -a- | Ø |
| P4 | comamos | com- | Ø (e) | -a- | -mos |
| P5 | comais | com- | Ø (e) | -a- | -is |
| P6 | comam | com- | Ø (e) | -a- | -m |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Zanotto (2001)

De acordo com o que já havíamos citado, a forma *comamos* passa a ter o /a/ como sufixo modo-temporal responsável pelo presente do subjuntivo, e a vogal temática é representada pelo morfema zero.

Para resumirmos os quadros já exibidos no tocante aos sufixos modo-temporais, levando-se em conta também outros tempos verbais, Câmara Júnior (2010 [1970], p. 104-105)

¹⁵² Não podemos ignorar, por outro lado, algumas descrições de Câmara Jr. em relação a fenômenos linguísticos não canônicos do português, como ocorre no estudo intitulado “A propósito de um vulgarismo do português do Brasil”, na obra “Dispersos” (1972).

¹⁵³ Se hoje conseguimos tratar de questões lacunares da teoria mattosiana, é porque o pesquisador estruturalista fez um trabalho árduo de descrição detalhada do português brasileiro. Por isso, embora não utilizemos sua corrente teórica para descrever nosso objeto de estudo, não podemos ignorar a grande importância deste linguista para a pesquisa morfológica e fonológica brasileira.

assegura que “a cumulação num único morfema das noções de modo e tempo determina evidentemente, em princípio, 13 sufixos modo-temporais”.

Visualizemos essa proposta dos treze sufixos modo-temporais da descrição mattosiana no Quadro 14, com os tempos verbais que nos interessam sombreados:

Quadro 14 – Sufixos modo-temporais dos tempos verbais¹⁵⁴ do português padrão

| P | IdPr | IdPt1 | IdPt2 | IdPt3 | IdFt1 | IdFt2 | SbPr | SbPt1 | SbFt | InfPes |
|----|------|-----------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|------|--------|
| P1 | ∅ | -va /-a | ∅ | -ra | -re | -ria | -e/-a | -sse | -r | -r |
| P2 | ∅ | -va /-a | ∅ | -ra | -rá | -ria | -e/-a | -sse | -re | -re |
| P3 | ∅ | -va /-a | ∅ | -ra | -rá | -ria | -e/-a | -sse | -r | -r |
| P4 | ∅ | -va /-a | ∅ | -ra | -re- | -ría | -e/-a | -sse | -r | -r |
| P5 | ∅ | -ve /-e | ∅ | -re | -re | -rie | -e/-a | -sse | -r- | -r- |
| P6 | ∅ | -va- /-a- | -ra- | -ra- | -rã- | -ria- | -e/-a- | -sse- | -re- | -re- |

Fonte: adaptação conforme Câmara Júnior (1970a) e Monteiro (2002)

Com base nessas segmentações de morfemas, confirmamos que é bastante cara à descrição mattosiana segmentar as formas dos tempos verbais de presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo como paradigmas verbais que apresentam sufixo modo-temporal zero (com exceção da 3ª pessoa do plural em pretérito perfeito do indicativo), e esse é um ponto que problematizamos ao longo desta seção por acreditarmos que é preciso encontrar uma solução analítica menos lacunar.

Resumidamente, então, tratamos nesta seção de formas canônicas em três tempos verbais diferentes no português (presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e presente do subjuntivo), em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação, porque são essas formas verbais que nos interessam para pensarmos o fenômeno da alternância vocálica da vogal temática de 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações.

Para além disso, estamos interessados não apenas na segmentação morfêmica das formas verbais aqui apresentadas, mas na compreensão do funcionamento desse fenômeno linguístico na língua portuguesa, isto é, não queremos deixar de lado a *competência* linguística dos falantes na busca de estratégias que desambiguizem esses contextos temporais neutralizados – preocupação em que a teoria estruturalista não costuma se deter. Então, a

¹⁵⁴ Essa terminologia está de acordo com a obra mattosiana: “indicativo: Id. Subjuntivo não-subordinado ou Imperativo: Sb1. Subjuntivo subordinado, ou propriamente dito: Sb2. Infinitivo: If. Gerúndio: Gd. Particípio: Pa. presente: Pr. Pretérito Imperfeito: Pt1. Pretérito perfeito: Pt2. Pretérito Mais que Perfeito: Pt3. Futuro do presente: Ft1. Futuro do Pretérito: Ft2.” (CÂMARA JÚNIOR, 2010 [1970a], p. 107).

questão essencial para a qual procuramos resposta(s) e é: qual seria a lógica linguística que moveria um falante do português a se utilizar de formas não canônicas (*falemos* e *comimos*)?

Consideramos, *a priori*, que a alternância vocálica nesses dois contextos (de 1ª e 2ª conjugação) seja um fenômeno de natureza similar, o que nos possibilitaria construir uma hipótese teórica para as duas conjugações, mas tratamos melhor sobre esse ponto na seção 5.3.3.

Assim, nossa hipótese inicial em relação a essa alternância vocálica é de que os falantes da língua seguem, intuitivamente, a tendência de 1ª pessoa do singular em pretérito perfeito do indicativo para estendê-la ao contexto de 1ª pessoa do plural no mesmo tempo verbal (por exemplo: eu *comi*, acrescentando o SNP /mos/, que resulta em *comimos*). Da mesma forma, isso poderia acontecer em 1ª pessoa do singular de 1ª conjugação (eu *falei*, retirando-se o /i/ e acrescentando-se o SNP /mos/, fica *falemos*).

Retomamos, por fim, as indagações expostas nesta seção:

- (i) A descrição estruturalista de verbo regular de 1ª conjugação no presente do subjuntivo poderia ser aplicada no caso da forma *falemos* quando usada em contexto de pretérito perfeito do indicativo ou, até mesmo, em presente do indicativo?
- (ii) Se uma língua varia e sofre mudanças, como lidar com formas não canônicas numa vertente estruturalista que considera, para a sua descrição, apenas as formas canônicas já registradas?
- (iii) Qual seria a lógica linguística que moveria um falante do português a se utilizar de formas não canônicas (como *falemos* e *comimos*)?

Sobre a questão (iii), traremos algumas possibilidades de respostas na seção 5.4, após as discussões específicas no domínio dos estudos fonético-fonológicos.

Quanto às questões (i) e (ii), argumentamos que seja preciso utilizar outro modelo teórico que dê conta de descrever formas não canônicas do português, de modo a considerar regras morfofonológicas que expliquem esse usos.

Feitas tais observações, a próxima seção trata de uma abordagem teórica gerativista para a descrição verbal, buscando-se sanar os problemas de análise que encontramos no viés estruturalista, bem como tratar de um aspecto essencial: a *competência*¹⁵⁵ *lexical* do falante no que se refere à conjugação de formas verbais no português.

¹⁵⁵ Temos consciência de que se costuma tratar a dualidade “competência *versus* desempenho” como opostas e tratadas por modelos teóricos diferentes. Assim, a teoria da Sociolinguística Variacionista Laboviana estaria mais centrada em pesquisar o *desempenho* dos falantes. No entanto, acreditamos que essa dicotomia não seja necessariamente contraditória, isto é, uma pesquisa de interfaces como a que se pretende fazer aqui acaba por abordar (ao menos, em parte) questões que, num primeiro olhar, parecem paradoxais. Defendemos que o

5.3.2 Uma proposta da morfologia gerativa para a descrição do português

Nesta seção, pretendemos apresentar uma proposta descritiva do português mediante teoria de base gerativista e, para tanto, alicerçamo-nos em alguns autores dessa corrente teórica no que diz respeito à morfologia, como Basílio (1974, 1980, 1993, 2001, 2002, 2009, 2010), Figueiredo-Silva e Medeiros (2016), Schwindt (2014), Schwindt e Wetzels (2016) e, sobretudo, nas pesquisas e detalhamentos analíticos de Villalva (2000 [1995]; 2007) a respeito do português.

Villalva (2000 [1995]; 2007), para fazer a descrição linguística do português, traz como aporte teórico obras essenciais ao Gerativismo, como Chomsky (1970, 1986, 1993), Jackendoff (1972), Halle (1973), Aronoff (1976), Lieber (1980), Anderson (1982), Sportiche (1989), Spencer (1991), dentre outras. Alguns desses autores serão referidos aqui nesta seção, quando necessário, mas não temos por objetivo¹⁵⁶ tratar das questões por eles trabalhadas com profundidade, uma vez que a sistematização de suas propostas já é feita por Villalva (2000 [1995]) e Villalva (2007) em suas elaborações teóricas.

Assim, iniciamos trazendo algumas características da teoria morfológica gerativista que divergem da vertente estruturalista, lembrando alguns aspectos já mencionados na seção anterior.

5.3.2.1 Prolegômenos para a Morfologia X-Barra

A Morfologia de cunho gerativista, também chamada de Morfologia Lexical, redimensiona o *status* de importância na morfologia para a *palavra*. “Isso não quer dizer que essa escola desconsidere a existência de morfemas; o fato é que os vê associados a processos que dão conta da boa formação de palavras [...]. Daí a razão de essa escola ser conhecida como **Item-e-processo**”. (SCHWINDT, 2014, p. 113, grifos do autor).

Nessa mesma direção, Villalva (2000 [1995]) explica a *estrutura morfemática* (estruturalista) das palavras, pautada na identificação da sequência de morfemas, e a *estrutura morfológica* não são necessariamente coincidentes. Para isso, a autora retoma as ideias de Aronoff (1976) e traz

desempenho dos informantes não é aleatório, isto é, a variação e mudança linguísticas são regidas por questões sociais, mas também por aspectos internos à língua. Esse pensamento, inclusive, é o cerne de variadas obras labovianas. Assim, preocupamo-nos, neste estudo, tanto com a questão do *desempenho* (cf. capítulos I, II, III, IV, VI e VII) quanto da *competência* (cf. capítulos V, VI e VIII).

¹⁵⁶ Optamos por não abordar esses teóricos com aprofundamento nesta tese por uma questão de foco e também pelo fato de que fazer uma descrição morfológica de nosso objeto teórico é apenas um dos objetivos desta tese de Doutorado, que se insere no âmbito da Sociolinguística Variacionista. Assim, para aprofundamento no tema, sugerimos tais obras citadas.

como exemplo do português a descrição das formas que integram o sufixo *-ncia* (como em *tolerância, constância, abundância*).

Com base nessa discussão, que revisa o conceito de “morfema”, a linguista apresenta uma análise alternativa em que a forma de base é o tema verbal – composto, portanto, por raiz e *constituente temático* (como, por exemplo, *tolera* em *tolerância*) – e que *-ncia* é um único constituinte morfológico, mas esclarece que o reconhecimento da estrutura morfemática deste sufixo é importante para a análise fonológica.

A autora contrapõe, a partir disso, os conceitos de *morfema* e *constituente morfológico*, argumentando que os morfemas não são obrigatoriamente constituintes de palavras, ou seja, a forma de base para a formação de uma palavra pode ser, por exemplo, o tema verbal. No caso de *-ncia* e *-nça*, seriam sufixos variantes, mas *-ncia* é o que se tornou mais produtivo no português europeu, sendo também o maior responsável pela formação de novas palavras.

Esse exemplo analítico demonstra que, numa perspectiva gerativista, o morfema não é desconsiderado, mas existe uma preocupação maior na compreensão de processos de formação de palavras, ao invés de focalizar o trabalho descritivo tão-somente na segmentação morfemática, isto é, na identificação dos morfemas e seus respectivos significados, numa relação biunívoca de um para um, como se faz no Estruturalismo.

Desse modo, a proposta gerativista traz em seu bojo a defesa da *arquitetura da gramática* e a preocupação com a *produtividade* linguística, que seria “a formação de novas palavras por determinada regra, que é chamada de *regras de formação de palavras* (ou RFP) [...] a morfologia lida com palavras *potenciais*: para dar conta de regras produtivas.” (ROSA, 2015, p. 89). Além das RFPs (cf. ARONOFF, 1976), tem-se a sua contraparte – conforme Basílio (1980) – que seriam as RAEs (*regras de análise estrutural*) Assim, busca-se depreender como se dão os processos morfológicos de formação de palavras.

Nesse mesmo contexto, há o fenômeno do *bloqueio*, que consiste em uma forma já existente bloquear a formação de uma nova forma (cf. ARONOFF, 1976). Ademais, “o bloqueio resulta da interação da morfologia com o léxico: por mais produtiva que uma regra seja, não se aplicará a uma base se já existe uma palavra para aquela exata função”. (ROSA, 2015, p. 89).

Outros dois conceitos relacionados às regras já citadas, introduzidos por Chomsky (1965) – em *Aspects of the Theory of Syntax* – são os de *estrutura profunda* (*subjacente* ou *interna*) e de *estrutura superficial*. A *estrutura profunda* “é uma representação da estrutura dos constituintes resultante da aplicação de regras de reescritura sobre a qual se aplicam diretamente

as regras de interpretação, pertencentes a outro componente da arquitetura gramatical”. (FIGUEIREDO-SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 66). Já quanto ao segundo conceito, “as regras transformacionais se aplicam sobre a representação de estrutura profunda e geram uma estrutura superficial sobre a qual podem se aplicar as regras fonológicas”. (FIGUEIREDO-SILVA; MEDEIROS, 2016, p. 66).

Posto isso, a Morfologia Lexical faz representações morfológicas que diferem das representações formais estruturalistas (as quais apresentam característica concatenativa, dispondo os morfemas lado a lado, em aglutinação). Diferentemente do modelo estruturalista, a Teoria X-Barra, obedecendo a um princípio de ramificação binária, é que sustenta a Morfologia Gerativa.

Nesse sentido, Villalva (2000 [1995]) faz um levantamento teórico dos trabalhos que levam em conta a Teoria X-Barra no âmbito da morfologia¹⁵⁷, construindo uma hipótese de Morfologia X-Barra que, apesar de herdeira dessas propostas, diferencia-se por “incorporar uma versão da Teoria X-Barra que corresponde à imagem em espelho da versão de Sportiche (1989), e por consagrar a total autonomia das estruturas morfológicas e estructuras sintácticas”. (VILLALVA, 2000 [1995], p. 79).

Outra contribuição significativa da pesquisadora diz respeito a um redimensionamento da *Hipótese de Base-Palavra* (cf. ARONOFF, 1976), para a qual ela apresenta uma alternativa, que designa como *Condição sobre a Base*. Em tal proposta, Villalva (2000 [1995], p. 115-116) mantém “o pressuposto de que a formação de palavras opera sobre unidades lexicais semanticamente interpretáveis e portadoras de uma categoria sintáctica”, defendendo, além disso, que “a forma morfológica de base pode variar de língua para língua, mas [...] também pode variar no interior de um único sistema linguístico” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 116).

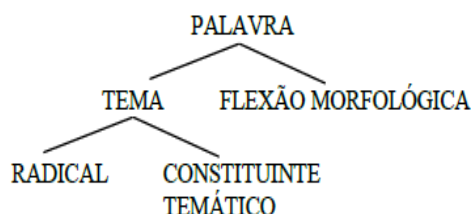
Ambas as contribuições apresentadas pela autora representam ganhos para a teoria, bem como para a descrição de aspectos morfológicos do português. Nesta pesquisa, porém, pretendemos focalizar a proposta da Teoria X-Barra, em virtude da natureza de nosso objeto linguístico em análise, com vistas, principalmente, à configuração formal da estrutura dos verbos no português.

¹⁵⁷ A saber: Willians (1981), Lieber (1980), Selkirk (1982), Di Sciullo e Williams (1987) e Lieber (1992).

Antes de partirmos a isso, queremos mostrar de que modo a autora representa a estrutura básica da *palavra*, de acordo com os princípios da Teoria X-Barra¹⁵⁸, em árvore morfológica de estrutura bi-ramificada, especificamente no que tange à língua portuguesa¹⁵⁹.

De acordo com essa representação, a estrutura da *palavra* apresenta um nó que se subdivide em tema e flexão morfológica, sendo que *tema* é constituído do *radical* e do *constituente temático*. Assim, o conceito de *palavra* é especificado “como uma estrutura morfológica formada pela adjunção da flexão morfológica (FM) ao tema. Trata-se, pois, de estruturas morfológicas cujas propriedades morfo-sintáticas estão plenamente especificadas e realizadas.” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 120).

Figura 21 – A estrutura básica da palavra no português de acordo com Villalva (2000 [1995])



Fonte: Villalva (2000 [1995], p. 120)

Tendo essa representação como suporte, a autora argumenta também que *radical*, *tema* e *palavra* são possíveis pontos de ancoragem dos processos de sufixação. Para facilitar ao leitor, trazemos algumas definições da autora que são importantes para a compreensão da estrutura verbal.

A respeito do *tema* e do *constituente temático*, Villalva (2000 [1995], p. 119) elucida que:

é definido como uma estrutura morfológica formada pela adjunção do constituinte temático (CT) – designação que utilizo para referir conjuntamente a vogal temática e o índice temático – ao radical, do qual herda a categoria sintáctica e a informação morfológica e morfo-sintáctica. Estas estruturas morfológicas podem ser exemplificadas do seguinte modo:

- a. [[cant]RV[1ª conj] [a]VT]TV[1ª conj]
 [[beb]RV[2ª conj] [e]VT]TV[2ª conj]
 [[fug]RV[3ª conj] [i]VT]TV[3ª conj]

¹⁵⁸ Não tratamos aqui com propriedade desses princípios, mas eles são detalhadamente aventados na obra de Villalva (2000 [1995]), de modo que o leitor interessado pode consultar o texto para maiores esclarecimentos.

¹⁵⁹ À estrutura do inglês, por exemplo, a autora apresenta uma proposta um pouco diferente, em que o tema não apresenta dentro dele a estrutura binária contendo radical e constituinte temático, mas apenas o radical (cf. VILLALVA, 2000 [1995], p. 121).

- b. [[nov]_{RADJ-o[-fem]} [o]_{IT}]_{TADJ-o[-fem]}
 [[cas]_{RAN-a[+fem]} [a]_{IT}]_{TN-a[+fem]}

Observamos que o *constituente temático*, no caso dos verbos, seria a vogal temática (VT), como podemos observar nos primeiro grupo de exemplos elencado pela autora. Já em relação aos nomes, o constituinte temático não é mais a vogal temática, mas sim o *índice temático* (IT), como visto no segundo grupo de exemplos.

No caso da VT, a teoria de cunho gerativista a considera “um elemento de definição flexional: define-se em oposição ao radical, caracterizando a base da flexão” (BASÍLIO, 1993, p. 295), agregando-se ao radical da formação do tema verbal. Ademais, “a VT seria algo que poderíamos, como Aronoff (1994), considerar *morfologia pura*: formas com relação com outras formas”. (ROSA, 2015, p. 130, grifos da autora).

Já no que se refere ao primeiro galho da estrutura do tema (à esquerda), o *radical* (RAD), é definido como uma unidade lexical pertencente “a uma categoria sintáctica principal (i.e. radical adjetival = RADJ, radical nominal = RN, radical verbal = RV)”. (VILLALVA, 2000 [1995], p. 117).

A respeito da *flexão morfológica*, antes de explicarmos sua representação na árvore da estrutura da *palavra*, precisamos clarificar que, embora consistitua-se num processo de sufixação (tal como a *sufixação derivacional*), a autora defende que:

[...] a flexão e a sufixação derivacional são processos morfológicos distintos e que os sufixos flexionais e derivacionais ocupam diferentes posições estruturais. [...] Além disso, os sufixos de flexão se distinguem dos sufixos derivacionais porque realizam exclusivamente categorias morfo-sintáticas determinadas pela categoria sintática da base (que não alteram) e, porque [...] se associam a temas (adjetivais, nominais ou verbais) para formar palavras (respectivamente, adjetivos, nomes e verbos). São estas propriedades dos sufixos que permitem caracterizar a **flexão como um processo obrigatório, sistemático e produtivo**. (VILLALVA, 2000 [1995], p. 178, grifos nossos).

A autora complementa que, no Português, todos os afixos de *flexão* são sufixos, mas nem todos os sufixos são afixos de flexão, pois há sufixos cuja função é derivacional. Nesta pesquisa, pela característica do fenômeno linguístico em análise, detemo-nos nos processos de *flexão*.

Assim, na árvore morfológica defendida pela teoria de Villalva (2000 [1995]), a *flexão morfológica* é representada como um nó do irmão *tema*, sendo que, em relação a adjetivos e nomes, flexionam-se apenas em número, ao passo que os verbos flexionam-se em tempo-modo-aspecto e pessoa-número.

Villalva (2000 [1995]) defende que os sufixos de flexão realizam somente categorias morfossintáticas, mantendo-se a especificação categorial da base (isto é, um verbo continua sendo verbo, mesmo com um processo de flexão), e isso afeta de modo regular e previsível a interpretação semântica das palavras.

Outra propriedade explicitada pela pesquisadora é a flexão consistir no único processo morfológico formador de palavras, pois os outros processos de sufixação formam radicais. É justamente essa idiosincrasia da flexão que a faz responsável pela sua obrigatoriedade, sistematicidade e perifericidade dos sufixos intervenientes.

A autora finaliza a reflexão asseverando: “Em suma, a flexão opera sobre temas, podendo concluir-se que todas as formas flexionadas, organizadas em paradigmas flexionais, estão relacionadas com uma mesma forma de base, justamente a forma temática.” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 199).

Com esses conceitos-chave estabelecidos, partamos mais especificamente para a descrição de Villalva (2000 [1995]) relativamente à estrutura dos verbos na língua portuguesa.

5.3.2.2 *A Morfologia X-Barra e as conjunções verbais*

Primeiramente, precisamos esclarecer que a consideração do nó da *flexão morfológica* para a descrição no que se refere às estruturas verbais do português consiste em uma proveitosa contribuição de Villalva (2000 [1995]) para a Morfologia Gerativista em relação à descrição da língua portuguesa.

Ela chega a essa configuração analisando detalhadamente algumas propostas de representação em árvore de autores da corrente gerativista. A primeira detalhada por ela se refere à proposição do pesquisador Thomas-Flinders (1983), cuja estrutura arbórea não é tomada como base pela autora devido ao fato de não respeitar o princípio de ramificação binária.

A pesquisadora também traz à tona uma proposta com base na hipótese de Boer (1982), que “associa o sufixo de TMA ao nó que domina o tema verbal e a do sufixo PN a um nó que domina o tema verbal e TMA” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 248), mas a descarta porque essa representação “obrigaria à postulação da existência de uma forma verbal sem qualquer flexão de pessoa-número” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 248).

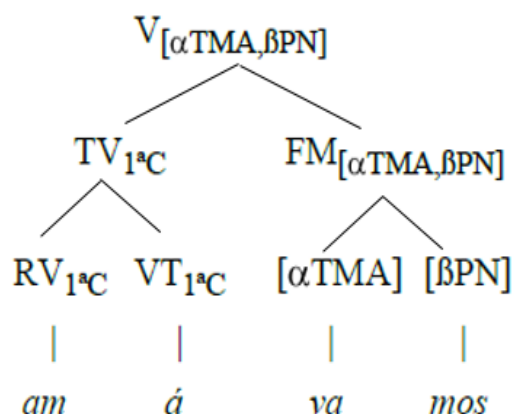
Uma terceira hipótese traria os sufixos de TMA e PN saindo do nó da estrutura verbal (V), mas isso, além de desrespeitar o princípio da ramificação binária, também consideraria a existência necessária de amálgamas de TMA e PN, o que não seria aceitável, uma vez que não considera a inter-relação entre essas duas categorias.

Assim, a autora opta por não romper com o princípio da ramificação em duas estruturas e defende que “as formas flexionadas têm uma estrutura binária, sendo o *tema* a sua forma de base, dado que este é o constituinte que determina a categoria sintáctica da palavra e que é portador de informação sobre a classe temática a que pertence.” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 245).

Finalmente, baseada em Scalise (1988), a autora adota a seguinte proposição: a implementação do nó da *flexão morfológica* saindo da estrutura primeira – que seria o verbo (V) – para o lado direito do nó irmão (que consiste no *tema verbal* – TV, o qual encontra-se à esquerda da estrutura V. Esse nó da flexão, então, subdivide-se em dois galhos que representam as flexões verbais de tempo-modo-aspecto e pessoa-número:

Tal proposição está exposta na representação arbórea da estrutura verbal conforme a figura a seguir:

Figura 22 – Representação da flexão morfológica (FM) conforme Villalva (2000 [1995])



[[[am]RV1ªC[á]VT1ªC]TV1ªC[[va][αTMA][mos][βPN]]FM[αTMA,βPN]]V[αTMA,βPN]

Fonte: Villalva (2000 [1995], p. 250)

Para além da questão do nó da *flexão morfológica*, observemos que o sufixo de TMA fica à esquerda, e o de PN fica à direita, e essa organização estrutural precisa ser respeitada. Mais especificamente sobre o nó do *tema verbal*, a *vogal temática* está projetada à direita de tal estrutura.

Outrossim, ainda sobre o *tema verbal*, explica que ele é a forma selecionada pelos processos de flexão, revelando que a *flexão morfológica* é quem seleciona o tema verbal (e não o contrário).

O nó de *flexão morfológica*, por sua vez, é subdividido em TMA e PN, os símbolos de alfa (α) e beta (β) são utilizados para a representação de cada uma dessas flexões, respectivamente. A autora defende, além disso, que “os sufixos de flexão podem constituir amálgamas, que a sua interpretação é interdependente e que não são intermutáveis” (VILLALVA, 2000 [1995], p. 245).

Mais um ponto a ser considerado é a representação linear que se encontra abaixo da árvore e que será, doravante, utilizada para representar as estruturas verbais presentes nesta pesquisa. Isso é feito por meio do uso de colchetes seguidos da descrição da estrutura em sigla. Assim, o radical verbal de “amávamos”, por exemplo, é representado por [am]_{RV1^aC}, ou seja “radical verbal de 1^a conjugação”, e assim é feito sucessivamente com todos os elementos da árvore, seguindo-se a ordem estabelecida da esquerda para a direita, em que a estrutura de flexão de PN é a última a ser descrita. As flexões, como já mencionado, além de obrigatórias e sistemáticas, ocupam essa posição periférica na estrutura.

Assim, uma forma como *falávamos* fica configurada, de maneira linear, deste modo:

[[[fal]_{RV} [a]_{VT}]_{TV} [[va] _{α TMA} [mos] _{β PN}]_{FM}]_V [_{α TMA, β PN}]

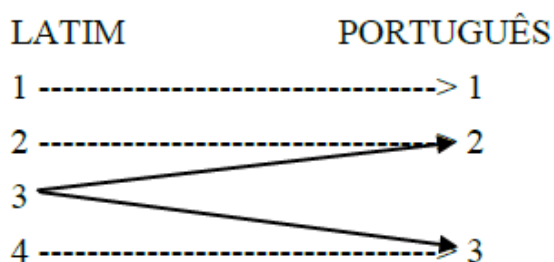
A interpretação desta representação formal é de que o radical verbal seria [fal], a vogal temática realizada como [a], o TMA como [va], e o PN como [mos], todos comportados dentro de uma estrutura de verbo (V), em que o tema verbal aparece primeiro (composto por RV e VT), seguido respectivamente das flexões de TMA e PN, as quais, por sua vez, então dentro dos colchetes da *flexão morfológica*.

A partir deste raciocínio teórico é que detalharemos os verbos nesta pesquisa. Mas, para que essa descrição mais específica seja feita, precisamos levar em conta alguns pontos mais gerais.

O português apresenta três paradigmas de flexão verbal que são identificadas por conta da vogal temática no infinitivo, como se pode observar: /a/ – 1^a conjugação; /e/ – 2^a conjugação; e /i/ – 3^a conjugação, sendo que a primeira conjugação foi a que absorveu os verbos da 1^a conjugação latina e é a mais produtiva para a formação de palavras na língua portuguesa. A segunda conjugação do português engloba a 2^a e a 3^a latinas; enquanto a terceira inclui verbos que pertenciam à 4^a no Latim, mas também alguns verbos que pertenciam à 3^a conjugação nesta língua que deu origem ao português.

Com base nisso, Villalva (2000 [1995]) esquematiza as conjugações portuguesas em interligação às latinas da seguinte forma:

Figura 23 – Esquematisação das conjugações verbais do português em relação ao latim



Fonte: Villalva (2000 [1995], p. 126)

A consciência desse redimensionamento das conjugações no processo de estabelecimento do português nos permite analisar alguns itens lexicais verbais com um olhar diferenciado, verificando-se as suas origens gramaticais no latim. Segundo Villalva (2007), ainda, há traços associados às conjugações verbais, mas essa informação é estritamente morfológica.

“Pode-se, aliás, considerar-se que esta classificação dos radicais verbais obscurece o contraste morfológicamente mais relevante que opõe a primeira conjugação ao conjunto das segundas e terceira” (VILLALVA, 2007, p. 99). Além disso, conforme a autora, os radicais verbais incluem informações relativas à flexão, que pode ser regular e irregular, sendo que, nesta pesquisa, estamos voltados para o estudo verbos regulares.

Voltando-se para a configuração da estrutura verbal, precisamos tratar sobre a questão dos “vazios morfológicos” (VILLALVA, 2007, p. 148). As formas nominais dos verbos (infinitivo, gerúndio e particípio), por exemplo, não apresentam sufixo de pessoa-número, mas têm sufixo de TMA.

Já no pretérito perfeito do indicativo, como no caso do verbo *amaste*, apresenta-se um amálgama, historicamente motivado, e, hoje, lexicalizado, que deste modo pode se representar:

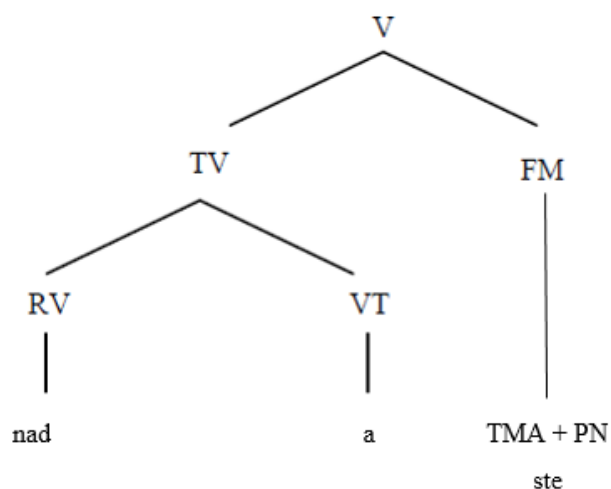
[[[am]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[ste]_{TMA+PN}]_{FM}]_V

Como se pode observar, há uma junção das duas flexões verbais (tempo-modo-aspecto e pessoa-número), representada pelo constituinte morfológico /ste/ – na íntegra – entre colchetes, caracterizado pelo sinal aditivo unindo as duas flexões, a fim de ilustrar tal constituinte acumula ambas as funções. Neste caso, a estrutura de flexão morfológica não se bibrifica, projetando apenas um galho, com as duas categorias amalgamadas¹⁶⁰.

Assim, tal estrutura seria representada do seguinte modo:

¹⁶⁰ A característica de possibilidade de amalgamar funções, de acordo com Anderson (1988), é uma das particularidades que permite a distinção entre flexões e sufixos derivacionais.

Figura 24 – Representação arbórea morfológica de *falaste*

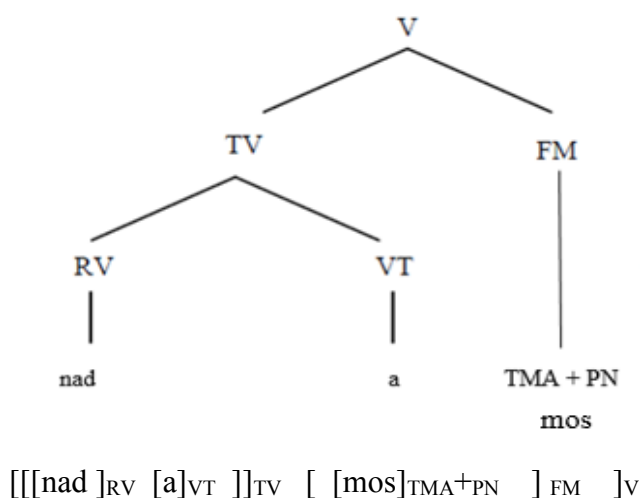


Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Essa possibilidade do amálgama na teoria gerativa se dá porque, diferentemente do Estruturalismo, não há uma preocupação com o *princípio da biunivocidade* entre morfemas. “A amálgama ocorre sempre que a flexão verbal dispõe de um único sufixo para as categorias de tempo, modo, aspecto, pessoa e número. **É o que se verifica com o pretérito perfeito** e com a primeira pessoa do singular do presente do indicativo.” (VILLALVA, 2007, p. 165, grifos nossos).

Podemos verificar a representação do amálgama de pretérito perfeito na árvore a seguir, com a respectiva descrição linear:

Figura 25 – Representação arbórea morfológica de *nadamos* em pretérito perfeito do indicativo



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

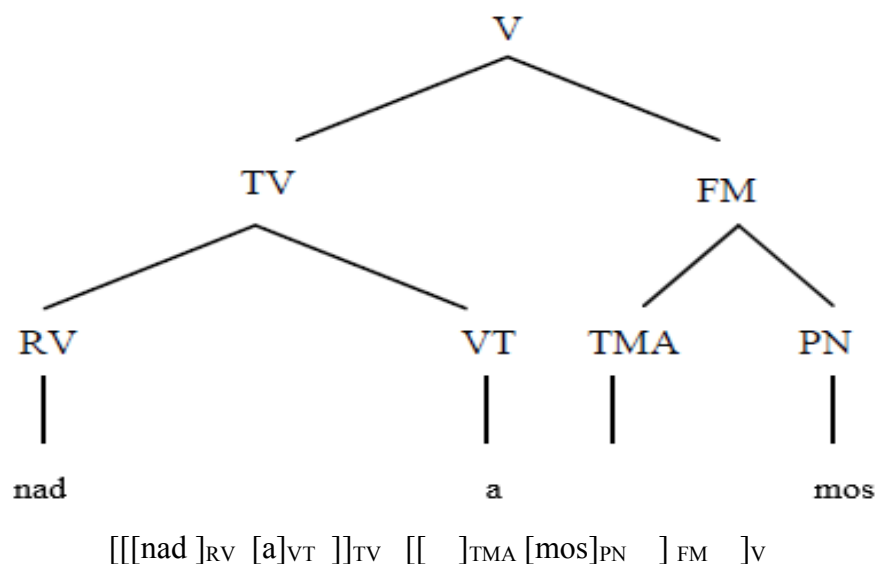
Esse detalhamento pressupõe que uma forma como *nadamos*, em contexto de passado, apresentaria amálgama de TMA e PN, de modo que os falantes reconheceriam em /mos/ uma característica de TMA.

É interessante perceber que essa percepção de amálgama faz tanto sentido quando se trata do português, que já havia sido hipotetizada por pesquisadores brasileiros em estudo sociolinguístico. Conforme Fernandes e Görski (1986), em variedades urbanas, o SNP *-mos* parecia estar adquirindo a função de morfema pretérito, em oposição ao \emptyset no tempo presente. Assim, os falantes urbanos utilizariam *falamo(s)* para passado e *fala* para presente.

Já outro caso de vazio morfológico que nos interessa descrever nesta pesquisa diz respeito aos verbos conjugados no presente do indicativo. Sobre eles, Villalva (2007, p. 149) explica que “a ausência de sufixo de tempo-modo-aspecto é a marca específica do presente de indicativo.”

Com isso, uma forma como *nadamos*, no presente do indicativo – embora tenha a mesma realização fonética da forma de 1ª pessoa do plural no pretérito perfeito do indicativo, pois são neutralizadas –, é assim representada:

Figura 26 – Representação arbórea morfológica de *nadamos* em presente do indicativo



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

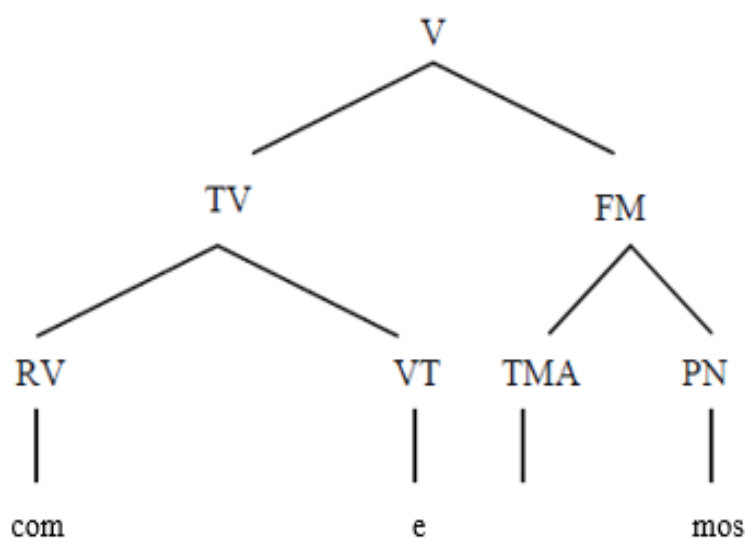
Observamos que os colchetes entre os quais ficaria o constituinte morfológico de tempo-modo-aspecto apresentam-se vazios. Assim, na projeção arbórea, esse galho de TMA é gerado, mas sem uma realização fonética.

Ou seja, a realização fonética de *nadamos* terá duas representações arbóreas diferenciadas, a depender do contexto temporal em que ela é pronunciada. A nosso ver, essa diferenciação na análise de duas formas verbais foneticamente idênticas (*neutralizadas*) é outro ganho da Morfologia X-Barra em relação à teoria estruturalista.

Isso está relacionado aos conceitos de *estrutura profunda/subjacente* e *estrutura de superfície*, i.e., não obstante as formas neutralizadas tenham a mesma configuração na estrutura de superfície (pela sua exata realização fonética), acabam por ser diferentes em sua estrutura profunda, considerando-se que presente do indicativo e pretérito perfeito são tempos verbais diferentes, que se configuram de maneira diferente.

Nesse contexto, o mesmo se daria com verbos de 2ª conjugação em 1ª pessoa do plural no presente do indicativo, como as formas *comemos*, *mexemos*, *aprendemos*, entre outras, como se pode ver a seguir.

Figura 27 – Representação arbórea morfológica de *comemos* em presente do indicativo

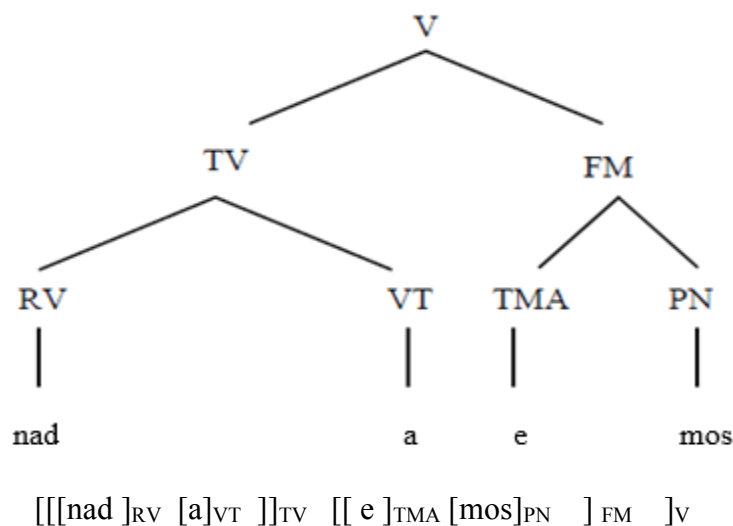


Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Sumariamente, a Morfologia X-Barra apresenta projeções diferentes a depender do tipo de vazio morfológico na estrutura profunda.

Mas, como explicar um caso como *nademos*, que consiste na forma de 1ª pessoa do plural em verbo regular de 1ª conjugação no presente do subjuntivo? Vejamos como se configura a árvore morfológica desta forma, conforme Villalva (2007, p. 150):

Figura 28 – Representação arbórea morfológica de *nademos* em *presente do subjuntivo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Como podemos observar, a vogal temática /a/ está presente na estrutura, mas logo na sequência há a vogal /e/, que é responsável pela flexão de tempo-modo-aspecto. Assim, num primeiro olhar, a estrutura ficaria como **nadaemos*, mas ocorre um processo morfofonológico de *dissimilação* que desencadeia uma supressão na posição da vogal temática, gerando um vazio morfológico e restando apenas vogal /e/ – de flexão de TMA –, o que resulta na forma *nademos*.

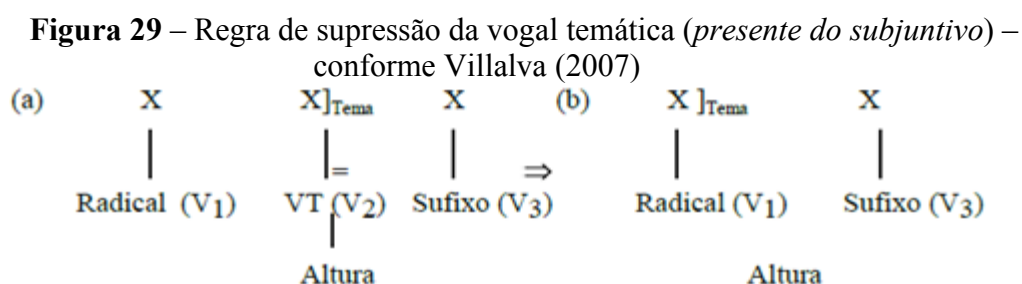
Destarte, a estrutura subjacente das formas de presente do subjuntivo apresentaria as duas vogais – a VT, representada por /a/, e a flexão de TMA, representada por /e/ –, mas a realização fonética é dada pela manutenção de /e/ e pela supressão de /a/. Porém, como esse processo ocorre apenas no âmbito da fonologia, a árvore morfológica de *nademos* é projetada da maneira como aparece na Figura 28.

O mesmo aconteceria com as formas de 2^a e 3^a conjugações, por exemplo, em formas como *batamos* e *abramos*, existindo, neste caso, uma supressão das vogais temáticas /e/ e /i/, em decorrência da dissimilação ocorrida por conta da flexão de TMA representada por /a/, mas, na estrutura arborea, elas estão presentes.

De acordo com a autora, “diversas análises da fonologia das formas verbais [...] defendem que a vogal temática é suprimida nos casos em que o sufixo de flexão à sua direita começa por vogal. É pois plausível admitir que, na estrutura morfológica destas formas, a vogal temática está presente” (VILLALVA, 2007, p. 150).

Resumidamente, a regra consiste no seguinte: “a Vogal Temática é suprimida quando à sua direita se encontra uma vogal”. (VILLALVA, 2007, p. 177).

Porém, mesmo nesses casos em que ocorre a supressão da vogal temática, a característica de sua *altura* permaneceria como um *segmento flutuante*, como revela a seguinte regra fonológica:



Fonte: Villalva (2007, p. 178)

Assim, embora a vogal seja suprimida, um traço seu permanece na estrutura verbal, como acontece com as formas de presente de subjuntivo.

Posto isso, retomamos a questão já construída em seções anteriores: como analisar estruturas verbais que não fazem parte do cômputo de formas canônicas da língua, isto é, formas como *nademos* (usadas em contexto de pretérito perfeito ou presente do indicativo) ou *comimos* (também nos mesmos tempos verbais já citados)?

Além disso, essas vogais não canônicas – respectivamente, /e/ e /i/ – que parecem demarcar uma especialização temporal¹⁶¹ para o passado, devem ser interpretadas como VT ou sufixo de flexão de TMA?

Na próxima seção, pois, considerando que, “nos verbos em Português, como em muitas línguas românicas, a vogal temática é o ponto nevrálgico da estrutura interna das formas verbais” (VILLALVA, 2007, p. 177), problematizamos a análise das formas verbais não canônicas focalizadas nesta tese, no que se refere à VT e à flexão de TMA em formas verbais não canônicas.

5.3.3 O estatuto da vogal em alternância: vogal temática ou de flexão em TMA?

Nesta seção, com base em algumas contribuições descritivas de Mattoso Câmara Júnior (de vertente estruturalista) e, sobretudo, da Morfologia Gerativa (linha teórica que adotamos

¹⁶¹ Utilizamos o termo “especialização temporal” em Pereira (2018) para fazer referência à possibilidade de a forma canônica ser usada somente no presente (*falamos* e *comemos*), e a forma não canônica ser usada apenas no passado (*falemos* e *comimos*).

nesta tese), pretendemos discutir o estatuto da vogal em alternância nos verbos de 1ª e 2ª conjugação.

Mas, antes de conduzirmos esta discussão em relação às conjugações que de fato nos interessam, precisamos traçar alguns comentários no tangente à 3ª conjugação, isto é, por trás dessa decisão, há o seguinte questionamento: por que não levamos em conta, nesta pesquisa, a 3ª conjugação, considerando que existe alternância vocálica em algumas formas, como em *fomos* ~ *fumos*? Na seção seguinte, procuramos responder a esse questionamento.

5.3.3.1 O caso de alternância vocálica na 3ª conjugação: há alternância de VT em “*fumo(s)*”¹⁶²?

Propusemo-nos ao questionamento no que se refere à 3ª conjugação a partir de uma forma em específico, que costuma estar presente em variedades rurais: a forma *fumo(s)* – (em variação a *fomos*).

Para isso, trazemos à vista alguns dados de Foeger (2014) e Foeger, Scherre e Yacovenco (2016) e a classificação que as autoras fizeram das vogais em alternância em sua pesquisa sobre concordância verbal em 1ª pessoa do plural. Clarificamos que o objeto em estudo das autoras não foi o da alternância vocálica, mas sim da concordância de número e pessoa (cf. capítulo III desta pesquisa), mas foram percebidos alguns dados que destoavam do padrão, os quais foram tratados nas pesquisas como “mudança da vogal temática” e “troca da vogal temática”.

Tratava-se de dados de alternância vocálica mais especificamente ocorridas em contexto de pretérito perfeito do indicativo, como os casos de *estudemo* (1ª conjugação), *aprendimo* (2ª conjugação) e *fumo* (3ª conjugação).

A partir dessas e outras ocorrências, as autoras revelam que esses dados costumam ocorrer condicionados pelas variáveis ‘saliência fônica’ e ‘faixa etária’, tecendo-se, na sequência, o seguinte comentário:

No Grau 4, em que encontramos verbos da segunda (80) e terceira conjugação (81), a troca da vogal temática é mais difícil de ocorrer, mas ainda assim temos 12 dados dessa natureza em nosso *corpus*, que são dos verbos ir (**fumo**), descer (descimo), beber (bebimo), aprender (aprendimo), morrer (morrimo) e correr (corrimento). (FOEGER, 2014, p. 139, grifo nosso).

¹⁶² Geralmente, a forma é realizada associada ao uso de /mo/, sem o /s/, por isso a representamos com a consoante entre parênteses.

Todos os exemplos mencionados são caracterizados como “troca da vogal temática”, que seria um termo sinônimo para “alternância”, como costumamos utilizar, e o verbo *ir*, de 3ª conjugação, na sua forma *fumo* (forma não canônica para a versão canônica *fomos*) está no cômputo de exemplos de dados trazidos por Foeger (2014).

Assim, poderíamos ser inclinados a pensar que, em *fumo* haveria também uma alternância da vogal temática, sendo um fenômeno da mesma natureza das formas de 1ª conjugação, como *estudemo*, e de 2ª conjugação, como *aprendimo*.

Queremos argumentar, todavia, que o que acontece no caso de *fumo* não é uma alternância da vogal temática pelo fato de a vogal /o/ de *fomos* não ser uma vogal temática, mas sim uma vogal que pertence à própria estrutura do radical.

Pautamo-nos, para isso, nas descrições das formas verbais do português presentes em Mattoso Câmara Júnior (1970), o qual apresenta que *fomos* tem o radical *fo-*, de modo que a sua vogal temática e o sufixo modo-temporal seriam zero, e o sufixo número-pessoal representado por *-mos*.

Para melhor ilustrarmos essa descrição mattosiana, elaboramos o quadro que segue, com as formas padrão dos verbos *estudar*, *aprender* e *ir*

Quadro 15 – Segmentação morfológica estruturalista das formas *estudamos*, *aprendemos* e *fomos* no pretérito perfeito do indicativo

| P | VERBOS Estudar Aprender Ir/ser | R | VT | SMT | SNP |
|----|---|---------|-----|-----|------|
| P4 | estudamos | estud- | -a- | Ø | -mos |
| P4 | aprendemos | aprend- | -e- | Ø | -mos |
| P4 | fomos | fo- | Ø | Ø | -mos |

Fonte: própria autoria com base em Mattoso Câmara Júnior (1970)

Assumimos esta visão de segmentação morfológica de Mattoso Câmara Júnior, na qual a vogal /o/ de *fomos* não é caracterizada como vogal temática, mas sim como vogal pertencente ao radical.

Além disso, há uma diferença na flexão de tempo-modo-aspecto entre os dois primeiros dados (*estudemo* e *aprendimo*) e o último (*fumo*). A questão é que *fumo* só se refere a contexto de passado, ao passo que *estudemo* e *aprendimo* podem se referir também a *presente do indicativo* – não obstante sejam mais relacionados ao contexto temporal de passado (pretérito perfeito do indicativo).

Não há, então, ambiguidade temporal (*neutralização*) em presente e pretérito perfeito do indicativo no caso de *fomos* que se alterna em *fumos*.

Para mais, a ocorrência de *fumo* se encaixa na conjugação de dois verbos irregulares diferentes, a saber: *ser* e *ir*. Por consistir em um verbo de pouca massa fônica e de particularidade irregular por ter a forma do radical totalmente diferente no presente (*somos* ou *vamos*, a depender da forma de infinitivo) e passado (sendo *fomos* a forma de pretérito perfeito do indicativo de ambos os radicais). Assim, configuram-se as seguintes formas opositivas: *vamos* ≠ *fomos*; *somos* ≠ *fomos*.

No âmbito da Morfologia X-Barra, essas formas de verbos irregulares são interpretadas como casos de supletivismo verbal, “ou seja, a existência, nas formas de um verbo de radicais inteiramente diferentes em consequência da ausência de certas formas (p. ex. *ser* ou *ir*). As irregularidades fonológicas manifestam-se na posição entre subgrupos do Presente e do Passado e, também, na oposição entre esses dois grupos.” (VILALVA, 2007, p. 184). Desse modo, a forma *fumo*, oriunda de dois verbos irregulares – *ser* e *ir* –, seria uma forma lexicalizada, na qual apenas o sufixo de PN (que pode se realizar como /mo/ ou [mos]) pode ser segmentado.

Analisando-se *fomos* como um verbo que pode ser conjugado a partir de *ser*, a vogal temática seria /e/; mas, no caso de ser conjugado com base na forma *ir*, a vogal temática seria /i/. Destarte, em ambos os casos, parece-nos intrincado sustentar a afirmação de que /o/ seria vogal temática de *fomos*.

Consoante essas evidências descritivas de ambas as teorias linguísticas, portanto, argumentamos que *fumos* não é um tipo de ocorrência que possa ser classificado no mesmo plano de *estudemo* e *aprendimo*, já que, enquanto esses últimos dados podem concernir a alternâncias vocálicas no âmbito da VT, *fumo(s)* teria uma variação vocálica no âmbito do próprio radical.

Então, se a forma *fumo* não pode ser descrita como uma alternância da vogal temática, como deve ser caracterizada?

Defendemos que este caso em específico consista em um fenômeno de *alçamento vocálico* na sílaba tônica, isto é, tratar-se-ia de uma variação fonética ocorrida entre [o] e [u] no contexto de /o/. Contudo, mesmo essa definição apresenta seus problemas, porque não é comum haver alçamento vocálico em sílabas tônicas (cf. seção 5.3.2). Assim, seria preciso se debruçar um pouco mais no estudo deste fenômeno para poder classificá-lo com mais propriedade.

Para concluir, é por conta de todas as questões explicitadas que nosso foco na pesquisa são apenas os verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações, os quais, de fato, representam uma alternância vocálica, a nosso ver, de mesma natureza.

Por outro lado, precisamos nos aprofundar na discussão sobre vogal se quisermos assumir uma decisão a respeito da classificação da variação morfofonológica estudada nesta pesquisa como *alternância* (ou *mudança*) de VT. Ou seja, as vogais /a/ ~ /e/, bem como /e/ ~ /i/ em alternância seriam mesmo vogais temáticas? Tentamos fundamentar melhor essa discussão em 5.3.3.2.

5.3.3.2 O estatuto da vogal em alternância

Como pudemos verificar no Capítulo III desta pesquisa, alguns autores que mencionam o fenômeno lingüístico da alternância vocálica antecedente ao sufixo de flexão de PN /mos/ costumam classificá-la como *vogal temática*, usando termos como:

- (i) *Mudança da vogal temática* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; BORTONIRICARDO, 2011; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017),
- (ii) *Troca da vogal temática* (FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017; ELIZAINCIN, 1992),
- (iii) *Elevação da vogal temática* (CASTILHO, 1992, 2016);
- (iv) *Alternância da vogal temática* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; ZILLES e BATISTA, 2006);
- (v) *Substituição da vogal temática* (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000).

Provavelmente, para chegar a essa classificação, esses autores brasileiros basearam-se na descrição mattosiana (cf. Seção 5.2.1.2). Mas também alguns pesquisadores portugueses, como Baptista (1967), classificaram essas vogais como VT.

Nessa lógica estruturalista em que os tempos de presente e pretérito perfeito do indicativo sempre apresentaria morfema zero em TMA, de fato, a alternância para /e/ e /i/, respectivamente, poderia ser classificada como uma variação no âmbito da vogal temática.

No entanto, o problema que levantamos aqui é que existe uma tendência para que as vogais não canônicas que antecedem o sufixo de PN na 1ª pessoa do plural sejam mais usadas em contextos de passado (CASTILHO, 1992, 2016; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017), mas tal tendência ainda parece ser variável em certas

comunidades de fala (COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016), de maneira que parece não ter se concretizado uma *especialização temporal*.

Em virtude da possibilidade de especificação dessas vogais não canônicas para pretérito perfeito do indicativo, hesitávamos¹⁶³ em tratar desse fenômeno como uma variação da vogal temática porque a hipótese da *especialização temporal* – que implicava a consideração da vogal como uma possível flexão de TMA – nos era muito cara (PEREIRA, 2018).

Mesmo assim, quando não tínhamos feito ainda um estudo mais detalhado sobre o tema, mantivemos essa classificação (PEREIRA, 2014; PEREIRA, COELHO e LOREGIAN-PENKAL, 2016; PEREIRA, 2018; e PEREIRA e MARGOTTI, 2018).

Porém, munidos agora de fundamentações da Morfologia X-Barra, gostaríamos de colocar parte dessa classificação em xeque novamente.

Precisamos esclarecer, contudo, que essa discussão se inicia neste capítulo, mas é concluída no Capítulo VIII, quando se faz uma retomada das propostas teóricas desta pesquisa, a partir do levantamento e análise de dados (com viés quantitativo) feitos no Capítulo VII.

Para guiar a discussão, pautamo-nos na seguinte questão: caso os dados de uma comunidade linguística revelem um uso especializado das vogais não canônicas /e/ e /i/ para o contexto de pretérito perfeito do indicativo, não seria forçoso classificar esse segmento como uma vogal temática em alomorfia com as formas canônicas /a/ e /e/?

Assumimos que, no caso das formas canônicas (como *nadamos* e *comemos*, por exemplo), as vogais /a/ e /e/ são classificadas como vogal temática, e isso já foi representado nas árvores morfológicas da seção 5.2.2.2.

Todavia, acreditamos que, assim como as formas canônicas são representadas de maneira diferente nas estruturas arbóreas nesta teoria gerativa que estamos nos pautando, também as formas não canônicas deveriam seguir esta lógica. Por isso, formas não canônicas como *nademos* e *comimos*, mesmo que utilizadas de forma igual em contextos de presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo, devem ser representadas de maneira distinta nas árvores morfológicas.

¹⁶³ Em pesquisas recentes (PEREIRA, 2014; PEREIRA, COELHO e LOREGIAN-PENKAL, 2016; PEREIRA, 2018; e PEREIRA e MARGOTTI, 2018), assim como em apresentações que fizemos sobre o tema, temos optado por nomear esse fenômeno linguístico como uma espécie de *variação morfêmica na P4 em verbos de CI e CII em IdPr e IdPt2*, ou, algumas vezes, como *variação na concordância verbal de P4 em verbos de 1ª e 2ª conjugações no presente e pretérito perfeito do Indicativo*, mas essa última classificação já gerou algumas confusões entre nossos interlocutores, tendo em vista que os estudos tradicionais de variação na CVP4 se referem à desinência número-pessoal (ou ausência dela) e não especificamente à vogal temática.

Ou seja, mesmo que as formas coincidam, a sua estrutura profunda diverge conforme o tempo verbal utilizado. Assim, além de representações arbóreas diferentes, é preciso interpretar a própria variação morfofonológica de maneira diferenciada, considerando em qual contexto de TMA a forma em análise foi produzida.

Com base nessas reflexões, trazemos à vista uma elaboração teórica para caracterizar as formas não canônicas em análise. A fim de melhor ilustrar esse deslindamento teórico, vamos utilizar um conjunto de dados com os verbos *plantar* (para 1ª conjugação) e *conhecer* (para 2ª conjugação), a partir de trechos do nosso córpus.

Vamos iniciar a explicação com os exemplos em presente do indicativo, apresentando-se a 1ª conjugação, com a forma canônica e depois a não canônica; e, depois, 2ª conjugação, seguindo a mesma ordem. Então, aparecem os dados de pretérito perfeito do indicativo também de acordo com este mesmo padrão:

PRESENTE DO INDICATIVO

1ª conjugação

- (1) [sobre o que fazem hoje em dia] E **plant[ẽ]mo** pinus e eucalipto. Então ele adimministra tudo [...] (MAL, fem, fund. I, mais jovem)
- (2) Entrevistadora: Vocês plantam fumo aqui também? [...] Entrevistada: Fumo e mio, e daí planta as verdura. [...] Minduim, **plant[e]mo** bastante, vô te trazê uns. (RIO, fem, fund. I, mais jovem)

2ª conjugação

- (3) [sobre onde conheceu a esposa] Puis nós se **conhec[e]mo** na igreja. (RIO, mas, fund. II, mais velho)
- (4) Aí teve um encontro de jovens que se **conhec[i]mo**. Aí namoramos cinco anos. (IVA, fem, fund. II, mais jovem)

PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO

1ª conjugação

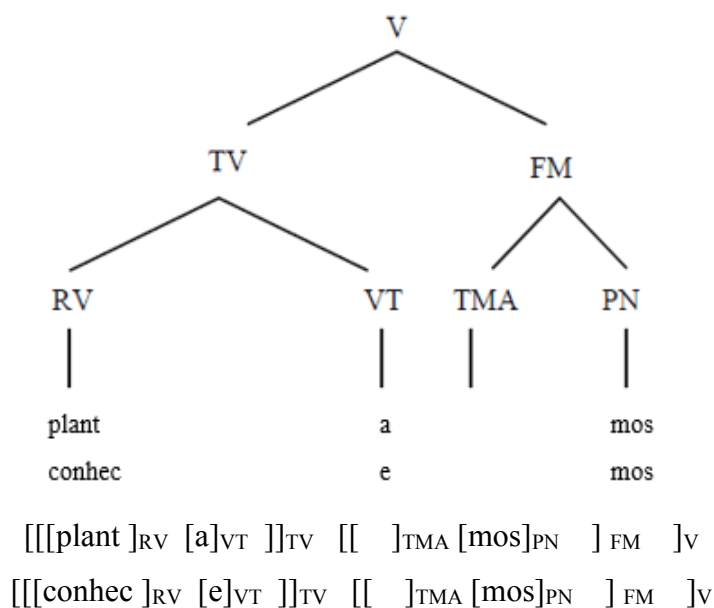
- (5) [quanto já plantaram neste ano] É. Nós **plant[ẽ]mo** vinte e cinco mil pé. (MAL, fem, fund. II, mais jovem)
- (6) Entrevistador: É, o pessoal tava com medo de giada ainda, né? Entrevistado: É que nem esse que nós **prant[e]mo**. Nós fiquemo com medo, mais nós tinha que prantá, que as muda já tavam boa de prantá. (IRA, mas, fund. I, mais velho)

2ª conjugação

- (7) [falando sobre como o bairro costuma ser conhecido] Juntando toda as comunidade é conhecido por Bara Vermelha, como fora ali pra cidade, a turma conhece como Bara Vermelha, mais nós aqui conhec[e]mo por vários otros [est]. (PRU, mas, fund. II, mais velho)
- (8) Entrevistadora: E não dá problema? Entrevistada: Não. Se conhec[i]mo, né? (RIO, fem, fund. I, mais jovem)

Os exemplos nos mostram o uso das formas canônicas e não canônicas em variação em contextos temporais específicos. Assim, iniciemos pelos dados (1) e (3), os quais são considerados formas canônicas de 1ª e 2ª conjugação no presente do indicativo. Posto isso, ao retomarmos a estrutura verbal proposta por Villalva (2007) para o presente do indicativo, as formas ficariam assim configuradas:

Figura 30 – Representação arbórea morfológica de *plantamos* e *conhecemos* em presente do indicativo



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

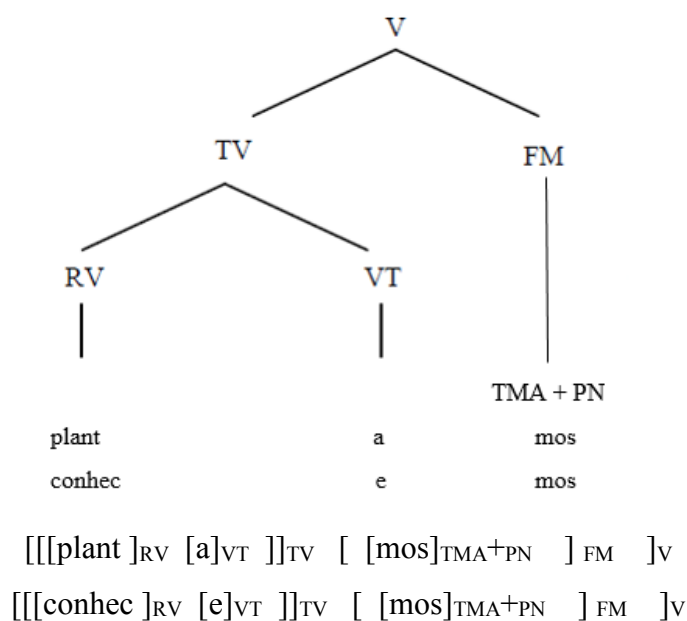
Até este ponto, podemos perceber que nada escapa à teoria gerativa proposta. Mas como poderíamos representar as formas não canônicas – como (2) e (4) – nesta teoria? Defendemos que as formas *plantemo* e *conhecimo* apresentariam a mesma estrutura arbórea, mas haveria variação no âmbito da VT, o que poderia ser classificado como “alomorfia da vogal temática”.

Também o sufixo de flexão de PN /mos/ é realizado de modo não canônico, mas se trata de uma questão fonético-fonológica e trataremos disso na seção 5.3.3.

Assim, no contexto de presente do indicativo, a definição dada pelos autores brasileiros que trataram sobre o tema poderia permanecer, assim como a defesa proposta pela Morfologia X-Barra de que as formas de presente de subjuntivo são formas não marcadas no que se refere à flexão de TMA, apresentando um vazio morfológico nesta estrutura.

Já em relação a essas mesmas formas verbais canônicas em pretérito perfeito do indicativo – dados (5) e (7) –, vamos representá-las adotando igualmente a estrutura arbórea proposta por Villalva (2007), que propõe o amálgama das flexões morfológicas de tempo-modo-aspecto e de pessoa-número. Assim, as formas *plantamos* e *conhecemos* poderiam ser assim representadas:

Figura 31 – Representação arbórea morfológica de *plantamos* e *conhecemos* em pretérito perfeito do indicativo



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Tendo observado isso, como agora podemos representar as formas não canônicas com alternância vocálica?

Para isso, temos três propostas e trataremos de cada uma delas apresentando os argumentos favoráveis e contrários:

(1) A primeira proposta seria adotar uma descrição similar a de presente de subjuntivo, considerando que a forma não canônica de 1ª conjugação coincide com essa forma (exemplo: “nós *plantemos* ontem” e “é necessário que nós *plantemos*”), mas o mesmo não ocorre com a 2ª conjugação, na qual as formas diferem (*conhecemos* e *conheçamos*). Assim, a estrutura profunda apresentaria duas vogais, sendo a primeira delas a VT, e a segunda delas uma vogal para flexão de TMA, ficando descritas da seguinte forma:

[[[plant]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[e]_{TMA} [mos]_{PN}]_{FM}]_V

[[[com]_{RV} [e]_{VT}]]_{TV} [[i]_{TMA} [mos]_{PN}]_{FM}]_V

Depois, haveria um processo morfofonológico de dissimilação que suprimiria a VT. Porém, os problemas dessa proposta parecem-nos mais graves, porque se supõe a existência categórica de especialização temporal no passado, além de ser proposta a mesma estrutura da árvore morfológica de presente do subjuntivo. Por conta principalmente desse último ponto, optamos por descartar essa primeira opção de descrição teórica.

(2) A segunda proposta consistiria fazer a representação das formas com alomorfia na vogal temática, tal como ocorre em presente do indicativo. Essa possibilidade é bastante plausível, porque não desconsidera a estrutura-base de pretérito perfeito proposta por Villalva (2007) na 1ª pessoa do plural, ficando da seguinte maneira a estrutura profunda:

[[[plant]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[mos]_{TMA+PN}]_{FM}]_V

[[[conhec]_{RV} [e]_{VT}]]_{TV} [[mos]_{TMA+PN}]_{FM}]_V

Mas a variação ocorreria no âmbito da realização fonética, ficando *plantemo* e *comimo* na estrutura de superfície. Neste caso, a classificação como “alternância na VT” poderia ser mantida. Por outro lado, descartaria a possibilidade de especialização temporal ocorrida pelo uso de uma vogal não canônica, pois as especificações de TMA não podem ser atribuídas à estrutura de vogal temática, uma vez que sua função no paradigma verbal é outro. Assim, poderemos manter essa proposta em caso de haver considerável variação de formas canônicas e não canônicas no pretérito perfeito.

(3) Por fim, a última proposta e a que nos parece mais plausível, seria a de manter a estrutura arbórea de pretérito perfeito do indicativo, em que há um amálgama de TMA+PN, porém com uma modificação no nível da representação da estrutura profunda, colocando-se as vogais não canônicas /e/ e /i/ como pertencentes ao amálgama de TMA+PN, ficando as estruturas da seguinte forma:

[[[plant]RV [a]VT]]TV [[emos]TMA+PN]FM]V
 [[[conhec]RV [e]VT]]TV [[imos]TMA+PN]FM]V

Depois, haveria o processo morfofonológico de dissimilação suprimindo a vogal temática. Com isso, além de mantermos a ideia de Villalva (2007) no que se refere à configuração arbórea do amálgama para pretérito perfeito do indicativo, partimos do pressuposto de que esses segmentos sejam indissociáveis, isto é, não possam ser segmentados em formas menores. O mais interessante é que há evidências no português que nos provam isso (cf. FERNANDES, GÖRSKI, 1986). Por exemplo: no presente do subjuntivo, costumamos verificar os falantes de PB produzindo estruturas no contexto de presente do subjuntivo como “é necessário que nós *plantemos*” ou “é necessário que nós *plante*”. Já no que se refere ao pretérito perfeito do indicativo, uma estrutura como “nós *plantemo* ontem” costuma ocorrer na língua, mas algo como “nós **plante* ontem” parece ser agramatical. Assim, a descrição teórica da forma do presente do subjuntivo como uma estrutura que apresenta TMA e PN independentes faz sentido, mas esse mesmo detalhamento não parece ter lógica em relação a uma forma não canônica de pretérito do perfeito que tem fortes indícios de amálgama, com forte dependência entre os segmentos. Porém, essa proposta faria mais sentido em casos de especialização temporal, de maneira que precisamos levar em conta os resultados de nosso corpus para podermos aderir a uma proposta com mais propriedade.

Aventadas as três propostas descritivas, defendemos a terceira possibilidade, mas apenas a descrição laboriosa do corpus de pesquisa nos trará maior solidez, de modo que retomamos esse ponto no capítulo VIII desta tese.

Quanto ao caso do presente do indicativo, temos menos dúvidas, e a única proposta apresentada – de alomorfia da VT e flexão de TMA com vazio morfológico – parece ter dado conta da descrição do fenômeno linguístico em análise.

5.4 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, foi feita uma discussão teórica nos âmbitos fonético-fonológicos e morfológicos do fenômeno variável da alternância vocálica da VT, na 1ª pessoa do plural, em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações.

Fizemos, primeiramente, uma apresentação da descrição deste fenômeno sob o viés da Morfologia Estruturalista, principalmente baseada nas descrições morfológicas do português feitas por Mattoso Câmara Júnior (1968, 1970, 1972, 1976), demonstrando haver algumas lacunas de explicação teórica em relação à neutralização de formas verbais como *falamos* e *comemos*.

Na sequência, trouxemos detalhamentos teóricos de uma proposta da Morfologia Gerativista para a descrição dos verbos no português, sobretudo das formas que dizem respeito ao tema desta pesquisa. Ao fim da seção, discutimos o estatuto da classificação desta variante não canônica que se apresenta como uma alomorfia da vogal temática, mas indica uma possível especialização temporal.

Após esse detalhamento morfológico, partimos para a faceta fonético-fonológica e abordamos a questão oposição tímbrica da vogal para distinção de significado no caso dos verbos de 1ª conjugação em P4 no português europeu (PE), algo que não costuma ocorrer no português brasileiro (PB), mas pode ocorrer nas comunidades linguísticas estudadas pela nossa pesquisa, consistindo, porém, em um fenômeno de outra natureza – influência do contato linguístico.

Por fim, problematizamos sobre a classificação desse fenômeno e questionamos a possibilidade de ele ser descrito como uma espécie de “alçamento vocálico” (cf. CASTILHO, 1992; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO, SCHERRE, 2017). Hipotetizamos que tal fenômeno não possa ser considerado um caso de *alçamento vocálico* aos moldes tradicionais, e um dos argumentos para isso é que os informantes da nossa amostra – com base em Loregian-Penkal e Costa (2014) – não costumam fazer alçamento vocálico nas pré-tônicas e pós-tônicas (o que é bastante comum em diversas comunidades linguísticas brasileiras), então não haveria lógica que o fizessem na tônica, se não fossem movidos por alguns interesse, que, neste caso, acreditamos ser de desambiguação temporal.

Sumariamente, as principais constatações a que chegamos neste capítulo foram:

- (i) Em relação às duas possibilidades de realização de /a/ – como [ẽ] ou [a] – no PB, argumentamos que não se trate de uma questão fonológica de oposição distintiva temporal, como ocorre no PE (em algumas localidades) – mas sim um fenômeno de natureza tão-somente fonética, motivado por contato linguístico (cf. Capítulo I).
- (ii) No que se refere à classificação de alguns autores desse fenômeno como um tipo de *alçamento vocálico* (ou *elevação vocálica*), contra-argumentamos que não possa ser assim classificado – ao menos, aos moldes tradicionais – principalmente pelo fato

de ocorrer em sílaba tônica e também por representar, em muitos usos, uma espécie de especialização temporal para o pretérito perfeito do indicativo, o que revelaria uma oposição distintiva que difere da variação fonética geralmente ocorrida em alçamento vocálico.

- (iii) Relativamente à descrição de /mo/ como “apagamento final do -s de -mos”, trazemos argumentos contrários a essa descrição, porque ela implica acreditar que a forma subjacente seria a forma canônica (com /s/ final), mas os resultados dos pesquisadores sobre concordância verbal de 1ª pessoa do plural no Brasil têm revelado que o uso de /mo/ é generalizado, de maneira que a forma subjacente parece ser a não canônica, enquanto a canônica seria apenas utilizada por influência da escola na vida dos falantes de PB.
- (iv) As obras estruturalistas mattosianas a respeito do português trazem grandíssimas contribuições para a descrição dessa língua, mas esbarram em pontos emblemáticos da teoria (como o *princípio da biunivocidade*) que, para que sejam mantidos, levam Mattoso Câmara Jr. a propor soluções questionáveis e lacunares, como ocorre em relação à neutralização ocorrida na 1ª pessoa do plural em verbos regulares nas formas de presente e pretérito perfeito do indicativo. Além disso, a teoria estruturalista, por não estar preocupada com a *competência* linguística dos falantes, não se propõe a pensar em regras de formação de palavras, que podem explicar, por exemplo, o surgimento de formas não canônicas nas línguas.
- (v) Dentre várias outras contribuições, a teoria da Morfologia X-Barra para a descrição do português proposta do Villalva (2000 [1995]; 2007) consegue dar conta de uma questão problemática ao estruturalismo mattosiano (a saber, a descrição do pretérito perfeito do Indicativo) utilizando-se do “amálgama” para explicar como formas verbais podem acumular mais de uma função em um só constituinte morfológico.
- (vi) Sobre a questão da classificação da vogal em alternância como *vogal temática* em alomorfia ou *flexão de TMA*, defendemos que as formas não canônicas – /e/ e /i/ – consistiriam em VT sofrendo alomorfia no contexto de presente do indicativo. Entretanto, no contexto de pretérito perfeito do indicativo, argumentamos que o que ocorre é uma reestruturação do amálgama na estrutura verbal proposta pela Morfologia X-Barra para descrever tal tempo verbal.
- (vii) A partir de todas as discussões, por fim, queremos estabelecer que sejam necessárias, para estudo variacionista, as seguintes variáveis independentes

linguísticas: **(a)** ‘Produção fonética da vogal’, a fim de verificar em que medida existe influência do contato linguístico na realização fonética das formas; **(b)** ‘Realização do sufixo de PN’, com vistas a perceber a frequências dos sufixos canônico [mos] e não canônico /mo/; **(c)** ‘TAM’, objetivando investigar se está havendo especialização temporal no que tange ao uso das vogais não canônicas para contextos de pretérito perfeito do indicativo. Ademais, não pudemos tratar aqui sobre a questão do item lexical e sua relação com a possibilidade da difusão lexical, mas este ponto será esclarecido no capítulo subsequente e, então, propomos também uma quarta variável independente linguística: **(d)** item lexical.

Com essa discussão teórica metalinguística, acreditamos ter conseguido trazer questões importantes respeitadamente ao nosso fenômeno variável, além de conseguir delimitar, com mais propriedade, as variantes e as variáveis independentes internas que serão retomadas no capítulo subsequente – Capítulo VI.

CAPÍTULO VI

“ONTEM ERA DIA SANTO PRA TURMADA, MA NÓIS TRABAIEMO DO MEMO JEITO”: O TRABALHO METODOLÓGICO DE PESQUISA



6 “ONTEM ERA DIA SANTO PRA TURMADA, MA NÓIS TRABAIEMO DO MEMO JEITO”¹⁶⁴: O TRABALHO METODOLÓGICO DE PESQUISA

6.1 PALAVRAS INICIAIS

Este capítulo quais traz em seu bojo a seguinte questão (já levantada na Introdução desta pesquisa): *quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas mais relevantes no condicionamento do uso não canônico das formas verbais linguísticas investigadas?* Com isso, hipotetizamos que, em relação às variáveis linguísticas, as de destaque serão ‘uso da SNP’ e o ‘tempo verbal’, conforme os estudos já feitos sobre o tema (CASTILHO, 1992, 2016; ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; FOEGER, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017). Pertinentemente às variáveis extralinguísticas, nossa hipótese geral seria de que os fatores ‘escolaridade’, ‘mobilidade’ e ‘localismo’ serão os mais significativos. Ademais, temos a visão de que fatores sociais, em relação ao nosso objeto de estudo, apresentam maior significância no uso das formas não canônicas.

Assim, nosso objetivo geral neste capítulo será fazer uma descrição metodológica da pesquisa sociolinguística quantitativa, a fim de mapear, mediante resultados estatísticos, quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que mais condicionam o uso das variantes não canônicas.

Sobre esse tipo de pesquisa, levamos em consideração que:

Embora o objetivo final da pesquisa sociolinguística seja resolver questões de importância linguística, como a mudança de linguagem ocorre, **nada disso pode ser realizado sem primeiro entrar em uma comunidade para coletar dados que ajudarão a fornecer a base para tais respostas.** (FEAGIN, 2002, sem p., grifos nossos)¹⁶⁵

Em busca de dados numa comunidade de fala específica do Sudeste do Paraná, objetivamos, neste capítulo, – com base principalmente em Weinreich, Labov e Herzog (1968), Labov (2008 [1972], 1982, 1994), Trudgill (1983 [1974]), Guy (1981, 2000), Tarallo (2007 [1983]), Feagin (2002), Tagliamonte (2006), Guy e Zilles (2007) e Monguilhott (2009) – traçar

¹⁶⁴ Frase proferida por informante de Cruz Machado, do sexo masculino, fundamental I, mais velho.

¹⁶⁵ While the ultimate goal of sociolinguistic research is to resolve questions of linguistic importance, such as how language change comes about, nothing of that sort can be accomplished without first entering a community in order to collect data which will help provide the basis for any such answers. (FEAGIN, 2002, sem p.)

nossa metodologia de pesquisa, que se dá por meio dos moldes da Teoria da Variação e da Mudança.

Nesta pesquisa, o banco VARLINFÉ¹⁶⁶ (pertencente ao NEES – Núcleo de Estudos Eslavos – do *campus* Irati da UNICENTRO) é utilizado como fonte para a composição da amostra de pesquisa com vistas à obtenção dos dados. A história do seu surgimento é relatada por Loregian-Penkál, Krause-Lemke, Costa e Jacumasso (2013) e, de acordo com os autores, o banco visava a documentar e registrar a fala da mesorregião Sudeste do Paraná que apresenta expressiva cultura eslava. Assim, foram selecionadas, inicialmente, seis cidades nas quais a presença dos eslavos era marcante: Irati, Ivaí, Rebouças, Rio Azul, Prudentópolis e Mallet.

Conforme esses pesquisadores,

A colonização da região sudeste do Paraná caracterizou-se pela intensa imigração eslava, polonesa e ucraniana, cujos reflexos são observados na cultura dessa região. Os traços da imigração eslava fazem-se presentes, por exemplo, na arquitetura, na culinária, nos ritos religiosos, no artesanato e na fala da região. O Projeto de Extensão, em vigor por tempo determinado, *Mapeamento da Cultura Eslava no Sul do Paraná: Banco de Dados Variação Linguística de Fala Eslava – VARLINFÉ*, vinculado ao Programa de Extensão Permanente Núcleo de Estudos Eslavos – NEES, da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, ocorreu no período de 15 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 e objetivou concretizar a coleta de dados que compõem o banco VARLINFÉ. (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 100).

Outro ponto de destaque do banco é que as entrevistas foram feitas todas na zona rural das localidades, o que lhe imprime uma característica única em comparação a outros bancos de fala no Brasil.

Mais recentemente, em 2016, o banco foi expandido com a inserção das entrevistas feitas na cidade de Cruz Machado, as quais – tal como nas demais cidades – seguiram os direcionamentos da Sociolinguística Variacionista.

¹⁶⁶ A constituição de tal projeto foi aprovada pela RESOLUÇÃO Nº 014-CONSET/SEHLA/I/UNICENTRO, de 11 de abril de 2013, tendo uma carga horária total de 360 horas, com período de execução entre 15 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.

Com base na metodologia da TVM, tendo delimitado a comunidade-alvo, o primeiro passo é a execução¹⁶⁷ de entrevistas sociolinguísticas¹⁶⁸, mediante *pesquisa de campo*, que prioriza a busca por narrativas pessoais dos sujeitos, com vistas ao uso de seu *vernáculo* – fala espontânea, menos monitorada (cf. LABOV, 2008 [1972]).

Um estudo sociolinguístico pode-se utilizar de *corpora* diversos, com amostras de fala ou de escrita, num recorte sincrônico ou diacrônico. Tradicionalmente, as entrevistas sociolinguísticas foram (e têm) sido utilizadas para obtenção de dados de fala ao longo da história dos estudos sociolinguísticos, embora outras possibilidades já tenham sido usadas para tanto – como nos estudos do próprio Labov, que já empregou (em Martha’s Vineyard) *questionário lexical*, *teste de percepção* (perguntas acerca de juízos de valor) e *textos para leitura especial*.

Além desses métodos, há também a possibilidade de se trabalhar com *corpus* de textos escritos, a exemplo do projeto PHPB (Para a História do Português Brasileiro), que é composto por documentos de vários séculos ao longo da história do PB, apresentando também, portanto, uma característica escrita, além da diacrônica.

Finalizado tal passo de montagem do banco de dados, seja ele de fala ou de escrita, diacrônico ou sincrônico, procede-se à descrição da amostra utilizada a partir de uma análise essencialmente quantitativa, mas que também considera aspectos qualitativos. Guy e Zilles (2007) explicam que qualquer análise de viés quantitativo é composta por três passos: “(i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 20).

Os autores também esclarecem a importância da análise quantitativa para a Sociolinguística Variacionista, argumentando que esse método permite ao pesquisador apreender a sistematicidade da variação linguística, bem como seu encaixamento linguístico, social e relação com a mudança linguística.

Assim, segundo Guy e Zilles (2007, p. 73, grifos nossos):

A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, **não pode ser**

¹⁶⁷ Queremos agradecer aos integrantes do NEES que procederam à execução das entrevistas do banco VARLINFÉ no Sudeste do Paraná, principalmente às professoras Loremi Loregian-Penkall (coorientadora desta pesquisa) e Luciane Trennephol da Costa, que coordenaram todo esse processo de feitura das entrevistas sociolinguísticas.

¹⁶⁸ Ressaltamos que pesquisas sociolinguísticas também podem ser feitas a partir de *corpus* escrito, caso em que não ocorre a feitura de entrevistas, mas, nesta pesquisa em específico, serão utilizadas as entrevistas sociolinguísticas para a obtenção da amostra.

adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos. Antes do advento da metodologia de quantificação, a variação linguística era considerada secundária, aleatória ou mesmo impossível de ser cientificamente apreendida. O uso de métodos estatísticos, contudo, tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras.

Para tanto, é feito o levantamento do rol da variação (composto por uma variável dependente – ou mais – e pelas variáveis independentes). A partir disso e de reflexões teóricas antecedentes, é que são arquitetadas questões, objetivos específicos e hipóteses de pesquisa. Por fim, são categorizados os dados no *Excel* conforme os símbolos estabelecidos para cada um dos fatores de cada variável, e essa categorização é utilizada para serem feitas rodadas estatísticas em programas como o VARBRUL (cf. GUY e ZILLES, 2007) – hoje não mais utilizado – e o GOLDVARB X (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001).

Assim, as próximas seções descrevem esse passo a passo de pesquisa, trazendo informações sobre o banco VARLINFE, a metodologia das entrevistas sociolinguísticas, o método estatístico, bem como sobre o levantamento das variáveis, com suas respectivas questões, hipóteses e objetivos da pesquisa variacionista.

6.2 ENTREVISTAS SOCIOLINGÜÍSTICAS AOS MOLDES DA TVM

No caso do VARLINFE, os pesquisadores usaram o método da *entrevista sociolinguística* como meio de coleta de dados da fala, feitas conforme os parâmetros estabelecidos pela Sociolinguística Variacionista.

Uma definição mais específica deste método pode ser dada de acordo com Feagin (2002, sem p., grifos nossos):

O método clássico de pesquisa sociolinguística é a entrevista de conversa gravada face a face (LABOV, 1972a, 1984; WOLFRAM e FASOLD, 1974). A gravação com gravação em fita tem a vantagem óbvia de permanência, de modo que é possível retornar à gravação repetidas vezes, seja para esclarecimentos ou para pesquisas futuras. Uma segunda grande vantagem é que o registro em fita permite que o pesquisador cumpra o *Princípio da Contabilidade* (LABOV, 1972c: 72), de modo que todas as ocorrências, bem como as não ocorrências da variável, possam ser identificadas e levadas em conta. Dessa forma, as manipulações estatísticas dos dados podem mostrar se a ocorrência de uma variável é aleatória ou padronizada e, se padronizada, em que grau, em contraste com a ocorrência na fala de outras com

características sociais variáveis – idade, sexo, classe social, etnia. **Este, então, é o método primário da sociolinguística quantitativa**¹⁶⁹.

Quanto aos materiais tecnológicos utilizados para as entrevistas do VARLINFE, não houve o uso de microfone, mas apenas de gravador no modelo *ICD-PX240*, marca *Sony*, com 4GB de memória, permitindo-lhe gravar até 1.043 horas de áudio. Apresenta tamanho discreto (aproximadamente 7 centímetros de altura) e apenas 72 gramas, de modo que seu uso no momento da entrevista não é tão chamativo (o que pode funcionar como um modo de diminuição da artificialidade de fala do informante).

Figura 32 – Gravador Sony, modelo ICD-PX240, utilizado nas entrevistas



Fonte: https://www.sony.pt/electronics/gravadores-voz/icd-px240#product_details_default. Acesso em: 10 fev. 2020.

A questão da “naturalidade” de interação de fala entre entrevistador e entrevistado é um ponto de bastante preocupação entre os pesquisadores sociolinguistas, pois, ao mesmo tempo em que se busca a fala vernacular (mais próxima do cotidiano real do informante), há a presença de um pesquisador fazendo uma entrevista e utilizando-se de equipamentos para tanto (como o gravador, por exemplo).

¹⁶⁹ The classic method of sociolinguistic research is the one-on-one tape-recorded conversational interview (Labov 1972a, 1984; Wolfram and Fasold 1974). Tape-recording recording has the obvious advantage of permanency, so that it is possible to return to the recording again and again, either for clarification or for further research. A second major advantage is that the tape-recording permits the researcher to fulfill the Principle of Accountability (Labov 1972c: 72), so that all occurrences as well as non-occurrences of the variable can be identified and accounted for. In this way statistical manipulations of the data can show whether the occurrence of a variable is happenstance or patterned, and, if patterned, to what degree in contrast to the occurrence in the speech of others of varying social characteristics - age, sex, social class, ethnicity. This, then, is the primary method of quantitative sociolinguistics.

O principal foco, conforme Tarallo (2007 [1983]), é “o de minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados. De gravador em punho, o pesquisador-sociolinguista [...] deve coletar: 1. situações naturais de comunicação linguística e 2. Grande quantidade de material de boa qualidade sonora”. (TARALLO, 2007, [1983], p. 21).

Essa problemática, estabelecida pela necessidade de se captar “situações naturais de comunicação” ao mesmo tempo em que se necessita captar material de boa qualidade e também ter a autorização explícita dos entrevistados (isto é, por questões éticas, não se pode gravar sem que o falante saiba e aceite tal gravação), resulta no que chamamos tradicionalmente na área de *paradoxo do observador* (LABOV, 1972). Ou seja, “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática” (LABOV, 2008 [1972], p. 244).

É necessário utilizar um método de captação artificial, buscando-se uma fala natural. Trata-se, portanto, de um embate entre artificialidade e naturalidade, que precisa ser amenizado por meio de algumas estratégias.

Neste ponto, Freitag e Lima, (2010, p. 88) tecem algumas considerações:

Estratégias para tentar minimizar os efeitos do *paradoxo do observador* costumam ser aplicadas, como o treinamento de um membro da comunidade para a coleta dos dados e a elaboração de um roteiro de entrevista dirigida para determinados temas com os quais o falante se envolva e esqueça-se de que está sendo gravado, como situações de risco de morte, fatos da infância, etc., além de questões dissertativas sobre assunto específico (economia, esporte, política, religião) e questões procedurais (receitas, “como chegar em...?”). Ao falar sobre experiências com as quais se envolveu afetivamente, o falante envolve-se com o tema discorrido e se esquece de monitorar a fala. É esse o contexto de análise que interessa à Sociolinguística laboviana: o contexto em que o falante fala o seu vernáculo. As entrevistas sociolinguísticas seguem um roteiro previamente estabelecido, que foi montado com vistas a obter o vernáculo dos entrevistados. Falar sobre fatos da infância, sobre situações familiares complexas, sobre como era a vida na cidade, sobre uma situação de risco de morte, são alguns dos pontos abordados nas entrevistas.

Por isso, de acordo com Labov (2008 [1972]), uma estratégia para superar o paradoxo estabelecido é desviar a atenção do informante em relação à sua própria fala, a fim de que o vernáculo surja naturalmente. Outra possibilidade é que o roteiro de perguntas contemple

questões sobre narrativas de emoções fortes, uma vez que, assim, o entrevistado acaba se emocionando e se monitorando menos.

O roteiro das entrevistas sociolinguísticas – organizado de modo a minimizar os efeitos do paradoxo do observador – funciona como um gatilho e direciona à produção de tipos/sequências textuais pelo falante, resultando um todo – a entrevista sociolinguística – heterogêneo. (FREITAG, LIMA, 2010, p. 88).

Resumidamente, apesar do uso necessário do roteiro de entrevistas, “o modo de operação ideal é o linguista se engajar numa conversa normal com o informante a ser capaz de elicitá-lo o uso natural de dada forma sem usá-la ele mesmo.” (LABOV, 2008 [1972], p. 239).

Além disso, Tarallo (2007 [1983], p. 21) traz algumas considerações importantes sobre o modo como o pesquisador deve se portar no momento da execução das entrevistas:

O pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria presença como elemento estranho à comunidade. Tal neutralização pode ser alcançada no momento em que o pesquisador se decide a representar o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. Seu objetivo central será, portanto, aprender tudo sobre a comunidade e sobre os informantes que a compõem. A palavra “língua” deverá ser evitada a qualquer preço, pois o objetivo é que o informante não preste atenção a sua própria maneira de falar.

Em relação ao que o autor menciona a respeito de se evitar o uso de referência à “língua”, consideramos um ponto importante, mas não aplicável em roteiros de perguntas (para entrevistas sociolinguísticas) em comunidades bilíngues, pois se faz necessário elaborar questões acerca de bilinguismo e outros tópicos relacionados, que não podem ser desprezados.

Pertinentemente às entrevistas do banco VARLINFE, por se tratar de um banco em que os informantes são descendentes de eslavos, um dos principais tópicos abordados nas entrevistas dizia respeito aos aspectos culturais dos poloneses e ucranianos no Brasil e suas implicações na vida desses sujeitos.

Assim, embora seja necessário tratar da temática linguística, o assunto da cultura eslava nessas comunidades acaba por funcionar como um atenuante do *paradoxo do observador*, uma vez que os falantes estão focados em tratar sobre esse tema e deixam de prestar tanta atenção ao modo como falam (menos automonitoramento da fala).

Levando-se em consideração Labov (2008 [1972]) e Tarallo (2007 [1983]), não se costumou explicitar aos entrevistados que os entrevistadores eram da área de Letras, mas apenas

explicar que eram advindos da universidade (UNICENTRO – *campus* Irati) e que objetivavam fazer gravações sobre a influência da cultura polonesa/ucraniana, a fim de que os sujeitos não se sentissem direcionados a uma fala monitorada, com vistas a um português padrão. Isso não significa que os informantes não estivessem cientes de que as gravações seriam usadas para pesquisas científicas, inclusive porque assinaram um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (cf. Anexos) em que tomam ciência de todo o processo e optam por ceder suas entrevistas para investigações.

Nesse sentido, Feagin (2002) explica que um dos passos mais complexos na metodologia da Sociolinguística Variacionista é a “autoapresentação do pesquisador de campo”, pois entrar em qualquer comunidade traz consigo certas responsabilidades por respeitar a privacidade e os costumes da população local. Se os pesquisadores tendem a investigar culturas com as quais têm alguma familiaridade pessoal, isso acaba se atenuando, mas o problema é muito maior quando se trata de uma cultura e linguagem que não é nativa do investigador.

Para terem acesso aos informantes representativos da comunidade-alvo, considerando a indicação de Tarallo (2007 [1983], 27) – “procure entrar na comunidade através de terceiros, ou seja, de pessoas já devidamente aceitas pela comunidade” –, a presença e o auxílio dos agentes comunitários foram essenciais:

Na parte da seleção dos entrevistados, o apoio de um membro da comunidade é bastante importante. O agente comunitário deve ser alguém da comunidade que facilite o contato dos entrevistadores com os informantes e auxilie na seleção desses, informando os aspectos sociais relevantes na amostra: descendência, idade, escolaridade. Na coleta do VARLINFE, contamos com a colaboração de agentes comunitários nas cidades de Prudentópolis, Mallet, Rebouças e Irati. Na falta do agente comunitário, tentamos o auxílio de líderes comunitários locais, como padres, catequistas e coordenadores de grupos folclóricos para, assim, adentrarmos nas comunidades. Como a amostra do VARLINFE é de áreas rurais e isoladas, a indicação de um agente ou líder comunitário desfaz a possível desconfiança dos informantes sobre a presença dos entrevistadores naquela comunidade. (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 101-102).

Além disso, os entrevistadores foram bem orientados sobre como deveriam se apresentar e direcionar as entrevistas do modo mais natural possível, e muitos fizeram aproximações com os informantes, fazendo um e outro comentário de caráter pessoal que

demonstrasse seu conhecimento sobre a comunidade local e seu interesse particular na cultura eslava.

Um exemplo disso é de uma entrevista feita na cidade de Mallet, com uma informante do sexo feminino, com menor grau de escolaridade e mais velha. Nesta interlocução, a entrevistadora pergunta sobre as festas típicas da comunidade e menciona que ela e o marido teriam interesse de delas participar. Em um dado momento da entrevista, a informante faz um relato sobre um acontecimento trágico em sua família, e a entrevistada afirma que soube da história, pois sua família mora perto da localidade e havia lhe contado. Esses pequenos detalhes possibilitaram uma maior aproximação entre a informante e a entrevistadora, de modo que isso resultou na eclosão do vernáculo. Em outras entrevistas do banco VARLINFE, também é possível perceber essas estratégias (engenhosas) de aproximação entre entrevistador e entrevistado.

Esclarecidos esses pontos, preenche-se a “ficha social do informante” (cf. Anexos) – momento que pode ser gravado –, a partir da qual o entrevistador já obtém dados de grande importância e também verifica se as informações obtidas são congruentes com as células sociais a serem preenchidas.

Para dar conta disso, a ficha contempla questões que versam sobre *i*) história familiar (origem étnica e geográfica; membros e suas ocupações; línguas que falam ou entendem); *ii*) histórico pessoal (ano de nascimento; escolarização; profissão atual e as que já teve; viagens e mudanças); *iii*) rede de relações (exposição a rádio; TV; jornais; participação na igreja local etc.). (COSTA, LOREGIAN-PENKAL, 2015, p. 102).

Após isso, aplica-se o roteiro de questões¹⁷⁰ da entrevista sociolinguística, criado e utilizado para a composição do banco VARLINFE. Em relação a como se fazer esse tipo de entrevista, considerando quais devem ser as primeiras questões e as que as sucedem, Feagin (2002, sem p.) explica que:

Essas entrevistas geralmente começam perguntando aos sujeitos sobre si mesmos – ano e local de nascimento, local de nascimento dos pais, escolaridade (falante e pais), ocupação (seus próprios pais ou cônjuge). Perguntas como essas provocam um estilo de fala relativamente formal

¹⁷⁰ Precisamos esclarecer que o roteiro de questões aqui descrito foi aplicado em seis cidades do banco VARLINFE, excetuando-se Cruz Machado, município no qual foram feitas as entrevistas posteriormente, de modo que o roteiro pôde ser aprimorado e foram acrescentadas algumas perguntas. Este novo roteiro de perguntas está na parte de Anexos desta pesquisa. Optamos por descrever o roteiro inicial pelo fato de ele ter sido usado em mais cidades do que o novo roteiro.

ou autoconsciente, conhecido como “estilo da entrevista”, assim como a discussão da escola ou do local de trabalho (ver Sankoff e Laberge, 1978). Tais questões convidam a respostas inconscientes pedindo aos sujeitos que reflitam sobre suas histórias e realizações. Em outras circunstâncias, perguntar sobre atividades escolares pode suscitar discursos informais e espontâneos, se direcionados a assuntos profundamente envolvidos e pessoalmente envolvidos nessas atividades. [...] Essa distinção é crucial no planejamento do protocolo de entrevista. O discurso menos autoconsciente vem de tópicos nos quais os sujeitos estão intimamente envolvidos, e o discurso mais inconsciente vem de pedir às pessoas que falem sobre suas credenciais.¹⁷¹

Em consideração a isso, após o preenchimento da ficha social, com informações básicas sobre o sujeito, o roteiro de entrevistas do VARLINFE se vale das seguintes questões introdutórias: **1)** Qual a sua idade? **2)** Onde você nasceu? **3)** Você é descendente de ucraniano ou polonês? Por parte de pai ou de mãe?

Na sequência, são feitas perguntas que buscam narrativas de cunho pessoal: **4)** Fale sobre a tua infância: como eram as brincadeiras, os brinquedos, as coisas que você fazia naquela época; **5)** Na tua opinião, mudou muita coisa da tua infância para hoje em dia? Em que sentido? **6)** Como era na época em que você frequentou a escola? E os professores? **7)** Tem alguma história engraçada ou triste dessa época que você sempre lembra? **8)** Como era a tua família quando você era criança?

Então, voltam a ser feitas perguntas sobre a colonização eslava, porém tratando ainda um pouco do passado e das tradições: **9)** Fale sobre a colonização da tua cidade. Em que época a tua família veio pra cá? **10)** Como é comemorado o NATAL na tua família? Mudou muito de quando você era criança pra hoje? **11)** E a festa de PÁSCOA?

Parte-se, pois, para o foco no cotidiano do entrevistado, estabelecendo-se uma ponte, novamente, com o passado e as tradições eslavas que permaneceram em sua vida: **12)** O que você costuma fazer nos finais de semana? **13)** Qual o tipo de lazer que os jovens tinham antigamente? E hoje? **14)** Como eram os casamentos de antigamente? E hoje, mudou muito?

¹⁷¹ These interviews usually begin by asking subjects about themselves - year and place of birth, parents' birthplace, schooling (speaker's and parents'), occupation (their own or their parents or spouse). Questions like these elicit a relatively formal or selfconscious speaking style, known as Interview Style, as will discussion of school or the workplace (see Sankoff and Laberge 1978). Such questions invite selfconscious responses by asking the subjects to reflect on their histories and their accomplishments. Under other circumstances, asking about school activities may elicit informal and spontaneous speech, if directed to subjects deeply and personally involved in those activities. [...] This distinction is crucial in planning the interview protocol. The least selfconscious speech comes from topics in which the subjects are intimately involved, and the most selfconscious speech comes from asking people to talk about their credentials.

15) Você segue as tradições e costumes de seus pais? Quais? Por quê? **16)** Que comidas típicas ucranianas ou polonesas você conhece e gosta de fazer? Explique como se faz.; **17)** Tem alguma canção ucraniana ou polonesa que você conhece? Qual? **18)** O que você conhece da Ucrânia/Polônia? Gostaria de viajar para lá? Por quê? **19)** Qual a sua religião? Você é praticante? **20)** Como eram os costumes religiosos de antigamente? E hoje, mudaram muito?

Tendo sido feitas aproximadamente vinte questões sobre assuntos triviais e a respeito da cultura eslava, o entrevistado já está mais à vontade com a conversa, e, então, o entrevistador pode fazer uma pergunta de caráter mais emocional e íntimo, com vistas à emergência de narrativas pessoais, tais como: **21)** Você (ou alguém conhecido) já passou por algum perigo de morte? Como foi?

Geralmente o entrevistado se demora um pouco mais no detalhamento da história e pode trazer mais que um relato, o que é muito apreciado pelo pesquisador sociolinguista. Na sequência, pois, são feitas questões sobre aspirações profissionais e englobando o aspecto do “localismo” e “mobilidade” do informante: **22)** Como é o teu trabalho? **23)** Você já saiu daqui? Que cidades conhece? Como foi a viagem? **24)** Tem filhos? Se sim, de que idade? **25)** Você tem algum sonho que gostaria ou pretende realizar? **26)** Você tem animais de estimação? Quais? **27)** O que você mais gosta na sua comunidade? Na sua opinião, o que poderia melhorar?

Ao final da entrevista, retomam-se as questões sobre a cultura eslava, mas se focalizando o aspecto da *etnicidade*, isto é, se o informante se identifica com essa cultura e é atuante em atividades relacionadas a ela, como: **28)** Produz algum artesanato ucraniano ou polonês? Qual? **29)** Conversa com os mais novos sobre a cultura eslava? Isso é importante na tua opinião? **30)** Já sofreu algum tipo de preconceito devido à descendência eslava? Como foi? **31)** Participa ou já participou de algum Grupo Folclórico? Qual? Acha esse tipo de participação importante? Por quê?

Torna-se imprescindível destacar que esse roteiro não funciona como algo engessado, podendo-se mudar a ordem das questões conforme o andamento da conversa, isto é, se houver momentos de silêncio do entrevistado, o entrevistador pode passar a questões mais fáceis de responder que não estejam contempladas no roteiro e que sejam pertinentes ao momento. As entrevistas do banco VARLINFE seguiram todas essas instruções e contemplaram os municípios de Mallet, Irati, Ivaí, Rio Azul, Rebouças, Prudentópolis e Cruz Machado, sendo que, nesta última cidade, as entrevistas foram feitas mais recentemente (no ano de 2016). Constam no banco, basicamente, 24 entrevistas de cada uma dessas localidades, totalizando um número aproximado de 168 entrevistas, além de algumas gravações extras com sujeitos de

representatividade na comunidade (mas que não se encaixavam em algum ponto das células sociais estabelecidas). Há também algumas entrevistas a mais em algumas células, mas, a princípio, não as utilizaremos, para manter a estratificação tradicional (com equidade de números para cada estrato social).

Na próxima seção, trazemos à vista mais informações sobre as células sociais contempladas, a configuração da amostra, a composição das duas variáveis dependentes, assim como o inventário dos fatores condicionantes internos e externos.

6.3 DELINEAMENTO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Como já mostrado, as entrevistas sociolinguísticas foram feitas seguindo os conformes da Teoria da Variação e da Mudança na busca incessante daquilo que se aproximaria mais do *vernáculo* dos falantes. A metodologia utilizada é a sociolinguística quantitativa de descrição, levando em conta algumas das obras clássicas da teoria sociolinguística, como Labov (2008 [1972]), Weinreich, Labov e Herzog – WLH – (2006 [1968]), além de Tarallo (2007 [1983]) e Guy e Zilles (2007).

Consiste, pois, em *pesquisa de campo* (momento em que são feitas as entrevistas sociolinguísticas) de viés *quantitativo-descritivo*, a partir de estudos de *verificação de hipóteses*, já que se trata de uma investigação de pesquisa empírica:

cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. [...] pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. [...] empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 187).

Nesse sentido, como já mencionado, de acordo com Guy e Zilles (2007), a pesquisa de caráter *quantitativo* é a mais adequada para se trabalhar com variação linguística. Ademais, trabalha-se com “análise de regra variável”, que, segundo os autores, é um tipo de análise multivariada bastante empregada hodiernamente em pesquisas de variação na língua. Guy e Zilles (2007) argumentam que os métodos multivariados são superiores em relação aos univariados no que se refere ao estudo de certo tipo de problemas.

Quando há vários fatores contextuais diferentes afetando uma variável linguística, uma série de tabelas que apresente esses efeitos separadamente (a realização, por exemplo, do /r/ por sexo, classe social, estilo de discurso etc.) pode facilmente dar resultados distorcidos ou até enganadores, se os dados não estiverem uniformemente distribuídos por todas as variáveis independentes. Uma vez que a distribuição dos dados linguísticos geralmente é, de fato, desigual, uma análise multivariada dará resultados mais precisos, porque ao mesmo tempo em que computa o efeito de uma variável independente, ela controla explicitamente o efeito de todas as outras variáveis independentes conhecidas. (GUY; ZILLES, 2007, p. 34).

Assim, antes de se partir à feitura das entrevistas, foram traçados os perfis sociais (que compõem as variáveis independentes externas) necessários ao banco, os quais foram buscados em cada uma das cidades contempladas.

Amparados nesse modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, partimos para a composição da amostra, que é descrita na subseção a seguir.

6.3.1 O *cópus* investigado e a configuração da amostra

Em um estudo quantitativo de variação lingüística, o conhecimento de trabalhos anteriores e talvez um estudo piloto devem ajudar a estreitar o foco do projeto. Em termos práticos, no entanto, isso nem sempre acontece logo no início. O que precisa ser isolado antes que a análise possa começar e, de preferência, antes do início da coleta de dados, há uma seleção de variáveis lingüísticas a serem estudadas. A variável linguística, um conceito originário de Labov (1963, 1966), é uma entidade linguística que varia de acordo com os parâmetros sociais (idade, sexo, classe social, etnia), parâmetros estilísticos (casual, cuidadoso, formal) e/ou lingüístico. parâmetros (segmental, suprasegmental). (FEAGIN, 2002, sem p.)¹⁷²

Com vistas à composição da amostra do banco VARLINFE, foram considerados os três fatores sociais clássicos da Sociolinguística Variacionista, a saber: a) *escolaridade*; b) *sexo*; e c) *faixa etária*.

¹⁷² In a quantitative study of linguistic variation, acquaintance with previous work and perhaps a pilot study should help to narrow the focus of the project. In practical terms, however, this does not always take place right at the beginning. What needs to be isolated before analysis can begin, and preferably before data-gathering begins, is a selection of linguistic variables to be studied. The linguistic variable, a concept originating with Labov (1963, 1966), is a linguistic entity which varies according to social parameters (age, sex, social class, ethnicity), stylistic parameters (casual, careful, formal), and/or linguistic parameters (segmental, suprasegmental). (FEAGIN, 2002, sem p.)

Seguiu-se, intencionalmente, o mesmo modelo das entrevistas primeiras do banco VARSUL¹⁷³, sendo propositada esta estratificação da amostra do banco, por conta do objetivo de se erigir um banco nos mesmos moldes da amostra-base do VARSUL, porém de zona rural, a fim de que isso possibilitasse aos pesquisadores fazer análises comparativas entre as amostras de zona urbana (VARSUL) *versus* zona rural (VARLINFE).

A ‘escolaridade’ foi segmentada em três possibilidades (1 a 4 anos de escolarização; 5 a 8 anos de escolarização; e 9 a 11 anos de escolarização); enquanto ‘sexo’ contemplou duas categorias (feminino e masculino); e ‘faixa etária’, igualmente, duas segmentações (até 50 anos – mais jovens –, e acima de 50 anos – mais velhos). Ademais, a categoria ‘etnia’ também foi considerada nas fichas sociais, mas não de modo igualado (ou seja, tendo o mesmo número específico de entrevistados polono-brasileiros, descendentes de ucranianos e mistos – descendentes de ambas as etnias), mas isso pode ser recuperado por meio das entrevistas e das fichas sociais preenchidas.

Assim, de modo geral, ficou definida desta forma a caracterização dos informantes do banco VARLINFE:

Quadro 16 – Caracterização dos informantes¹⁷⁴ do banco VARLINFE

| Sexo | Idade | Primário (1ª a 4ª série – 1 a 4 anos de escola) | Ginásio (5ª a 8ª série – 5 a 8 anos de escola) | Colegial (segundo grau – 9 a 11 anos de escola) |
|-----------|---------|---|--|---|
| FEMININO | Até 50 | Informante 1 | Informante 2 | Informante 3 |
| | | Informante 4 | Informante 5 | Informante 6 |
| | + de 50 | Informante 7 | Informante 8 | Informante 9 |
| | | Informante 10 | Informante 11 | Informante 12 |
| MASCULINO | Até 50 | Informante 13 | Informante 14 | Informante 15 |
| | | Informante 16 | Informante 17 | Informante 18 |
| | + de 50 | Informante 19 | Informante 20 | Informante 21 |
| | | Informante 22 | Informante 23 | Informante 24 |

Fonte: Banco VARLINFE

¹⁷³ Para saber mais sobre as entrevistas do banco VARSUL, bem como a sua história, verificar Bisol, Menon e Tasca (2008), no capítulo “VARSUL, um banco de dados”, do livro “Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica”.

¹⁷⁴ Cada célula apresenta 1 informante, havendo 24 informantes por localidade do banco VARLINFE.

Além das células sociais no quadro, de acordo com Costa e Loregian-Penkal (2015), foram seguidos estes critérios para a seleção dos informantes: **(i)** falantes descendentes de eslavos (ucraniano ou polonês, por parte de pai, de mãe ou de ambos); **(ii)** ter nascido na comunidade e/ou ter se mudado para lá no máximo aos 2 anos de idade); **(iii)** não ter viajado (por muito tempo) para outras localidades; e **(iv)** morar na zona rural de um dos sete municípios incluídos na amostra.

Todas as células sociais foram preenchidas em cada uma das sete localidades componentes do banco, resultando em (mais de) 168 entrevistas sociolinguísticas (de aproximadamente 40 minutos ou mais) igualmente estratificadas conforme ‘sexo’, ‘escolaridade’ e ‘faixa etária’.

Cada uma dessas localidades apresenta características próprias que já foram levantadas no Capítulo II desta pesquisa, com base em dados recolhidos do último censo do IBGE e também de acordo com Loregian-Penkal, Krause-Lemke, Costa, Jacumasso (2013). Algumas dessas informações, então, serão recuperadas nas próximas seções deste capítulo, com vistas a um melhor delineamento das hipóteses de pesquisa.

O próximo tópico descrito, já considerando o quadro de caracterização dos informantes, conforme alguns grupos de fatores extralinguísticos, é a composição das variáveis dependentes e independentes.

6.4 ROL DA VARIAÇÃO: VARIÁVEIS DEPENDENTES E INDEPENDENTES

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente neste ínterim (como seria forçoso deduzir da teoria), por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática? Esta nos parece ser a questão fundamental com que a teoria da mudança linguística tem de lidar. A solução, argumentaremos, se encontra no rompimento da identificação de estruturalidade com homogeneidade. A chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1975], p. 35-38).

Essa questão proposta pelos três pesquisadores fundadores da Teoria da Variação e da Mudança – sistematizada por eles na década de 1960 – traz imbricado o conceito de *variação*

linguística, o qual sempre ocorrerá em antecedência à mudança linguística, isto é, toda mudança pressupõe variação linguística, embora nem toda variação resulte numa efetiva mudança linguística. Queremos dizer que certas formas caminham para uma *mudança linguística*, que é sempre precedida de *variação*, *coocorrência* e *concorrência* (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1975; LABOV, 1972).

Nesse ínterim, a variação (e seus conceitos adjacentes) é/são, de fato, precípua(s) em qualquer investigação que se faça na área, sendo os fenômenos variáveis dentro de uma comunidade linguística os objetos focalizados por pesquisas nesta subárea da Linguística. “A variação linguística é o processo pelo qual duas [ou mais] formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. (COELHO, GÖRSKI, NUNES DE SOUZA e MAY, 2015, p. 16).

Mais que isso, a Sociolinguística Variacionista trabalha com a linguagem reconhecendo nela um aspecto inerentemente social. Partimos do que afirma Trudgill (1983 [1974], p. 32):

[...] como já indicamos, a linguagem é um fenômeno social. Um estudo da linguagem totalmente sem referência ao seu contexto social leva inevitavelmente à omissão de alguns dos aspectos mais complexos e interessantes da linguagem e à perda de oportunidades para mais progresso teórico. Uma das principais causas do crescimento da pesquisa sociolinguística tem sido o reconhecimento da importância do fato de que a linguagem é um fenômeno muito variável, e que essa variabilidade pode ter tanto a ver com a sociedade quanto com a linguagem. Uma linguagem não é um simples código único usado da mesma maneira por todas as pessoas em todas as situações, e a linguística chegou agora a um estágio em que é possível e benéfico começar a lidar com essa complexidade¹⁷⁵.

Corroborando acerca do caráter social incrustado à Sociolinguística Laboviana, Chambers (2002), em “Studying language variation: an informal epistemology” (“Estudo da variação de linguagem: uma epistemologia informal”), dedica-se à descrição de alguns elementos vitais aos estudos variacionistas:

¹⁷⁵ [...] as we have already indicated, language is very much a social phenomenon. A study of language totally without reference to its social context inevitably leads to the omission of some of the more complex and interesting aspects of language and to the loss of opportunities for further theoretical progress. One of main that has led to the growth of sociolinguistic research has been the recognition of the importance of the fact that language is a very variable phenomenon, and that this variability may have as much to do with society as with language. A language is not a simple single code used in the same manner by all people in all situations, and linguistics has now arrived at a stage where it is both possible and beneficial to begin to tackle this complexity. (TRUDGILL, 1983 [1974], p. 32).

A sociolinguística é o estudo dos usos sociais da linguagem, e os estudos mais produtivos nas quatro décadas de pesquisa sociolinguística surgiram da determinação da avaliação social das variantes linguísticas. Essas também são as áreas mais suscetíveis a métodos científicos, por meio da formulação de hipóteses, inferência lógica e testes estatísticos. O estudo da variação linguística procede principalmente pela **observação do uso da língua em ambientes sociais naturais e categorização das variantes linguísticas de acordo com sua distribuição social**. (CHAMBERS, 2002, sem p., grifos nossos)¹⁷⁶

O autor também mostra que a avaliação social de variantes linguisticamente equivalentes é algo comum à experiência de qualquer sujeito. Por estar relacionada ao mote da *heterogeneidade linguística*, a variabilidade surge como o núcleo da Teoria da Variação e da Mudança, emergindo-se, a partir dela, os conceitos de *variedade*, *variante* e *variável (dependente e independente)*. Em relação a essas noções, temos por horizonte teórico Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975], 1968), Labov (2008 [1972], 1978, 1984, 1994, 2001), Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978), Guy (2000, 2001), Tagliamonte (2006), entre outros.

A respeito de “variável linguística”, assumimos a seguinte definição: consiste em “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1975], p. 105). Com isso, a variável dependente será composta pelas variantes que coocorrem e concorrem numa dada comunidade linguística. Um exemplo concreto disso seria a variável dependente do /R/ em coda silábica (final de sílaba, como em “amor”), constituída, por exemplo, de variantes como [x] – velar – e [r] – vibrante. Nem sempre, porém, a especificação das variantes de uma variável é algo que se estabelecer com nitidez.

Uma questão já levantada por Weiner e Labov (1983), Lavandera (1978) e retomada por Tagliamonte (2006) e Camacho (2010) diz respeito à dificuldade de se definir uma variável dependente em domínios gramaticais mais altos, isto é, acima do fonético-fonológico, uma vez que as formas variantes precisam apresentar o mesmo significado referencial. No caso do nosso objeto de análise, por consistir em um fenômeno morfofonêmico¹⁷⁷, interseccionando o âmbito

¹⁷⁶ Sociolinguistics is the study of the social uses of language, and the most productive ductive studies in the four decades of sociolinguistic research have emanated from determining the social evaluation of linguistic variants. These are also the areas most susceptible to scientific methods such as hypothesis-formulation, logical inference, and statistical testing. Studying language variation proceeds mainly by observing language use in natural social settings and categorizing the linguistic variants according to their social distribution. (CHAMBERS, 2002).

¹⁷⁷ Temos consciência de que, por se tratar de um fenômeno de interface, é preciso pensar também num modelo teórico fonético-fonológico (além do modelo morfológico já estabelecido).

do fonema (unidade mínima desprovida de significado) e do morfema (unidade mínima com significado), a delimitação das variantes poderá representar dificuldade (cf. Capítulo 3, seção 3.2.2).

Quando se trata de um fenômeno fonético-fonológico, parecem ser mais nítidas as formas variantes (alofonia), como se pôde ver em Labov (1972), no famoso texto sobre a variação do /R/ nas lojas de departamento em Nova Iorque. Já o estudo de Weiner e Labov (1983), ao tratarem sobre a variação sintática entre estruturas passivas e ativas, foi uma pesquisa que recebeu críticas da comunidade acadêmica com a argumentação de que as estruturas passivas e ativas talvez não fossem variantes, mas sim formas especializadas para contextos específicos de uso (GARCÍA, 1985). Nesse sentido, segundo Tagliamonte (2006, p. 71): “O primeiro reconhecimento do problema de forma/função é encontrado em Weiner e Labov (1983). Eles demonstram que geralmente as sentenças ativas, como em (3a) [*Eles invadiram o armário de bebidas alcoólicas*] e passivas sem agente, como em (3b) [*O armário de bebidas alcoólicas foi invadido*] são escolhas opostas da mesma variável sintática”¹⁷⁸. Ademais,

Para incluir essas duas variantes em uma variável sintática, a duas formas devem ter o mesmo significado referencial. Tal suposição questiona a natureza da equivalência. É aqui que houve um debate acalorado no campo, que, por sua vez, foi responsável por uma evolução no pensamento de variáveis. Grande parte desse desenvolvimento ocorreu quando os analistas começaram a estudar variáveis linguísticas "acima e além da fonologia". Na verdade, analistas tiveram de se tornar muito mais rigorosos e explícitos na forma como eles trataram os dados. Para estudar a variável linguística, um método metodológico num processo de duas etapas é necessário; primeiro, identificação de duas ou mais expressões variantes de uma forma subjacente comum; segundo, um método responsável para decidir todas as possíveis variantes e os contextos em que eles ocorrer. Em terceiro lugar, a fonte dos dados também deve ser responsável, representando dados autênticos em uma diversidade de contextos. Um princípio-chave subjacente a este método (ver também o Capítulo 1) é o “princípio da contabilidade” (Labov 1982, p. 30). Este princípio é fundamental para análise de variação. Determina que todas as ocorrências da variável-alvo devem ser levadas em consideração, não apenas uma variante ou outro. (TAGLIAMONTE, 2006, p. 72).¹⁷⁹

¹⁷⁸ The first recognition of the form/function problem is found in Weiner and Labov (1983). They demonstrate that generalised active sentences, as in (3a), and agentless passives, as in (3b), are opposing choices of the same syntactic variable. (TAGLIAMONTE, 2006, p. 71)

¹⁷⁹ In order to include these two variants in one syntactic variable, the two forms must have the same referential meaning. Such a supposition calls into question the nature of equivalence. This is where there has been heated debate in the field, which has, in turn, been responsible for an evolution in thinking about variables. Much of this development occurred when analysts started studying linguistic variables ‘above and beyond phonology’.

Um aspecto, então, necessário ao considerarmos quais são as formas variantes é perceber se elas se referem a uma “mesma forma subjacente”, isto é, um significado referencial/representacional comum., além de serem intercambiáveis no mesmo contexto de uso (cf. COELHO, GÖRSKI, NUNES DE SOUZA e MAY, 2015).

Camacho (2010) igualmente tratou sobre o tema, explicando que um aspecto essencial da noção de *regra variável* bastante “debatido por Lavandera (1978), Labov (1978), Romaine (1980), Garcia (1985), Sankoff (1988) é o grau em que as variantes de uma variável sintática são realmente diferentes maneiras de dizer a mesma coisa, como se dá claramente com alternativas fonológicas. [...]” De modo geral, a variação no nível fonológico não propicia essa discussão, porque a variação alofônica é destituída de significado.

Quando se trata, entretanto, de unidades fonológicas ou “êmicas” o fenômeno se torna radicalmente diferente de unidades não-fonológicas ou “éticas”, como as discutidas acima. A frequência relativa de ocorrência de diferentes fonemas em diferentes contextos não é arbitrária: o fato de certo contexto favorecer mais uma alternativa que outra pode refletir princípios universais, e o que permanece arbitrário é o grau específico em que ocorre o processo em correlação com diferentes parâmetros extralinguísticos, ou seja, a exata relevância de cada parâmetro linguístico para cada grupo social. (CAMACHO, 2010, p. 152).

Em relação ao fenômeno linguístico desta pesquisa, pelo fato de ser morfofonológico, precisamos nos pautar nas discussões teóricas de Lavandera (1978), Romaine (1981), Milroy e Gordon (2003) sobre fenômenos variáveis em níveis gramaticais mais altos, as quais foram retomadas por Freitag (2009). Para a pesquisadora,

O mapeamento das potenciais formas para realizar determinada função comunicativa é o primeiro passo nos estudos de variação nos níveis gramaticais mais altos. O segundo passo é a análise dos contextos de ocorrência, em geral, muito específicos. [...] Na impossibilidade de uma explicação estritamente variacionista, é preciso buscar um paradigma teórico que dê pistas de como interpretar os achados quantitativos e que

In effect, analysts had to become much more rigorous and explicit in how they treated the data. In order to study the linguistic variable a two-step methodological process is required; first, identification of two or more variant expressions of a common underlying form; second, an accountable method for deciding all the possible variants and the contexts in which they occur; third, the source of the data must be accountable too, representing authentic data in a diversity of contexts. A key principle underlying this method (see also Chapter 1) is ‘the principle of accountability’ (Labov 1982: 30). This principle is fundamental to variation analysis; it dictates that all occurrences of the target variable must be taken into account, not simply one variant or another. (TAGLIAMONTE, 2006, p. 72).

também possibilite uma análise qualitativa integrada. Alguns fenômenos são mais bem explicados com um dado modelo teórico do que com outro. Fenômenos contínuos podem ser mais adequadamente explicados por modelos funcionais, que pressupõem o processo de variação como a sobreposição de funções em um contínuo de mudança. Fenômenos discretos podem ser mais adequadamente explicados por modelos formais, que pressupõem a substituição e a competição entre estruturas. (FREITAG, 2009, p. 125).

Assim, avaliamos que nosso objeto de análise possa ser interpretado como um “fenômeno discreto” que parece estar mais relacionado a variedades rurais do que a variedades urbanas.

Para a composição da variável dependente, precisamos fazer um questionamento-base a partir da possibilidade de especialização temporal entre *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*. Nesse contexto de suposta especialização e considerando que, para as formas serem variantes de uma mesma variável, precisam ter o mesmo significado referencial, seria possível compor uma variável dependente para um estudo sociolinguístico?

O ponto é que, caso fosse constatada a existência de uma especialização temporal, não poderíamos mais executar um estudo variacionista sobre a alternância vocálica antecedente ao sufixo de PN em 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações, haja vista que a alternância das vogais não estaria mais no âmbito da variação, mas sim de uma mudança linguística completada.

Devido a isso, mapear se ambas as vogais ocorrem em ambos os contextos temporais, a partir de um conjunto de dados, é essencial para se dar continuidade a um estudo sociolinguístico laboviano. Sumarizando: se não há variação, não há estudo variacionista. Mas essa questão da existência ou não de especialização temporal deve ser respondida com base na análise de dados de uso real da língua, assumindo que algumas formas podem estar caminhando para um processo de *mudança linguística*, que é precedida de *variação*, *coocorrência* e *concorrência* (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1975; LABOV, 1972).

Mas *estudemo* e *aprendimo* não podem ser considerados como categorias iguais de análise, porque – como já mostramos capítulo V – a forma de CI (com a presença de -s) é registrada na norma padrão do PB como a concordância verbal de *presente do Subjuntivo* (SubPr) – *estudemos*.

Ou seja, trata-se de uma forma “existente” na norma padrão. Quanto à forma verbal *aprendimo(s)*, por seu turno, constitui-se numa forma inerentemente não-padrão, não sendo registrada em manuais de norma padrão.

Ao se fazer uma análise variacionista (cf. TARALLO, 1986; TAGLIAMONTE, 2006) no âmbito morfofonológico, precisamos considerar a “relação de contemporização” das formas variantes (cf. TARALLO, 2007 [1983]) para um mesmo significado e mesmo valor

referencial/representacional, primeiramente, é preciso estabelecer qual será (ou quais serão) a(s) variável/variáveis dependente(s) que são foco do trabalho.

Levamos em conta que:

A identificação de uma variável inclui definir as variantes (o que é e o que não é uma ocorrência de variável em estudo) e determinar o envelope da variação (onde é possível e impossível que a variável ocorra). Contextos categóricos (nos quais não há variação) e contextos neutralizadores (nos quais a variação é irrelevante ou imperceptível) devem ser identificados e, normalmente, excluídos da análise. (GUY; ZILLES, 2007, p. 36).

Já havíamos traçado, no Capítulo I, as possíveis duas variáveis dependentes e suas respectivas variantes fonéticas, com base em uma discussão de contato linguístico do português com as línguas eslavas. Após uma discussão no âmbito teórico, no Capítulo V, redimensionamos nossas variáveis dependentes, por um viés morfológico que ficaram, a princípio, configuradas em 2 variáveis dependentes binárias, a saber:

- (i) **Variável dependente binária 1:** “vogal antecedente ao sufixo de PN em 1ª conjugação” – composta pelas duas variantes: /a/ (canônica) e /e/ (não canônica).

Exemplos:

- (1) Nós fal/a/mos com ele – forma não canônica.
 (2) Nós fal/e/mos com ele – forma não canônica.

- (ii) **Variável dependente binária 2:** “vogal antecedente ao sufixo de PN em 1ª conjugação” – composta pelas duas variantes: /e/ (canônica) e /i/ (não canônica).

Exemplos:

2ª conjugação

- (3) Nós com/e/mos – forma canônica.
 (4) Nós com/i/mos – forma não canônica.

Não obstante a necessária discussão de caráter fonético-fonológico, chegamos à conclusão de que nossas duas variáveis dependentes deveriam continuar binárias, considerando-se as variações fonéticas proporcionadas pelo contato linguístico envolvendo o português e as línguas eslavas como uma variável independente interna.

Os motivos que nos levaram à composição das duas variáveis com tal número de variantes são: **(i)** consideramos que nosso objeto tenha caráter muito mais morfológico do que fonético-fonológico (como já defendido no Capítulo V), de maneira que isso deve se refletir na composição das variáveis dependentes; **(ii)** a composição de variáveis dependentes eneárias nos impede de gerar *pesos relativos* (números que podem nos ser importantes para a análise) no pacote estatístico usado na pesquisa quantitativa; **(iii)** a variação fonética em relação ao fenômeno linguístico que é foco desta pesquisa está relacionada à questão da bilinguagem dos informantes, de modo que, caso algum pesquisador procure replicar este estudo (com as mesmas variáveis dependentes e independentes), mas numa comunidade não bilíngue, poderá simplesmente retirar uma das variáveis independentes internas, mantendo-se o rol das variáveis dependentes.

A respeito dessas duas variáveis dependentes que consideramos, trazemos à vista outro questionamento: se há similaridade entre a variável dependente 1 e a variável dependente 2, pois ambas se referem a uma variação da VT precedente ao sufixo de PN, é possível amalgamar essas duas variáveis em uma só?

Chegamos à conclusão, em Pereira (2018), que o amálgama das duas variáveis não seria indicado pelo fato de que /a/ apenas alternaria com /e/, ao mesmo tempo em que /e/ somente teria alternância com /i/, de modo que /a/ não poderia coocorrer em contextos em que /i/ ocorre, e vice-versa.

Ademais,

ao tratarmos de variação vocálica na VT, estamos lidando com duas variáveis dependentes: a conjuntura de variação entre *-a-mo(s)* e *-e-mo(s)*, e o cenário variante de *-e-mo(s)* versus *-i-mo(s)*. Uma vez que se considere a variação, estamos no nível morfêmico, mas, se uma pesquisa com uma amostra de quantidade significativa de dados mostrar que exista uma especialização temporal, seria preciso repensar o fenômeno como algo de caráter morfológico, não variante. (PEREIRA, 2018, p. 431).

A partir dessas descrições, levando em conta que nosso *corpus* é constituído de registros de fala do PB, poderíamos considerar que o uso de [a] tônico antecedente à desinência número-pessoal *-mos* poderia ser descartado como uma variante dentro de nossa variável dependente de 1ª pessoa.

Em contrapartida, queremos ponderar a possibilidade da “exceção” – aduzida por Câmara Júnior (1979) e Teyssier (1997) – pelo fato de que os informantes de nossa pesquisa são sujeitos bilíngues cuja língua materna (em sua maioria, a depender do grau de

bilinguagem), é eslava. Desse modo, é possível que a situação de contato linguístico influencie no modo como essas vogais são produzidas.

Especificados esses pontos, necessitamos tratar das variáveis independentes extralinguísticas e das variáveis independentes intralinguísticas, o que será feito na próxima subseção.

6.4.1 Levantamento dos grupos de fatores intralinguísticos

Em ponderação às (poucas) investigações que trouxeram como foco a variação morfofonológica na VT de P4 em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação e também às reflexões teóricas que já fizemos em capítulo precedente, trabalharemos com cinco variáveis independentes internas, quais sejam: (1) *produção fonética da vogal*; (2) *grau de ruralidade*; (3) *Realização de PN*; (4) *TMA (tempo, modo e aspecto)*; e (5) *item lexical*, as quais são descritas seguindo essa ordem já estabelecida.

Ressaltamos que, após a descrição de cada uma dessas variáveis, são elencadas a questão específica, objetivo e hipótese de pesquisa respectivamente. Tais objetivos – norteados por questões, com suas respectivas hipóteses – estão engendrados com variadas discussões feitas em capítulos antecedentes.

6.4.1.5 ‘Produção fonética da vogal’

Como já apontado no Capítulo I, existe uma variação fonética no que se refere ao uso de /a/ e /e/ na comunidade bilíngue em investigação que não pode ser marginalizada. No entanto, caso considerássemos cada uma das realizações fonéticas como variantes de uma mesma variável dependente, teríamos de compor um variável enéaria e depois amalgamar essas variantes em duas possibilidades, a fim de verificarmos a dualidade do uso canônico *versus* o uso não canônico.

Tal decisão metodológica seria possível mediante o uso do pacote estatístico GOLDVARB X (o qual é utilizado nesta pesquisa), mas julgamos mais adequado montar duas variáveis dependentes binárias (considerando-se a variação morfológica da vogal) e levar em conta a variação no âmbito fonético como uma variável independente interna.

No caso de precisarmos relacionar essa variação fonética com outros grupos de fatores (como o ‘nível de bilinguagem’, por exemplo, uma vez que é bastante importante essa relação), podemos nos utilizar do mecanismo de cruzamento de variáveis independentes.

Assim, a variável independente interna ‘produção fonética da vogal’ fica composta pelas cinco possibilidades fonéticas: [ẽ], [a], [e], [ɛ] e [i], as quais são mais detalhadas a seguir, com alguns exemplos, a fim de que fique mais claro ao leitor:

(1) [ẽ] – vogal média-baixa central não-arredondada nasal – fone considerado canônico no PB para os contextos tanto de *presente* quanto de *pretérito perfeito do indicativo* em 1ª conjugação.

Exemplos:

1ª conjugação

1a .Nós fal[ẽ]mo(s) com ele sempre.

2b. Nós fal[ẽ]mo(s) com ele ontem.

(2) [a] – vogal baixa central não-arredondada oral – fone considerado como “padrão europeu” (ao menos, no contexto lisboeta – cf. Capítulos III e IV), no que se refere ao Pretérito Perfeito do Indicativo em 1ª conjugação; ou, “padrão eslavo” em decorrência do sistema fonético dos eslavos (cf. Capítulo I) em ambos os tempos verbais mencionados.

Exemplos:

1ª conjugação

2a. Nós fal[a]mo(s) com ele sempre.

2b. Nós fal[a]mo(s) com ele ontem.

(3) [e] – vogal média-alta não-arredondada oral – fone avaliado como “padrão” no caso da 2ª conjugação (em ambos os tempos verbais) e como “não-padrão”, no caso da 1ª conjugação.

Exemplos:

1ª conjugação

3a. Nós fal[e]mo(s) com ele sempre.

3b. Nós fal[e]mo(s) com ele ontem.

2ª conjugação

3c. Nós com[e]mo(s) sempre.

3d. Nós com[e]mo(s) ontem.

(4) [ɛ] – vogal média-baixa não-arredondada oral – fone considerado como “não-padrão” e de influência do contato com línguas eslavas, em 1ª e 2ª conjugação. Ressaltamos, porém, que no caso da 2ª conjugação, esse uso poderia ser considerado de acordo com o padrão, pelo fato de o [ɛ] ser uma das realizações possíveis de /e/.

Exemplos:

1ª conjugação

4a. Nós fal[ɛ]mo(s) com ele.

4b. Nós fal[ɛ]mo(s) com ele ontem.

2ª conjugação

4c. Nós com[ɛ]mo(s) sempre.

4d. Nós com[ɛ]mo(s) ontem.

(5) [i] – vogal alta não-arredondada oral – neste caso, o fone é considerado não-padrão na 2ª conjugação. Além disso, não costuma ser usado na 1ª conjugação. Então, temos consciência de que, no caso da variável dependente 1, é bem provável que não haja ocorrências em relação a essa variante.

Exemplos:

2ª conjugação

5a. Nós com[i]mo(s) sempre.

5b. Nós com[i]mo(s) ontem.

A partir dessa decisão metodológica e da resultante composição da variável independente interna, poderemos fazer cruzamentos com outros grupos de fatores, sejam eles externos ou internos.

Posto isso, passemos à questão, hipótese e objetivo de pesquisa para esta variável intralinguística:

Questão: como se dá a produção fonética¹⁸⁰ de /a/ e /e/ em relação ao fenômeno linguístico da concordância verbal de 1ª pessoa do plural na comunidade de fala analisada?

Hipótese: com base nos estudos dedicados ao contato linguístico de línguas eslavas com o português (cf. DRUSZCZ, 1983; OGLIARI, 1999; MORAES, 2013; MENDONÇA, 2017;

¹⁸⁰ Na descrição fonética, o *software* de análise fonética *Praat* foi utilizado nos casos em que houve dificuldades de interpretação dados. Porém, retiramos a análise acústica na última versão deste texto, seguindo-se as orientações dos arguidores.

MILESKI, 2017), principalmente considerando a questão das vogais e levando em conta os sistemas fonético-fonológico do polonês e do ucraniano (cf. Capítulo I) – independentemente de serem formas canônicas ou não canônicas – a acreditamos que as variantes [a] e [ɛ] podem se destacar nos usos linguísticos desses informantes bilíngues que compõem o banco VARLINFE.

Objetivo: mapear a produção fonética de /a/ e /e/ em relação ao fenômeno linguístico da concordância verbal de 1ª pessoa do plural na comunidade de fala analisada, observando se [a] e [ɛ] serão mais produtivos, em decorrência da característica bilíngue das localidades de investigação e quais grupos de fatores, em cruzamento, mostram-se mais relevantes para esse condicionamento de uso.

A ‘produção fonética da vogal’, pois, consiste numa variável de controle sobre a realização de /a/ e de /e/. Assim, a realização de /a/ poderia se dar como [a] ou [ã], enquanto a produção do /e/ poderia ser realizada como [e] ou [ɛ], havendo, inescapavelmente, *knock-out* na rodada estatística, o que inviabilizaria parte da rodada multivariada, na geração dos pesos relativos.

Por isso, fizemos uma rodada considerando essa variável, apenas com vistas a verificar o número de ocorrências e porcentagens, para, na sequência, descartar essa variável, fazendo-se uma nova rodada estatística, a qual foi considerada como final.

6.4.1.6 ‘Grau de ruralidade’

A próxima variável independente linguística que descrevemos – ‘grau de ruralidade’ – estaria, na verdade, no *intermezzo* dos âmbitos linguístico e extralinguístico, pois, para que um sujeito tenha características rurais, ele precisa cumprir com alguns parâmetros, como: morar em zona rural, trabalhar no campo, assim como sua relação com músicas caipiras e um modo de se vestir correspondente às necessidades do ambiente onde vive.

Os sujeitos da nossa amostra apresentam algumas dessas características, mas não conseguimos nos certificar de todas elas a partir das fichas sociais e do roteiro de perguntas. Todavia, de modo geral, por habitarem em zona rural, e em virtude de o VARLINFE se constituir em um banco de fala rural, poderíamos classificar todos os falantes contemplados no banco como sujeitos que apresentam características rurais.

Por outro lado, como já argumentado no Capítulo IV, acreditamos que, para além dos elementos externos à língua, haja peculiaridades linguísticas que permitam ao pesquisador sociolinguista (e até mesmo a pessoas que não são especialistas da língua) perceber, de oitiva, que um dado trecho de fala foi pronunciado por um habitante da zona rural, sem que se tenha qualquer contato visual com o sujeito entrevistado. Isso acontece porque há fenômenos

linguísticos (em todas as línguas, mas, aqui, estamos tratando especificamente do português) que estão atrelados a identidades específicas, como é o caso do *colono* (ou *caipira*).

Dessa forma, nesta pesquisa, o ‘grau de ruralidade’ é mensurado pelo viés linguístico, de maneira que, para o medirmos, levamos em conta o levantamento de características rurais feito no Capítulo IV desta pesquisa.

Estabelecido o parâmetro de um quadro, arquitetamos três graus de ruralidade linguística: *baixo* (com três ou menos características demarcadas); *médio* (de três a cinco); e *alto* (de cinco a sete). Havendo a presença de um vocábulo que contemple os fenômenos linguísticos, anotamos no quadro a existência de tal objeto linguístico.

Assim, baseamo-nos no seguinte quadro, marcando o uso das respectivas particularidades rurais:

Quadro 17 – Preenchimento de características rurais do informante

| CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE RURAL | | |
|---|------------------------------------|------------------|
| Fenômenos linguísticos | Exemplo | Utilizou? |
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> | |
| Nasalização de vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> | |
| Rotacismo (permuta de [l] para [r]) | Planta – <i>pranta</i> | |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> | |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou aférese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> | |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɽ̥] – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɽ̥] | Cor – [ˈkoɽ] | |

Fonte: elaboração própria

Questão: de que modo o ‘grau de ruralidade’ condiciona o uso das variantes canônicas e não canônicas relação ao fenômeno linguístico da concordância verbal de 1ª pessoa do plural na comunidade de fala analisada?

Hipótese: Nossa hipótese em relação ao ‘grau de ruralidade’ é de que sujeitos com grau alto utilizem mais as formas não canônicas de nosso objeto variável, uma vez que, como já descrevemos – ao mencionarmos as pesquisas de Amaral (1920), Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), Pereira e Margotti (2018) –, tais formas estão bastante correlacionadas aos ambientes rurais.

Objetivo: verificar se o ‘grau de ruralidade’ mais alto influencia no uso de formas não canônicas, ao passo que o um grau mais baixo estaria relacionado ao uso de formas canônicas.

6.4.1.7 ‘Realização de PN’

No que se refere à variável independente interna ‘realização de PN’, já mostramos algumas decisões de nível metodológico e terminológico em capítulos anteriores (cf. capítulos V), como a de designar as duas formas do seguinte modo: **1) /mos/** como uma *forma canônica de sufixo de PN*; e **2) /mo/** como uma *forma não canônica de sufixo de PN*. Não tomamos por base, então, a descrição de “apagamento final” do segmento morfológico – utilizada por diversos pesquisadores que estudam o tema da concordância verbal de 1ª pessoa do plural –, porque acreditamos que é mais provável que os falantes da comunidade de fala investigada nesta pesquisa adquiram a forma não-padrão (sem o /s/) e, apenas depois, mediante escolarização, insiram este fonema no sufixo modo-temporal.

Outrossim, consideramos os resultados obtidos a partir do levantamento dos estudos que associaram o uso das variantes não canônica de 1ª e 2ª conjugações (da variável dependente) à utilização da forma não canônica do sufixo de pessoa-número.

Na pesquisa de Foeger (2014), por exemplo, a autora chega à seguinte conclusão no que tange a essa associação: “É bom ressaltar também, que, em nossa comunidade de fala, nesse tipo de construção [*falemo, comimo, fumo*], o ‘s’ é sempre suprimido.” (FOEGER, 2014, p. 141).

Além da referida pesquisa, Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), Zilles, Maya e Silva (2000), Pereira (2014), Pereira e Margotti (2018), dentre outras, revelaram resultado similar. Assim sendo, nossa questão específica, hipótese e objetivo de pesquisa ficam assim configurados:

Questão: de que maneira o uso das formas não canônicas do SNP (/mo/) está relacionado com o uso não canônico das formas de VT em relação ao objeto linguístico investigado nesta pesquisa?

Hipótese: com base no que mostraram os estudos de Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), Zilles, Maya e Silva (2000), Foeger (2014), Pereira (2014), Pereira e Margotti (2018), há uma forte correlação do uso não canônico das variantes ao uso da forma (igualmente) não canônica do sufixo número-pessoal, ou seja, seria mais comum os informantes produzirem formas como *falemo* e *comimo* do que possibilidades como *falemos* e *comimos*.

Julgamos importante, nesse sentido, também fazer um cruzamento dessa variável com ‘escolaridade’, de modo a perceber se é possível solidificar nossa argumentação de que o uso de /s/ seja uma “inserção”, oriunda da maior escolarização dos informantes, ao invés de um “apagamento” final da SNP.

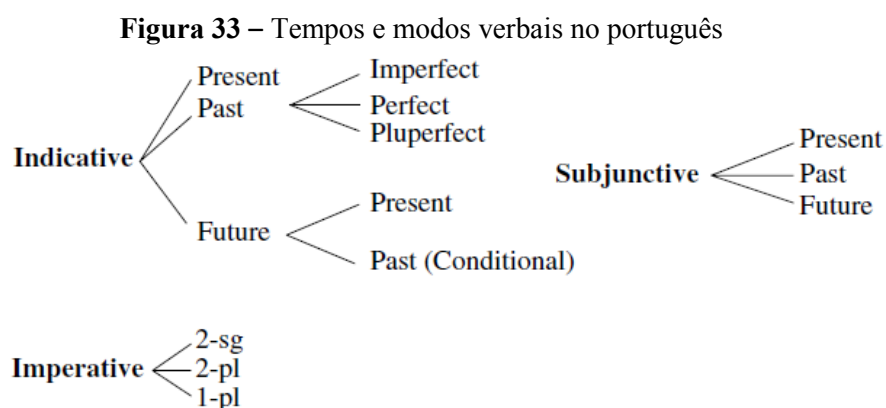
Objetivo: fazer a descrição e relação das variantes canônicas e não canônicas considerando-se o condicionamento de uso a partir da variável ‘realização de PN’.

6.4.1.8 ‘TMA’

No tangente ao fator condicionante ‘TMA’ (tempo-modo-aspecto), investigações e descrições de linguistas revelam a sua relevância como condicionador interno (cf. AMARAL, 1920; COSTA, 1990; CASTILHO, 1992; GONÇALVES; BASSO, 2010; BORTONI-RICARDO, 2011; FOEGER, 2014; PEREIRA, 2014; PEREIRA, COELHO e LOREGIAN-PENKAL, 2016; QUERIQUELLI, 2016; e FOEGER, SCHERRE, YACOVENCO, 2017), delineadas no Capítulo III desta tese.

Grosso modo, esses estudos revelam a forte tendência de formas com variação na vogal temática padrão para uma forma não-padrão vocálica – tais como *falemo(s)* e *comimo(s)* – estarem correlacionadas ao tempo verbal de passado (geralmente, Pretérito Perfeito do Indicativo). Parece, entretanto, haver variação entre as formas, não havendo uso categórico para um contexto temporal, o que nos impede de classificar a alternância vocálica como um fenômeno de especialização temporal concretizada. Por outro lado, a forte inclinação dessas formas para o passado é um ponto que não deve ser desprezado.

Para o espectro de TMA, levamos em consideração a descrição teórica de Villalva (1995; 2007) – conforme foi detalhado no Capítulo V desta pesquisa –, bem como a descrição do rol de tempos e modos verbais no português conforme Schwindt e Wetzels (2016, p. 195):



Fonte: Schwindt e Wetzels (2016, p. 195)

Com base nesse espectro de TMA, as ocorrências podem ser classificadas, com base no contexto de uso dos falantes. Acreditamos, porém, que os usos mais comuns são de *presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo*.

Além disso, precisamos esclarecer que, no caso de 1ª conjugação, no caso de *presente do indicativo*, como já explicado no Capítulo V desta tese, a variante /e/ deve ser considerada canônica (ao invés de não canônica), pois essa é sua forma padrão. Para ficar mais claro: a forma *falemos*, com a vogal /e/ é não canônica em contexto de *presente do indicativo*, *pretérito perfeito do indicativo* e *futuro do presente do indicativo*, mas é canônica no contexto de *presente do subjuntivo*. Com isso, na hora da interpretação dos dados, o pesquisador sociolinguista precisa estar atento a este detalhe.

Passemos à questão problematizadora, hipótese e objetivo específicos:

Questão: de que modo se dá o condicionamento do fator ‘TMA’ em relação ao uso de variantes canônicas e não canônicas no que tange ao fenômeno linguístico em estudo nesta pesquisa?

Hipótese: com base nos estudos de Amaral (1920), Costa, (1990), Castilho (1992), Zilles, Maya e Silva (2000), Bortoni-Ricardo (2011), Foeger (2014), Pereira, (2014), Pereira, Coelho e Loregian-Penkal (2016), bem como de Foeger, Scherre, Yacovenco (2017), acreditamos que as variantes não canônicas serão mais utilizadas em contexto de passado (Pretérito Perfeito do Indicativo).

Objetivo: investigar se o variável independente interna ‘TMA’ apresenta significância no condicionamento de uso de variantes canônicas e não canônicas.

6.4.1.5 ‘Item lexical’

Tomamos por orientação hipótese de *difusão lexical* em alguns fenômenos linguísticos com base nos estudos de Bybee (2002, 2010), Bybee e Hopper (2001), Cristófaros-Silva (2001) e Miara (2019), bem como na hipótese da alternância da vogal temática do fenômeno linguístico que é foco desta tese por *analogia*, mencionada por Svobodová (2017), a partir de Vasconcelos (1901), Cruz (1969) e Oliveira (1966) – já descrita no Capítulo IV.

Assim, acreditamos que, em relação ao fenômeno linguístico por nós investigado, as variantes não canônicas podem ser motivadas pelo uso dos itens lexicais mais frequentes em uso não canônico. Parecem existir verbos que estão mais associados ao uso de formas não-padrão, de maneira que julgamos importante controlar essa variável separadamente a fim de verificar se essa variação morfofonológica poderia estar ocorrendo por uma espécie de *difusão lexical* ou *analogia* a verbos mais frequentes no cópús. Assim, julgamos necessário mapear o número de *tokens* e *types* (cf. BYBEE, 2002, 2010; BYBEE; HOPPER, 2001, entre outros), e isso se dará por meio da variável ‘item lexical’.

Percebemos que os próprios linguistas que mencionaram o fenômeno linguístico em análise nesta pesquisa costumam citar, com frequência, por exemplo, o verbo *falar*, que parece estar bastante atrelado ao uso das formas não canônicas. No estudo de Pereira e Margotti (2018), o item lexical da carta linguística era o verbo *ficar*, que também parece ser bastante comum em correlação ao uso não-padrão.

Além dessas questões, outro ponto a se ressaltar é que, consoante Mattos e Silva (2006), há uma tendência no português em privilegiar os verbos de 1ª conjugação, inclusive quando surgem neologismos (os quais geralmente são de 1ª conjugação). Assim, é provável que verbos de 1ª conjugação sejam mais recorrentes em nosso *corpus* do que os de 2ª conjugação.

Trata-se de uma variável dependente para cada conjugação¹⁸¹, e pretendemos fazer comparações em relação ao número de ocorrências de cada uma.

Ventilamos, então, a possibilidade de que o verbo *falar* seja o mais recorrente do *corpus*, sobretudo pela relação com os tópicos discursivos do roteiro de perguntas do VARLINFE, que trata sobre o domínio de línguas eslavas, mas também porque parece que tal verbo tenha certo protagonismo em relação ao uso não-padrão da vogal em investigação.

¹⁸¹ Lembramos que os verbos de 3ª conjugação não serão contemplados, por conta de não estarem relacionados no leque das nossas variáveis dependentes.

Questão: os itens lexicais mais recorrentes no *cópus* são aqueles em que mais ocorre a associação ao uso das variantes não canônicas?

Hipótese: aventamos que formas mais frequentes de 1ª conjugação (como *falar, cantar, ficar, demorar*) e de 2ª conjugação (como *comer, mexer e sofrer*) estejam mais associadas ao uso das variantes não canônicas, por uma questão de difusão lexical.

Objetivo: mapear os itens lexicais mais recorrentes e menos recorrentes no *cópus*, em associação às formas não canônicas, de modo a verificar se o uso não canônico está mais relacionado a itens lexicais mais recorrentes ou menos recorrentes.

Delimitado o rol das variáveis independentes internas contempladas na pesquisa, partimos para o arrolamento dos fatores condicionantes externos.

6.4.2 Inventário das variáveis extralinguísticas

Partimos à descrição de cada um dos fatores condicionantes externos, iniciando-se por aqueles já considerados pelo banco VARLINFÉ para a composição da amostra – *diatopia (localidades), sexo/gênero, escolaridade, faixa etária* –, passando-se para aqueles podem ser controlados por meio de *fichas sociais* e do *roteiro de perguntas* do banco, embora não estejam estratificados igualmente, como os fatores tradicionais: *etnia, ocupação, grau de etnicidade, grau de bilinguagem, grau de mobilidade e grau de localismo*.

6.4.2.1 ‘Diatopia’

O primeiro fator a se considerar é o aspecto diatópico, isto é, a possibilidade de variação entre as sete localidades geográficas da amostra: Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Cruz Machado. Como já vimos no Capítulo II, todas essas cidades pertencem à mesorregião *Sudeste* do Paraná e apresentam baixo índice de urbanização, oscilando entre aproximadamente 11% e 32%.

Para tratarmos sobre essas localidades como componentes da variável ‘diatopia’, levamos em conta Britain (2002) ao abordar a necessidade de se considerar o espaço geográfico em análises a respeito de variação e mudança linguísticas, uma vez que, segundo o autor, esse aspecto tem sido mais bem explorado no âmbito da Dialetologia, mas, de certa forma, negligenciado pelos estudos variacionistas. Já no capítulo II, fizemos uma descrição mais detalhada da questão diatópica, de modo a percebermos a forte realidade rural dessas

localidades, bem como seu baixo índice de urbanização. Depois disso, no capítulo IV, argumentamos que as localidades rurais, por conta de seu isolamento linguístico, acabariam por se utilizar de variantes mais conservadoras.

Assim, para estruturarmos nossa hipótese, levamos em conta, essencialmente, as taxas de urbanização desses municípios, considerando-se que o fenômeno em linguístico em análise tem bastante relação com a realidade mais rural (cf. Capítulo IV).

Relembrando, então, os dados do IBGE já mostrados no Capítulo II, isto é, as localidades podem ser ranqueadas nesta ordem no que se refere às taxas de urbanização: 1) Rio Azul (31,5%); 2) Cruz Machado (28%); 3) Prudentópolis (22,2%); 4) Irati (21,3%); 5) Ivaí (14,5%); 6) Rebouças (12%); e 7) Mallet (11,6%).

Pensamos ser importante cruzar a variável ‘diatopia’ com o fator condicionante externo ‘grau de bilinguagem’, a fim de percebermos em quais dessas localidades há um maior uso das línguas eslavas e de que maneira o cruzamento dos dois fatores influencia no uso das variantes não canônicas.

Outro cruzamento importante diz respeito às variáveis ‘mobilidade’ e ‘localismo’, para verificarmos em quais desses municípios há um maior isolamento dos sujeitos, de modo a utilizarem as variantes mais conservadoras.

Questão: de que modo a variável ‘diatopia’ influencia no uso não canônico da vogal investigada em relação ao fenômeno linguístico investigado?

Hipótese: acreditamos que as localidades com menor taxa de urbanização – como Rebouças e Mallet – sejam mais conservadoras linguisticamente, apresentando menos ocorrências das variantes não canônicas – /e/ em 1ª conjugação, e /i/ em 2ª conjugação.

Objetivo: verificar se algumas localidades apresentam uso mais significativo das formas não canônicas e se isso pode ser relacionado, de alguma forma, com a taxa de urbanização dessas localidades.

6.4.2.2 ‘Sexo’

O fator condicionante ‘sexo’ já passou por muitas discussões na Sociolinguística Variacionista (e também em outras áreas), acompanhando o desenvolvimento de estudos antropológicos que questionam o binarismo estabelecido entre sexo *masculino* e *feminino*. O próprio conceito de *sexo*, *gênero* e *identidade* precisa ser redimensionado e pensado de acordo com os estudos sobre as alterações dessas categorias na sociedade.

Hodiernamente, essa categoria apresenta-se mais fluida e com variadas possibilidades de identificação que os informantes podem anunciar ao entrevistador. Estudos como o de Cheschire (2002), assim como de Freitag (2015) – "(Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística" – já colocam em xeque o referido binarismo que foi usado por anos na Sociolinguística Laboviana. Tais apontamentos feitos pelas autoras são essenciais e não devem ser desconsiderados, principalmente por aqueles pesquisadores que trabalham com comunidades urbanas, nas quais os papéis sociais são continuamente repensados e reinventados.

Quando se trabalha, porém, com comunidades rurais extremamente conservadoras (linguística e culturalmente falando), os papéis sociais de mulheres e homens também se configuram de modo conservador e binário. Com isso, cabe ao pesquisador sociolinguista verificar se, de fato, as questões de *sexo*, *gênero* e *identidade* são discussões que perpassam as características das comunidades de fala investigadas, ou se os seus informantes ainda mantêm esse binarismo, mesmo que seja por aparência diante da sociedade conservadora em que estão inseridos.

No caso do rol de municípios e os respectivos bairros em que foram feitas as entrevistas do banco VARLINFE, percebemos, ainda, a manutenção de papéis sociais tradicionais e conservadores, contexto no qual muitas mulheres são "donas de casa", ficando mais restritas ao lar e ao trabalho na roça, enquanto seus maridos – além de trabalharem no campo –, são responsáveis pelas relações comerciais e diálogos com sujeitos da área urbana.

Um exemplo disso em nosso *corpus* veio de uma entrevista feita na cidade de Mallet, com uma informante do sexo feminino, com ensino fundamental I e mais velha (acima de 50 anos). Ao final da interlocução, quando a pesquisadora agradece pela sua disponibilidade em doar seu tempo para a gravação da entrevista, a informante agradece e afirma gostar de receber visitas e conversar, pois geralmente fica muito sozinha em casa, fazendo serviços domésticos, e a pouca interação com outras pessoas lhe provoca desânimo. Além disso, ela afirma que sua rotina é sempre a mesma: "Naquele mesmo ritmo, né, lava, passa, cozinha, né?".

A partir desse depoimento e de vários outros que poderíamos citar, foi constatado que, nas localidades investigadas, o binarismo entre sexo *masculino* e *feminino*, aos moldes conservadores, assim como os papéis sociais são ainda mantidos. Por conta disso, nessa variável independente extralinguística, consideraremos tal binarismo (*masculino* e *feminino*) como dois fatores para a variável, não obstante tenhamos consciência de que devemos estar atentos para indícios de que essa realidade esteja mudando, o que pode resultar numa reconfiguração da variável, com base na análise qualitativa das entrevistas sociolinguísticas.

Num contexto em que o papel feminino apresenta-se na sociedade, de certa forma, marginalizado, a busca das mulheres por uma valorização acaba por lhes impulsionar a usar uma linguagem mais próxima do padrão. Nesse sentido, estudos relatados em Trudgill (1984 [1974]) se utilizaram das duas categorias (*masculino e feminino*) e revelaram, por conta de uma busca por ascensão e prestígios sociais em comunidades mais conservadoras culturalmente, as mulheres como protagonistas para usos linguísticos canônicos.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que os homens apresentam maior contato com a comunidade externa, situação que lhes possibilitaria estarem mais inclinados a produzir as variantes canônicas. Entretanto, não obstante essa característica, ainda julgamos que a hipótese de que as mulheres busquem mais o uso próximo ao padrão seja mais viável ao contexto da comunidade de fala investigada.

Questão: de que maneira a variável ‘sexo/gênero’ pode ser relacionada com o uso de formas canônicas e não canônicas no que se refere ao fenômeno linguístico investigado nesta pesquisa?

Hipótese: em congruência com o estudo de Trudgill (1984 [1974]), nossa hipótese é de que as mulheres, por conta de sua busca por prestígio social, bem como seu relacionamento mais próximo com os filhos e o conseqüente auxílio em assuntos relacionados à escola, tendam a usar as formas canônicas, enquanto os homens usariam mais as formas não-padrão.

Objetivo: verificar o comportamento de uso da variável ‘sexo/gênero’ em relação ao condicionamento de uso das formas não canônicas no que tange ao fenômeno da concordância verbal de primeira pessoa do plural.

6.4.2.3 ‘Escolaridade’

A variável extralinguística ‘escolaridade’, por sua vez, foi estratificada em três possibilidades: *até Fundamental I*, *Fundamental II* e *Ensino Médio*, de modo que a possibilidade de “ensino superior” não foi aventada por conta da realidade das localidades investigadas, de particularidade bastante rural.

Temos consciência de que, nos últimos anos, as oportunidades de estudo aumentaram, e, por consequência, muitos sujeitos do campo puderam chegar ao nível superior. Entretanto, geralmente, muitos desses indivíduos acabam migrando para zonas urbanas, a fim de encontrar empregos relativos às suas áreas de estudo, a não ser em cursos como *Agronomia*, cujos conteúdos estão voltados para a realidade campesina. De modo geral, no entanto, essa não é a realidade da população local das localidades rurais investigadas.

Amparados em estudos sociolinguísticos que revelam a significância desse fator condicionante, acreditamos que a sua segmentação em três graus poderá nos trazer constatações mais específicas do que bancos que trabalham com apenas dois graus de escolaridade, por exemplo.

Em Pereira (2014), já havíamos percebido que o fator condicionante ‘escolaridade’ foi significativo, uma vez que os mais escolarizados, naquele *corpus* pertencente ao VARSUL, os mais escolarizados não utilizaram nenhuma vez a variante não canônica -e-mo(s). Por outro lado, os menos escolarizados foram responsáveis por todos os usos da variante não canônica e também por um uso considerável da variante canônica /a/ associada ao sufixo não-padrão /mo/.

Também outros estudos, como o de Zilles, Maya e Silva (2000), mostraram a relevância da ‘escolaridade’ no que tange ao tema da concordância verbal de 1ª pessoa do plural (embora não tenham tratado especificamente da vogal, mas sim do sufixo de PN).

A questão do uso do sufixo número-pessoal /mos/, como já se pôde verificar a partir dessas pesquisas (cf. Capítulo III), está bastante aliada à escolarização do informante, e o cruzamento dessa variável extralinguística com a variável intralinguística ‘realização de PN’ é primordial para entendermos alguns pontos relacionados ao fenômeno linguístico em análise.

Assim, o estudo da variável independente extralinguística ‘escolaridade’, a nosso ver, tem alto grau de significância no que tange ao uso de variantes não canônicas.

Questão: como se dá o condicionamento da variável ‘escolaridade’ no que diz respeito ao uso das variantes canônicas e não canônicas?

Hipótese: com base nos estudos de Zilles, Maya e Silva (2000) e Pereira (2014) – já descritos no Capítulo III –, hipotetizamos que a escolaridade consiste num fator condicionante bastante relevante no que diz respeito ao uso das variantes canônicas (as quais, acreditamos, serão usadas com maior frequência por falantes mais escolarizados) e das não canônicas (utilizadas por falantes menos escolarizados).

Objetivo: identificar o condicionamento de uso das variantes não canônicas a partir de nível de escolaridade dos informantes.

6.4.2.4 ‘Faixa etária’

Em relação ao fator condicionante ‘faixa etária’, as entrevistas do banco VARLINFE contemplam duas possibilidades: abaixo de 50 anos (mais jovens) e acima de 50 anos (mais velhos). Tal estratificação binária é a mesma utilizada pelo banco VARSUL na década de 1990,

sendo proposital a divisão em apenas duas faixas etárias, com fins de comparação com o banco urbano do VARSUL.

Temos consciência de que uma estratificação que não considera a faixa intermediária pode gerar dificuldades ao pesquisador que queria investigar mudança em tempo aparente (cf. LABOV, 1994; SILVESTRE, 2007 e outros). A faixa intermediária é interessante porque, de modo geral, os informantes de tal faixa estão inseridos no mercado de trabalho e, por uma questão de busca pelo prestígio e reconhecimento sociais, acabam se utilizando de variantes mais padrão. Já a primeira e a última faixas etárias não estão inseridas neste contexto, haja vista que ou são muito jovens e não chegaram ao mercado de trabalho, ou estão em processo de aposentadoria e já saíram desse meio. Assim, os sujeitos das faixas 1 e 3 sentem-se mais livres para utilizar variantes não canônicas, o que é nitidamente mostrado em gráficos com curva em S (cf. LABOV, 1994; SILVESTRE, 2007).

No entanto, essa caracterização, típica de zonas urbanas, não se aplica às zonas rurais pesquisadas em que (quase) todos os informantes são agricultores/lavradores e, por conta das características de sua ocupação, não precisam se utilizar de variantes padrão para serem mais valorizados em seu meio social. Assim sendo, não há uma diferenciação tão evidente entre a faixa intermediária e as demais.

Relembrando o estudo de Foeger (2014), na parte que trata sobre a alternância vocálica, as faixas intermediárias foram as que mais utilizaram variantes não canônicas, ou seja, um resultado oposto ao que se tem em variedades urbanas.

É preciso ressaltar, contudo, que as informações mais exatas a respeito da idade dos informantes encontram-se presentes nas fichas sociais dos entrevistados do banco VARLINFE e também nas próprias entrevistas sociolinguísticas, nas quais, na maioria das vezes, o pesquisador inicia perguntando a idade do informante. Assim, a despeito dessa realidade rural onde não são comuns os papéis desempenhados em profissões urbanas, caso haja interesse do pesquisador em estudar mudança linguística em tempo aparente, pode-se recuperar as informações mediante as fichas sociais e categorizar os dados conforme uma nova estratificação (que contemple a faixa intermediária).

Como, nesta pesquisa, nosso foco não será na questão da mudança linguística em tempo aparente – embora acreditemos que o uso linguístico não-padrão de nosso fenômeno variável seja uma variante mais conservadora (cf. Capítulo IV) –, julgamos não ser necessário fazer essa nova estratificação e resolvemos manter a estratificação tradicional do banco em duas faixas etárias.

Questão: a ‘faixa etária’ condicionará o uso de variantes não canônicas e canônicas referentemente ao fenômeno linguístico variável em estudo nesta pesquisa?

Hipótese: acreditamos que os informantes mais velhos (da segunda faixa) são os responsáveis por maior número de ocorrências das variantes não canônicas, uma vez que hipotetizamos que essas variantes sejam conservadoras na língua e também pelo fato de os informantes mais jovens, não obstante sua realidade rural, estarem mais conectados a outras realidades (de fora do campo), mediante o uso da *internet* e redes sociais *online*.

Objetivo: examinar se a faixa etária dos informantes condiciona o uso de variantes canônicas e não canônicas.

6.4.2.5 ‘Etnia’

No que se refere à variável independente externa ‘etnia’, trabalhamos com quatro possibilidades, que são contempladas nas fichas sociais e nas entrevistas, a saber: **1) etnia polonesa** (pai e mãe descendentes de poloneses); **2) etnia ucraniana** (pai e mãe descendentes de ucranianos); **3) etnia híbrida eslava** (pai, mãe ou cônjuge descendente de ucraniano; e pai, mãe ou cônjuge descendente de polonês); e **4) etnia eslava mista com outras não eslavas** (pai, mãe ou cônjuge descendente de etnias não eslavas, como a etnia alemã e italiana)

Não temos hipóteses arquitetadas em relação a esse tópico e o uso das formas não-padrão, porque, tanto os descendentes de poloneses, quanto de ucranianos, por conta do sistema vocálico semelhante nessas duas línguas eslavas (cf. Capítulo I), podem produzir variantes não-padrão por contato linguístico eslavo, como, por exemplo, o segmento fonético [ɛ].

Para termos um melhor detalhamento desta questão, pretendemos fazer cruzamento desta variável com a variável ‘produção fonética da vogal’, uma vez que, no caso da ‘etnia’, a questão fonética se mostra mais relevante.

Questão: a variável independente externa ‘etnia’ condiciona o uso das variantes canônicas e não canônicas?

Hipótese: com base nos estudos dedicados ao contato linguístico que tratam de questões étnicas (cf. Capítulo I), acreditamos que ambas as etnias estão propensas ao uso de variantes não canônicas, pelo fato de que os seus descendentes étnicos utilizam a língua eslava em seu cotidiano, assim propiciando um uso menor de variantes padrão.

Objetivo: mapear o uso das variantes não canônicas e canônicas conforme o fator condicionante ‘etnia’, a fim de perceber qual das etnias eslavas (ou mistas) condiciona mais o uso não canônico.

6.4.2.6 ‘Ocupação’

Já o fator condicionante extralinguístico ‘ocupação’ é também uma variável clássica nos estudos sociolinguísticos, sendo mencionada em diversas pesquisas em Labov (1972) – como nas mais conhecidas investigações em Martha’s Vineyard (cf. Capítulo II) e em lojas de departamento em Nova Iorque.

Neste primeiro estudo de Labov, em Martha’s Vineyard, foi observado que os *pescadores* de Chilmark (ocupação mais tradicional e com maior ligação identitária à ilha) favoreciam a centralização dos ditongos. Já sujeitos com ocupações de menor ligação ao local e com maior possibilidade de mobilidade, não produziam esse fenômeno linguístico da centralização, que funcionava, na ilha, como uma marca de identidade.

Em alicerce a isso e a outros estudos que controlaram essa variável – Scherre (1988) e Martins (2013) – acreditamos que ocupações mais relacionadas à identidade local, como *agricultor/lavrador*, ou que propiciem menor interação social com outras comunidades, como *dona de casa* (ou *do lar*), favoreçam o uso das variantes não canônicas.

Em contrapartida, ocupações como *professor*, *funcionário público*, *pedreiro*, *pintor* e outros que aparecem nas fichas sociais dos informantes e indicam um maior grau de mobilidade e interação social em outras localidades, provavelmente indiquem usos linguísticos mais próximos do padrão. Além disso, profissões que requerem um maior grau de escolaridade acabam por condicionar o uso de variantes canônicas. É preciso esclarecer que, em relação aos professores da amostra, a maioria são aposentados e vivem na roça, estando também, na célula social da faixa etária acima de 50 anos.

Assim sendo, se fizermos um cruzamento entre as variáveis ‘ocupação’ e ‘faixa etária’, possivelmente perceberemos que a segunda faixa etária (mais velha) apresenta, em sua maioria, a ocupação como *agricultor/lavrador*.

Questão: como é condicionado o uso das variantes canônicas e não canônicas de acordo com a *ocupação* dos informantes?

Hipótese: nossa hipótese é de que as ocupações *dona de casa/do lar* e *agricultor/lavrador* estejam mais associadas ao uso das variantes não canônicas, por conta de seu maior isolamento social e resultante conservadorismo linguístico (cf. Capítulo IV).

Objetivo: verificar em que medida a ocupação dos informantes condiciona o uso de variantes canônicas e não canônicas dos informantes da comunidade de fala em análise.

6.4.2.7 ‘Nível de bilinguagem’

Relacionado, em certa medida, ao fator ‘etnia’ (já descrito em subseção anterior) e ‘grau de etnicidade’ (a ser descrito na próxima subseção), o fator condicionante ‘nível de bilinguagem’ – em consideração às pesquisas de Mileski (2017) e Savedra (2009), conforme já apresentado no capítulo I desta pesquisa – considera três graus de bilinguagem: **1) não entende (muito); 2) apenas entende; 3) entende e fala** (incluindo escrita na língua).

Ou seja, consideramos que apresentem certo grau de bilinguagem inclusive os informantes que estejam inseridos nesta comunidade, sejam descendentes de eslavos e não compreendam a língua com tanta propriedade, conhecendo e dominando apenas algumas poucas palavras (geralmente ligadas à culinária, questões religiosas e outros aspectos culturais).

Ademais, com base em Savedra (2009), a ficha social mais recente do banco VARLINFÉ solicita aos informantes que explicitem em quais meios de interação se utilizam das línguas eslavas (*familiar, social, escolar e profissional*), permitindo-nos perceber, qualitativamente, a relação entre o ‘grau de bilinguagem’ e os meios em que os usos linguísticos eslavos ocorrem.

Como já mencionado (cf. Capítulo I), acreditamos que esse grau estaria estritamente ligado à identidade ucraniana (*ucranidade*) e polonesa (*polonidade*) desses indivíduos, pois sujeitos que dominam a língua em graus mais altos geralmente apresentam uma identidade eslava mais forte e prestígio atribuído a ela, enquanto indivíduos que apresentam o mais baixo ‘grau de bilinguagem’ acabam por sofrer um apagamento identitário, até mesmo porque a barreira linguística lhes impede de participar de atividades culturais e religiosas importantes para a manutenção da língua e cultura eslavas em suas comunidades (como missas, corais, programas de rádio e até mesmo conversas entre vizinhos). Por isso, caso necessário, pretendemos fazer um cruzamento entre ‘nível de bilinguagem’ e ‘grau de etnicidade’.

Outro aspecto importante é que investigações na área revelam não estar havendo muita transmissão transgeracional das línguas eslavas (cf. Capítulo I), porque os mais jovens costumam não ter tanto interesse em aprendê-las. Assim, um cruzamento importante a essa variável pode ser feito com o fator condicionante ‘faixa etária’, com vistas a perceber se, de fato, os mais jovens apresentam menor nível de bilinguagem.

Questão: como se relaciona o ‘nível de bilinguagem’ dos informantes da comunidade de fala investigada com o uso de variantes canônicas e não canônicas?

Hipótese: com base nos estudos dedicados ao contato linguístico entre as línguas eslavas e o português brasileiro (cf. Capítulo I), acreditamos que quanto maior o nível de

bilinguagem do informante, maior será o uso de variantes não canônicas, uma vez que o uso da língua eslava será mais constante em seu cotidiano, ao passo que o uso da língua portuguesa será menos frequente.

Objetivo: descrever e observar se existe condicionamento de uso dos informantes com maior ‘grau de bilinguagem’ no que tange às variantes não canônicas.

6.4.2.8 Grau de etnicidade

Com base nas reflexões traçadas acerca dos ucranianos e polono-brasileiros nesta pesquisa (cf. Capítulo I), pudemos perceber alguns padrões de comportamento comuns aos sujeitos com maior grau de identidade e aproximação com a cultura eslava, de modo que, nesse aspecto, as duas culturas no Brasil se aproximam bastante.

Assim, procuramos mensurar o *grau de etnicidade* dos informantes com base nas seguintes características, que são contempladas no roteiro de perguntas usadas nas entrevistas sociolinguísticas do banco VARLINF: (1) religiosidade, mediante a participação ativa da igreja (católica romana, no caso de poloneses; e ortodoxa, no caso de ucranianos); (2) atuação em grupos folclóricos da sua cultura; (3) conhecimento de culinária e pratos típicos; (4) saber falar a língua; (5) considerar importante e contribuir para a manutenção e propagação da cultura eslava (passando a seus filhos e parentes mais jovens); e (6) produzir algum tipo de artesanato ou dominar alguma arte de cunho eslavo (como dança, música, pintura em ovos, entre outros).

A partir dessas seis particularidades – que estão todas contempladas em perguntas do roteiro de questões –, estabelecemos três graus de etnicidade assim configurados: *grau 1*, *grau 2* e *grau 3*, o qual é mensurado de modo subjetivo pelo pesquisador.

Optamos por não separar a *ucranidade* da *polonidade* pelo fato de, até o momento, não termos percebido tantas diferenças identitárias entre as duas culturas eslavas, embora saibamos que a escrita de ambas as línguas difiram bastante (por conta de o alfabeto ucraniano ser diferente do polonês, que é mais próximo do português) e também pelo fato de que a religião professada pelas duas etnias apresenta algumas distinções pontuais. No entanto, se percebermos, na análise das entrevistas, a possibilidade de haver diferenças marcantes entre tais etnias, poderemos trazê-las à vista de modo qualitativo e questionar a formação dessa variável, reconfigurando-a.

Para mais, queremos deixar bastante claro que, em consideração a Guérios (2007), quando tratamos de *ucranidade* e *polonidade* no *Sudeste* do Paraná, estamos falando especificamente de uma etnicidade que é também brasileira por formação e se distancia de uma

ucraneidade canadense, por exemplo. Ou seja, a identidade eslava desses sujeitos no Brasil é marcada por certas singularidades que não são comuns a outras comunidades linguísticas em outras partes do mundo.¹⁸²

Assim, para servir de apoio, temos em vista seis aspectos para anotações e registro do grau de etnicidade: (i) uso contínuo da língua; (ii) religiosidade participativa; (iii) onhecimento histórico sobre a imigração; (iv) conhecimento sobre atividades culturais da etnia; (v) seguir tradições; e (vi) transmissão geracional da língua eslava

Questão: de que modo o ‘grau de etnicidade’ dos informantes da comunidade de fala investigada é condicionante de uso de variantes canônicas e não canônicas?

Hipótese: hipotetizamos que as variantes consideradas não canônicas eslavas (a saber: [a] em 1ª conjugação, bem como [ɛ] em 1ª e 2ª conjugações) estarão mais presentes na fala de sujeitos com maior *grau de etnicidade* (e de bilinguagem), por conta de sua imersão linguística da língua eslava mais contínua e recorrente. No entanto, em relação ao uso de [e] em 1ª conjugação e de [i] em 2ª conjugação, acreditamos que ocorra de maneira inversa: ou seja, mais presente na fala de sujeitos com menor grau de etnicidade, em virtude de tal uso estar enraizado em terras lusitanas (cf. Capítulo IV), parecendo ser mais típico de um âmbito mais lusitano.

Objetivo: verificar se o ‘grau de etnicidade’ dos informantes condiciona o uso de variantes canônicas e não canônicas.

6.4.2.9 ‘Mobilidade’

A respeito do fator condicionante extralinguístico ‘mobilidade’, levamos em conta os estudos de Milroy (1980, 2002), assim como as investigações sociolinguísticas que consideram os conceitos de *redes sociais* e suas repercussões para usos linguísticos específicos – como Ogliari (1999), Monguilhott (2009), Bortoni-Ricardo (2011), Martins (2013) e Oushiro (2014) – o que já foi descrito no Capítulo II desta pesquisa.

Em relação a esse fator condicionante ‘mobilidade’, Monguilhott (2009, p. 106) explica que se utilizou de três parâmetros para estabelecer a sua gradação:

No que se refere à mobilidade, controlamos também três fatores, se o indivíduo tinha *pouca mobilidade* (se trabalhava ou estudava no bairro), se fazia compras no bairro), se tinha *média mobilidade* (se trabalhava ou estudava no bairro, mas fazia compras fora do bairro) ou se tinha

¹⁸² Um estudo comparativo entre elas traria constatações importantes, mas não é nosso objetivo nos dedicar a isso nesta pesquisa.

muita mobilidade (trabalhava ou estudava fora do bairro). (MONGUILHOTT, 2009, p. 106).

Também Martins (2013) traz informações sobre os critérios dos quais se utilizou para a composição dessa variável:

[...] os informantes considerados de *pouca mobilidade* são aqueles que saíram da cidade para viagens ao médico ou visitas aos parentes e amigos; os considerados de *média mobilidade* são aqueles que moraram de um ano a dois anos em outra cidade; os de *muita mobilidade* são aqueles que moraram mais de dois anos em outra cidade ou comunidade ribeirinha pertencente a seu município. (MARTINS, 2013, p. 136-137).

Em suporte a essas pesquisas e com base em algumas questões do “roteiro de perguntas” do VARLINFÉ (como “Você já saiu daqui? Que cidades conhece? Como foi a viagem?”), poderemos dimensionar em qual grau de ‘mobilidade’ estarão os informantes da nossa amostra: (1) *pouca* (nunca viajaram ou fizeram uma viagem há muitos anos atrás); (2) *média* (viajam com frequência mediana, para consultas médicas e outras necessidades); e (3) *muita mobilidade* (viajam com certa frequência ou já ficaram certo tempo morando fora da comunidade).

Precisamos ressaltar que os informantes que já tiverem viajado para fora do Brasil serão automaticamente classificados como sujeitos com “muita mobilidade”, pois, de modo geral, os indivíduos moradores de zonas rurais da localidade investigada não costumam fazer viagens desse porte.

Para arquitetar nossa hipótese de manutenção das variantes não canônicas em comunidades rurais isoladas (cf. Capítulo IV), estamos levando em conta a menção de Vandresen (2009) ao tratar sobre a língua pomerana que se manteve em Arroio do Padre, por conta do seu isolamento geográfico e pela pouca mobilidade dos sujeitos que lá moravam (cf. Capítulo II).

Trazemos à vista, também, o resultado geral de Ogliari (1999, p. 252, grifo nosso), a respeito da ‘mobilidade’ dos informantes de sua amostra: “os resultados refletem a *imobilidade* espacialmente generalizada dos sujeitos que integram o grupo de famílias em estudo, quanto ao local de nascimento”.

A lembrar, a pesquisa de Ogliari (1999) foi feita numa comunidade ucraniana de Prudentópolis, na década de 1990. Nesse contexto de aproximadamente trinta anos depois, o mapeamento desse aspecto poderá nos trazer informações interessantes sobre a manutenção ou mudança dessa característica (da imobilidade) identificada pela autora.

Assim, quanto menor o grau de mobilidade do sujeito, maior a possibilidade de manutenção da língua eslava e também de formas conservadoras do português brasileiro. Mas outra característica que está interligada a isso e a aspectos identitários é o ‘localismo’, variável que pode ser cruzada metodologicamente com ‘mobilidade’, a fim de percebermos sua relação.

Questão: o fator ‘mobilidade’ condiciona o uso de variantes não canônicas no que se refere ao objeto linguístico que é foco de pesquisa?

Hipótese: Nossa hipótese principal em relação a essa variável é de que os informantes com menor grau de mobilidade utilizem mais as variantes não canônicas, porque essa característica está estritamente relacionada à nossa conjectura de que as localidades investigadas se constituam em ilhas de conservadorismo linguístico (cf. Capítulo IV).

Objetivo: mapear o condicionamento de uso das variantes não canônicas no que se refere ao ‘grau de mobilidade’ dos informantes.

6.4.2.10 ‘Localismo’

Da mesma forma que a ‘mobilidade’, também o ‘localismo’ que compomos aqui nesta pesquisa está baseado nos estudos de Monguilhott (2009) e, principalmente, de Martins (2013). Não obstante essa última autora tenha feito uma pesquisa sociolinguística em comunidades de Manaus (isto é, no outro extremo do Brasil), acreditamos que, embora as comunidades do VARLINFE apresentem a característica do isolamento geográfico e linguístico em menor grau, trata-se de um ponto que propicia a convergência de nossas pesquisas.

Assim, a investigação de Martins (2013) apresenta o índice de ‘localismo’ configurado deste modo:

[...] foram considerados *bem-integrados* os informantes que gostam de morar na cidade, participam das atividades e não se manifestaram favoráveis à saída da cidade ou se manifestaram sair apenas por causa da educação dos filhos; foram considerados *mais ou menos integrados* os informantes que participam das atividades na cidade, mas gostariam de residir em outra cidade, ou se gostam de residir na cidade, mas não gostam das atividades que a cidade oferece; foram considerados *pouco integrados* aqueles informantes que não gostam de morar na cidade e nem participam das atividades na cidade. (MARTINS, 2013, p. 137).

Monguilhott (2009), por sua vez, em pesquisa anterior, já havia controlado essa variável de modo similar:

Em relação ao localismo, qualificamos se os indivíduos que fazem parte da amostra eram *bem integrados* ao bairro em que moravam (se participavam das atividades do bairro, se gostavam de morar no bairro),

mais ou menos integrados (se participavam das atividades do bairro, mas gostariam de residir em outro bairro, ou se gostavam de residir no bairro, mas não participavam das atividades que o bairro oferecia), e se *pouco integrados* (não gostavam de morar no bairro, nem participavam de atividades no bairro). (MONGUILHOTT, 2009, p. 105).

Em amparo, pois, aos estudos das autoras, é que montamos os graus de nossa variável independente externa ‘localismo’. Para isso, pautamo-nos nas questões feitas no roteiro de perguntas, como “O que você mais gosta na sua **comunidade**? Na sua opinião, o que poderia melhorar?”, e na ficha social (a exemplo: “O que você costuma fazer nos finais de semana?”).

Assim, os sujeitos serão classificados em: **(i)** *bem integrados*, quando afirmarem gostar de sua comunidade e não saírem muito para outras localidades aos finais de semana; **(i)** *mais ou menos integrados*, se traçarem críticas ao local onde vivem, mas mostrarem ainda gostar da comunidade e pouco saírem dela aos finais de semana; e **(iii)** *pouco integrados*, no caso de responderem que não gostam de morar em sua comunidade e que pretendem sair dali quando puderem, ou que relatem viajar ou passear fora da comunidade com muita frequência, não participando de atividades locais.

Temos defendido, portanto, que a comunidade de fala investigada constitua-se numa *ilha de isolamento e conservadorismo linguístico* (cf. Capítulo IV), considerando que o fator ‘localismo’ está bastante relacionado a essa característica de tal comunidade de fala.

Questão: como se dá a produção fonética de /a/ e /e/ em relação ao fenômeno linguístico da concordância verbal de 1ª pessoa do plural na comunidade de fala analisada?

Hipótese: Com base em nosso conhecimento inicial das comunidades investigadas, aventamos que não haja muitos informantes *pouco integrados* (com baixo grau de localismo). Outrossim, acreditamos que o ‘localismo’ condicionará o uso das variantes não canônicas, pelo fato de que o localismo está bastante relacionado à identidade dos informantes e à sua identificação com o lugar onde vivem. Assim como no estudo de Labov em Martha’s Vyneyard, é possível que os indivíduos mais bem integrados utilizem elementos linguísticos mais característicos da sua localidade, como o uso de *falemo* e *comimo*, exemplos de uso não canônico do fenômeno linguístico de que se ocupa esta pesquisa.

Objetivo: verificar se o ‘localismo’ é um condicionante significativo para o uso de variantes não canônicas.

Finalizados os levantamentos das variáveis dependentes, bem como das variáveis independentes internas e externas, apresentamos um quadro resumitivo de cada um dos fatores condicionantes já mencionados, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

Quadro 18 – Síntese das variáveis independentes extralinguísticas e linguísticas

| Variáveis extralinguísticas | Categorias envolvidas |
|------------------------------|---|
| 'Diatopia' | 1) Irati; 2) Mallet; 3) Prudentópolis; 4) Rebouças; 5) Rio Azul; 6) Ivai; e 7) Cruz Machado. |
| 'Sexo' | 1) Feminino; e 2) Masculino. |
| 'Escolaridade' | 1) até Fundamental I; 2) até Fundamental II; e 3) até Ensino Médio. |
| 'Faixa etária' | 1) abaixo de 50 anos (mais jovens); 2) acima de 50 anos (mais velhos). |
| 'Etnia' | 1) etnia polonesa; 2) etnia ucraniana; 3) etnia híbrida eslava; e 4) etnia mista com etnias não eslavas. |
| 'Ocupação' | Lavrador, dona de casa, professor, outras com mais escolaridade, outras com menor escolaridade. |
| 'Nível de bilinguagem' | 1) não compreende (muito); 2) apenas compreende; 3) compreende e fala; e 4) compreende, fala e escreve. |
| 'Grau de etnicidade' | a) grau 1; b) grau 2; e c) grau 3. |
| 'Mobilidade' | 1) pouca; 2) média; e 3) muita mobilidade. |
| 'Localismo' | (i) bem integrados; (ii) mais ou menos integrados; e (iii) pouco integrados. |
| Variáveis linguísticas | Categorias envolvidas |
| 'Produção fonética da vogal' | [ẽ]; [a]; [e]; [ɛ]; e [i]. |
| 'Grau de ruralidade' | a) baixo; b) médio; e c) alto. |
| 'Realização do sufixo de PN' | 1) padrão /mos/; e 2) não-padrão /mo/ |
| 'TMA' | (1) Presente do Indicativo; (2) Pretérito Perfeito do Indicativo; (3) Presente do Subjuntivo; e (4) Futuro do Presente do Indicativo. |
| 'Item lexical' | em aberto. |

Fonte: elaboração própria

Delimitadas nossas questões, objetivos e hipóteses norteadores, passamos à descrição das próximas etapas de pesquisa: a categorização dos dados e a utilização do pacote estatístico GOLVARB X para a obtenção dos resultados.

6.5 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS E UTILIZAÇÃO DO GOLVARB

Retomando-se a afirmação de Guy e Zilles (2007) sobre as fases principais em análises quantitativas – (i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados –, é necessário trazer esclarecimento a respeito de como esses dados coletados serão tratados estatisticamente.

Assim, após o levantamento dos dados, passamos à sua categorização utilizando-se planilhas do Excel. Esta parte da pesquisa requer do sociolinguistas um conjunto de conhecimentos construídos e uma capacidade interpretativa que o permita categorizar os dados de maneira mais cuidados e confiável possível, de modo que, futuramente, outros pesquisadores possam atestar tal *confiabilidade* (cf. GUY; ZILLES, 2007) mediante outros

estudos. Problemas descritivos devem ser sempre anotados para a discussão analítica, de maneira a serem repensadas o rol das variáveis, se assim for necessário.

Na sequência à categorização das ocorrências de nosso objeto linguístico (cf. TARALLO, 2008 [1983]), os dados são submetidos ao pacote estatístico GOLDVARB X (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001), a fim de serem geradas os dados numéricos, porcentagens e pesos relativos.

Mediante a correlação das variáveis dependentes às independentes, são feitas rodadas estatísticas para cada uma das duas variáveis dependentes explicitadas – *variável dependente binária 1* e *variável dependente binária 2*, fazendo-se, portanto, no mínimo, duas rodadas estatísticas.

Para a variável dependente binária de 1ª conjugação, foram feitas duas rodadas estatísticas: uma considerando a ‘produção fonética da vogal’ e outra desconsiderando-a, para gerar pesos relativos e cruzamentos.

Para a variável dependente binária de 2ª conjugação, foi feita apenas uma rodada estatística sem considerar a ‘produção fonética da vogal’, para gerar pesos relativos e cruzamentos, uma vez que houve só um dado de produção de variante eslava.

Ademais, foram feitos os seguintes cruzamentos entre grupos de fatores para cada umas conjugações verbais estudadas – 1ª e 2ª: 1) TMA (tempo, modo e aspecto) X todos; 2) Diatopia X todos; 3. Faixa etária X todos; 4) Grau de ruralidade X todos; 5) Realização do sufixo de PN X escolaridade; 6) Realização do sufixo de PN X grau de bilinguagem; 7) Realização do sufixo de PN X ocupação; e 8) Etnia X todas as sociais.

6.6 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, tivemos como propósito tratar sobre a metodologia de pesquisa, que é alicerçada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, isto é, seguindo-se os moldes da Teoria da Variação e da Mudança. Foram explicitados os detalhes técnicos da gravação das entrevistas, com descrições do gravador utilizado, roteiro de entrevista, modo de ação dos entrevistadores, *paradoxo do observador*, dentre outras questões, e, depois, procedemos a um levantamento das variáveis dependentes e independentes da pesquisa.

Na sequência, foi trazido à tona o inventário das variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas, desvelando seu leque funcional, num total de 15 fatores condicionantes.

Quanto às variáveis independentes linguísticas, são: 1) *produção da vogal*; 2) *grau de ruralidade*; 3) *Realização do sufixo de PN*; 4) *TMA*; e 5) *item lexical*.

Já os fatores condicionantes externos são: 6) *diatopia*; 7) *sexo*; 8) *faixa etária*; 9) *escolaridade*; 10) *nível de bilinguagem*; 11) *etnia*; 12) *ocupação*; 13) *grau de etnicidade*; 14) *grau de mobilidade*; e 15) *grau de localismo*.

A partir do estudo dessas variáveis, é que podemos responder (no próximo capítulo) aos objetivos específicos de pesquisa (orientados por questões) que foram delimitados ao longo deste capítulo e verificar se nossas hipóteses poderão ser atestadas ou não.

CAPÍTULO VII

“SE CRIAMO CO ESSE FUMO, CASEMO E CONTINUAMO CO FUMO” ANÁLISE
VARIACIONISTA QUANTITATIVA DOS DADOS



7 “SE CRIAMO CO ESSE FUMO, CASEMO E CONTINUAMO CO FUMO”¹⁸³: ANÁLISE VARIACIONISTA QUANTITATIVA DOS DADOS

7.1 PALAVRAS INICIAIS

Neste capítulo, almejamos averiguar questões que compõem dois objetivos já expostos na Introdução desta tese, a saber: **(i)** mapear, mediante resultados estatísticos, quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que mais condicionam o uso das variantes não canônicas; e **(ii)** investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico.

Para o primeiro objetivo, hipotetizamos que, no que diz respeito às variáveis linguísticas, o ‘Realização do sufixo da PN’ e ‘TMA’ se destacariam como mais significantes para condicionar o uso das formas não canônicas, em função de afirmações de pesquisas que já tocaram nesta temática (CASTILHO, 1992, 2016; ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; FOEGER, 2014; PEREIRA, 2014; FOEGER, YACOVENCO e SCHERRE, 2017). Apostamos, também, fortemente na variável que compusemos para esta pesquisa, o ‘grau de ruralidade’, pois consideramos que o objeto linguístico estudado está fortemente associado ao universo rural (cf. Capítulos III e IV).

Relativamente às variáveis extralinguísticas, a hipótese era de que os fatores ‘escolaridade’, ‘mobilidade’, ‘localismo’ seriam os mais significativos para os usos não canônicos.

Quanto à ‘escolaridade’, vislumbamos que se tratasse de um grupo de fatores com significância no que se refere ao uso de formas não canônicas, porque, de modo geral, esse é um fator que destaca em decorrência de sua relação com o ensino de norma padrão na escola, ou seja, quanto menor a escolaridade do falante, mais propício ele estará a usar formas linguísticas que não pertencem a um padrão de língua ensinado na escola, como é o caso, por exemplo, do fenômeno linguístico que investigamos.

Sobre ‘mobilidade’ e ‘localismo’, ancoramos nossa hipótese na visão de que essas comunidades constituiriam *ilhas de conservadorismo* linguístico (cf. NARO, SCHERRE, 2007; RIBEIRO, 2013), havendo menor mobilidade e alta integração entre os moradores locais, características que lhes permitem conservar formas mais antigas da língua, sem tanta influência

¹⁸³ Tal trecho de fala foi proferido por uma informante de Rebouças, sexo feminino, agricultora, mais jovem, com Ensino Fundamental II. Escolhemos este título pelo fato de ele apresentar variação entre [ẽ] para [e] em verbos regulares de 1ª conjugação, revelando este viés variacionista que nos interessa nesta tese.

de usos linguísticos inovadores e externos à comunidade. Assim, quanto menor a mobilidade e maior o localismo, mais seriam usadas as formas não canônicas.

A respeito do ‘grau de etnicidade’, embora não acreditássemos que o componente eslavo fosse um ponto tão significativo para o uso de formas não canônicas, mas sim o âmbito rural seria mais importante, construímos a variável ‘grau de etnicidade’, a partir da qual objetivamos mensurar o nível de identidade linguística dos informantes com a cultura e língua eslavas. Assim, como aventamos que esse fenômeno variável tenha suas raízes em terras lusitanas, sustentamos que os informantes com menor grau de etnicidade em relação à cultura eslava e, portanto, que se encontrariam mais perto de uma identificação com o Brasil e com a língua portuguesa, usariam mais as variantes não canônicas.

Já em relação ao segundo objetivo, a respeito da possibilidade de especialização temporal, nossa hipótese foi de que o uso das formas verbais canônicas e não canônicas se configuraria como variável e não de total especialização de formas, havendo variação tanto em contextos de presente quanto de passado (cf. COSTA, 1990; PEREIRA 2014; PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016). Não deixamos de lado, porém, a menção de que haveria um forte condicionamento de uso das formas não canônicas em contexto de passado (cf. FOEGER, 2014), o que poderia indicar uma especialização temporal (em andamento ou recrudescimento).

Dispondo dessas hipóteses no horizonte, efetuamos nossa pesquisa quantitativa variacionista, que é descrita neste capítulo de acordo com a seguinte ordem: primeiramente, na seção 7.2, tratamos dos resultados gerais da pesquisa, englobando as duas conjugações analisadas. Em sequência, na seção 7.3, descrevemos a 1ª conjugação em virtude de ser a que apresenta maior número de dados em nosso córpus, organizando as variáveis em subseções conforme a seleção do programa Goldvarb (em ordem de importância decrescente). A última subseção sobre essa 1ª conjugação – 7.3.10 – menciona quais foram os cruzamentos que se mostraram, a partir do nosso olhar analítico-interpretativo, mais importantes para pensar o fenômeno linguístico em análise.

Então, na seção 7.4, trazemos à vista os resultados de 2ª conjugação, também elencando as variáveis selecionadas pelo GOLDFARB pela ordem de tal programa, finalizando-se com a descrição dos cruzamentos mais importantes para a explicação dos resultados, na seção 7.4.4. Como o programa de rodada estatística selecionou poucas variáveis neste rol de dados de 2ª conjugação, fizemos mais uma subseção – 7.4.5 –, na qual tratamos de questões pontuais que julgamos importantes, a partir de um olhar pormenorizado do pesquisador.

Por fim, fechamos o capítulo com uma síntese das informações mais significativas a respeito desta faceta quantitativa da pesquisa.

7.2 RESULTADOS GERAIS

Em relação aos resultados gerais, obtivemos um total de 1.858 ocorrências de uso de verbos de 1ª e 2ª conjugações na primeira pessoa do plural em similaridade às seguintes configurações morfológicas de tais exemplos: *falamos, falamo, falemos, falemo, comemos, comemo, comimos, comimo*.

Ou seja, no processo de levantamento de dados, estávamos preocupados em coletar formas que tivessem tal configuração formal (cf. Capítulos V e VI), deixando de lado, por exemplo, formas como *fala* e *come*, uma vez que era necessária a presença do sufixo de flexão de PN subsequente à vogal em alternância.

Considerando também que as vogais temáticas de cada uma dessas conjugações – /a/ de 1ª conjugação e /e/ de 2ª conjugação – são diferentes (cf. Capítulo VI), optamos metodologicamente por fazer documentos de *excel* separados e também rodadas estatísticas separadas para cada uma das conjugações, considerando que as variantes não eram intercambiáveis, havendo, portanto, duas variáveis dependentes diferentes, mas consideramos o mesmo rol de variáveis independentes para ambas conjugações.

Trazemos à vista um pequeno rol de dados de nosso corpus ao leitor, mas outras ocorrências são explicitadas ao longo deste capítulo:

1ª conjugação

(1) Entrevistadora: E, assim, hoje em dia, você fala ucraniano com teu marido?

Entrevistada: **Fal[ẽ]mos. (PRU, fem, fund. II, mais jovem)**

(2) Entrevistadora: E falando em mudá... que festas que vocês assim já... Natal, Páscoa, assim, vocês comemoravam sempre ou não? Entrevistada: Não, era só o Natal da baba, né? Sempre comera- **comemor[ẽ]mo** até o dia de hoje o Natal aqui em casa é dia sete de janeiro. [...] Em dezembro, nós sempre dizia assim: Natal dos brasileiro. [sobre o que fazem hoje em dia] **(IRA, fem, fund. I, mais jovem)**

(3) Entrevistadora: Mas tá OK, já deu nosso tempo, [nome feminino ocultado], brigada pela... Entrevistada: Hum... não **fal[e]mo** nem metade, não conversemo nem metade... Entrevistadora: [risos] Quanta história que cê tem pra contá, mulher? Entrevistada: Teim, teim... e não te mostrei minhas boneca... **(IRA, fem, fund. I, mais velha)**

(4) Nós **mud[e]mos** umas três vez lá pra Guarapuava, sabe? Até mais pra lá de Pinhão, sabe? Fomo, volt[e]mo, volt[e]mo embora, vol- se mud[e]mo de novo pra Guarapuava, porque aí ele num queriam que ficasse sozinho. **(IRA, fem, fund. II, mais velho)**

2ª conjugação

(5) Eu, até outro dia, nós fomo na casa do tio do meu marido, porque ele mor- mora em Concórdia, nossa! Aí nós **com[e]mos** no velório, almoçamos [velarizado] i [hes] cantum e rezum assim... **(PRU, fem, ens. médio, mais velho)**

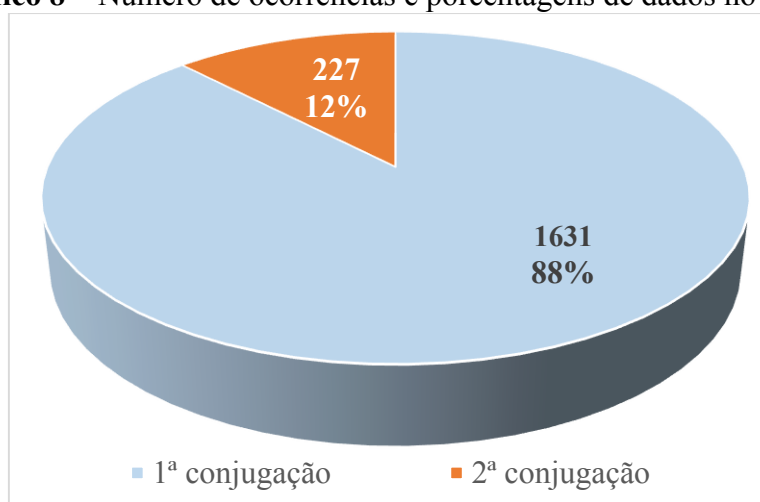
(6) Na verdade, na Quaresma ali, a gente, como agora pode teR carne, o nosso costume é ansim, nas quarta e sexta-fera, nós num **com[e]mo** carne. **(REB, mas, fund. I, mais velho)**

(7) [sobre como era antigamente] Então, era sofrido. Nós **sufr[i]mo**. **(REB, mas, fund. I, mais jovem)**

(8) Os professores, na época que eu estudava, professores rigorosos, mas, pelo menos, nós aprendemos coisas boas e valorizamos hoje tudo isso que nós **aprend[i]mos**. **(CRU, mas, fund. II, mais velho)**

Desse cômputo de 1.858 dados, apenas 227 ocorrências foram de 2ª conjugação, enquanto 1.631 foram de 1ª conjugação, conforme podemos verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Número de ocorrências e porcentagens de dados no córpus



Fonte: própria autoria (2020)

Como se pode perceber pelo gráfico 8, o número de ocorrências de 1ª conjugação representa 88% do córpus, ao passo que a 2ª conjugação apresenta uma porcentagem muito

menor, de apenas 12%. Isso ocorre não pelas particularidades da amostra que utilizamos em específico, mas sim pela característica geral do português, em que os verbos de 1ª conjugação são mais frequentes e mais produtivos. Inclusive, no surgimento de novos verbos (como *deletar*, *printar*, *estalar*, entre outros) geralmente a 1ª conjugação é usada como base (cf. VILLALVA, 2007)

7.3 RESULTADOS DE 1ª CONJUGAÇÃO

Em relação aos resultados de 1ª conjugação, como podemos observar no gráfico 8, obtivemos 1.631 dados, sendo 900 ocorrências da variante canônica (55,2%) e 731 da variante não canônica (44,8%).

Antes de partirmos para as variáveis que mostraram maior significância na pesquisa, apresentamos uma tabela geral com todas as variáveis em relação ao seu número de ocorrências e porcentagens, sem excluir os grupos de fatores que foram eliminados pelo GOLDVARB na rodada multivariada. Esses resultados são importantes para entendermos os índices utilizados nos cruzamentos das variáveis não selecionadas pelo programa. Para facilitar a leitura, como a regra variável foi articulada com base no uso não canônico e é esse ponto que almejamos focalizar nesta pesquisa, sombreamos de cinza os resultados relativos às variantes não canônicas.

Tabela 12 – Resultados gerais da 1ª conjugação – ocorrências e porcentagens

| VARIÁVEIS | Categorias | /e/ | | /a/ | | TOTAL | |
|---------------------|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Diatopia | Irati | 129 | 60,3% | 85 | 39,7% | 214 | 13.1% |
| | Mallet | 55 | 30.9% | 123 | 69.1% | 178 | 10.9% |
| | Prudentópolis | 72 | 29.8% | 170 | 70.2% | 242 | 14.8% |
| | Rio Azul | 170 | 54.1% | 144 | 45.9% | 314 | 19.3% |
| | Rebouças | 126 | 45.8% | 149 | 54.2% | 275 | 16.9% |
| | Cruz Machado | 97 | 43.3% | 127 | 56.7% | 224 | 13.7% |
| | Ivaí | 82 | 46.6% | 102 | 55.4% | 184 | 11.3% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Sexo | Feminino | 360 | 42% | 483 | 57.3% | 843 | 51.7% |
| | Masculino | 371 | 47.1% | 417 | 52.9% | 788 | 48.3% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Escolaridade | Até Fundamental I | 384 | 57.2% | 287 | 42.8% | 671 | 41.1% |
| | Fundamental II | 238 | 43.7% | 307 | 56.3% | 545 | 33.4% |
| | Ensino Médio | 109 | 26.3% | 306 | 73.7% | 415 | 25.4% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| Faixa etária | Até 50 anos | 427 | 43.3% | 559 | 56.7% | 986 | 60.5% |
| | Acima de 50 anos | 304 | 47.1% | 341 | 52.9% | 645 | 39.5% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Etnia | Polonesa | 291 | 46.1% | 340 | 53.9% | 631 | 38.7% |
| | Ucraniana | 185 | 35% | 344 | 65% | 529 | 32.4% |
| | Híbrida eslava | 128 | 50.2% | 127 | 49.8% | 255 | 15.6% |
| | Eslava com outras | 127 | 41.2% | 89 | 58.8% | 216 | 13.2% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Ocupação | Lavrador | 595 | 47.2% | 665 | 52.8% | 1260 | 77.3% |
| | Professor | 23 | 18.7% | 100 | 81.3% | 123 | 7.5% |
| | Dona de casa | 25 | 43.9% | 32 | 56.1% | 57 | 3.5% |
| | Outras q - | 40 | 43% | 53 | 57% | 93 | 5.7% |
| | Outras o + | 48 | 49% | 50 | 51% | 98 | 6% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Grau de bilinguagem | 1 | 317 | 49.3% | 326 | 50.7% | 643 | 39.4% |
| | 2 | 96 | 53.6% | 83 | 46.4% | 179 | 11% |
| | 3 | 318 | 39.3% | 491 | 60.7% | 809 | 49.6% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Grau de etnicidade | I | 277 | 56.8% | 211 | 43.2% | 488 | 29.9% |
| | II | 213 | 42.7% | 286 | 57.3% | 499 | 30.6% |
| | III | 241 | 37.4% | 403 | 62.6% | 644 | 39.5% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Mobilidade | Baixa | 406 | 48.2% | 437 | 51.8% | 843 | 51.7% |
| | Média | 194 | 45% | 237 | 55% | 431 | 26.4% |
| | Alta | 131 | 36.7% | 226 | 63.3% | 357 | 21.9% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Localismo | Pouco integrados | 47 | 48% | 51 | 52% | 98 | 6% |
| | Mais ou menos int. | 167 | 50.5% | 164 | 49.5% | 331 | 20.3% |
| | Bem integrados | 517 | 43% | 685 | 57% | 1202 | 73.7% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Grau de ruralidade | Baixo | 27 | 17.4% | 128 | 82.6% | 155 | 9.5% |
| | Médio | 225 | 39.5% | 345 | 60.5% | 570 | 34.9% |
| | Alto | 479 | 52.9% | 427 | 47.1% | 906 | 55.5% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Produção fonética da vogal | [ɛ̃] | 0 | 0% | 890 | 100% | 890 | 54.6% |
| | [a] | 0 | 0% | 10 | 100% | 10 | 0.6% |
| | [e] | 724 | 100% | 0 | 0% | 724 | 44.4% |
| | [ɛ] | 7 | 100% | 0 | 0% | 7 | 0.4% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Realização do sufixo de PN | Canônico /mos/ | 5 | 9.6% | 47 | 90.4% | 52 | 3.2% |
| | Não canônico /mo/ | 726 | 46% | 853 | 54% | 1579 | 96.8% |

| | | | | | | | |
|---------------------|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| TMA | Presente do indicativo | 11 | 1.7% | 652 | 98.3% | 663 | 40.6% |
| | Pretérito perfeito do indicativo | 720 | 74.4% | 248 | 25.6% | 968 | 59.4% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |
| Item lexical | Outros | 347 | 42.5% | 470 | 57.5% | 817 | 50.1% |
| | Ficar | 80 | 65.6% | 42 | 34.4% | 122 | 7.5% |
| | Falar | 12 | 11.7% | 91 | 88.3% | 103 | 6.3% |
| | Plantar | 27 | 26.5% | 75 | 73.5% | 102 | 6.3% |
| | Comprar | 44 | 69.8% | 19 | 30.2% | 63 | 3.9% |
| | Casar | 44 | 69.8% | 19 | 30.2% | 63 | 3.9% |
| | Passar | 25 | 51% | 24 | 49% | 49 | 3% |
| | Começar | 37 | 69.8% | 16 | 30.2% | 53 | 3.2% |
| | Chegar | 32 | 66.7% | 16 | 33.3% | 48 | 2.9% |
| | Pegar | 26 | 66.7% | 13 | 33.3% | 39 | 2.4% |
| | Voltar | 26 | 68.4% | 12 | 31.6% | 38 | 2.3% |
| | Levar | 14 | 38.9% | 22 | 61.1% | 36 | 2.2% |
| | Rezar | 4 | 11.8% | 30 | 88.2% | 34 | 2.1% |
| | Trabalhar | 6 | 18.2% | 27 | 81.8% | 33 | 2% |
| | Conversar | 7 | 22.6% | 24 | 77.4% | 31 | 1.9% |
| | TOTAL | 731 | | 900 | | 1631 | 100% |
| | % | 44.8% | | 55.2% | | | |

Fonte: própria autoria (2020)

De modo geral, das 1.631 ocorrências, houve um número maior de dados da variante canônica, com a vogal /a/, representando 55,2% do rol de dados da 1ª conjugação, isto é, 900 ocorrências. Por outro lado, as formas não canônicas apresentam um número de ocorrências significativo (731 dados), o que representou 44,8% dos dados.

Com base nessa apuração inicial de dados, na qual observamos uma contagem equilibrada em relação ao uso das variantes canônica e não canônica, pudemos perceber que as comunidades linguísticas investigadas apresentam um uso não canônico considerável. Pudemos notar também que a forma não canônica é usada em alguns contextos específicos, com o sufixo /mo/ e *pretérito perfeito do indicativo*, por exemplo, e por determinados grupos sociais, caracterizados por falantes de Irati, menos escolarizados e de grau alto de ruralidade.

Dito isso, das 14 variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas propostas (excetuando-se a ‘produção fonética da vogal’, por motivos já explicitados), o programa de rodadas estatísticas selecionou nove variáveis na seguinte ordem: 1) ‘TMA’; 2) ‘grau de ruralidade’; 3) ‘escolaridade’; 4) ‘faixa etária’; 5) ‘etnia’; 6) ‘diatopia’; 7) ‘grau de etnicidade’; 8) ‘realização do sufixo de PN’; e, ao fim; 9) ‘nível de bilinguagem’.

Objetivamos tratar de todas elas seguindo essa mesma ordem, iniciando-se, portanto, com a variável ‘TMA’, que foi a primeira a ser selecionada pelo programa de análise multivariada como a que apresenta maior condicionamento de o uso em relação à variante não canônica /e/.

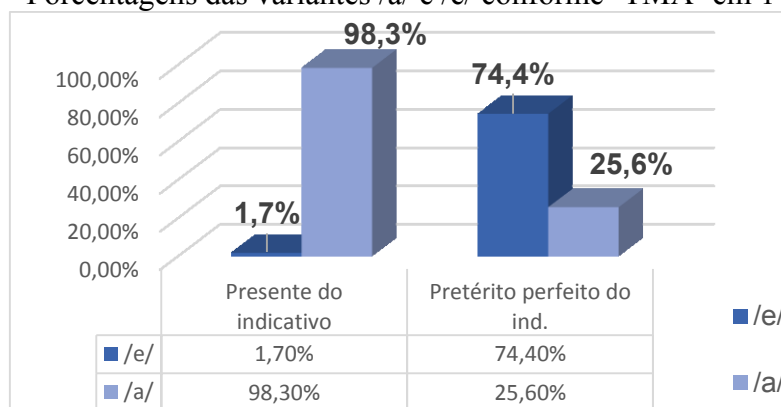
7.3.1 Variável ‘TMA’

A questão que nos colocamos no tocante a essa variável com vistas à compreensão das restrições de uso dos informantes foi: de que modo se dá o condicionamento do fator ‘TMA’ em relação ao uso de variantes canônicas e não canônicas no que tange ao fenômeno linguístico em estudo nesta pesquisa?

Conforme os apontamentos de Amaral, (1920), Castilho (1992), Bortoni-Ricardo, (2011), Foeger (2014), Pereira (2014), Pereira, Coelho e Loregian-Penkall (2016) e Foeger, Scherre, Yacovenco (2017), já mencionados em capítulos anteriores, nossa hipótese foi construída com base em constatações de que haveria uma tendência para as variantes não canônicas estarem mais correlacionadas ao contexto de passado, embora acreditássemos que, possivelmente, ainda haveria variação em ambos os contextos temporais analisados. Assim, o uso de /e/ em 1ª conjugação seria privilegiado pelo TMA de pretérito perfeito do indicativo.

Os resultados desta pesquisa não apenas atestaram nossa hipótese, como revelaram um uso altamente expressivo de /e/ para passado, assim como uma utilização quase categórica de /a/ para presente do indicativo, como podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 9 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘TMA’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Os valores bastante representativos de /e/ para pretérito perfeito do indicativo – 74,4% – e de /a/ para presente do indicativo – 98,3% – revelam que o uso de /e/ parece aportar na variedade linguística das comunidades linguísticas aqui investigadas como uma forma de

marcação do contexto de passado, enquanto a variante canônica /a/ aparenta estar bastante estabelecida para a marcação de presente, havendo uma porcentagem de menos de 2% de uso de /e/ para este contexto de TMA.

A tabela a seguir traz informações mais detalhadas sobre o número de ocorrências e também os pesos relativos, que tiveram como base a variante /e/ para a sua geração¹⁸⁴:

Tabela 13 – Efeito da variável ‘TMA’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|----------|-------------------------|-----------|-------|-------|
| TMA | Presente do indicativo | 11/663 | 1.7% | 0.026 |
| | Pretérito perfeito ind. | 720/968 | 74.4% | 0.922 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.922 em pretérito perfeito do indicativo revela a altíssima significância no condicionamento de uso da variante não canônica /e/ em relação a essa categoria, em oposição a apenas 0.026 em relação ao presente do indicativo. Trata-se de números significativos que nos impelem a questionar se, de fato, é possível falar de variação entre as vogais nos dois contextos de TMA, quando a tendência para especialização temporal nessas comunidades se mostra tão evidente.

Além disso, no capítulo V, havíamos proposto que, no caso da variação entre /a/ e /e/ no presente do indicativo, poderíamos classificar como alomorfia da vogal temática, havendo uma variação das vogais no mesmo âmbito morfológico. No entanto, o que os resultados nos mostraram em relação a esse contexto de TMA é um uso quase categórico de /a/, não havendo uma variação significativa. Por outro lado, não podemos desconsiderar o uso de formas como *fala* – no lugar de *falamos* (associado a nós ou *a gente*), usos que constatamos na fala dessas comunidades linguísticas, mas não computamos, por não ser nosso foco de análise.

A partir disso, poderíamos considerar que o uso variável no contexto de presente do indicativo se daria entre formas como *fala* e *falamos*, em contiguidade com o uso de *a gente*. Trazemos um grupo de dados de nosso cópuz que ilustram essas características da fala dos informantes componentes da amostra:

¹⁸⁴ Em todas as variáveis desta pesquisa, a variante não canônica – /e/ em 1ª conjugação e /a/ em 2ª conjugação – foi usada como parâmetro para se pensar na regra variável.

Pretérito perfeito do indicativo

(9) Pisé, os pai da gente, eles es- naquela época, eles num- num ligavum muito pa esse negócio de estudo, né? [est] É, mais era trabaiá, né? [est] Ocê ia na escola até meio-dia e depois do almoço ia pra roça, né? Num tinha chance. Daí quando, aqui tinha até só a quarta, né? [est] Daí o ano que eu terminei a quarta ia começa [da quinta... aham] da quinta, né? Ma daí o pai num quis que nós isse, né? Queria que... isse pa lavora. Daí nós fomo, daí **parr[e]mo** de estudá, daí viemo num cotinuá mai, né? [est] Nem eu e nem meus irmão **acab[e]mo** não estudando mais. **(IRA, mas, fund. I, mais jovem).**

(10) E pra nós num compensia, sabe? Porque num dava nada quase, né? [est] E **pegu[e]mo** e **abandon[e]mo**. **(MAL, mas, fund. I, mais velho).**

(11) [quando perguntada sobre como conheceu o marido]

(i)E daí **cas[e]mo** e fizemo a festa, daí matarum dois boi pro nosso casamento. Nossa, foi uma festa! Daí **cas[e]mo**, o pai dele tinha um terreno ali pra- ali pra lá-no [nome de lugar ocultado], aí **mor[e]mo** treis ano lá [...] **(RIO, fem, fund. II, mais velho).**

Presente do indicativo

(12) Porque hoje nós **lid[ẽ]mo** com fumo, **plant[ẽ]mo** fumo, **plant[ẽ]mo** soja. **(REB, mas, fund. I, mais velho).**

(13) [sobre o que costumam fazer nos finais de semana] Vamo na missa, né? Ou então **fic[ẽ]mo** em casa, fazendo as coisa [...] **(IVA, fem, fund. II, mais jovem)**

(14) [sobre o plantio de erva atualmente] Nós só **plant[ẽ]mo**, **cuid[ẽ]mo**, né? Igual, meus irmão cuidum. Depois, pa tomá chimarão, a gente compra, né? **(CRU, fem, fund. II, mais jovem).**

O conjunto de dados mostra o uso de /emo/ para contexto de passado – com os dados arrolados entre (9) e (11) – e de /amo/ para presente – conforme visto nas ocorrências contidas entre (12) e (14). Além disso, é observado o uso de *a gente* nas ocorrências (9) e (14), mostrando que esse outro pronome de 1ª pessoa do plural (*a gente*) faz também parte da realidade linguística dessa macrocomunidade.

É interessante observar também, para além dos dados que são foco desta pesquisa, os usos linguísticos típicos da variedade rural, como ocorre, sobretudo, na fala do informante cujos dados estão expostos em (9), como o uso das formas *trabaiá* e *ocê*.

Nesse forte contexto de ruralidade, a variável que compusemos para mensurar esse aspecto (‘grau de ruralidade’) foi a segunda a ser selecionada pelo programa Goldvarb, sendo detalhada na próxima seção.

7.3.2 Variável ‘Grau de ruralidade’

O ‘grau de ruralidade’ é uma variável complexa, composta por três graus (baixo, médio e alto). Trata-se de um grupo de fatores que nos é muito caro, porque foi construído especialmente para a análise do fenômeno linguístico por nós investigado.

Nossa hipótese referente ao ‘grau de ruralidade’ era de que sujeitos com grau alto utilizassem mais a variante não canônica de nosso objeto variável, com base em estudos – Amaral (1920), Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), Pereira e Margotti (2018) –, que mostraram que a variação morfofonológica em investigação seria típica de variedades rurais,

Assim, o fato de ela ter sido a segunda variável selecionada pelo programa, em decorrência de sua significância é algo que atesta nosso prognóstico e também pode indicar sua importância para outros pesquisadores que tratam de fenômenos linguísticos na esfera rural. Observemos as informações a respeito de número de ocorrências e pesos relativos:

Tabela 14 – Efeito da variável ‘grau de ruralidade’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|---------------------------|--------------|-----------|-------|-------|
| Grau de ruralidade | Baixo | 27/155 | 17.4% | 0.155 |
| | Médio. | 225/570 | 39.5% | 0.379 |
| | Alto | 479/906 | 52.9% | 0.646 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

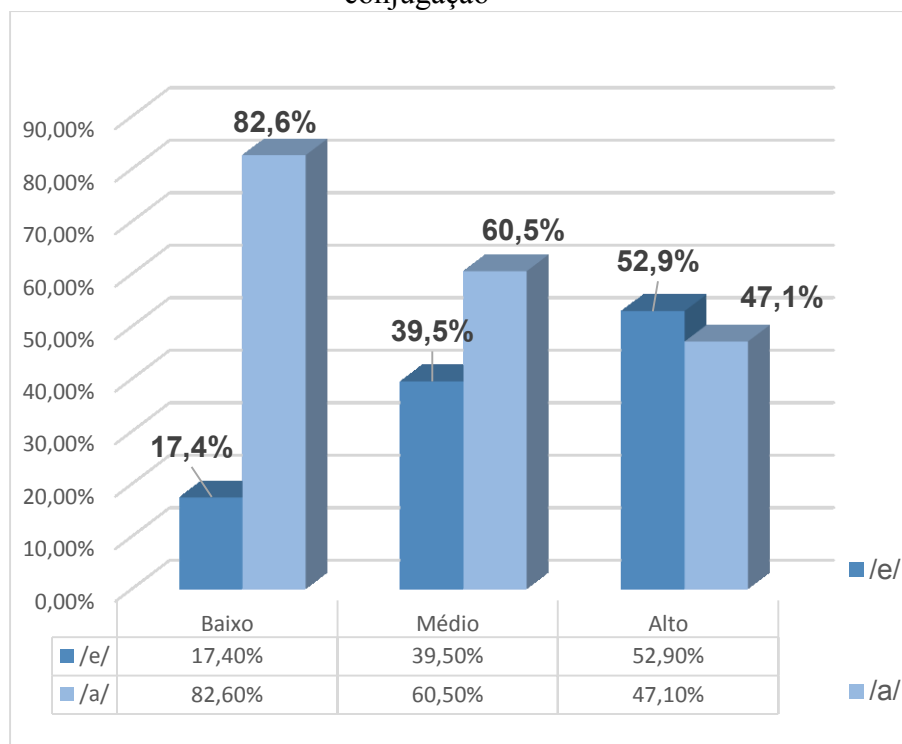
Fonte: própria autoria (2020)

O número de 479 ocorrências da variante não canônica /e/ no caso de grau “alto” de ruralidade, em comparação ao número escasso de 27 ocorrências dessa mesma variante em grau “baixo” já nos revelam como o ‘grau de ruralidade’ é influente para o uso não canônico desse fenômeno linguístico. Mas os pesos relativos explicitam, de modo ainda mais claro, a curva ascendente de uso da variante não canônica de acordo com o aumento do grau de ruralidade, isto é, em contraposição aos pesos de 0.379 e 0.155 no que se refere, respectivamente, aos graus

médio e baixo, o peso relativo de 0.646 em relação ao grau alto revela a sua forte significância para o uso da variante não canônica.

O gráfico a seguir, com as porcentagens de uso, apresenta essa dimensão visual da ascendência de uso de /e/ conforme o aumento do grau, e de /a/ consoante a diminuição do grau.

Gráfico 10 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘grau de ruralidade’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Consiste em um resultado muito condizente com a realidade rural em que se encontram os moradores das comunidades linguísticas analisadas. Além de ter atestado a nossa hipótese, esse resultado nos traz a informação de que é possível estabelecer uma classificação de ruralidade mediante aspectos meramente linguísticos, de modo a se identificar, a partir deles, se o informante apresenta características mais urbanas ou mais rurais.

A fim de clarificar essa questão ao leitor, retomando o quadro que fizemos para mensurar o ‘grau de ruralidade’ (cf. Capítulos IV e VI), trazemos aqui dois exemplos extremos¹⁸⁵ de informantes, com um respectivo conjunto de dados, i.e., um informante que se encaixa no grau “alto” e outro que se encaixa no grau “baixo”, com trechos de fala comentados.

¹⁸⁵ Ressaltamos que preenchemos esse quadro para os 168 informantes que compunham a amostra, mas trazemos apenas dois exemplos por ser inviável tratar qualitativamente de todos eles aqui nesta tese.

Primeiramente, trazemos os dados de um informante que foi classificado como pertencente ao grupo de baixo¹⁸⁶ ‘grau de ruralidade’:

Quadro 19 – Dados de características da variedade rural com base em informante com ‘grau de ruralidade’ baixo

| Fenômenos linguísticos | Exemplo | Utilizou? |
|--|---------------------------------|-------------------------------|
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> | |
| Nasalização da vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> | |
| Rotacismo (permuta de /l/ para /r/) | Planta – <i>pranta</i> | |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> | |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou aférese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> | |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɻ] | Cor – ['koɽ] | <i>Roncador, lugar, turma</i> |

Fonte: própria autoria (2020)

Como é possível notar, esta informante preencheu apenas uma das células do quadro, relativa ao uso do /R/ caipira em algumas palavras proferidas por ela, mas isso ocorreu apenas em contexto de coda silábica. Os exemplos de dados dessa mesma informante nos permitem notar sua aproximação com a norma padrão da língua portuguesa:

- (15) O pai mandô todo os filho. Nós todos **estud[ẽ]mos** em colégios. **(IVA, fem, ens. médio, mais velha)**
- (16) Eu lembro ainda. Eu era pequena, assim, mais nós sempre **and[ẽ]mos** nessa igreja por ca- porque que o pai era polonês, sabe? **(PRU, fem, ens. médio, mais velha)**
- (17) Nós fomo pra Apucarana estudá, porque, por aqui, num tinha, esse estudo, sabe? [est] E daí nós **fic[ẽ]mo** lá, e o pai sempre exigindo que nós estudasse, sabe? **(PRU, fem, ens. médio, mais velha)**
- (18) Eu casei aqui mesmo na igreja, sabe? Na ucraniana. Casei porque meu marido é ucraniano e daí nós **cas[ẽ]mos** aqui. **(PRU, fem, ens. médio, mais velha)**

¹⁸⁶ Houve um caso de informante que não preencheu nenhuma das células do quadro, mostrando bastante formalidade em sua fala e conhecimento da norma padrão. Este sujeito era professor aposentado e, além de ter uma biblioteca considerável de acervo pessoal em sua casa, falava várias línguas e tinha viajado recentemente para a Europa. Porém, julgamos que trazer o quadro em branco neste texto não seria frutuoso ao leitor.

A questão da utilização de /mos/ em alguns trechos mostra um uso linguístico distanciado do que costuma fazer a maioria dos falantes da macrocomunidade por nós investigada. Para mais, o próprio tópico discursivo a respeito da exigência de escolaridade é um elemento saliente por explicar as prováveis raízes que fazem com a informante tenha um maior monitoramento da sua fala. Passemos, agora, a um exemplo que destoa totalmente dessa realidade formal

Quadro 20 – Dados de características da variedade rural com base em informante com ‘grau de ruralidade’ alto

| Fenômenos linguísticos | Exemplo | Utilizou? |
|--|---------------------------------|--|
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> | <i>Famia, oiada, baruio, trabaioso, veia, joeio, mio, assoaio, muié, coeio</i> |
| Nasalização da vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> | <i>Inducado Indaí (e daí), ingreja, inguar (igual)</i> |
| Rotacismo (permuta de /l/ para /r/) | Planta – <i>pranta</i> | <i>Argum, alguma, prantava, cumpricado, facurdade</i> |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> | <i>Venzê, venzido</i> |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou afêrese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> | <i>adirubá (derrubar, sem africada)</i> |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɽ] | Cor – [ˈkoɽ] | <i>Forte, moderna, governo</i> |

Fonte: própria autoria (2020)

Podemos perceber, a partir do preenchimento dos exemplos levantados em cada uma das seis características, que o informante apresenta um alto grau de ruralidade, e isso pode ser confirmado em trechos de sua fala:

- (19) [sobre uma história de infância quando colocaram uma lata com fogo dentro da sala de aula para se esquentar] Entrevistador: Mais e daí? Fizerum o que ca- ca lata? Entrevistado: Puis i daí fomo [inint] **taqu[e]mo** água **apagu[e]mo** as brasa i **jogu[e]mo** pra fora, né? Vai fazê o que co aquilo lá, né? **(IRA, mas, ens. médio, mais jovem)**
- (20) Daí peguei comprei uns negócio de boracharia e fiquei daí. [est] Daí até **pens[e]mo** de- de- de- de arumá outro serviço e saí, ma daí, ah, já me estacionei por aqui e... **(IRA, mas, ens. médio, mais jovem)**

(21) Daí já o piá-, o piá já começô a trabaiá em Irati, né? [est] Aí num **procur[e]mo** outra coisa. (**IRA, mas, ens. médio, mais jovem**)

Além do uso considerável da variante não canônica e dos fenômenos linguísticos presentes no quadro que propusemos, há outros elementos interessantes, como o uso de tepe em “borracharia”, o alçamento vocálico de /o/ em “pois”, bem como o item lexical “piá”, que é bastante comum à realidade linguística paranaense.

Outro ponto a se destacar e que não pode ser deixado de lado é que tal informante apresenta grau de escolaridade III (Ensino Médio), e isso revela que, ao tratarmos de comunidades rurais, considerar apenas a variável ‘escolaridade’ para averiguar o uso de formas canônicas e não canônicas é questionável.

Apesar disso, no caso de nossa pesquisa, a variável ‘escolaridade’ também de mostrou significativa para o uso da forma não canônica, e é sobre isso que a próxima seção trata.

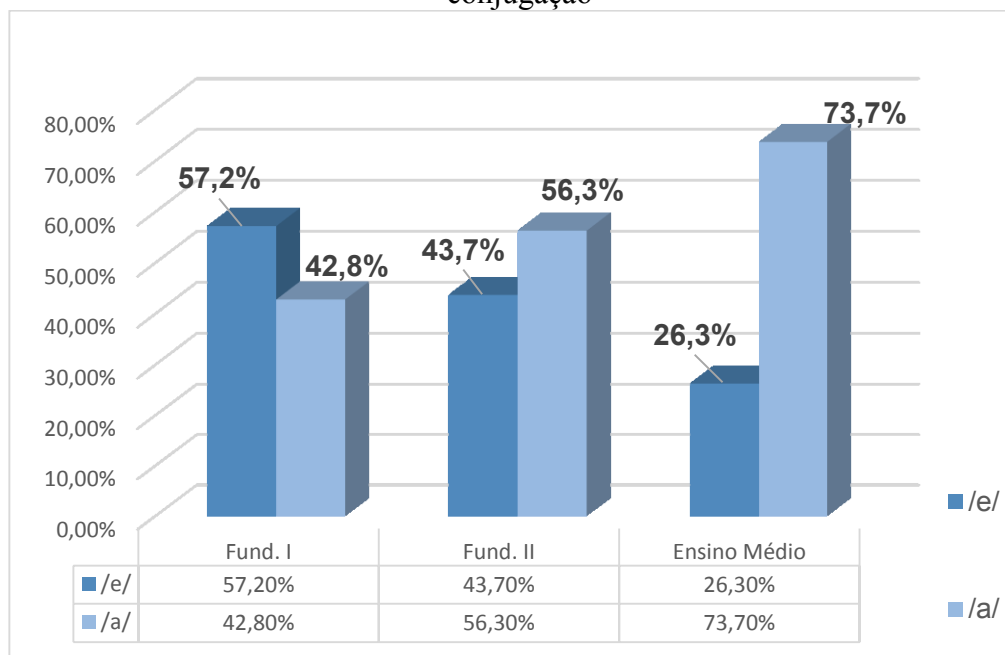
7.3.3 Variável ‘Escolaridade’

Nossa hipótese em relação à variável ‘escolaridade’, em ancoragem aos estudos de Zilles, Maya e Silva (2000) e Pereira (2014), era de que a escolaridade seria num fator condicionante de destaque, considerando que, quanto menor o nível escolar dos informantes, maior sua inclinação a usar formas não canônicas, em virtude de seu menor conhecimento da norma padrão da língua. Já os sujeitos com maior escolaridade tendem a se utilizar de variantes canônicas, porque apresentam um maior conhecimento formal da língua, o que acaba por se refletir em seus usos linguísticos.

Sendo a ‘escolaridade’ a terceira variável independente selecionada pelo programa, os resultados mostraram que o menor nível de escolaridade (até fundamental I) foi a categoria que mais favoreceu o uso da variante /e/, com 57,2% de uso, em contraste a 42,8% da variante canônica /a/.

Já o nível intermediário (até fundamental II) propiciou o aumento de uso de /a/, com 56,3% e a diminuição do uso não canônico, com 43,7%, ao passo que os informantes com ensino médio apresentaram um uso de somente 26,3% da forma não canônica e um alto uso de 73,7% de /a/.

Gráfico 11 – Percentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘escolaridade’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

A partir da leitura interpretativa desses resultados, fica bastante evidente que a variação não canônica é propiciada por níveis mais baixos de escolaridade, significando também que a escola tem um papel significativo para a mudança de usos dos falantes, que se tornam mais preocupados em se utilizar das formas padrão da língua no decorrer de seu processo de escolarização. Podemos perceber ainda mais claramente a relevância no condicionamento de uso da variante /e/ de acordo com a escolaridade menor mediante os pesos relativos:

Tabela 15 – Efeito da variável ‘escolaridade’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|---------------------|--------------|-----------|-------|-------|
| Escolaridade | Até Fund. I | 384/671 | 57.2% | 0.604 |
| | Fund. II. | 238/545 | 43.7% | 0.577 |
| | Ensino Médio | 109/415 | 26,3% | 0.251 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

Os pesos relativos de 0.604 do ‘ensino fundamental I’ e de 0.577 do ‘ensino fundamental II’ explicitam o favorecimento desses dois níveis mais baixos de escolaridade para o uso /e/. Por outro lado, o peso de 0.251 em relação ao ‘ensino médio’ revela que a escolaridade maior

não favorece esse uso não canônico. Vejamos alguns dados do corpus em consonância com esses resultados:

- (22) [sobre o bilhete que uma professora mandou pedindo para falarem mais português em casa, pois a criança estava com dificuldades na escola, porque só falava ucraniano] Eu acho que num foi mui- muito muito fácil, bo- o- professora mandô esse belhetinho pra ense- falá alguma coisa ansim cum ela, daí nós **comec[e]mo**.
(PRU, fem, fund. I, mais jovem)
- (23) Daí nós **estud[e]mo** aqui. Daí num tinha ônibus escolar, né? (REB, fem, fund. II, mais velha)
- (24) [contando sobre as dificuldades de estudar na infância] E assim nós se **pass[e]mo** e **estud[e]mo** e num reprovei nenhum ano! (PRU, mas, fund. II, mais velho)
- (25) Aqui da minha classe que **estud[e]mo** acho que foi treis ou quatro que conseguiu fazê o primero grau [...] (REB, fem, fund. II, mais jovem)
- (26) Aí nós **estud[e]mo** até num sei quanto lá, a professora também bandonô. (RIO, mas, fund. I, mais jovem)
- (27) Não **estud[e]mo** mais porque nós mesmo não quisemo, né? (RIO, mas, fund. II, mais jovem)
- (28) E daí dali **comec[e]mo** a lidá na roça, **estud[e]mo** até oitava série. (RIO, mas, fund. II, mais velho)
- (29) Às vezes, nós até **ensin[ẽ]mo** alguém a falá polonês. Aí num consegue pegá.
(CRU, fem, ensino méd., mais jovem)
- (30) [como costuma fazer como catequista] Só que nós **fal[ẽ]mos** na catequese, então, eu dô catequese, e nós **rez[ẽ]mos** todas as orações em ucraniano, **cant[ẽ]mos** em ucraniano e português. Daí eu traduzo. (IVA, fem, ens. médio, mais velha)

(ii)

Evidenciamos dados que tratam sobre os estudos dos informantes porque as dificuldades em permanecer na escola por falta de transporte, falta de professores, assim como o fato de a maioria das escolas do campo não apresentarem ensino médio, o que levou alguns informantes a pararem de estudar é uma característica muito presente na amostra, até mesmo entre os sujeitos mais jovens (inclusive os abaixo de 30 anos, informação retirada da ficha social).

Com base nesse contexto social, não é difícil observar dados da variante não canônica entre os mais jovens da amostra, cuja ocupação, em maioria considerável, é de “lavador”. Trata-se de uma realidade que difere de centros urbanos, nos quais os sujeitos mais jovens costumam

ter ensino médio completo. Não à toa, a variável ‘faixa etária’ foi a próxima selecionada pelo programa de análise multivariada.

7.3.4 Variável ‘Faixa etária’

Controlamos faixa etária dos informantes com objetivo de examinar se ela condicionaria o uso da variante não canônica. Apresentamos duas possibilidades de hipóteses para essa variável. Por um lado, acreditávamos que as variantes não canônicas do fenômeno linguístico por nós investigado seriam conservadoras na língua (cf. Capítulo IV) e, com base nisso, seria mais plausível que os informantes da faixa etária mais velha as utilizassem.

Por outro lado, o estudo de Foeger (2014) já havia mostrado que as faixas intermediárias (de 15 a 25 anos e de 26 a 49 anos) é que apresentavam um número maior de ocorrências de alternância vocálica não-padrão. A autora ainda fez a ressalva de que isso ocorreu com mais força na faixa de 15 a 25 anos.

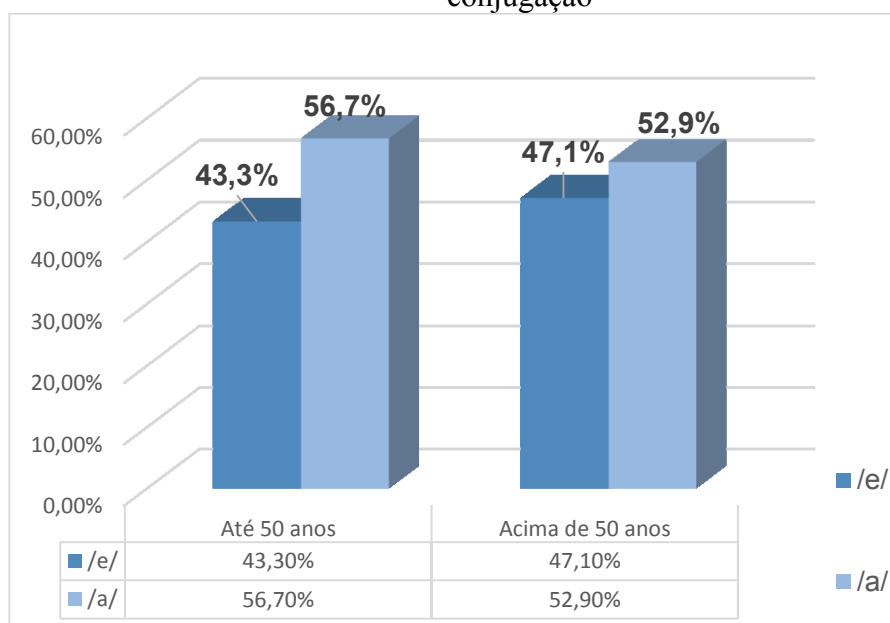
O conjunto de dados a seguir já nos dá uma prévia do resultado obtido:

- (31) Como era de madeira, que nós **desmanch[e]mo**, ajudei os bisavó [...] (**MAL, mas, ens. médio, mais jovem**)
- (32) Num tô bem lembrado se foi no Natal passado ou no Ano Novo, nós **almoc[e]mo** aqui, daí o meu pai vierum, minha sogra viero aqui, se [inint] pra eles vim aqui, daí eles viero aqui, daí **pass[e]mo** aqui, aqui em casa. (**REB, mas, fund. I, mais velho**)
- (33) [sobre o problema na coluna] Porque foi assim, ó, vô te conta bem certo. Nós **fal[e]mo** sobre a infância. Foi muito bonita. Foi. Só que a gente foi muito sofrido. A gente foi sofrido. Por isso que te falo, que a gente não tinha aquelas mordomia, porque o meu pai não tinha terreno. Ele trabalhava das meia, sabe, cos outros, sabe, em partes? Em quatro criança, cê sabe como é que é comê, né? Tem que vesti, tem que dá estudo. E intão nós **comec[e]mo** a trabalhá muito novo. Mais o quê? Eu tinha 8 ano, já ia trabalhá por dia, plantá cebola. (**IRA, fem, fund. I, mais jovem**)
- (34) Daí **vort[e]mo**, tivemos que vortá de novo pra cidade, sabe? (**RIO, mas, fund. II, mais jovem**)
- (35) Entrevistador: E com fumo o senhor nunca lidô? Entrevistado: **lid[e]mo**. **Prant[e]mo** treze ano. Entrevistador: Treze ano, plantaram? Entrevistado: Treze ano. Entrevistador: Faiz tempo que pararum? Entrevistado: Faiz tempinho já. (**IRA, mas, fund. II, mais velho**)

- (36) Mais eu sinto que eu passei da minha infância, pass- **pass[e]mo** pobre, mais, menos num tinha como agora, menina de treze ano já fugi, já engravida, se manda pra casa da mãe, e o rapaiz tem que sustentá ela e a criança. (**IRA, fem, fund. I, mais velha**)
- (37) [sobre infância] E trabaiá na roça [tepe]. **Comec[e]mo** trabaiá muito de criança, né? (**PRU, mas, fund. I, mais jovem**)
- (38) Mas a criança nós **ensin[e]mo** em português, porque nós achava que como que ela vai pra escola e como que ela vai aprendê. (**CRU, fem, fund. I, mais jovem**)

Os dados de (31) a (38) explicitam o uso da forma não canônica em ambas as faixas etárias. Partindo-se das duas já mencionadas possibilidades hipotéticas que temos no horizonte, nosso resultado em percentuais foi este:

Gráfico 12 – Percentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘faixa etária’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Em nosso córpus, ocorre na faixa etária mais alta (acima 50 anos) a maior porcentagem de uso da variante /e/ – 47, 1%, que equivale a 304 ocorrências, em oposição a 52,9% da variante /a/, 341 ocorrências, Já a faixa etária mais baixa (até 50 anos) apresenta um uso de 56,7% da variante canônica (559 dados) e de 43,3% da variante não canônica, num total de 427 ocorrências.

Tal resultado de percentuais poderia nos levar a pensar que a faixa etária mais velha estaria favorecendo o uso não canônico, porém, ao gerarmos os pesos relativos, o programa Goldvarb nos leva para outra direção:

Tabela 16 – Efeito da variável ‘faixa etária’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|---------------------|------------------|-----------|-------|-------|
| Faixa etária | Até 50 anos | 427/986 | 43.3% | 0.568 |
| | Acima de 50 anos | 304/645 | 47.1% | 0.397 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.568 da faixa etária mais jovem em relação à aplicação da regra variável não canônica mostra que não são os informantes mais velhos que estão privilegiando o uso de /e/. Essa discrepância entre porcentagens e pesos relativos pode ter se dado por conta do número de ocorrências do corpús, uma vez que a faixa etária de ‘até 50 anos’ produziu 986 dados, enquanto a de ‘acima de 50 anos’ produziu somente 645 dados. De qualquer forma, esse resultado nos leva a investigar melhor o perfil social dos falantes que compõem as categorias – até 50 anos e acima de 50 anos – da variável escolaridade.

Vale destacar que nem sempre a porcentagem pode dar respostas em relação ao condicionamento de uso e, neste caso, verificamos que, tal como nos resultados de Foeger (2014), seria a faixa etária mais baixa¹⁸⁷ (no nosso caso, e intermediárias, no caso da autora) a que favorece o uso da forma não canônica.

Mas como explicar esse uso de forma não-padrão na faixa mais baixa (ou intermediárias) se muitos estudos sociolinguísticos mostram o oposto acontecendo? Isto é, por estarem inseridos no mercado de trabalho, buscando reconhecimento profissional, indivíduos entre 20 e 50 anos costumam monitorar mais seus usos linguísticos, optando pelas formas mais próximas da norma padrão da língua. Mas em nossa amostra e na amostra de Foeger (2014) ocorre justamente o contrário. Então, como podemos interpretar esses resultados?

A questão que aqui se torna ainda mais evidente é que tanto nossa pesquisa quanto a de Foeger (2014) utiliza-se de um banco de dados de fala rural, enquanto a maioria dos estudos sociolinguísticos no Brasil tem se voltado à fala urbana, que consiste numa realidade totalmente

¹⁸⁷ Na nossa amostra, não houve informantes abaixo de 20 anos, como existe na amostra de Foeger (2014). Então, o que ela nomeia como “faixas intermediárias” correspondem à nossa faixa etária mais baixa.

diferente do contexto rural. A partir dessa constatação, torna-se evidente que em relação à “faixa etária” e outros fatores, é preciso trazer um olhar totalmente diferenciado para as variedades rurais.

Na amostra do banco VARLINFE, por exemplo, a maioria dos informantes mais jovens são agricultores, uma ocupação que não requer dos sujeitos que utilizem formas padrão da língua, pois não é uma exigência para a sua profissão. Essa característica nos conduz a reconfigurar a visão de que as faixas intermediárias são as propiciadoras de usos do padrão linguístico, pois a dualidade entre rural e urbano, principalmente em relação a essa variável, traz resultados opostos.

Além disso, na amostra do VARLINFE, muitos informantes mais velhos são professores aposentados, que moram na zona rural, profissão que favorece o uso da forma canônica /a/. Com vistas a comprovar o que estamos tentando argumentar, trazemos o cruzamento da variável ‘faixa etária’ com ‘ocupação’, a fim de que fique mais claro ao leitor:

Tabela 17 – Cruzamento entre ‘faixa etária’ e ‘ocupação’ – 1ª conjugação

| Faixa etária / Ocupação | Variantes | Até 50 anos | | Acima de 50 anos | | Total | |
|-------------------------|--------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | % | | % | | % |
| Lavrador | /e/ | 372 | 45% | 223 | 52% | 595 | 47% |
| | /a/ | 459 | 55% | 206 | 48% | 665 | 53% |
| | Total | 831 | 100% | 429 | 100% | 1260 | 100% |
| Docente | /e/ | 1 | 3% | 22 | 24% | 23 | 19% |
| | /a/ | 29 | 97% | 71 | 76% | 100 | 81% |
| | Total | 30 | 100% | 93 | 100% | 123 | 100% |
| Outras - | /e/ | 29 | 45% | 11 | 38% | 40 | 43% |
| | /a/ | 35 | 55% | 18 | 62% | 53 | 57% |
| | Total | 64 | 100% | 29 | 100% | 93 | 100% |
| Outras + | /e/ | 19 | 53% | 29 | 47% | 48 | 49% |
| | /a/ | 17 | 47% | 33 | 53% | 50 | 51% |
| | Total | 36 | 100% | 62 | 100% | 98 | 100% |
| Donas de casa | /e/ | 6 | 24% | 19 | 59% | 25 | 44% |
| | /a/ | 19 | 76% | 13 | 41% | 32 | 56% |
| | Total | 25 | 100% | 32 | 100% | 57 | 100% |
| TOTAL GERAL | /e/ | 427 | 43% | 304 | 47% | 731 | 45% |
| | /a/ | 559 | 57% | 341 | 53% | 900 | 55% |
| | Total | 986 | 100% | 645 | 100% | 1631 | 100% |

Fonte: própria autoria (2020)

Como esperado, os cruzamentos revelam apenas 1 ocorrência da variante não canônica /e/ na categoria ‘docente’ em ‘até 50 anos’ e 29 dados de /a/, em comparação a 372 dados de /e/ e 459 ocorrências de /a/ na categoria ‘lavrador’. Ou seja, a ocupação de agricultor/lavrador é muito mais representativa na amostra entre os informantes mais jovens, e isso acaba por influenciar no condicionamento de uso da variante não-padrão.

Já na faixa etária ‘acima de 50 anos’, há um número maior de dados na categoria ‘docente’ em relação à variante /e/ – 22 ocorrências – e também no que se refere à variante /a/ – 71 ocorrências. Do outro lado, a categoria ‘lavrador’ apresenta um decréscimo de dados para 223 ocorrência da variante não canônica e 206 dados da variante canônica.

Com base nesses cruzamentos e nas reflexões já feitas, percebemos que, ao analisarmos a ‘faixa etária’ entre sujeitos do campo, precisamos também levar em conta a profissão que exercem, considerando-se que a estrutura social no campo difere expressivamente em relação à composição social de realidades urbanas.

Finalizada essa discussão, passamos à próxima variável independente selecionada pelo Goldvarb.

7.3.5 Variável ‘Etnia’

Tratando-se a amostra advinda de um banco de fala (VARLINFE) cuja principal característica, além da ruralidade, é ser composto por informantes descendentes de eslavos em algum grau, era inescapável tratar de questões étnicas. Assim, com quatro categorias (*polonesa, ucraniana, eslava e mista com outras*), a ‘etnia’ foi o quinto fator selecionado pelo programa como mais significativo para o condicionamento de uso da variante não canônica /e/.

Arquitetamos a hipótese em relação a esse tópico e o uso das variantes /e/ em 1ª conjugação e /i/ em 2ª conjugação aliado à produção fonética de abaixamento vocálico, que seriam especificamente as variantes [a], pertencente ao rol canônico de 1ª conjugação, e [ɛ], relativa ao rol não canônico de 1ª conjugação e canônico de 2ª conjugação, o que se daria pelo viés do contato linguístico.

Entretanto, a ‘produção fonética da vogal’ era uma variável de controle, sendo retirada da análise multivariada na rodada em que foram gerados os pesos relativos. Assim, não pensávamos que a variável ‘etnia’ pudesse ter tanta significância no comparativo entre /a/ e /e/, mas ela acabou por ser significativa, levando-nos a tentar compreender os motivos disso. A tabela a seguir revela aplicação da regra variável sobre o total de ocorrências em cada categoria étnica:

Tabela 18 – Efeito da variável ‘etnia’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|--------------|-------------------|-----------|-------|-------|
| Etnia | Mista eslava | 128/255 | 50,2% | 0.691 |
| | Polonesa | 291/631 | 46,1% | 0.534 |
| | Eslava com outras | 127/216 | 41,2% | 0.450 |
| | Ucraniana | 185/529 | 35% | 0.384 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

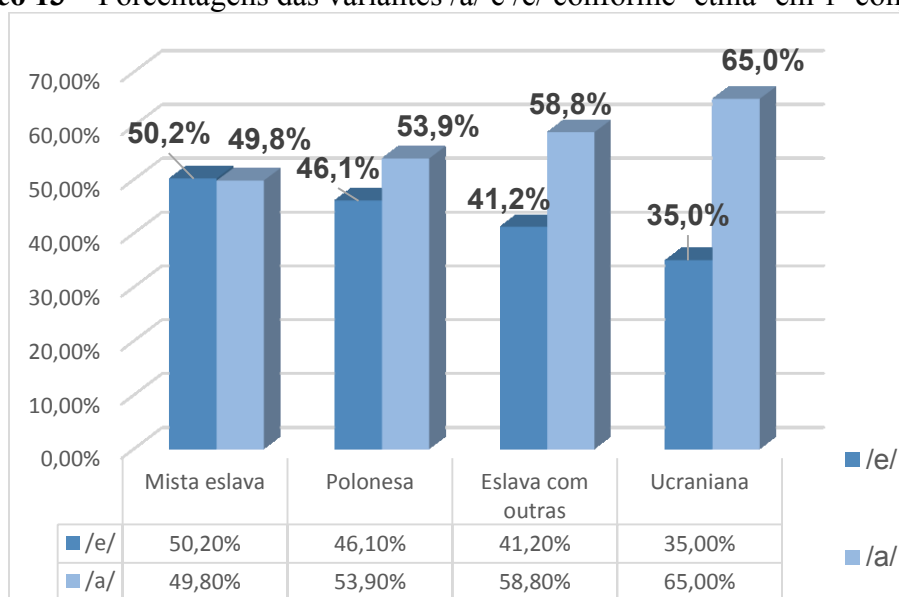
Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

Ordenadas as categorias de forma descendente conforme o maior peso relativo, percebemos que a categoria *mista eslava* é a que favorece o uso da variante não canônica /e/, com peso de 0.691, seguida pela categoria *polonesa*, cujo peso relativo é de 0.534. na sequência, vem categoria étnica menos eslava, por ser *mista com outras* etnias, apresentando peso relativo de 0.450.

Já a etnia *ucraniana* é a que menos privilegia o uso canônico, com 0.384 de peso relativo. Assim, não obstante as etnias que condicionam o uso da variante /e/ estejam no espectro eslavo, não podemos afirmar que o uso não canônico está totalmente ligado às etnias eslavas, porque os ucranianos da amostra apresentaram um valor baixo de condicionamento de uso. Observemos a distribuição das variantes canônica /a/ e não canônica /e/, a partir do gráfico:

Gráfico 13 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘etnia’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Os percentuais mostram o uso de 50,2% da variante não canônica /e/ na categoria *mista eslava*, enquanto esse mesmo uso decresce para 35% entre os informantes de etnia somente ucraniana. Nitidamente, os descendentes de ucranianos parecem estar mais preocupados com a utilização da forma canônica.

As questões que nos colocamos a partir desses resultados são:

(i) Por que ucranianos e poloneses diferem tanto no uso desse fenômeno linguístico por nós investigado? (ii) Por que a etnia *mista eslava* é a que mais se destaca no que se refere à aplicação da regra variável?

Acreditamos que podemos encontrar algumas respostas no cruzamento com outras variáveis, como o grau de ruralidade, ilustrado a seguir.

Tabela 19 – Cruzamento entre ‘etnia’ e ‘grau de ruralidade’ – 1ª conjugação

| Etnia | Grau de rural. | Variantes | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
|------------------------|----------------|-----------|-------|------|-------|------|------|------|-------|------|
| | | | | % | | % | | % | | % |
| Polon. | /e/ | | 19 | 29% | 82 | 36% | 190 | 56% | 291 | 46% |
| | /a/ | | 46 | 71% | 145 | 64% | 149 | 44% | 340 | 54% |
| | Total | | 65 | 100% | 227 | 100% | 339 | 100% | 631 | 65% |
| Ucran. | /e/ | | 3 | 6% | 32 | 23% | 150 | 44% | 185 | 35% |
| | /a/ | | 44 | 94% | 107 | 77% | 193 | 56% | 344 | 65% |
| | Total | | 47 | 100% | 139 | 100% | 343 | 100% | 529 | 100% |
| Híbrida eslava | /e/ | | 2 | 6% | 62 | 56% | 64 | 58% | 128 | 50% |
| | /a/ | | 32 | 94% | 48 | 44% | 47 | 42% | 127 | 50% |
| | Total | | 34 | 100% | 110 | 100% | 111 | 100% | 255 | 100% |
| Mista | /e/ | | 3 | 33% | 49 | 52% | 75 | 66% | 127 | 59% |
| | /a/ | | 6 | 67% | 45 | 48% | 38 | 34% | 89 | 41% |
| | Total | | 9 | 100% | 94 | 100% | 113 | 100% | 216 | 100% |
| TOTAL GERAL | /e/ | | 27 | 17% | 225 | 39% | 479 | 53% | 731 | 45% |
| | /a/ | | 128 | 83% | 345 | 61% | 427 | 47% | 900 | 55% |
| | Total | | 155 | 100% | 570 | 100% | 906 | 100% | 1631 | 100% |

Fonte: própria autoria (2020)

A partir do cruzamento das informações, parece que o grau de ruralidade médio pode trazer algumas explicações. Na etnia ucraniana, acontece algo oposto do que o ocorrido nas demais etnias, isto é, os mesmos informantes que se encaixam neste grau produzem pouco a variante canônica /e/ – apenas 23% de uso –, ao passo que a *mista eslava* se utiliza em 56%. Assim, até mesmo os informantes de etnia *mista eslava* que se encaixam em *grau de ruralidade médio* privilegiam o uso da variante não canônica, o que pode ter sido influente para o alto condicionamento de uso manifestado pelo peso relativo de 0.691. Já os ucranianos nesse mesmo

grau de ruralidade apresentam porcentagem de uso muito mais baixa, o que condiz com o resultado de 0.384 de peso relativo.

Um ponto importante a se notar é o número de ocorrências de 631 dados dos *poloneses*, em comparação a 344 de *ucranianos*, 255 de *mista eslava* e 216 de *mista com outras*. É provável que o número dobrado (ou triplicado) de ocorrências em relação às demais etnias possa estar influenciando no número final do peso relativo. Precisamos reconhecer, contudo, que este cruzamento não traz muitas respostas a respeito dos *poloneses*, o que nos impulsiona a fazer outros cruzamentos. Acreditamos que, nesse contexto, a variável ‘escolaridade’ poderia nos mostrar alguns rumos:

Tabela 20 – Cruzamento entre ‘etnia’ e ‘escolaridade’ – 1ª conjugação

| Etnia \ Escolaridade | Variante | Pol. | | Ucra. | | Híb. Esl. | | Mis. c/ Outr. | | Total | |
|----------------------|--------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | % | | % | | % | | % | | % |
| Fund. I | /e/ | 210 | 55% | 82 | 54% | 18 | 40% | 74 | 77% | 384 | 57% |
| | /a/ | 169 | 45% | 69 | 46% | 27 | 60% | 22 | 23% | 287 | 43% |
| | Total | 379 | 100% | 151 | 100% | 45 | 100% | 96 | 100% | 671 | 100% |
| Fund. II | /e/ | 33 | 32% | 86 | 41% | 74 | 59% | 45 | 44% | 238 | 44% |
| | /a/ | 71 | 68% | 126 | 59% | 52 | 41% | 103 | 56% | 307 | 56% |
| | Total | 104 | 100% | 212 | 100% | 126 | 100% | 58 | 100% | 545 | 100% |
| Ensino médio | /e/ | 48 | 32% | 17 | 10% | 36 | 43% | 8 | 47% | 109 | 26% |
| | /a/ | 100 | 68% | 149 | 90% | 48 | 57% | 9 | 53% | 306 | 74% |
| | Total | 148 | 100% | 166 | 100% | 84 | 100% | 17 | 100% | 415 | 100% |
| TOTAL GERAL | /e/ | 291 | 46% | 185 | 35% | 128 | 50% | 127 | 59% | 731 | 45% |
| | /a/ | 340 | 54% | 529 | 65% | 127 | 50% | 89 | 41% | 900 | 55% |
| | Total | 631 | 100% | 344 | 100% | 255 | 100% | 216 | 100% | 1631 | 100% |

Fonte: própria autoria (2020)

Em relação aos *poloneses*, constatamos que a porcentagem das categorias *ensino fundamental II* e *médio* apresentam exata porcentagem de uso da variante não canônica /e/, revelando que, mesmo os informantes poloneses mais escolarizados privilegiam o uso não-padrão. Já na etnia *mista eslava*, já se apresenta uma alta porcentagem de uso de /e/ na categoria de *ensino fundamental II*, com 59% de uso, havendo um decréscimo no *ensino médio*, 43%, mas que ainda consiste num alto valor.

Na contramão disso, a etnia ucraniana apresenta apenas 10% de uso não canônico na categoria *ensino médio*, resultado que revela uma forte interferência da escolaridade mais alta entre ucranianos barrando o uso dessa forma não-padrão. Posto isso, por que essa opção pela norma padrão da língua acontece nesse grupo de sujeitos e não nos demais grupos?

Reconhecemos que há respostas que nem sempre os grupos de fatores e análise quantitativa podem nos dar. Porém, a partir da oitiva das entrevistas e do conhecimento da realidade local, o pesquisador pode trazer algumas considerações. Em relação aos *ucranianos* da amostra, por exemplo, foi percebido que a maioria deles reside em Prudentópolis e, nessa localidade, a cultura e língua ucraniana são ainda muito preservadas, de modo que muitas crianças falam apenas ucraniano em casa e aprendem o português somente na escola. O resultado disso é que acabam por aprender um português formal da escola, excluindo-se algumas variantes não-padrão, como parece ser o caso do objeto linguístico desta tese.

Para além disso, vários informantes da localidade relatam ter estudado num colégio – em regime de internato – de freiras ucranianas, que eram todas falantes da língua eslava, mas davam aulas em português e eram bastante exigentes em relação aos conteúdos aprendidos e em relação à norma padrão da língua portuguesa. Talvez essa configuração histórico-social de influência do colégio das irmãs ucranianas na localidade devesse ser mais bem explorada para pensarmos nos efeitos disso na língua dos informantes da amostra, além da questão da aquisição da língua portuguesa em contexto escolar, como se pode ver a partir deste depoimento.

(39) A gente quando entrô na escola não sabia nada, né, falá em brasileiro. Daí lá na escola era proibido, né? Falá em ucraniano [inint, ruídos], daí cuns amigo ali falava, porque num sabia fala em brasileiro. Entón, foi ali que nós **aprend[e]mo** a falá em português. **(PRU, mas, fund. II, mais jovem)**

Já a etnia *mista eslava* apresenta uma particularidade interessante que foi possível captar pela oitiva das entrevistas. Posto que os informantes que se encaixam nessa categoria étnica são filhos de pais de etnias eslavas diferentes, a língua falada em casa passava a ser o português, para que ambos se entendessem. Há casos em que a língua de um dos pais prevalece, mas a questão da miscigenação das etnias, ainda que no âmbito eslavo, acaba por influenciar na aquisição da língua materna desses informantes.

É justamente nesse ponto da aquisição da língua que surge mais uma questão: além da escola e dos professores, com quem mais esses informantes aprenderam a língua portuguesa? A resposta que muitos apresentam nas entrevistas é que foi com os vizinhos e colegas “brasileiros” ou “caboclos”, e o português desses sujeitos do campo, pequenos agricultores, estava longe do português da norma padrão.

Feitas essas reflexões, questões como a língua materna dos informantes e com quem/onde aprenderam o português parecem ser importantes para a compreensão mais

aprofundada dessas comunidades linguísticas, mas reconhecemos que, neste momento, não será possível considerar esses aspectos nesta pesquisa.

Outras variáveis sociais selecionadas pelo programa estatístico podem trazer mais alguns direcionamentos interpretativos, como é o caso da variável ‘diatopia’.

7.3.6 Variável ‘Diatopia’

O fator condicionante da ‘diatopia’ foi o sexto a ser selecionado pelo Goldvarb como o mais significativo para a aplicação da regra variável. Ancoramos nossa hipótese no fato de que a mesorregião apresenta forte característica rural em relação ao restante do Paraná e também no fato de que a mesorregião *Sudeste* do Paraná apresenta municípios com baixo índice de urbanização, o que foi medido pelo IBGE com base na urbanização das vias públicas.

Em suma, as localidades o seguinte ranqueamento de taxa de urbanização: 1) Rio Azul (31,5%); 2) Cruz Machado (28%); 3) Prudentópolis (22,2%); 4) Irati (21,3%); 5) Ivaí (14,5%); 6) Rebouças (12%); e 7) Mallet (11,6%). Assim, num primeiro momento, pensamos que tais taxas pudessem servir como base para a variação morfofonológica investigada nesta tese, mas os resultados obtidos foram estes:

Tabela 21 – Efeito da variável ‘diatopia’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|-----------------|---------------|-----------|-------|-------|
| Diatopia | Irati | 129/214 | 60,3% | 0.751 |
| | Rio Azul | 170/314 | 54.1% | 0.608 |
| | Cruz Machado | 97/224 | 43.3% | 0.497 |
| | Prudentópolis | 72/242 | 29.8% | 0.476 |
| | Ivaí | 82/184 | 46.6% | 0.451 |
| | Mallet | 55/178 | 30.9% | 0.376 |
| | Rebouças | 126/275 | 45.8% | 0.308 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

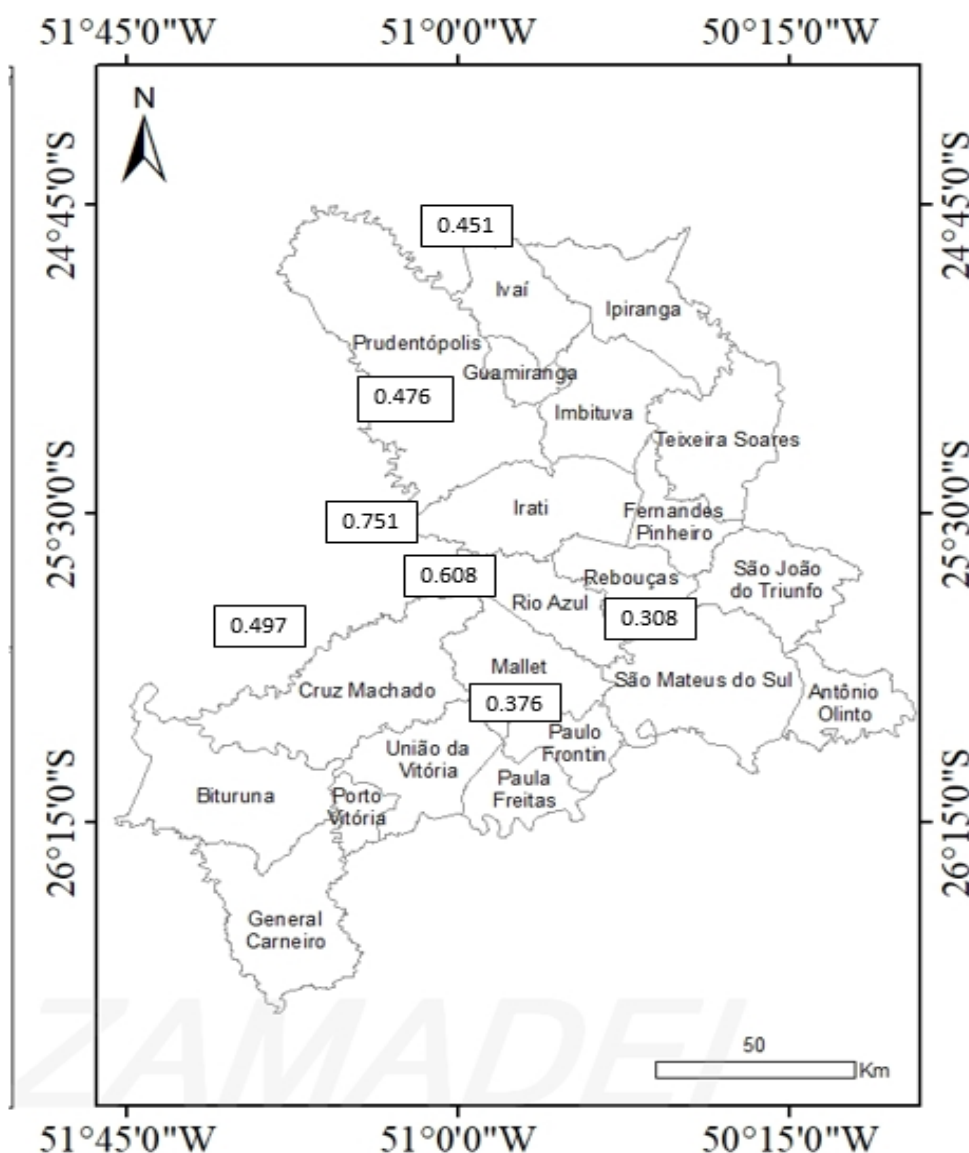
Fonte: própria autoria (2020)

Como podemos perceber, a cidade de Irati é a que apresenta maior peso relativo para o condicionamento de uso da forma não canônica, com 0.751 de peso relativo, mas é a quarta cidade no ranking, com 21,3% de taxa de urbanização. Já as cidades de Mallet e Rebouças são as que apresentam menor taxa de urbanização – 12% e 11,6%, respectivamente –, mas, em

contradição à nossa hipótese de que favoreceriam o uso não canônico, acabam por ter os menores índices de peso relativo: 0.376 (Mallet) e 0.308 (Rebouças).

Poderíamos, então, pensar no espaço geográfico dessas localidades, a fim de se verificar uma aproximação numérica entre os municípios componentes da amostra, conforme é feito no mapa a seguir:

Figura 34 – Mapa do Sudeste do Paraná com pesos relativos conforme variável ‘diatopia’ – 1ª conjugação



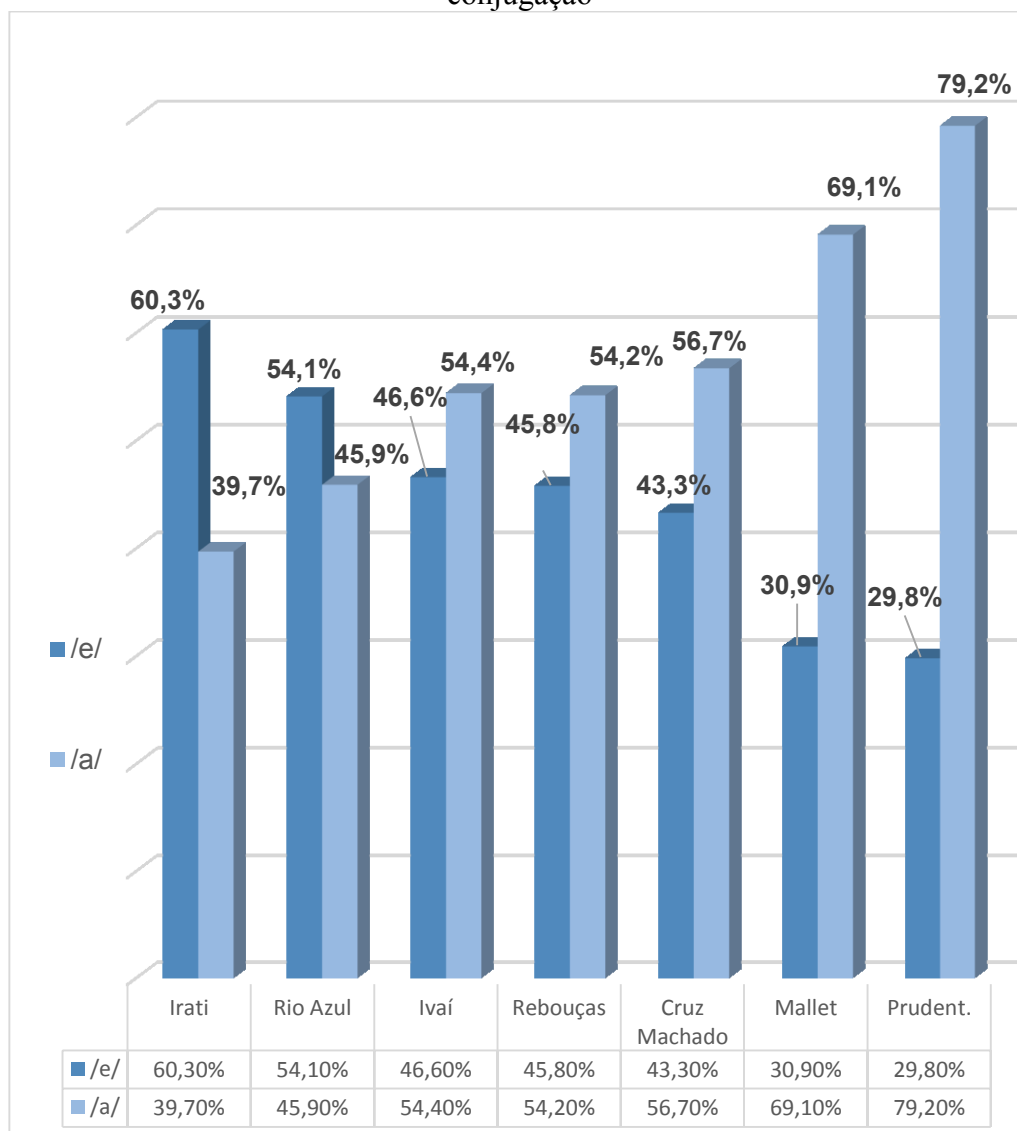
Fonte: própria autoria (2020)

Analisando-se o espaço geográfico, notamos que as cidades com maior peso relativo condicionando a variante não canônica, Irati (0.751) e Rio Azul (0.608) estão próximas no mapa, mas a cidade de Prudentópolis, porém, ao lado de Irati, apresenta um peso relativo de

0.476, impedindo-nos de afirmar que o espaço geográfico estaria intrinsecamente ligado ao uso da variante não canônica.

Para compreendermos melhor esse uso não canônico em comparação ao canônicos, verificando-se as porcentagens de uso, vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘diatopia’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Observamos que Prudentópolis apresenta a menor porcentagem de uso da variante não canônica (29,8%), em similaridade com Mallet, que apresenta 69,1% de uso da variante /e/.

Do lado oposto do gráfico, está Irati com um alto uso de 60,3% da forma não canônica. Esses resultados, em contraposição ao grau de urbanização e à disposição geográfica das

localidades dentro da mesorregião *Sudeste* do Paraná que poderia estar levando os sujeitos dessas localidades a apresentarem tal performance linguística?

Nesse contexto de dúvidas, a interação entre os fatores se faz essencial, e, a partir desse processo de cruzamento de variáveis, percebemos que o ‘grau de ruralidade’ parece trazer alguns esclarecimentos:

Tabela 22 – Cruzamento entre ‘diatopia’ e ‘grau de ruralidade’ – 1ª conjugação

| Diatopia \ Grau de rural. | Variantes | Baixo | | Médio | | Alto | | Total | |
|---------------------------|--------------|-------|------|-------|------|------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % |
| Irati | /e/ | 0 | 0% | 23 | 48% | 106 | 73% | 129 | 60% |
| | /a/ | 20 | 100% | 25 | 52% | 40 | 27% | 85 | 40% |
| | Total | 20 | 100% | 48 | 100% | 146 | 100% | 214 | 100% |
| Mallet | /e/ | 5 | 10% | 28 | 42% | 22 | 36% | 55 | 31% |
| | /a/ | 46 | 90% | 38 | 58% | 39 | 64% | 123 | 69% |
| | Total | 51 | 100% | 66 | 100% | 61 | 100% | 178 | 100% |
| Prudentópolis | /e/ | 0 | 0% | 4 | 7% | 68 | 38% | 72 | 30% |
| | /a/ | 7 | 100% | 50 | 93% | 113 | 62% | 170 | 70% |
| | Total | 7 | 100% | 54 | 100% | 181 | 100% | 242 | 100% |
| Rio Azul | /e/ | 3 | 43% | 84 | 44% | 83 | 70% | 170 | 54% |
| | /a/ | 4 | 57% | 105 | 56% | 35 | 30% | 144 | 46% |
| | Total | 7 | 100% | 189 | 100% | 118 | 100% | 314 | 100% |
| Rebouças | /e/ | 14 | 34% | 12 | 36% | 100 | 50% | 126 | 46% |
| | /a/ | 27 | 66% | 21 | 64% | 101 | 50% | 149 | 54% |
| | Total | 41 | 100% | 33 | 100% | 201 | 100% | 275 | 100% |
| Cruz Machado | /e/ | 5 | 50% | 57 | 44% | 35 | 41% | 97 | 43% |
| | /a/ | 5 | 50% | 72 | 56% | 50 | 59% | 127 | 57% |
| | Total | 10 | 100% | 129 | 100% | 85 | 100% | 224 | 100% |
| Ivai | /e/ | 0 | 0% | 17 | 33% | 65 | 57% | 82 | 45% |
| | /a/ | 19 | 100% | 34 | 67% | 49 | 43% | 102 | 55% |
| | Total | 19 | 100% | 51 | 100% | 114 | 100% | 184 | 100% |
| TOTAL | /e/ | 27 | 17% | 225 | 39% | 479 | 53% | 731 | 45% |
| | /a/ | 128 | 83% | 345 | 61% | 427 | 47% | 900 | 55% |
| | Total | 155 | 100% | 570 | 100% | 906 | 100% | 1631 | 100% |

Fonte: própria autoria (2020)

A interação entre a ‘diatopia’ e ‘grau de ruralidade’ revela alguns detalhes interessantes em relação à localidade de Irati no que se refere ao grau *alto* de ruralidade, pois há um uso de 73% da variante não canônica desta categoria, mostrando que os sujeitos com maior grau de ruralidade na cidade de Irati são os que estão liderando o uso não canônico do fenômeno linguístico que investigamos. De modo similar, essa liderança de uso pelos indivíduos com maior grau de ruralidade também é confirmada em Rio Azul, com 70% de uso de /e/ na categoria *alto*.

No caminho oposto a isso, a cidade de Mallet apresenta baixo uso da variante não canônica até mesmo entre os informantes classificados como em *alto* grau, havendo uso muito

baixo de apenas 36% de tal variante. Também a cidade de Rebouças apresenta a mesma porcentagem de uso não canônico – 36% –, porém na categoria de *médio* grau de ruralidade.

Essas minúcias na análise desvelam a importância da variável ‘grau de ruralidade’ por nós construída no que se refere aos estudos de fenômenos rurais. Cabe retomar aqui que o aspecto geográfico, por si só, não parece condicionar o uso não canônico do fenômeno morfofonológico que investigamos, dado que essa mesma variação é observada em todo o Sul do Brasil (cf. PEREIRA; MARGOTTI, 2018), no estado do Espírito Santo (cf. FOEGER, 2014), no interior de São Paulo (AMARAL, 1920), em Brasília (BORTONI-RICARDO, 2005) e até mesmo em terras lusitanas (VASCONCELOS, 1901; SVOBODOVÁ, 2017).

Assumimos, portanto, a visão de que, no que tocante à alternância vocálica de /a/ para /e/ precedente ao sufixo de pessoa-número, a ‘diatopia’ é um fator condicionante importante desde que em associação à medição da ruralidade das localidades investigadas.

7.3.7 Variável ‘Grau de etnicidade’

Nossa hipótese em relação ao ‘grau de etnicidade’, a sétima variável selecionada pelo Goldvarb como significativa em relação à regra variável proposta nesta tese, era em relação às variantes [a] e [ɛ], consideradas não canônicas eslavas, de que elas ocorreriam apenas na fala de sujeitos com maior *grau de etnicidade* (e de bilinguagem), por conta de sua imersão linguística na língua eslava.

Entretanto, o número dessas variantes em 1ª conjugação foi de apenas 18 ocorrências, e a ‘produção fonética da vogal’ foi desconsiderada da rodada estatística que gerou os pesos relativos. Assim, em relação à variante não canônica /e/, não tínhamos hipótese inicial em relação ao fenômeno linguístico.

Antes de irmos aos resultados, observemos um conjunto de dados que revela a identidade eslava dos informantes da amostra, bem como dados do fenômeno em análise:

(40) [sobre a língua ucraniana, se cultivam] Nós **cultiv[ẽ]mo**, porque a gente não esquece de- de que aprende de pequeno, de criança, né? (**MAL, mas, ensino méd., mais velho, GRAU 3**)

(41) Entrevistador: [...] Vocês colocam feno na sala, ainda, no Natal? Entrevistada: Sim [com ênfase]. Entrevistador: E qual o sentido? Entrevistada: **coloc[ẽ]mo** esse feno no- na- na- na sala, nós **coloc[ẽ]mo**, fizemo presépio, mais isso sem o presépio sem o feno num- num- num tem aquele já o memo sentido, **coloc[ẽ]mo** pinherinho,

coloc[ẽ]mo presépio, mais tem que tê o feno porque ele dá um chero assim gostoso na sala. Parece que [hes] que é o “chatelvétio” ali memo. Aí nós **coloc[ẽ]mo** na mesa antes de colocá os alimento, dai **coloc[ẽ]mo** o- estendemo uma toalha de mesa pra tê esse Jesus em cima da nossa mesa, que nós **fal[ẽ]mo** que... o pai sempre fala que é o Jesus que nasceu em cima do feno. Intão, nói não podemos, né? Terminá cum essa- e num é poco, nós **coloc[ẽ]mo** sala intera pra ficá cherando memo. E daí esse feno, às veiz, nós dexemo que fique até o Ano Novo. Daí o Ano Novo, né? Daí as crianças venhum fazê o [palavra em ucraniano], daí só depois do Ano Novo que nós **tir[ẽ]mo** o feno, e o pinherinho e o- porque ele resseca muito esse feno. E o pinherinho e o- o- p presépio, nói **dex[ẽ]mo** até o padre vim venezê a casa. Só depois que padre venceu a casa, daí nós **tir[ẽ]mo**. Esse feno, maioria nós **tir[ẽ]mo** dois, treis dias antes, **sec[ẽ]mo** na sombra, nõ no sol, porque no sol ele requeima muito, **sec[ẽ]mo** na sombra, pra ele tê aquele chero gostoso, de feno memo. **(PRU, fem, ensino méd., mais jovem, GRAU 3)**

(42) Nós memo os de casa aqui [hes] fazemo, **cultiv[ẽ]mo** a colenda. **(RIO, mas, fund. I, mais velho, GRAU 3)**

(43) Agora nós **mud[e]mo** o borscht, porque o borscht, antes nós fazia repoiu cozido, endro e beterraba. Era esse o borscht. Só que agora nós **mud[e]mo**. Agora tem o osso, mas tem a- tem a- o arroz e a batatinha. [est] Nós **coloc[ẽ]mo**. **(RIO, fem, fund. II, mais jovem, GRAU 3)**

(44) Entrevistadora: E falando em mudá... que festas que vocês assim já... Natal, Páscoa, assim, vocês comemoravam sempre ou não? Entrevistada: Não, era só o Natal da baba, né? Sempre comera- **comemor[ẽ]mo** até o dia de hoje o Natal aqui em casa é dia sete de janeiro. [...] Em dezembro, nós sempre dizia assim: Natal dos brasileiro. **(IRA, fem, fund. I, mais jovem, GRAU 3)**

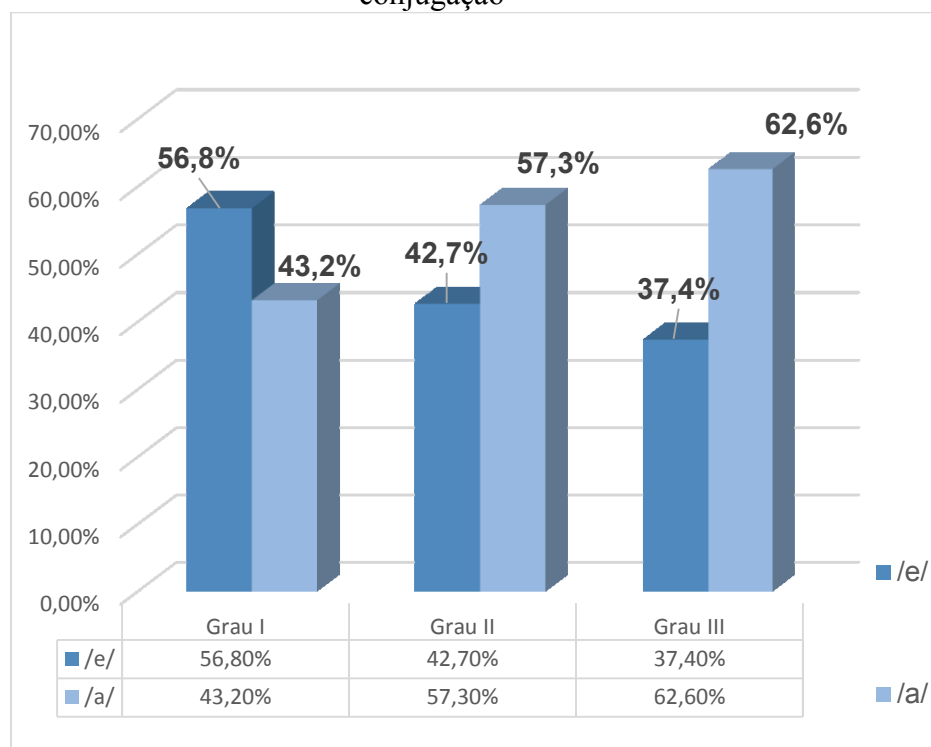
(45) [sobre a data de chegada dos imigrantes] A gente nõ- nõ sabe bem certinho, mais [hes], como diz, já **comemor[ẽ]mo** cento e vinti anos, né? Da- da vinda da imigração. **(PRU, fem, fund. II, mais velha, GRAU 3)**

As ocorrências entre (40) e (45) são todas de informantes classificados com ‘grau de etnicidade’ III, porque se encaixavam em todos os critérios que constituíram o rol de características para mensurar esse grau, a lembrar: (i) uso contínuo da língua; (ii) religiosidade

participativa; (ii) conhecimento histórico sobre a imigração; (iv) conhecimento sobre atividades culturais da etnia; (v) seguir tradições; (vi) transmissão geracional da língua eslava.

Além dessas particularidades, os dados arrolados mostram o uso variável entre as variantes canônica /a/ e não canônica /e/ entre esses sujeitos. Nesse contexto, os resultados obtidos foram:

Gráfico 15 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘grau de etnicidade’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

A partir do gráfico, observamos uma curva descendente de uso não canônico de acordo com o aumento do ‘grau de etnicidade’, isto é, quanto maior o grau de identidade eslava, menor o uso da variante /e/, sendo que o grau I é o que apresenta maior uso, com 56,8%, e o grau III, o menor uso, com 37,4%.

Esse resultado nos revela que a variação morfológica investigada nesta tese não está associada à identidade eslava, isto é, não se trata de um fenômeno prototípico nas comunidades eslavas, diferentemente, por exemplo, do abaixamento vocálico (cf. MILESKI, 2017), que é algo vinculado à etnia polonesa. A geração dos pesos relativos clarifica ainda mais essa constatação:

Tabela 23 – Efeito da variável ‘grau de etnicidade’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|--------------------|--------------|-----------|-------|-------|
| Grau de etnicidade | Grau I | 277/488 | 56.8% | 0.739 |
| | Grau II. | 213/499 | 42.7% | 0.387 |
| | Grau III | 241/644 | 37.4% | 0.394 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.739 em relação ao grau I expõe o condicionamento alto dessa categoria para aplicação da regra variável. Assim, considerando que, quanto menor o grau de etnicidade eslava, maior o de etnicidade brasileira (ou miscigenada), seria esse uso não-padrão algo típico de uma brasilidade ou lusitanidade?

Os dados desse fenômeno registrados em Portugal, conforme Vasconcelos (1901), Svobodová (2017) e outros autores (cf. Capítulo IV), já apontavam que o fenômeno linguístico da alternância vocálica pode ter tido raízes em terras portuguesas (cf. NARO; SCHERRE, 2017), de maneira que faz muito mais sentido afirmar que estejam mais relacionados a uma *eticidade brasileira* (ou *portuguesa*) do que a uma *eticidade eslava*.

Finalizando-se o raciocínio analítico, os resultados em relação ao ‘grau de etnicidade’ nos dão embasamento para afirmar que o uso das formas não canônicas nessas comunidades linguísticas eslavas se dá muito mais em virtude de sua ruralidade, do que sua *ucranidade* ou *polonidade*.

A próxima variável tratada na pesquisa sai do âmbito das questões extralinguísticas e mostra o condicionamento de uso dado pela variável interna ‘realização de PN’.

7.3.8 Variável ‘Realização de PN’

No que se refere à variável independente interna ‘realização de PN’, tínhamos uma hipótese bastante clara alicerçada nos resultados de Bortoni-Ricardo (2011), Foeger, Yacovenco e Scherre (2017), Zilles, Maya e Silva (2000), Foeger (2014), Pereira (2014), Pereira e Margotti (2018), de que haveria uma forte correlação entre o uso da variante não canônica /e/ e da forma de PN /mo/, bem como uma desvinculação de /mos/ em relação a essa mesma variante.

Os resultados gerados pelo programa estatístico atestaram a nossa hipótese, como pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 24 – Efeito da variável ‘Realização do sufixo de PN’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|-----------------------------------|-------------------|-----------------|--------------|-------|
| Realização do sufixo de PN | Canônico /mos/ | 5/52 | 9.6% | 0.162 |
| | Não canônico /mo/ | 726/1579 | 46% | 0.514 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

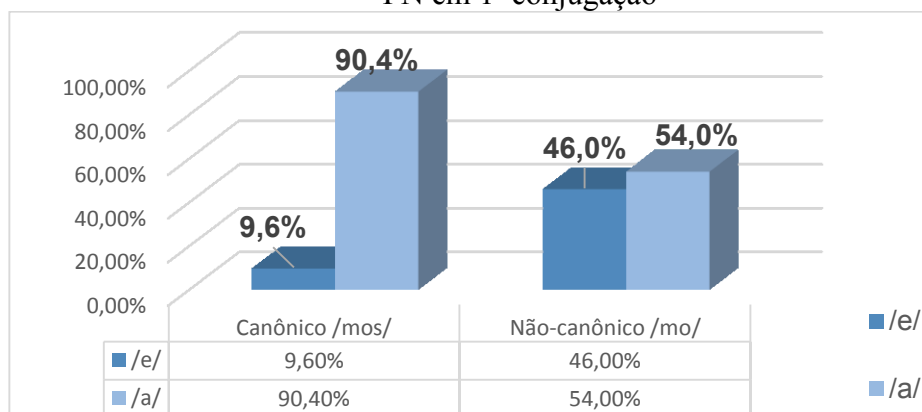
Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.162 para o uso de /mos/ associado ao /e/ indica que esses segmentos morfológicos parecem caminhar em direções opostas. Por outro lado, o uso /mo/ condiciona o uso da variante /e/, havendo um peso relativo de 0.514. Isso fica claramente demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 16 – Porcentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘Realização do sufixo de PN em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Mas é preciso salientar que o uso /mo/ é bastante generalizado, sendo registradas 1579 ocorrências em oposição a apenas 52 ocorrências de /mos/, num universo de 1.631 dados que compõem o cópús de 1ª conjugação.

Os dados do cópús já mostrados ao longo deste capítulo expõem a escassez de ocorrências com o sufixo de PN /mos/. Trazemos mais alguns exemplos ao leitor, mostrando os raros usos de /mos/ e alguns de /mo/:

- (46) Tem dias que nós **jant[ẽ]mo** aqui, que gostum de jantá mais cedo, né? Daí nós comemo um poquinho com eles, daí nós se **apront[ẽ]mo** e vamo lá, lá na mãe [...]
(IVA, fem, fund. I, mais jovem)
- (47) A gente já se mudô pra Ponta Grossa. **Fic[ẽ]mos** quatro meses. (IVA, fem, ensino médio, mais jovem)
- (48) Daí se **encontr[ẽ]mos** um dia, **convers[ẽ]mos** e daí **continu[ẽ]mos**. (RIO, fem, ensino médio, mais velha)

A magnitude de ocorrências da flexão de PN /mo/ é um grande indício do que argumentamos no capítulo V desta pesquisa, i.e., de que os falantes dessas comunidades adquirem a forma não-padrão do sufixo de pessoa-número /mo/ e acabam por inserir o segmento /s/ quando se deparam com o processo de escolarização.

Cruzando-se as variáveis ‘realização de PN’ com ‘escolaridade’, fica ainda mais clara a evidência. O cruzamento entre /mos/ e ‘escolaridade’ explicita que o número de ocorrências de /mos/ cresce conforme vai aumentando o nível de escolaridade, sendo que, no ensino fundamental I, houve registro de apenas 4 ocorrências.

Já no ensino fundamental II, esse uso cresce para 12 ocorrências, aumentando, por fim, para 34 ocorrências no nível de ensino médio. Em direção oposta, o número de ocorrências de /mo/, embora generalizado, vai diminuindo de acordo com o aumento da escolaridade – 667, 531 e 381 ocorrências respectivamente.

Tabela 25 – Cruzamento entre ‘realização de PN’ e ‘escolaridade’ – 1ª conjugação

| Etnia / Escolari. | Variante | /mos/ | % | /mo/ | % | Total | % |
|----------------------|--------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Fund. I | /e/ | 1 | 25% | 383 | 57% | 384 | 57% |
| | /a/ | 3 | 75% | 284 | 43% | 287 | 43% |
| | Total | 4 | 100% | 667 | 100% | 671 | 100% |
| Fund. II | /e/ | 2 | 14% | 236 | 44% | 238 | 44% |
| | /a/ | 12 | 86% | 295 | 56% | 307 | 56% |
| | Total | 14 | 100% | 531 | 100% | 545 | 100% |
| Ensino médio | /e/ | 2 | 6% | 107 | 28% | 109 | 26% |
| | /a/ | 32 | 94% | 274 | 72% | 306 | 74% |
| | Total | 34 | 100% | 381 | 100% | 415 | 100% |
| TOTAL GERAL | /e/ | 5 | 10% | 726 | 46% | 731 | 45% |
| | /a/ | 47 | 90% | 853 | 54% | 900 | 55% |
| | Total | 52 | 100% | 1579 | 100% | 1631 | 100% |

Fonte: própria autoria (2020)

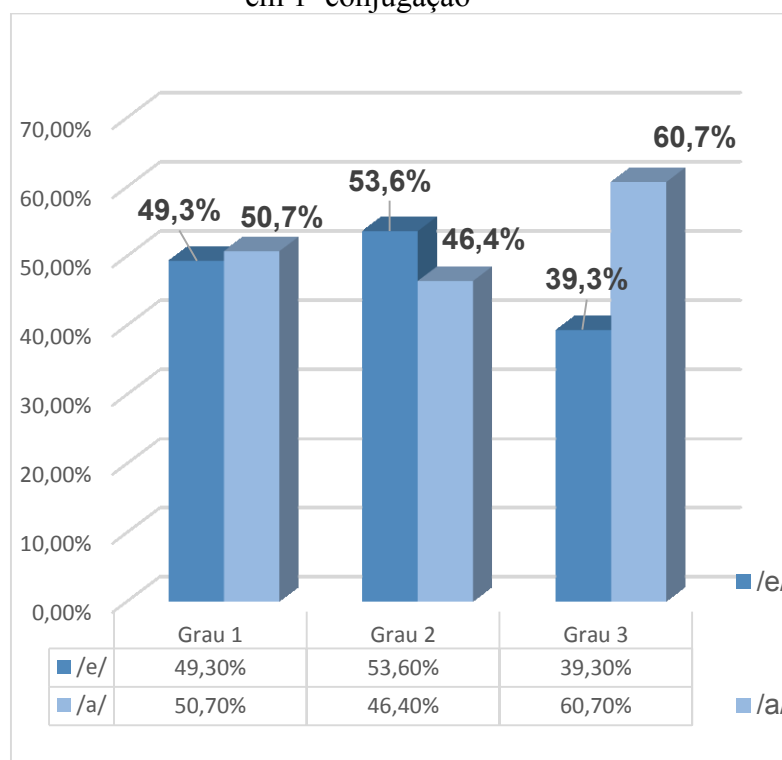
Findada essa discussão, passamos à nona variável selecionada pelo programa Goldvarb – o ‘grau de bilinguagem’.

7.3.9 Variável ‘Grau de bilinguagem’

A respeito da ‘grau de bilinguagem’, tal como no ‘grau de etnicidade’, acreditávamos que estava relacionada às variantes vocálicas eslavas – [a] em 1ª conjugação e [ɛ], não canônica em 1ª conjugação e canônica em 2ª conjugação –, em virtude da questão do contato linguístico entre as línguas eslavas e o português brasileiro (cf. Capítulo I). Mas o número exíguo dessas formas nos cópulas nos impediram de fazer uma análise quantitativa tratando sobre esse tema.

Considerando-se esse contexto, não arquitetamos uma hipótese em relação ao uso da variante não canônica /e/, sem a consideração de sua produção fonética. Obtivemos os seguintes resultados em percentuais:

Gráfico 17 – Percentagens das variantes /a/ e /e/ conforme ‘grau de bilinguagem’ em 1ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Num primeiro olhar ao gráfico, tem-se a impressão de que o *grau 3* estaria mais relacionado ao uso da variante canônica, por conta da porcentagem de 60,7% (491 ocorrências) em oposição ao uso de 39,3% (318 ocorrências) da variante não canônica /e/. Já o *grau 2*, com

53,6% (96 ocorrências) da variante não canônica e 46,4% da canônica /a/ estaria privilegiando o uso da vogal /e/. Por fim, o *grau 1*, com o valor de 49,3% (317 ocorrências) de /e/, contrastando com 50,7% (326 ocorrências) de /a/ estaria no *intermezzo* de uso.

Com base nessas porcentagens, não era esperado que o *grau 3* fosse a categoria selecionada pelo Goldvarb como a que mais condicionasse o uso da variante não canônica /e/, mas o número muito maior de dados em tal categoria (809 ocorrências) em comparação ao número total de 643 ocorrências no *grau 1*, bem como de 179 ocorrências no *grau 2* acabam por interferir na geração dos pesos relativos. Essa grande discrepância numérica (principalmente relacionando grau 2 e 3) gerou este resultado:

Tabela 26 – Efeito da variável ‘grau de bilinguagem’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /a/ para /e/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|----------------------------|--------------|-----------|-------|-------|
| Grau de bilinguagem | Grau 1 | 317/643 | 49.3% | 0,350 |
| | Grau 2 | 96/179 | 53.6% | 0,431 |
| | Grau 3 | 318/809 | 39.3% | 0,635 |
| | TOTAL | 731/1631 | 44,8% | |

Input: 0.250

Log likelihood = -446.771

Significance = 0.011

Fonte: própria autoria (2020)

O que ocorre aqui é um problema de assimetria na distribuição de dados nas três categorias que compõem o fator ‘grau de bilinguagem’, o que, conforme Guy (2007), gera um problema no que se refere à ortogonalidade da amostra. Ou seja, a um conjunto de dados não equilibrado acaba por comprometer a análise estatística. “Com uma distribuição equilibrada, obtemos resultados analíticos robustos e significativos, com os valores dos fatores demonstrando, como era esperado, que os fatores “a” e “x” substancialmente favorecem a “regra”.” (GUY, 2007, p. 59).

Essa dificuldade ocorre quando trabalhamos com categorias mais abertas (e menos estratificadas do que as variáveis “tradicionais” da sociolinguística, como ‘escolaridade’ e ‘faixa etária’, por exemplo). Quando tratamos de bancos de fala que apresentam características mais identitárias, como é o caso do VARLINFE, podemos nos deparar com essa questão da não ortogonalidade das variáveis.

Uma possibilidade de solução para o problema seria redimensionar essa variável em mais uma categoria (decompondo o grau 3 em mais um grau), para equalizar o número de ocorrências em cada categoria. No entanto, nem sempre as informações que temos nas fichas

sociais e nas entrevistas nos permitem fazer uma estratificação mais pormenorizada e, além disso, como essa variável foi a última escolhida pelo programa, optamos por não nos deter mais nessa problematização, mas deixamos registradas as reflexões e críticas em relação a tal fator condicionante.

7.4 RESULTADOS DE 2ª CONJUGAÇÃO

Nesta seção são descritos os resultados de 2ª conjugação relativamente às variantes canônica /e/ e não canônica /i/. Foram obtidos 227 dados, sendo 110 ocorrências da variante canônica (48,5%) e 117 da variante não canônica (51,5%).

Antes, porém, de apresentarmos os resultados da análise multivariada, vejamos a distribuição das variantes em cada uma das variáveis investigadas. Esses resultados gerais nos permitem visualizar os índices utilizados nos cruzamentos das variáveis não selecionadas pelo programa.

Do mesmo modo que fizemos para os resultados gerais da 1ª. conjugação, para facilitar a leitura, como a regra variável foi articulada com base no uso não canônico e é esse ponto que almejamos focalizar nesta pesquisa, sombreamos de cinza os resultados relativos às variantes não canônicas.

Tabela 27 – Resultados gerais de 2ª conjugação – ocorrências e porcentagens

| VARIÁVEIS | Fatores | /i/ | | /e/ | | TOTAL | |
|---------------------|-------------------|-------|--------|-------|--------|-------|-------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Diatopia | Irati | 6 | 42.9% | 8 | 57.1% | 14 | 6.2% |
| | Mallet | 18 | 54.5% | 15 | 45.5 % | 33 | 14.5% |
| | Prudentópolis | 3 | 10% | 27 | 90% | 30 | 13.2% |
| | Rio Azul | 31 | 64.6% | 17 | 35.4% | 48 | 21.1% |
| | Rebouças | 16 | 47.1% | 18 | 52.9% | 34 | 15% |
| | Cruz Machado | 20 | 48.8% | 21 | 51.2% | 41 | 18.1% |
| | Ivaí | 16 | 59.3% | 11 | 40.7% | 27 | 11.9% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Sexo | Feminino | 61 | 48.4 % | 65 | 51.6% | 126 | 55.5% |
| | Masculino | 49 | 48.5 % | 52 | 51.5 % | 101 | 44.5% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | | 48.5% | | 51.5% | | |
| Escolaridade | Até Fundamental I | 54 | 59.3 % | 37 | 40.7% | 91 | 40.1% |
| | Fundamental II | 33 | 44% | 42 | 56% | 75 | 33% |
| | Ensino Médio | 23 | 37.7% | 38 | 62.3% | 61 | 26.9% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Faixa etária | Até 50 anos | 65 | 52.8% | 58 | 47.2% | 123 | 54.2% |

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|------------------------|-------|--------|-------|-------|-----|-------|
| | Acima de 50 anos | 45 | 43.3% | 59 | 56.7% | 104 | 45.8% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Etnia | Polonesa | 59 | 60.2% | 39 | 39.8% | 98 | 43.2% |
| | Ucraniana | 21 | 32.3% | 44 | 67.7% | 65 | 28.6% |
| | Híbrida eslava | 15 | 44.1% | 19 | 55.9% | 34 | 15% |
| | Eslava com outras | 15 | 50% | 15 | 50% | 30 | 13.2% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Ocupação | Lavrador | 88 | 50.6% | 86 | 49.4% | 174 | 76.7% |
| | Professor | 4 | 30.8% | 9 | 69.2% | 13 | 5.7% |
| | Dona de casa | 5 | 50% | 5 | 50% | 10 | 4.4% |
| | Outras - | 8 | 47.1% | 9 | 52.9% | 17 | 7.5% |
| | Outras + | 5 | 38.5% | 8 | 61.5% | 13 | 5.7% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Grau de bilinguagem | 1 | 37 | 54.4% | 31 | 45.6% | 68 | 30% |
| | 2 | 13 | 65% | 7 | 35% | 20 | 8.8% |
| | 3 | 60 | 43.2 % | 79 | 56.8% | 139 | 61.2% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Grau de etnicidade | I | 34 | 59.6% | 23 | 40.4% | 57 | 25.1% |
| | II | 27 | 55.1 % | 22 | 44.9% | 49 | 21.6% |
| | III | 49 | 40.5 % | 72 | 59.5% | 121 | 53.3% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Mobilidade | Baixa | 60 | 47.6% | 66 | 52.4% | 126 | 55.5% |
| | Média | 33 | 53.2% | 29 | 46.8% | 62 | 27.3% |
| | Alta | 17 | 43.6% | 22 | 56.4% | 39 | 17.2% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Localismo | Pouco integrados | 2 | 28.6% | 5 | 71.4% | 7 | 3.1% |
| | Mais ou menos int. | 10 | 35.7% | 18 | 64.3% | 28 | 12.3% |
| | Bem integrados | 98 | 51% | 94 | 49% | 192 | 84.6% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Grau de ruralidade | Baixo | 5 | 26.3% | 14 | 73.7% | 19 | 8.4% |
| | Médio | 33 | 38.8% | 52 | 61.2% | 85 | 37.4% |
| | Alto | 72 | 58.5% | 51 | 41.5% | 123 | 54.2% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Realização do sufixo de PN | Canônico /mos/ | 3 | 25% | 9 | 75% | 12 | 5.3% |
| | Não canônico /mo/ | 107 | 49.8% | 108 | 50.2% | 215 | 94.7% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| TMA | Presente do indicativo | 7 | 9% | 71 | 91% | 78 | 34.4% |

| | | | | | | | |
|---------------------|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-----|-------|
| | Pretérito perfeito do indicativo | 103 | 69.1% | 46 | 30.9% | 149 | 65.6% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |
| Item lexical | Outros | 22 | 37.9% | 36 | 62.1% | 58 | 25.6% |
| | Aprender | 37 | 74% | 13 | 26% | 50 | 22% |
| | Conhecer | 16 | 44.4% | 20 | 55.6% | 36 | 15.9% |
| | Vender | 8 | 40% | 12 | 60% | 20 | 8.8% |
| | Comer | 4 | 25% | 12 | 75% | 16 | 7% |
| | Perder | 13 | 86.7% | 2 | 13.3% | 15 | 6.6% |
| | Entender | 1 | 7.1% | 13 | 92.9% | 14 | 6.2% |
| | Sofrer | 5 | 83.3% | 1 | 16.7% | 6 | 2.6% |
| | Viver (e sobreviver) | 3 | 50% | 3 | 50% | 6 | 2.6% |
| | Colher (coier) | 1 | 16.7% | 5 | 83.3% | 6 | 2.6% |
| | TOTAL | 110 | | 117 | | 227 | 100% |
| | | 48.5% | | 51.5% | | | |

Fonte: própria autoria (2020)

Respeitantemente à 2ª conjugação, como já mencionado, há um número de ocorrências bem menor em relação à 1ª, consistindo num total de 227 dados (110 não canônicos e 117 canônicos). Esse resultado aproximado também mostra uma relativa isonomia entre o uso das formas, o que revela a característica dessas comunidades por um forte uso não canônico que difere do esperado na norma padrão da língua portuguesa.

Com base nessa apuração inicial de dados, pudemos perceber que a forma não canônica é usada em alguns contextos específicos, como em associação ao sufixo /mo/ e com o *pretérito perfeito do indicativo*, bem como por determinados grupos sociais, como falantes menos escolarizados e de grau alto de ruralidade, revelando muita semelhança com os resultados percentuais da 1ª. conjugação.

Do rol de 14 variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas propostas (que foram as mesmas da 1ª conjugação), o programa de análise multivariada selecionou quatro variáveis na seguinte ordem: 1) ‘TMA’; 2) ‘diatopia’; 3) ‘faixa etária’; e 4) ‘grau de ruralidade’. Todos esses fatores condicionantes foram também selecionados na 1ª conjugação, revelando que as mesmas forças de restrição estão atuando na alternância vocálica de 1ª e 2ª conjugações. Tratamos das quatro variáveis consoante a ordem estabelecida, em comparação aos resultados de 1ª conjugação, que também apresentaram a variável ‘TMA’ como a primeira selecionada pelo programa de análise multivariada.

Do mesmo modo como na 1ª conjugação, tomamos por base a variante não canônica, que, neste caso, é a vogal /i/, para o estabelecimento da regra variável.

7.4.1 Variável ‘TMA’

A variável independente interna ‘TMA’ está no domínio linguístico e, tal como na 1ª conjugação, foi a mais significativa no que se refere ao objeto de estudo desta tese. Nossa hipótese, já mencionada em inúmeros capítulos e seções desta tese, é de que o pretérito perfeito do indicativo seria a categoria de TMA que mais condicionaria o uso da variante não canônica /i/. Os resultados gerados pela submissão dos dados ao programa Goldvarb puderam atestar tal conjectura:

Tabela 28 – Efeito da variável ‘TMA’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /e/ para /i/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|----------|-------------------------|-----------|-------|-------|
| TMA | Presente do indicativo | 7 /71 | 9% | 0.067 |
| | Pretérito perfeito ind. | 103/149 | 69.1% | 0.799 |
| | TOTAL | 110/227 | 48,5% | |

Input: 0.428

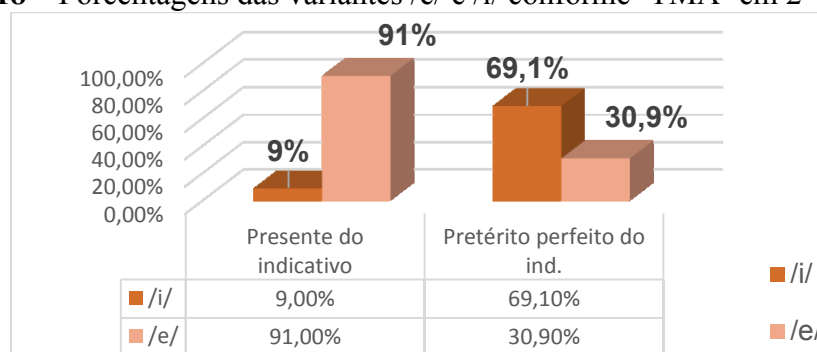
Log likelihood = -88.509

Significance = 0.035

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.799 no tangente ao *pretérito perfeito do indicativo* explicita o condicionamento de uso de /i/ para esse contexto específico de tempo-modo-aspecto, resultado que fortalece a nossa defesa de que a forma não canônica se estabelece na língua para romper com um *sincretismo* de formas que gera ambiguidade temporal aos falantes. Por isso, em 2ª conjugação, formas com /emo/ são usadas de modo variável em *presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo*, mas formas com /imo/ teriam um uso mais especializado para o *pretérito perfeito do indicativo*. Isso pode ser visualizado mais claramente no gráfico 18:

Gráfico 18 – Porcentagens das variantes /e/ e /i/ conforme ‘TMA’ em 2ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Acrescendo-se as informações sobre número de dados, o valor de 9% de /i/ em *presente do indicativo* equivale a apenas 7 ocorrências, em contraposição a 91% de uso da variante canônica /e/, equivalendo a 71 ocorrências.

Na outra categoria de TMA, *pretérito perfeito do indicativo*, tem-se 30,9% de uso de /e/, representando 46 ocorrências, em contraste com 69,1% de /i/, num valor de 103 ocorrências. O conjunto de dados a seguir mostra um pouco dessa realidade linguística das localidades investigadas:

(49) [sobre não terem tido aula naquele ano] **Perd[i]mo** otro ano daí. (RIO, mas, fund. I, mais jovem)

(50) Entrevistadora: E como é que a senhora ia então? Entrevistada: Di a pé! A pezinho... Nós levantava seis horas e tava de a pezito lá na coloi. Não fartava aula e... uma veiz nós **perd[i]mo** essa vez foi... hoje em dia não... cinco minuto nós atrasemo, nós vortemo de Gonçalves Júnio pra num entrá que tinha vergonha de entrá, que nós tava atrasado cinco minuto na iscola. (IRA, fem, fund. II, mais jovem)

(51) Entrevistadora: E a senhora não sabe lê? Entrevistada: Em ucraniano? Sei. Entrevistadora: Sabe lê também? Entrevistada: Sei. Entrevistadora: Ahm...E a senhora aprendeu em casa também? Entrevistada: É... **Aprend[i]mo** na escola. Entrevistadora: Sim. Lá com as irmãs, né? Entrevistada: Lê e escrevê, não assim tão bem, que nem ainda, até esses dia nós tava conversando ali cas mulher da igreja. Pra lê assim alto, eu me apuro, eu gaguejo, sabe? Eu leio pra mim. Não pronunciando as palavras... eu leio tudo, é, um jornal eu leio, mas, se for pra mim pronunçia as palavras, daí a gente já se perde um poco. (IRA, fem, fund. I, mais velha)

(52) Antes de aprendê o português, nós sabia rezá em ucraniano. Depois, **aprend[i]mo** a rezá em português, nunca mais [hes] rezamo em ucraniano. (CRU, fem, ensino médio, mais velha)

(53) Entrevistadora: E, assim, e de comida? O que que a sua vó, a sua mãe fazia que é, assim, típico ucraniano? Entrevistada: Nós, que nós **com[i]mo**, que é o borsht, que é ucraniano, né? Entrevistadora: É uma sopa? Entrevistada: É uma sopa. (IRA, fem, fund. II, mais jovem)

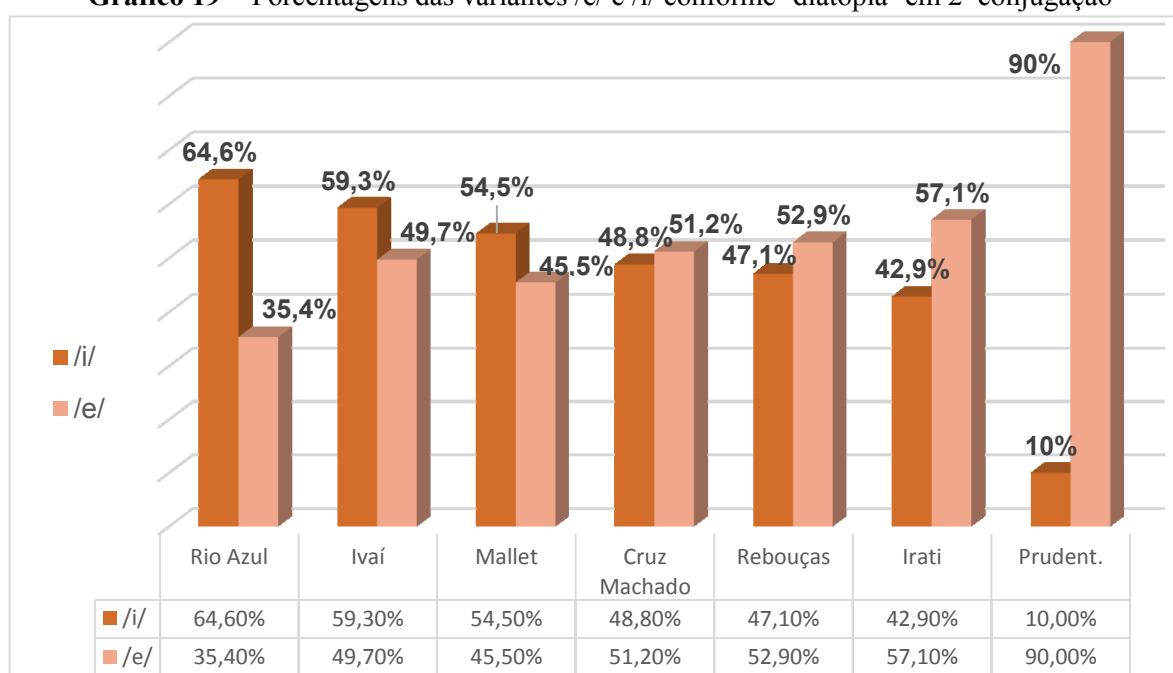
(54) [sobre as tradições] Porque sempre a mema coisa. Nós se reunimo em família, fazemo a Santa Ceia e [hes] rezamo sempre, **com[e]mo** tudo e depois... (PRU, fem, ensino médio, mais jovem)

Tais valores presentes na 2ª conjugação (também em congruências com os resultados de 1ª conjugação) fortalecem nossa argumentação de que, em comunidades rurais brasileiras, como é o caso das localidades componentes do banco VARLINFE, existe uma tentativa de especialização temporal para desambiguar formas que, na norma padrão da língua portuguesa, apresentam uma *neutralização*. Assim, essa variedade rural do *Sudeste* do Paraná (assim como, possivelmente, outras variedades rurais) tem apresentando uma espécie de rearranjo no paradigma verbal do pretérito perfeito do indicativo. Não acreditamos que se trate de um fenômeno isolado a essa macrocomunidade ao sul do Paraná, mas parece ser algo espreado pelo Brasil (e até mesmo em Portugal, ao menos em dada época), porém presente em variedades rurais. Apesar disso, a variável ‘diatopia’ mais uma vez se mostrou favorecedora para o uso não canônico em relação à alternância vocálica.

7.4.2 Variável ‘Diatopia’

Quanto à variável ‘diatopia’, nossa hipótese era a mesma para a 1ª conjugação, com base nas taxas de urbanização mensuradas pelo IBGE, números que recuperamos ao leitor: 1) Rio Azul (31,5%); 2) Cruz Machado (28%); 3) Prudentópolis (22,2%); 4) Irati (21,3%); 5) Ivaí (14,5%); 6) Rebouças (12%); e 7) Mallet (11,6%). Os resultados, ao menos em partes, foram na contramão às taxas de urbanização, como se pode observar:

Gráfico 19 – Porcentagens das variantes /e/ e /i/ conforme ‘diatopia’ em 2ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

A localidade de Rio Azul, que teria a maior taxa de urbanização, é justamente aquela em que o uso da variante não canônica /i/ mais se destacou, com uma porcentagem de quase 65% de uso em oposição aos poucos mais de 35% de uso da variante canônica /e/. A cidade de Mallet, que seria a segunda no índice de urbanização, encontra-se em 3º lugar no favorecimento de uso da variante /i/, com 54,5%, contrastando com os 45,5% de uso da variante canônica /e/.

No lado oposto do gráfico, encontra-se Prudentópolis, com apenas 10% de uso não canônico e 90% de uso canônico, mostrando que esse município parece não favorecer o uso da alternância vocálica para /i/ nas formas verbais focalizadas nesta pesquisa. Mas a sua posição em 7º lugar em relação ao uso não canônico também está em desacordo com o seu 3º lugar relativamente à taxa de urbanização.

Assim, precisamos encontrar, bem como no caso da 1ª conjugação, outras respostas para entendermos de que modo a ‘diatopia’ atua como condicionador de uso da variante não canônica. Vejamos como se comportam os pesos relativos respeitadamente a cada um desses municípios:

Tabela 29 – Efeito da variável ‘diatopia’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /e/ para /i/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|-----------------|---------------|-----------|-------|-------|
| Diatopia | Rio Azul | 31/48 | 64.6% | 0.764 |
| | Mallet | 18/33 | 54.5% | 0.621 |
| | Cruz Machado | 20/41 | 48.8% | 0.619 |
| | Rebouças | 16/34 | 47.1% | 0.530 |
| | Ivaí | 16/27 | 59.3% | 0.420 |
| | Irati | 6/14 | 42.9% | 0.411 |
| | Prudentópolis | 3/30 | 10% | 0.059 |
| TOTAL | | 110/227 | 48,5% | |

Input: 0.428

Log likelihood = -88.509

Significance = 0.035

Fonte: própria autoria (2020)

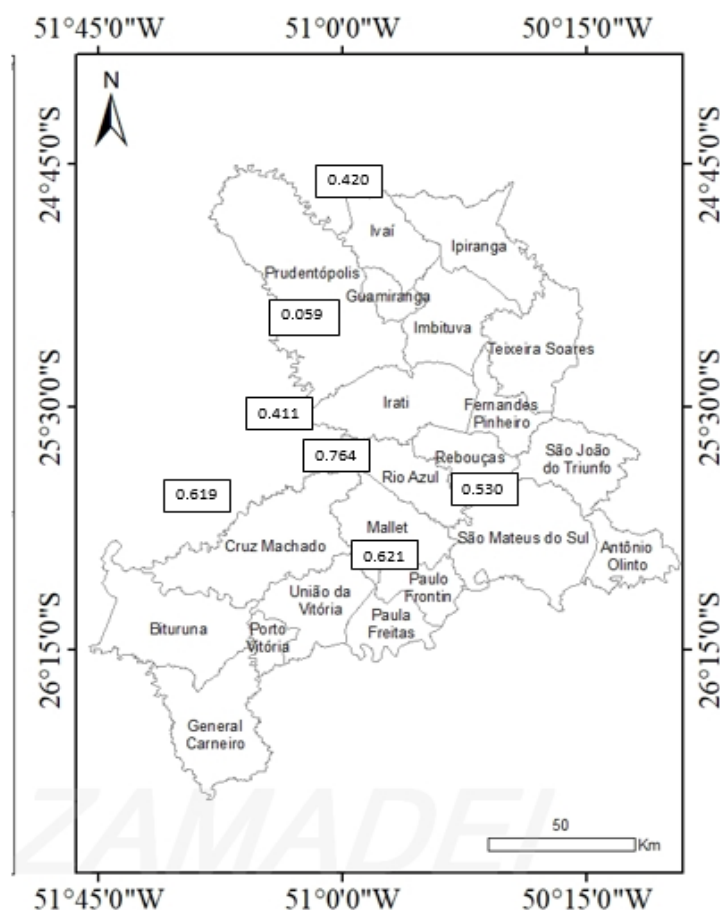
O município de Rio Azul aparece com alto peso relativo de 0.764, revelando forte condicionamento de uso não canônico. Relembramos que algo similar ocorreu em relação a esse mesmo município em 1ª conjugação, quando ele apresentou um peso relativo de 0.608. Desse modo, podemos concluir que a cidade de Rio Azul apresenta forte condicionamento de uso das formas não canônicas em ambas conjugações.

Já a cidade de Mallet, na segunda posição, com 0.621 de peso relativo, havia obtido 0.376 de peso relativo na 1ª conjugação, o que revela uma divergência de uso comparativamente às duas conjugações.

A localidade de Prudentópolis, por sua vez, distancia-se cada vez mais do uso não canônico, demarcando uma maior preferência pelas formas padrão da língua portuguesa, ao menos no que se refere ao fenômeno morfológico da alternância vocálica.

Assim como na 1ª conjugação, colocamos os pesos relativos obtidos mediante o programa Goldvarb no mapa do *Sudeste* do Paraná, nas respectivas cidades componentes do banco VARLINFE, com vistas a verificarmos se, diferentemente da 1ª conjugação, existe uma proximidade geográfica entre as cidades que favorecem o uso da variante não canônica /i/.

Figura 35 – Mapa do Sudeste do Paraná com pesos relativos conforme variável ‘diatopia’ – 2ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

O mapa com os respectivos pesos relativos nos mostra uma proximidade de uso entre as cidades vizinhas Rio Azul (PR: 0.764), Mallet (0.621) e Cruz Machado (0.619), revelando que, no caso da variação não canônica em 2ª conjugação, a questão dos limites geográficos pode ser

influyente na propagação de uso dessa forma. Além disso, traçando-se uma linha entre as cidades de Rio Azul (PR: 0.764), Irati (0.411) e Prudentópolis (0.059), é possível observar um *continuum* de uso entre as cidades.

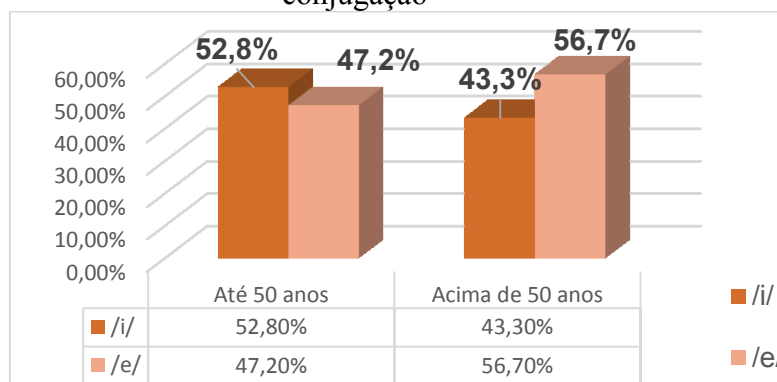
Entretanto, o que nos impede de fazer maiores generalizações é o número de ocorrências de 227 dados da 2ª conjugação, mas, mesmo assim, é possível perceber uma maior congruência de resultados em relação à ‘diatopia’ quando tratamos da variante não canônica /i/. A próxima variável independente selecionada como importante é a ‘faixa etária’, um fator extralinguístico, tal como a ‘diatopia’, porém no terreno do social.

7.4.3 Variável ‘Faixa etária’

Estratificado em duas faixas etárias, o banco VARLINFE está configurado de acordo com os moldes do banco VARSUL da década de 1990. Por se tratar de uma realidade estritamente rural, os papéis sociais exercidos pelos sujeitos nessa realidade, no entanto, diferem dos papéis sociais comuns em áreas urbanas. Com isso, a questão da faixa intermediária como favorecedora das variantes canônicas, devido à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, é algo que não se concretiza em contextos campestres.

Como já apontamos, a amostra desta pesquisa, por exemplo, é composta majoritariamente pela profissão “lavrador”, que se distancia muito da realidade das profissões urbanas, de maneira que esses sujeitos do campo, na idade dos 20 a 50 anos, não se importam tanto em se utilizar de variantes canônicas, porque é algo que sua profissão não exige. Essa particularidade acaba por respingar no fator ‘faixa etária’, no qual obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 20 – Percentagens das variantes /e/ e /i/ conforme ‘faixa etária’ em 2ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

Os percentuais mostram que, na faixa etária mais baixa (até 50 anos), há um uso da variante não canônica /i/ de 52,8% (65 ocorrências), enquanto a variante /e/ apresenta uma porcentagem de 47,2% (58 ocorrências).

Já na categoria *acima de 50 anos*, o percentual de uso não canônico cai para 43,3% (45 ocorrências), e o uso da forma canônica /e/ sobe para 56,7% (59 ocorrências) de uso. A partir dessas informações, constatamos que a faixa etária mais jovem é que está privilegiando o uso da variante não canônica /i/, resultado que está em congruência com os resultados de Foeger (2014), que também trabalha com uma amostra de comunidade rural, no estado do Espírito Santo.

Observemos que os pesos relativos referentes a essas categorias confirmam essa constatação:

Tabela 30 – Efeito da variável ‘faixa etária’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /e/ para /i/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|---------------------|------------------|-----------|-------|-------|
| Faixa etária | Até 50 anos | 65/123 | 52.8% | 0.621 |
| | Acima de 50 anos | 45/104 | 43.3% | 0.358 |
| | TOTAL | 110/227 | 48,5% | |

Input: 0.428

Log likelihood = -88.509

Significance = 0.035

Fonte: própria autoria (2020)

O peso relativo de 0.621 da faixa etária *até 50 anos* em relação ao uso de /i/ desvela essa particularidade de nosso cópús que vai ao encontro de realidades rurais e de encontro a realidades urbanas.

Tocando neste assunto da ruralidade, a variável complexa ‘grau de ruralidade’, por nós montada especialmente para analisar o fenômeno linguístico focalizado nesta pesquisa, foi novamente eleita na análise multivariada como expressiva para o condicionamento de uso da forma não canônica /i/.

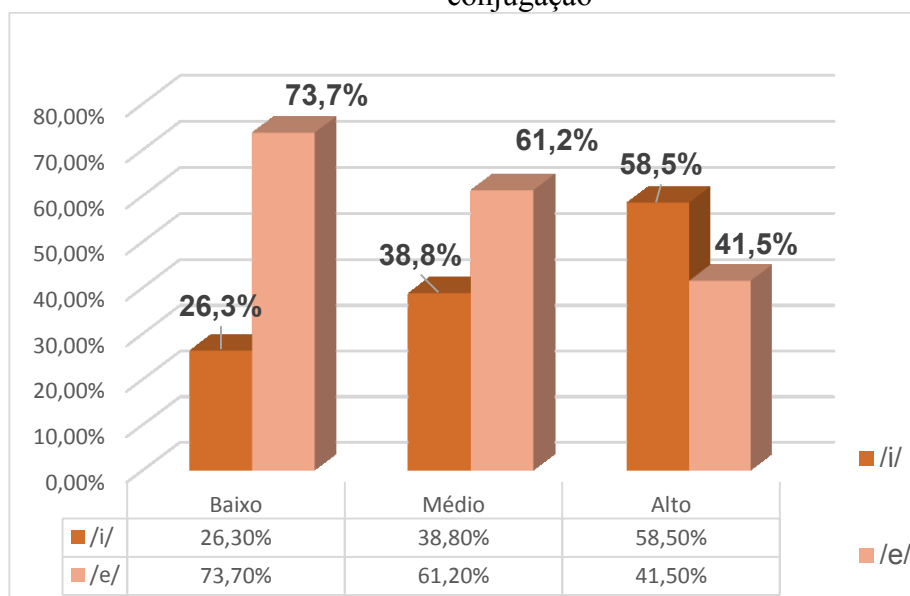
7.3.4 Variável ‘Grau de ruralidade’

O fato de a variável independente ‘grau de ruralidade’ ter sido novamente selecionada é algo que queremos destacar, porque acreditamos que a sua utilização possa auxiliar outros pesquisadores dedicados ao estudo de fenômenos rurais.

Hipotetizamos que quanto maior fosse o ‘grau de ruralidade’ dos falantes, maior seria o uso das variantes não canônicas, e isso já se confirmou com relação à 1ª conjugação (cf. 7.3.2), quando essa variável foi a segunda a ser selecionada.

Em relação aos resultados de 2ª conjugação, observamos essa mesma direção, de acordo com o que se pode notar no gráfico 21:

Gráfico 21 – Porcentagens das variantes /e/ e /i/ conforme ‘grau de ruralidade’ em 2ª conjugação



Fonte: própria autoria (2020)

É possível notar, a partir dos percentuais, uma linha de uso crescente da variante não canônica /i/ conforme o aumento do grau de ruralidade, em oposição a uma linha decrescente de uso da variante canônica /e/. No ‘grau de ruralidade’ *baixo*, há um uso de 73,7% (14 ocorrências) da variante canônica /e/, com apenas 26,3% (5 ocorrências) da não canônica /i/.

Esse número de uso não canônico aumenta no grau *médio*, quando há um número de 38,8% (33 ocorrências) de uso, em oposição a 61,2% (52 ocorrências) da variante canônica. Por fim, a categoria de destaque no que diz respeito à nossa regra variável é o grau *alto* de ruralidade, no qual aparece uma porcentagem de 58,5% (72 ocorrências) de formas com a variante /i/, em contraposição a 41,5% (51 dados) da variante canônica /e/.

A partir disso, esperava-se que, de modo similar ao que ocorreu na alternância vocálica entre /a/ e /e/, seria o grau de ruralidade alto o condicionador de uso da forma não canônica, e essa suposição se confirmou com a geração dos pesos relativos:

Tabela 31 – Efeito da variável ‘grau de ruralidade’ sobre a aplicação do fenômeno morfofonológico da alternância vocálica de /e/ para /i/

| VARIÁVEL | Categorias | Apl./tot. | % | PR |
|--------------------|--------------|-----------|-------|-------|
| Grau de ruralidade | Baixo | 5/14 | 26.3% | 0.438 |
| | Médio. | 33/85 | 38.8% | 0.350 |
| | Alto | 72/123 | 58.5% | 0.615 |
| | TOTAL | 110 | 48,5% | |

Input: 0.428

Log likelihood = -88.509

Significance = 0.035

Fonte: própria autoria (2020)

O PR de 0.615 em relação ao grau *alto* exhibe o favorecimento dessa categoria relativamente ao uso de formas como *aprendimo, comimo, perdimo, vencimo, corrimo, sofrimo, conhecimo*, entre outras que aparecem em nosso cópuz.

Pelo número não tão grande de ocorrências (por conta da natureza menos produtiva dos verbos de 2ª conjugação na língua portuguesa), não trouxemos tantos exemplos de dados neste capítulo, mas o faremos no capítulo VIII, em que pretendemos trazer outras explicações linguísticas para esse uso comum em nosso cópuz.

7.5 PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, tínhamos dois objetivos principais, sendo o primeiro deles: (i) mapear, mediante resultados estatísticos, quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que mais condicionam o uso das variantes não canônicas. Em primeira conjugação, foram selecionados pelo Goldvarb os seguintes fatores, nesta ordem: 1) ‘TMA’; 2) ‘grau de ruralidade’; 3) ‘escolaridade’; 4) ‘faixa etária’; 5) ‘etnia’; 6) ‘diatopia’; 7) ‘grau de etnicidade’; 8) ‘realização do sufixo de PN’; e, ao fim; 9) ‘nível de bilinguagem’.

Referentemente à 2ª conjugação, as variáveis selecionadas foram: 1) ‘TMA’; 2) ‘diatopia’; 3) ‘faixa etária’; e 4) ‘grau de ruralidade’, ou seja, consistiram nas mesmas selecionadas em 1ª conjugação, porém com um decréscimo de outras cinco variáveis, por conta do número expressivamente menor de dados de 2ª conjugação – 227 dados, comparativamente a 1631 dados na 1ª conjugação –, o que leva o programa de análise multivariada a selecionar menos fatores.

Não obstante essas limitações quanto à expressiva dissemelhança entre o número de ocorrências e cada variável dependente, queremos argumentar que existe similaridade entre os

usos canônicos e não canônicos de 1ª e 2ª conjugação a ponto de podermos asseverar que se tratam de fenômenos de mesma natureza, com restrições de uso correlatas.

Já o nosso segundo objetivo era: **(ii)** investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico.

Pudemos notar, a respeito disso, que existe uma forte tendência para o uso de /e/ na 1ª conjugação e de /i/ em 2ª conjugação no que diz respeito ao *pretérito perfeito indicativo*, o que provavelmente acontece com vistas a uma diferenciação temporal com o *presente do indicativo*. Portanto, o próximo capítulo irá retomar essa questão da especialização temporal, que consiste na grande hipótese construída ao longo desta tese, tratando também de dados que foram retirados da amostra ou que requerem um olhar mais pormenorizado, haja vista que o capítulo VIII objetiva trazer um olhar mais qualitativo ao objeto de estudo, bem como uma retomada das construções teóricas explicitadas no capítulo V.

CAPÍTULO VIII

“MAIS QUANDO NÓIS CRESCIMO UM POCO MAIS, NÓS COMECIMO JÁ A AJUDÁ ELES”: ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS



8 “MAIS QUANDO NÓIS CRESCIMO UM POCO MAIS, NÓS COMECIMO JÁ A AJUDÁ ELES”¹⁸⁸: ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

8.1 PALAVRAS INICIAIS

Nos capítulos antecedentes, mostramos **o que** está acontecendo numa variedade rural do português brasileiro: uma alternância vocálica de /a/ e /e/ precedente ao sufixo de PN /mos/. Munidos desta informação, procuramos, neste capítulo final da tese, compreender **como e por que** o fenômeno linguístico da alternância vocálica tem ocorrido na língua portuguesa.

Com isso no horizonte, retomamos os resultados quantitativos do capítulo VII e as propostas teóricas do capítulo V, trazendo reflexões num âmbito mais qualitativo sobre a variação morfofonológica das vogais /a/ ~ /e/, bem como /e/ ~ /i/, que precedem o sufixo /mos/. Levamos em conta também alguns objetivos que foram arrolados na Introdução, com vistas a trazer alguns fechamentos às discussões levantadas.

Os objetivos aqui contemplados são: **(i)** descrever e analisar a produção fonética das vogais que antecedem o sufixo número-pessoal *-mos*, de modo a perceber se o contato linguístico nas comunidades eslavo-brasileiras interfere no uso do fenômeno linguístico que é foco de investigação desta tese; **(ii)** investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico; **(iii)** explicar o uso das formas não canônicas a partir de estudos em Fonética, Fonologia e Morfologia, buscando elucidaciones teóricas que nos permitam entender o funcionamento interno dessas formas.

8.2 QUESTÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS: ESCRUTINANDO OS DADOS

Nesta seção, são retomados os aspectos fonético-fonológicos tratados ao longo da tese (cf. capítulos I e V). Primeiramente, recuperamos a questão do contato linguístico que influencia a produção de /a/ e /e/, segmentos que podem ser realizados como [a] e [ɛ], por conta do sistema fonético-fonológico do ucraniano e do polonês (cf. capítulos I e VI).

Quanto à produção de [a], trazemos argumentos de que não se trate de uma mudança tímbrica com vistas à distinção temporal, tal como acontece em Portugal (cf. seção 5.2.1), mas

¹⁸⁸ Frase proferida por informante de Mallet, do sexo feminino, com Ensino Médio e mais jovem, que mostra uma espécie de analogia com a forma *crescimo* para dar luz à forma *comecimo*, a qual destoa de todos os dados restantes do cópulo (uma vez que a forma não-padrão de *começamos* seria *comecemo*). Isso revela a existência de um processo analógico para o surgimento de formas verbais não canônicas nas línguas.

sim de uma variação linguística fonética motivada por contato linguístico. Na sequência, apresentamos argumentos, a partir da análise qualitativa de alguns dados desta pesquisa, para asseverar que o fenômeno linguístico aqui investigado não possa ser considerado um caso de *alçamento vocálico*.

8.2.1 A variável ‘produção fonética da vogal’ mediante um olhar qualitativo

Dentre os 1.838 dados pertencentes ao nosso *cópus*, apenas 19 deles apresentaram variação fonética por influência do contato linguístico, utilizando-se de formas verbais com vogal não canônica aberta [ɛ] e [a]. Dentre eles, somente um dado era de 2ª conjugação, motivo pelo qual a ‘produção fonética da vogal’ não foi considerada em nenhuma rodada estatística da 2ª conjugação, mas mantivemos o dado no *cópus*.

No que se refere à 1ª conjugação, por apresentar 18 ocorrências, foi feita uma rodada estatística contemplando a produção fonética, mas foi retirada na rodada subsequente, mantendo-se, igualmente, os dados no *cópus*. Temos consciência de que essa variável linguística não se mostrou significativa quantitativamente, mas optamos por trazer à vista uma discussão desses dados em virtude da importância do contato linguístico nessas comunidades, de modo geral, e também porque esses dados acabam por reforçar discussões teóricas que estabelecemos no capítulo V.

Nesta seção, mostramos cada uma dessas 19 ocorrências, explicitando como foram analisadas¹⁸⁹, separando-os pelas localidades da amostra. Precisamos ressaltar que, dentre os sete municípios, apenas quatro localidades apresentaram dados dessa natureza (Mallet, Rio Azul, Cruz Machado e Ivaí). Já nos municípios de Irati, Prudentópolis e Rebouças não encontramos dados de produção fonética de [ɛ] e [a].

Também precisamos esclarecer que, dentre os 168 sujeitos componentes da amostra, os dados com [ɛ] e [a] foram produzidos por apenas dez informantes, todos com ‘grau de bilinguagem’ maior, os quais utilizavam essas variantes em outros contextos também, como em pronomes, adjetivos, advérbios e outras categorias de palavra. Tal uso em várias palavras,

¹⁸⁹ A versão deste texto para a defesa final de Doutorado apresentava dois exemplos de análise acústica desses dados – um de [ɛ] e outro de [a] – no *software* de análise de fala Praat, sucedida de uma comparação aos resultados do estudo de Escudero et al (2009). Todavia, após a arguição, a banca (juntamente com a orientadora) sugeriu que esta análise fosse retirada e permanecesse apenas a descrição feita de oitiva. Portanto, esta versão do texto não dispõe do breve estudo acústico feito das vogais nas 19 ocorrências encontradas.

de maneira variável, demonstrou a influência do contato linguístico nessa localidade, o que pode ser visto, em certa medida¹⁹⁰, nos dados que são apresentados de (1) a (18).

Com vistas a facilitar a discussão, na listagem de dados, acrescentamos uma identificação numérica aos informantes e também colocamos as especificações conforme a variável ‘etnia’, ‘grau de etnicidade’ e ‘TMA’. As ocorrências do *cópus*, então, foram estas:

- (1) [sobre o que já plantaram] Ah, plant[e]mo, ach- que- ach- que mais acho que **par[ε]mo**, ah, faiz uns deiz ano já [est] que plant[ẽ]mo. (**MAL, fem, fund. I, mais jovem, polonesa, grau III, pretérito perfeito do indicativo, Informante 1**)
- (2) [como costumam limpar o porco] Tipo, **pass[a]mo** água quente
- (3) **tir[a]mo** o pélo, daí pra sapecá, né? Pra o toicinho ficá melhor. (MAL, mas, fund. I, mais jovem, polonês, grau II, *presente do indicativo*, **Informante 2**)

Os dados de (1) a (3), do município de Mallet, ocorreram contemplando os sexos masculino e feminino, graus II e III de etnicidade, mas a etnia de ambos os informantes é polonesa, além de os dois terem idade até 50 anos. Essa caracterização já nos traz alguns indícios das questões sociais que favorecem esse uso linguístico, pois Mallet é uma cidade onde há presença tanto de poloneses quanto de ucranianos, mas essa variação só apareceu (ao menos em nosso *cópus*) no caso da etnia polonesa.

Quanto aos contextos de ‘TMA’, é possível observar que a produção de [ε] ocorre em *pretérito perfeito do Indicativo*, mas a mesma informante apresenta outros dois usos para esse contexto – plant[ẽ]mo e plant[e]mo – revelando que esse uso vocálico é bastante variável inclusive na fala do próprio indivíduo (a informante 1). Assim, um mesmo contexto de tempo-modo-aspecto apresentou as variantes: [ẽ], [e] e [ε].

Já o uso de [a] ocorreu na fala do informante 2, em contexto apenas de *presente do indicativo*. Trata-se de um uso que reforça nossa argumentação de que a produção dessa vogal não se dá da mesma maneira que no português europeu, isto é, enquanto em terras lusitanas o [a] ocorre no passado, em distinção com o [ẽ] de presente, nas comunidades eslavo-brasileiras o [a] pode ocorrer em contexto de presente, pois essas realizações fonéticas apresentam uma

¹⁹⁰ Como não é foco de nossa pesquisa, não fizemos transcrições fonéticas para além de nosso objeto de estudo. No entanto, as transcrições ortográficas (feitas o mais próximo possível da fala dos entrevistados) acabam por revelar algumas particularidades linguísticas, como o uso da vogal [ε] em contextos nos quais sua produção seria [e].

natureza totalmente diferente: são fruto do contato linguístico com as línguas eslavas, em uso variável.

Em contrapartida, a localidade de Rio Azul apresentou apenas dados da variante vocálica [ɛ], como se pode visualizar nos dados a seguir:

- (4) Então os amigo, ele perguntava dos amigo se nós tava na igreja, se nós **particip[ɛ]mo**, se nós tava,
- (5) como nós se **comport[ɛ]mo**. (RIO, fem, fund. I, mais velha, polonesa, grau III, *pretérito perfeito do indicativo*, Informante 3)
- (6) Entrevistada: Nós **cas[ɛ]mo**. sem...Entrevistadora: Sem conhecê. Entrevistada: Sem conhecê e sem gostá um do otro. (RIO, fem, fund. I, mais velha, polonesa, grau III, *pretérito perfeito do indicativo*, Informante 3)

Os dados de (4) a (5) são todos da mesma informante, cuja etnia é polonesa, apresenta grau III de etnicidade, menor escolaridade e está acima dos 50 anos. Outro ponto de destaque é que o uso de [ɛ] está ocorrendo sempre em contexto de *pretérito perfeito do indicativo* e, no caso dessa informante em específico, não se verificam outras formas verbais similares para comparação. Observando, porém, as nossas anotações de dados de tal informante, verificamos o uso de [e] em *pretérito perfeito do indicativo*, o que indica variação da informante neste contexto de tempo-modo-aspecto.

Ressaltamos que, na cidade de Rio Azul, há um predomínio da etnia polonesa, e foi apenas entre poloneses que se revelaram os dados resultantes de contato linguístico.

Passando-se para o município de Ivaí, onde há um predomínio de ucranianos, foram computadas quatro ocorrências, sendo três delas de uma mesma informante:

- (7) [em que língua costumam falar] Puis em casa nós **fal[a]mo** só na nossa língua. (IVA, fem, fund. I, mais velho, ucraniana, grau III, *presente do indicativo*, Informante 4)
- (8) [em que língua costumam falar] Puis em casa nós **fal[a]mo** tudo. (IVA, fem, fund. I, mais velho, ucraniana, grau III, *presente do indicativo*, Informante 4)
- (9) [sobre a tradição do Corpus Christi] Nós sempre **compr[a]mo** vaso. (IVA, fem, fund. I, mais velho, ucraniana, grau III, *presente do indicativo*, Informante 4)
- (10) Lidá com fumo. E daí **par[ɛ]mo** e agora feijão e milho, né? (IVA, mas, fund. I, mais jovem, híbrida eslava, grau II, *pretérito perfeito do indicativo*, Informante 5)

As ocorrências de (7) a (9) são da informante 4, que apresenta grau de etnicidade III, está acima de 50 anos, tem menor escolaridade e é descendente de ucranianos. Mais uma vez, o uso de [a], na fala da informante 4, acontece somente em contexto de *presente do indicativo*, o que endossa nossa descrição que distingue a natureza dessa utilização comparativamente ao PE.

É interessante perceber que, nas ocorrências (7) e (8), o tópico discursivo dessa produção fonética – influenciada pelo contato com a língua eslava – é justamente sobre o uso da língua ucraniana em casa. Ou seja, no momento em que a informante trata sobre sua identidade linguística, parece emergir uma produção fonética de raiz eslava.

O informante 5, por seu turno, produz a vogal [ɛ] em contexto de *pretérito perfeito do indicativo*, ocorrência que vai ao encontro da produção fonética dos informantes 1, 3 e 5, revelando, até o momento, um uso de [ɛ] somente em TMA de passado. Do outro lado, todos os dados de [a] já mencionados foram apenas para o *presente do indicativo*. Assim, já podemos perceber um certo direcionamento de uso de [a] em variação ao segmento [ẽ] no presente, bem como de [e] em variação a [ɛ] no passado.

A última cidade em que foram registrados os dados de influência eslava foi Cruz Machado, onde há predominância de poloneses.

- (11) [como costumam fazer nas plantações] Tudo, tudo, na base da enxada, nós carpimo. Nós **plant[a]mo** e daí colh[e]mo tudo assim manual. (CRU, fem, fund. II, mais jovem, polonesa, grau III, *presente do indicativo*, Informante 6)
- (12) Mais nós, na base da enxada. **Plant[a]mo** assim, às vezes sobra pra vendê. (CRU, fem, fund. II, mais jovem, polonesa, grau III, *presente do indicativo*, Informante 6)
- (13) Num sei, eu num se acostumei. Num faiz tempo, nós **compr[ɛ]mo**. (CRU, fem, fund. II, mais jovem, polonesa, grau III, *pretérito perfeito do indicativo*, Informante 6)
- (14) Daí compr[ẽ]mo aquele pão de Natal, aquele oplatek, daí se dividimo, **rez[a]mo** junto. (CRU, fem, fund. II, mais jovem, polonesa, grau III, *presente do indicativo*, Informante 7)
- (15) Que nem nós **fal[a]mo** aqui [frase em polonês]. (CRU, fem, ensino médio, mais velha, polonesa, grau III, *presente do indicativo*, Informante 8)
- (16) [sobre o que costumam fazer] Nós **lig[a]mo** lá, depende, uma vez, duas, três, às vez nem dá isso, não dá ligação lá pra Maringá. (CRU, mas, fund. I, mais jovem, polonês, grau III, *presente do indicativo*, Informante 8)

- (17) Depois que nós se **mud[ε]mo**, era outra biliade. (CRU, mas, fund. II, mais jovem, polonês, grau III, *pretérito perfeito do indicativo*, Informante 9)
- (18) [sobre os costumes religiosos] Só que hoje- hoje nós **cultiv[a]mo** igual. (CRU, mas, fund. I, mais velho, polonês, grau III, *presente do indicativo*, Informante 10)
- (19) Então por que qui eu vô abusá? Num dia que nós **entend[ε]mo**, que é dia de Deus, dia do Senhor, dia santo. (CRU, mas, fund. I, mais velho, polonês, grau III, *presente do indicativo*, Informante 10)

Analisando-se, primeiramente, os dados de (10) a (12), da informante 6, que é mais jovem, etnia polonesa, apresenta escolaridade intermediária e grau III de etnicidade, observamos um uso homólogo em relação aos informantes dos municípios anteriormente citados, i. e., de [a] para *presente do indicativo* e de [ε] para *pretérito perfeito do indicativo*.

A informante 7, por sua vez, apresenta as mesmas especificidades sociais da informante 6 e o mesmo uso linguístico de [a] para *presente do indicativo*.

Mais uma vez, o mesmo uso ocorre nas ocorrências (15) e (16), proferidas pela informante 8, que se difere das informantes 6 e 7 apenas em relação à faixa etária (estando acima de 50 anos) e à escolaridade (ensino médio). Desse modo, notamos o forte favorecimento de uso de [a] para o *presente do indicativo*, situação linguística totalmente contrária ao uso em Portugal, onde o [a] está direcionado ao *pretérito perfeito do indicativo*.

Passando-se à ocorrência (17), a forma **mud[ε]mo** está sendo usada pelo informante 9, de sexo masculino, ensino fundamental II, mais jovem, polonês e com grau III de etnicidade. O uso dessa forma, em consonância com todos os usos de [ε] até agora apresentados, está no contexto de passado.

Por fim, o informante 10, é o único a produzir um dado fonético de influência eslava na 2ª conjugação – **entend[ε]mo** –, o qual consiste numa produção fonética da vogal canônica /e/. Desse modo, o único uso de [ε] registrado em *presente do indicativo* ocorre em situação canônica, ao passo que os demais ocorreram em situação não canônica da produção de /e/ em 1ª conjugação (onde o /a/ é a vogal canônica).

Na ocorrência (18), a forma **cultiv[a]mo** apresenta a mesma tendência de uso de todos os demais informantes: o [a] está em contexto de presente do indicativo.

Fazendo um retrospecto, então, de todos os dados aqui apresentados, podemos chegar a algumas conclusões, como:

- (i) O uso de [a] se restringiu ao *presente do indicativo*, o que revela uma variação com [ẽ], a qual, conforme os resultados quantitativos de pesquisa (cf. capítulo VII), é nitidamente a variante mais utilizada no presente;
- (ii) Esse uso diferenciado de [a] para *presente do indicativo* vai totalmente na direção contrária da utilização de [a] para o *pretérito perfeito do indicativo* ocorrido no português europeu, mostrando que as comunidades de fala eslavo-brasileiras apresentam coincidência de realização fonética com o PE, havendo, porém, uma diferença considerável, isto é, enquanto em Portugal esse uso é de oposição distintiva de significado, aqui tem sido de variação puramente fonética (por motivação de contato linguístico) em contexto de presente;
- (iii) Quanto à produção fonética de [ɛ] na 1ª conjugação, foi encontrada apenas em contexto de *pretérito perfeito*, revelando sua variação com o segmento fonético [e], dentro do espectro da vogal não canônica /e/.
- (iv) Já a produção fonética de [ɛ] na 2ª conjugação, só ocorreu em *presente do indicativo* em variação à vogal [e], no âmbito da vogal canônica de 2ª conjugação /e/.
- (v) Assim, as considerações em (i), (ii), (iii), (iv) parecem fortalecer nossos resultados apresentados no capítulo VII, os quais revelaram que, em 1ª conjugação, /a/ está bastante especializado para *presente*, havendo variação entre os segmentos fonéticos [a] e [ẽ], bem como /e/ está bastante direcionado ao *pretérito perfeito*, havendo variação entre os fones [e] e [ɛ].

Os dados analisados pelo viés fonético, portanto, acabaram servindo para nos revelar a tendência variável de /a/ em presente e de /e/ em passado. Isso reforça ainda mais a nossa pesquisa para a especialização temporal de /a/ e /e/, mas vamos retomar esse assunto da especialização temporal em seção subsequente.

Finalizando-se as considerações desta seção, percebemos que a variável ‘produção fonética da vogal’ não apenas nos trouxe informações acerca da existência (ainda que escassa) de variantes [a] e [ɛ], além de [ɔ], resultantes do contato linguístico, como também nos propiciou aprofundar reflexões sobre a forte tendência de especialização temporal entre /a/ e /e/, bem como /e/ e /i/.

Para a discussão na próxima seção, abordamos uma questão que envolve a altura da língua, critério para a classificação do fenômeno do *alçamento vocálico*. Trata-se de uma

questão que pretendemos problematizar, dado que alguns linguistas têm classificado a alternância entre /a/ e /e/, bem como entre /e/ e /i/ como casos de *elevação vocálica*.

8.2.2 A questão do alçamento vocálico: o que nos mostra a amostra

Nesta seção, recuperamos as discussões feitas no capítulo V a respeito do *alçamento vocálico*, trazendo as considerações parciais que havíamos traçado antes de nos depararmos com os resultados quantitativos da pesquisa, a saber:

- (v) Conforme as descrições, o alçamento vocálico não ocorre em contexto de oposição distintiva, sendo um caso de alofonia;
- (vi) De modo geral, no Brasil, não há registros e descrições de alçamento vocálico na tônica;
- (vii) O alçamento vocálico pode ocorrer a partir de um ponto do triângulo vocálico, rumando para qualquer outro ponto (desde que esteja acima do ponto-base)? De modo geral, as pesquisas sobre o tema tratam apenas de alçamentos que ocorrem com mesmo grau de anterioridade e subindo um grau de altura.
- (viii) Se os sujeitos de uma comunidade de fala não produzem alçamento vocálico em contextos pré-tônicos e pós-tônicos, em que este fenômeno costuma ocorrer, por que aconteceria alçamento justamente na tônica?

A partir desses quatro pontos explicitados e também com base nos resultados do capítulo VII é que alicerçamos a nossa discussão defendendo que o fenômeno em análise não consista num caso de *alçamento vocálico* (ao menos nos moldes tradicionais do que vem sendo estudado no Brasil).

Para tratarmos do ponto (i), cujo foco são as questões da alofonia e da oposição distintiva de significado, vamos retomar alguns dados de pesquisa. A questão da oposição de significado está diretamente relacionada à variável ‘TMA’, que, em nossos resultados, mostrou um forte favorecimento de uso da variante /e/ em 1ª conjugação para *pretérito perfeito do indicativo*, com PR de 0.922.

Essa mesma tendência, porém com menor peso relativo, de 0.799, confirmou-se na 2ª conjugação, em relação à aplicação da regra variável, com condicionamento de uso da forma não canônica /i/.

Então, embora o uso não seja categórico, há uma tendência significativa para oposição de significado, o que apresenta uma característica contrária aos casos prototípicos de alçamento vocálico detalhados no Brasil, em que as vogais alçam sem provocar mudança de significado.

Com base nesses resultados da pesquisa, reforçamos nosso primeiro argumento de que o fenômeno linguístico da alternância vocálica não possa ser classificado como *alçamento vocálico* em decorrência de sua forte tendência à especialização temporal.

Por outro lado, Cristófar-Silva (2015, p. 49) apresenta uma faceta do alçamento vocálico que se volta para um “condicionamento lexical”:

[...] estudos apontam para o condicionamento lexical do alçamento. Ou seja, o alçamento ocorrerá em itens léxicos específicos. Assim, palavras como p[or]rção (sentido gastronômico) e p[u]rção (sentido de agrupamento coletivo) desenvolveram comportamentos diferentes em relação ao alçamento. O fenômeno de alçamento das vogais médias pretônicas apresenta grande variação dialetal no português brasileiro.

Os exemplos listados pela autora mostram uma tendência diferenciadora de sentido entre os vocábulos citados, que, na norma padrão, são “neutralizados”, de tal sorte que *p[or]rção* teria um sentido, e a produção de *p[u]rção* teria outro, num provável processo de distribuição complementar, com vistas a uma distinção de significado.

Esbarramos, no entanto, com uma questão: essa diferenciação de significado está acontecendo na sílaba pré-tônica, quanto à oposição distintiva, no caso da alternância vocálica por nós investigada, ocorre em sílaba tônica. Assim, é necessário que retomemos o ponto (ii) da nossa discussão: a seleção da tonicidade silábica do alçamento vocálico.

De modo geral, os estudos sobre alçamento no Brasil estão voltados aos contextos silábicos pré-tônicos e pós-tônicos, de tal sorte que isso já consistiria num forte argumento para que não pudéssemos classificar o fenômeno linguístico desta pesquisa como *alçamento*. Como assevera Cristófar-Silva (2015, p. 49):

O alçamento, em português ocorre em posição postônica como, por exemplo, em *bolo* ['bolɔ], *neve* ['nevɪ], em que a vogal átona final é foneticamente manifestada como uma vogal alta. No contexto postônico, o alçamento é sistemático e presente em praticamente todas as variedades do português brasileiro. O alçamento também pode ocorrer em posição pretônica, como, por exemplo, nas palavras *bonito* [bu'nitɔ] e *perigo* [pi'rigɔ], em que ocorre uma vogal alta em posição pretônica. Alguns estudos do português brasileiro indicam que o alçamento de vogais médias pretônicas é regulado socialmente, por parâmetros sociolinguísticos, combinados com princípios de harmonia

vocálica. Por exemplo, o alçamento de uma vogal pretônica seria mais provável quando a vogal tônica for uma vogal alta: coruja ou menina.

Além de tratar sobre a questão da tonicidade silábica, a autora traz uma informação interessante sobre *harmonização vocálica* que precisamos considerar para a elucubração teórica que temos tentado travar.

Grosso modo, no caso de alçamento em sílaba pré-tônica, a altura da vogal da sílaba tônica que a sucede influenciaria, num processo de harmonização vocálica, para que houvesse elevação da vogal pré-tônica. Assim, palavras como *bonita*, *menina* e *coruja* teriam uma tendência maior de alçamento vocálico em decorrência da natureza da altura da sílaba tônica (uma vez que [i] e [u] são vogais altas). Já palavras como *boneca*, *melado* e *corado* favoreceriam menos o alçamento vocálico pelo fato de as vogais da tônica serem baixas. Desse modo, a estrutura interna da palavra e a natureza da vogal tônica acabam influenciando o *alçamento vocálico*, que aconteceria de modo a harmonizar a altura das vogais presentes na palavra.

Trazemos algumas pesquisas recentes, como o estudo de Carmo e Tenani (2013), para fomentar essa discussão:

Tabela 32 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo

| | Pretônica /e/ | | Pretônica /o/ | |
|-----------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|
| | Frequência | PR | Frequência | PR |
| Alta anterior | 48,3% (349/722) | 0.943 | 44,1% (152/345) | 0.846 |
| Alta posterior | 21,1% (19/90) | 0.739 | 27,3% (18/66) | 0.828 |
| Média-alta | 06,9% (89/1285) | 0.549 | 13,4% (117/874) | 0.575 |
| Média-baixa | 13,9% (16/115) | 0.628 | 32,8% (42/128) | 0.778 |
| Baixa | 00,1% (1/724) | 0.034 | 01,3% (8/618) | 0.141 |
| Total | 16,1% (474/2936) | | 16,6% (337/2031) | |
| | Input: 0.076 | | Input: 0.098 | |
| | Signif.: 0.019 | | Signif.: 0.037 | |

Fonte: Carmo e Tenani (2013, p. 622)

Como se pode perceber pelos resultados das autoras em relação à pretônica /e/ (que mais nos interessa neste estudo), quando há uma vogal alta (anterior: [i], ou posterior: [u]), existe um favorecimento para o alçamento vocálico de /e/ para /i/, com pesos relativos de 0.943 e de 0.739, respectivamente.

As autoras explicam seus resultados mais detalhadamente:

De modo geral, pode-se dizer que a **harmonização** é o processo mais atuante a favor do alçamento vocálico pelo fato de a variável **altura da vogal presente na sílaba subsequente à sílaba da pretônica-alvo** ter sido selecionada, tanto para /e/ quanto para /o/, como a variável mais relevante para a aplicação do alçamento, com altos PRs para as vogais altas. Sobre esse processo, os resultados referentes às vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista parecem corroborar a afirmação de Bisol (1981) de que a **tonicidade** da vogal alta presente na sílaba seguinte à da pretônica-alvo é um fator relevante, mas não determinante para a aplicação do alçamento, especialmente no que tange à vogal pretônica /e/, e, para ambas as vogais, a **contiguidade** da sílaba da vogal alta em relação à da pretônica-alvo é um fator obrigatório para a aplicação do processo. Além disso, verificou-se também que a **atonicidade permanente** é um fator favorecedor da realização do alçamento, como apontado pela autora. Outro resultado relevante é o de que as vogais médias pretônicas em verbos de terceira conjugação parecem ter o alçamento favorecido quando as formas verbais apresentam **harmonia vocálica** na raiz verbal em outras formas do mesmo paradigma. (CARMO; TENANI 2013, p. 635, grifos das autoras).

Embora as pesquisadoras estejam trazendo resultados que dizem respeito a um tipo de alçamento vocálico nos moldes tradicionais (isto é, em contexto pré-tônico), vamos seguir essa lógica para analisar os dados do nosso fenômeno linguístico, trazendo à vista os itens lexicais mais presentes na amostra, a fim de verificarmos se essa tendência de harmonização vocálica se confirma.

Como no nosso caso, a tônica é onde ocorre a alternância vocálica, fazemos o processo contrário: analisar o contexto pré-tônico, com o propósito de perceber se a altura da vogal em tal contexto estaria influenciando (mesmo que não esperado) a altura da vogal na sílaba tônica.

Começamos com a 2ª conjugação, na qual haveria (supostamente um alçamento de /e/ para /i/). Em tal paradigma verbal, os itens lexicais com maior número de ocorrências foram: *aprender, conhecer, vender, comer, perder, entender, sofrer, viver e colher*.

Analisando-se os segmentos vocálicos das sílabas precedentes à sílaba tônica (que nos interessa), averiguamos que, nos vocábulos *comer, sofrer, viver e colher*, a presença de [ʊ] e [i] como segmentos que antecedem a sílaba tônica poderia justificar a realização de [i] na sílaba tônica, por um processo de harmonização vocálica em relação à altura das vogais. Observemos alguns dados dos itens lexicais mencionados:

(20) Foi um ano que foi mais difícil, né? Pra nós pagá, **sufri[i]mo** mais, mais paguemo.

(REB, fem, fund. I, mais jovem)

- (21) Entrevistadora: E, assim, e de comida? O que que a sua vó, a sua mãe fazia que é, assim, típico ucraniano? Entrevistada: Nós, que nós **com[i]mo**, que é o borscht, que é ucraniano, né? Entrevistadora: É uma sopa? Entrevistada: É uma sopa. **(IRA, fem, fund. II, mais jovem)**
- (22) [sobre ter casado com um “brasileiro”] Que que ium fazê? A gente se gostô e, graças a Deus, **viv[i]mo** muito bem. **(IVA, fem, fund. II, mais velha)**
- (23) Nós **co[i]mo** trinta saco de feijão. **(CRU, mas, fund. I, mais jovem)**

Mas um impedimento para essa análise de *harmonização vocálica* seria a questão da tonicidade silábica, posto que, de modo geral, as sílabas tônicas são as que mais influenciam as demais sílabas, e não o contrário. Um exemplo claro disso é o uso de *sufr[i]mo*, o qual parece m que é mostrar segmento [i] que está influenciando o segmento [o] a fazer uma elevação vocálica, e não o oposto.

Ou seja, temos aqui mais um indício favorável à nossa argumentação de que o uso de /i/ em tônica não é um caso de alçamento vocálico.

Já os verbos *conhecer*, *vender*, *perder* e *entender* apresentam o segmento [e], que seria o mesmo segmento presente na sílaba tônica, não havendo, dessa maneira, como defender que haja um processo de harmonização vocálica nesses contextos vocabulares.

Alguns exemplos de itens lexicais do nosso cópús podem clarificar nossa afirmação:

- (24) Nós se **conhec[i]mo** aí memo, sabe? Eu vim passia pra cá e deu certo nós se acha com ela. **(IRA, mas, fund. II, mais jovem)**
- (25) [sobre a compra do terreno] Daí nós **vend[i]mo** lá e compr[e]mo aqui, inclusive do nosso sogro. **(CRU, fem, fund. I, mais jovem)**
- (26) [sobre os colchões e travesseiros de pena que usavam] Ainda usa. Nós já **perd[i]mo** o costume. **(RIO, fem, ensino médio, mais jovem)**
- (27) Às vez tem missa em poloneis também, mais só que daí, agora nós já [hes] entend[e]mo nada, sabe? Nós fal[ẽ]mo em polaco, só que intendê as missa em brasileiro, nós não **entend[i]mo**. Não sei como é que é. **(CRU, fem, fund. I, mais jovem)**

Os exemplos de dados de (24) a (27) mostram que a influência da pré-tônica não justificaria a mudança vocálica na tônica. O que podemos considerar, no entanto, seria que o segmento /mo/ poderia estar influenciando a elevação vocálica da vogal da sílaba tônica, o que

faria, inclusive, mais sentido, considerando-se que as influências fonéticas costumam ocorrer do segmento da frente para o segmento antecedente.

No caso de verbos da 1ª conjugação, a nosso ver, torna-se ainda mais forçoso tentar classificar a alternância vocálica de /a/ para /e/ como alçamento vocálico, considerando-se, por exemplo, a descrição de Cristófaros-Silva (2015, p. 49) como um “fenômeno fonológico que envolve a elevação da propriedade de altura da língua das vogais médias-altas [e] e [o] que se realizarão como as vogais altas [i] e [u]”.

Além disso, o estudo de Carmo e Tenani (2013) revelou que o alçamento vocálico é um processo que costuma ocorrer mais em 3ª conjugação:

Tabela 33 – Alçamento de /e/ e de /o/ em relação à conjugação do verbo em que a pré-tônica ocorre

| | Pretônica /e/ | | Pretônica /o/ | |
|----------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|
| | Frequência | PR | Frequência | PR |
| 1ª conjugação | 07,9% (80/1014) | 0.385 | 11,2% (100/892) | 0.429 |
| 2ª conjugação | 20,6% (100/485) | 0.593 | 25,6% (73/285) | 0.565 |
| 3ª conjugação | 82,8% (101/122) | 0.916 | 48,8% (39/80) | 0.903 |
| Total | 17,3% (281/1621) | | 16,6% (212/1257) | |
| | Input: 0.076 | | Input: 0.098 | |
| | Signif.: 0.019 | | Signif.: 0.037 | |

Fonte: Carmo e Tenani (2013, p. 627)

Quanto à 1ª conjugação, no que se refere a /e/, o peso relativo é de apenas 0.385, indicando um desfavorecimento desse contexto verbal para o alçamento vocálico, mais um indício que fortalece nossa argumentação.

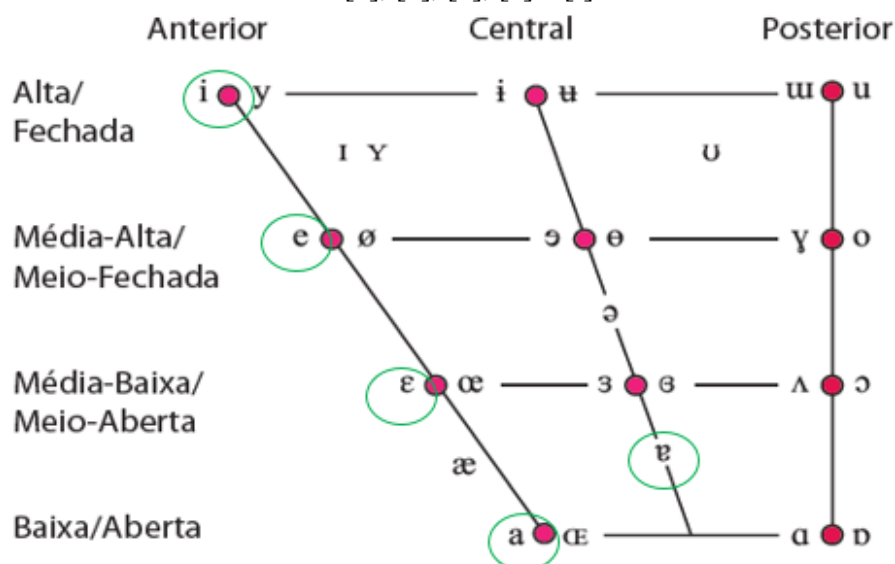
Em relação ao nosso cópulo de 1ª conjugação, os itens lexicais mais frequentes foram: *ficar, falar, plantar, comprar, casar, passar, começar, chegar, pegar, voltar, levar, rezar, trabalhar, conversar*. Dentre eles, os que apresentam contexto de vogal mais alta que poderiam influenciar a produção da vogal /e/ são *levar, chegar, pegar, rezar* e *conversar* com a vogal [e]; além de *comprar, começar* e *voltar*, com a vogal /o/; e *ficar*, com a vogal /i/.

Porém, como já temos afirmado, o fenômeno do alçamento vocálico no Brasil tem sido descrito apenas nos casos de /e/ e /o/, o que nos leva para a consideração (iii) da nossa argumentação.

Trata-se do seguinte questionamento: o *alçamento vocálico* pode ocorrer a partir de qualquer ponto do triângulo vocálico, rumando para outro ponto (desde que esteja acima do ponto-base)?

Para estabelecermos essa discussão, trazemos uma descrição um pouco mais detalhada (englobando vogais que contemplam também outras línguas) das vogais quanto às posições da altura da língua, com destaque para as vogais que nos interessam nesta pesquisa: [ẽ], [a], [e], [ɛ] e [i].

Figura 38 – Quadrilátero que esquematiza as posições verticais e horizontais do corpo da língua na produção das diferentes vogais cardeais (adaptação do AFI) – com foco nas vogais [ẽ], [a], [e], [ɛ] e [i].



Fonte: Adaptação de Seara, Nunes e Volcão (2011, p. 35)

O que mais nos interessa, neste caso, é a linha vertical da representação, por ela considerar a altura da língua, que seria o critério para que haja uma elevação vocálica. Em primeiro lugar, observemos que as vogais ao lado dos círculos vermelhos são as tônicas, e, no caso do alçamento vocálico tradicional, o [e] alçaria para um [ɪ], e o [o] para um [ʊ], vogais que não pertencem ao rol das vogais tônicas e que estariam no entremeio entre as vogais *médias-altas* e *altas*. Ou seja, seriam vogais *médias-altas* ([e] e [o]) que passam a ser produzidas por segmentos que estão entre a classificação de *médias-altas* e *altas*.

No que se refere ao nosso objeto linguístico, no caso da 1ª conjugação, haveria um alçamento de /a/ – geralmente produzido como [ẽ] ou [a] – para [ɛ] ou [e].

Considerando as variações fonéticas devidas ao contato linguístico com línguas eslavas, o [a] que alça para [ɛ] representa uma subida um pouco mais alta do que ocorre com [e] alçando

para [ɪ]. Já no caso de [ẽ] que alça para [ɛ], ocorre uma subida mais similar, mas, ainda assim, de natureza diferente.

Deixando um pouco de lado essas variações fonéticas e considerando o que acontece com mais frequência, o som de [ẽ] que alça para [e] representa uma subida de alguns “degraus” no triângulo vocálico, de maneira que uma vogal entre a classificação de *baixa* e *média-baixa* passa a ser produzida como *média-alta*.

Assim sendo, se esse fenômeno for classificado pelos fonólogos como um alçamento, terá de ser de uma proporção maior do que os alçamentos prototípicos no português brasileiro.

Relativamente à 2ª conjugação, temos outros questionamentos. Quando /e/, por exemplo, é produzido como [ɛ], por motivação de contato linguístico, já não se pode falar mais em *alçamento*, mas sim em *abaixamento* vocálico.

Já quando /e/ é produzido como [i], trata-se de uma subida de uma *média-alta* que se realizada como *alta*. Esse caso, dentre todas as possibilidades apresentadas, é o que mais parece se aproximar do conceito tradicional de *alçamento vocálico*.

Argumentamos, contudo, que essa alternância vocálica não esteja no âmbito fonético-fonológico mas sim no morfológico, e isso é discutido com mais profundidade na seção subsequente.

Finalizamos nossa discussão de caráter fonético-fonológico com a consideração **(iv)**, que aborda um ponto essencial sobre a macrocomunidade eslava aqui investigada. Embora o VARLINFE seja um banco recente, pesquisadores já têm publicado resultados sobre o (não) alçamento vocálico ocorrido na comunidade, como Costa e Loregian-Penkál (2016), Loregian-Penkál e Costa (2014), Loregian-Penkál e Costa (2016) e Loregian-Penkál, Costa (2014) e Franceschini (2019).

Um desses estudos que têm se dedicado à questão do alçamento vocálico na macrocomunidade trata especificamente de Mallet e chega à seguinte conclusão:

A elevação da vogal média-alta anterior /e/, em posição postônica final, na fala de moradores da zona rural e descendentes de imigrantes poloneses de Mallet, é pouco recorrente nos dados analisados, estando em um patamar de, apenas, 20%. Os condicionamentos linguísticos e sociais que se mostraram relevantes ao fenômeno estudado apontam que o fenômeno é *i*) variável; *ii*) sistemático, *iii*) que há relação entre as variáveis linguísticas e as sociais e *iv*) que é uma variação não estigmatizada na comunidade pesquisada. (LOREGIAN-PENKÁL, COSTA, 2014).

Os demais estudos das pesquisadoras do banco apresentam resultados similares, em que, comprovadamente, o alçamento vocálico – diferentemente de muitos outros lugares no Brasil – não é algo comum nas localidades componentes do banco VARLINFE.

Na oitiva das entrevistas, pudemos verificar variados exemplos da existência desse não alçamento vocálico das pós-tônicas e pré-tônicas, mas os resultados embasados e medidos cientificamente pelas autoras nos trazem uma comprovação mais segura das particularidades de uso do não alçamento vocálico dessas comunidades.

A partir dessa constatação, lançamos o seguinte questionamento: se sujeitos de uma dada comunidade de fala não produzem alçamento vocálico em contextos pré-tônicos e pós-tônicos, em que este fenômeno costuma ocorrer, por que aconteceria alçamento justamente na tônica sem alguma motivação aparente?

A nosso ver, então, o que os sujeitos dessa macrocomunidade eslava fazem quando produzem formas verbais como *falemo* e *aprendimo* não é um alçamento vocálico, mas sim uma alternância vocálica com motivação morfológica.

Acreditamos, por outro lado, que as descrições aqui feitas ainda não são suficientes, de modo que caberia aos foneticistas e fonólogos fazer uma descrição mais acurada deste fenômeno linguístico tão singular a comunidades rurais brasileiras (e portuguesas).

Nas próximas seções, procuramos trazer explicações morfológicas sobre **como** essa alternância vocálica ocorre no português.

8.3 ASPECTOS MORFOLÓGICOS: VT E SUFIXOS DE TMA E PN

Nesta seção, os principais assuntos retomados dizem respeito à especialização temporal e ao sufixo de PN não-padrão, passando também brevemente pela questão da vogal temática. Recapitulamos a proposta de descrição morfológica da Morfologia X-Barra explicitada no capítulo V desta tese, a partir da qual propusemos que haveria um amálgama de TMA e PN nas formas verbais com /emo/ e /imo/ no *pretérito perfeito do indicativo*.

Antes disso, a subseção 8.3.1 revisita dados que foram retirados da amostra pela sua classificação de ‘TMA’, estabelecendo discussões sobre tais ocorrências que não se encaixavam nas duas categorias de tempo-modo-aspecto mais predominantes no cópulus – *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*.

8.3.1 Revisitando os dados de TMA: perscrutações necessárias

Mostramos aqui todos os dados que foram excluídos pela categorização de TMA, explicando quais deles eram artificiais (no caso de orações católicas que foram rezadas durante a entrevista) e reais (no caso de produção do próprio informante), explicando os porquês de terem sido retirados do *cópus*, com análise detalhada.

Num primeiro momento, no levantamento e categorização de dados, tínhamos um leque maior de categorias de tempo-modo-aspecto. No entanto, quando contabilizamos os dados que não se encaixavam nas duas categorias de tempo-modo-aspecto mais gerais (*presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo*), percebemos a existência de apenas 11 dados, que englobavam contextos de ‘TMA’ diversos, como *presente do subjuntivo*, *futuro do subjuntivo*, e *futuro do presente do indicativo*.

Além de o número de ocorrência ser muito pequeno, o que geraria nocautes e nos impossibilitaria de gerar pesos relativos na análise multivariada, o *presente do subjuntivo* representava um problema metodológico na 1ª conjugação, isto é, ao mesmo tempo em que uma forma como *falemos* apresenta a vogal /e/, que é considerada não canônica em contexto de *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*, é considerada canônica no contexto de *presente do indicativo*.

Por isso, considerá-la na amostra representaria um enviesamento na análise quantitativa de dados de 1ª conjugação, mas optamos por trazê-la à vista sob um viés mais qualitativo. Os exemplos dessa categoria de TMA levantados no *cópus* foram:

- (28) [sobre uma oração feita num período específico] Em poloneis, diz assim: É...“que Deus ajude e que alcance- **chegu[e]mos** até o outro ano.” (Esta oração foi repetida minutos depois). (IRA, mas, ensino médio, mais velho, *presente do subjuntivo*)
- (29) [Fala uma oração em polonês e traduz] Seria: “que Deus ajude e que nós **alcanc[e]mos** outro ano”. [est] Esse é os dizeR. (IRA, mas, ensino médio, mais velho, *presente do subjuntivo*)
- (30) Entrevistada: Intão, aí quando sai festa, **suponh[e]mo**, nos alemão, eles vinheram pedi prenda, né? Vai nós dá uma prenda. A gente dá um pacote de farinha, um pacote de arroz ou... ou o que a gente pudé. Entrevistadora: A prenda depois eles sorteiam, né? Entrevistada: Não. Não. É pra ser tipo ajuda assim, **suponh[e]mo**, se eu dô cinco quilo de açúcar, você vai dá cinco quilo de farinha de trigo. (IRA, fem, fund. I, *presente do subjuntivo*)

A ocorrência registrada em (28) é um exemplo claro da formalidade em que dados de presente do subjuntivo são produzidos, isto é, esse tipo de forma (aliada ao sufixo padrão de PN /mos/) não se encontra tão facilmente na fala menos monitorada, ainda mais em entrevistas sociolinguísticas. Além de ser uma tradução de uma oração em polonês – que seria um conjunto de frases compostas por um outro sujeito e repetidas pelo informante – outro indício de sua formalidade é o uso do sufixo /mos/ em sua configuração padrão, haja vista que destoa totalmente dos resultados baixíssimos de tal sufixo em nosso cópuz.

Esse uso (28), portanto, além de representar problemas na análise, por /e/ se configurar numa variante canônica, a depender do contexto, também aparentava ser um dado artificial, apenas reproduzido pelo informante.

Em (29), a mesma situação acontece. Trata-se de um trecho de oração traduzido do polonês e reproduzido pelo informante. É interessante perceber que ambos os dados foram produzidos pelo mesmo informante, o qual afirma ter estudado em seminário, e, por conta disso, sabia várias orações de cor (para além das orações católicas mais comuns).

Por fim, no exemplo (30), o que ocorre é algo mais complexo. Na verdade, o verbo *supor* é um verbo classificado pela norma padrão como de 2ª conjugação, pois haveria um /e/ antes do /r/ na transformação desses verbos do latim para o português – verbo latino: *ponere*. No entanto, o que muitos informantes dessas comunidades fazem é transformar todos esses verbos oriundos de *pôr* em verbos de 1ª conjugação, como *ponhar*.

Por conta dessa peculiaridade, consideramos a forma *ponhar* e seus relativos como verbos de 1ª conjugação. Assim, o verbo *suponhemo* seria oriundo do verbo *suponhar*. Essa reconfiguração no paradigma verbal fica clara quando notamos que a informante profere duas vezes a forma *suponhemo* com alternância vocálica para /e/, sendo que a forma canônica para *supor* na 1ª pessoa do plural no presente do subjuntivo seria *suponhamos*.

De todo modo, essa ocorrência seria problemática para a nossa análise quantitativa porque, seguindo-se a lógica do verbo *suponhar* (ao invés de *supor*), o /e/ seria a vogal presente na forma padrão de presente do subjuntivo.

Em seção subsequente, retomamos a questão do verbo *pôr*, que tem sua estrutura fônica e morfológica reconstruída nessas comunidades linguísticas rurais.

Outra categoria de tempo-modo-aspecto que foi coletada em nosso cópuz foi o futuro do presente do indicativo:

- (31) [dizendo que logo falaria de um assunto, mas precisava falar de outra coisa antes].
Mais já nós **entr[ẽ]mo** no otro [assunto] aqui. (**MAL, mas, ensino médio, mais jovem, futuro do presente do indicativo**).
- (32) [contando sobre história da infância, quando tinha que carpir] E eles falarum: “Nóis pegam- imo pegá i midiu um litro assim de- ach- que é meio litro de- de- coda, dáí quando ocê lempá esse, nós **compr[ẽ]mo** uma sombrinha pra você”. (**PRU, fem, fund. I, mais jovem, futuro do presente do indicativo**)
- (33) [referindo-se à filha que estava chorando, porque queria mamar] Eu preciso pegá ela um poquinho, que daí nós **convers[ẽ]mo** e... e daí já [corte na gravação]. (**PRU, fem, ensino médio, mais jovem, futuro do presente do indicativo**)

Nesses casos, percebemos que todas as ocorrências aparecem com a vogal canônica [ẽ], que, conforme registrado em nossa pesquisa, é mais utilizada nessa macrocomunidade investigada para contexto de *presente do indicativo*.

Logo, esse uso para *futuro do presente do indicativo* não é surpreendente se considerarmos que muitos falantes do português brasileiro se utilizam da forma menos marcada (no caso, *presente do indicativo*, onde há morfema zero para TMA) em contextos de futuridade. Ou seja, não é raro ouvir brasileiros dizendo frases como “amanhã passo na sua casa”, ao invés de “amanhã passarei/ vou passar na sua casa”. Algo similar acontece aqui nos dados em (31), (32) e (33).

Mas outros dados no tempo futuro também aparecem, porém no *futuro do subjuntivo*, como é o caso das ocorrências a seguir:

- (34) Que nem nós aqui, **coloc[ẽ]mo** demais adubo, se for um ano seco, o- o adubo não derrete e não funciona. (**RIO, fem, fund. II, mais jovem, futuro do subjuntivo**)
- (35) E daí o pai disse: “E depois nós **lev[ẽ]mo** a senhora pra casa, né?” (**CRU, mas, ensino médio, mais velho, futuro do subjuntivo**)
- (36) Entrevistadora: Mas mesmo assim compensa? Entrevistada: É.. porque esse você vai pegando e vai- e vai ficando na firma. Aí, quando você manda o fumo, eles descontum... Entrevistadora: Aí, que nem, nós agora **pegu[e]mo** esse ano, nós vamo pagá ano que veim, né? (**IRA, fem, fund. II, mais jovem, futuro do subjuntivo?**)

Os dados de (34) e (35) são analisados como *futuro do subjuntivo* pelo fato de estarem no campo da pressuposição, de tal sorte que poderíamos trocar essas formas *colocamo* e *levamo* por *colocarmos* e *levarmos*.

Já o dado (36) é um pouco mais complexo de se analisar. Num primeiro momento, julgamos que se tratasse de um dado de *pretérito perfeito do indicativo*, mas, verificando o contexto da fala da informante (e todo o resto da entrevista), observamos que se trata de um contexto de pressuposição, do tipo: “se nós *pegarmos* esse ano, vamos pagar no ano que vem”. Portanto, por ser um dado que nos gerou muitas dúvidas de classificação, optamos por não o considerar na análise quantitativa.

Ao fim dessa breve análise de 1ª conjugação, constatamos que os usos de /e/ relativos aos dados excluídos aconteceriam apenas em contexto de *presente do subjuntivo* (uso canônico) e num dado duvidoso para *futuro do subjuntivo* – em (36). Dessa maneira, não houve casos não canônicos para futuro, por exemplo (“amanhã, nós *passemos* na sua casa”).

Sobre a 2ª conjugação, houve registro de apenas 2 ocorrências que destoaram dos demais usos no *presente* e no *pretérito perfeito do indicativo*:

- (37) [relatando um diálogo de uma história no passado] Pode sê que **aprend[e]mo** alguma coisa em portugueses”. (CRU, mas, fund. I, mais velho, *presente do subjuntivo*)
- (38) Quando nós **vend[e]mo** o fumo de março, abril, em diante, aí eles já vão descontando... (IRA, fem, fund. II, mais jovem, *futuro do subjuntivo*)

É possível observar nas ocorrências (37) e (38) a utilização das formas canônicas para *presente* e *pretérito perfeito do indicativo* sendo usadas em contextos de TMA diferentes.

Em (37), por exemplo, verificamos o uso de *aprendemo* no lugar de *aprendamos*, que seria a forma padrão para *presente do subjuntivo*. Já em (38), a forma *vendemo* aparece numa situação em que a configuração canônica seria *vendermos*.

Ou seja, mais uma vez, observamos um uso restrito das formas canônicas para contextos de TMA diferentes, não havendo registro, por exemplo, de *aprendimo* e *vendimo* para *futuro* ou *presente do subjuntivo*.

Isso não significa que esses usos não possam ocorrer nessas comunidades de fala rurais, porém, não termos registrado dados em nosso cópuz é um ponto que não pode ser menosprezado.

Temos consciência de que, em entrevistas sociolinguísticas, as narrativas são tipos textuais privilegiados, fazendo com que os usos de passado sejam mais comuns, assim como os

contextos de presente – quando os informantes são perguntados sobre seu cotidiano, costumes e outros.

Por consequência, as formas dos tempos verbais no *futuro* e no *presente do subjuntivo* acabam por ser escassas. Para um levantamento mais suntuoso de formas nesses outros contextos de TMA, seria preciso fazer a coleta de dados em outros gêneros discursivos para além das entrevistas sociolinguísticas.

Por outro lado, se associarmos esse uso quase categórico de formas canônicas para outros contextos de TMA aos resultados estatísticos do capítulo VII, podemos endossar nossa argumentação de que as vogais não canônicas /e/ – para a 1ª conjugação – e /i/ – para a 2ª conjugação – surjam nessas comunidades de fala rurais como uma estratégia linguística de desambiguação temporal, dado que o *pretérito perfeito do indicativo* se mostra um tempo verbal problemático na língua portuguesa (cf. Capítulo V).

Resumidamente, queremos argumentar que a competência linguística dos falantes faz com que eles encontrem soluções estruturais para resolver ambiguidades e homofonias na sua língua. Logo, o uso de *falemo* e *aprendimo* quase especializado para *pretérito perfeito do indicativo* seria um exemplo dessa competência dos falantes em atuação para o seu desempenho linguístico.

É sobre essa questão que tratamos na seção 8.3.2, retomando a discussão de âmbito morfológico estabelecida no capítulo V, porém, agora, com a defrontação dos resultados estatísticos do capítulo VII.

8.3.2 A especialização temporal manifestada: seriam as vogais /e/ e /i/ sufixos flexionais de TMA?

Os resultados em relação à variável ‘TAM’ foram bastante significativos nesta pesquisa – capítulo VII –, sendo este o primeiro grupo de fatores selecionado pelo GOLDVARB-X em ambas as conjugações.

Sintetizando os principais resultados, vimos que: a variante não canônica /e/, na 1ª conjugação, foi condicionada fortemente para o *pretérito perfeito do indicativo*, com peso relativo de 0.922; e a variante não canônica /i/, na 2ª conjugação, foi favorecida de 0.799 de peso relativo.

Os pesos relativos altos, sobretudo na 1ª conjugação, permitem-nos retomar o questionamento já esboçado no capítulo V sobre a classificação das vogais em análise como alomorfes da VT, uma vez que a vogal temática é um morfema especificador (que define à qual

conjugação pertence o verbo), com outras funções, mas que não tem a função de especificação temporal.

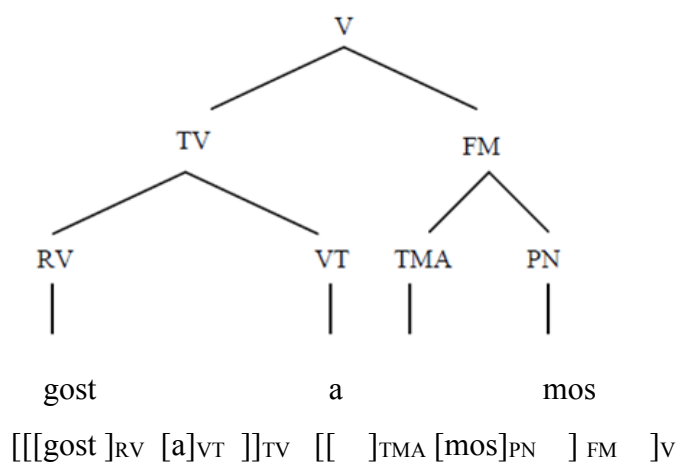
A possibilidade de desambiguação temporal é algo que já levantamos em Pereira (2014), assim como também o fizeram Foeger, Scerre e Yacovenco (2016). Entretanto, para se manter essa caracterização do fenômeno, é preciso pensá-lo a partir de uma nova classificação da vogal em alternância, a qual, de modo geral, tem sido considerada pelos pesquisadores – amparados em Mattoso Câmara Júnior – como uma vogal temática.

No capítulo V, colocamos em xeque essa classificação em razão das contradições teóricas relativas ao *pretérito perfeito*, que, conforme a descrição estruturalista, teria morfema zero em tempo-modo-aspecto, do mesmo modo como ocorre no *presente do indicativo*.

A partir dos resultados estatísticos, mantemos nossa proposta teórica com base em Villalva (2007), a qual retomamos aqui. Defendemos que, no *presente do indicativo*, as formas não canônicas – /e/ e /i/ – consistem numa *vogal temática* em alomorfia, e a flexão de TMA apresenta vazío morfológico. Assim, mantém-se a descrição de Villalva (2007) das formas padrão do português, acrescentando-se a questão da alomorfia a VT para explicar a variação ocorrida entre /a/ ~ /e/, bem como entre /e/ ~ /i/. Desse modo, trazemos aqui um exemplo de dado do nosso cópulus, com sua respectiva análise e representação arbórea:

- (39) [sobre o porquê de o irmão dele ter aquele nome. Então a informante explica que o irmão gosta do nome e responde sempre que explicando isso] E perguntá pra ele: “Nón, porque nós **gost[e]mos**”. (MAL, mas, fund. I, mais jovem)

Nessa ocorrência, a forma *gostemos* está no *presente do indicativo*, com variação alomórfica da vogal temática /a/ para /e/, apresentando a seguinte estrutura arbórea:



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Na interpretação da estrutura arbórea que propomos, o /a/ seria a vogal temática presente na estrutura profunda, e a sua alternância para /e/ ocorre num âmbito de variação em alomorfia da VT, que acontece na realização da forma. Assim, a estrutura subjacente continua a mesma de *gostamos* em *presente do indicativo*, a saber:

$$[[[gost]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[]_{TMA} [mos]_{PN}]_{FM}]_V$$

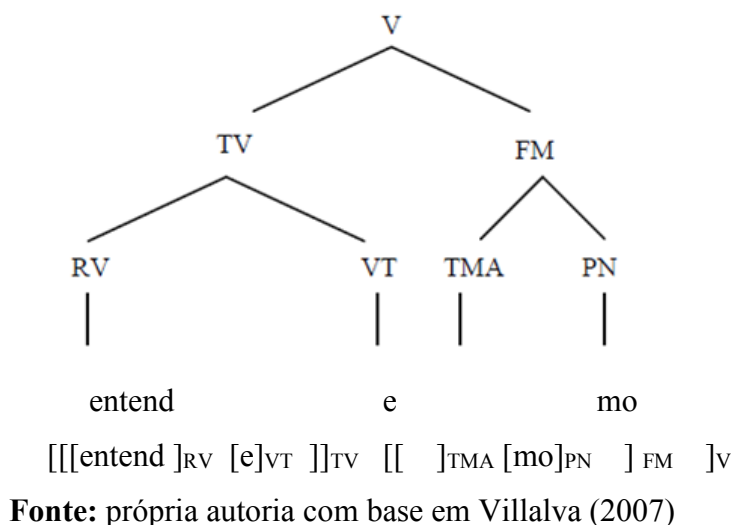
Mas a variação que ocorre na estrutura de superfície, alternando *gostamos* para *gostemos*, tem possivelmente motivação por “contaminação” do contexto de especialização do *pretérito perfeito do indicativo*, uma vez que se trata de um uso um tanto escasso em nosso corpus. O fato é que, não obstante sejam poucas realizações dessa natureza em 1ª conjugação (apenas 11 ocorrências, diante de um universo de 731 dados não canônicos e de 1631 dados totais), ela acontece (ainda). Nesse contexto, então, o que propomos parece ser uma explicação plausível sobre **como** isso acontece.

Já quanto à 2ª conjugação, observemos as seguintes ocorrências de nosso corpus, com os respectivos comentários:

(40) Às veiz tem missa em poloneis também, mais só que daí, agora nós já [hes] **entend[e]mo** nada, sabe? Nós falamo em polaco, só que intendê as missa em brasileiro, nós não **entend[i]mo**. Não sei como é que é. (**MAL, fem, fund. I, mais jovem, presente do indicativo**)

A forma *entendimo* aparece neste trecho de fala em contexto de *presente do indicativo*, e é importante também notar a presença da forma *entendemo* em variação no mesmo trecho de fala, para o mesmo contexto de tempo-modo-aspecto. Nesse caso, então, a forma *entendimo* a nosso ver, apresenta a seguinte estrutura arbórea:

Figura 40 – Representação arbórea morfológica de *entendimo* em *presente do indicativo*



Novamente, vemos que, tal como em *gostemos*, a forma *entendimo* é representada com a vogal /i/ na estrutura profunda, com alternância vocálica realizacional para /e/. Portanto, sob esse ponto analítico que estabelecemos aqui, a estrutura profunda de *entendimo* e *entendemo* é a mesma:

[[[entend]RV [e]VT]]TV [[]TMA [mo]PN]FM]V

Mas há uma diferença entre essa estrutura e a representação arbórea da figura 39, pelo fato de termos representado o sufixo de PN como /mo/ já na árvore morfológica. Precisamos esclarecer que fizemos assim, porque acreditamos que o sufixo /mo/ é uma entrada lexical diferente de /mos/, de tal sorte que ele já está presente na estrutura subjacente da gramática internalizada dessas comunidades de fala rurais. Mas esse ponto do sufixo de PN é retomado na seção 8.3.3.

Por agora, continuemos nossa análise, que consiste em defender a existência de alomorfia da VT em *presente do indicativo* e outra proposta diferente para *perfeito do indicativo*.

Recapitulando nossa proposta do capítulo V para o contexto de pretérito *perfeito do indicativo*, argumentamos que, em caso de forte indício de *especialização temporal* (o que se confirmou com os pesos relativos de 0.922 para uso de /e/ em 1ª conjugação e 0.799 para uso de /i/ em 2ª conjugação), o que ocorreria seria uma reestruturação do amálgama na estrutura verbal proposta pela Morfologia X-Barra para descrever tal tempo verbal.

Então, com base nos resultados do capítulo VII, mantemos a estrutura arbórea de *pretérito perfeito do indicativo*, em que há um amálgama de TMA+PN, porém com uma

modificação no nível da representação da estrutura profunda, colocando-se as vogais não canônicas /e/ e /i/ como pertencentes ao amálgama de TMA+PN.

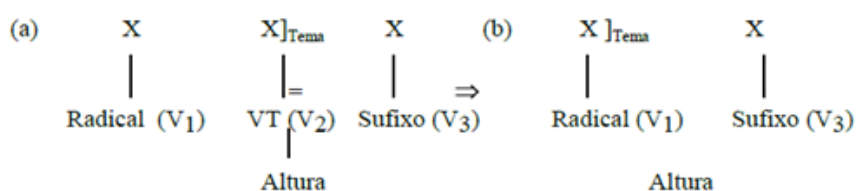
Assim, formas como *gostemos* e *entendimo*, no *pretérito perfeito do indicativo*, apresentariam as estruturas da seguinte forma:

[[[gost]RV [a]VT]]TV [[emos]TMA+PN]FM]V

[[[entend]RV [e]VT]]TV [[imo]TMA+PN]FM]V

Depois, haveria o processo morfofonológico de dissimilação com a supressão da vogal temática, em decorrência de haver um segmento vocálico depois dela, que seriam as vogais /e/, no caso de /emos/ (ou /emos/), em 1ª conjugação, e o /i/, no caso de /imos/ ou /imo/), em 2ª conjugação.

Figura 41 – Regra de supressão da vogal temática em *pretérito perfeito do indicativo* – conforme Villalva (2007)



Fonte: Adaptação de Villalva (2007, p. 178)

Salientamos que essa regra fonológica de supressão da vogal temática proposta por Villalva (2007) é usada pela autora para tratar do *presente do subjuntivo*, nas formas da norma padrão no português (como *gostemos*, *entendamos*, *fujamos*, por exemplo). Julgamos, no entanto, que essa mesma regra fonológica poderia ser aplicada no caso de *pretérito perfeito do indicativo* em formas não canônicas.

A partir dessa visão, as formas da estrutura profunda desse tempo verbal, em sua configuração não canônica, seriam, por exemplo, *gostaemos* e *entendeimo* (ambos com a explicitação das respectivas vogais temáticas /a/ e /e/), as quais se transformariam em *plantemos* e *entendimo* após o processo fonológico da dissimilação.

Logo, com essa proposta, podemos manter a ideia de Villalva (2007) em relação à configuração arbórea do amálgama para *pretérito perfeito do indicativo*, partindo da visão de que esses segmentos são indissociáveis, não podendo ser segmentados em formas menores.

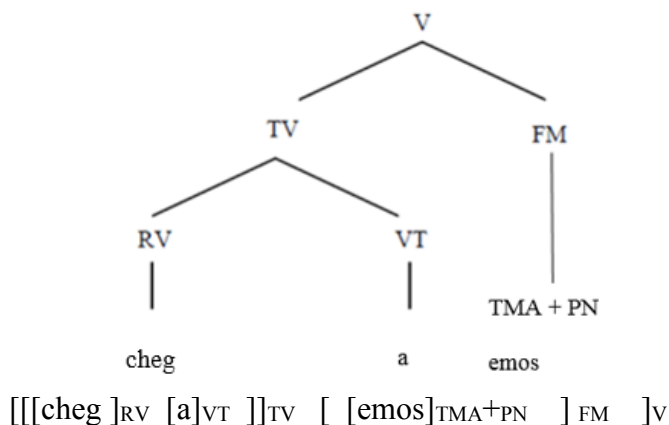
Vamos trazer dois dados aqui do nosso *córpus* (*cheguemos*¹⁹¹ e *aprendimo*¹⁹²) em contexto de *pretérito perfeito do indicativo*, e depois mostramos suas respectivas representações nas árvores morfológicas:

(41) A menina, era- nós num **chegu[e]mos** a conhecê. Foi a primera filha da mãe. (RIO, fem, ensino médio, mais velha)

(42) Dentro da minha casa, assim, quando a- quando a minha baba vinha, daí eles falava em polonês com a mãe, né? Até quando a baba ia embora, a mãe falava cum nós em polonês, mais, nós, criança, né? Achava muito engraçado i [hes], mais **aprend[i]mo**, **aprend[i]mo** que até hoje a gente tem bastante palavra que a gente sabe falá [...]. (PRU, fem, fund. II, mais velha)

As ocorrências em (41) e (42) estão no contexto de *pretérito perfeito do indicativo*, sendo as vogais /e/, em 1ª conjugação, e /i/, em 2ª conjugação, pertencentes ao amálgama dos sufixos /emos/ e /imo/. Desse modo, a representação arbórea de *cheguemos*, neste contexto verbal específico, fica assim configurada:

Figura 42 – Representação arbórea morfológica de *cheguemos* em *pretérito perfeito do indicativo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

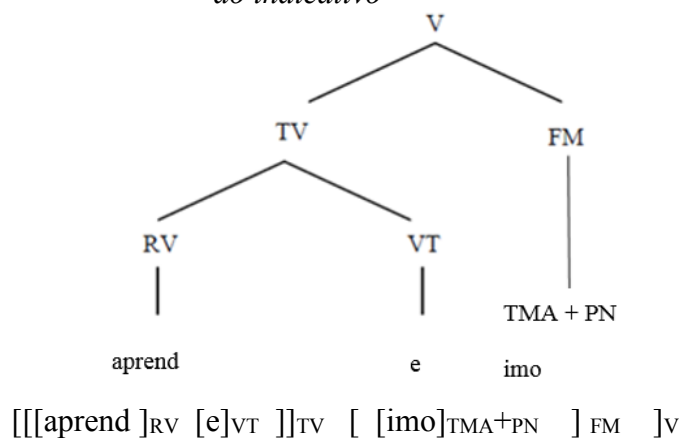
Como podemos visualizar na representação, a forma subjacente é *chegaemos*, que, após o processo fonológico de dissimilação, chega a configuração de *cheguemos*.

¹⁹¹ Tivemos de trocar o item lexical porque não encontramos dados de *gostemos* nem de *gostemo* em *pretérito perfeito do indicativo*.

¹⁹² Também não foram encontrados dados de *entendimo* no *pretérito perfeito do indicativo*, de maneira que também trocamos os itens lexicais. A discussão que fazemos sobre os itens lexicais está na subseção da seção 8.4.2.

De modo similar, a representação arbórea de *aprendimo*, no sentido apresentado na ocorrência (42), fica representada desta maneira:

Figura 43 – Representação arbórea morfológica de *aprendimo* em *pretérito perfeito do indicativo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Findada essa discussão com a apresentação da nossa proposta teórica para representar as formas não canônicas de nosso corpus, nosso próximo tema a ser explorado diz respeito aos sufixos flexionais de PN /mos/ e /mo/, sobre os quais tratamos na seção 8.3.3.

8.3.3 O uso do sufixo flexional de PN: quando a forma subjacente não é a canônica

No capítulo V, expusemos uma problematização a respeito dos termos “apagamento final do -s na DNP -mos”, porque tínhamos a hipótese de que, nas comunidades de fala rurais investigadas, o /mo/ seria a forma na arquitetura verbal dos informantes, e o /mos/, por sua vez, passaria a ser usado pelos integrantes dessas localidades rurais por um processo de escolarização.

Pautamo-nos, para tanto, na postulação de Guy (2000), que, para compreender o fenômeno das taxas elevadas de ausência do -s na superfície das palavras (como *falamo*, *comemo* e outras) na cidade de São Borja, julgou mais plausível tratar o caso do sufixo de pessoa-número como uma variável lexical, que teria, portanto, duas entradas lexicais: /mos/ e /mo/.

A partir desse raciocínio, havendo uma seleção lexical variável das formas /mos/ e /mo/, o pesquisador que lida com concordância verbal de 1ª pessoa do plural no português brasileiro precisa averiguar qual forma seria a de seleção na comunidade linguística investigada. Assim,

em comunidades de fala mais urbanas e com alta escolaridade, talvez a forma de entrada lexical seja, de fato, /mos/, havendo uma variação com /mo/.

No caso, contudo, da macrocomunidade de fala rural que é foco desta pesquisa, os resultados estatísticos nos encaminham a interpretar o /mo/ como a entrada lexical da comunidade. Para clarificar nosso ponto de vista, recapitulamos os resultados obtidos e registrados no capítulo VII.

Em suma, obtivemos os seguintes resultados: dos 1.631 dados do cópuz de 1ª conjugação, apenas 52 deles apresentavam o uso de /mos/, representando apenas 3,2%, sendo, ainda, somente 5 desses dados associado ao uso da vogal não canônica /e/.

Na 2ª conjugação, esses números foram similares, embora menos impactantes. Dos 227 dados do cópuz, somente 12 deles eram com sufixo /mos/ (o que representa 5,3%), dentre os quais apenas 3 ocorrências eram da vogal não canônica /i/ associada a esse sufixo padrão de PN

Ou seja, as altas porcentagens de uso de /mo/ em 1ª conjugação – com 96,8% de uso (1.579 ocorrências) – e em 2ª conjugação – com 94,7% de uso (215 ocorrências) – evidenciam que a macrocomunidade de fala rural investigada apresenta a entrada lexical /mo/ em sua arquitetura verbal.

Com base, então, nos resultados estatísticos do capítulo VII, acreditamos que nossa hipótese se confirmou. Observemos um conjunto de dados que revelam a expressividade de uso desse sufixo de pessoa-número não canônico /mo/:

(43) E dia 7 de janeiro, era Natal da baba, que nós sempre falava, que é o nosso Natal, que nós **guard[ẽ]mo** até o dia de hoje, é dia 7 de janeiro. É feito aqui em casa a janta dia seis. É feito o Natal. Os meus irmão, meus sobrinho, tudo eles acostumarum assim. É o Natal, que nem nós **fal[ẽ]mo**. É o Natal da baba. Porque, em ucráino, a vó, você chamava de “baba”. Então, é o Natal da baba. [...] Pra eles, o Natal da baba é sagrado.

(IRA, fem, fund. I, mais jovem)

(44) [falando dos costumes] Pois é, porque daí, ói, que nem se- [inint] nós **lev[ẽ]mo** pra venzê no dia da Páscoa. Nós **lev[ẽ]mo** esses- essas pessanka, **lev[ẽ]mos** aquele pão enfeitado, sabe? Que é meio o doce o pão e é tudo nfeitado, que enfeita [inint] e é muito bunito. E daí nói **lev[ẽ]mo** o pão, **lev[ẽ]mo** linguiça, **lev[ẽ]mo** ovo branco também. **lev[ẽ]mo** carne, ansim, que daí põe uma vela, põe fósforo, põe sar venzido, que a gente ter assim, né? [est] e mai o que que nós **ponh[ẽ]mo**? **(IRA, fem, ensino médio, mais velha)**

- (45) [lembrando sua própria fala com a filha] “O veinho que vai trazê tua boneca. Cê põe na tua caxinha.” Daí ela levô lá, ela pegô e ela ficav-: “Ói, vamo poR caxinha, mãe? Vamo pôr caxinha”. Daí levô caixinha lá no outro quarto lá e dexô lá. Daí nói **compr[e]mo** e **guard[e]mo**. Eu fui até a- nós fumo na cidade, eu fui lá, comprei, ponhei ela no caro, pra, sem ela vê, sabe? Até... daí achi que aquela vez nói **compr[e]mo**, ela num tava, né? Ela num foi pra cidade junto. Daí eu ponhei e dexei lá atrais guardado. Já vai [falando com a filha]. I daí **dex[e]mo**, daí **ponh[e]mo**. **(IRA, fem, ensino médio, mais jovem)**
- (46) Ali eu entrei já com sede das matérias. **Entr[ẽ]mo**, acho que em cinquenta e quatro, **termin[ẽ]mo** em trinta e quatro naquele Ginásio lá. **(MAL, mas, ensino médio, mais jovem)**
- (47) [sobre costumes que guardam atualmente]
Tem bastante assim dia santo que nós **guard[ẽ]mo**. [est] Só que eu num lembro, assim, todos... o de Nossa Senhora Aparecida, né? Que nós sempre **guard[ẽ]mo**. Agora, na semana que vem, dia vinti um, vai tê um dia santo que nós tamém **guard[ẽ]mo**. Tem bastante, assim, que nós **guard[ẽ]mo**. **(PRU, fem, fund. I, mais jovem)**
- (48) Na Páscoa não. Na Páscoa, nós **esper[ẽ]mo** porque a gente não vai lugar nenhum, **sent[ẽ]mo**. Daí sempre, maioria, o tat- o tato que prepara enquanto nós **trat[ẽ]mo** [... fala de comidas típicas na língua ucraniana]. Assim nós **sent[ẽ]mo** e se **delici[ẽ]mo**. Daí nós sempre vomo dexando um puquinho, até pros treis dia nós **dex[ẽ]mo** [hes] um poquinho de “frim” pro otro dia, e **dex[ẽ]mo** dois o-, porque nós sempre, doze óv- ovo, nós fazemo essas “craska”, essas “pêssanka”. Nós sempre vomo dexando. E no terceiro dia nós **dex[ẽ]mo** um, dois, sempre pra sobrá, e, se falta, nós **peg[ẽ]mo** e **cozinh[ẽ]mo** mais só pra completá esse [...] **(PRU, fem, ensino médio, mais jovem)**
- (49) Fomo na casa de um amigo, **pegu[e]mo** trigo, no otro **pegu[e]mo** ovo, **compr [e]mo** banana, e eu fui fazê a ditosa massa de bolinho. **(REB, fem, ensino médio, mais jovem)**

A produtividade do uso de /mo/ nas comunidades de fala investigadas fica claramente evidenciada a partir desse rol de ocorrências entre (43) e (49). No entanto, como explicar o uso de /mos/, ainda que escasso, em tais comunidades?

Vai haver um momento em que os menos escolarizados (e de comunidades rurais) entram em contato com a outra gramática dos mais escolarizados e podem corrigir o sufixo

/mo/, em aproximação à norma padrão. Esses indivíduos adquirem as formas padrão, que estão lexicalizadas, de forma individual, fora do paradigma da flexão verbal.

Assim, pelo viés da escolarização, os falantes podem: **(i)** corrigir o sufixo na sua gramática, substituindo sua entrada por /mos/; **(ii)** ou não corrigir e continuar utilizando a forma /mo/, não obstante sua escolarização.

Pudemos verificar a importante relação do uso de /mos/ conforme a escolaridade quando, no capítulo VII, fizemos o cruzamento entre a ‘realização de PN’ e a ‘escolaridade’. Verificamos que o número de ocorrências de /mos/ cresceu de acordo o aumento do nível de escolaridade: em 1ª conjugação, no ensino fundamental I, houve registro de apenas 4 ocorrências; já no ensino fundamental II, esse uso cresceu para 12 ocorrências, aumentando, por fim, para 34 ocorrências no nível de ensino médio.

Aqui, vamos apresentar o cruzamento dessas mesmas variáveis, porém em 2ª conjugação:

Tabela 34 – Cruzamento entre ‘realização de PN’ e ‘escolaridade’ – 2ª conjugação

| Etnia | Variante | /mo/ | % | /mos/ | % | Total | % | |
|--------------------|--------------|--------------|------|-------|------|-------|------|------|
| Escolari. | Fund. I | /i/ | 54 | 60% | 0 | 0 | 54 | 59% |
| | | /e/ | 36 | 40% | 1 | 100% | 37 | 41% |
| | | Total | 90 | 100% | 1 | 100% | 91 | 100% |
| | Fund. II | /i/ | 31 | 44% | 2 | 40% | 33 | 44% |
| | /e/ | 39 | 56% | 3 | 60% | 42 | 56% | |
| | Total | 70 | 100% | 5 | 100% | 75 | 100% | |
| Ensino médio | /i/ | 22 | 40% | 1 | 17% | 23 | 38% | |
| | /e/ | 33 | 60% | 5 | 83% | 38 | 62% | |
| | Total | 55 | 100% | 6 | 100% | 61 | 100% | |
| TOTAL GERAL | /i/ | 107 | 50% | 3 | 25% | 110 | 48% | |
| | /e/ | 108 | 50% | 9 | 75% | 117 | 52% | |
| | Total | 215 | 100% | 12 | 100% | 227 | 100% | |

Fonte: própria autoria (2020)

Não obstante a 2ª conjugação apresente poucos dados, a variável ‘escolaridade’, mostra também sua interferência para a entrada lexical de /mos/ na macrocomunidade. Como se pode observar na tabela, no ensino fundamental I, foi registrada apenas 1 ocorrência com /mos/, mas isso cresce um pouco mais nos dados referentes ao ensino fundamental II (5 ocorrências) e aumenta, embora em pouca proporção, no ensino médio (6 ocorrências).

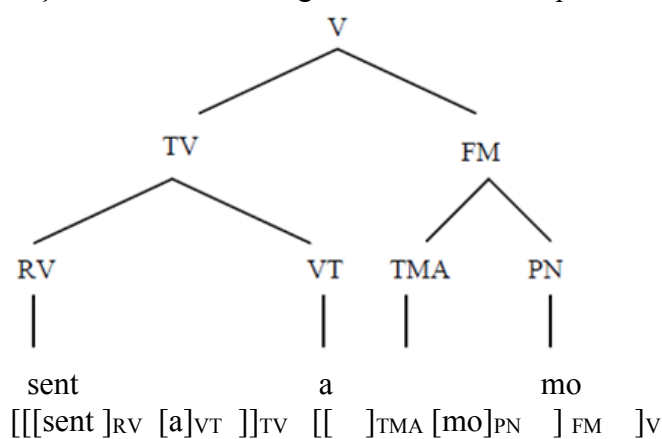
Mas o que está na origem dessas diferentes gramáticas?

Tal como fizemos ao propor que as vogais alternantes em *pretérito perfeito do indicativo* estariam na estrutura profunda da gramática dos falantes dessa macrocomunidade, propomos

que o mesmo ocorre em relação ao sufixo de PN /mo/. Ou seja, essas duas estruturas não-padrão (sufixo de TMA e sufixo de PN) fazem parte da gramática internalizada da macrocomunidade.

Representando uma das ocorrências na árvore morfológica – *sent[ẽ]mo*, em (48), no *presente do indicativo* –, como já mencionamos na seção 8.3.2, fica assim configurada:

Figura 44 – Representação arbórea morfológica de *sentamo* em *presente do indicativo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Defendemos, portanto, que na gramática das comunidades de fala analisadas, a entrada lexical e o sufixo de PN é /mo/, e, sendo assim, é este que deve estar na representação subjacente. Já na gramática dos falantes da norma padrão, o que está na estrutura subjacente é /mos/.

Isso, porém, é reestruturado, em certa medida, quando os integrantes da comunidade entram em contato com pessoas mais escolarizadas, cuja gramática internalizada está mais próxima da norma padrão da língua portuguesa.

Assim, tratar dessa forma como um “apagamento final do sufixo de PN” não era a melhor descrição em relação à nossa pesquisa, considerando-se que o processo é inverso (ocorre uma inserção de -s na sufixo de PN mais usual /mo/).

Resolvida essa representação, surge-nos outro questionamento: o que está na origem do aparecimento dessa outra gramática (não-padrão) em relação ao uso de /mo/?

Acreditamos, com base nos estudos de Costa (1990) e de Frosi e Mioranza (1983), que o uso sufixo de PN /mo/, seria, provavelmente, por influência de dialetos italianos. Entretanto, a origem do sufixo /mo/ não se trata de uma questão que pudemos dar conta nesta pesquisa, de modo que seria importante retomá-la em estudos futuros.

Já quanto às origens da alternância vocálica (como o uso de TMA não canônico em amálgama a sufixo PN) no *pretérito perfeito do indicativo*, traçamos possíveis explicações na próxima seção.

8.4 A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA EM ALVO: EXPLICANDO OS PORQUÊS DE SUA EXISTÊNCIA

Até o momento, neste capítulo VIII, preocupamo-nos em mostrar **o que** acontece em relação à macrocomunidade investigada (a alternância vocálica precedente ao sufixo de PN) e também tentamos explicitar, a partir de uma proposição teórica, **como** isso acontece.

Nesta seção, dedicamo-nos à compreensão dos porquês dessa alternância surgir na língua e também procuramos mapear a relação disso com outros paradigmas verbais. Para isso, primeiramente tratamos de questões importantes da Teoria da Variação e da Mudança, que são o sustentáculo desta tese, tecendo considerações sobre a compreensão social do fenômeno linguístico que nos propusemos a investigar.

8.4.1 Questões relativas à TVM: fluxos e contrafluxos da mudança linguística, comunidades de fala, graus de ruralidade e etnicidade

Como as mudanças observadas estão encaixadas na matriz de concomitantes lingüísticos e extralingüísticos das formas em questão? (Ou seja, que outras mudanças estão associadas a determinadas mudanças de um modo que não pode ser atribuído ao acaso?) (WLH, 2006 [1968], p. 36).

Ao engendrarmos uma pesquisa sociolinguística, temos no horizonte que os fenômenos variáveis apresentam vieses diversos, passando pelas questões estruturais (lingüísticas) e também por aspectos geográficos, históricos e sociais. Assim, ocupamo-nos desses últimos vieses nos capítulos I, II e IV desta pesquisa, voltando os olhos para questões mais estruturais nos capítulos V e VIII desta pesquisa.

Desse modo, este capítulo tem sido mais direcionado à retomada de questões lingüísticas, com vistas à compreensão estrutural do fenômeno eleito para estudo. No entanto, acreditamos que os vieses lingüístico e extralingüístico se entrecruzam e não devem ser considerados isoladamente. A teoria laboviana, nesse sentido, opera com o conceito de *heterogeneidade ordenada*, no qual a variação e a mudança lingüísticas ocorrem condicionadas por fatores lingüísticos e extralingüísticos, que não ocorrem de maneira caótica e desorganizada, mas apresentam direcionamentos congruentes e organizados.

Sob esse ponto de vista, propusemos variáveis independentes que consideraram ambos os aspectos e pudemos perceber, no capítulo VII, que alguns deles destacaram-se mais que outros, dada a natureza da variação morfofonológica por nós investigada. Com isso, ao percebermos a importância da variável ‘TMA’ como condicionadora de uso, todo o nosso direcionamento de análise se voltou para tal apontamento. Acabamos, no entanto, na seção antecedente a esta, tratando da variável ‘escolaridade’, ao abordarmos o uso generalizado do sufixo de PN /mo/, o que já revela o entrecruzamento das questões linguísticas e extralinguísticas.

Mas há algumas discussões para além do âmbito estrutural que precisam ser retomadas nesta pesquisa. Por conta disso, esta subseção procura levantar alguns pontos necessários de discussão sob o viés da sociolinguística laboviana: a macrocomunidade e as comunidades de fala (cf. capítulo II), bem como as variáveis ‘diatopia’, ‘faixa etária’, ‘grau de ruralidade’ e ‘grau de etnicidade’. Para isso, pautamo-nos principalmente nas discussões de Naro e Scherre (1991), Guy (2000) e Naro e Scherre (2007).

Como já mostramos nos capítulos I e II, o *Sudeste* do Paraná consiste na mesorregião de característica mais rural no estado, com significativa presença de eslavo-brasileiros, de modo que propusemos, desde o início desta pesquisa, que as localidades componentes do banco VARLINFÉ comporiam uma *macrocomunidade de fala* (GUY, 2000; SCHERRE, 2006; GÖRSKI, COELHO, 2012).

A questão que nos colocamos agora é se essa classificação dos sete municípios do banco VARLINFÉ como uma *macrocomunidade de fala* pode se confirmar a partir dos resultados de nossa pesquisa, considerando-se que a variável ‘diatopia’ mostrou-se significativa na análise estatística, desvelando algumas diferenças de uso entre as localidades em investigação.

Recapitulando o conceito de Guy (2000) a respeito de *comunidade de fala*, para que ela assim se constitua, deve apresentar: **(i)** características linguísticas compartilhadas; **(ii)** densidade de comunicação interna relativamente alta; **(iii)** normas compartilhadas (atitudes comuns sobre o uso da língua). Estabelecemos nossa discussão, então, a partir desses três pontos.

No que se refere às características linguísticas compartilhadas, pudemos notar que, nas sete comunidades linguísticas investigadas, existe um uso compartilhado da alternância vocálica de /a/ para /e/ e de /e/ para /i/, mesmo que, em algumas localidades, isso ocorra com mais significância, como nos mostraram os resultados estatísticos no capítulo VII.

O fato é que essa variação morfofonológica foi registrada em todas as localidades da amostra, e os condicionamentos de uso foram similares, revelando que, em relação a essa característica linguística, é possível manter a classificação do banco VARLINFE como uma *macrocomunidade de fala*. Ou seja, o fenômeno linguístico por si só já sustenta esse caminho.

Para além disso, contudo, no processo de levantamento de dados, percebemos outras características generalizadas às localidades, que endossam ainda mais nossa decisão de classificá-las como pertencente a algo maior, pela congruência de particularidades linguísticas. Não listamos todas elas aqui, mas vamos apontar algumas.

A primeira delas é o contato com as línguas ucraniana e polonesa (cf. capítulo I), que pode ser mensurado, nesta pesquisa, mediante o ‘grau de bilinguagem’, com base principalmente em Savedra (2009), e no ‘grau de etnicidade’, por nós arquitetado com base nos estudos sobre comunidades eslavo-brasileiras. No banco VARLINFE, mesmo os informantes com grau I de etnicidade e bilinguagem apresentavam conhecimentos sobre a cultura e a língua eslavas, diferentemente do que ocorreria em outras comunidades de fala, inclusive dentro do próprio estado do Paraná. Esse aspecto, portanto, já é inerentemente definidor da macrocomunidade eslava.

Há de se ressaltar também a questão do (não) alçamento vocálico em pós-tônicas e pré-tônicas, exposta já com mais propriedade por Costa e Loregian-Penkall (2016), Loregian-Penkall e Costa (2014), Loregian-Penkall e Costa (2016) e Loregian-Penkall, Costa (2014) e Franceschini (2019). Trata-se de um uso linguístico bastante peculiar em comparação a outras comunidades linguísticas no Brasil, e isso adensa, mais uma vez, o cômputo de características linguísticas comuns nessa macrocomunidade.

Ademais, o uso de itens lexicais rurais, por exemplo, como a utilização do advérbio “antitempo”, é algo a se destacar, bem como o uso do item lexical “ponhar” no lugar de “pôr”, algo que ocorre em todas as sete localidades do banco. Também os usos verbais em diversos contextos é mais uma peculiaridade registrada, podendo ser citada a questão do uso da 1ª pessoa do plural no *pretérito imperfeito do indicativo*, na qual os informantes raramente utilizam o sufixo de PN /mos/ (ou /mo/), produzindo estruturas como *andava, fazia, estudava, ia*, associadas ao pronome *nós*.

A própria congruência de dados registrada na variável ‘grau de ruralidade’, construída para esta pesquisa, revela uma consonância de usos entre os falantes do que podemos classificar como uma macrocomunidade rural.

Relembrando, as seis características da variedade rural – que levantamos em relação a todos os 168 informantes – foram: **(1)** vocalização da lateral palatal [ʎ]; **(2)** nasalização da vogal que não antecede segmentos nasais; **(3)** rotacismo (permuta de /l/ para /r/); **(4)** permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa; **(5)** Prótese do /a/ em vocábulos que iniciam por consoante; **(6)** [ɾ] – rótico retroflexo em coda e onset silábicos.

Mais uma vez, tal como no ‘grau de etnicidade’, mesmo os informantes com baixo grau de ruralidade, em todos os sete municípios componentes do banco VARLINFE, ainda apresentavam características linguísticas muito divergentes da variedade urbana.

Isso já foi mostrado no capítulo VII, mas trazemos aqui outros exemplos de informantes a partir da medição do ‘grau de ruralidade’:

Quadro 21 – Dados de características da variedade rural com base em informante com ‘grau de ruralidade’ alto – cidade de Irati

| CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE RURAL | | |
|--|---------------------------------|--|
| Fenômenos linguísticos | Exemplo | Utilizou? |
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> | Gaio, trabaiano, fio, repoio, muierada, muié, debuio, mior |
| Nasalização da vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> | ansim, ponhá, ingual |
| Rotacismo (permuta de /l/ para /r/) | Planta – <i>pranta</i> | malemar, armoço, arguma, mior, argum, vorta, quarqué, consurta, úrtima, devarde |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> | venzê, devarde |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou aférese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> | minduim (amendoim) |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɾ] e aproximante retroflexo [ɽ] | Cor – [ˈkoɾ] | porque, malemar, irmã, nervo, nervosa, celular, lugar, cobertor, guardado, reparto, carne, porco, gorda, verdade |

Fonte: própria autoria (2020)

Podemos observar, no quadro 22, que o informante com alto ‘grau de ruralidade’ produz dados para todas as seis características levantadas. Queremos destacar, nesse caso, o uso do item “devarde”, que é bastante comum em todas as localidades investigadas, e parece ser

oriundo do termo “debalde”, apresentando duas mudanças fonéticas: o rotacismo e o betacismo (permuta de [b] para [v]). Também outro uso generalizado nas comunidades e muito recorrente no cópua até pela natureza religiosa católica dos informantes, foi o termo “venzer” (no lugar de “benzer”).

Observemos mais um exemplo de registro detalhado de usos linguísticos de um informante de Ivaí, em relação a esta variável complexa que compusemos:

Quadro 23 – Dados de características da variedade rural com base em informante com ‘grau de ruralidade’ alto – cidade de Ivaí

| CARACTERÍSTICAS DA VARIEDADE RURAL | | |
|--|------------------------------------|---|
| Fenômenos linguísticos | Exemplo | Utilizou? |
| Vocalização da lateral palatal [ʎ] | Palhaço – <i>paiaço</i> | óio (olho), mio (milho), repoio, fio, moio, trabaiá, atrapaia, véio |
| Nasalização da vogal que não antecede segmentos nasais | Igreja – <i>ingreja</i> | indentidade |
| Rotacismo (permuta de /l/ para /r/) | Planta – <i>pranta</i> | compicado, borso, tar (tal), explicô, sortera, probrema |
| Permuta de fricativa labiodental sonora [v] em oclusiva bilabial sonora [b] e vice-versa | Travesseiro – <i>trabissero</i> | embrabece, braba, devarde, venzida |
| Prótese do -a- em vocábulos que iniciam por consoante ou aférese (queda) do -a- | Divertir – <i>adivertir</i> | arrealizô (realizou) alembre |
| Rótico pertencente ao rol dos retroflexos em coda e onset silábicos – tepe retroflexo [ɽ] e aproximante retroflexo [ɽ] | Cor – ['koɽ] | pergunta, tarde, verdura, fazer |

Fonte: própria autoria (2020)

Todas essas características computadas são muito similares ao que os dialetólogos portugueses encontraram nas variedades rurais lusitanas (cf. capítulo IV), de maneira que ainda mantemos nossa visão de que as variedades rurais brasileiras possam ser consideradas “ilhas de conservadorismo linguístico”. (NARO; SCHERRE, 2007).

Tendo verificado que existe um compartilhamento de características linguísticas nessas comunidades, passamos ao segundo ponto explicitado por Guy (2000): **(ii)** densidade de comunicação interna relativamente alta.

Essa questão pôde ser mensurada em nossa pesquisa, em certa medida, pela variável ‘localismo’, que não foi selecionada pelo GOLDVARB-X nas rodadas estatísticas com relação à regra variável que tinha como foco as variantes não canônicas /e/ e /i/. Mas as anotações que

fizemos para classificar esses informantes *em bem integrados, mais ou menos integrados e pouco integrados*, revelaram um alto índice de integração entre os sujeitos moradores das localidades. A maioria deles relata existir convívio frequente com os vizinhos, bem como participação de atividades na comunidade, principalmente nas igrejas.

Inclusive, o sistema de “camaradagem” ocorrido entre os integrantes das comunidades em tempo de plantação e colheita é algo bastante notável em todas os sete municípios, como se pode ver nos registros a seguir:

- (50) Entrevistadora: Fumo, a senhora não mexe com? Entrevistada: Não, a gente só ajuda os outros a plantá, né? Mais nós mesmo não **plant[ẽ]mos**. Entrevistadora: Ah, vocês ajudam os vizinhos? Entrevistada: Daí **ajud[ẽ]mo** os vizinhos. **(IRA, fem, fund. II, mais velha)**
- (51) Entrevistador: E tem bastante gente, assim, pra trabaiá? Entrevistado: É, nós **peg[ẽ]mo** um camarada... É, nós **peg[ẽ]mo** um boia fria, que nem dizem, né? **(IRA, mas, fund. I, mais velho)**
- (52) [sobre o período da colheita do fumo] Entrevistada: Se bem que daí a gente pega, né? Pega- pega- [hes] camara-. Entrevistadora: Gente pra ajudá? Entrevistada: Aham. “Camarada”, que nós **fal[ẽ]mo**. Entrevistadora: Ah, fala camarada? Entrevistada: “Camarada” [risos]. **Peg[ẽ]mo** pra ajudá. Entrevistadora: Essa eu num tinha ouvido ainda. Entrevistada: Camarada, nós **peg[ẽ]mos** pra ajudarim pra nós. **(PRU, fem, ensino médio, mais jovem)**
- (53) Tipo, eles venhum aqui, sabe? [hes] Tipo, nós **troqu[e]mo** com os cunhado lá, eles venhum aqui e daí nós imo lá ajudá eles. Aí fazemo a estufa lá, daí viemo aqui, daí **fal[ẽ]mo**, sabe? **(RIO, mas, fund. II, mais jovem)**

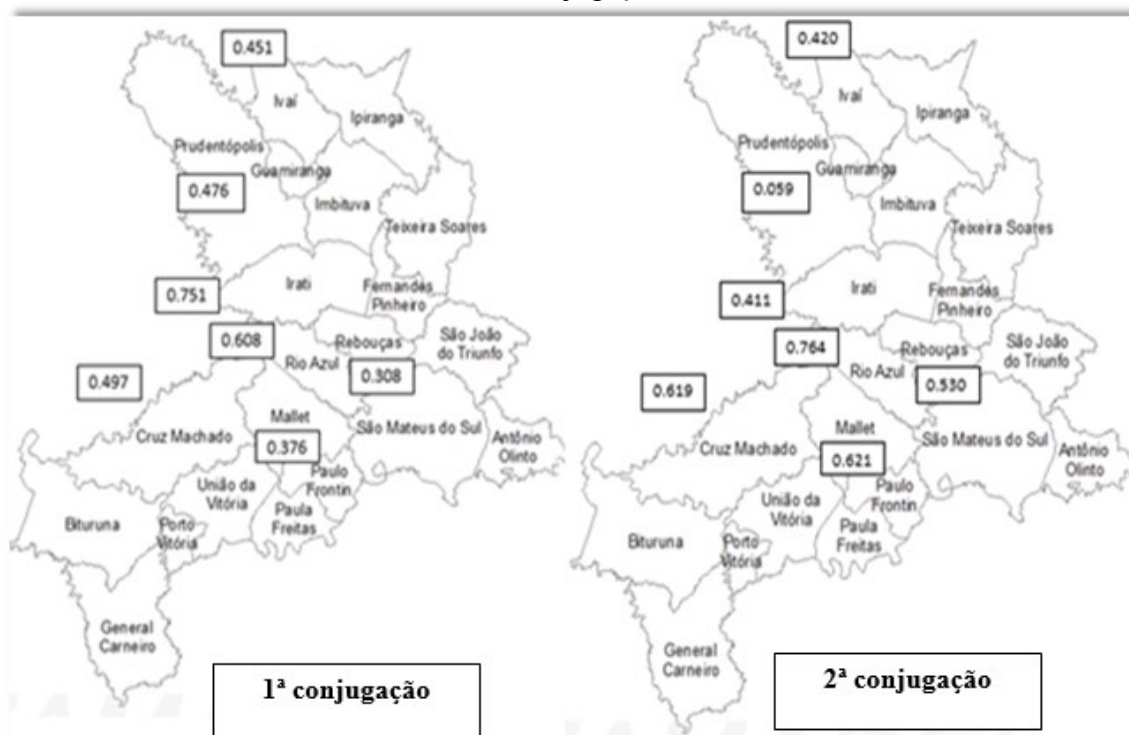
Como se percebe, “camarada” é a pessoa que ajuda o outro no platío e/ou na colheita, estabelecendo-se um vínculo de troca de serviços, e isso é bastante utilizado pelos agricultores da região. O sistema de “camaradagem”, portanto, atua na forte construção de vínculos entre os integrantes dessas comunidades.

Por fim, o critério (iii) para o estabelecimento de uma *comunidade de fala* ou *macrocomunidade de fala*, a questão das normas compartilhadas (atitudes comuns sobre o uso da língua) é algo que não conseguimos mensurar diretamente neste estudo. Todavia, a própria homogeneização do uso do sufixo de PN /mo/ é um forte indicio de compartilhamento de normas dentro da *macrocomunidade*.

Em suma, o que nos permite manter a classificação das localidades como *comunidade de fala* componentes de uma *macrocomunidade de fala rural e eslava* são: (a) o fenômeno linguístico em si; (b) a questão da bilinguagem e grau de etnicidade; (c) os dados dos usos verbais; (d) levantamento de léxico rural; (e) os detalhes de ‘grau de ruralidade’ que aproximam essas comunidades; e (f) a variável ‘localismo’ e o sistema de “camaradagem”.

Mas o que nos impulsiona a vê-la como *comunidades de fala* distintas em composição a uma macrocomunidade? Para além dos limites territoriais, acreditamos que os pesos relativos em relação à ‘diatopia’ no que se refere ao fenômeno da alternância vocálica podem nos indicar caminhos:

Figura 45 – Pesos relativos de aplicação da regra variável não canônica em ‘diatopia’ na 1ª e 2ª conjugações



Fonte: própria autoria (2020)

Podemos verificar que municípios como Prudentópolis e Rio Azul apresentam comportamentos de uso bastante diferentes, apesar de sua proximidade geográfica dentro do território do *Sudeste* do Paraná, de maneira que é possível distingui-las como *comunidades de fala* diferentes dentro de uma mesma macrocomunidade.

Voltando a tratar do objeto linguístico que é foco desta tese, partimos para reflexões traçadas por Naro e Scherre (1991) a respeito dos fluxos e contrafluxos da mudança linguística. Ressaltamos o caráter sincrônico da pesquisa e também o fato de que não podemos falar em

mudança em tempo aparente pelo fato de o banco VARLINFE apresentar estratificação em duas faixas etárias, mas cremos que é possível refletir sobre algumas questões a partir dos usos linguísticos apresentados.

As constatações de Naro e Scherre (1991) podem ser aplicadas também aqui nesta pesquisa, por argumentarem que “a comunidade de fala pode estar caminhando em diversas direções, no sentido de que alguns grupos de falantes podem estar num processo de aquisição da forma, enquanto outros, ao mesmo tempo, estão perdendo a forma.” (NARO, SCHERRE, 1991, p. 9).

É justamente nesse sentido que consideramos a questão da escolarização pode estar barrando, entre alguns sujeitos, a implementação linguística das vogais não canônicas /e/ e /i/ para marcação do *pretérito perfeito do indicativo*. Ou seja, apesar do uso significativo das vogais canônicas para o passado, ainda há forças atuantes da escolarização que barram uma implementação de uso categórico das vogais canônicas para presente e não canônicas para passado.

Estabeleçamos melhor a discussão recuperando alguns resultados. Em relação à 1ª conjugação, o uso de /e/ *presente do indicativo* ocorreu em apenas em 11 dados, num total de 731 dados dessa variante não canônica, sendo os outros 720 todos em *pretérito perfeito do indicativo*. No caso da vogal /a/, foram 900 dados, sendo que 652 deles eram para *presente do indicativo* e 248 para *pretérito perfeito do indicativo*. Assim, dos 663 dados de presente, apenas 11 eram com a vogal não canônica /e/.

Na 2ª conjugação, por seu turno, o uso de /i/ no para *presente do indicativo* ocorreu em apenas 7 dados, sendo 4 deles com o verbo *comer*

Nosso raciocínio por trás disso é de que, no *pretérito perfeito do indicativo*, há maior variação de canônica para não canônica, enquanto, no *presente do indicativo*, existe um uso quase categórico da canônica.

Ou seja, nessa macrocomunidade, o *presente do indicativo* parece estar bem estabelecido com sua forma canônica, havendo pouca variação. Já em relação ao *pretérito perfeito do indicativo*, como os falantes sentem a necessidade de marcá-lo, as vogais não canônicas – /e/ e /i/ – parecem, de fato, estar adentrando com vistas a uma desambiguação temporal.

Isso explicaria por que a variação em tal contexto verbal ocorre com mais força (ao menos, nesta sincronia), porque talvez consista num período de transição para uma posterior implementação linguística.

Mas é justamente neste ponto que nos deparamos com um problema analítico em virtude das limitações do estudo. Por se tratar de um estudo sincrônico e com estratificação de duas faixas etárias, não conseguimos verificar em que medida essa alternância vocálica está se implementando ou não na comunidade.

Aliás, a partir dos resultados da variável ‘faixa etária’, pudemos perceber que os informantes mais jovens é que estão utilizando mais as formas não canônicas, com peso relativo de 0.568 em 1ª conjugação e de 0.621 na 2ª conjugação. Consistiu num resultado que difere de muitos estudos sociolinguísticos, nos quais os mais jovens costumam usar formas mais padrão, mas, nessa macrocomunidade, o uso não canônico ocorre por conta dos papéis sociais desenvolvidos, os quais diferem significativamente de comunidades urbanas. Apesar disso, é interessante perceber que a alternância vocálica está na fala daqueles que se se manterão por mais tempo da comunidade, e isso pode indicar direcionamentos de implementação de uma mudança linguística.

Por outro lado, a questão da ‘escolaridade’, que se mostrou significativa e sobre a qual já tratamos em seções antecedentes, é uma força que está atuando dentro dessas comunidades, de modo a barrar uma implementação linguística de variantes não canônicas

Desse modo, comparativamente ao estudo de Naro e Scherre (1991) – o qual mostrou a relação com a mídia televisiva atuando num processo de impedir certos usos linguísticos na comunidade de fala investigada –, já na macrocomunidade rural de fala aqui investigada, parece estar havendo uma relação de forças entre ‘escolaridade’, no sentido de impedir uma implementação de formas como *falemo* e *aprendimo*, e, por outro lado, da ‘faixa etária’ mais jovem, no sentido de impulsionar seu uso e possível implementação.

Logo, é possível que, em dado momento histórico, esse uso linguístico não canônico já tivesse sido implementado, mas, por forças da escolarização, acabou sendo redimensionado. O mesmo podemos dizer em relação ao uso de /mo/ e /mos/, não sendo possível prever se o sufixo /mo/ será implementado ou não na macrocomunidade. Assim, os fluxos e contrafluxos envolvendo a variação e a mudança dentro de uma comunidade de fala (NARO, SCHERRE, 1991) nem sempre são mapeáveis.

Nesse contexto, uma pergunta interessante a se fazer é: o que exatamente faz com que a ‘faixa etária’ mais jovem impulsione o uso não canônico? Isso poderia estar atrelado a uma valorização da identidade do homem rural brasileiro por conta, por exemplo, da valorização do agronegócio no Brasil?

Vários foram os relatos de informantes que fizeram financiamento para compra de maquinário e também para a construção de sua casa na localidade rural. Nesse sentido, trazemos uma frase de um informante mais jovem, de Irati, sexo masculino, com ensino fundamental II sobre o enfraquecimento das relações de “camaradagem” na comunidade onde mora, devido à melhoria das condições financeiras nos últimos anos. Segundo ele: “Quem era camarada antes, agora virou patrão, sabe?”

Ou seja, questões como essas, que nem sempre são medidas quantitativamente e que são percebidas por outros meios, às vezes trazem indícios de reconfigurações sociais nas comunidades, as quais podem influenciar os usos linguísticos. Não temos respostas em relação a esses apontamentos, mas esperamos que outros pesquisadores consigam encontrá-las a partir de estudos sociolinguísticos na macrocomunidade.

Ao fim, julgamos que, mesmo num objeto de análise que tenha uma característica tão forte de motivação linguística, como é o caso da alternância vocálica por nós investigada (como forte condicionamento de especialização temporal), as forças extralinguísticas em atuação não podem ser menosprezadas. No caso desta pesquisa, então, a ‘faixa etária’ e a ‘escolaridade’ parecem indicar caminhos dentro da macrocomunidade de fala rural e eslava.

Além disso, registramos a necessidade de se verificar, em estudos futuros, a influência do contato linguístico do italiano com essas comunidades rurais, uma vez, conforme Costa (1990) e Frosi e Mioranza (1983), o uso de /mo/ é algo típico dos dialetos italianos.

Também precisamos considerar a possibilidade de que o uso das vogais em alternância possa ser influência do contato linguístico com o espanhol, como já revelado em estudos de Elizaincin (1992) acerca do português uruguaio (PU). Mas essas questões de contato linguístico (para além das línguas eslavas) são pontos que não conseguimos dar conta nesta tese.

Passamos, agora, a tratar das forças de caráter mais estrutural que também podem explicar os porquês de uso em tal macrocomunidade,

8.4.2 A regularização do paradigma verbal como forma de reestruturação para contextos ambíguos

Todas as discussões traçadas até aqui nos apontaram que existe uma força estrutural atuando para uma desambiguização de formas de *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*. Trazemos uma proposta, em 8.3.2 e 8.3.3, mediante a Morfologia X-Barra, de como a alternância vocálica se configura em sua estrutura profunda e sua forma de superfície.

Com essa descrição posta, falta explicar com mais propriedade as motivações para essa alternância vocálica se manifestar na língua. Ou seja: por que exatamente o /a/ se alterna para /e/, e o /e/ se alterna para /i/? Por que são essas as vogais que surgem como modo de desambiguação temporal?

Com vistas à compreensão das motivações de uso de /e/, na 1ª conjugação, e de /i/, na 2ª conjugação, relembremos as indicações de Svobodová (2017) – apresentadas nos capítulos III e IV – a respeito de abordagens teóricas para uma possível explicação do fenômeno. A autora traz à vista estas cinco possibilidades: **(i)** motivação por analogia; **(ii)** fenômeno fonético; **(iii)** fenômeno morfológico; **(iv)** troca ao contrário; e **(v)** recuo do acento.

Dentre todas elas, temos defendido que se trate de um fenômeno morfológico de desambiguação temporal e agora queremos mostrar que existe uma relação de analogia com outras formas verbais.

É preciso ressaltar que Svobodová (2017) descarta a explicação por analogia manifesta por Vasconcelos (1901), o qual defende que esse fenômeno linguístico surgiria em analogia com o verbo *ter*, cuja forma de 1ª pessoa do plural é *temos*. Conforme tal hipótese, o uso abundante de *temos* propiciaria que os sujeitos, analogicamente, usassem o /e/ no lugar de /a/, mas isso não parece plausível se considerarmos que *ter* é um verbo de 2ª conjugação, isto é, os verbos de 1ª conjugação, que, nessa hipótese, seriam influenciados por *ter*, são muito mais abundantes na língua, o que não sustenta essa proposição.

Semelhantemente, segundo Svobodová (2017), dialetólogos, como Cruz (1969) e Oliveira (1966), argumentam que o parâmetro da analogia seriam os verbos de 2ª e 3ª conjugação, pois a vogal /e/ é dominante em tais contextos. Porém, mais uma vez esbarramos com a questão da grande produtividade linguística da 1ª conjugação em detrimento da menor produtividade dessas outras duas conjugações.

Assim, queremos considerar a possibilidade da analogia, porém mostrando que ela pode ocorrer em relação a outras estruturas. Defendemos aqui uma hipótese de que, nessas comunidades, esteja havendo uma regularização do paradigma verbal como forma de reestruturação para contextos ambíguos, e isso está ancorado em duas possibilidades:

- (i)** Na primeira pessoa do singular do *pretérito perfeito do indicativo* (*falei* e *aprendi* influenciando a formação de *falemo* e *aprendimo*); e
- (ii)** Na conjugação de 1ª pessoa do plural no *pretérito perfeito do indicativo* dos verbos *dar* (1ª conjugação) e *ver* (2ª conjugação), em que *demos* e *vimos*

influenciariam o paradigma do *pretérito perfeito* dos verbos regulares, que, diferentemente deles, apresentam neutralização com *presente do indicativo*.

Dois indícios de que essas propostas podem se manter e se complementar foram registrados em nosso córpus. Um deles, inclusive, é um dado que está registrado no título deste capítulo, mas trazemos essa ocorrência novamente, para uma análise minuciosa:

(54) Mais sempre se **d[i]mo** bem cos ucráino. (MAL, mas, fund. I, mais velho)

(55) Mais quando nós **cresc[i]mo** um poco mais, nós **comec[i]mo** já a ajudá eles. (MAL, fem, ensino médio, mais jovem)

A ocorrência (54) é bastante instigante por alguns motivos. Em primeiro lugar, pelo fato de que, nessa macrocomunidade rural, o uso da forma *di* (em substituição a *dei*) para a 1ª pessoa do singular no *pretérito perfeito do indicativo* é bastante recorrente. Na oitava das entrevistas, embora não consistisse em nosso objeto linguístico, pudemos captar diversas vezes este uso.

Assim, por meio desta forma *dimo*, que destoa das demais ocorrências do córpus, conseguimos perceber as duas influências que estamos propondo aqui como reestruturadoras do paradigma verbal dos verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação, i. e.: (i) as formas da 1ª pessoa do singular; e (ii) o paradigma verbal de *pretérito perfeito do indicativo* do verbo irregular *dar*.

O dado de *comecimo* em (55), por sua vez, apenas indica o horizonte do parâmetro analógico, revelando, sobretudo, a necessidade de os sujeitos dessa comunidade marcarem o contexto de passado mediante o uso de uma vogal diferenciada.

Aventamos, primeiramente, a hipótese de que os falantes se pautem na 1ª pessoa do singular, no *pretérito perfeito do indicativo*, (como o uso de *falei* e *aprendi*, que poderiam servir de base para o uso de *falemo* e *aprendimo*). Esta seria uma estratégia analógica regulatória para este paradigma flexional ambíguo entre os tempos verbais de *presente* e *pretérito perfeito*.

A segunda hipótese (que não exclui a primeira) seria de que os verbos *dar* e *ver*¹⁹³ poderiam servir de base para uma regularização de um paradigma problemático, em virtude de sua ambiguidade dada pela neutralização de formas. Tais verbos apresentam pouca massa fônica e se diferenciam no *presente* e no *pretérito perfeito* (*damos* ≠ *demos*; *vemos* ≠ *vimos*) mediante a alternância das vogais – /a/ para /e/ e /e/ para /i/, respectivamente.

¹⁹³ Trata-se de uma hipótese que aventamos a partir da observação dessas formas (*damos*, *demos*, *vemos*, *vimos*) dentro da macrocomunidade linguística, quando levantávamos os dados de verbos regulares de 1ª e 2ª conjugações.

Grosso modo, se os verbos *dar* e *ver* parecem ter resolvido estruturalmente o problema do sincretismo de formas no *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*, por que os verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação não poderiam se apropriar dessa resolução do problema e reestruturarem seu paradigma verbal?

Pautamos-nos no modelo de Villalva (2000 [1995]; 2007) para fundamentar essa hipótese, mas, antes de trazermos a representação dessas formas conforme nossa visão a partir da Morfologia X-Barra, voltemos ao raciocínio do viés estruturalista, a partir da análise do verbo *dar*, para ver como a morfologia concatenativa descreve tal verbo.

Temos defendido que, quando as formas são similares, mas a vogal em questão (/e/ em 1ª conjugação e /i/ em 2ª conjugação) marca uma oposição distintiva temporal, ela deveria ser considerada um sufixo de TMA. Foi com base nessa visão que propusemos o amálgama dos sufixos de pessoa-número e tempo-modo-aspecto, como /emos/ e /imos/, para explicar o uso não canônico no pretérito perfeito do indicativo.

Não é assim, contudo, que o a morfologia estruturalista descreve, por exemplo, o verbo *dar*, o qual é considerado, por Mattoso Câmara Júnior, como um “desvio do padrão geral de 1ª conjugação”. Para melhor elucidar a visão do estruturalismo, explicitamos cada uma das segmentações morfemáticas temporais (de *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*, bem como *presente do subjuntivo*) num mesmo quadro, a fim de que possamos verificar como a morfologia estruturalista explica essas formas.

Quadro 24 – Segmentação morfológica de “dar” em 1ª pessoa do plural nos tempos de *presente do indicativo*, *pretérito perfeito do indicativo* e *presente do subjuntivo*

| P4 | VERBO dar | R | VT | SMT | SNP |
|-------|-----------|----|-----|-----|------|
| IdPr | damos | d- | -a- | Ø | -mos |
| IdPt2 | demos | d- | -e- | Ø | -mos |
| SbPr | demos | d- | Ø | -e- | -mos |

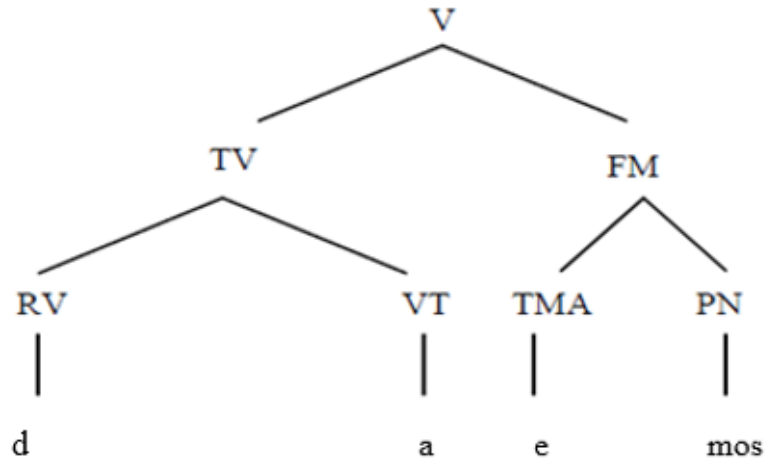
Fonte: adaptação de Mattoso Câmara Júnior (1970) e Monteiro (2002, p. 124-125)

Observamos que a forma *demos* é neutralizada em *pretérito perfeito do indicativo* e *presente do subjuntivo*, mas a segmentação morfemática é diferenciada, porque o /e/ em presente do subjuntivo serviria para marcar a distinção temporal, enquanto o /e/ em pretérito perfeito do indicativo seria uma alomorfa da vogal temática /a/.

Discordamos dessa análise estruturalista e, além de mostrarmos como a nossa proposta se configura nas árvores morfológicas, queremos argumentar que o verbo *dar* seria o responsável por influenciar todos os demais verbos regulares de 1ª conjugação.

Primeiramente, vamos representar a forma *demos* de presente do subjuntivo, seguindo o raciocínio já explicitado no capítulo V desta pesquisa:

Figura 46 – Representação da árvore morfológica de *demos* em *presente do subjuntivo*



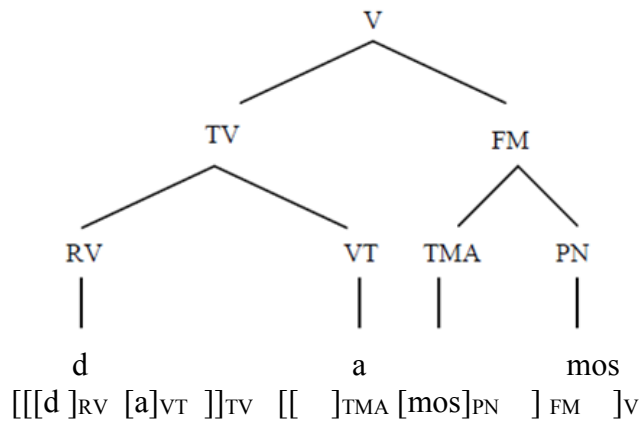
[[[d]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[e]_{TMA} [mos]_{PN}]_{FM}]_V

Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

A representação arbórea mostra que forma da estrutura profunda de *dar* em 1ª pessoa do plural no *presente do subjuntivo* seria *daemos*, forma que, depois, num processo de dissimilação da vogal, realiza-se como *demos*.

Já no *presente do indicativo*, a forma *damos* fica assim configurada:

Figura 47 – Representação da árvore morfológica de *damos* em *presente do indicativo*



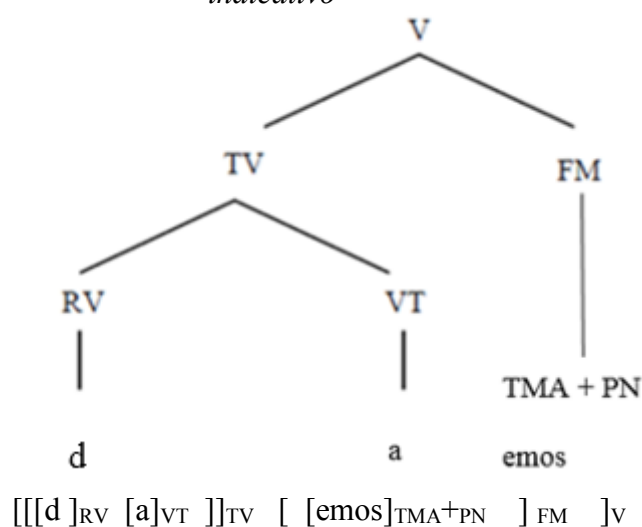
[[[d]_{RV} [a]_{VT}]]_{TV} [[]_{TMA} [mos]_{PN}]_{FM}]_V

Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Neste caso de *presente do indicativo*, há um vazio morfológico de TMA, que é comum a tal tempo verbal. Nesse ponto, as teorias morfológicas estruturalista e gerativa não divergem. Mas como se configura, então, o uso de *demos* no *pretérito perfeito do indicativo*?

Diferentemente do que propõe a morfologia concatenativa, ao descrever o /e/ de *demos* como uma alomorfa da vogal temática /a/, defendemos aqui, pelo viés da Morfologia X-Barra, que a estrutura de tal forma verbal é assim representada:

Figura 48 – Representação da árvore morfológica de *demos* em *pretérito perfeito do indicativo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

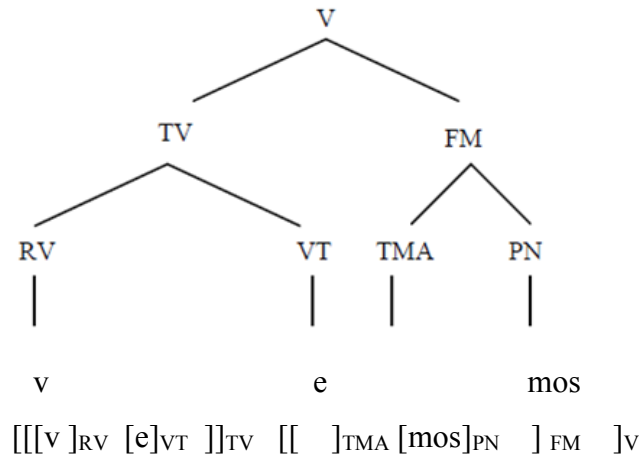
Nesta representação arbórea, a forma *demos* tem sua configuração na estrutura profunda como *daemos*, a qual, tal como no *presente do subjuntivo*, sofre um processo de assimilação da vogal /a/, restando apenas /e/. Mas, nesse caso, como explicar o sincretismo de formas entre *presente do indicativo* e *presente do subjuntivo*?

A nosso ver, isso não representa um problema por dois motivos: **(i)** o tempo do presente do subjuntivo é muito menos utilizado pelos falantes, de modo que o sincretismo de formas com o presente do indicativo não parece representar um problema aos falantes; e **(ii)** nesta descrição que propomos a partir da Morfologia X-Barra, não obstante a realização das formas seja a mesma, a estrutura profunda é diferente, isto é, o *pretérito perfeito do indicativo* se distingue do *presente do subjuntivo* por ser o tempo do amálgama entre TMA e PN.

Assim sendo, essas estruturas arbóreas do verbo *dar* poderiam influenciar o paradigma dos verbos regulares de 1ª conjugação.

Quanto aos verbos de 2ª conjugação, acreditamos que poderiam ser influenciados pelo paradigma verbal do verbo *ver*, o qual em 1ª pessoa do plural do *presente do indicativo* ficaria assim configurado:

Figura 49 – Representação da árvore morfológica de *vemos* em *presente do indicativo*

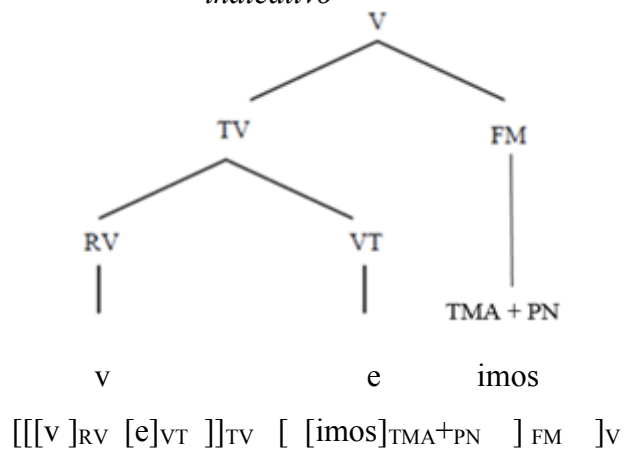


Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

Tal como em todas as outras formas verbais já representadas nesta pesquisa, o presente do indicativo apresenta o vazio morfológico de TMA, com a presença da vogal temática e do sufixo de PN /mos/ ou /mo.

Esse mesmo verbo, na mesma pessoa do discurso, porém no *pretérito perfeito do indicativo*, fica representado estruturalmente desta maneira:

Figura 50 – Representação da árvore morfológica de *vimos* em *pretérito perfeito do indicativo*



Fonte: própria autoria com base em Villalva (2007)

A estrutura arbórea revela que a forma de *vimos* na estrutura profunda é *veimos*, a qual sofre um processo de assimilação da vogal e torna-se *vimos*.

A partir disso, podemos perceber que há sentido em pensar que formas como *falemos* e *aprendimos* (ou *falemo* e *aprendimo*) poderiam ser influenciadas pelo paradigma verbal padrão das formas *demos* e *vimos*.

Recapitulando, então, toda a discussão feita nesta seção, nossa hipótese seria de que os paradigmas verbais de dois verbos irregulares em específico poderiam interferir nos paradigmas verbais “problemáticos” (no que se refere ao *pretérito perfeito do indicativo*) de verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação.

Nesse sentido, acreditamos que a teoria da PMF (*Paradigm Function Morphology*), de Stump (2001), a qual dá maior *status* ao paradigma na explicação de fenômenos morfológicos e cuja ideia norteadora é que, no domínio da morfologia flexional, o principal objeto de análise (tanto para o linguista quanto para o aprendiz de idioma) é o paradigma, e não apenas a palavra, poderá nos trazer elucidções em relação ao fenômeno linguístico da alternância vocálica. Essa construção teórica, porém, não poderá ser feita nesta tese, mas achamos necessário apontar direções, para encaminhamentos futuros.

8.5 PALAVRAS FINAIS

Sintetizamos, aqui, todos os assuntos levantados neste capítulo, mostrando quais pontos teóricos parecem estar resolvidos e quais parecem ter ficado em aberto, com vistas a que outros pesquisadores se debrucem sobre tais problemas.

Os objetivos contemplados no capítulo tratavam, sumariamente, sobre os seguintes temas: **(i)** produção fonética por interferência do contato com línguas eslavas; **(ii)** especialização temporal das formas verbais; e **(iii)** explicações teóricas para o uso não canônico vocálico em investigação.

Em vista disso, a seção 8.2 recuperou questões fonético-fonológicas trazidas nos capítulos I e V desta pesquisa, tratando sobre a produção fonética das vogais, mediante um olhar qualitativo, com base em 19 ocorrências do córpus, que se revelaram frutos do contato com as línguas eslavas. Depois, foi abordada a questão do *alçamento vocálico*, trazendo evidências linguísticas de nosso conjunto de dados, apresentado no sentido de sustentar a

argumentação de que o fenômeno linguístico da alternância vocálica não possa ser classificado como *alçamento* ou *elevação*.

Em seguida, a seção 8.3 aborda aspectos morfológicos e inicia-se levando em consideração alguns dados que foram retirados da amostra por se encaixarem em outros contextos de TMA (além do *presente* e *pretérito perfeito do indicativo*), mas que indicam a utilização das formas canônicas para contextos de outros tempos verbais.

Em prosseguimento às discussões morfológicas, foram trazidos detalhes sobre o uso do sufixo flexional de PN /mo/, argumentando que, nas comunidades de fala focalizadas nesta tese, esse sufixo não canônico seria a forma subjacente, não se justificando mais a descrição de “apagamento final do sufixo /mos/” (pelo menos em relação à macrocomunidade em investigação).

Ademais, em vista da forte tendência de especialização temporal (cf. Capítulo VII), foi retomada a teorização já explicitada no capítulo V de que, no contexto de *pretérito perfeito do indicativo*, as vogais /e/ e /i/ poderiam atuar como sufixos flexionais de TMA, em amálgama ao sufixo de PN. Trata-se de uma proposta aliada à propositura de Villalva (2007) para esse tempo verbal, com vistas a caracterizar o uso não canônico.

Estabelecida nossa visão sobre **como** o fenômeno da alternância vocálica ocorre, a seção 8.4 preocupou-se em estabelecer os **porquês** de tal uso linguístico. Foram mencionadas, primeiramente, questões relacionadas aos conceitos da Sociolinguística Laboviana de *comunidades de fala*, *macrocomunidade*, retomando os graus de ruralidade e etnicidade (construídos para esta pesquisa), além de fazermos uma discussão sobre fluxos e contrafluxos da mudança com base em Naro e Scherre (1991).

Na sequência, trouxemos à vista duas possibilidades que poderiam explicar o uso do fenômeno linguístico da alternância vocálica entre /a/ e /e/, bem como /e/ e /i/: **(i)** uma proposta a partir das regras fonológicas explicitadas por Mira-Mateus (1982), que consideram as formas subjacentes de 1ª pessoa do singular de *pretérito perfeito do indicativo* como influentes para a formação das formas não canônicas de 1ª pessoa do plural; e **(ii)** uma proposição nossa que considera o paradigma verbal dos verbos irregulares *dar* (1ª conjugação) e *ver* (2ª conjugação), em que as formas de 1ª pessoa do plural no *pretérito perfeito do indicativo* (*demos* e *vimos*) seriam propagadoras para os demais paradigmas regulares.

Também explicitamos a necessidade de se fazer um estudo diacrônico sobre o tema, com vistas a captar em que momento essas formas emergem na língua portuguesa, além de aventarmos – em alicerce a Stump (2001) – sobre a imprescindibilidade de se considerar

integralmente o paradigma verbal das comunidades investigadas, observando como essa variação acaba por provocar todo um rearranjo no sistema verbal.

A partir de tudo o que foi arquitetado neste capítulo VIII, considerando as questões que não pudemos dar conta nesta tese, traçamos os seguintes encaminhamentos futuros:

- (I) Investigar qual é a influência da língua italiana em relação a essas formas, sobretudo no que se refere ao uso não canônico da flexão de PN.
- (II) Fazer um estudo diacrônico com vistas a captar em qual momento, aproximadamente, essas formas emergem na língua portuguesa e por qual motivo.
- (III) Verificar de que modo essa variação linguística e possível especialização temporal influencia um rearranjo no sistema verbal do português brasileiro, com base em Stump (2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“NÓIS FUMO MONTANDO, ATÉ HOJE NÃO *TERMINEMO* AINDA”



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “NÓIS FUMO MONTANDO, ATÉ HOJE NÃO TERMINEMO AINDA”¹⁹⁴

Retomamos, nestas considerações finais, nossa pergunta norteadora de pesquisa: *os falantes de uma comunidade linguística eslava fazem alternância não canônica da vogal precedente ao sufixo de PN na 1ª pessoa do plural em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação?* A resposta para esse questionamento foi positiva, pois percebemos, sobretudo ao longo dos capítulos VII e VIII, que, nas comunidades de fala eslavas investigadas, ocorre a variação morfofonológica das vogais /a/ (1ª conjugação) e /e/ (2ª conjugação) precedentes ao sufixo de PN, de maneira a se realizarem também como /e/ e /i/, respectivamente.

Nesta pesquisa, o objetivo geral foi descrever e analisar aspectos históricos, sociais, geográficos e linguísticos envolvidos na variação morfofonológica das vogais /a/ ~ /e/, bem como /e/ ~ /i/, que precedem os sufixos de PN /mos/ e /mo/, por meio do levantamento de variáveis independentes internas e externas, estabelecendo-se um estudo de interface entre Sociolinguística Variacionista, Morfologia, Fonética e Fonologia, Contato Linguístico e Dialetoлогия.

Trazemos à vista, novamente, todas as seis questões problematizadoras, a partir das quais construímos nossos objetivos específicos de pesquisa e fazemos considerações conclusivas sobre elas. Também explicitamos as contribuições da pesquisa, suas limitações e encaminhamentos futuros.

Em relação às questões e objetivos específicos, evidenciamos-las e traçamos comentários à sequência de cada uma delas.

(i)

Questão problematizadora: o contexto histórico, social e geográfico pode influenciar o uso variável do fenômeno linguístico da alternância vocálica não-padrão em 1ª pessoa do plural em verbos de 1ª e 2ª conjugações?

Objetivo: descrever os aspectos históricos, geográficos e sociais de uma comunidade linguística da mesorregião *Sudeste* do Paraná, articulando tal caracterização com a Teoria da Variação e da Mudança, com vistas a considerar (na análise) todos esses aspectos como fatores condicionantes no uso linguístico dos falantes que pertencem a tal comunidade.

¹⁹⁴ Frase proferida por informante de Rio Azul, sexo feminino, com Fundamental II, mais velha.

Os âmbitos histórico, geográfico e social foram essenciais para a descrição da realidade das comunidades de fala em relação às variáveis extralinguísticas a) *diatopia*; b) *sexo*; c) *escolaridade*; d) *faixa etária*; e) *etnia*; f) *ocupação*; g) *grau de bilinguagem*; h) *grau de etnicidade*; i) *mobilidade*; e j) *localismo*, as quais foram tratadas nos capítulos I e II desta tese e retomados no capítulo metodológico (VI).

Além disso, detalhar a questão da ruralidade – trabalhada no capítulo IV – permitiu-nos construir uma variável linguística complexa, ‘grau de ruralidade’, para o estudo do fenômeno linguístico da alternância vocálica, com base em estudos de dialetólogos brasileiros e portugueses, bem como de sociolinguistas, como Bortoni-Ricardo (2011).

Também a variável complexa extralinguística, ‘grau de etnicidade’, foi arquitetada para este estudo de acordo com levantamentos históricos, geográficos e sociais (cf. Capítulos I e II), e os resultados estatísticos mostraram que o uso linguístico não canônico parece ser algo mais ligado a uma identidade rural brasileira, do que a uma *ucranidade* ou *polonidade*.

Quanto à questão da influência eslava nessas comunidades em relação ao objeto de estudo desta tese, procuramos averiguá-la a partir do seguinte questionamento:

(ii)

Questão problematizadora: o contato linguístico presente em comunidades eslavo-brasileiras – nas quais se usa a língua portuguesa em contato com línguas eslavas (polonês e ucraniano) – pode influenciar o fenômeno da alternância vocálica que precede o sufixo de pessoa-número de 1ª pessoa do plural?

Objetivo: descrever e analisar a produção fonética das vogais que antecedem a flexão de PN /mos/, de modo a perceber se o contato linguístico nas comunidades eslavo-brasileiras interfere no uso do fenômeno linguístico que é foco de investigação desta tese.

Diferentemente do que se esperava, a influência das línguas eslavas em relação à produção fonética da vogal em análise não se mostrou tão impactante, sendo levantadas apenas 17 ocorrências (de [a] e [ɛ], em 1ª conjugação) e 1 ocorrência (e [ɛ]) em 2ª conjugação.

Por conta disso, desconsideramos a variável linguística ‘produção fonética da vogal’ da análise quantitativa (Capítulo VII), mas lançamos a ela um olhar qualitativo (Capítulo VIII). Esse resultado, no entanto, não implica o demérito das questões de contato linguístico nas localidades investigadas, mas apenas desvela que, em relação à variação morfofonológica aqui investigada, não se mostra tão significativo.

Por outro lado, a questão da ruralidade dessas comunidades foi um ponto de destaque, uma vez que apresentou um número de 1.858 ocorrências nas 168 entrevistas da amostra

VARLINFE (além dos dados que foram excluídos da análise quantitativa pelo grupo de fatores ‘TMA’). Desse modo, a questão relacionada ao aspecto rural e seu respectivo objetivo foi:

(iii)

Questão problematizadora: o fenômeno da alternância vocálica na primeira pessoal do plural em verbos de 1ª e 2ª conjugação está, de fato, relacionado a variedades rurais e a “ilhas de conservadorismo”?

Objetivo: fazer um detalhamento das variedades rurais brasileiras, de modo a perceber quais fenômenos linguísticos estão relacionados a elas e também verificar se variedades rurais portuguesas apresentam o fenômeno linguístico da alternância vocálica por nós investigado.

O levantamento de estudos que fizemos revelou que existe uma forte relação deste fenômeno linguístico como algo comum ao “dialeto caipira”, ou variedades rurais (AMARAL, 1920; FROSI, MIORANZA, 1983; COSTA, 1990; BORTONI-RICARDO, 2005, 2011; NARO, SCHERRE, 2007; PEREIRA, COELHO, LOREGIAN-PENKAL, 2016; FOEGER, YACOVENCO, SCHERRE, 2017; PEREIRA, MARGOTTI, 2018). Também nossa pesquisa endossou essa constatação, a partir da variável ‘grau de ruralidade’.

Sobre essas localidades onde se falam tais variedades constituírem-se em “ilhas de conservadorismo linguístico”, pautamo-nos em Naro e Scherre (2007), Vandresen (2009) e Ribeiro (2013), para argumentar que as variedades rurais apresentam um grau de isolamento que lhes permite preservar fenômenos linguísticos que não costumam ocorrer em variedades urbanas. A questão do conservadorismo se dá pela arcaicidade das formas, que teriam vindo de Portugal para o Brasil em dada época (ainda não identificada nesta pesquisa) e aqui permanecido.

Assim, demonstramos, no capítulo IV – a partir de Vasconcelos (1970 [1901]) e de dialetólogos portugueses que fizeram pesquisas em meados do século XX –, que tal fenômeno também foi registrado em variedades rurais de Portugal. Embora não tenhamos feito um estudo diacrônico, esses registros de uso em Portugal podem indicar que as formas aqui investigadas tenham imigrado para o Brasil juntamente com os portugueses e foram mantidas em localidades rurais.

Partindo-se para um tópico de caráter mais linguístico, estabelecemos a seguinte questão e objetivo:

(iv)

Questão problematizadora: as formais verbais que são objeto de análise desta pesquisa estão em variação para ambos os tempos verbais ou em especialização temporal?

Objetivo: investigar se o uso das formas canônicas e não canônicas verbais em análise apresentam uso variável ou uniforme, especializado e categórico para um contexto temporal específico.

Os resultados quantitativos apresentados no capítulo VII mostraram que a variável linguística ‘TMA’ (tempo-modo-aspecto) foi a primeira selecionada pelo programa de análise multivariada tanto em 1ª quanto em 2ª conjugação, com pesos relativos de 0.922 e 0.799, respectivamente, de favorecimento de uso das variantes não canônicas (vogais /e/ e /i/) em contexto de *pretérito perfeito do indicativo*.

Já no *presente do indicativo*, houve um predomínio das formas canônicas (cf. Seções 7.3.1 e 7.4.1), o que mostrou uma forte tendência, na maioria das comunidades de fala investigadas, de especialização temporal nas formas verbais que, na norma padrão, seriam neutralizadas.

Não foi comprovado, entretanto, um uso categórico em cada um dos dois contextos de TMA, de modo que pudéssemos asseverar a existência de uma implementação linguística, o que pode estar sendo barrada pela escolarização dos informantes e seu acesso cada vez mais constante a mídias sociais de fora da comunidade. Os fluxos e contrafluxos da variação e mudança linguística (cf. NARO; SCHERRE, 1991) desse uso nessas comunidades de fala só poderiam ser medidos mediante um estudo diacrônico detalhado.

Não podemos asseverar, então, se consiste numa variação linguística que está em processo de implementação ou de uma mudança linguística que, devido a questões como escolarização, está retrocedendo.

Mas, para além dos aspectos extralinguísticos e de TMA, essa alternância vocálica apresenta motivações, em decorrência da *competência linguística* que os falantes dessas comunidades apresentam.

A respeito disso, com vistas à compreensão dos porquês de uso dos informantes, lançamos mão desta questão e deste objetivo:

(v)

Questão problematizadora: quais são as implicações fonético-fonológicas e morfológicas em relação ao uso das formas não canônicas verbais que analisamos?

Objetivo: explicar o uso das formas não canônicas a partir de estudos em Fonética, Fonologia e Morfologia, buscando elucidações teóricas que nos permitam entender o funcionamento interno dessas formas.

No capítulo V, fizemos a descrição das formas em análise conforme a teoria estruturalista mattosiana (de viés concatenativo) e problematizamos algumas descrições, sobretudo no que diz respeito ao princípio da biunivocidade, que acaba por implicar problemas na teoria, como a descrição do *presente do indicativo* e do *pretérito perfeito do indicativo* como tempos verbais que apresentariam morfema zero de tempo-modo-aspecto. A partir dessas críticas, com base nas proposituras de Villalva (2007), construímos a argumentação de que o *presente do indicativo* tem um morfema zero de TMA e possível variação de VT em dadas comunidades de fala, ao passo que o *pretérito perfeito do indicativo* apresenta o sufixo de PN em amálgama a uma vogal de TMA. Assim, a VT, num processo fonológico de dissimilação vocálica com a vogal de TMA amalgamada ao sufixo de PN, acabaria por não aparecer na estrutura de superfície (cf. Capítulos V e VIII), restando apenas a vogal de TMA (neste caso, as vogais não canônicas /e/ e /i/). Essa proposta não desconsidera a proposição de Villalva (2007), mas traz um acréscimo descritivo à da autora no que se refere a formas não canônicas (que ocorrem em certas comunidades linguísticas, como as desta tese).

Com relação às questões fonético-fonológicas (excetuando-se as relacionadas ao contato linguístico, já mencionadas), problematizamos a classificação desse fenômeno em análise como *alçamento vocálico* ou *elevação vocálica*, como têm feito alguns linguistas no Brasil. Trouxemos argumentos que revelam inconsonâncias na descrição desta alternância vocálica como *alçamento*, principalmente pelos fatos de: **(i)** ocorrer em sílaba tônica, **(ii)** haver grande tendência de oposição distintiva de significado; **(iii)** acontecer em contextos em que não há mudança na altura da vogal (exemplo: quando [ẽ] se realiza como [ɛ]), entre outros quesitos (cf. Capítulos V e VIII).

Também indagamos se o sufixo de PN /mos/ pode ser considerado o sufixo presente na estrutura subjacente na arquitetura verbal dessa macrocomunidade de fala, considerando-se o uso considerável do sufixo /mo/, com 96.8% de uso em 1ª conjugação e 94.7% em 2ª conjugação. Em vista desses resultados de produtividade de /mo/ e da associação intrínseca de /mos/ com maior escolaridade, propusemos que o sufixo de PN seja a forma subjacente entre os falantes de nossa amostra, sendo que o segmento /s/ é inserido na forma /mo/ pelo viés da escolarização.

Para a observar e descrever os condicionamentos de uso variável, levando-se em conta o problema de encaixamento (WLH, 2006 [1968]), elaboramos a questão e o objetivo a seguir:

(vi)

Questão problematizadora: quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas mais relevantes no condicionamento do uso não canônico das formas verbais linguísticas investigadas?

Objetivo: mapear, mediante resultados estatísticos, quais os fatores linguísticos e extralinguísticos que mais condicionam o uso das variantes não canônicas.

O estudo quantitativo desta pesquisa descortinou que as variáveis extralinguísticas mais relevantes, na seleção pelo GOLDVARB-X, foram: ‘diatopia’ e ‘faixa etária’, para a 1ª e a 2ª conjugações. Já no que se refere somente à 1ª conjugação, também foram selecionados os fatores ‘escolaridade’, ‘faixa etária’, ‘etnia’, ‘diatopia’, ‘grau de etnicidade’ e ‘grau de bilinguagem’.

Nesse cômputo de variáveis, destacamos a variável por nós construída, ‘grau de etnicidade’ (eslava), a qual mostrou que a forma não canônica de 1ª conjugação (como *falemos*) é favorecida pelo menor grau de etnicidade eslava (*grau I*), com peso relativo de 0.739.

A variável que mistura aspectos linguísticos e extralinguísticos, ‘grau de ruralidade’, também se mostrou significativa para as duas conjugações, com peso relativo de 0.646 de condicionamento de uso da variante não canônica /e/ (em 1ª conjugação) e de 0.615 da variante /i/ (em 2ª conjugação) no tangente ao *grau alto* de ruralidade.

No que concerne às variáveis independentes internas, o grupo de fatores ‘TMA’ foi o primeiro a ser selecionado nas duas conjugações, mas também a ‘realização de PN’ foi selecionada na 1ª conjugação, consistindo nas variáveis linguísticas mais significativas.

Respondidos nossos objetivos a partir das questões problematizadoras colocadas, acreditamos que esta pesquisa pode trazer algumas contribuições para os campos: **(I)** da Morfologia, ao propor uma descrição, de acordo com a Morfologia X-Barra, de algumas formas verbais do português (consideradas problemáticas); **(II)** da Sociolinguística Variacionista, ao apresentar detalhamentos da variação morfofonológica ocorrida em comunidades rurais; **(III)** do Contato Linguístico, por descrever comunidades eslavo-brasileiras, tratar do grau de bilinguagem e construir uma variável complexa relacionada à *eticidade* dos eslavos; **(IV)** da Fonética e Fonologia, por fazer uma discussão acerca da classificação de um fenômeno que tem sido nomeado como *alçamento vocálico*, mas parece não o ser; e, por fim, **(V)** da Dialetologia, por abordar questões geográficas relativas à variação linguística, bem como por trazer e detalhar mais dados relativos à fala rural brasileira, já descrita por dialetólogos brasileiros e portugueses. Em relação às limitações da pesquisa, reconhecemos não ter conseguido: **(1)** fazer um estudo mais detalhado sobre o surgimento dessas formas linguísticas na língua portuguesa, no Brasil e

em Portugal; **(2)** trazer maiores discussões referentes à ‘mobilidade’ e ao ‘localismo’ e sua relação com *ilhas de conservadorismo linguístico*, pelo fato de essas duas variáveis independentes extralinguísticas não terem sido selecionadas pelo programa de análise multivariada; **(3)** fazer um retrospecto das formas de *presente do indicativo* e *pretérito perfeito do indicativo* do latim ao português, de maneira a perceber quando e por que essas formas se neutralizaram na língua, se antes eram diferentes para esses contextos temporais; **(4)** tratar com mais propriedade do contato linguístico com línguas como espanhol e italiano, de modo a verificar em que medida influenciam esses usos verbais não canônicos.

Por fim, no que tange aos encaminhamentos futuros, ressaltamos a necessidade de: **(a)** fazer um estudo diacrônico, com o mapeamento de quando essas formas não canônicas emergem na língua, com vistas à aferição sobre terem vindo de Portugal para o Brasil (NARO, SCHERRE, 2007); **(b)** mapear como se dá o rearranjo do sistema verbal nessas comunidades rurais, a partir dos usos não canônicos das vogais em alternância aqui estudados (STUMP, 2001); e **(c)** fazer uma relação dessa alternância vocálica de /a/ ~ /e/, bem como /e/ ~ /i/, com outras línguas, como o espanhol (ELIZAÍNCIN, 1992) e dialetos italianos (FROSI; MIORANZA, 1983; COSTA, 1990), que parecem ter alguma interferência em tal uso linguístico.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A. **Atlas linguístico do Paraná**. Londrina, PR: UEL, 1996. v.1. sem paginação.
- ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. **In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org) Introdução à Linguística I: domínios e fronteiras**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALMEIDA, Sandra Espínola dos Anjos. A variável saliência fônica e sua atuação no processo variável da concordância verbal na fala pessoense. **In: HORA, Demerval da. Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa, 2004.
- ALMEIDA, Juliano Florczak; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Para além de uma antropologia das perdas: identidades polonesas e memórias. **Antares: Letras e Humanidades**, vol.5, nº10, jul-dez, 2013.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística de línguas minoritárias no Brasil. **In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Cléber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].
- ANDREAZZA, Maria Luiza. Paraíso das delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BARTONE, Marcia Elizabeth; DUARTE, Aline do Nascimento. Identidades sociolinguísticas e culturais: Projeto Bela Vista-Catalão **In: BORTONI-RICARDO, S. M; VELLASCO, A. M. de M. S.; FREITAS, V. A. de L. O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 123-164.
- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2003 [1987].
- BASILIO, M. Verbos em –a(r) em português: afixação ou conversão? **DELTA**, v. 9, n. 2, p. 295-304, 1993.
- BASILIO, M. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BATTISTI, E. Redes sociais, identidade e variação linguística. **In: FREITAG, R. M. K. (Org.). Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. p.79-98.
- BECHARA, E. **O que muda com o Novo Acordo Ortográfico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BELLI RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana. Metodologia Geolinguística: o Atlas Linguístico do Paraná. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 18/1, p. 37-69, jun. 2015.

BESERRA, Ana Clarissa Santos. A importância das variáveis sociais na formação do perfil linguístico do falante pessoense. In: HORA, Demerval da. **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa, 2004.

BISOL, Leda; MENON, Odete Pereira da Silva; TASCA, Maria. VARSUL: um banco de dados. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). **Anthony Julius Maro e a Linguística no Brasil: um abordagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

BORSTEL, Clarice Nadir Von. O conflito étnico/cultural e interlinguístico de descendentes de poloneses. **Espéculo**. Revista de estudios literários, Universidad Complutense de Madrid, n. 31, 2005. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero31/polones.html>>. Acesso em: 20 de jan. de 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). **Anthony Julius Maro e a Linguística no Brasil: um abordagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 362-380.

BORTONI-RICARDO, S. M.; VELLASCO, A. M. de M. S.; FREITAS, V. A. de L. **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Brasília: Editora UnB, 2010.

BORTONI-RICARDO, S. M. Contato de dialetos no Distrito Federal, Brasil. In: BORTONI-RICARDO, S. M.; VELLASCO, A. M. de M. S.; FREITAS, V. A. de L. **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 17-32.

BRITAIN, David. Space and Spatial Diffusion. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

BURKO, Valdomiro. **A Imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba. Cobrag, 1963.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007 [1996].

CAMACHO, Roberto Gomes. Uma reflexão crítica sobre a teoria sociolinguística. **DELTA** [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.141-162.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de Filologia e Gramática referente à língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1968.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1970a].

CÂMARA JUNIOR, J. M. Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes, 1970b.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dispersos**. 5. ed. Seleção e Introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1972.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **História da Linguística**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Princípios de Linguística Geral**: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa. 5. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1980 [1976].

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria e Editora, 1977.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria e Editora, 1979.

CAMPIGOTTO, José Adilçom; CHICOSKI, Regina. **Brasil-Ucrânia**: linguagem, cultura e identidade. (Org.). 1.ed.Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2013.

CAMPOS, Odete G. L. Altmann de Souza; RODRIGUES, Ângela C. Souza; GALEMBECK, Paulo de Tarso. A flexão modo-temporal do português culto no Brasil: Formas de Pretérito Perfeito e Imperfeito do Indicativo. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. **Gramática do Português Falado**: volume IV, estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997.

CARDEIRA, Esperança. **O essencial sobre a história do português**. Lisboa: Caminho, 2006.

CARDOSO, C. R.; SCHERRE, M. M. P.; LIMA-SALLES, H. M. M.; PACHECO, C. (orgs.). **Varição linguística, contato de línguas e educação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília - SP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tese de Doutorado, 1968.

CASTILHO, A. T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo, Ática, p. 237-285, 1992.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

CHAMBERS, J.K. Patterns of variation including change. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; NUNES DE SOUZA, C. M.; MAY, G. **Para Conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

CÔRREA, Cíntia da Costa. O falar candango: o caso das vogais pretônicas e do /s/ pós-vocálico. In: BORTONI-RICARDO, S. M; VELLASCO, A. M. de M. S.; FREITAS, V. A. de L. **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 33-64.

COSTA, I. B. **O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade de Campinas, 1990.

COSTA, Luciane Trennephol da; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A coleta de dados do banco VARLINFE – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características. **Revista Conexão**. UEPG, Ponta Grossa, Paraná, vol.11, n.1, jan./abr., 2015.

COUTINHO, I. de L. **Gramática histórica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1974, p. 150-165, 1974.

DELONG, Silvia Regina; KERSCH, Dorotea Frank. Perfil de descendentes de poloneses residentes no sul do Brasil: a constituição da(s) identidade(s). **Revista Domínios de Linguagem**. UFU, Uberlândia, Minas Gerais, v. 8, n. 3 ago./dez., 2014.

DETTONI, Rachel do Valle. Fotografias sociolinguísticas do Centro-Oeste. In: BORTONI-RICARDO, S. M; VELLASCO, A. M. de M. S.; FREITAS, V. A. de L. **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 165-188.

DOUSTDAR, Neda Mohtadi. **Imigração Polonesa: raízes históricas de um preconceito**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990.

ELIA, Sílvio. **Ensaio de Filologia Linguística**. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FEAGIN, Crawford. Entering de community: fieldwork. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

FOUGHT, Carmen. Ethnicity. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

FARACO, C. A.. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.ED

FERNANDES, E.; GORSKI, E. M. A concordância verbal com os sujeitos Nós e A gente : um mecanismo do discurso em mudança. In: **Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil**. Salvador, Instituto de Letras da UFBA, 1986, p.175-83.

FERNANDES, Eliene Alves. Fenômeno variável: nós e a gente. In: HORA, Demerval da. **Estudos sociolinguísticos**: perfil de uma comunidade. João Pessoa, 2004, p. 149-156.

FISHMAN, Joshua A. **Language and ethnicity**: in minority sociolinguistic perspective. Clevedon, Philadelphia: Multilingual Matter Ltda, 1986.

FOEGER, Camila Candeias; YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A primeira pessoa do plural em Santa Leopoldina/ES: correlação entre alternância e concordância **Letrônica**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 5-17, janeiro-junho, 2017.

FOETSCH, Alcimara Aparecida. **Paisagem, cultura e identidade**: os poloneses em Rio Claro do Sul – Mallet – PR. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Geografia Orientadora: Profa. Dra. Cicilian Luiza Lowen Sahr, Curitiba, 2007.

FRANCA, J. T. B. **Marcas de fala caipira norte-paranaense**. Bauru: [s.n.], 1977.

FRANCESCHINI, L. **O Uso dos Pronomes Pessoais Nós/ A Gente em Concórdia – SC**. Anais do SILEL. vol 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

FROSI, V.; MIORANZA, C. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

GARCÍA, E. C. Shifting variation. **Lingua**, 67: 189-224, 1985.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa**, 1956. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2014/04/Gardolinski-Edmundo.-Imigra%C3%A7%C3%A3o-e-Coloniza%C3%A7%C3%A3o-Polonesa.pdf>> Acesso em: 20 de jan. de 2017.

GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais**: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração. São Paulo: Todas as musas, 2016.

GONÇALVES, R. T.; BASSO, R. M.. **História da Língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

GÖRSKI, Edair; COELHO, Izete Lehmkuhl. Aspectos de comportamento sociolinguístico entre as três capitais da região Sul: especificidades e generalizações. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 14 Número Especial: 135-160. 2012

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. A emergência do preconceito. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2004.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GUMPERZ, John. J. **Language and social identity**. Cambridg: Cambridge University Press, 2002 [1982].

GUMPERZ, J. J.; COOK-GUMPERZ, J. Studying language, culture, and society: Sociolinguistics or linguistic anthropology? **Journal of Sociolinguistics**. 12/4, p. 532-545, 2008.

GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: **II Congresso internacional da ABRALIN**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.

_____. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. **Organon**. Vol 28/29. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2000.

_____. A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, Ana Maria Stahl. Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 13-38.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HAURESKO, Cecília. **Entre tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR)**. 2009. 225 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104370>>.

HORA, Demerval da. **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa, 2004.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração ucraniana no Paraná**. Porto Alegre: sem editora, 1989. Disponível em: <http://alvi.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Imigracao-Ucraniana-no-Paran%C3%A1-Paulo-Horbatiuk.pdf>. Acesso em: 28 de ago. de 2018.

HUBER, J. **Gramática do português antigo**. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 [1933].

IAROCZINSKI, Ulisses. **Saga dos Polacos: A história da Polônia e seus emigrantes no Brasil**. Edição do autor. Curitiba. 2001.

IAROCZINSKI, Ulisses. **Porque Polaco**. Orientação de Prof. Dr. Hab. Piotr Franaszek. Universidade Jaguelônica Instituto de História, Cracóvia, Polônia, 2003.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica sudeste paranaense**. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

JACUMASSO, Tadinei Daniel. DAMKE, Ciro. Aspectos da imigração ucraniana para o Brasil: as (a)diversidades na região centro-sul do Paraná. **Travessias**. Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Sociedade. UNIOESTE. v. 3, n. 3. 2009.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. **Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. **Language in the Inner City: The Black English Vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 255-92, 1972.

_____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. **Perspectives on historical Linguistics** (eds.). Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamin Publishing Company, 1982.

_____. **Principles of linguistic change: Internal factors**. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change – Social factors**. Cambridge: B. Blackwell, 2001.

_____. The social stratification of English in New York City. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2006a.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: **Language in Society** 7. London, 1978, p.171-82.

LOPES, Célia R. S. O percurso de a gente em tempo real de longa duração. In: **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH/USP, 2001. v. II, tomo I – Primeiros estudos. p. 127-148.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi; COSTA, Luciane Trennephol da. Variação e identidade linguística em Mallet, Paraná. In: GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração**. São Paulo: Todas as musas, 2016, p. 69-94.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi; KRAUSE-LEMKE, Cibele; COSTA, Luciane Trenepohl da; JACUMASSO, Tadinei. Banco de dados de fala eslava: discussões metodológicas. In: CAMPIGOTTO, José Adilçon; CHICOSKI, Regina. **Brasil-Ucrânia: linguagem, cultura e identidade**. (Org.). 1.ed.Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2013, p. 25-45.

LUCCHESI, Dante. A concordância nominal em estruturas passivas e predicativo do sujeito em comunidades rurais isoladas afro-brasileiras no contexto da história sociolinguística do Brasil. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). **Anthony Julius Maro e a Linguística no Brasil: um abordagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 148-168.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do Português**. São paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

MAHER, Terezinha Machado. Ecos de Resistência: Políticas Linguísticas e Línguas Minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Cléber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. **A presença dos poloneses e da comunidade polônica do Rio de Janeiro**. Varsóvia: Oficina Gráfica da Universidade de Varsóvia, 1997.

MARGOTTI, Felício W. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil**. Tese de doutoramento (Programa de Pós-graduação em Letras). Porto Alegre: UFRS, 2004.

MAY, Guilherme Henrique. Labov e o fato social. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2011.

MENDOZA-DETON, Norma. Language and identity. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

MENON, Odete P. da S. 'A gente': um processo de gramaticalização. **Estudos Lingüísticos**, n. 25, p. 622-628, 1996.

_____. O xibolete curitibano. In: FAGUNDES, Edson Domingos; LOREGIAN-PENKAL, Loremi; MENON, Odete Pereira da Silva. **O falar paranaense**. Curitiba: E. UTFPR, 2015.

MILESKI, Ivanete. **Gente[e] e vint[i]**: o comportamento variável da vogal /e/ átona final no português falado por polono-descendentes em Vista Alegre do Prata – RS. In: GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais**: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração. São Paulo: Todas as musas, 2016, p. 95-124.

MILESKI, Ivanete. **Variação no português de contato com o polonês no Rio Grande do Sul: vogais médias tônicas e pretônicas**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras). Porto Alegre: PUC, 2017.

MILROY, Leslie. Social networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia Portuguesa**. 4.ed.Campinas: Pontes, 2002.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2009.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NARO, A. J.; GÖRSKI, E.; FERNANDES, E. Change without change. **Language Variation and Change**, v. 11, n. 2, p. 197-211, 1999.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA: FLUXOS E CONTRAFLUXOS NA COMUNIDADE DE FALA. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, SP, v. 20, p. 9-16, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636853>. Acesso em: 10 out. 2020.

OGLIARI, Marlene Maria. **As Condições de Resistência e Vitalidade de uma Língua Minoritária no Contexto Sociolinguístico Brasileiro**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. Línguas minoritárias e situações bilíngues decorrentes: considerações sociolinguísticas. In: VANDRESEN, Paulino (org.) **Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul**. Pelotas: EDUCAT, p. 100-124, p. 303-324, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de. **Os poloneses do Paraná (Brasil) e a questão da nacionalização dos imigrantes (1920-1945)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0879.pdf>> Acesso em: 20 de jan. de 2017.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan M. de ; ALTENHOFEN, Cléo V. . O in vitro e o in vivo na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. , p. 187-216.

ORREDA, J. M. **Irati**. Irati: Edipar, 1974.

OUSHIRO, L. O que se diz e como se fala: relações entre o discurso metalingüístico e a variação linguística. *Signo y Señá*, n. 28, dez. 2015, p. 139-167. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>.

PACHECO, Cíntia da Silva. Primeiras reflexões sobre o português fronteiriço de Aceguá. In: CARDOSO, C. R.; SCHERRE, M. M. P.; LIMA-SALLES, H. M. M.; PACHECO, C. (orgs.). **Variação linguística, contato de línguas e educação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 187-208.

PAGOTTO, Emílio. **Variação e identidade**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001.

PATRICK, Peter L. The Speech community. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

PENHA, João Alves Pereira. Aspectos da linguagem de São Domingos: tentativa de descrição de linguagem rural brasileira. In: *Alfa*, n. 20/21, p. 81-118. Marília-SP: FFCL de Marília, 1974-1975.

PEREIRA, Ivelã. Cuidamo(s) e cuidemo(s): a variação morfológica na p4 em verbos regulares de 1ª conjugação. *Revista Working Papers*, v. 2, n. 14, p. 49-71, Florianópolis, ago/dez. 2014.

PEREIRA, Ivelã. A voz de polono-brasileiros: um contexto histórico sul-paranaense. *Working Papers em Linguística*. Florianópolis, 18(1): 23-45, jan./jul., 2017.

PEREIRA, Ivelã. O caso de –a-mo(s) versus –e-mo(s) e –e-mo(s) versus –i-mo(s): variação morfêmica ou especialização temporal? **Caderno Seminal Digital Especial**, nº 1, v. 1, jan-dez, 2018.

PEREIRA, Ivelã; LEHMKUHL-COELHO, Izete; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação na concordância Verbal de nós no presente e pretérito perfeito em Verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação: produtiva no sudeste paranaense? **Signótica**. Goiânia, v. 28, n. 2, p. 481-508, jul./dez. 2016.

PEREIRA, Ivelã; MARGOTTI, Felício Wessling. Sobre onde nós ficamos: mapeamento diatópico de um traço rural brasileiro. **Web-Revista SOCIODIALETO – NUPESDD / LALIMU**, v. 8, nº 24, mar, 2018.

PEREIRA, Jairo Batista. **[Sem título]**. 2020. Pintura (art Naif) tinta acrílica sobre papel canson, 29 cm x 21 cm.

POLANCZYK, Antonio José. **O imigrante polonês e a colônia Guarany**. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2010.

PORTO, L.; SALLES, J. de O.; MARQUES, S. M. dos S. (Orgs.). **Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-Sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

PUH, Milan; KRAUSE-LEMKE, Cibele; JACUMASSO, Tadinei Daniel. Sempre irmãos, sempre unidos, sempre ucranianos: diálogos entre comunidades ucranianas de imigração. In: GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração**. São Paulo: Todas as musas, 2016, p. 33-52.

QUERIQUELLI, Luís Henrique. **Permanências e reincidências latinas do português brasileiro: uma proposta de ensino de latim via linguística histórica**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2016.

ROCHA, Rafaela Mascarenhas. Histórico da imigração polonesa na região metropolitana de Curitiba. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, Ano 8, E. 19, Jan./Jun., 2015, p. 52-76.

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos Caminos de la Geolinguística Románica. Un Balance. In: RADTKE, Edgar. THUN, Harald (Hrsg). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik**. Acten des Symposiums zur empirischen Dialektologie. (Heidelberg/ Mainz 21-24.10.1991) Kiel: Wessensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RAMOS, Odinei Fabiano. Dialética da migração: ucranianos e poloneses em Prudentópolis/PR. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n.1, p. 182-196, jan. /jun., 2017.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão, SC: Editora da Unisul, 2002.

RODYCZ, Wilson Carlos (Org). **Colônia Lucena, Itaiópolis: Crônica dos imigrantes poloneses**. Florianópolis: BRASPOL, 2002.

RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

RUBIO, C. F.; GONÇALVES, S. C. L.. A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância pronominal. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. Online), São Paulo, v. 56, p. 1003-1034, 2012.

SANKOFF, Gillian. Linguistic outcomes of language contact. In: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N... **The handbook of variation and change**. Malden, MA: Blackwell, 2002.

SAVEDRA, M. M. G. Bilinguismo e bilinguagem: uma nova proposta conceitual. In: SAVEDRA BARRETO, M.M.G.; SALGADO, A.C.P. (Orgs.) **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**. Homenagem ao prof. Jürgen Heye. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 121-140.

SCHERRE, M. Speech Community. In: BROWN, K. (Ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**, v. 11. Oxford, UK: Elsevier, 2006. p. 716-722.

SCHMITZ, John R. The linguistic flexibility of 'a gente' in Portuguese. **Hispania**, p. 639-644, Sept. 1973.

SEARA, Izabel C. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. **Organon**, v. 14, n. 28-29, p. 179-194, 2000.

SEVERO, Cristine. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Revista Voz das Letras**. Concórdia, Santa Catarina, Universidade do Contestado, número 9, I Semestre, 2008.

SHEPHERD, T. M. G. (2009). O estatuto da linguística de corpus: metodologia ou área da linguística. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. p. 150-152.

SILVESTRE, J. C. C. **Sociolinguística Histórica**. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

SIQUEIRA, Ariela S. do Nascimento; MAGALHÃES, Mayara L. Paiva; GONÇALVES, Sandra Maria Godinho. Dialetologia e Geolinguística: Uma análise comparativa do léxico do Atlas do Amazonas e do Atlas da Região Sul do Brasil. **Revista Intercâmbio**, v. XXVIII: 46-70, 2014. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759x

SLODKOWSKI, Aline Carlise. **Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 2013.

SMAHA, Édina. **Crenças e atitudes de jovens descendentes de ucranianos em relação à língua ucraniana e sua manutenção em Prudentópolis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste–UNICENTRO, Guarapuava, 2018.

SPESSATTO, M. B. Formas linguísticas não canônicas não conhecem fronteiras: *nós/a gente* na fala da população da Costa da Lagoa. **Working Papers em Lingüística**, v. 11. Florianópolis, 2010. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2010v11nespp82>

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

- SUBTELNY, Orest. **Ukraine: A History**. 4th ed. University of Toronto Press. Toronto, 2009.
- TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing sociolinguist variation: Key topics in Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Editora Ática, 2000 [1986].
- TOMACHESKI, Mauro Baltazar. **A terra prometida da Virgem Maria: imigrantes, viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca**. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/00000b/00000b9a.pdf>> Acesso em: 21/01/2017.
- TRAVAGLIA, L. C. (1994). **O aspecto verbal do português: a categoria e sua expressão**. 3. ed. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia.
- TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: na introduction to language and society**. Nova Iorque: Penguin Books, 1983 [1974].
- THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl. **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 63-92.
- VANDRESEN, Paulino. **Fonologia do vestfaliano de Rio Fortuna**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 1968.
- VANDRESEN, Paulino. Línguas em contato: um panorama da pesquisa no Brasil. In: SAVEDRA BARRETO, M.M.G.; SALGADO, A.C.P. (Orgs.) **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**. Homenagem ao prof. Jürgen Heye. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 6-16.
- VASCONCELOS, J. L. de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970 [1901].
- VIANNA, J. S.; LOPES, C. R. S. Variação dos pronomes “nós” e “a gente”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.
- VILLALVA, Alina. **Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2000.
- VILLALVA, Alina. **Morfologia do português**. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.
- VOITOVICZ, Cláudia Aparecida; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Imigrantes eslavos de Mallet, Paraná e o aprendizado da língua portuguesa. In: GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração**. São Paulo: Todas as musas, 2016, p. 125-148.
- VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). **Anthony Julius Maro e a Linguística no Brasil: um abordagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Abranches: um estudo de história demográfica**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1976.

_____. **Tomás Coelho**: uma comunidade camponesa. Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária, 1977.

_____. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural; Casa Romário Martins, 1981.

_____. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WACHOWICZ, Ruy Christovam; MALCZEWSKI, Zdzislaw. **Perfis polônicos no Brasil**. Curitiba: Vicentina, 2000.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics** 19, 1983.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact**: findings and problems. New York: De Gruiter, 1953.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: W. LEHMANN; Y. MALKIEL (eds.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WENCZENOVICZ, Thais Janaína. Imigrantes poloneses: identidade e cotidiano infantil. GÄRTNER, Marileia; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **Diálogos interculturais**: Extensão e Pesquisa em contextos de imigração. São Paulo: Todas as musas, 2016, p. 173-200.

WIEDEMER, Marcos Luiz. As faces da comunidade de fala. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 2, n. 1, p. 21 - 35, jan./abr. 2008, p. 21-35.

_____. Ampliação da noção teórica da comunidade de fala na pesquisa sociolinguística. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WOLNY, Anna. A polaca – a mulata ao avesso? **Romanica Cracoviensia**. Universidade Jagellônica de Cracóvia, vol. 12, 2012, p. 338-348. Disponível em: <<http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-c35dafc7-03ea-4d58-8760-345aad2685a4>> Acesso em 20 de jan. de 2017.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico-linguístico da comunidade ucraina de Dorizon**. Curitiba: Projeto, 1981.

ZANOTTO, N. **Estrutura Mórfica da Língua Portuguesa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ZILLES, Ana M. S. Grammaticalization of ‘a gente’ in Brazilian Portuguese. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.

_____. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese. **Language Variation and Change**, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005.

_____. Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L.; SILVA, K. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. **Organon**, Porto Alegre, v.14, n.28/29, p.195-219, 2000.

ZILLES, A. M.; BATISTA, H. H. A concordância verbal na primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: VANDRESEN, Paulino (org.). **Varição, mudança e contato linguístico no português da região sul**. Pelotas: EDUCAT, p. 100-124, 2006.

ANEXOS**ANEXO A – Ficha social (Fonte: VARLINFE)**

Nome:

Endereço:

Sexo:

Idade:

Etnia:

Profissão:

Fala quantas línguas? Quais? Como as aprendeu?

Profissão dos pais:

Pai:

Mãe:

Origem/etnia dos pais:

Pai:

Mãe:

Escolaridade – estuda e/ou até que série estudou:

Local de nascimento:

Se não nasceu em _____, com que idade se mudou para essa cidade?

Qual o passatempo favorito?

Sobre quais assuntos mais gosta de conversar?

O que costuma fazer nos dias de folga?

Dia e horário disponíveis para a entrevista:

ANEXO B – Nova ficha social (Fonte: VARLINFE)

Nome:

Endereço:

Sexo:

Idade:

Etnia:

Profissão:

Fala quantas línguas? Quais? Como as aprendeu?

| Que língua fala: | ucraniano/polonês | português: |
|---------------------------------|-------------------|------------|
| com os avós | () | () |
| com os pais | () | () |
| com os irmãos | () | () |
| com os filhos | () | () |
| com os amigos | () | () |
| com o marido/esposa/namorado(a) | () | () |

Locais em que usa a língua ucraniana/polonesa:

família ()

trabalho ()

escola ()

igreja ()

clube ()

Qual o nível de conhecimento da língua ucraniana/polonesa:

() só entende

() entende e fala

() entende, fala e escreve

Profissão dos pais:

Pai:

Mãe:

Origem/etnia dos pais:

Pai:

Mãe:

Origem/etnia do marido/esposa:

Profissão do marido/esposa:

Escolaridade – estuda e/ou até que série estudou:

Local de nascimento:

Se não nasceu em _____, com que idade se mudou para essa localidade?

Qual o passatempo favorito? Sobre quais assuntos mais gosta de conversar? O que costuma fazer nos dias de folga?

Dia e horário disponíveis para a entrevista:

Nome do **entrevistador**:

Idade do entrevistador/ Origem/etnia do entrevistador/

Data da realização da entrevista:

ANEXO C – Roteiro de perguntas (Fonte: VARLINFE)

1. Qual a sua **idade**?
2. Onde você **nasceu**?
3. Você é **descendente** de ucraniano ou polonês? Por parte de pai ou de mãe?
4. Fale sobre a tua **infância**: como eram as brincadeiras, os brinquedos, as coisas que você fazia naquela época.
5. Na tua opinião, mudou muita coisa da tua **infância** para hoje em dia? Em que sentido?
6. Como era na época em que você frequentou a **escola**? E os professores?
7. Tem alguma **história engraçada ou triste** dessa época que você sempre lembra?
8. Como era a tua **família** quando você era criança?
9. Fale sobre a **colonização** da tua cidade. Em que época a tua família veio pra cá?
10. Como é comemorado o **NATAL** na tua família? Mudou muito de quando você era criança pra hoje?
10. E a festa de **PÁSCOA**?
11. O que você costuma fazer nos finais de semana?
12. Qual o tipo de **lazer** que os jovens tinham antigamente? E hoje?
13. Como eram os **casamentos** de antigamente? E hoje, mudou muito?
14. Você segue as **tradições e costumes** de seus pais? Quais? Por quê?
15. Que **comidas típicas** ucranianas ou polonesas você conhece e gosta de fazer? Explique como se faz.
16. Tem alguma **canção** ucraniana ou polonesa que você conhece? Qual?
17. O que você conhece da Ucrânia/Polônia? Gostaria de viajar para lá? Por quê?
18. Qual a sua **religião**? Você é praticante?
19. Como eram os **costumes religiosos** de antigamente? E hoje, mudaram muito?
20. Você (ou alguém conhecido) já passou por algum **perigo de morte**? Como foi?
21. Como é o teu **trabalho**?
22. Você já saiu daqui? Que cidades conhece? Como foi a **viagem**?
23. Tem **filhos**? Se sim, de que idade?
24. Você tem algum **sonho** que gostaria ou pretende realizar?
25. Você tem **animais** de estimação? Quais?
26. O que você mais gosta na sua **comunidade**? Na sua opinião, o que poderia melhorar?
27. Produz algum **artesanato** ucraniano ou polonês? Qual?
28. Conversa com os mais novos sobre a **cultura** eslava? Isso é importante na tua opinião?
29. Já sofreu algum tipo de **preconceito** devido à descendência eslava? Como foi?
30. Participa ou já participou de algum **Grupo Folclórico**? Qual? Acha esse tipo de participação importante? Por quê?

ANEXO C – Novo roteiro de perguntas (Fonte: VARLINFE)

1. Qual a sua **idade**?
 2. Onde você **nasceu**?
 3. Você é **descendente** de ucraniano ou polonês? Por parte de pai ou de mãe?
 4. Fale sobre a tua **infância**: como eram as brincadeiras, os brinquedos, as coisas que você fazia naquela época.
 5. Na tua opinião, mudou muita coisa da tua **infância** para hoje em dia? Em que sentido?
 6. Como era na época em que você frequentou a **escola**? E os professores? **Que língua falava?** Como foi a adaptação?
 7. Tem alguma **história engraçada ou triste** dessa época que você sempre lembra?
 8. Como era a tua **família** quando você era criança?
 9. Fale sobre a **colonização** da tua cidade. Em que época a tua família veio pra cá?
 10. Como é comemorado o **NATAL** na tua família? Mudou muito de quando você era criança pra hoje?
 10. E a festa de **PÁSCOA**?
 11. O que você costuma fazer nos finais de semana?
 12. Qual o tipo de **lazer** que os jovens tinham antigamente? E hoje?
 13. Como eram os **casamentos** de antigamente? E hoje, mudou muito?
 14. Você segue as **tradições e costumes** de seus pais? Quais? Por quê?
 15. Que **comidas típicas** ucranianas ou polonesas você conhece e gosta de fazer? Explique como se faz.
 16. Tem alguma **canção** ucraniana ou polonesa que você conhece? Qual?
 17. O que você conhece da Ucrânia/Polônia? Gostaria de viajar para lá? Por quê?
 18. Qual a sua **religião**? Você é praticante?
 19. Como eram os **costumes religiosos** de antigamente? E hoje, mudaram muito?
 20. Você (ou alguém conhecido) já passou por algum **perigo de morte**? Como foi?
 21. Como é o teu **trabalho**?
 22. Você já saiu daqui? Que cidades conhece? Como foi a **viagem**?
 23. Tem **filhos**? Se sim, de que idade?
 24. Você tem algum **sonho** que gostaria ou pretende realizar?
 25. Você tem **animais** de estimação? Quais?
 26. O que você mais gosta na sua **comunidade**? Na sua opinião, o que poderia melhorar?
 27. Produz algum **artesanato** ucraniano ou polonês? Qual?
 28. Conversa com os mais novos sobre a **cultura** eslava? Isso é importante na tua opinião?
- LÍNGUA:**
29. Já sofreu algum tipo de **preconceito** devido à descendência eslava? Como foi?
 30. Qual **língua você prefere** falar? Ucraniano/polonês ou português? Por quê?
 31. Os **filhos falam ucraniano/polonês**? Acha importante que se aprenda essas línguas? Por quê?
 32. Você **acha que fala bem o português**? **Acha que fala bem o ucraniano/polonês**? Por quê?
 33. **Qual língua é mais bonita, mais agradável**, o ucraniano/polonês ou o português? Por quê?
 34. Qual **língua é mais fácil**? Por quê?
 34. Participa ou já participou de algum **Grupo Folclórico**? Qual? Acha importante?

ANEXO D – Termo de consentimento livre e esclarecido (Fonte: VARLINFÉ)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O banco de dados linguísticos do Núcleo de Estudos Eslavos – NEES, da UNICENTRO, possui como objetivo registrar em áudio a língua falada por descendentes de eslavos dos municípios de Irati, Mallet, Rio Azul, Ivaí, Rebouças, Prudentópolis, Palmeira e e é coordenado pelas professoras Loremi Loregian-Penkal e Luciane Trenenpohl da Costa. O áudio será posteriormente utilizado para pesquisas e descrições (socio)linguísticas diversas. Os dados analisados poderão ser divulgados por meio de literatura especializada e eventos científicos e os sujeitos não serão identificados. Esta pesquisa possui caráter acadêmico e não representa qualquer dolo para o informante que participa voluntariamente com a gravação de sua fala.

Assim, eu, _____
portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF
nº _____ estou ciente e de acordo com os
termos da realização desta pesquisa. Dessa forma, aceito participar voluntariamente e autorizo
a divulgação de dados relacionados à minha oralidade.

Assinatura do informante

Loremi Loregian-Penkal – pesquisadora do NEES

Luciane Trenenpohl da Costa – pesquisadora do NEES

Irati, _____ de _____ de 201 .